

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**EMANOEL MÁRCIO NUNES**

**REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO  
RURAL NO NORDESTE: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura  
familiar no Pólo Assu-Mossoró(RN)**

**Série PGDR – Tese N° 22  
Porto Alegre  
2009**

**EMANOEL MÁRCIO NUNES**

**REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO  
RURAL NO NORDESTE: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura  
familiar no Pólo Assu-Mossoró(RN)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), como quesito para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider

**Porto Alegre  
2009**

N972r

Nunes, Emanuel Márcio

Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste :  
dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-  
Mossoró (RN) / Emanuel Márcio Nunes. – Porto Alegre, 2009.  
350 f. : il.

Orientador: Sergio Schneider.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Desenvolvimento rural : Rio Grande do Norte. 2. Agricultura familiar : Rio Grande  
do Norte. 3. Desenvolvimento rural : Instituições. I. Schneider, Sergio. II. Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.115

**EMANOEL MÁRCIO NUNES**

**REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO  
RURAL NO NORDESTE: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura  
familiar no Pólo Assu-Mossoró(RN)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), como quesito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de julho de 2009.

---

Prof. Dr. Sergio Schneider (Presidente)  
(PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil  
(PGDR/Departamento de Economia/UFRGS)

---

Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva  
UFRN

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi  
(PGDR/Departamento de Economia/UFRGS)

---

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição  
(Departamento de Economia/UFRGS)

*DEDICATÓRIA*

*Dedico esta Tese a duas pessoas muito especiais:*

*ao meu pai, **José Nunes da Silva**, agricultor familiar livre que até a altura dos seus atuais 94 anos repassa valiosos ensinamentos de vida; e por ter sido a razão maior do meu interesse pelo rural e fonte principal de inspiração em toda minha trajetória, inclusive na construção desta Tese.*

*E à minha mãe **Marina Amador de Oliveira** que, na condição de professora no meio rural foi sempre um exemplo além do papel de mãe, tendo me ensinado as primeiras letras e me dotado de saberes para enfrentar o mundo com mais confiança e firmeza.*

## AGRADECIMENTOS

Os anos de doutorado representaram, sem dúvida, uma das fases mais fantásticas e valiosas da minha vida, dignos de lembranças maravilhosas que serão registradas para sempre no espaço mais nobre da minha vida. E nesse período, diversas são as pessoas e instituições que fizeram parte de momentos únicos, inclusive contribuindo de alguma forma para a realização deste trabalho. Por isso são aqui mencionadas, pois devem tomar conhecimento do quanto lhes sou grato por terem participado em muitos momentos importantes desta trajetória.

Reconheço que ao citar o nome de alguns implica sempre no risco de ocultar a outros... Mas, mesmo correndo este risco, não posso deixar de agradecer:

Aos meus pais, José Nunes da Silva e Marina Amador de Oliveira pela sólida base de formação de vida, e aos meus irmãos que mesmo distantes se constituíram num apoio importante, pois sempre representaram meu principal referencial de base familiar;

A Kalianne, minha esposa, pela sua imensurável importância tanto como suporte no dia a dia como pela preciosa companhia, proporcionando sempre muita alegria e me fazendo sentir mais confiante para seguir adiante, desde a ida para Porto Alegre em 2005 até a tumultuada viagem, mas prazerosa morada na Holanda em 2008, além de ter sido presença constante me ajudando em várias reflexões. Aqui o meu reconhecimento e o meu obrigado por compreender as muitas ausências e a falta de atenção quando da minha necessidade de isolamento;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela oportunidade de doutoramento em uma instituição de excelência no país;

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do Departamento de Economia, pela minha liberação em tempo integral para cursar o doutorado.

Aos mestres com quem convivi e aprendi tanto na sala de aula como fora dela, em especial ao Prof. Sergio Schneider, meu orientador, professor e amigo, por sua dedicada e incansável orientação, e pelo exemplo de profissional e pesquisador, a quem aprendi admirar e respeitar. Obrigado pela valiosa participação na construção da minha vida;

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa no país e a concedida para a realização do estágio no exterior;

À Wageningen University and Research Centre, através do Rural Development Group, pela rica oportunidade do estágio doutoral em uma das melhores universidades do mundo. Aqui quero destacar e dedicar um especial agradecimento ao profs. Alberto Arce, meu

orientador, e ao prof. Jan Douwe van der Ploeg, pela preciosa participação que tiveram na construção desta Tese, como pela gentileza com que me receberam em Wageningen e por terem cedido o seu tempo e sabedoria em vários encontros de orientação. Gostaria ainda de lembrar do prof. Henk Oostindie e de sua esposa Cathe, pelos agradáveis encontros e conversas, e pela viabilização de importantes visitas a experiências de agricultura familiar na Holanda;

Aos colegas de Doutorado da turma 2005: Karen e Luiz Fritz, Carlos Mungói, Suzi, Tocha, Carmen, Márcio Melo, Miriam, Renildes, Tanice, Marcelo, e Flávia, além de colegas de outras turmas como Marcelo Conterato, Mauro, Félix, Carol, Guilherme, Jorge Moraes, Oscar e tantos outros com quem aprendi a viver em Porto Alegre, e a dividir momentos preciosos de muita alegria e de descontração.

Aos integrantes do (GEPAD), pelos momentos valiosos de discussão e aprendizado, com destaque especial para a Carolina Braz de Castilhos Silva pela sua forma sempre gentil, dedicada e talentosa durante todo o árduo processo de ajuste e montagem do banco de dados. Não poderia deixar de ressaltar a participação de Guilherme pela sua disponibilidade e pelas preciosas e ponderadas sugestões, e do Marcelo Conterato e prof. Paulo Waquil pelo pleno atendimento sempre que eu precisava de ajuda.

Ao grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional da UERN, especialmente ao prof. Aécio Cândido, além da importante participação dos profs. Joacir Aquino, Afrânio Garcia e Libânia, e do acadêmico Cleando (Campus de Assu) e da prof<sup>a</sup> Genivalda e dos acadêmicos Ana Cristina, Gleyde, Suyanne e Verenilson (Campus Central de Mossoró) pela valiosa colaboração no processo de ajuste e aplicação de questionários da pesquisa de campo.

Ao prof. Aldenôr Gomes da Silva e aos integrantes do seu grupo de pesquisa da UFRN, pela importante ajuda no processo da pesquisa de campo, a partir do ajuste do questionário, das discussões de grupo sobre desenvolvimento rural, e da aplicação de questionários.

Por fim, a minha sincera gratidão aos agricultores familiares de Alto do Rodrigues, de Baraúna e de Serra do Mel, pela forma gentil e paciente como nos receberam durante a pesquisa de campo, aos dirigentes e funcionários sindicais, técnicos de diversas organizações, e outros atores sociais que participaram ativamente deste trabalho. Gostaria de expressar que esta é uma pequena contribuição que lhes ofereço, com o desejo de que um dia e com a ajuda de seus saberes seja possível construir e desenvolver um mundo melhor e mais digno.

## RESUMO

A presente Tese se insere nos estudos comparativos que interpretam as transformações da agricultura e do meio rural a partir das mais diferentes matizes teóricas, com a preocupação de contribuir para o debate enfatizando nas análises sobre dinâmicas de desenvolvimento a perspectiva de longa duração e na importância de aspectos além do caráter econômico. Seu tema é desenvolvimento rural e as transformações nas formas de organização da produção e do trabalho que ocorrem em dinâmicas regionais no Nordeste e se relacionam com a reestruturação capitalista. A partir disso, foi feito um esforço para comparar três dinâmicas regionais de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró, estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de interpretar resultados e impressões de ruralidade a partir das escolhas e das estratégias elaboradas pelos agricultores familiares na utilização dos recursos disponíveis. A metodologia consistiu do método comparativo de análise, e do referencial institucional para interpretar e explicar a relação existente entre a reestruturação agrícola que acontece no Pólo Assu-Mossoró, com o processo de diferenciação construído historicamente e que define, com forte influência da agricultura familiar, padrões com graus de mercantilização em estilos de agricultura familiar mais especializado ou mais autônomo. Para isso foram utilizados dados primários de uma pesquisa de campo realizada no ano de 2007, e que obteve informações sobre o último ano agrícola de 2006, tendo sido entrevistadas 271 famílias de agricultores familiares sendo 80 em Alto do Rodrigues (na região de influência do Vale do Açu), e 90 de Baraúna e 101 de Serra do Mel (na região de influência de Mossoró). O objetivo é investigar como transformações nas formas de organização da produção e do trabalho ocorrem no interior de cada dinâmica e se relacionam com o processo de reestruturação agrícola, e qual o poder da agricultura familiar no nível local para se manter e se desenvolver em um ambiente institucional de globalização, como o do Pólo Assu-Mossoró. Esta Tese se propõe, a partir destas transformações, a buscar respostas para questões do tipo: como um modelo do tipo *top-down* tenta se reverter por meio de uma reestruturação agrícola e gera dinâmicas tão distintas de desenvolvimento rural? E qual é a dimensão do retorno social para a região? A hipótese é a de que há uma relação entre a reestruturação agrícola e o surgimento das dinâmicas regionais, e que as dinâmicas que escolheram por estratégias mais endógenas e construíram arranjos institucionais no nível local valorizando a diversidade regional e a prática da agricultura por agricultores familiares livres, foram as que obtiveram os melhores resultados. E, dotadas de maior autonomia relativa e com a possibilidade de maior diversificação das formas de inserção das famílias rurais em mercados, foram as que se apresentaram menos vulneráveis diante da reestruturação agrícola, e tornaram suas chances de produção e reprodução mais promissoras. Os resultados preliminares constataram que a dinâmica regional de Serra do Mel, ao contrário das de Alto do Rodrigues e Baraúna, foi a que conseguiu se afastar mais da dependência do mercado, e construir no tempo uma forma parcial de mercantilização em estilos de agricultura familiar relativamente autônomo e menos vulnerável. Concluindo, Serra do Mel revelou ser a dinâmica que obteve os melhores resultados, e se mostrou no nível local a menos vulnerável no contexto do ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró.

Palavras-chave: Reestruturação agrícola. Desenvolvimento regional. Instituições. Diversidade. Agricultura familiar.



## ABSTRACT

This thesis is inserted in the comparative studies which interpret the agriculture and countryside transformations from the most different theoretical shades with the concern to contribute for the debate, emphasizing in the analyses about development dynamics the perspective of long term and importance of aspects beyond the economic character. The subject is rural development and transformations in the organization of the production and the work forms which occur in regional dynamic of the Northeast region, Brazil, and if they are relate to the capitalist reorganization. From this, an effort was made to compare three regional dynamic of rural development of the Assu-Mossoro Pole region, State of Rio Grande do Norte, with the objective of interpreting results and impressions of rurality from the choices and strategies elaborated by the family farmers in the use of the available resources. The methodology consisted of the comparative method of analysis and of the institutional referential to interpret and to explain the existing relation between the agricultural reorganization which happens in the Assu-Mossoro Pole region, with the historically constructed differentiation process and that defines, with strong influence of familiar agriculture, mercantilization degree standards in familiar farming styles more specialized or more independent. To do so, they have used primary data of a field research applied in 2007, and which got information on the last agricultural year of 2006, in which 271 families of farmers have been interviewed, 80 in Alto do Rodrigues (influence region of the Açu River Valley), 90 from Barauna and 101 from Serra do Mel (influence region of Mossoró). The objective is to investigate how transformations in the organization of the production and of the work forms occur in each dynamics and if they relate with the process of agricultural reorganization, and what is the power of familiar agriculture in the local level to remain and develop itself in a global institucional environment, as the one from the Assu-Mossoro Pole region. This thesis considers, from these transformations, to search answers for questions such as: how a *top-down* model tries to revert itself through an agricultural reorganization and generates so distinct dynamic of rural development? What is the social return dimension for the region? The hypothesis is that there is a relation between the agricultural reorganization and the appearing of the regional dynamics, and that the dynamics which they have chosen for more endogenous strategies and have constructed institucional arrangements in the local level valuing the regional diversity and the free family farmers agricultural practices have been the ones which got the best results. Endowed with bigger relative autonomy and with the possibility of bigger diversity of the agricultural families insertion forms in markets, they have been the ones which presented less vulnerable toward the agricultural reorganization, and have made its possibilities of production and reproduction more promising. The preliminary results have evidenced that Serra do Mel regional dinamic, in contrast with the ones from Alto do Rodrigues and Barauna, has been the one which could move away more from the dependence of the market, and construct in the time a mercantilization partial form in relatively autonomous and less vulnerable familiar agriculture styles. Concluding, Serra do Mel disclosed to be the dynamics which got the best results, and it showed itself the less vulnerable in the context of the institucional environment of the Assu-Mossoro Pole region in the local level.

Key words: Agricultural reorganization. Regional development. Institutions. Diversity. Familiar agriculture.

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| Figura 1   | Rio Grande do Norte, o Pólo Assu-Mossoró e a região Nordeste.....                             | 128 |
| Figura 2   | Dinâmicas de Desenvolvimento Rural: localização e áreas de estudo.....                        | 147 |
| Figura 3   | Rio Grande do Norte e localização de ALTO DO RODRIGUES.....                                   | 150 |
| Figura 4   | Rio Grande do Norte e localização de BARAÚNA.....   | 167 |
| Figura 5   | Rio Grande do Norte e localização de SERRA DO MEL.....  | 187 |
| Gráfico 1  | Pólo Assu-Mossoró: evolução da população TOTAL e RURAL (1970-2007).....                       | 132 |
| Gráfico 2  | Pólo Assu-Mossoró: evolução dos assentamentos criados (1987-2007)..                           | 135 |
| Gráfico 3  | Pólo Assu-Mossoró: Evolução por SETOR do Produto Interno Bruto (PIB) 2002-2006.....           | 138 |
| Gráfico 4  | Obteve financiamento ou empréstimos para a produção no ano agrícola de 2006 (%)?.....         | 215 |
| Gráfico 5  | Finalidade do financiamento para a agricultura familiar em 2006 (%)....                       | 217 |
| Gráfico 6  | Principais fontes de financiamento da agricultura familiar.....                               | 218 |
| Gráfico 7  | Nível de satisfação em relação à assistência técnica recebida da EMATER ? (em %).....         | 233 |
| Gráfico 8  | Obteve financiamento no ano agrícola de 2006? [e indicador de pluriatividade (%)].....        | 252 |
| Gráfico 9  | Perspectivas na agricultura e futuro para a família nesta atividade (%)...                    | 293 |
| Gráfico 10 | Satisfação da família em relação à atividade agrícola (%).....                                | 294 |
| Gráfico 11 | Qual o nível de satisfação em relação ao MEIO RURAL? (%).....                                 | 295 |
| Gráfico 12 | Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o período atual: (%).....     | 296 |
| Gráfico 13 | Quando o senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza?..... | 300 |
| Gráfico 14 | Alguém da sua família gostaria de mudar para cidade?.....                                     | 301 |
| Quadro 1   | Alto do Rodrigues: principais organizações de relacionamento no meio rural.....               | 153 |
| Quadro 2   | Baraúna: Principais organizações parceiras e de relacionamento.....                           | 170 |
| Quadro 3   | Baraúna: áreas irrigadas com frutas nos Projetos de Assentamento.....                         | 179 |
| Quadro 4   | Serra do Mel: principais organizações parceiras e de relacionamento.....                      | 190 |

## LISTA DE TABELAS

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Tabela 1  | Universo, número de comunidades pesquisadas e amostra por dinâmica regional.....                   | 40  |
| Tabela 2  | O Pólo Assu-Mossoró e seus principais indicadores sócio-econômicos..                               | 129 |
| Tabela 3  | Faixa etária e porcentual da população total do Pólo Assu/Mossoró e dos municípios.....            | 131 |
| Tabela 4  | Recursos liberados pelo PRONAF Crédito e Infra-Estrutura no Pólo Assu-Mossoró.....                 | 135 |
| Tabela 5  | Número de Assentamentos de Reforma Agrária do Pólo Assu-Mossoró e Famílias Assentadas.....         | 136 |
| Tabela 6  | Alto do Rodrigues: estrutura e formas de organização.....  | 154 |
| Tabela 7  | Planejamento Físico da 1ª etapa.....   | 158 |
| Tabela 8  | Baraúna: estrutura e formas de organização.....  | 172 |
| Tabela 9  | Serra do Mel: estrutura e formas de organização.....   | 191 |
| Tabela 10 | Cooperativas existentes e número de sócios participantes.....                                      | 192 |
| Tabela 11 | Exportação de amêndoas de castanha de caju e mercados de destino.....                              | 202 |
| Tabela 12 | Área Total e Superfície Agrícola Útil (em ha) por município.....                                   | 209 |
| Tabela 13 | Forma de obtenção das terras.....  | 210 |
| Tabela 14 | Estratos de área total dos estabelecimentos (%).....   | 211 |
| Tabela 15 | Estratos de Superfície Agrícola Útil (SAU) (%).....  | 212 |
| Tabela 16 | Possui ou utiliza a tecnologia de irrigação (%)?.....  | 222 |
| Tabela 17 | Existência de agroindústria familiar com produção para a venda (%)....                             | 224 |
| Tabela 18 | Características e formas de utilização da força de trabalho na propriedade.....                    | 227 |
| Tabela 19 | Superfície agrícola explorada por trabalhador agrícola total e somente trabalho familiar (ha)..... | 228 |
| Tabela 20 | Recebeu assistência técnica no ano agrícola de 2006? (%).....                                      | 229 |
| Tabela 21 | Atividades de extensão rural e/ou informação técnica de que participou em 2006 (%).....            | 231 |
| Tabela 22 | Organizações que realizaram serviços de assistência técnica no ano agrícola de 2006 (%).....       | 232 |
| Tabela 23 | Participação econômica e social da família na comunidade local e no município (%).....             | 238 |
| Tabela 24 | Faixa Etária (em %) dos três estudos de caso.....  | 239 |
| Tabela 25 | Maior nível de confiança e credibilidade entre atores e organizações.....                          | 241 |
| Tabela 26 | Menor nível de confiança e credibilidade entre atores e organizações....                           | 242 |
| Tabela 27 | Principais setores das atividades rurais não-agrícolas (%).....                                    | 247 |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Tabela 28 | Em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas? (%).....      | 249 |
| Tabela 29 | Indicador de pluriatividade (%) dos três estudos de caso.....                                  | 250 |
| Tabela 30 | Participação das rendas na composição da renda total (%).....                                  | 260 |
| Tabela 31 | Contribuição de cada município para o volume total de rendas (%).....                          | 261 |
| Tabela 32 | Medidas descritivas dos cinco tipos de renda nos três estudos de caso (em R\$).....            | 262 |
| Tabela 33 | Somatório das rendas totais nos três estudos de caso (R\$).....                                | 263 |
| Tabela 34 | Medidas descritivas da renda total anual e mensal per capita (R\$).....                        | 264 |
| Tabela 35 | Estratos de Renda total (% ano).....   | 266 |
| Tabela 36 | Estratos de renda agrícola (% ano).....  | 267 |
| Tabela 37 | Estratos de renda não-agrícola (% ano).....  | 268 |
| Tabela 38 | Média, Mínimo e Máximo da área total e SAU (em ha), e renda total, agrícola e CI (em R\$)..... | 270 |
| Tabela 39 | VAL por uthagt - produtividade do trabalho agrícola (R\$).....                                 | 274 |
| Tabela 40 | VAL por uthagr - produtividade do trabalho agrícola familiar (R\$).....                        | 275 |
| Tabela 41 | Renda total por UTH - remuneração da mão-de-obra disponível no estabelecimento (R\$).....      | 277 |
| Tabela 42 | Renda total por UTHf - remuneração da mão-de-obra familiar (R\$).....                          | 278 |
| Tabela 43 | Renda agrícola por UTHagt - remuneração da mão-de-obra agrícola (R\$).....                     | 279 |
| Tabela 44 | Renda agrícola por UTHagf - renda agrícola por trabalhador agrícola familiar (R\$).....        | 280 |
| Tabela 45 | Renda não-agrícola/UTHña/ano—remuneração da mão-de-obra não-agrícola familiar (R\$).....       | 281 |
| Tabela 46 | O senhor gostaria que os seus filhos seguissem a profissão de agricultor?.....                 | 297 |
| Tabela 47 | Com uma piora na renda e na agricultura (crise), o que pensa em fazer? (%).....                | 299 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| AACC       | Associação de Apoio às Comunidades do Campo                          |
| ABC        | Associação Brasileira de Cooperação                                  |
| APISMEL    | Associação de Apicultura da Serra do Mel                             |
| BACEN      | Banco Central do Brasil  |
| BASA       | Banco da Amazônia S A  |
| BB         | Banco do Brasil S A  |
| BID        | Banco Interamericano de Desenvolvimento                              |
| BNB        | Banco do Nordeste do Brasil  |
| BNDES      | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                 |
| CAI        | Complexo Agroindustrial  |
| CEPAL      | Comissão Econômica para a América Latina                             |
| CF8        | Centro Feminista 8 de Março  |
| CGT        | Central Geral dos Trabalhadores                                      |
| CI         | Consumo Intermediário  |
| CIDA       | Companhia de Desenvolvimento Agropecuário                            |
| CNPAT      | Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical                |
| COAMAB     | Cooperativa Agropecuária de Baraúna                                  |
| COEX       | Comitê Executivo de Fitossanidade                                    |
| COFIBA     | Cooperativa de Fruticultura dos Irrigantes do Baixo-Açu              |
| CONAB      | Companhia Nacional de Abastecimento                                  |
| CONTACAP   | Projeto de Apoio à Capacitação para Gestão de Projetos Associativos  |
| CONTAG     | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura               |
| COOAPAB    | Cooperativa Agropecuária dos Produtores dos Assentamentos de Baraúna |
| COOPERCAJU | Cooperativa dos Beneficiadores Artesanais de Castanha de Caju        |
| COOPERMEL  | Cooperativa Agropecuária de Serra do Mel                             |
| CUT        | Central Única dos Trabalhadores                                      |
| DERUR      | Departamento de Desenvolvimento Rural                                |
| DIBA       | Distrito de Irrigação do Baixo-Açu                                   |
| DNOCS      | Departamento Nacional de Obras contra as Secas                       |
| DRS        | Desenvolvimento Regional Sustentável                                 |
| EMATER     | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                      |
| EMBRAPA    | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                          |
| EMBRATER   | Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural           |
| EMPARN     | Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte              |
| ESAM       | Escola Superior de Agricultura de Mossoró                            |
| EUREP GAP  | Euro-Retailer Produce Good Agricultural Practices                    |
| FAERN      | Federação da Agricultura do Estado                                   |
| FAT        | Fundo de Amparo ao Trabalhador                                       |

|           |   |
|-----------|---|
| FBB       | Fundação Banco do Brasil  |
| FETARN    | Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte             |
| FINOR     | Fundo Constitucional de Investimento do Nordeste                              |
| FMI       | Fundo Monetário Internacional   |
| FNE       | Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste                       |
| FRUNORTE  | Fruticultura do Nordeste Ltda   |
| FUMAC     | Fundo Municipal de Apoio Comunitário  |
| GEPAD     | Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural  |
| GESPAR    | Gestão Participativa para o Desenvolvimento                                   |
| GTDN      | Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste                          |
| IBAMA     | Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis          |
| IBD       | Instituto Bio-Dinâmico  |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                               |
| IDEMA     | Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte |
| IDH       | Índice de Desenvolvimento Humano  |
| IE        | Instituto de Economia   |
| IICA      | Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura                     |
| INCRA     | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                           |
| LCC       | Líquido da Castanha do Caju   |
| LEADER    |   |
| MAISA     | Mossoró Agro-Industrial S.A.  |
| MST       | Movimento dos Sem Terra   |
| NEI       | Nova Economia Institucional   |
| NOLEM     | Melon Comercial Importadora e Exportadora S.A                                 |
| OCDE      | Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico                    |
| ONG       | Organizações Não Governamentais   |
| PAPP      | Programa de Apoio ao Pequeno Produtor   |
| PCPR      | Programa de Combate a Pobreza Rural   |
| PDCI      | Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado                                |
| PDN       | Planos de Desenvolvimento do Nordeste   |
| PDRI      | Plano de Desenvolvimento Rural Integrado                                      |
| PETROBRÁS | Petróleo Brasileiro S. A  |
| PGDR      | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural                            |
| PIB       | Produto Interno Bruto   |
| PIDSSM    | Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel                |
| PIN       | Plano de Integração Nacional  |
| PMDRS     | Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável                          |
| PND       | Plano Nacional de Desenvolvimento   |
| PNI       | Plano Nacional de Irrigação   |
| PNUD      | Programa das Nações Unidas  |

|              |   |
|--------------|---|
| POLONORDESTE | Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste                 |
| PPDL         | Planos Preliminares de Desenvolvimento Local                                |
| PROÁLCOOL    | Programa Nacional do Álcool   |
| PROCERA      | Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária                         |
| PROELO       | Equipe Técnica de Apoio Local   |
| PROFIR       | Programa de Financiamento de Equipamentos                                   |
| PROINE       | Programa de Irrigação do Nordeste   |
| PROJETEC     | Projetos Técnicos Ltda  |
| PRONAF       | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar                 |
| PROTERRA     | Programa de Redistribuição de Terras e estímulo a Agroindústria do Nordeste |
| PROVÁRZEAS   | Plano Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas                        |
| SAAB         | Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Norte            |
| SANBRA       | Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro                                 |
| SAU          | Superfície Agrícola Útil  |
| SDS          | Social Democracia Sindical  |
| SEBRAE       | Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa                       |
| SENAR        | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural                                      |
| SERHID       | Secretaria Estadual de Recursos Hídricos                                    |
| SINE         | Sistema Nacional do Emprego   |
| SIPARN       | Sociedade para Incentivo ao Pequeno Artesão do Rio Grande do Norte          |
| SNCR         | Sistema Nacional de Crédito Rural   |
| SUDENE       | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste                             |
| TERMOAÇU     | Termoelétrica do Vale do Açu  |
| UERN         | Universidade do Estado do Rio Grande do Norte                               |
| UFERSA       | Universidade Federal Rural do Semi-Árido                                    |
| UFRGS        | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                                   |
| UFU          | Universidade Federal de Uberlândia  |
| UNICAMP      | Universidade Estadual de Campinas   |
| USIBRÁS      | Usina Brasileira de Óleos Vegetais  |
| UTH          | Unidade Trabalho Homem  |
| VAL          | Valor Agregado Líquido  |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>19</b> |
| <b>1.1 O problema da pesquisa.....</b>  | <b>25</b> |
| <b>1.2 Hipóteses da pesquisa.....</b>   | <b>31</b> |
| <b>1.3 Objetivos.....</b>   | <b>32</b> |
| <b>1.4 Procedimentos metodológicos.....</b>   | <b>33</b> |
| 1.4.1 As unidades de análise.....   | 35        |
| 1.4.2 O método de pesquisa.....   | 36        |
| 1.4.3 Instrumentos de pesquisa.....   | 39        |
| 1.4.3.1 A determinação da amostra.....  | 39        |
| 1.4.3.2 A construção do banco de dados.....   | 41        |
| 1.4.4.3 As principais variáveis analisadas .....  | 42        |
| <b>2 CAPITALISMO, ESTADO E INSTITUIÇÕES E O DESENVOLVIMENTO<br/>DESIGUAL .....</b>                          | <b>43</b> |
| <b>2.1 A contribuição da análise institucional ao desenvolvimento rural .....</b>                           | <b>45</b> |
| 2.1.1 Entendendo as instituições.....   | 46        |
| 2.1.2 A mudança institucional e o desenvolvimento rural .....   | 52        |
| 2.1.3 Arranjos <i>embedded</i> no ambiente institucional.....   | 56        |
| <b>2.2 O papel dos atores e das organizações no desenvolvimento rural .....</b>                             | <b>64</b> |
| <b>2.3 O ambiente institucional em um contexto de globalização e mercantilização .....</b>                  | <b>70</b> |
| 2.3.1 A globalização da economia e o processo de reestruturação capitalista .....                           | 71        |
| 2.3.2 A mercantilização da agricultura familiar .....   | 75        |
| 2.3.3 As transformações capitalistas na agricultura e a reorganização do espaço.....                        | 78        |
| <b>2.4 Os atores, as instituições e as dinâmicas desiguais e diversificadas de<br/>desenvolvimento.....</b> | <b>81</b> |
| 2.4.1 Os atores, o ambiente institucional e o desenvolvimento rural desigual.....                           | 81        |
| 2.4.2 Agricultura familiar e os estilos de agricultura .....  | 88        |
| 2.4.3 Dinâmicas regionais e o desenvolvimento rural desigual .....  | 92        |



|   |            |
|---|------------|
| <b>3 REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE DO BRASIL: o Pólo Assu/Mossoró (RN).....</b> | <b>95</b>  |
| <b>3.1 O Nordeste: do planejamento nacional à regulação global do território .....</b>                                      | <b>97</b>  |
| 3.1.1 A concepção desenvolvimentista da atuação do Estado no Nordeste .....   | 97         |
| 3.1.2 O Estado e a construção recente do desenvolvimento no Nordeste .....  | 102        |
| 3.1.3 Tendências recentes para o desenvolvimento rural no Nordeste.....   | 106        |
| <b>3.2 O Estado e a modernização da economia rural do Rio Grande do Norte .....</b>   | <b>111</b> |
| 3.2.1 Antecedentes: o predomínio das atividades tradicionais.....   | 111        |
| 3.2.2 A modernização da agricultura e o papel do Estado .....   | 115        |
| 3.2.3 A ação do Estado a partir de uma nova concepção de desenvolvimento .....  | 122        |
| <b>3.3 O Pólo Assu-Mossoró: reestruturação agrícola, instituições e os processos de desenvolvimento rural.....</b>          | <b>128</b> |
| 3.3.1 Características gerais, população e indicadores .....   | 128        |
| 3.3.2 O processo de reestruturação agrícola e a reorganização do espaço .....   | 133        |
| 3.3.3 A diversidade regional, a mercantilização e os estilos de agricultura familiar .....                                  | 140        |
| <b>4 AS DINÂMICAS REGIONAIS E A DIVERSIDADE ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: uma descrição dos estudos de caso .....</b>  | <b>146</b> |
| <b>4.1 Alto do Rodrigues: o Estado e a externalização da agricultuta irrigada do Vale do Açu .....</b>                      | <b>149</b> |
| 4.1.1 Evolução e características gerais .....   | 149        |
| 4.1.2 O ambiente econômico e social, a organização produtiva e as instituições .....  | 152        |
| 4.1.3 Escolhas e estratégias: os processos e a trajetória de desenvolvimento rural .....                                    | 155        |
| 4.1.3.1 <i>Programas de irrigação para a agricultura familiar dos anos 1980 .....</i>                                       | <i>156</i> |
| 4.1.3.2 <i>Os programas dos anos 1990: estratégias recentes.....</i>  | <i>161</i> |
| 4.1.3.3 <i>A mercantilização e os estilos de agricultura familiar.....</i>  | <i>162</i> |
| 4.1.4 Impactos e resultados no contexto da economia local.....  | 166        |
| <b>4.2 Baraúna: modernização agrícola, iniciativa privada e reforma agrária.....</b>  | <b>167</b> |
| 4.2.1 Características Gerais do seu Desenvolvimento.....  | 167        |
| 4.2.2 O ambiente econômico e social, a organização produtiva e as instituições .....  | 169        |

|            |  |            |
|------------|--|------------|
| 4.2.3      | Escolhas e estratégias: os processos e a trajetória de desenvolvimento rural .....         | 174        |
| 4.2.3.1    | <i>Modernização agrícola e iniciativa privada</i> .....                                    | 174        |
| 4.2.3.2    | <i>Reforma agrária e a agricultura familiar</i> .....                                      | 177        |
| 4.2.3.3    | <i>A mercantilização e os estilos de agricultura familiar</i> .....                        | 180        |
| 4.2.4      | Impactos e resultados no contexto da economia local.....                                   | 185        |
| <b>4.3</b> | <b>Serra do Mel: agricultura familiar, instituições e o cooperativismo .....</b>           | <b>187</b> |
| 4.3.1      | Serra do Mel: Características Gerais e Desenvolvimento .....                               | 187        |
| 4.3.2      | O ambiente econômico e social, a organização produtiva e as instituições .....             | 189        |
| 4.3.3      | Escolhas e estratégias: processos e a trajetória de desenvolvimento rural .....            | 193        |
| 4.3.3.1    | <i>O Programa de Reestruturação e a Agricultura Familiar</i> .....                         | 193        |
| 4.3.3.2    | <i>O Plano Integrado de Desenvolvimento Rural Sustentável</i> .....                        | 196        |
| 4.3.3.3    | <i>A mercantilização e os estilos de agricultura familiar</i> .....                        | 198        |
| 4.3.4      | Impactos e resultados no contexto da economia local.....                                   | 204        |
| <b>5</b>   | <b>ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL NUMA</b>                                 |            |
|            | <b>PERSPECTIVA COMPARADA: recursos, escolhas, e estratégias.....</b>                       | <b>206</b> |
| <b>5.1</b> | <b>A disponibilidade, a construção e a utilização dos recursos.....</b>                    | <b>208</b> |
| 5.1.1      | Estrutura e as formas de aquisição e exploração das terras .....                           | 208        |
| 5.1.2      | Principais formas e fontes de financiamento agrícola .....                                 | 213        |
| 5.1.3      | A tecnologia, o trabalho familiar, e os serviços de assistência técnica .....              | 220        |
| <b>5.2</b> | <b>A elaboração das estratégias: organização e tipos de inserção no mercado. ....</b>      | <b>235</b> |
| 5.2.1      | Formas de organização .....  | 235        |
| 5.2.2      | Oportunidades de trabalho.....   | 243        |
| 5.2.3      | A pluriatividade .....   | 247        |
| <b>5.3</b> | <b>A influência do ambiente institucional na definição dos recursos e das estratégias.</b> | <b>253</b> |
| <b>6</b>   | <b>DESENVOLVIMENTO RURAL E DIVERSIDADE ECONÔMICA DA</b>                                    |            |
|            | <b>AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise comparativa dos resultados.....</b>                   | <b>257</b> |
| <b>6.1</b> | <b>A renda rural e a sua composição .....</b>  | <b>258</b> |
| 6.1.1      | Renda agrícola e não-agrícola, transferências sociais, e outras rendas .....               | 259        |

|  |            |
|--|------------|
| 6.1.2 O trabalho familiar rural: a produtividade e as formas de remuneração .....  | 272        |
| 6.1.2.1 <i>A produtividade do trabalho familiar</i> .....  | 273        |
| 6.1.2.2 <i>A remuneração do trabalho familiar</i> .....  | 276        |
| <b>6.2 A relação autonomia x dependência .....</b>   | <b>282</b> |
| <b>6.3 Representações sociais sobre ruralidade e futuro .....</b>  | <b>290</b> |
| <b>6.4 Semelhanças e diferenças: a diversidade econômica das dinâmicas regionais a partir da mercantilização e dos estilos de agricultura familiar .....</b> | <b>302</b> |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>307</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>315</b> |
| <b>ANEXO I - Modelo do questionário aplicado na pesquisa de campo.....</b>   | <b>322</b> |
| <b>ANEXO II - Mapa Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim (Projeto Baixo-Açu) .....</b>  | <b>349</b> |
| <b>ANEXO III - Mapa Serra do Mel e a distribuição espacial das vilas.....</b>  | <b>350</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os debates em torno das transformações da agricultura familiar e do meio rural tem sido cada vez mais significativos, tendo produzido e reproduzido uma vasta literatura a partir das mais diferentes matizes. Parte dessa literatura ainda se caracteriza por centrar fortemente suas análises em mudanças na produção provocadas pelo progresso técnico e seus resultados mais imediatos, muitas vezes aspectos puramente econômicos. Entretanto, é notado que parte expressiva da literatura, especialmente a internacional, já desenvolve estudos sobre mudanças levando em conta aspectos não econômicos, com preocupações que enfatizam uma perspectiva de longa duração, e, além do econômico, transitam pelo caráter social, político e ambiental onde a agricultura e o meio rural representam importantes categorias para a interpretação de dinâmicas de desenvolvimento. Esta Tese representa o resultado de um esforço de pesquisa que se insere nos estudos que interpretam dinâmicas de desenvolvimento, com a preocupação em enfatizar nas análises a perspectiva de longa duração e a importância de aspectos além do caráter econômico. O seu tema, desenvolvimento rural e as transformações nas formas de organização da produção e do trabalho que ocorrem no interior de dinâmicas regionais no Nordeste que se relacionam com o processo de reestruturação capitalista é relativamente recente na literatura nacional, e tem estimulado debates e sendo tema de investigação sobre o desenvolvimento e a ruralidade nacional.

Este tema surgiu da preocupação por perceber que o desenvolvimento na região Nordeste, e especificamente o rural e a agricultura familiar têm sido tratados de forma divergente por estudiosos, e com insuficiência de interpretação por três tipos de análise. De um lado tem os que aprofundam suas análises nas mudanças provocadas pelo progresso tecnológico limitando-se apenas nos seus resultados mais imediatos, ou seja, apenas no aspecto econômico. Estes estudiosos, os quais carregam forte influência do desenvolvimentismo dos anos 1950, se utilizam muitas vezes da condição de desvantagem e vulnerabilidade dos segmentos tradicionais, entre eles a agricultura familiar, para justificar sua inviabilidade e afirmar a defesa unilateral pela sua substituição através do direcionamento de políticas unicamente para setores modernos. De outro lado tem aqueles estudiosos que expressam desinteresse em estudar um segmento de pobres condenados à subsistência, ao atraso, ou à extinção. Além disso, tem os que analisam os agricultores familiares mais de forma poética, atribuindo a estes agricultores um sentido estático e até certo ponto romântico, situando-os em lugares e realidades paradisíacas e bucólicas. Esses estudiosos não se dão

conta de que processos internos acontecem, são desenrolados, e dão vida a dinâmicas regionais em contextos nada bucólicos. Na verdade, o agricultor familiar constrói sua história estando baseado em um ambiente hostil onde a sua realidade representa mais um campo de batalha diário, lugar de luta constante pela sobrevivência, por autonomia, e por liberdade.

Enquanto os estudiosos defendem suas visões, o desenvolvimento da região Nordeste continua a se fazer através do aprofundamento das desigualdades e das descontinuidades no nível regional do ambiente institucional, e através da exclusão e marginalização no nível local dos atores. Uma explicação para essa tendência é uma *crença* ou visão imediata e urgente que ainda é predominante no Nordeste e que associa desenvolvimento a idéia de uma agricultura altamente moderna e tributária do uso de insumos externos, e inserida no mercado internacional. Ou seja, de que o caminho mais viável para desenvolver o Nordeste é a partir da intensificação de tecnologia externa e, o fato da região ser desigual e ter um nível relativamente baixo de renda em relação às outras regiões do país, a defesa é pela estratégia de produzir para fora da região, principalmente para o mercado externo. Essa visão possui raízes históricas, as quais serão aqui retomadas, e se caracteriza por defender a modernização considerando apenas o aspecto econômico, sem levar em conta o retorno social para a região.

Outra preocupação que motivou este tema foi perceber uma insuficiência de estudos acadêmicos ou de trabalhos de reflexão desenvolvidos no Nordeste do Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte, sobre o desenvolvimento rural que considere as transformações da agricultura familiar e do meio rural a partir de agricultores livres<sup>1</sup>, e em uma perspectiva de continuidade e de longa duração. A maioria dos trabalhos está centrada em determinadas orientações, sejam elas marxistas ou funcionalistas, que não consideram as desigualdades no nível regional, nem suas conseqüências no nível local, focando suas análises muitas vezes de forma particular em fenômenos que ocorrem na esfera capitalista das relações entre o capital e o trabalho. Estudos ou trabalhos sobre o desenvolvimento rural a partir da análise de dinâmicas construídas através de uma agricultura familiar livre, que apontem sua importância a consolidação de mercados locais e regionais, para a redução da desigualdade, e para a manutenção da diversidade regional, ainda continuam embrionários e insuficientes.

Além de se preocupar com a questão que remete a visão predominante de desenvolvimento rural no Nordeste, uma outra grande questão que esta Tese tentará dar conta de reflexão, diz respeito a um processo intenso de reestruturação agrícola pelo qual passa a

---

<sup>1</sup> O agricultor livre é o que desenvolve com sua família e com relativa autonomia práticas mais endógenas que combinam natureza e cultura, e suas relações com o mercado são ancoradas mais em formas de organização (a exemplo de Cooperativas e Associações), do que na lógica subordinada e determinada pela relação capital *versus* trabalho. Para a utilizar este termo nos fundamentamos em estudos como os de van der Ploeg (2003 e 2008).

região Nordeste e, em particular, o Pólo Assu-Mossoró. Esta reestruturação também tem origens históricas, e se aprofunda assumindo características novas devido a sua inserção na dinâmica da globalização, a qual passa a definir e redefinir constantemente sua dinâmica. Essas novas feições, as quais serão tratadas nesta Tese, resultam das transformações da agricultura e do meio rural, onde forças da globalização promovem uma mobilidade de capital que influencia o ambiente institucional no nível da região, e provocam estratégias de reação com a formação de arranjos institucionais no nível local. O resultado disso é o surgimento de dinâmicas regionais que constroem arranjos institucionais específicos à suas realidades, definem trajetórias, e mantêm a heterogeneidade e a diversidade regional. Dessa forma, o Pólo Assu-Mossoró passa a ser o ambiente institucional de análise, e as dinâmicas analisadas foram Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel, onde na análise se buscou interpretar o desempenho das suas formas de organização da produção e do trabalho, a partir da utilização dos recursos, das escolhas e estratégias, e dos resultados da agricultura familiar. A escolha do Pólo Assu-Mossoró foi devido a este se configurar um dos mais importantes espaços de promoção da inovação tecnológica do meio rural do Rio Grande do Norte, e seus principais produtos extrapolarem os limites regionais na conquista de mercados externos.

Sendo o Pólo Assu-Mossoró um ambiente de globalização influenciado historicamente pela *crença* da modernização pela grande empresa, a agricultura familiar estando à margem dessa modernização, ou incluída de forma parcial e dependente, foi colocada diante de dificuldades para sobreviver. E diante do desafio de se manter em um ambiente hostil e instável, os atores buscaram construir a seu modo caminhos específicos através de processos engendrados no nível local que resultaram em trajetórias distintas. Neste sentido, a dinâmica de desenvolvimento rural se dá por estratégias endógenas e numa forma parcial de mercantilização, em estilos de agricultura de autonomia relativa em unidades produtivas mais diversificadas. Aqui, a mercantilização é analisada como resultado do afastamento ou aproximação da dependência do mercado por parte do agricultor familiar, onde sua escolha por *fazer* internamente ou preferir de *comprar* de fora produz movimentos que o afasta ou lhe aproxima de certos mercados nocivos a eles, como monopólios, oligopólios, etc. Entretanto, isso não significa dizer que os atores não devam se relacionar com estes mercados, mas que se capacitem para se relacionar com mais liberdade e autonomia. Foi isso o que motivou analisar as trajetórias das dinâmicas de Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel, visando entender tanto a diversidade que emerge das práticas agrícolas cotidianas (através do resultado das escolhas e estratégias das famílias), como a capacidade da agricultura familiar de resistir, mediar, e reagir às forças externas do Estado e do capital privado.

Neste sentido, buscaremos entender como transformações na organização do trabalho e da produção que ocorrem no interior de cada dinâmica se relacionam com a reestruturação agrícola do Pólo Assu-Mossoró, e qual a capacidade dos atores locais na geração da diversidade dessas dinâmicas. Esta Tese se propõe a identificar estas transformações e a buscar respostas para questões como as apontadas a seguir: como um modelo do tipo *top-down* se reverte através de uma reestruturação agrícola e gera dinâmicas tão distintas de desenvolvimento rural? E qual é a dimensão do retorno social para a região? A hipótese é a de que há relação entre a reestruturação agrícola e o surgimento das dinâmicas regionais, e que as dinâmicas que escolheram estratégias mais endógenas e construíram seus arranjos institucionais valorizando a diversidade regional e a prática da agricultura por agricultores familiares livres, foram as que obtiveram os melhores resultados. E tendo sido dotadas de maior autonomia relativa e com a possibilidade de maior diversificação das formas de inserção das famílias rurais em mercados, foram as que se tornaram menos vulneráveis frente ao processo de reestruturação agrícola, e fizeram suas chances de produção econômica e reprodução social serem mais promissoras. Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento no Pólo Assu-Mossoró pode ser pensado a partir de uma síntese que combine estratégias *bottom-up* e *top-down*<sup>2</sup>. A isso eram consideradas a capacidade e a cultura dos atores no nível local e a diversidade regional, na busca de um desenvolvimento relativamente autônomo e engendrado a partir de processos mediados pelas instituições (entre elas a cooperação), em ações da agricultura familiar. Contudo, acredita-se que a análise a que se propõe esta Tese torna-se relevante para a reflexão dos tipos de visão existentes, e chamar a atenção de um novo olhar para a discussão acadêmica e em relação aos estudos rurais contribuindo, sobretudo, com o debate acerca do desenvolvimento da região Nordeste.

Algumas das questões levantadas aqui surgiram de um conjunto de motivações, especialmente a partir da atuação como pesquisador no grupo de pesquisa *Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo* da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Estas motivações foram emergindo ainda durante o mestrado realizado no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU), onde foram analisadas parcialmente as trajetórias de desenvolvimento de Serra do Mel e do Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim, mais conhecido como Projeto Baixo-Açu. Este estudo inicial serviu como

---

<sup>2</sup> Causação *ascendente* e *descendente* defendida por Moyano y Garrido (2003) onde, para estes, as dinâmicas de desenvolvimento podem emergir tanto de “baixo para cima” (*bottom-up*), a partir da predominância da participação dos atores e instituições locais na definição das suas estratégias; como podem vir de “cima para baixo” (*top-down*) a partir das decisões tomadas e direcionadas por poderes públicos de um nível territorial superior ao da comunidade local. A combinação de ambas pode ter efeitos diferentes para cada dinâmica de desenvolvimento e gerar diferentes níveis de integração e autonomia no âmbito local/regional.

a grande motivação para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), onde houve a possibilidade de aprofundar tanto o conhecimento teórico como o método de investigação, especialmente a partir da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD). Este grupo tornou-se um espaço de importância singular para a discussão de temáticas de investigação, o que proporcionou vários ricos momentos de aproximação com uma literatura mais ampla, e com a realidade da agricultura familiar de outras regiões, especialmente da região Sul. Além disso, foi a partir do PGDR/UFRGS que surgiu a valiosa oportunidade de aperfeiçoamento e atualização do eixo teórico sob a orientação de expoentes mundiais da área, por ocasião do estágio doutoral realizado junto ao *Rural Development Group* do Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade de Wageningen, na Holanda. Essas oportunidades de inserção e as formas de participação estimularam o processo de discussão e facilitaram na definição dos caminhos que baseiam o propósito desta Tese. Assim, na tentativa de orientar este propósito, esta Tese está estruturada e dividida em seis capítulos como colocados a seguir:

No capítulo 2 foi introduzido o referencial teórico, no qual são destacadas três abordagens teóricas, estas consideradas essenciais para a interpretação da evolução das transformações no capitalismo contemporâneo, e para a explicação dos fenômenos que modelaram ao longo do tempo as formas de pensar e defender o desenvolvimento. Aqui buscamos dar ênfase à abordagem institucionalista com o intuito de interpretar e explicar mudanças econômicas e sociais, a partir dos incentivos e restrições a que as relações entre atores e organizações são submetidas no nível meso de análise, destacando sua importância e contribuição para o estudo do desenvolvimento rural. A partir disso, enfatizamos a abordagem que interpreta a ação dos atores no nível micro de análise, por acreditar que são eles os responsáveis por escolhas e estratégias que constroem caminhos específicos e provocam as mudanças no meio rural, possibilitando ainda um processo de reorganização do espaço. Por fim, entraremos de forma mais específica no âmbito das transformações capitalistas da agricultura, buscando entender as mudanças nas estruturas da agricultura e do meio rural, especialmente quanto ao processo de diferenciação social e econômica construído pela noção de mercantilização e dos estilos de agricultura, e quais suas conseqüências para o desenvolvimento nos diversos níveis: global, regional, e local.

O capítulo 3 segue uma lógica parecida com o capítulo anterior, buscando confrontar as abordagens teóricas com a evolução das transformações no desenvolvimento regional e nas estruturas produtivas e institucionais relacionadas com a agricultura e o meio rural dos



ambientes específicos de investigação que são a região Nordeste, o estado do Rio Grande do Norte, e, mais especificamente, o Pólo Assu-Mossoró. Aqui acreditamos na construção de um ambiente institucional a partir da influência do debate clássico dos anos 1950 durante a aplicação de políticas para a região Nordeste, o qual não teve suas instituições renovadas e tem influenciado até os dias atuais na formação de arranjos locais e nas escolhas e estratégias dos atores nos diversos níveis. E ainda, as conseqüências da influência do ambiente institucional têm sido ao longo dos anos, especialmente no Pólo Assu-Mossoró, a formatação de caminhos baseados em programas públicos de modernização, e uma reestruturação que avança em contraste com modelos tradicionais que resistem ao seu avanço. E o resultado disso é um desenvolvimento desigual que torna o espaço rural mais heterogêneo e diversificado, a partir de dinâmicas regionais distintas que emergem de processos internos, e que podem revelar um caráter tanto exógeno como endógeno.

No capítulo 4 buscamos isolar e caracterizar cada dinâmica regional de forma específica, onde buscamos interpretar e compreender suas trajetórias de desenvolvimento. Com este propósito se acredita que o ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró influenciou os processos internos às dinâmicas, onde a ação dos agricultores familiares e das suas relações com as organizações formou arranjos institucionais que conduziram a construção de um processo de diferenciação. E que essa diferenciação tem sido construída numa relação com o processo de reestruturação do Pólo Assu-Mossoró, o que força a partir das escolhas e da ação dos atores no nível local, especialmente dos agricultores familiares, o surgimento de estratégias de reação ou de adaptação com graus variados de mercantilização em estilos de agricultura especializados ou diversificados.

No capítulo 5 é realizada a análise dos dados da pesquisa de campo a partir das formas de organização da produção e do trabalho, considerando a obtenção dos recursos (terra, dinheiro, tecnologia e conhecimento, força de trabalho, etc.) e quais as principais estratégias e práticas cotidianas utilizadas pelos agricultores familiares no ano agrícola de referência. Aqui serão mostradas do ponto de vista da análise institucional as escolhas, e como estas levaram a elaboração das estratégias, e quais diferenças e semelhanças existem entre cada dinâmica regional. E no último, o capítulo 6, é dada continuidade à análise da pesquisa de campo, onde serão apresentados os resultados, ou a performance das formas de organização da produção e do trabalho no ano agrícola de referência. Aqui buscaremos destacar os resultados a partir do caráter econômico (renda, produto, remuneração, etc.), e não-econômico (níveis de autonomia e dependência, ruralidade, etc.) como forma de expressar os efeitos das escolhas e estratégias anteriores. Finalizando, nas demais serão expostos as referências bibliográficas e os anexos.

## 1.1 O problema da pesquisa

A discussão em torno dos fatores que determinam o desenvolvimento tem sido, ao longo dos anos, uma questão que muito preocupa tanto lideranças políticas de países e regiões econômicas menos favorecidas, como estudiosos ligados às ciências sociais. Esta questão se coloca com expressiva importância para aqueles países com desigualdades regionais profundas, a exemplo do Brasil, e mais ainda para as regiões ditas menos favorecidas onde parte significativa da sua população ainda vive em condições precárias, como é o caso de parte da região Nordeste do Brasil. Deve-se considerar que os baixos indicadores de desenvolvimento encontrados no país, e especialmente em regiões como a Nordeste, tendem a revelar a deficiência e a inoperância na aplicação de políticas, e uma marcante concentração geográfica. Dessa forma, as políticas públicas destinadas pelo Estado visando a eliminação ou ao aviltamento tanto das causas como dos sintomas das desigualdades regionais como a obtenção de melhores indicadores tenderam, ao longo das décadas, a assumir um caráter estratégico de políticas regionais.

As políticas regionais a partir de estratégias estimuladas pelo Estado a partir dos anos 1950, e que se estenderam até meados dos anos 1980, possuía um caráter centralizador, modernizador, e determinista, e não necessariamente respeitavam as vocações locais quando da sua ação para colocar em funcionamento o planejamento do desenvolvimento econômico. Para colocar em prática os seus modelos, o Estado, através de seu aparato organizacional e institucional, agia de forma determinada e inflexível, onde o que se apresentava importante era o cumprimento urgente e imediato das metas estabelecidas no planejamento. Foi assim que as políticas regionais para o Nordeste do Brasil foram direcionadas, trazendo consigo a urgência e o caráter imediato de fazer brotar o desenvolvimento das entranhas das regiões menos favorecidas, tidas como povoadas por pessoas atrasadas e irracionais. Para isso, a ação urgente de alcançar o desenvolvimento consistia em substituir sistemas tradicionais por outro que acreditavam ser moderno, sendo necessário também substituir os atores locais vistos como *atrasados*, por outros os quais se acreditava ser atores *modernos*.

A escolha do Estado pelos atores *modernos* e a estratégia de substituição promoveu alterações profundas nas estruturas do meio rural, devido ao desalojamento de famílias, a quebra do equilíbrio de sistemas naturais de produção, e a destruição de mecanismos sociais de regulação, numa lógica que visava desestruturar o *velho* para em seu lugar estruturar o *novo*. Agindo dessa forma, as estratégias de desenvolvimento do Estado se mostraram sempre

incompatíveis com a utilização de fatores locais preferindo, até mesmo pela urgência, estimular a demanda por tecnologias e outros insumos externos e por força de trabalho assalariada. Entretanto, essa estratégia colocada em prática em realidades rurais pobres favoreceu a constituição de uma assimetria entre atores externos poderosos e apoiados no Estado e atores locais desprezados pelo Estado, com muitas vantagens para os primeiros, e altas desvantagens para os últimos. Isso devido ao fato desses últimos se encontrarem ainda mais empobrecidos pela destruição de seus sistemas de produção e dos seus mecanismos sociais de regulação, o que os conduz a uma extrema vulnerabilidade.

As altas somas de recursos financeiros gastos pelo nas estratégias do Estado para desalojar pessoas, indenizá-las, construir estruturas, conceder incentivos, etc., adicionado ao custo social do crescente empobrecimento e vulnerabilidade dos atores locais, tem tornado discutível o retorno social, ou os reflexos sociais e econômicos para a região, de tamanho esforço e urgência para gerar desenvolvimento. E a dívida pela escolha por esse modelo aumenta quando as estratégias *top down* do Estado e do capital privado são vistas pelas suas conseqüências no uso dos recursos naturais, e no momento em que além de jogar fora uma oportunidade de fazer diferente, ainda desarticulou o ambiente institucional inibindo instituições fundamentais para o desenvolvimento, como a confiança e a cooperação. A ação centralizadora e determinista do Estado e do capital privado contribuiu, dessa forma, para afastar ainda mais a possibilidade de surgir formas coletivas de organização da produção e do trabalho (cooperativas, associações, sindicatos, etc.), além de gerar profundas distorções alocativas que não criaram a esperada contribuição para o desenvolvimento regional. Dessa forma, estratégias como essas ancoradas em vantagens obtidas na vizinhança com o Estado, não demonstraram preocupação com projetos dos atores no nível local, com custos de transação, nem com a preservação do meio ambiente.

Mesmo assim, os defensores da modernização e do crescimento econômico sempre consideram o progresso tecnológico como um subproduto da acumulação capitalista, em que as inovações são geradas endogenamente no processo de produção. Acreditava-se que, com a atração de capital externo para regiões pobres incorporar-se-iam novas tecnologias para contribuir adicionalmente para o crescimento da renda, do produto, ou seja, ocorreria tanto o acúmulo de capital como de inovação tecnológica, o que geraria economias externas e se consolidaria o tão almejado padrão moderno. Entretanto, deve-se destacar que no período recente estas iniciativas de políticas de desenvolvimento regional baseadas em estímulos à expansão de economias de escala a partir de grandes empreendimentos privados e exógenos à região vêm caindo em desuso. Com a abertura dos mercados, e de outros efeitos da

globalização, esses modelos de políticas regionais são cada vez mais forçados a se ajustar e a se sustentarem em bases menos centralizadas, buscando estimular estratégias locais com base em forças endógenas e considerando a os atores locais, suas vocações, etc.

Demonstra-se, portanto, uma mudança de ênfase em que se passa a defender uma menor dependência dos fatores exógenos e se tentar estimular a criação de condições para que as forças endógenas possam emergir e se desenvolver. Esta nova forma de se pensar o desenvolvimento regional (muito defendida inclusive pela metodologia desenvolvida em organizações do Nordeste durante o convênio Banco do Nordeste/PNUD) refere-se a defesa do desenvolvimento endógeno, o qual ocorre a partir da ampliação das economias de escopo<sup>3</sup> e visa uma relação mais intensa entre os atores e das instituições no nível local. Os modelos de desenvolvimento endógeno descartam a abordagem homogênea e especializada de *espaço-região* defendida pelo debate clássico dos anos 1950, e fazem surgir o interesse pela abordagem do espaço-território, enfatizando temas como diversificação no campo da Economia Regional. A discussão central entre a diversificação e especialização, ou entre autonomia e dependência, se refere a qual caminho será mais adequado para promover o desenvolvimento, o de caráter urgente e exógeno que estimula a ampliação das *economias de escala*, ou os que operam a partir do caráter endógeno em uma perspectiva de longo prazo e que estimula a ampliação das *economias de escopo*?

Tratando-se do desenvolvimento recente tanto da região Nordeste, a qual tem sido submetida a uma reestruturação agrícola, como do Pólo Assu-Mossoró por este representar um dos ambientes de modernização e de globalização da região, percebe-se que apesar da implementação da ênfase do desenvolvimento endógeno, as instituições não foram renovadas e ainda predomina a presença marcante do Estado. Isso vem dificultando e tornando muito lento o processo de mudança institucional, pois ainda persiste uma mentalidade na estrutura organizacional e institucional que defende fortemente a ação do Estado desenvolvimentista voltado para a modernização ainda na concepção dos anos 1970. A partir disso, mesmo com a tentativa de aplicação de metodologias construídas a partir da perspectiva orientada ao ator, a exemplo da desenvolvida pelo convênio Banco do Nordeste/PNUD, e com a criação de novos espaços de concertação no nível local, o ambiente institucional tem sido incapaz de alterar uma realidade ainda inspirada em modelos exógenos e do tipo *top-down*. E essa deficiência do ambiente institucional tem estimulado cada vez mais descompassos internos que surgem com

---

<sup>3</sup> Em economia, diz-se que existe *economia de escopo* quando é mais barato produzir dois produtos juntamente (produção conjunta) do que produzi-los separadamente. Um fator de importância particular para explicar economias de escopo é a presença de matérias-primas comuns na fabricação de dois ou mais produtos, assim como as complementaridades na sua produção.

a reestruturação agrícola, criando um espaço multifacetado que revela uma maior heterogeneidade e diversidade. E essa diversidade resulta da emergência de dinâmicas regionais distintas que vêm definindo trajetórias com variados graus de mercantilização em diferentes estilos de agricultura.

Com uma presença ainda marcante do Estado e sem um ambiente institucional suficiente para controlar e regular os antagonismos no processo de reestruturação agrícola do Pólo Assu-Mossoró, as forças existentes vão convergindo para os interesses daqueles que possuem maior poder de negociação, seja via organização econômica (empresas globalizadas), seja através da organização social e produtiva (cooperativas, sindicatos, etc.). Assim, as mudanças nas formas de organização da produção e de trabalho estimulam processos endógenos por meio de estratégias de diversificação, modelando o espaço rural e definindo dinâmicas regionais que podem apresentar trajetórias alinhadas ou não com a modernização. Essas estratégias, as quais foram elaboradas a partir de escolhas, conduziram a resultados distintos (como renda, produtividade, remuneração do trabalho, mais ou menos autonomia e dependência, etc.), e possibilitaram uma maior diversificação da agricultura familiar e a emergência de dinâmicas regionais distintas de desenvolvimento rural.

Estas dinâmicas podem emergir em várias direções e em um mesmo ambiente institucional no nível regional, como é o do Pólo Assu-Mossoró, porém construindo e no nível local arranjos institucionais particulares que ajudaram a definir elevada mercantilização e dependência, como nas dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna, ou apenas uma forma parcial de mercantilização e uma autonomia relativa, a exemplo da dinâmica de Serra do Mel. Os atores que operam em arranjos institucionais formados pelas *organizações econômicas* continuam em sua maioria ditando os modelos e definindo as sinalizações de mercado e o padrão tecnológico a ser adotado. Porém, isso não impede o surgimento de movimentos de adaptação por atores que atuam no nível local em arranjos institucionais formados pelas *organizações sociais e produtivas*, e que mesmo com dificuldades procuram se inserir em mercados, mas com certa capacidade de preservar certos níveis de autonomia.

Nas três dinâmicas regionais em destaque, como veremos a partir do capítulo 4 desta Tese, a agricultura familiar tem presença marcante e contribui na construção de uma nova configuração do espaço rural do Pólo Assu-Mossoró. Das dinâmicas é notável uma maior influência por parte das empresas globalizadas na de Alto do Rodrigues e de Baraúna, as quais são alinhadas com a modernização e a elevada externalização do seu processo produtivo as caracteriza pela crescente *mercantilização* de parte da sua agricultura familiar. Nestas duas prevalece um desenvolvimento contínuo de processos e de reorganização do trabalho e da

produção predominando os padrões da moderna ciência agrícola introduzidos mediante a difusão de modelos técnicos promovidos por empresas globalizadas. Por outro lado, na dinâmica de Serra do Mel, estratégias de adaptação dos agricultores familiares através de suas organizações sociais e instituições tem mostrado que é possível estimular processos endógenos, estes engendrados a partir das potencialidades locais. Isso remete à necessidade de entender os descompassos internos às dinâmicas e regiões, o que de certa forma dificulta encontrar caminhos e formular hipóteses razoáveis em função da aparente homogeneidade de uma agricultura de concepções semelhantes, mas que se torna heterogênea e diversificada, pelo fato de ir se moldando e construindo trajetórias distintas ao longo do tempo.

Com o propósito de avançar no estudo da diversidade da agricultura familiar a partir da região Nordeste do Brasil e compreender melhor como se dão as suas relações com o desenvolvimento regional, torna-se de fundamental importância a análise comparativa das dinâmicas regionais distintas do Pólo Assu-Mossoró, ou seja, Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel. Isso pelo fato de ainda serem relativamente escassos os estudos e pesquisas sobre a diversidade da agricultura familiar, e a compreensão de como são construídas as distintas trajetórias que a caracterizam nas mais diferentes regiões do país. Pouco se diz sobre a diversidade “interna” da agricultura familiar no que diz respeito às suas dinâmicas territoriais, as quais remetem às instituições, e contribuições para o desenvolvimento e os processos de mercantilização. Daí o desafio em estudar a diversidade da agricultura familiar do de uma área de modernização da região Nordeste do Brasil, como é o Pólo Assu-Mossoró, a partir dessas três dinâmicas regionais de concepções relativamente semelhantes, mas que apresentam ao longo do tempo diferenças expressivas entre si.

Como veremos adiante, em Alto do Rodrigues a regulação vem sendo realizada por um arranjo institucional onde é forte a presença do Estado, o qual submete parte dos agricultores familiares a condições direcionadas de cima. Nesta dinâmica, os agricultores familiares atuam sem instrumentos eficientes de organização, e sua estrutura produtiva se caracteriza pela agricultura altamente especializada. Em Baraúna, o arranjo institucional foi sendo construído a partir de uma integração entre grandes empresas e agricultores familiares (assentados da reforma agrária) para produzir frutas para a exportação onde, se beneficiando da vizinhança do Estado, as empresas ditam as regras e definem o padrão técnico a ser adotado. Nessa dinâmica a agricultura familiar participa mais via integração com as empresas, com graus elevados de mercantilização em estilos de agricultura pouco diversificados. E na dinâmica de Serra do Mel o arranjo institucional foi sendo construído a partir da mobilização

dos atores e das potencialidades locais, direcionando as políticas para uma lógica de desenvolvimento local calcada na agricultura familiar e no cooperativismo.

Neste sentido, buscaremos entender como as transformações na organização do trabalho e da produção que ocorrem no interior de cada dinâmica se relacionam com o processo de reestruturação agrícola do Pólo Assu-Mossoró, e qual a capacidade de reação e/ou adaptação dos atores locais na geração da diversidade dessas dinâmicas. Esta Tese se propõe a identificar estas transformações e a buscar respostas para questões como as apontadas a seguir: como um modelo do tipo *top-down* vem conseguindo reverter sua lógica através de uma reestruturação agrícola e gerar dinâmicas de desenvolvimento rural tão distintas? Qual é a dimensão do retorno social gerado para a região pelo modelo agrícola predominante? Como essas dinâmicas que conheceram processos históricos semelhantes realizaram escolhas, elaboraram estratégias e obtiveram resultados para construir, ao longo do tempo, trajetórias tão distintas? Qual o papel do Estado e das instituições, e qual a capacidade da agricultura familiar no interior dessas dinâmicas para a concretização destes processos?

## 1.2 Hipóteses da pesquisa

Com base nas questões levantadas no item anterior são três as hipóteses, partindo da mais geral destacada na introdução a saber:

As dinâmicas que construíram mecanismos sociais de regulação consistentes valorizando a diversidade regional e a prática da agricultura por agricultores familiares livres, foram as que alcançaram mais autonomia relativa e diversificação das formas de inserção das famílias em mercados, se revelando menos vulneráveis frente ao processo de reestruturação agrícola, e tornando mais promissoras suas chances de produção e reprodução.

Neste sentido:

- 1) que a maioria das trajetórias não se preocupa com a mobilização dos atores e das potencialidades no nível local, nem com o retorno social para a região, e que a diversidade interna da agricultura familiar e os processos de desenvolvimento rural a cada dinâmica são resultados de escolhas e estratégias a partir dos agricultores visando a produção e a reprodução, e o acesso a mercados.
- 2) e que, quanto mais dependente de um produto ou setor da economia, ou mais especializada e mercantilizada for a dinâmica regional, mais restritas serão as possibilidades de diversificação das suas estratégias. E quanto mais diversificadas e heterogêneas forem as possibilidades das famílias em viabilizar sua inserção em atividades produtivas ou mercados, mais heterogêneo e multifacetado será o processo de mercantilização.



### 1.3 Objetivos

Comparar as transformações e o desempenho do processo de organização da produção e do trabalho das dinâmicas regionais de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró, a partir das suas escolhas, estratégias e resultados, e destacar suas semelhanças e diferenças.

- a) caracterizar a emergência das estratégias de desenvolvimento rural, e descrever a evolução, semelhanças e diferenças da agricultura familiar nas dinâmicas regionais de Alto do Rodrigues, Serra do Mel e de Baraúna, a partir de indicadores sobre estrutura fundiária, produção, migração, mercado de trabalho, rendas, e acesso a infra-estrutura e a mercado;
- b) comparar as variáveis econômicas, sociais e institucionais, e explicar como elas influenciaram nas formas de organização da produção e do trabalho, no processo de reestruturação e reversão do modelo agrícola, nas escolhas e estratégias dos agricultores, e na diversificação e/ou especialização da agricultura familiar das dinâmicas regionais;

#### 1.4 Procedimentos metodológicos

A escolha das dinâmicas regionais pesquisadas não foi aleatória. Tendo em vista que essas dinâmicas seriam retiradas de uma região determinada geograficamente, como é o Pólo Assu-Mossoró, buscamos então em cada uma delas características que se adequassem tanto ao propósito como à natureza da pesquisa. Como o Pólo Assu-Mossoró foi constituído na época de sua criação por onze municípios: Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Assu, Baraúna, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Serra do Mel, e Upanema, decidimos usar o método da eliminação de forma que sobrassem apenas três deles. Primeiro foi feito um cruzamento de dados secundários oficiais, utilizando os do censo do IBGE/FAO/INCRA de 1996, e estaduais fornecidos pelo Instituto de Defesa Agropecuária do RN. A finalidade foi identificar a média de indicadores como população, densidade demográfica, proporção rural-urbana, estrutura fundiária, número de estabelecimentos, e, especialmente, a proporção da presença de estabelecimentos de agricultores familiares. Com essa análise inicial os municípios de Assu e Mossoró foram logo eliminados, pois, além de não atender as proporções desejadas eles apresentavam a natureza de municípios pólo e características definidas de centros urbanos de influência regional. Dos nove que sobraram procuramos aprofundar as formas de eliminação e resolvemos realizar uma pesquisa exploratória para conhecer melhor a realidade de cada um desses nove municípios, e buscar antecedentes que nos munisse de maior conhecimento para planejar a pesquisa. Na pesquisa exploratória foram realizadas visitas às sedes dos municípios, em duas comunidades rurais de cada um decidindo visitar uma considerada mais ativa e a outra mais pobre, e foram feitos ainda contatos diretos com alguns agricultores familiares, além de entrevistas rápidas com lideranças rurais e integrantes de organizações do Estado e de ONG's que atuavam no Pólo Assu-Mossoró.

Dotados de um maior conhecimento da realidade a ser explorada, continuamos com a eliminação dos demais municípios, como foi o caso de Ipanguaçu devido à distorções nos indicadores, especialmente por ser este município do Pólo Assu-Mossoró que mais possui empresas de fruticultura, entre elas a maior, a DEL MONTE FRESH PRODUCE. A eliminação do município de Itajá se deu em função da praticamente ausência da agricultura familiar, e por possuir como atividade econômica predominante a produção de cerâmica, da mesma forma o município de Pendências que além de sua elevada pobreza aparente, onde a atividade da agricultura quase não existe, a atividade econômica da carcinicultura é a que predomina numa lógica *mineradora* de extremamente desigualdade. Dos municípios que

sobraram, Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Baraúna, Carnaubais, Serra do Mel e Upanema, os que mais se aproximaram dos indicadores e mais se adequaram ao propósito da pesquisa, sendo definitivamente escolhidos como dinâmicas de desenvolvimento regional foram Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel.

Estes três municípios se apresentaram como os mais característicos tanto na média dos indicadores, como pela importância de sua agricultura familiar na formação e desenvolvimento de processos no nível local, os quais são capazes de influenciar o ambiente institucional e o processo de reestruturação agrícola a que se submete todo o Pólo Assu-Mossoró. Além da adequação dos indicadores as principais características destes três municípios que reforçou a decisão da escolha são: **Alto do Rodrigues** é o único dos três municípios escolhidos que está situado na região conhecida como Vale do Açu, uma das mais destacadas pela forte presença do Estado que desde os anos 1980 tenta desenvolver a agricultura pela lógica da modernização. Além disso, foi o município do Vale do Açu que mais recebeu programas governamentais direcionados para a agricultura familiar, inclusive o último de *lotes empresariais*, onde metade do Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim encontra-se no seu território. Isso faz de Alto do Rodrigues uma dinâmica com potencial de irradiação de inovação para todo o Vale do Açu, além de produzir um produto específico do Pólo Assu-Mossoró, a banana, e mostrar de forma mais definida uma agricultura familiar inserida em um modelo de intensa modernização agrícola.

**Baraúna** foi escolhida por estar situada na Chapada do Apodi, região conhecida pela influência de Mossoró, eliminando na análise o município de Upanema que se encontra na mesma região e era o seu oponente mais próximo, por possuir antecedentes característicos de uma dinâmica que representa mais do que qualquer outra a transição de um modelo exógeno de modernização agrícola. Foi para Baraúna que o melão migrou do Vale do Açu e de algumas áreas de Mossoró nos anos 1990, levado por uma iniciativa privada que tentava manter o modelo exógeno em áreas menores, fugindo da inviabilidade do gigantismo das grandes empresas que operavam apenas através da irrigação de dinheiro público barato. Foi também na dinâmica de Baraúna, a qual se caracteriza por ser uma dinâmica ainda em construção, mas a maior produtora de melão para exportação do país através de empresas, onde se tentou a mais intensa experiência (ou aventura) de incluir e desenvolver uma agricultura familiar pela ação de uma constelação de Organizações Não-Governamentais. A ação das ONG's, que tinha o Estado como financiador, resultou na aplicação de inúmeras metodologias e na formação de arranjos institucionais específicos entre agricultores familiares

e empresas, e o seu alvo era os assentamentos de reforma agrária que brotaram com força a partir da segunda metade dos anos 1990, os quais serviram como experiência de inclusão.

E, por último, além dos indicadores apontarem **Serra do Mel** como o município de maior proporção, quase cem por cento de agricultores familiares, este se mostrou com um modelo agrícola diferente de todos os outros. Serra do Mel foi o único que se apresentou com antecedentes que mostram a presença de um arranjo institucional local construído a partir da participação coletiva, o que faz de sua agricultura familiar a menos alinhada com a dinâmica da modernização, mesmo encontrando-se em um ambiente institucional que difunde fortemente a *crença* na modernização agrícola. E apesar de não estar alinhada com a modernização, possui *status* de produtor e exportador de um produto específico do Pólo Assu-Mossoró, a castanha do caju, e de quem conseguiu apesar de muito esforço manter certa continuidade e sustentabilidade das suas principais atividades econômicas.

#### 1.4.1 As unidades de análise

Para cumprir com os objetivos desta Tese foram utilizadas duas unidades de análise: a família e as instituições. A partir da primeira procuramos conhecer e compreender as ações dos atores, especialmente os agricultores familiares, no nível micro, sendo esta a que foi submetida à aplicação do questionário estruturado (ver ANEXO 1). Através da família, e além dela, procurou-se interpretar e explicar as escolhas, as estratégias individuais e coletivas, e os resultados fruto do desempenho das formas de organização da produção e do trabalho, as quais definem a diversidade da agricultura familiar nas dinâmicas de desenvolvimento rural e suas combinações. A segunda unidade de análise é formada pelas instituições (âmbito meso/macro). Quanto às instituições, estas foram obtidas parte através dos questionários, parte de entrevistas a lideranças e organizações de interesse que se relacionam e formam arranjos institucionais com os agricultores familiares. Isso pelo fato destas, juntamente com as políticas públicas, desempenharem papéis importantes tanto na definição das escolhas individuais e na elaboração das estratégias praticadas no ambiente interno da unidade de produção, como fora delas nas relações dos atores no desenvolvimento das dinâmicas econômicas regionais. As dinâmicas regionais terão como esferas representativas o espaço, a região e/ou território, aqui representado pelo Pólo Assu-Mossoró, pois se configuram num contexto de realização das relações de produção econômica e reprodução social das famílias e indivíduos, da diferenciação por graus de mercantilização em diferentes estilos de agricultura,

das suas trajetórias, e, enfim, dos modelos de desenvolvimento rural. Acredita-se que através destas duas unidades de análise não se possa fugir da explicação dos níveis micro e meso/macro dos processos de reestruturação agrícola que influenciam as situações de estratificação social e econômica e de diversificação das escolhas e estratégias econômicas e produtivas da agricultura familiar em contextos agrários distintos.

#### 1.4.2 O método de pesquisa

Esta tese propõe a realização de um estudo comparativo para analisar a diversificação da agricultura familiar entre três dinâmicas regionais de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró no estado do Rio Grande do Norte. As dinâmicas escolhidas são: Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel. Com a escolha destes três casos, estruturalmente diferenciados e resultados da implementação de políticas destinadas à agricultura, identificamos os elementos-chaves comuns da dinâmica de desenvolvimento rural e regional e os fatores internos que estimulam ou limitam a consolidação de tal desenvolvimento. A comparação representa um recurso heurístico nas ciências sociais que serve para destacar especificidades. Ela se apóia numa descrição estilizada de certas situações, é arbitrária pela escolha dos casos, e forçosamente parcial pela seleção dos aspectos a serem comparados. O interesse aqui não é emitir um julgamento sobre cada uma das dinâmicas, embora a comparação conduza até certo ponto a um possível exagero na maneira de caracterizá-las, como foi feito no capítulo 4. Os casos são tomados aqui para mostrar que o mesmo ponto de partida (importância da agricultura familiar, modernização agrícola, aproveitando recursos naturais abundantes, vantagens fiscais, terra e mão-de-obra baratas, etc.), a definição das escolhas podem levar a estratégias que produzem resultados muito diferentes no processo de desenvolvimento. Ao que tudo indica, é na maneira como os atores fazem suas escolhas e elaboram suas estratégias, como se organizam, e como utilizam seus recursos, que se encontram os fatores explicativos mais convincentes das diferenças entre as três realidades estudadas. As discussões sobre o uso do método comparativo nas ciências sociais são muitas devido à eficiência da sua aplicabilidade. Com isso propomos apontar, minimamente, algumas questões no uso deste instrumento. Conforme já vínhamos indicando, propõe-se um estudo comparativo para analisar os processos de diversificação da agricultura familiar entre as dinâmicas regionais de Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel. Neste sentido, não esgotaremos aqui a discussão sobre o uso do método comparativo nas ciências sociais, e minimamente propõe-se apontar algumas questões importantes no uso de tal instrumento.

De acordo com Schneider & Schmitt (1998) a operacionalização do método comparativo exige do pesquisador uma série de opções que são decisivas do ponto de vista do resultado final do trabalho de investigação, uma vez que conceitos e construções teóricas nem sempre estabelecem relações claras com grandezas observáveis empiricamente. Por vezes, as próprias variáveis podem não ser pertinente a uma cultura ou a um regime particular. Em outros estudos, no entanto, as variáveis que servirão como instrumento de comparação são construídas mediante análise dos próprios casos selecionados, o que é feito, por vezes, com o auxílio de outros procedimentos que podem ser associados ao método comparativo, como, por exemplo, a abordagem histórico-estrutural. Para Schneider & Schmitt (1998) a comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerado como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. Assim, pode ser lançada uma sistemática, ou raciocínio comparativo, para descobrir elementos importantes como tipos de regularidades, distorções, a construção de tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, explicitando determinações mais gerais dos fenômenos sejam eles econômicos, sociais, ambientais, ou políticos. Através da análise dos métodos e técnicas de pesquisa social, para May (2004) a análise comparativa possui algumas vantagens em relação aos estudos de caso. Uma delas é que a análise comparativa consegue demonstrar e explicar as diferenças e semelhanças capacitando o pesquisador a considerar os fatores macro que influenciam as mudanças econômicas e sociais, os fatores meso que influenciam mudanças institucionais e políticas, e os fatores micro que são peculiares a cada situação considerando o nível local. Para May (2004), *a análise comparativa considera tanto os fatores endógenos como os exógenos.*

É dando importância à reconstituição histórica de casos específicos e de sua comparação, que Barrington Moore (1983) realiza o seu estudo sobre os distintos papéis políticos desempenhados pelos grupos sociais rurais na transição das sociedades agrárias pré-capitalistas para as sociedades industriais mais modernas. É através do estudo da trajetória de diferentes países, a exemplo dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra, do Japão, da China e da Índia, entre outros, que Barrington Moore procura mostrar a presença de múltiplas vias de transição que conectam o mundo pré-capitalista ao mundo moderno. Ali, segundo Barrington Moore, as forças sociais vinculadas ao universo agrário tiveram um perfil de atuação bastante diferenciado. Para Schneider & Schmitt (1998) o nível central de análise sobre o qual se estrutura o trabalho de comparação desenvolvido por Barrington Moore (1983) é o estudo aprofundado dos casos singulares, ou específicos. Barrington Moore tratou de investigar, em cada um dos países, quais foram as combinações específicas de elementos e

fatores que possibilitaram a emergência desta ou daquela configuração social ou arranjo institucional, deste ou daquele “padrão” de transição. E Dessa forma surge a tendência em se estabelecer uma tensão entre as exigências de explicação de um caso específico e singular, e a constante e incansável busca de generalizações.

Por isso, a escolha do método comparativo não é consensual e implica em questões de ordem teórico-metodológicas importantes. March Bloch (1930) citado por Cardoso & Brigholi (1979) afirma que aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos. O método comparativo cumpre, ao mesmo tempo, localizar as diferenças e buscar os fatores que as determinam, e fixar as regularidades manifestadas entre dois ou mais processos observados. Ou seja, o método comparativo não se resume a uma técnica, devendo ser empregado como um princípio explicativo dos objetos analisados, independente do nível de observação.

Dada a complexidade que envolve a análise regional comparada, Targa (1991) afirma que os estudos que integram essa linha de pesquisa devem incorporar três dimensões de análise: a histórica, dando conta da evolução das estruturas ao longo do tempo histórico através do conceito de formação econômica e social enquanto articulação dos modos de produção; a econômico e social, dando conta das relações de produção na acumulação de capital, seja na indústria ou na agricultura, bem como a evolução das relações de distribuição da terra e; a política, dando conta das relações entre sociedade civil e Estado entendendo que as transformações da sociedade civil brasileira são incompreensíveis fora dessa relação. Embora parciais, e talvez pouco conclusivas, as considerações aqui esboçadas sobre a proposição de utilizar o método comparativo são importantes para expor as vantagens e também os riscos da escolha por este método. Para Abromovay (1992), mesmo que a comparação possa expor aos determinados riscos teórico-metodológicos (fundamentalmente pela sua excessiva generalização, na maioria das vezes baseada em variáveis pouco confiáveis), *ela tem o mérito de induzir questões, porque faz da história uma espécie de prova dos nove da teoria e, por aí, exige não o abandono, mas, ao contrário, o aprimoramento do esforço de elaboração teórica.*

A possibilidade de generalizar baseia-se justamente em se levar em conta as singularidades e especificidades estruturais e históricas das formas sociais a qual estamos nos referindo em cada um dos casos. Portanto, pretende-se localizar as diferenças e buscar os fatores que as determinam, fixando as regularidades e continuidades manifestas dos processos observados. De forma objetiva, pretende-se buscar as variações que se apresentam em um fenômeno empírico identificado, neste caso a agricultura familiar, em três dinâmicas regionais

de desenvolvimento rural e reconhecer as causas destas variações entre os casos pesquisados. Através de estudos de caso em contextos agrários distintos realizar-se-á a comparação entre os casos através das escolhas, estratégias e resultados, capazes de caracterizar as semelhanças e as diferenças entre as dinâmicas regionais.

### 1.4.3 Instrumentos de pesquisa

#### 1.4.3.1 A determinação da amostra

Uma das questões que mais comumente são levantadas por pesquisadores sobre amostragem se refere ao tamanho amostral adequado aos objetivos da pesquisa que se pretende realizar. Com base em estudo de Gil (1991), a resposta para a esta questão depende de dois aspectos a serem definidos pelo pesquisador: 1) o nível de confiança alcançado pela amostragem; e 2) a precisão requerida das estimativas do cálculo amostral. Além disso, o tamanho da amostra tende a depender do método de delineamento amostral adotado. Devido à necessidade de comparar três dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró separadamente, ou seja, Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel, o cálculo amostral utilizado e definido como mais adequado para a pesquisa pretendida foi o de Tamanho Amostral para População Finita, conforme fórmula abaixo.

$$n = \frac{\sigma^2 p * q * N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p * q} \rightarrow \text{Finitas}$$

Onde:

$\sigma^2$  = representa o nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão utiliza-se também o valor de Z (95%) = 1,96

$n$  = tamanho da amostra

$p$  = percentagem com a qual o fenômeno se verifica

$q$  = percentagem complementar (100-p)

$e$  = erro máximo permitido

$N$  = tamanho da população

Segundo Gil (1991), existem casos nem sempre frequentes em que o tamanho da população é tão pequeno que por menor que seja a amostra, esta se torna suficientemente grande em relação à população que se torna necessário utilizar a correção, o que não foi necessário no cálculo para a pesquisa desta Tese. A justificativa para este cálculo é a de que, de acordo com a teoria da amostragem quando o tamanho amostral superar 5 % do tamanho



da população, a população é finita e exige este método. A partir do uso deste método se observa que o tamanho  $N$  da população influi no tamanho da amostra fazendo com que esta última se apresente maior ou menor na proporção com a população.

Com relação ao intervalo de confiança para cálculo do erro amostral foi considerado o grau de confiabilidade de 90%, por acreditar ser este adequado para a natureza da pesquisa, pois para o alcance dos seus objetivos a pesquisa realizada com as famílias foi complementada com a pesquisa qualitativa, dados secundários e entrevistas. Quanto à confiabilidade, sabemos que o ideal seria 95%, porém acreditamos que uma pesquisa como esta poderia ser contemplada com 90% de confiança, considerando que outros estudos utilizaram este intervalo, a exemplo do projeto *Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Sul do Brasil*, AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003), entre outros. Outro motivo da escolha desse grau de confiança se justifica pelo número de questionários que aumentariam, tornando inviável o trabalho de campo tanto pelo aumento dos custos financeiros, como pelo tempo de aplicação e tabulação dos dados.

Partindo desse princípio, a determinação da amostra para a pesquisa de campo ficou da seguinte forma: a dinâmica de Alto do Rodrigues teve uma população  $N= 298$ , formada por estabelecimentos familiares em **16** comunidades rurais, e uma amostra  $n= 80$ . Na dinâmica de Baraúna foi encontrada uma população  $N= 995$ , formada por estabelecimentos familiares em **25** comunidades rurais, e uma amostra  $n= 90$ . Por fim, a dinâmica de Serra do Mel teve uma população  $N= 1.196$ , constituída por estabelecimentos familiares em **22** comunidades rurais, e uma amostra  $n= 101$ , conforme tabela 1. A amostragem seguiu a estratificação sistemática por comunidade, ou seja, os dados da população  $N$  por município, mas estratificado por localidade de tal forma que cada uma entrou com um número de amostras  $n$  (entrevistados) compatível com o seu tamanho, mantendo assim a aleatoriedade.

**TABELA 1: Universo, número de comunidades pesquisadas, e tamanho da amostra por dinâmica regional**

| TOTAL  | ALTO DO RODRIGUES                         | BARAÚNA                                   | SERRA DO MEL                                 |
|--|---|---|--|
| $N = 2.489$<br>Comunidades = 63<br>$n = 271$ | $N = 298$<br>Comunidades = 16<br>$n = 80$ | $N = 995$<br>Comunidades = 25<br>$n = 90$ | $N = 1.196$<br>Comunidades = 22<br>$n = 101$ |

**FONTE: Pesquisa de campo, 2007. Elaboração do autor.**

Dessa forma, em números gerais foi identificada uma população total de **2.489** estabelecimentos familiares, foram realizadas visitas em **63** comunidades rurais, e entrevistadas **271** famílias de agricultores. E como se percebe, o tamanho  $N$  da população

influi no tamanho da amostra  $n$  fazendo com que esta última se apresente maior ou menor na proporção com a população.

#### 1.4.3.2 A construção do banco de dados

Para o tratamento das informações coletadas na pesquisa de campo foi utilizado um Banco de Dados já formatado por ocasião da realização do projeto *Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Sul do Brasil*, AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Essa se configurava uma base de dados que já dispunha de informações levantadas na mesma sistemática de avaliação acerca de municípios de regiões estratégicas de observação da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, o que facilitou no ajuste da metodologia de análise. Cabe aqui ressaltar a importância valiosa do ambiente de grupo proporcionada pela participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD/PGDR). Sob a liderança do professor Sergio Schneider, seus integrantes tiveram um papel fundamental no ajuste da estrutura do questionário e do Banco de Dados tendo em vista a realidade do Pólo Assu-Mossoró, além de estarem sempre disponíveis para discutir e ajudar nos aperfeiçoamentos constantes.

Os ajustes foram feitos com o cuidado de manter sua estrutura e as variáveis compatíveis, sempre tomando por base estudos recentes que já tinham utilizado o Banco de Dados do GEPAD/PGDR, a exemplo das pesquisas de Gazolla (2004), Radomsky (2006), Perondi (2007) e Conterato (2008), entre outros, além de outras dissertações. O ajuste da metodologia através dos questionários e do Banco de Dados demonstrou que o seu arranjo permite estabelecer considerações acerca das escolhas e estratégias de produção econômica e de reprodução dos agricultores familiares, e os resultados obtidos a partir de dinâmicas regionais permitindo, inclusive, analisar semelhanças e diferenças entre elas.

#### *1.4.4.3 As principais variáveis analisadas*

As variáveis analisadas são as mesmas que constituem as informações determinadas pelo método da pesquisa de campo, e privilegiam os seguintes blocos:

Bloco 1: o domicílio: abordando questões sobre o número de membros da família, escolaridade, faixa etária, sexo, etc;

Bloco 2: unidade produtiva: abordando questões sobre os fatores de produção – terra, capital e trabalho -, tamanho da propriedade, formas de obtenção, capital disponível, etc;

Bloco 3: os processos de produção: abordando questões acerca dos tipos de cultivos, formas de alocar o trabalho da família e de contratados, tecnologia adotada e o autoconsumo;

Bloco 4: o ambiente social e econômico: abordando questões sobre compra e venda de insumos e produtos, tipos de mercados acessados, instituições locais e regionais, custos de transação, localização, formas de pagamento, uso de crédito, etc;

Bloco 5: a produção propriamente dita: abordando questões sobre volumes de produção, geração de renda monetária, proporções das rendas agrícolas e não-agrícolas, as formas de beneficiamento e a agregação de valor, quantidade vendida em relação à total, etc;

Bloco 6: a racionalidade do agricultor: abordando questões sobre como realiza suas operações de investimento, planejamento, alocação dos fatores de produção, etc. e;

Bloco 7: representações sociais, culturais e simbólicas: questões sobre opiniões de ruralidade, valores, práticas sociais, instituições, comportamentos, sociabilidade, etc.

## 2 CAPITALISMO, ESTADO E INSTITUIÇÕES E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O debate sobre o tema desenvolvimento no Brasil vem principalmente da segunda metade do século XX, período em que a conjuntura do capitalismo internacional favorecia, especialmente nos países em desenvolvimento, uma concepção de projeto nacional que colocava o Estado como principal responsável pelo planejamento, financiamento e organização do desenvolvimento econômico. Os debates mais intensos aconteceram em nível internacional estimulados por importantes cientistas sociais e políticos preocupados com os resultados negativos da concentração gerada pelo crescimento do pós II Guerra Mundial, e a não adequação da proposição macroeconômica fundamentada no *mainstream* neoclássico para os países e regiões subdesenvolvidas. A proposição neoclássica se configurava na base que fundamentava o livre comércio mundial, o qual se desenvolvia através de uma divisão internacional da produção e do trabalho definida pelos países centrais após a II Guerra. Isto na tentativa de fortalecer as bases do capitalismo nas nações menos desenvolvidas, e reproduzir ali o seu padrão de produção e de consumo. Para isso, a estratégia era a de transferir para aquelas a atribuição de produzir bens de baixo valor agregado, como produtos agrícolas e matérias primas para o consumo produtivo dos países ricos, e a de comprar produtos e adotar tecnologias de alto valor agregado, como bens de capital dos países ricos.

Como consequência tinha-se por um lado à obtenção de uma generosa vantagem comparativa por parte das nações mais desenvolvidas e, por outro, uma submissão a um modelo exógeno de inovação tecnológica que aumentava cada vez mais a dependência dos países mais pobres, reduzindo a autonomia e a participação dos mercados, e criando uma distância crescente dos níveis de desenvolvimento entre estes países e suas regiões. Dessa forma, o rumo de polarização que a sociedade capitalista tomava, principalmente quanto às formas de produção e distribuição da abundante riqueza proporcionada pelo crescimento econômico do pós II Guerra, promovia transformações no seu interior. E as mudanças resultantes do seu movimento traziam consigo, especialmente para os países em desenvolvimento, a concentração espacial e uma profunda desigualdade regional. Isso despertou a preocupação nas nações e regiões menos favorecidas quanto ao seu papel e condição na ordem internacional, e estimulava em nível regional a intensidade do debate sobre o desenvolvimento a partir de cientistas sociais e políticos regionais.

As transformações do capitalismo internacional dos últimos cinquenta anos são resultados da influência do *velho* desenvolvimento dos anos 1950, o qual foi teorizado pelo debate clássico de espaço-região e explorado por uma vasta e consolidada literatura ao longo dos anos. Sob os auspícios do Estado, esta lógica foi implementada nos países subdesenvolvidos com o propósito de modernizar suas estruturas produtivas e promover a integração do capitalismo mundial. Entre os anos 1950 e 1970 houve a implementação e intensificação no nível externo, e submetida a uma transição nos anos 1980 e 1990 com um processo de reestruturação capitalista promovido pela globalização da economia. Com a globalização, um novo debate surge e passa a se moldar a uma ordem internacional de livre mercado que sugere a redução da ação do Estado e uma maior descentralização, isso fundamentado na defesa de um *novo* desenvolvimento baseado na idéia de espaço-território. Nessa nova realidade, caracterizada pela abertura dos mercados, busca-se estimular uma mobilidade de capital, o que sugere uma maior interação entre organizações e instituições, onde o Estado passa a ceder espaço para novos atores. Dessa forma, o Estado passa a redirecionar as suas políticas no sentido de estimular as condições necessárias para que forças endógenas possam emergir e se desenvolver através da iniciativa e escolhas dos atores no nível local. As transformações características da última metade do século passado até os dias atuais se inscrevem num contexto mais geral do capitalismo contemporâneo que revela a transição de uma perspectiva *rígida* de crescimento exógena, concentrada e organizada pelo Estado nacional, para uma outra de desenvolvimento endógena e mais *flexível*, descentralizada e de regulação global. E a complexidade que emerge resultante dessas transformações, especialmente a que se constituiu no meio rural, exige da teoria ajuste e esforços para sua explicação e interpretação. É o que destacaremos neste primeiro capítulo.

## 2.1 A contribuição da análise institucional ao desenvolvimento rural

Nas últimas décadas vem cada vez mais se intensificando no nível internacional a discussão sobre as abordagens institucionalistas e suas contribuições nas análises do ambiente econômico e social no processo de desenvolvimento. As instituições são colocadas, em essência, como restrições ao comportamento individual, criadas pelos próprios indivíduos para permitir uma melhor interação entre organizações e atores. Os mais promissores avanços teóricos e empíricos no estudo desse tema têm sido alcançados nos últimos anos pela Nova Economia Institucional (NEI). O interesse por essa abordagem tem feito surgir adeptos em vários campos do conhecimento, com destaque para a ciência política, a sociologia e a economia. O seu domínio e sua versão econômica, os quais destacaremos neste item, encontra referência em expoentes como Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North.

A superação do debate nacional-desenvolvimentista que dava sustentação às abordagens regionais dos anos 1950, e sua substituição pela abordagem regional de desenvolvimento territorial a partir dos anos 1970 e 1980, fizeram surgir transformações e desencadear impactos, os quais passaram a provocar estratégias locais de reação e adaptação. E em países e regiões menos desenvolvidas, a exemplo da América Latina, do Brasil e de suas regiões, o desenvolvimento se caracterizou pela desigualdade tanto no acesso às oportunidades como de recursos, baseado em um ambiente institucional muitas vezes instável. Na falta de confiança no ambiente institucional, a escolha de caminhos e de estratégias era uma atribuição muitas vezes limitada ao Estado em seu planejamento centralizado, apenas alguns poucos atores eram favorecidos pelas políticas direcionadas do nível macro. O fato da prática de favorecimento ter exigido mais um caráter de proximidade e imediatismo do que exigir contrapartidas no longo prazo e com continuidade, com regras claras de incentivos e punições visando um desenvolvimento de nação, ou de região, a ação dos atores no nível local foi a de buscar seus próprios caminhos. E por meio de escolhas e estratégias realizadas de forma mais individual do que coletiva, a tendência tem sido a construção de caminhos em várias direções, predominando trajetórias descontínuas em dinâmicas regionais desiguais caracterizadas por diferentes faces e fases de desenvolvimento no tempo e espaço.

Na agricultura, como definem Eaton & Meijerink (2007), recentes discussões de uma nova agenda para o desenvolvimento têm destacado contribuições e perspectivas que merecem a atenção de pesquisadores e elaboradores de políticas. Isso por tratarem da necessidade de considerar o potencial e a capacidade coletiva dos agricultores familiares e de

reforçar suas habilidades na criação e fortalecimento de mercados locais e regionais, o que foi pouco considerado pelas políticas de desenvolvimento. O reconhecimento dessa necessidade passou a caracterizar a perspectiva institucional como adequada para ajudar a interpretar e explicar processos de produção e reprodução a partir das escolhas e estratégias dos atores nos níveis local e regional, a exemplo das análises sobre mercantilização e estilos de agricultura, as quais veremos mais adiante.

Com a finalidade de ajustar o estudo das instituições para o contexto rural buscaremos examinar como se tem dado ênfase ao seu papel no debate, pois adequar as instituições chega a ser, atualmente, o paradigma dominante na formulação de políticas e pesquisas na agenda do desenvolvimento. Como consequência do ajuste estrutural e de reformas econômicas numa abertura de mercado, as políticas voltadas para modelos centralizados e do tipo *top down* vão gradativamente caindo em desuso e dando lugar a políticas com enfoque na capacidade e participação dos atores. Esse movimento se justifica pela necessidade de uma maior descentralização que visa fazer da população local uma parceira cada vez mais ativa, e não submetê-la ou substituí-la nos esforços em busca do desenvolvimento. Neste enfoque, o qual é caracterizado para modelos *bottom up*, as instituições têm um importante papel na interação entre os atores e na elaboração de suas estratégias frente à globalização definindo incentivos no nível macro, mediando políticas no nível meso, e reforçando ações no nível micro que podem levar a uma melhor utilização de recursos e oportunidades. Mas, para compreender o seu papel, precisamos primeiro entender o que são as instituições, como mudam e evoluem, e como são efetivadas e enraizadas no meio rural. É do que trataremos daqui em diante.

### 2.1.1 Entendendo as Instituições

A definição de instituição tem sido colocada como bastante complexa e diferenciada variando conforme diferentes autores e abordagens. Em virtude da sua importância, é oportuno que seu conceito seja destacado a fim de esclarecer qual a definição adotada, dada a vasta profusão de terminologias encontradas na literatura corrente. De um lado, o termo se refere a um conjunto de organizações formais, tais como empresas, universidades, agências governamentais, adquirindo um sentido mais estrito de *arranjo*. Por outro lado, o conceito também apresenta uma conotação mais vasta, reportando-se à antropologia e a sociologia,

incorporando o conjunto de normas e/ou restrições construídas pela sociedade, cujo fim é a redução da incerteza presente no *ambiente* econômico e social, a partir da redefinição de condutas e comportamentos, os quais possam modelar as escolhas e as estratégias dos atores. Para a NEI de meados dos anos 1960, as instituições são instrumentos e mecanismos da ação coletiva e cumprem o papel de dar ordem ao conflito.

Cabe destacar que grande parte dos estudos sobre instituições busca diferenciar estas da noção de organização. Em seu trabalho *Institutions, institutional change and economic performance*, de 1990, North define as *organizações* em termos de estruturas de funções reconhecidas e aceitas, enquanto que as *instituições* são definidas como crenças, normas, condutas e regras que permitem o desenvolvimento das funções e estruturas das organizações. De acordo com Eaton & Meijerink (2007), assim como as instituições, as organizações também fornecem uma estrutura para a interação humana, e conceitualmente regras (que são instituições) devem ser diferenciadas dos jogadores (que são as organizações). Por um lado, segundo Eaton & Meijerink (2007), as regras definem as escolhas para o caminho que o jogo deve ser jogado, e, por outro, o objetivo dos jogadores dentro desse conjunto de regras é o resultado, ou seja, ganhar o jogo pela melhor combinação de habilidades, estratégias, e coordenação. Deve ser considerado que organizações são também formadas por regras internas, principalmente quando são vistas em um amplo contexto de conflitos onde estão incluídos, entre outros elementos, processos de produção e grupos comunitários.

Uma distinção útil entre diferentes níveis institucionais também foi elaborada por Williamson (2000), quando procurou distinguir ambiente institucional de arranjos institucionais. Para este autor, arranjo institucional se refere a um conjunto de incentivos e restrições (ou punição), ambos formais (leis, contratos, acordos, etc.) e informais (normas de comportamento social, etc.), as quais interagem com o ambiente institucional e condiciona a interação econômica. Na concepção de Williamson (2000), o ambiente institucional tem sua aplicação mais adequada para o nível macro, ou seja, de país ou região. O arranjo institucional, também considerado organizações, se refere a estruturas de *governança* e compreende grupos conduzidos em um nível mais micro por meio da definição de incentivos e a exigência de contrapartidas visando alcançar algum objetivo comum. De acordo com Eaton & Meijerink (2007), são exemplos comuns de arranjos, ou estruturas de *governança*, empresas, agricultores familiares, e cooperativas (como organização econômica), incluindo também escolas, Universidades, Igrejas, sindicatos, etc. (como organização social e política).

Para alguns especialistas, o desenvolvimento se configura como uma evolução complementar das organizações e instituições, pois as instituições influenciam o desempenho



da economia através dos seus efeitos sobre os custos de transação e de produção e, conforme define North (1990), junto com a tecnologia elas determinam os custos de transação e de transformação na formação dos custos totais. A análise dos custos de transação vem de Coase (1937), quando este desenvolveu uma teoria para explicar a firma e sua estrutura vertical, a incidência de contratos incompletos e a existência dos custos de organização, ou de transação. Para Coase (1937), em um mundo sem custos de transação, (como o cenário da abordagem neoclássica que, do seu ponto de vista, são irrelevantes), as instituições não seriam necessárias para explicar a eficiência com que a economia opera. Para Coase (1937) isso explica como as sociedades que mais se desenvolveram ao longo do tempo, foram aquelas que construíram mecanismos institucionais capazes de reduzir os custos de transação nas relações de trocas entre indivíduos. Para Coase, em seu artigo *The nature of the firm*, de 1937, os custos de transação podem ser entendidos como os custos de utilização do mecanismo de preços, ou seja, a parcela de custos adicionais (para além do preço de compra) resultante de uma transação. E a decisão de utilizar ou não o mecanismo de preços muitas vezes conduz os atores para o seguinte dilema: fazer internamente, ou comprar de fora? (*make or buy?*). A parcela de custos adicionais pode assumir a forma de dinheiro, tempo, ou de oportunidade, esta última pode estar relacionada com a viabilidade da escolha pelo caminho de *fazer* internamente garantindo mais o controle do processo, certa continuidade, e relativa autonomia, ou *comprar* de fora submetido muitas vezes a um controle externo, a descontinuidades, e a dependência externa.

Do ponto de vista institucional, isto representa uma escolha por parte do ator (nesse caso a firma) quando do momento de decidir fazer combinações para produzir um determinado bem os custos de transação por *comprar* de fora forem maiores do que os custos de transação por *fazer* internamente. Daí a decisão de realizar ou não a integração vertical, o que pode resultar em uma lógica endógena com mais autonomia, menores custos de transação e baixa mercantilização, ou uma lógica exógena dependente de encadeamentos, sejam com movimentos para trás ou para frente, altos custos de transação e elevada mercantilização. Para Coase (1937), isso explica como as sociedades que mais se desenvolveram foram aquelas que escolheram construir mecanismos institucionais capazes de reduzir os custos de transação.

Williamson (1993), que tem os custos de transação como unidade de análise, vem contribuir com Coase para o entendimento de como se formam e se modificam as estruturas de governança nas sociedades, sendo estas um conjunto de instituições que permite que uma transação se realize de forma contínua no mercado. Os custos de transação consistem essencialmente de todos os recursos, em particular o tempo dos indivíduos para procurar,

negociar, concluir e efetivar (enforcement) um acordo para a troca de bens e serviços. Os altos custos de transação decorrem do elevado preço da informação, e dos riscos que levam a problemas de coordenação e falhas de mercados, onde estas falhas aumentam ainda mais os riscos e os custos de troca. As falhas de mercado decorrem dos altos custos da informação e do fato de que as partes de uma transação detêm informações e poder de forma assimétrica<sup>1</sup>.

Tomando o exemplo da interação entre tecnologia e mercados, a qual van der Ploeg (1994) utiliza em suas análises sobre a mercantilização e os estilos de agricultura, os conceitos e ferramentas da Nova Economia Institucional podem ajudar a explicar processos de adoção e difusão de tecnologias na agricultura, implantados em países e regiões subdesenvolvidas. Na maioria desses países, segundo Eaton & Meijerink (2007), o círculo vicioso do subdesenvolvimento é resultado de altos custos de transação e riscos em mercados de insumos, produção e crédito. E o Estado com seus programas de modernização agrícola que adotam a ênfase neoclássica têm contribuído para a elevação dos custos de transação, pois o seu caráter determinista e centralizado não considera riscos, nem os custos de transação. Estes custos e riscos surgem da pouca densidade de transações, bem como dos deficientes e pouco confiáveis ambientes e arranjos institucionais. De uma perspectiva econômica, um ambiente com instituições deficientes significa a falta de clareza de regras e de confiança fazendo com que atores e organizações vejam altos riscos para seus investimentos, a ponto de não ter o incentivo suficiente para acreditar que vai obter as recompensas esperadas.

Tais riscos, por exemplo, são altos quando a propriedade privada não é devidamente protegida, ou quando para superar dificuldades em concluir ou efetivar acordos chega a ser necessário usar meios sujos como a proximidade e a corrupção, ou mecanismos extremos como o uso da força física. Estes riscos reduzem os incentivos a investir resultando em menor capacidade de inovação, quando se trata da inserção ou melhoramento de uma tecnologia, e em menos produtividade e de conhecimento, se tratando da necessidade de estimular e reforçar as formas coletivas de organização da produção e do trabalho. Neste sentido, os arranjos institucionais, os quais incluem mecanismos sociais de regulação de nível local além de outras formas organizacionais, representam a estrutura normativa das relações entre indivíduos, necessária para conduzir atividades econômicas com continuidade, e devem ser construídos e reforçados a partir “de baixo” para reduzir a incerteza no longo prazo.

---

<sup>1</sup> Essa constatação se aproxima da assimetria nas relações entre empresas e agricultores familiares durante o processo de “integração” produtiva no pólo Assu/Mossoró, a qual veremos no capítulo II desta Tese, em que se constata um *monopsônio* econômico na produção e exportação de frutas. Para a diminuição destas “falhas” ou imperfeições de mercado North (1990) propõe “restrições” formais e informais no ambiente institucional, as quais têm como finalidade regular as “regras do jogo”.

No cenário econômico de Williamson (2000), conforme definido por Saccomandi (1998), *o mercado é um ambiente complexo por causa da incerteza, da imprecisão e da interdependência dos atores. Por isso opera sob condições de racionalidade limitada e 'risco moral'*. Nestes mercados, conforme Eaton & Meijerink (2007), atores como os agricultores familiares aspiram se inserir, baseados em oportunidades econômicas, bem como apoiados por elementos do ambiente institucional como os incentivos, mas adotando escolhas construídas a partir de modelos mentais (percepções subjetivas) que propiciam uma representação da realidade. Tais modelos, segundo Williamson (1993), são elaborados a partir de estruturas dadas que se modificam à medida que são confrontadas com a experiência e o aprendizado. Neste momento, para Saccomandi (1998), é onde ocorre a interação entre a tecnologia e o mercado em que o agricultor escolhe *fazer* internamente utilizando mais o seu conhecimento natural do aprendizado diário, ou *comprar* de fora o conhecimento científico, definindo a mercantilização em determinados tipos de estilos de agricultura, conforme van der Ploeg (1994). Para Williamson (1993), a matriz institucional de uma sociedade em um determinado tempo é constituída de regras e normas formais e informais<sup>2</sup>, bem como pelas instituições que garantem a sua aplicação (enforcement).

De acordo com Eaton & Meijerink (2007), os atores são menos confiantes em empreender projetos se existe considerável risco de que seus bens possam ser confiscados. Assim, direitos de propriedade desempenham um papel central no desenvolvimento econômico. Isso pode se referir, ainda, para definir as formas de acesso, utilização, e transferência de propriedade de recursos físicos como a terra, o capital, etc., bem como de bens intangíveis como conhecimento e tecnologia. Segundo Eaton & Meijerink (2007), a maneira pela qual os direitos de propriedade são estruturados tem importantes implicações para uma eficiente organização das formas de organização da produção e do trabalho, mas também para a distribuição de riqueza e do poder na sociedade. Em termos de eficiência, a estrutura dos sistemas dos direitos de propriedade determina a que atividade conceder incentivos para atores privados analisando os possíveis efeitos positivos ou negativos sobre outros atores, isso através de regras claras que determinam contrapartidas e mecanismos de punição. Em termos de políticas igualitárias, os direitos de propriedade definem, por exemplo, quem possui o que, quem tem poder de decisão sobre o que e sobre quem, e quem recebe os benefícios gerados pela utilização dos recursos. Assim, direitos de propriedade são

---

<sup>2</sup> Muitas vezes *capital social* é visto como restrições ou regras informais. Capital social se refere às características de organização social, tais como confiança, normas, e redes de solidariedade, as quais podem melhorar a eficiência da sociedade por facilitar a ação coordenada. Entretanto, capital social nem sempre contribui para melhorar a eficiência da sociedade.

instituições sociais e econômicas básicas e importantes, pois determinam as regras de incentivos e de punição para as práticas do investimento, da produção e para as relações de troca.

Por outro lado, para Williamson (1993), é em razão especialmente das restrições comportamentais informais que se pode dizer que a evolução da matriz institucional, ao longo do tempo, é *path dependent*. E é onde, segundo North (1990), a tecnologia tem um importante papel na determinação deste caráter contínuo e evolucionário das instituições, por projetar a noção de dinâmica, de trajetória, ou *path dependece* via progresso técnico, o que torna adequado nas análises sobre mercantilização e estilos de agricultura de van der Ploeg (1994). As restrições informais, em última instância, podem ter um decisivo papel em determinar o sucesso ou fracasso de modelos econômicos e a falência de mercados. São elas que legitimam as regras formais servindo de mecanismos de *enforcement* e, segundo Williamson (1993), estão sujeitas a um processo muito mais lento e gradual de evolução. As regras informais são todas as regras implícitas e relacionadas com a tradição e cultura, como os costumes, condutas, práticas, e hábitos que são mais ou menos seguidos por certo grupo ou sociedade. E o papel atribuído ao comportamento e a reputação daqueles que realizam relações torna-se muito importante, e, segundo Putnam (1993), tende a se desenvolver especialmente no nível local um círculo virtuoso formado por laços de confiança, solidariedade e cooperação. Mas, para haver a cooperação, conforme Putnam (1993), é preciso não apenas confiar nos outros, mas também acreditar que goza da confiança dos outros.

Mas muitas vezes o contrário pode ser verdadeiro, ou seja, situações onde nem todos respeitam as regras, ao contrário chega a ser até natural trapacear e reforçar a corrupção, e onde predominam relações baseadas na pessoalidade e na proximidade, podem levar a um círculo vicioso de reputação negativa, de desconfiança, oportunismo e ausência de cooperação. Um ambiente institucional que faz funcionar suas instituições nesse sentido, tende naturalmente a reproduzir e enraizar instituições para movimentos circulares que lembra a *causação circular e acumulativa* pelo qual *um fator negativo é causa e efeito de outros fatores negativos* de Myrdal (1972)<sup>3</sup>, e onde todos acabam perdendo. Com isso, regras informais podem resultar em elevados custos de transação (custos de fiscalizar e fazer cumprir

---

<sup>3</sup> Para Myrdal, um dos autores desenvolvimentistas dos anos 1950 e que tem como obra mais conhecida a *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, de 1972, o desenvolvimento ocorre a partir do princípio do *círculo vicioso* denominado *causação circular e acumulativa*, pelo qual *um fator negativo é, simultaneamente, causa e efeito de outros fatores negativos*. Este autor defende que, em oposição aos efeitos regressivos existem, ao mesmo tempo, certos efeitos propulsores (*trickling down* ou *spread effects*) centrífugos que devem ser estimulados e propagados do centro dinâmico de expansão econômica para outras regiões. Em última instância, para este autor, *os países ricos reproduzem a riqueza, enquanto os pobres tendem a reproduzir a pobreza*. (Myrdal, 1972; p.58).

acordos) e, neste caso, o arranjo institucional é depreciado e cada vez mais desacreditado, e práticas como a corrupção, a traição e o nepotismo, comuns em países e regiões subdesenvolvidas, podem se tornar comuns a ponto de se efetivarem como uma instituição em si. Nesta lógica, Williamson (2000) chama a atenção para as instituições formais como forma destas dotarem os atores de mais capacidade para lidar, no nível local, com problemas como o oportunismo e a deserção. A existência destas distorções nas estruturas institucionais remete ao conflito, onde se torna necessária a constante luta entre atores e organizações nos mais diferentes níveis, com a finalidade de diminuir a assimetria existente e realizar alterações e ajustes tendo em vista promover a mudança e a evolução institucional.

### 2.1.2 A mudança institucional e o desenvolvimento rural

De acordo com definição de Eaton & Meijerink (2007) *é importante considerar que instituições estão em constante estado de mudança e evolução*. Porém, conforme Williamson (2000), a velocidade da mudança pode ser lenta em muitos casos, e determinadas configurações institucionais podem permanecer estáticas por períodos de tempo longos. Dessa forma, existe uma clara ligação entre mudança institucional e processos de aprendizado, o qual abre as possibilidades de alteração na estrutura institucional. Para Eaton & Meijerink (2007), a importância das redes sociais em promover as relações entre atores e reduzir custos de transação merece destaque. Mas redes podem servir também para limitar a entrada de novos competidores na conquista de posição em mercados, e, assim, inibir a mudança institucional. Este tipo de barreira à entrada é mais comum em mercados estruturados em oligopólios, e que se apresentam relativamente estáveis ao longo do tempo, como aqueles dominados por *commodities*. Conforme Eaton & Meijerink (2007), nos países e regiões subdesenvolvidos onde o ambiente institucional muitas vezes se caracteriza pela instabilidade, descontinuidade, e baixo nível de confiança, tem-se notado que mesmo o estabelecimento de regras formais escritas, a exemplo da constituição do país ou da implantação de programas públicos de desenvolvimento, não tem sido suficientes para realizar a mudança institucional.

Quanto à limitação do ambiente institucional chama a atenção para a dificuldade que tem sido fazer funcionar eficientemente o programa governamental destinado ao desenvolvimento rural: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF<sup>4</sup>. Os limites dessa política em criar condições institucionais suficientes para

---

<sup>4</sup> Inúmeros trabalhos acerca do desempenho do PRONAF, a exemplo de Abramovay (1999), Aquino *et al* (2004), Guanzirolli (2006), entre outros, citam a preocupação acerca do uso dos recursos financeiros para

incentivar o agricultor fazendo-o se sentir parte importante de um projeto maior de desenvolvimento, têm restringido o seu desempenho. Muitas vezes, a deficiência na aplicação das regras, além da ausência de um plano ou eixo estratégico que conduza a objetivos comuns, tem construído um ambiente sem incentivos, sem a exigência de contrapartidas ou punições, levando agricultores familiares a destinar os recursos movidos mais por prioridades imediatas que nem sempre estão relacionadas com a atividade agrícola. Isso significa dizer que não basta apenas garantir o acesso aos recursos, mas definir claramente suas formas de utilização e exigir contrapartidas e determinar penalidades capazes de restringir a ação oportunista ou trapaceira dos que assim resolverem agir. Sem uma mudança institucional nesse sentido, a tendência é essa política criada para o desenvolvimento rural contestando muitas vezes o favorecimento histórico ao agronegócio, não ser utilizada na plenitude e também gerar multiplicadores com impactos e resultados muito aquém do esperado pela sociedade. Esta mesma limitação institucional serve também para programas como o de reforma agrária. E estes dois programas, o de reforma agrária e o PRONAF, estão presentes nas dinâmicas analisadas do Pólo Assu-Mossoró, com especial destaque para Baraúna.

Uma instituição é bem sucedida apenas se ela for respeitada ou poder ser efetivada. Elaborar novas regras tem sido relativamente simples, mas se as novas regras não forem aplicadas e respeitadas (devido às penalidades), elas não são efetivadas e pode-se argumentar que estas não equivalem a uma instituição. Eaton & Meijerink (2007) acreditam que, embora questões envolvidas na mudança institucional sejam complexas, há espaço para a adaptação de instituições de um lugar para outro, pois inovações institucionais acontecem e são copiadas. Porém, quando isso é determinado por atores externos e “de cima”, como tem sido a introdução dos programas governamentais de modernização agrícola, isso pode ser difícil prever como novos arranjos se formarão e funcionarão em diferentes ambientes. Em particular onde já existe uma dinâmica e um conjunto enraizado de normas e crenças informais, os quais para van der Ploeg (1994) também representam mecanismos sociais de regulação, estes últimos são destruídos durante a implantação de programas exógenos de modernização nas regiões menos favorecidas. Neste caso, programas novos deveriam considerar o desenvolvimento no nível local a partir da cultura, das aspirações, e das necessidades dos atores no nível local e comparar casos, destacando aqueles em que suas trajetórias tenham sido construídas sobre bases de confiança, e que possam servir de exemplo.

---

variados fins. Desde a compra de motos, consumo de bens pessoais que o programa não contempla, até a alimentação de redes locais de corrupção a partir de arranjos institucionais formados por funcionários de organizações públicas, ONG's, sindicatos, etc., os recursos do PRONAF tem sido utilizados muitas vezes sem gerar impacto na atividade agrícola, nem as transformações locais com o resultado esperado.

É o que van der Ploeg & Saccomandi (1995) atentam sobre áreas agrícolas onde estilos de agricultura são mais viáveis do ponto de vista do desenvolvimento rural, em que estes resultam em mais efeitos multiplicadores (ou economias externas) positivos. E esta é uma preocupação da análise institucional, no momento em que esta considerar,

A característica formal do ambiente institucional (leis, judiciário, política, burocracia) são cruciais no exame do desenvolvimento das nações e para a realização de comparações intertemporais entre regiões, nações e Estados. [tradução nossa] (WILLIAMSON, 2000 p. 607).

E de fato, a prática da comparação para entender a dinâmica do desenvolvimento tornou-se um campo de pesquisa crescente entre os vários cientistas sociais, e a NEI tem realizado importantes contribuições nesse campo. É o que pretendemos com esta Tese, quando nos dois últimos capítulos realizaremos a comparação das estratégias e dos resultados da trajetória de três dinâmicas regionais de desenvolvimento rural (Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel) na região Nordeste do Brasil. É com base nisso que o recente interesse das agências de desenvolvimento em apoiar modelos institucionais que contribuam para reduzir a desigualdade, tem se centrado sobre estratégias que sejam capazes de capacitar e dotar de habilidades atores locais para suas escolhas. E esta capacitação tem sido vista como essencial para estimular o processo de organização, tendo em vista a construção de estratégias que definam um sentido à vida dos agricultores familiares e que sejam capazes o bastante para promover a evolução das regras mais a seu favor. Assim, estas iniciativas, as quais são centradas e orientadas na perspectiva do ator nos diferentes níveis, acreditam na sua capacidade coletiva de contribuir com o desenvolvimento tentando apóia-los nas suas práticas e conhecimento, e não substituí-los como defende a lógica da modernização agrícola.

Tais iniciativas se destinam ainda a melhorar o poder de barganha dos pobres em relação aos mais ricos nas articulações em andamento, nas quais regras formais e informais são mantidas ou mudadas para reduzir a assimetria e a desigualdade entre eles. Mas iniciativas como estas podem não necessariamente levar aos seus efeitos de capacitação pretendidos. Através da descentralização de poder e autoridade, as decisões importantes até podem ser atribuídas a lideranças do governo municipal que possam ser mais acessíveis aos agricultores mais pobres. Mas pode haver também o risco de que oligarquias locais se apropriem dos recursos para seu próprio benefício. Isso lembra da imagem *egocêntrica*<sup>5</sup> de Hirschman

---

<sup>5</sup> Ao mostrar que nas regiões atrasadas a (...) *idéia da transformação se configurava no principal obstáculo à própria transformação*, segundo Hirschman (1961; p.46) tem-se na imagem *egocêntrica* o caráter de que a transformação pode ser concebida desde que favorável ao indivíduo e que não consista em estender os benefícios a todos do grupo. No caso das sociedades atrasadas, a tendência seria a de que o indivíduo colocado diante de

(1961), onde nos anos 1950 este autor de inspiração desenvolvimentista já alertava para regiões subdesenvolvidas que as estruturas verticais submetia a dinâmica local e drenava os benefícios do desenvolvimento para o indivíduo. E sem instituições para inibir ou determinar punição, o indivíduo egoísta e oportunista agia livre, limitando o acesso dos demais da comunidade ou região, e afirmando a tendência para a concentração e a desigualdade. Isso combina ainda ao perigo da mediação de um terceiro, geralmente o Estado<sup>6</sup>, quando, segundo Putnam (1993), muitas vezes não se configura em solução adequada para problemas coletivos, pois se exige deste terceiro uma conduta confiável. E isso pouco acontece em sociedades subdesenvolvidas, onde o comum é a força coercitiva ser usada pelos que se apropriam do Estado (a exemplo das famílias oligárquicas), às expensas do resto da sociedade.

Este ponto apresenta muita compatibilidade com o ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró e das suas dinâmicas regionais estudadas nesta Tese, onde historicamente as relações entre atores e organizações são verticais, e o Estado tem sido submetido por oligarquias e sua estrutura utilizada em favor delas e dos poderosos que se encontram em sua vizinhança. Mesmo assim, no plano das dinâmicas econômicas locais e regionais e suas relações com o global, o Estado passa a ter um papel importante quanto a sua nova função de regulador que, junto com atores privados e instituições, de dar ordem ao conflito tendo em vista a necessidade da sinergia entre os atores e o mercado. Para North (1994), que nesta obra se refere a *custos de transação, instituições e desempenho econômico*, o papel do Estado na formação de um arranjo institucional deve ser o de mantenedor, e não gestor da ordem econômica, como atuava em outros tempos o Estado de Hobbes e o nacional-desenvolvimentista. E a ausência ou deficiência das instituições produz realidades caracterizadas pelo desenvolvimento desigual e atraso econômico, criando condições políticas que induzem o Estado a intervir ainda mais fortemente reforçando a desigualdade.

E em um ambiente de globalização, como se apresenta o do Pólo Assu-Mossoró e suas dinâmicas regionais, existem de um lado grupos poderosos que se beneficiam da proximidade com o Estado, como grandes companhias e, de outro, grupos de pequenos e em desvantagem de desenvolvimento como dos agricultores familiares, que reagem, se adaptam, e buscam mudanças nas regras a seu favor. Daí, a necessidade de dotar os atores, especialmente os agricultores familiares, de capacidades e habilidades que os tornem capazes de lutar com mais

---

vantagens do desenvolvimento econômico, este passaria a interpretar da forma pela qual pudesse melhor se apropriar e tirar proveito apenas para si e para os seus.

<sup>6</sup> Neste contexto, é de se esperar que predomine a solução hierárquica e *top down* de Hobbes (um grande teórico social que propôs a solução a partir de um terceiro) para a solução de problemas coletivos – coerção, submissão e dependência. Essa situação opressiva é nitidamente inferior a uma solução cooperativa, pois condena a sociedade a um atraso que só tende a perpetuar-se.



autonomia relativa, pois há uma dificuldade de além da mudança das regras, transformá-las em instituições (como a cooperação, a confiança, etc.), torná-las respeitadas, e enraizá-las no ambiente institucional.

### 2.1.3 Arranjos *embedded* no ambiente institucional

Para os neo-institucionalistas, deve-se dar ênfase na ação coletiva com vistas a um maior controle da ação individual. Em sua obra *Economia e Instituições*, de 1994, Geoffrey Hodgson contesta a teoria econômica ortodoxa e defende que as instituições sociais mais do que um cálculo racional representa elementos fundamentais na moldagem das escolhas e na orientação da ação dos atores. Para Hodgson (1994), as instituições constituem um encadeamento de regras duráveis e enraizadas (*embedded*), que dão harmonia ao sistema econômico, inclusive regulando o mercado, pois para este autor o mercado significa um conjunto de instituições e parte integrante do sistema econômico. Neste caso, o sistema econômico representa um processo contínuo de evolução cumulativa, ou o que North (1990) define *path dependece*, onde as instituições, a tecnologia e os valores interagem, enfatizando as relações de poder, interesses e conflitos, e dando ao desenvolvimento um caráter evolucionário, heterogêneo, e multidisciplinar. Tomando por base a colocação de Hodgson (1994), no âmbito local as instituições assumem um caráter que fazem referência ao que se define como enraizamento (*embeddedness*), ou a imersão.

Assim, quando se faz referência ao contexto institucional local, dar-se-á importância ao arranjo institucional relevante para localidades geográficas específicas, a exemplo das dinâmicas regionais distintas do Pólo Assu-Mossoró (Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do mel) analisadas nesta Tese. Grande parte dos estudos sobre instituições para o desenvolvimento se refere a estas como direcionadas ao alcance de objetivos coletivos e a satisfação de necessidades comuns da sociedade. Para Appendini & Nuijten (2002), que tratam do *papel das instituições em contextos locais*, as instituições assumem o papel de ente da ação coletiva que, através da sua estrutura normativa e reguladora implica na mediação de diferentes esferas de poder direcionados de cima e interesses divergentes, os quais são construídos e transformados na interação entre atores ao longo do tempo.

Deve-se enfatizar que as realidades sejam elas institucionais ou organizacionais, passam a ser construídas, mantidas e modificadas por processos e práticas culturais, como

colocado por van der Ploeg (1994) nas suas análises sobre a mercantilização e estilos de agricultura. Com isso, as práticas organizativas são importantes e fazem referência às diversas escolhas e estratégias empreendidas pelos atores, como a de *fazer* internamente ou *comprar* de fora, segundo o dilema de Coase (1937) utilizado por Saccomandi (1998), tendo em vista manter o processo de produção econômica e de reprodução social e o desenvolvimento de outros projetos de vida. De acordo com Appendini & Nuijten (2002), estudos mais ligados à antropologia sustentam que em lugar de focar a atenção inicialmente na instituição, é mais importante começar pelas atividades dos indivíduos e dos lugares. Como indica Long (1992), os indivíduos no meio rural organizam suas atividades de diferentes maneiras em suas práticas cotidianas, portanto, muitas vezes não estruturam organizações, pois são priorizadas as regras informais com a finalidade de proporcionar informações, apoio financeiro, ajuda mútua, etc. Isto significa que se deve destacar a existência de formas organizativas informais estabelecidas antes de tentar acessar formas institucionais ou organizacionais existentes. Com o tempo, estas práticas podem se constituir em formas de regulação e, quando isso ocorrer e se alterarem certas regras implícitas, elas se institucionalizam.

Eaton & Meijerink (2007) destacam a *revolução verde* como um dos exemplos que podem explicar como arranjos são introduzidos e enraizados (*embedded*) “de cima” em determinado ambiente institucional, a partir da interação entre tecnologia e mercado e na mudança e efetivação das instituições econômicas. Eaton & Meijerink (2007) enfatizam as relações na primeira fase da cadeia (mercado de tecnologias e insumos) e na última (mercado de produtos agrícolas), na lógica que faz lembrar os encadeamentos de Hirschman (1961)<sup>7</sup>, e do sentido da mercantilização de Marsden (1991), a qual veremos mais adiante. Muitos relatos de sucesso e limites da introdução de variedades modernas de alto rendimento concentram sobre a adaptação destas variedades para ambientes de produção relativamente controlados externamente, como os que utilizam a irrigação. De uma perspectiva institucional, conforme Saccomandi (1998), esta se caracteriza uma estratégia de modernização onde a escolha do ator seria a de preferir *comprar* de fora, construindo dinâmicas mais exógenas e dependentes. E onde sistemas agrícolas são mais diversificados e controlados internamente, a exemplo dos sistemas presentes em áreas menos favorecidas, a adoção destas variedades não

---

<sup>7</sup> A principal defesa de Hirschman encontra-se em sua obra *Estratégia de Desenvolvimento Econômico*, de 1961, onde se baseia em indústrias de alto potencial com fortes encadeamentos para trás (*backward linkages*) como estratégia de desenvolvimento econômico. Na sua concepção, os encadeamentos para trás correspondiam a enviar estímulos para setores que forneciam insumos necessários a uma determinada atividade principal, enquanto encadeamentos para frente (*forward linkages*) induziam atividades novas que utilizassem como insumos o produto desta atividade principal, como a agroindústria e a agricultura. Ele defendia que a principal fonte de desenvolvimento seria dada por atividades ou setores de elevado potencial econômico capazes de gerar os encadeamentos, principalmente para trás.

se mostrou apropriada. Nesta última, tem-se uma estratégia onde a escolha foi a *fazer* internamente e integrar um padrão mais endógeno e com mais autonomia e diversificação. Daí a necessidade de estratégias alternativas de melhoramento ou uso de tecnologias menos dependentes de fontes externas, como bem define van der Ploeg (2008), e mais sobre culturas e práticas localizadas de gestão voltadas para os recursos naturais, como pode ser visto na dinâmica de Serra do Mel. Estes dois exemplos são contemplados nesta Tese na comparação das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró nos últimos capítulos.

O fornecimento de tecnologias, ou insumos modernos, representa um meio de examinar o curso do desenvolvimento agrícola. Isso vai além de uma compreensão básica da economia de como mudar sistemas de produção para incluir introspecções sobre a natureza da mudança das instituições formais e informais na agricultura. Para Eaton & Meijerink (2007), o desenvolvimento dos mercados de insumos, por exemplo, depende das regras formais e informais que melhore o fluxo de informações externas (técnicas, econômicas e reputação) relacionadas a fornecedores de insumos, e assim promover as relações de troca. E o principal meio para avaliar a confiabilidade das informações recebidas sobre insumos vendidos, acredita Eaton & Meijerink (2007), é a reputação e confiança estabelecidas com o relacionamento. O desenvolvimento dos sistemas de fornecimento de insumos pode ser visto como um processo onde a disponibilidade de informações é fornecida para vários atores, e que ocorre através de mudanças em várias adaptações nas regras formais e informais, em normas e *crenças*.

Um dos mais eficientes meios utilizados pelos defensores da *revolução verde* para difundir a modernização na agricultura foi difundir a *crença* na noção de progresso como um fenômeno que iria trazer o bem estar para todos. Essa estratégia valorizava o ator que comprasse insumos de fora e utilizasse o conhecimento científico, moderno, e racional, e fazia oposição ao ator que utilizasse técnicas tradicionais, desqualificando os que conduziam suas práticas a partir do aprendizado diário e do conhecimento natural. Para Eaton & Meijerink (2007), as normas informais relacionadas à compra de insumos, por exemplo, podem evoluir objetivando o acréscimo de mais agentes comerciais na lista de fontes potencialmente confiáveis de produtos e marcas, como também regras formais relacionadas à regulação e certificação, a exemplo do EUREP GAP<sup>8</sup>, podem ser instituídas para aumentar a

---

<sup>8</sup> O EUREP GAP é um conjunto de normas internacionais de controle da qualidade, responsável pelo monitoramento de cultivos e rastreabilidade de produtos agrícolas à distância. Conforme Pereira (2005), ele foi criado por grandes varejistas europeus (Euro-Retailer Produce Working Group-EUREP) no ano de 1997 e tem a finalidade de garantir a integridade e harmonização das normas globais da agricultura. Isto inclui condições para a produção segura de alimentos, considerando questões de saúde, segurança e bem-estar dos empregados, além

confiabilidade da informação fornecida pelos demais vendedores. Portanto, ainda que possam ser aparentemente óbvias, para as oportunidades de adoção de novas tecnologias poderão igualmente existir restrições nas instituições, e nos casos das regras formais e de legislação, as soluções que envolvem o Estado podem ajudar. Mas a superação de restrições baseadas mais em arranjos institucionais informais apresenta maiores desafios, em particular, a confiança e a reputação no mercado de insumos são vistas como obstáculos em muitas situações.

Por outro lado, Eaton & Meijerink (2007) analisam a outra ponta da integração do desenvolvimento agrícola que é o mercado de produtos agrícolas. A organização destes mercados fornece um outro exemplo para ilustrar o importante papel desempenhado pelo desenvolvimento de instituições no crescimento do setor agrícola na lógica da *revolução verde*. Atualmente existe discussões e pesquisas relacionadas às tendências da coordenação vertical e integração nos canais de oferta de produtos agrícolas, à luz de Coase (1937), com particular interesse na questão do poder de barganha e dependência entre os atores. Mas isso se torna ilustrativo para ser colocado em um quadro que explica a emergência e crescimento de mercados para produtos agrícolas. Estes mercados podem ser vistos como uma instituição, compreendendo arranjos controlados por um conjunto de regras formais e normas informais. As regras formais incluem leis e outras regras relacionadas com a proteção da propriedade privada e a aplicação (enforcement) de contratos. As crenças e normas informais que são mediadoras das relações no mercado de produtos agrícolas, também caracterizam a natureza e eficiência dos mecanismos de mercado. Para Eaton & Meijerink (2007), o desenvolvimento de mercados para produtos agrícolas pode ser visto como um processo onde instituições evoluem para a redução dos custos de transação, o que significa que produtos agrícolas podem passar do produtor para o consumidor de forma mais eficiente e a um menor preço<sup>9</sup>.

A redução dos custos de transação envolvidos nas relações de troca de produtos agrícolas é confrontada pelo número de desafios técnicos, além de possíveis questões da economia política. E um dos mais importantes destes desafios é a pequena escala de produção, como a de agricultores familiares, juntamente com o alto grau de variação da qualidade e outros fatores que ainda a caracteriza. E este elevado grau de variação significa que os compradores terão de inspecionar os produtos em cada transação, o que resultará em mais dessas operações e, conseqüentemente, mais inspeções. Este processo que aumenta as

---

da preocupação ambiental e de sustentabilidade no desenvolvimento de padrões para certificar práticas agrícolas (Good Agricultural Practices-GAP) aceitáveis mundialmente.

<sup>9</sup> A redução do preço se dá através do mark-up (ou eliminação dos custos no meio da cadeia) conseguido também pela diminuição de custos de mão-de-obra, transporte, armazenagem, etc. Mas algumas pesquisas indicam que encontrar formas de poupar nos custos das transações, em geral é também condicionante para a obtenção de economias de escala nas atividades relacionadas a transporte e armazenamento.

operações tem dado um importante estímulo para a formação de grupos de agricultores em organizações como cooperativas ou associações de compradores que procuram combinar à compra conjunta das colheitas de vários produtores. Em certa medida, este processo envolve uma mudança nos custos das transações do comprador para os vendedores, e combinado com uma redução no grau de variabilidade do produto entregue, podem trazer benefícios econômicos para ambas as partes. Estes tipos de desenvolvimento que reduzem custos de transação podem geralmente ser pensados do ponto de vista das regras formais, inclusive novos caminhos de organizar formas de como devem ser realizadas certas coisas em um ambiente de globalização, a exemplo do Pólo Assu-Mossoró e suas dinâmicas regionais.

Mas a viabilidade das regras formais e os efeitos que elas podem ter dependem das normas e crenças informais, a exemplo da crença na cooperação, conforme definiu North (1990), e o desenvolvimento da confiança entre os atores na construção dos mercados locais e regionais. E a confiança é, como define van der Ploeg (2008), muitas vezes manifestada entre redes sociais envolvendo compradores e vendedores, e pode estar baseada em laços sociais como família, tribo, ou língua. A importância das regras informais destaca um ponto importante quanto ao perigo de tentar alcançar economias de escala mediante relações “de cima” *top down*, ou iniciativas impostas para aumentar a escala de produção, mesmo as bem intencionadas. Estas iniciativas, típicas da modernização, tendem a não considerar restrições importantes no comportamento, principalmente de agricultores familiares e outros atores no mercado. O desenvolvimento da confiança, dos direitos de propriedade, e o melhor acesso dos atores às informações têm levado a estratégias para direcionar questões que incluem o estabelecimento de sistemas de informações, e da criação de outros mecanismos (associações, cooperativas, etc.) capazes de melhorar o fluxo de informações. Com isso, aumenta a autonomia relativa e melhora as relações entre os agricultores e mercados agrícolas contribuindo para reduzir os custos de transação. Estas iniciativas são limitadas pela necessidade de mudanças nas regras formais que controlam os direitos de propriedade e as suas transações. Mas, em certa medida, a introdução de arranjos para ligar agricultores aos compradores pode contribuir no longo prazo para mudanças nas normas e crenças informais, em particular o desenvolvimento da confiança.

O exemplo do mercado de produtos agrícolas ilustra a importância das instituições na compreensão do desenvolvimento econômico em uma economia global. Por várias razões, segundo Appendini & Nuijten (2002), argumenta-se a importância das práticas organizativas para analisar a importância das instituições locais. Primeiro, as estruturas que consistem mais em práticas rotineiras que em um conjunto de regras ou formas de concertação estabelecidas,

se encontram mais facilmente a partir de um estudo das práticas organizativas do que através de um enfoque das instituições. Segundo, um estudo dessas práticas pode aprofundar o conhecimento das formas em que estratégias mais estruturadas se desenvolvem ou não. Também pode explicar por que muitas vezes prevalecem formas de organização mais individualizadas sem resultar em projetos coletivos. Terceiro, um enfoque importante nos estudos das práticas organizativas é o que considera os conflitos e tensões, ao contrário de outros estudos das instituições que tendem a enfatizar funções ou objetivos coletivos, ou se apóiam na suposição básica de que conflitos se resolverão através da cooperação, como acreditam os neo-institucionalistas. (SACCOMANDI, 1998, p.23).

Para que a cooperação inerente ao funcionamento de uma economia de mercado se enraíze como instituição e possa ocorrer de forma sistemática, os indivíduos precisam confiar naqueles com os quais estão negociando ou, na falta dessa confiança pessoal, nas instituições que estimulam ou restringem o comportamento individual em favor da cooperação. Sociedades diferentes desenvolvem instituições distintas, as quais operam com regras e graus muito diferentes de eficiência, para permitir que transações interpessoais ocorram. Para Saccomandi (1998), em alguns lugares pode as transações comerciais se basear em critérios personalistas, de gênero, parentesco ou religião. Em outros que exigem maior complexidade, mecanismos mais impessoais como direitos de propriedade e instituições que garantem esses direitos, se desenvolvem por apresentarem maiores vantagens sobre as outras formas. Em quarto lugar, os estudos das práticas organizativas impediriam a possibilidade de tratar as instituições como coisa e atribuir a elas papéis que não desempenham para os atores envolvidos. Em consequência, como coloca Appendini & Nuijten (2002), se argumenta que se são combinados estudos direcionados às instituições e organizações com outros que dão ênfase às práticas organizativas, se pode obter uma visão mais clara das inter-relações das atividades econômicas a partir das instituições locais, como no caso dos estilos de agricultura definidos por van der Ploeg (1994). Mais que um modelo, propõe-se aqui um marco conceitual flexível onde se possa ter uma melhor idéia do papel das instituições para o desenvolvimento rural em um ambiente de globalização. Dessa forma, como na análise comparativa das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró presente nesta Tese, são consideradas as distintas manifestações de instituições as quais tornam mais fácil compreender a diversidade e a heterogeneidade das realidades e dinâmicas regionais de desenvolvimento no meio rural.

Em seu trabalho *Agricultural Market Economics*, de 1998, Vito Saccomandi tenta mostrar a possibilidade de aplicação da abordagem institucional e estender a este enfoque a dimensão econômica dos mercados agrícolas, em especial à caracterização do potencial endógeno e às inovações técnicas e institucionais. Para Saccomandi (1998), o desenvolvimento recente da análise neo-institucional representa uma óbvia e necessária tentativa para compreender mais e melhor o funcionamento do mercado de produtos agrícolas considerando os atores e suas relações nos diversos níveis. Ao invés da teoria econômica ortodoxa do mercado *spot* representado pelo modelo neoclássico que considera a análise apenas a partir do indivíduo: o produtor, o consumidor, ou a firma. Para Saccomandi (1998) essa análise não é adequada para analisar o funcionamento da agricultura e do mercado de produtos agrícolas, menos ainda quando considerado um ambiente de globalização. O princípio da estrutura e ação coletiva, e as instituições como um conjunto de costumes e idéias que são reproduzidas ou internalizadas no modo de se diferenciar por gerações de indivíduos, destacam fatores não econômicos importantes nas relações dos mercados. Por isso,

(...) é obvio que o então chamado mercado livre não é nada além de um fenômeno construído pelo homem através de instituições especificamente designadas. E atualmente se torna inaceitável que uma explicação do comportamento e das relações dos atores econômicos nos mercados agrícolas seja reduzida apenas a modelos a partir do indivíduo e da firma. [tradução nossa] (Saccomandi, 1998 p. 57).

E é com base nisso que para Saccomandi (1998) não é mais aceitável em tempos de globalização e de flexibilização tentar explicar o comportamento do indivíduo a partir da utilização de modelos estáticos individuais e reducionistas. Na verdade, torna-se necessária uma análise mais elaborada da relação entre um e outro indivíduo, cada um com suas próprias escolhas e especificidades, sendo a análise institucional a esfera do conhecimento que recentemente tem apresentado mais possibilidades de contribuir. Isso por que se vive em uma época de incertezas e de dinâmicas instáveis, onde a diversidade e a reversibilidade das ações *path depende*, no sentido de North (1990), no desempenho das atividades econômicas são cada vez mais presentes. Esta nova ênfase, segundo Saccomandi (1998), sugere bases descentralizadas em escalas menores onde as fases da cadeia (produção, agroindústria, distribuição e consumo), neste caso de produtos agrícolas, exigem mais rigor na gestão e um maior controle dos custos de transação. Isso para auxiliar atores, a exemplo dos agricultores familiares em tomadas de decisão quando das escolhas na elaboração de suas estratégias onde, na relação entre tecnologia e mercados decidirem *fazer* internamente e integrar atividades com relativa autonomia, ou *comprar* de fora a partir de estilos de agricultura exógenos com elevados graus de mercantilização e dependência.

Para o alcance desse processo ao longo da cadeia de produtos agrícolas, o autor sugere a ação de instituições locais como a cooperação e a formação de redes, onde a lógica antes exógena e concentrada dos modelos de modernização, passe agora a ser gerida em bases endógenas e descentralizadas a partir de organizações específicas e a partir da cooperação pelos agricultores. E a forma de realizar essa passagem é através do afastamento gradual da dependência técnica e econômica do mercado por parte dos agricultores familiares. As perspectivas teóricas que se têm mostrado próximas à noção de localidade têm profundas implicações no *modus operandi* dos projetos e políticas que buscam o desenvolvimento em espaços rurais diversificados. E, numa abordagem agora caracterizada por desenvolvimento endógeno e de relações em escala territorial, as organizações e os atores passam a ter um papel fundamental para melhor reorganizar o espaço, e efetivar as políticas regionais.

Mais recentemente, o papel das instituições informais tem sido reconhecido, e as iniciativas de considerar as capacidades coletivas dos atores no nível micro apontam para a importância de um amplo ambiente institucional, onde as organizações e as instituições sejam enraizadas como forma de explicar o sucesso ou fracasso de iniciativas anteriores, como as da modernização agrícola. De uma outra perspectiva, se tem notado que as conseqüências de regras específicas ou formas organizacionais dependem de um ambiente cultural mais amplo. Em particular, o desenvolvimento da confiança entre indivíduos dentro de redes desempenha um papel importante como base do funcionamento de organizações, bem como interações mais eficientes no mercado via cooperação. Verifica-se, assim, um aprofundamento dos temas relevantes no domínio da análise institucional, não significando que as iniciativas das capacidades são menos importantes, ou que a busca de melhorias na legislação e do sistema jurídico devam receber menos atenção. A questão é que, ao considerar que tipos de estratégias os atores de áreas menos favorecidas (como agricultores familiares pesquisados nesta Tese) podem perseguir, as escolhas tornam-se cada vez mais complexas, e o desafio passa a ser encontrar oportunidades onde todos esses elementos possam ser combinados.

O que tem sido percebido é que esforços para reforçar capacidade das organizações exigem uma perspectiva de longo prazo e investimento. Isto pode ser tentador para concluir que a mudança institucional, sob a forma de mudanças nas crenças e normas informais apenas alonga este horizonte temporal. É importante fazer uma relação entre instituições, tecnologia e mercados, e o foco não deve ser interpretado no sentido de que um simples ajuste de instituições pode resolver todos os problemas do desenvolvimento rural. Oportunidades para produzir e transformar produtos agrícolas também são definidas pela tecnologia e recursos disponíveis (clima, terra, trabalho, capital). Dito isto, há muitas situações em que



possibilidades tecnológicas disponíveis não são exploradas, e a mensagem deste item é a de que ainda é necessária mais atenção para compreender os contextos econômico, social e político, razões pelas quais devemos continuar a desenvolver estratégias, aplicá-las e enraizá-las. Isso demonstra a contribuição da análise institucional para o desenvolvimento rural, o que torna cada vez mais necessário apontar ações para o fortalecimento de estruturas e instituições nos diversos níveis, visando um novo conceito de ruralidade e de desenvolvimento.

## **2.2 O papel dos atores e das organizações no desenvolvimento rural**

Transformações nas estruturas do capitalismo contemporâneo têm gerado mudanças de dimensões e profundidades significativas nas formas de organização da produção e do trabalho. O declínio da influência centralizadora e determinista do Estado nacional-desenvolvimentista nos anos 1970 e 1980, e a ascensão das forças liberais com a defesa da descentralização, do livre mercado, e de sua abertura para a mobilidade global tem provocado, de certa forma, um processo de reversão, ou de transição, por meio de uma intensa reestruturação capitalista. Este momento de transição tem de um lado possibilitado o aprofundamento e avanço do *projeto moderno* homogêneo através do movimento das forças do sistema agroalimentar globalizado. Por outro lado, tem havido a possibilidade de criação de um espaço para a emergência de movimentos de segmentos excluídos ou marginalizados que têm buscado definir seu poder de voz e a lutar para serem percebidos e respeitados, e a reivindicar e imprimir a importância do seu papel tanto na formação da sociedade como na geração de riquezas. A chance desse movimento, sua emergência e intensidade fizeram com que estudiosos contemporâneos mais ansiosos acreditassem, inclusive, que esta seria a oportunidade de um *ponto de virada*, ou *turning point*, conforme colocou Long (1999).

Quanto ao meio rural e a agricultura, esses movimentos passaram ter um caráter mais urbano e a se concentrar mais nos grandes centros e com a preocupando em pontos específicos, a exemplo da qualidade dos produtos agrícolas ofertados nas grandes redes de supermercados, para saber se os produtos eram ou não saudáveis para o consumo. E quanto à produção, se voltaram para a valorização daquelas regiões menos favorecidas que ainda não tinham sido profundamente tocadas pela ação homogênea da *revolução verde*, nem pelas forças da globalização, e que, por isso, ainda apresentava uma considerável heterogeneidade e diversidade regional. No Brasil, isso faz lembrar especialmente da importância para a análise

da região Sul, e sua rica diversidade e heterogeneidade mantidas, mesmo tendo sido espaço de intensa modernização, e da região Nordeste, a qual tratamos nesta Tese, com sua diversidade e heterogeneidade preservadas e onde a modernização da agricultura não penetrou significativamente. Para a valorização das regiões e áreas menos favorecidas, nas últimas décadas intensos debates no âmbito político e acadêmico vêm sugerindo políticas públicas direcionadas a reforçar cada vez mais estruturas organizacionais (cooperativas, sindicatos, associações, redes, etc.) e institucionais (cooperação, confiança, leis, normas, condutas, etc.). Esperava-se com isso dotar os atores de capacidades e habilidades capazes de fazer com que pudessem lutar por mais autonomia e liberdade, elaborar suas estratégias e conduzir projetos, e, com isso, poderem participar ativamente da construção do desenvolvimento.

Assim, na esteira desse movimento, enquanto é direcionada a atenção para a diversidade das regiões menos favorecidas, segundo Long (1999) as regiões dinâmicas com forte influência da modernização têm sido reestruturadas e tentativas de reversão têm sido induzidas para sistemas de produção mais flexíveis e diversificados. Enquanto isso, iniciativas de caráter exógeno tornam-se cada vez menos convincentes, e mercados de *commodities* e instituições financeiras se tornam mais globais, menos confiáveis e mais voláteis. Os governos nacionais por influências das forças liberais tiveram suas capacidades intervencionistas reduzidas (pelo menos na sua retórica), preferindo aderir às forças do livre mercado e descentralizar ou delegar poderes às organizações privadas e à sociedade civil em níveis regional, nacional ou internacional.

É nesse contexto de transformações e de movimentos diversos que a perspectiva do desenvolvimento rural, a partir da diversidade e heterogeneidade das regiões menos favorecidas, ganha força e destaque sendo sujeito às mais variadas interpretações. Isso por se apresentar, conforme Marsden & van der Ploeg (2008), como um conjunto de inter-relações complexas geradas internamente e externamente, resultante de ações articuladas que visam a difícil tarefa de estimular mudanças *bottom up* e combinar ações no âmbito econômico, social, político e ambiental o que torna os espaços rurais relativamente atrativos. No entanto, em função da complexidade e do espaço diversificado e heterogêneo, o desenvolvimento rural passou a se caracterizar pela sua natureza histórica, trazendo consigo a noção de trajetória, ou *path dependence* no sentido definido por North (1990), e articulada em uma realidade de desigualdades regionais, em um plano agora descentralizado e de regulação global.

É a natureza complexa e dinâmica do desenvolvimento rural, e a possibilidade cada vez maior de mudanças em função das conquistas neste campo ao longo das últimas décadas, que faz com que van der Ploeg et al. (2000) sinalizem, inclusive, para a necessidade da

construção de um novo paradigma. Neste o desenvolvimento rural é visto como um processo multinível, multifacetado e multiator, e caracterizado pelo que do ponto de vista institucional Hogdson (1994) define *embedded*, ou seja, enraizado em tradições construídas e desenvolvidas através da história. Em todos estes níveis, segundo van der Ploeg et al. (2000), aparece uma série de respostas, ou estratégias, que estão relacionadas ao paradigma anterior da *revolução verde*.

Demonstra-se, portanto, uma tentativa de mudança de ênfase em que se busca estimular condições para que forças endógenas possam emergir e se desenvolver, como reação ou adaptação às forças exógenas da globalização a partir das escolhas e capacidade coletiva dos atores em elaborar estratégias e gerar resultados. Esta nova forma de se pensar o desenvolvimento rural, a qual também buscamos fundamentar na construção desta Tese quando da comparação de três dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró (Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel), inicia e se intensifica na Europa. Especialmente a partir da contribuição da Universidade de Wageningen, na Holanda, passando a influenciar realidades rurais do mundo, inclusive do Brasil. Isso tende a considerar o que Arce (2003), um dos estudiosos da perspectiva orientada ao ator e dos impactos da globalização em realidades locais, chama a atenção para as tentativas direcionadas ao estímulo de uma nova agenda para o desenvolvimento. Para Arce (2003), esta agenda é baseada em direitos que surgem a partir de demandas novas, e “de baixo”, as quais passam a exigir do Estado uma intervenção diferente e mais ativa nas estratégias de desenvolvimento, com vistas a garantir maior continuidade dos meios de sobrevivência nas comunidades. Com isso, Arce (2003) levanta questões a respeito do papel do Estado e da nova posição da sociedade civil no relacionamento com os atores e suas instituições nos diversos níveis, onde a interação social entre indivíduos se faz necessário para a construção de uma nova ruralidade.

A perspectiva orientada ao ator surgiu na segunda metade do século XX, e é resultado de um trabalho realizado por Norman Long, com importante participação de Jan Douwe van der Ploeg e Alberto Arce. Na sua análise, Long (2001) apresenta uma estrutura metodológica para a ação social e a intervenção para o desenvolvimento a partir de uma ótica construtivista, fazendo oposição às perspectivas estruturalistas e funcionalistas, pelo fato destas abordagens não acreditarem na capacidade do ator como sujeito ativo na construção de sua própria história. Para Long (2001), essas abordagens eram demasiadas reducionistas, centralistas, e deterministas (*top down*), e excluíam os atores da possibilidade de influenciar nos processos de mudança. Essas abordagens, as quais deram vida à modernização, por serem deterministas

desconsideravam o ator no nível local e limitava suas possibilidades de cooperação, inibindo sua participação barrando o processo de mudança e de evolução institucional.

Por isso, acredita o autor, as perspectivas da modernização, e a marxista e neomarxista não são mais adequadas para interpretar e explicar o desenvolvimento, pois não relacionam a estrutura ao ator. De acordo com Long (2001), que tem a concordância de Arce (2003), se faz necessário focar nas práticas de intervenção, pois assim torna-se possível entender a interação, os procedimentos, as estratégias, e as categorias culturais dos atores e interventores. A sua definição de intervenção para o desenvolvimento diz respeito a um conjunto de atividades definidas no tempo e no espaço, as quais envolve a interação entre os interventores e os grupos receptores, numa síntese que combina estratégias *bottom up* e *top down*. Entretanto, essa intervenção jamais pode ser um projeto com limites claros no tempo e no espaço como era o determinado apenas *top down* pelo Estado nacional desenvolvimentista, por exemplo. Para Long (2001), as intervenções serão sempre parte de um encadeamento de eventos localizados em uma estrutura mais ampla de atividades do Estado ou capital privado internacional, e da mediação institucional a partir de grupos da sociedade civil.

Em seu estudo Long (2001) tenta desconstruir a estrutura enfatizando que as transformações que vêm ocorrendo no meio rural exigem uma análise sobre a variação estrutural, pois não se têm respostas uniformes das estratégias ou das opções dos atores. Para o autor, não se deve assumir que a mudança é linear, mas sim heterogênea e divergente. Daí, a necessidade da “desconstrução” da noção de estrutura, especialmente onde ela se coloca como um conjunto de forças externas que regulam ações específicas, pois a história, ou a construção da trajetória como tratamos nesta Tese, não atende a um sentido linear ou uniforme. Para Long (2001), a história sempre contém mais de uma possibilidade, onde o presente é a realização de uma delas e se deve construir a compreensão da sociedade “de baixo”, *bottom up*, registrando e imprimindo o cotidiano e as práticas dos atores. A direção no ator neste caso não tem como objetivo excluir a noção de estrutura, mas ir além dela considerando a construção, a reprodução e a transformação das relações sociais e econômicas como tema central da análise.

A perspectiva orientada ao ator, assim como a análise institucional, se torna adequada nas análises das práticas de desenvolvimento rural, pois é vista, conforme van der Ploeg (1995), como importante na compreensão das estratégias dos agricultores em suas unidades de produção (*households*), e nas relações com o exterior. Isso quando da relação entre tecnologia e mercado eles interagem realizando escolhas, a exemplo de *fazer* internamente a *comprar* de fora, estas visto da perspectiva institucional definida por Saccomandi (1998) na definição de

padrões de desenvolvimento regional a partir de variados graus de mercantilização. É o que faz van der Ploeg et al (2000) acreditarem na possibilidade de construção de um paradigma que venha substituir o paradigma da modernização. E esse novo paradigma, agora o de desenvolvimento rural, se apresentaria, conforme van der Ploeg et al (2000), considerando a cultura, as expectativas e capacidade coletiva dos atores no nível local, e enraizado (*embedded*) na tradição histórica o qual sugere, a partir disso, uma reinvenção da “arte da agricultura e da localidade”. Neste sentido, o desenvolvimento rural colocado por van der Ploeg et al (2000), deveria considerar cinco pontos importantes, a saber: a) as inter-relações globais entre agricultura e sociedade; b) novos modelos de desenvolvimento para o setor agrícola; c) unidades individuais agrícolas, os *countryside* e seus atores; d) as políticas e as instituições; e e) a natureza multifacetada do desenvolvimento rural.

Segundo a proposta de van der Ploeg et al (2000), o primeiro ponto leva em conta a capacidade que a agricultura tem de produzir bens intangíveis e de domínio públicos relacionados a um novo conceito de ruralidade, a exemplo da paisagem e dos valores naturais, além de não passar despercebida a reestruturação na interação entre a sociedade e as empresas. Neste caso, o sucesso econômico não está obrigatoriamente interligado às economias de escala e a integração vertical, ao contrário, os sistemas devem ser reorganizados para encontrar novas necessidades e expectativas, e as práticas de desenvolvimento rural podem, em parte, ser vistas como respostas dos agricultores familiares a tendências exógenas. O segundo ponto se refere ao desenvolvimento rural a partir da estruturação dos elementos-chave do novo modelo, e a importância da sinergia parece dar particular importância à interação equilibrada entre os estilos de agricultura e a natureza a partir dos ecossistemas locais e regionais. O terceiro ponto destaca a emergência de uma redefinição de identidades, estratégias, práticas, etc., numa sinergia (aqui com destaque para sua influência chayanoviana) que é alimentada pela alocação do trabalho dentro da família, das diferentes atividades agrícolas, não-agrícolas e da pluriatividade. O quarto ponto define o espaço social e geográfico, ou o território, em que as novas formas de articulação e interação entre os atores, tecnologias e mercados podem ser desenvolvidas. Ali, o rural não é um monopólio dos agricultores, novas atividades surgem com inovações ou novidades tecnológicas, as *novelties*, e diferentes atores competem por oportunidades e recursos. E, por fim, o quinto ponto enfatiza a necessidade de arranjos institucionais capazes de auxiliar nas escolhas, mediar as ações e articulações dos atores na elaboração de suas estratégias, e tornar o desenvolvimento rural, além de complexo, mais dinâmico e multi-ator.

A reavaliação e reinvenção da *arte da agricultura e da localidade*, como sugerem van der Ploeg et al (2000), direciona para uma política rural descentralizada, em que a localidade e as novas relações entre o local e o global tornam-se importantes princípios projetados. E o desenvolvimento passa a se configurar multifacetado, pois possibilita diferentes práticas, a exemplo do colocado por Marsden (2003) quanto a produção de alta qualidade, produtos orgânicos e regionais específicos, etc. Segundo van der Ploeg et al (2000), o desenvolvimento rural também está relacionado com a nova configuração dos recursos, como terra, trabalho familiar, recursos naturais, animais, plantas, redes, mercados, relações entre rural e urbano, etc.. Dessa forma, o novo paradigma proposto deve emergir de regras orientadas para necessidades novas, perspectivas e interesses, e deve considerar a diversidade e a heterogeneidade das realidades rurais numa equilibrada e eficiente combinação entre o *velho* e o *novo*.

Como dá para perceber, esta proposta de desenvolvimento rural parece tentar, de forma definitiva, imprimir cada vez mais a defesa pelas áreas e regiões menos favorecidas em que espaços heterogêneos ainda não foram tão penetrados pelas forças homogêneas da modernização agrícola, como forma de valorizar a diversidade regional. A grandeza dessa idéia reside no enorme esforço teórico e metodológico para interpretar e explicar as transformações no espaço rural, as estratégias que surgem como resposta, e as estruturas de suporte às estratégias (a exemplo das instituições) nas articulações entre os atores na dinâmica regional. As instituições são aqui apresentadas em função da evidente necessidade de dotar os atores de capacidades para, através de ações *bottom up*, mudar as regras do jogo, especialmente em regiões como a Nordeste do Brasil, onde as organizações do Estado e o capital privado não renovaram suas instituições o suficiente para a mudança institucional, e ainda insiste no determinismo centralizador características das ações *top down* do Estado desenvolvimentista. E notada a situação em que se encontram muitos agricultores, especialmente os de países mais pobres diante do aperto (*squeeze*) na agricultura, conforme van der Ploeg (2006), isso mostra como a modernização tem se tornado uma lógica questionável, e uma proposta cada vez menos convincente de política de desenvolvimento rural. E principalmente para as regiões menos favorecidas, como a Nordeste do Brasil, a qual é objeto desta Tese. Finalizando, é cada vez mais evidenciada a necessidade de manter as regiões menos favorecidas nos circuitos de valorização, devido ao fato destas possuírem mais heterogeneidade, a qual é resultado da ação no tempo e no espaço de atores locais, ou de agricultores familiares, a partir das suas escolhas e estratégias de diversificação. E para efeito das políticas públicas em um ambiente de globalização, estes devem ser reconhecidos pela

capacidade coletiva de empreender projetos, e de lutar por mais autonomia e reforçar mercados locais e a diversidade em dinâmicas regionais menos desiguais.

### **2.3 O ambiente institucional em um contexto de globalização e mercantilização**

Desde meados da década de 1970 uma ampla transformação mundial vem acontecendo através do processo de globalização da economia que surge nas economias capitalistas mais avançadas, promovendo alterações nas formas de organização da produção e do trabalho de países e regiões por meio de uma reestruturação capitalista. Nos países em desenvolvimento o fenômeno da globalização chega por volta do início dos anos 1990, sendo intensificado a partir de então pela abertura dos mercados e, posteriormente, por uma intensa mobilidade de capital estimulada pelo processo de reestruturação. Nos países em desenvolvimento e nas regiões menos favorecidas, a reestruturação tem gerado nos últimos anos efeitos no sentido de desarticular ambientes institucionais antes construídos *de cima*, criando inclusive oportunidades de iniciar uma transição por meio da aplicação de metodologias orientadas ao ator, como ensaiaram as ações *de baixo* do convênio Banco do Nordeste/PNUD, as quais serão vistas no próximo capítulo. Tratando-se da agricultura e do meio rural, vários autores tanto brasileiros como internacionais vêm contribuindo em um esforço, atribuindo um significado cada vez maior para esta transição, onde a abordagem do desenvolvimento regional fornece um caráter mais multisetorial e multifuncional<sup>10</sup> para o debate sobre o desenvolvimento rural. De acordo com Schneider (2003b), isso se justifica pelo fato de acreditarem que o nível mais adequado de tratamento analítico dos problemas deva se configurar no espaço de ação em que as relações acontecem. Dessa forma, tem se notado, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, uma maior intensidade no debate sobre desenvolvimento rural que defende uma nova dinâmica regional, onde forças externas da globalização influenciam as escolhas e estratégias dos atores, e são mediadas por ações nos diversos níveis. Uma das contribuições vista como das mais importantes é a destacada por Buttel (1994), e vem direcionar seu foco para um movimento de forças que se encontra em construção: de um lado por impactos do tipo *top down* desencadeados pela

---

<sup>10</sup> Para Guanzirolli (2006), parece haver consenso entre autores, brasileiros inclusive, e organizações internacionais de cooperação com a abordagem multifuncional e multisetorial do conceito de território. *multisetorial* por agrupar diferentes conjuntos de atividades, como agricultura, indústria, serviços, etc; e, *multifuncional* por causa dos recursos do território, como terra, identidades culturais, biodiversidade, que remete as funções que o território pode cumprir: funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais.

globalização, via reestruturação capitalista e, de outro, por estratégias de localização que surgem como reação *bottom up*.

### 2.3.1 A globalização da economia e o processo de reestruturação capitalista

Partindo da abordagem da globalização, autores como Bonanno et. al (1999), McMichael (2000), e Cavalcanti (1997), a definem como uma versão mais elevada do projeto de desenvolvimento econômico, o qual foi implantado com a modernização e estruturado na época do Estado desenvolvimentista. Nessa abordagem, isso representa uma busca pela superação do padrão *fordista* e nacional de crescimento concentrado que caracterizava o Estado desenvolvimentista, para um padrão *pós-fordista* descentralizado e globalmente regulado, estimulado pelas forças liberais em um ambiente de abertura de mercado e numa era de globalização. Na verdade, a lógica *pós-fordista* nada mais é do que o aprofundamento do padrão especializado e vertical das iniciativas exógenas de crescimento, estruturadas e controladas em nível regional pela lógica *fordista* do Estado nacional, os quais agora passam para a operação do livre mercado no nível global. Na verdade, segundo McMichael (2000), a globalização tem procurado reafirmar a abertura comercial e elevar cada vez mais o livre mercado, descartando de vez o Estado nacional keynesiano, o que tem intensificado ainda mais os níveis de dependência e de vulnerabilidade de países em desenvolvimento e regiões menos favorecidas. E a vulnerabilidade é construída pela forte penetração de estruturas globais que reforçam nos ambientes institucionais desses países e regiões, especialmente os que possuem estilos exportadores, a exemplo do Pólo Assu-Mossoró, a defesa na especialização e na dependência exógena, através de uma intensa mobilidade de capital.

A partir da perspectiva da globalização, estudos vêm mostrando como forças do sistema agroalimentar externas à agricultura vêm mudando o ambiente institucional e alterando as estruturas produtivas e os arranjos institucionais locais, contribuindo para acirrar ainda mais o desenvolvimento desigual. Na maioria das vezes, os países em desenvolvimento e suas regiões mais pobres possuem estruturas organizativas e seus mecanismos sociais de regulação tão frágeis que, para Bonanno et al. (1999), tem favorecido a entrada de companhias multinacionais em uma realidade sem resistência local. Como veremos na análise das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, é isso o que vem ocorrendo no Vale do Assu, onde multinacionais tem se instalado, submetido comunidades locais, explorado força de



trabalho em relações precárias, desalojado famílias rurais com a expansão da área, contaminado o solo e poluído o rio Piranhas-Açu comprometendo a saúde das famílias ribeirinhas. As reações de maior alcance a essa realidade tem sido as realizadas basicamente por organizações sindicais, com denúncias na justiça que se limitam apenas às relações de trabalho, e as organizações de defesa ambiental, que manifesta mais devido aos efeitos da poluição aparecerem por meio de animais mortos, derrubada indiscriminada de carnaúba, etc. Mesmo buscando nos veículos da imprensa regional e durante a pesquisa de campo não foi registrada uma ação significativa sequer contrária às multinacionais partindo das comunidades rurais do Vale do Açu, ou dos agricultores familiares livres atingidos.

Mesmo assim, no caso do ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró, as organizações com alcance de influência no ambiente, a exemplo das Universidades, dos órgãos de assistência técnica, de pesquisa agropecuária, secretarias de agricultura, e até mesmo alguns sindicatos de trabalhadores, agem no sentido de valorizar a presença das multinacionais e a lógica da modernização. Especialmente a Universidade Federal Rural do Semi-Árido que desenvolve o curso de agronomia em Mossoró, a qual mantêm uma forte difusão da *crença* na noção de progresso, onde as multinacionais são modelos a serem perseguidos e significam o que há de mais moderno e positivo para a agricultura e o meio rural. Com isso, a penetração das multinacionais ocorre com facilidade, influenciando nas escolhas e estratégias dos agricultores familiares das dinâmicas regionais vizinhas, e transformando e destruindo sistemas agrícolas e seus frágeis mecanismos sociais de regulação, e favorecendo cada vez mais a mobilidade de capital.

Além disso, as forças liberais têm o poder de influenciar o ambiente institucional sugerindo inclusive a alteração do papel do Estado, no sentido deste reduzir sua ação interventora, e promover maior liberdade aos mercados para a participação de outros atores na regulação do ambiente. E a situação se apresenta com maior gravidade nas áreas de modernização dos países subdesenvolvidos que produzem para exportação, ou seja, nos Pólos de Crescimento estruturados pelo Estado desenvolvimentista, como visto acima sobre o Pólo Assu-Mossoró. Dada a falência do Estado nacional<sup>11</sup>, companhias multinacionais, na condição de atores globais e de maior poder, passaram a assumir a se instalar e a reclamar espaço na regulação do ambiente institucional regional. Com isso, assumiram a condição de sinalizar mercados, e a ditar o padrão técnico e as relações de trabalho, como relatado ainda em

---

<sup>11</sup> Que foi se retirando da condução da economia e não mais direcionou suas políticas regionais via incentivos financeiros ao grande capital nacional, além do desmonte do seu aparato organizacional e institucional voltado para a modernização agrícola.

pesquisa realizada por Cavalcanti (1997) sobre a produção de frutas frescas para a exportação no Pólo Petrolina-Juazeiro no Vale do Rio São Francisco, na região Nordeste do Brasil.

Nos países e regiões menos favorecidos, ao contrário das nações ricas, segundo Bonanno et al. (1999), a agricultura sempre teve um peso econômico importante, e o acesso aos mercados internacionais acontece pelo caminho da modernização no nível local, com produtores vinculados a impérios alimentares no nível global, como apontou van der Ploeg (2008). Essa relação tem gerado a submissão e a dependência no uso de tecnologias externas, tendo em vista a necessidade atualização tecnológica em modelos exportadores, o que favorece a indústria de insumos (tecnologias, sementes, químicos, etc.). E, conforme van der Ploeg (1995) e McMichael (2000), a inserção dos atores locais integrados a impérios globais acontece de forma altamente seletiva, dependente e excludente, e sua manutenção acontece por meio de uma corrida frenética para ampliar economias de escala e atualizar tecnologias onde poucos conseguem sobreviver.

Na integração com o circuito global, os produtores locais são submetidos a arranjos institucionais, aonde normas internacionais de controle de qualidade criadas por grandes varejistas globais, como os programas de certificação a exemplo do europeu EUREP GAP, são utilizadas para monitorar suas práticas, através do que Marsden (1998) define regulação à distância. Com isso o ambiente institucional é influenciado externamente, promovendo a alteração e o controle de fora das estruturas produtivas e das formas de organização da produção e do trabalho. Esse movimento de fora para dentro a partir de atores poderosos que atuam no nível global conduz a uma assimetria no nível local, favorecidos por uma lógica de poder vertical determinado *de cima* que submete os atores mais frágeis que atuam no nível local. Essa relação desigual e de relações vertical contribui para inibir cada vez mais a possibilidade de surgir movimentos *de baixo*, como a formação de arranjos institucionais de iniciativa dos agricultores familiares, como cooperativas, sindicatos, etc. E o fato de não possibilitar o surgimento de arranjos institucionais *de baixo*, e muito menos abrir concessão na aplicação do seu arranjo institucional *de cima*, as forças da globalização se tornam implacáveis em processos de reestruturação, e não possibilitam opções para as áreas exportadoras de regiões menos favorecidas, como a região Nordeste do Brasil. Assim, a globalização continua a gerar distorções e fortes discontinuidades, de forma até mais profunda do que na época do Estado desenvolvimentista, e acelerar o atraso e a desigualdade entre as regiões e países menos desenvolvidos, no momento em que promove uma dinâmica altamente seletiva que exclui e submete basicamente os mais vulneráveis, como os agricultores familiares e os trabalhadores assalariados.

Um outro ponto que se coloca como restrição para o ambiente institucional e as estruturas produtivas de países e regiões menos favorecidas é a configuração da nova divisão internacional do trabalho e, especialmente, dos mercados de produtos agrícolas. Os países mais ricos e industrializados se encontram desde os anos 1970 auto-suficientes na produção agrícola da maior parte de *commodities*, e tem protegido seus produtores com pesados subsídios, e jogado seus excedentes agrícolas nos mercados internacionais a partir dos anos 1980. Como colocam Bonanno et al. (1999), isso vem gerando uma desordem na cadeia de preços, e desestruturando sistemas locais de produção no meio rural dos países mais pobres. No caso dos países e de regiões mais vulneráveis, como a região Nordeste no Brasil, onde está situado o Pólo Assu-Mossoró que é estudado nesta Tese, e que têm na agricultura um peso econômico importante, manter a base exportadora e o acesso aos mercados internacionais se tornou uma opção preciosa e cada vez mais urgente. E essa urgência é devido à necessidade que se tem de pagar importações que mantém atual a tecnologia exógena dos seus modelos exportadores de modernização.

Por outro lado, a partir de um movimento diferente do que a globalização vem promovendo, a abordagem da localização vem destacar que resistências e reações por parte de atores locais no meio rural, especialmente dos países ricos, têm funcionado no sentido de dificultar o avanço da tendência homogênea e especializada das forças da globalização e da abertura de mercado. Isso significa que está em construção uma lógica que tenta combinar uma síntese *bottom-up* e *top-down* a partir das escolhas e estratégias que consideram aspectos locais como a cultura e a diversidade regional. Defendendo uma perspectiva no nível micro e orientada ao ator, a contribuição da Universidade de Wageningen, na Holanda, vem fazendo com que autores como Norman Long, Jan Douwe van der Ploeg e Alberto Arce, além de Marsden da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, se proponham a interpretar como atores, a partir do nível local, constroem trajetórias que dão sentido às suas vidas. Isso considerando uma oposição às análises macro, as quais não consideram a capacidade coletiva dos atores em nível local. Para estes autores, a análise para a agricultura exige uma reavaliação sobre sustentabilidade e a *arte da localidade*, as quais levantam questões sobre o papel do Estado e da sociedade civil na interação entre atores e organizações nos diversos níveis. Esta interação tende a ocorrer, segundo Arce (2003), no atendimento de uma agenda baseada em demandas novas que visam a construção de uma nova ruralidade, em oposição às transformações nas estruturas produtivas e as discontinuidades de países e regiões que têm alterado as formas de organização da produção e do trabalho e reorganizando o espaço.

### 2.3.2 A mercantilização da agricultura familiar

A maior parte das contribuições internacionais acerca das transformações no meio rural foi, nas últimas décadas, direcionada pelo interesse neoclássico ou marxista, quanto ao método para analisar as conseqüências geradas ao longo dos anos nas estruturas rurais pelo caráter exógeno e produtivista da *revolução verde*. A partir da segunda metade da década de 1980 o debate inicia uma mudança de rumo, a qual é intensificada a partir dos anos 1990. Este novo debate é direcionado no nível internacional para temas relacionados com a *abordagem da localização*, os quais sempre foram ignorados pelas discussões dominantes, ou tratados como residuais e destinados à extinção, ou inadequados como unidade analítica. Assim, as discussões sobre formas familiares de produção, mercantilização e estilos de agricultura, as quais passaram a inspirar inclusive autores brasileiros na década de 1990, ganharam uma dimensão internacional considerável. Isso começou a revelar que a rigidez dos debates em torno dos modelos exógenos da *revolução verde*, muitos de abordagem marxista centrados basicamente nas relações capital *versus* trabalho, não eram adequados para explicar o que acontecia no interior dos espaços rurais. Na construção deste novo debate, que para efeito desta Tese visa ir além da abordagem marxista, mas sem abandoná-la, a análise institucional tem sido um *approach* cada vez mais utilizado para explicar e valorizar o desenvolvimento endógeno, a diversidade, as escolhas, estratégias, e a heterogeneidade dos espaços rurais.

Para Buttel (2001), em nível internacional este debate já se encontrava em gestação desde os anos 1970 e 1980 como uma forte resistência ao avanço do padrão homogêneo e exógeno, buscando direcionar o foco para a necessidade de uma maior pluralidade teórica que melhor analisasse as transformações no espaço rural por outra perspectiva. Isso por perceber que em países e regiões econômicas, como definem Long & van der Ploeg (1994), a lógica exógena da modernização agrícola continuava a produzir e a reproduzir discontinuidades. Além disso, a modernização agrícola passou a ser vista cada vez mais como originada e determinada *de cima* e influenciada por fatores externos, e a agricultura considerada um setor estagnado onde seu caráter diversificado e tradicional deveria ser substituído por práticas modernas e na lógica da indústria. De acordo com Long & van der Ploeg (1994), a modernização sempre se apoiou em intervenções externas e centralizadas no Estado, o qual introduziu pacotes tecnológicos por meio do seu aparato de organizações e instituições, especialmente em regiões menos favorecidas e subdesenvolvidas, resultando muitas vezes na produção e reprodução do subdesenvolvimento e da marginalização.

Com a repetição dos modelos de modernização e seus encadeamentos para trás e para frente, típicos dos Pólos de Desenvolvimento Perroux (1964)<sup>12</sup>, a introdução de elementos exógenos internalizou a dependência e aprofundou a desigualdade. Essa foi, e ainda tem sido, a principal inspiração na busca de soluções para o desenvolvimento da região Nordeste, tendo suas conseqüências presentes e destacados nesta Tese, na comparação de três dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, este último também uma criação inspirada na tese de Perroux dos anos 1950. As conseqüências da modernização representam a preocupação de van der Ploeg (2006) quando este reflete o meio rural europeu. Para este autor, atualmente os agricultores europeus encontram-se diante de um sério aperto (*squeeze*), mostrando que do ponto de vista do aumento do produto, a modernização na agricultura foi bem sucedida, mas, por outro lado, tornou questionável o seu retorno social, resultando muitas vezes em decréscimo das condições de vida dos agricultores. Com isso, a lógica exógena se transformou em uma proposta cada vez menos convincente de política de desenvolvimento rural, especialmente para as regiões menos favorecidas e ainda diversificadas. (LONG & VAN DER PLOEG; 1994, p3).

O fato do avanço das forças padronizantes da globalização buscarem aprofundar ainda mais a lógica homogênea e especializada, lembrando Bonanno et al. (1999), movimentos de localização emergem e ganham força, e temas antes tratados pelos defensores da modernização como de pouca ou nenhuma importância econômica ou analítica começam a ganhar força e destaque. Com isso, a heterogeneidade passa a ser vista como um fenômeno multidimensional e um dos critérios importantes, segundo Long & Van der Ploeg (1994), para analisar a diversidade e o grau de autonomia ou dependência, *vis a vis* mercados e tecnologia. Com isso, cresce a discussão em torno da perspectiva do desenvolvimento endógeno, onde recursos locais são combinados no sistema agrícola a partir da possibilidade de um *eventual* uso de elementos externos. As discussões que vêm destacando padrões de desenvolvimento rural atualmente refletem a combinação entre tecnologia e mercados, a partir das escolhas, e estratégias nas formas de acesso e utilização de recursos internos e externos, e estimulam o debate sobre formas familiares de produção, mercantilização, e estilos de agricultura. São

---

<sup>12</sup> Como um autor desenvolvimentista, em sua obra *L'économie du XXème siècle*, de 1964, Perroux conceituou *Pólo de Desenvolvimento* como sendo uma aglomeração de indústrias propulsoras, geradoras de efeitos de difusão, e com o aumento do emprego em uma região maior. A sua tese era a de que o crescimento econômico se manifestaria em um espaço e teria origem numa indústria motriz, onde a sua produção aumentaria a produção das demais indústrias. Estas indústrias, tendo a motriz como centro, tenderiam a formar aglomerações e dominar outras indústrias que se conectavam a elas, gerando efeitos de difusão com outras, elevando o produto e o emprego e estimulando, endogenamente, a inovação tecnológica. Estas se chamavam indústrias propulsoras ou motrizes. Assim ocorreria a polarização, a qual era formada pelo agrupamento dessas indústrias propulsoras que atuavam sob uma *integração funcional*.

essas discussões sobre padrões de desenvolvimento rural que baseiam o esforço desta Tese em comparar as trajetórias de três dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, buscando compreender como se formam as escolhas dos agricultores familiares, suas estratégias, e como foi construído o processo de diferenciação a partir dos graus de mercantilização em estilos de agricultura. Isso se torna mais evidente quando são comparadas regiões, e quando são feitas análises detalhadas sobre a heterogeneidade de regiões específicas, isso considerando, segundo van der Ploeg (1992), que o significado de localidade foi fortemente desconstruído pela modernização e está sendo resgatado e reconstituído.

O debate em torno da definição do termo *mercantilização*<sup>13</sup> tem origem, segundo o termo *commoditization* de Long et al. (1986), na tentativa de Marx em explicar o processo em que mercadorias de valor de uso se transformam em bens com valor de troca, e a evolução e generalização das trocas passam a exigir uma produção de caráter mercantil e, conseqüentemente, a alteração das relações de produção. É necessário lembrar que na definição em Marx a mercantilização representa um processo amplo de mudança econômica e social direcionada para o setor industrial. Entretanto, vários autores têm realizado importantes ajustes analíticos no sentido de melhor explicar esta estratégia no âmbito da agricultura e do meio rural, mesmo não necessariamente utilizando a abordagem marxista. Para Long et al. (1986), as análises sobre mercantilização devem considerar a influência sobre escolhas e estratégias individuais e internas das famílias, e não como uma força exógena que faz desaparecer as formas familiares, como previa a lei geral das abordagens marxistas. Neste sentido, partindo da perspectiva institucional, a qual será utilizada nesta Tese, a mercantilização na agricultura familiar<sup>14</sup> ocorre, como define Saccomandi (1998, p.164), como resultado de escolhas individuais influenciadas pelo ambiente institucional e realizadas a partir do dilema: “fazer ou comprar?” (*make or buy?*). Daí, para Saccomandi (1998) que se baseia em Coase (1937), procede-se à decisão de realizar ou não a integração.

Considerando o ambiente da agricultura familiar é a partir das escolhas dos agricultores de preferir *fazer* internamente a *comprar* de fora que são engendrados projetos locais e surgem padrões de desenvolvimento rural. E esses padrões, se mais endógenos e

---

<sup>13</sup> Também concordamos com Karl Polanyi (2000) quando define a *mercantilização* como uma evolução de padrões, onde relações simples de reciprocidade de comunidades “isoladas” são substituídas gradualmente por relações mais complexas e concentradas de trocas mercantis.

<sup>14</sup> Para efeito deste estudo, entende-se por agricultura familiar o segmento da economia onde o agricultor livre desenvolve com sua família práticas endógenas a partir de técnicas acumuladas pelo aprendizado em experiências de vida, com eventual uso de fatores externos, combinando o meio natural e a cultura com relativa autonomia. A utilização deste termo é fundamentada em estudos que caracterizam e definem a produção familiar, tais como van der Ploeg (2008), Marsden (2003), Schneider (2003), entre outros.

autônomos, ou mais exógenos e dependentes, passam a revelar a combinação de van der Ploeg (1994) quanto ao uso de recursos internos e externos, o que define os graus de mercantilização e os estilos de agricultura. Na concepção de Marsden (1991) a mercantilização são processos que ocorrem em diferentes direções, e tomam formas de encadeamentos para trás e para frente, como em Hirschman (1961), e podem ser mais acelerados ou mais lentos. Numa definição mais aproximada serve para analisar a nova configuração rural chamada também em Marsden (1995), assim como em Long et al. (1986), de *commoditization*. Para àquele autor,

(...) *commoditization* representa uma variedade de processos sociais e políticos pelo qual valores de *commodities* são construídos e atribuídos, e estas não se colocam como um processo único e universal que transforma o processo de trabalho na agricultura. Ao contrário, trata-se de um fenômeno construído de forma diversa e em torno de processos de desenvolvimento que se expandem e se generalizam. [tradução nossa] (Marsden 1995, p. 293).

Dessa forma, acreditava-se que a realidade social e econômica das formas familiares permanecia em constantes transformações exigindo, de acordo com Buttel (2001), uma renovação do debate teórico no que diz respeito ao entendimento de aspectos intrínsecos às unidades familiares, como autonomia e dependência nos processos de produção econômica e de reprodução social.

### 2.3.3 As transformações capitalistas na agricultura e a reorganização do espaço

Os anos 1990 representaram para vários países, especialmente para as nações desenvolvidas, um período de questionamento sobre a reestruturação capitalista e seus efeitos no meio rural, dada a contínua superação do modelo agrícola produtivista, com a retirada gradual das políticas estatais de incentivo àquele modelo. Assim, diversos autores têm buscado explorar alguns conceitos para entender as trajetórias de dinâmicas distintas que surgem nas áreas rurais. Isso envolve um intenso debate, tendo em vista a possibilidade da transição pelo qual vem passando o capitalismo, assim como a agricultura, o que aponta para a necessidade de rever a natureza do desenvolvimento desigual gerado por descontinuidades do avanço capitalista no meio rural, como apontar políticas mais adequadas para diferentes condições dos distintos espaços rurais.

Diante deste contexto, vários estudos e perspectivas teóricas têm questionado a noção de que o meio rural se mantém alheio ou inerte diante das *desconexões* ou crises geradas pelas

transformações impostas pelas forças externas, “de cima”, provocadas pela globalização através do sistema agro alimentar mundial. Autores como van der Ploeg e Marsden procuram analisar teoricamente como estratégias e combinações realizadas no meio rural, especialmente pelos agricultores familiares, busca uma maior valorização das práticas locais como uma tentativa de *reconexão*. Isso a partir de reações às forças do sistema agro alimentar que surgem “de baixo” e direcionam para uma redução sistemática da dependência do mercado e da subordinação técnica, conforme aponta Saccomandi (1998), especialmente no uso de tecnologias externas condicionadas por interferências exógenas de determinado modelo de modernização agrícola. Para esses autores, os projetos dos agricultores familiares não são simples reações ou adaptações aos padrões produtivistas de modernização que à primeira vista são ditados pelos atores externos mais poderosos. São projetos ativamente construídos, em sua maioria endogenamente, transformando o espaço e contrariando com respostas locais escolhas e estratégias concebidas e elaboradas de fora.

Essas estratégias contribuem para trajetórias específicas e diversificadas de desenvolvimento, e tendem a promover a diferenciação<sup>15</sup> econômica e social através de elevados graus de mercantilização. Para Marsden (1995), essas estratégias são realizadas a partir de *dinâmicas* econômicas distintas que imprimem um caráter desigual através da influência do sistema agro alimentar. Na sua perspectiva, Marsden (1995) chama a atenção para a existência de faces do desenvolvimento resultantes da reação a forças exógenas, e a desigualdade dos espaços regionais é a mais característica. Para ele,

(...) a posição da economia política da internacionalização do sistema alimentar e as forças da globalização não estão levando a uma homogeneização dos espaços locais e regionais, e trajetórias contraditórias estão emergindo no âmbito local, entre as quais as que favorecem a homogeneização e as que aprofundam a diferenciação entre os espaços rurais. [tradução nossa] (MARSDEN; 1995, p.287).

E essa diferenciação é resultado de uma nova configuração social e econômica que vem acontecendo com cada vez mais intensidade nos espaços rurais, a partir de esferas de desenvolvimento que vão além da agricultura onde se encontram, inclusive, trajetórias especializadas e produtivistas. Para Marsden (1995), essa nova configuração ocorre a partir de processos produtivos de localização, como também colocado por Buttel (1994), onde são

---

<sup>15</sup> O termo *diferenciação* vem da interpretação de Lênin a respeito da reprodução das formas familiares no interior do capitalismo. Essa é uma perspectiva de orientação marxista clássica ortodoxa, onde se destacam autores como Marx, Lênin e Kautsky. Estes autores defendiam uma Lei Geral do Capitalismo na perspectiva do desenvolvimento agrário, aonde a condição das formas familiares de produção seria o resultado de uma luta constante entre uma situação de diferenciação e/ou decomposição *versus* persistência.



realizadas estratégias de produção e reprodução, entre elas a pluriatividade<sup>16</sup>, para enfrentar as formas produtivistas. Em seu trabalho *New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces*, de 1998, Marsden explora as esferas de desenvolvimento e as denomina esferas-chave, as quais estão influenciando nas formas das mudanças do espaço rural da Europa. Para Marsden (1998), atualmente uma combinação de cadeias de suprimentos, redes locais e não-locais e sistemas de regulação incorporam os diferentes espaços rurais. As esferas de desenvolvimento rural são: a) o mercado de alimentos de massa; b) o mercado de alimentos de qualidade; c) as mudanças relacionadas à própria agricultura; e d) e a reestruturação rural.

Segundo Marsden (1998), assim como Long & van der Ploeg (1994), devido ao ambiente de globalização tem se traçado a multi-dimensionalidade desses processos de mudança tanto em termos de *dinâmicas* externas, como de mecanismos de respostas locais. Similarmente, enquanto a literatura do desenvolvimento endógeno começa a discutir esse tema, o seu foco sobre o local como uma oposição para a interação do local com o não local, tende a produzir uma análise ainda parcial dos processos que estão criando dinâmicas regionais distintas, e de diferentes fases de desenvolvimento no tempo e no espaço. Neste sentido,

(...) as quatro esferas exibem diferentes características de produção, trocas e reprodução, assim como podem estar em diferentes fases de desenvolvimento ao mesmo tempo. Os espaços rurais são constituídos pelas quatro esferas, cada uma delas ocupando uma posição relativa e tendo sua própria dinâmica temporal e regulatória, envolvendo diferentes redes de atores, agências de relacionamento com o mercado local, nacional e global. [tradução nossa] (MARSDEN, 1998, p.114).

Essas esferas representam as dinâmicas que emergem com as transformações estimuladas pela reestruturação e constroem, a partir da ação dos atores, um espaço rural diversificado e multifacetado, através de processos particulares que sem regulação se desenvolvem em ritmos diferentes e definem um desenvolvimento cada vez mais desigual. Essa análise de Marsden (1998) se assemelha ao objeto desta Tese, que é a comparação de dinâmicas regionais de fases distintas no tempo e no espaço que surgem com a reestruturação e constroem um espaço desigual e multifacetado.

---

<sup>16</sup> Para uma definição deste fenômeno, Schneider (2003) coloca que a pluriatividade ocorre a partir da combinação do exercício (por parte de pessoas de uma mesma família) de uma ou mais atividades não-agrícolas ou atividade ligada ao setor agrícola, mas fora da propriedade, seja na forma de prestação de serviços ou assalariamento, sendo estas atividades exercidas por pelo menos um membro da família.

## **2.4 Os atores, as instituições e as dinâmicas desiguais e diversificadas de desenvolvimento**

Para colocar em prática o projeto de modernização no Pólo Assu-Mossoró, o Estado passou a atuar em papéis diferentes em dois momentos específicos. O primeiro aconteceu numa fase de influência desenvolvimentista, e visava a construção de um aparato organizacional e institucional para desestruturar o sistema tradicional e os atores locais, com a finalidade de substituir o tradicional pelo sistema moderno e por atores externos à região (empresários urbanos nacionais), estes considerados ideais para a estratégia do Estado. O segundo aconteceu na fase de influência da globalização, e que ainda se encontra em construção, e objetivou desmontar parte de sua estrutura de organizações e instituições do Estado e reestruturar outras, como o Banco do Nordeste, preparando o novo cenário para as companhias multinacionais através da abertura de mercado que estimulou a competição por meio da mobilidade de capital.

### **2.4.1 Os atores, o ambiente institucional e o desenvolvimento rural desigual**

Atuando no nível regional, o Estado passou a atuar tanto na primeira fase guiado por influências de perspectivas que orientavam para a preferência a atores externos e de grande escala, e nas relações de trabalho. E na segunda fase tentou direcionar suas ações na perspectiva orientada ao ator no nível local, especialmente através de programas fruto do processo de reestruturação do Banco do Nordeste, e das ações do convênio Banco do Nordeste/PNUD. Na verdade, o fato de se vincular a interesses específicos, o das grandes empresas de fora da região, a ação do Estado na primeira fase, conforme Boneti (2003), foi a de criar um ambiente de desconfiança na sua relação com os atores locais, especialmente os agricultores familiares. Como não acreditava na capacidade de iniciativa do ator, e considerava este irracional e inapto para a modernização na primeira fase, o Estado passou a ter sérias dificuldades de implementar com sucesso as ações na tentativa de adotar a abordagem endógena na segunda fase. Isso talvez por ter utilizado o seu velho aparato de organizações sem a devida renovação das suas instituições.

No contexto da primeira fase, segundo Boneti (2003), no relacionamento com os agricultores familiares mediado pelas suas entidades representativas de classe, a conduta do

Estado era a de descontinuidade, de omissão de informações, e de promessas feitas e jamais cumpridas com os agricultores familiares durante negociações para implantar a modernização. Com isso, para colocar a modernização em funcionamento, o próprio Estado se encarregou de criar e desenvolver no Pólo Assu-Mossoró um ambiente institucional autoritário e centralizado, ignorando os mecanismos locais de regulação e destruindo a instituição mais preciosa do desenvolvimento: a confiança. O descrédito junto ao Estado aumentava quando os agricultores familiares buscavam informações através de outras fontes, e percebiam que, conforme Boneti (2003), detalhes omitidos pelo Estado revelavam a certeza de que apenas os altos custos da modernização seriam repassados para eles. Além disso, mesmo tendo conhecimento de experiências semelhantes, frustradas, e desastrosas realizadas em outros lugares pelo Estado, os agricultores familiares eram submetidos a atitudes de desprezo em uma metodologia autoritária utilizada por técnicos do Estado, muitos deles incompetentes apadrinhados de políticos e oligarquias locais. Esse ambiente institucional construído pelo Estado a partir da insegurança, da descontinuidade e da desconfiança, inibiu e tornou cada vez mais difícil o surgimento de iniciativas coletivas por parte dos atores locais. A lógica vertical e autoritária criada e desenvolvida pelo Estado fez com que as áreas que compreendem atualmente as dinâmicas regionais de modernização se tornassem as mais deficientes quanto à presença de cooperativas, associações, sindicatos, etc., facilitando a ação das empresas para concentrar, explorar força de trabalho, e gerar danos ambientais.

As relações de trabalho, as quais sua modernização deveria ser atribuição das empresas, segundo Boneti (2003), foram sempre deficientes, revelando mais uma vez o não cumprimento do papel dos principais atores, do Estado e das empresas, e gerando uma contradição onde de um lado estavam as empresas modernas, e, de outro, uma força de trabalho excessivamente explorada, mal remunerada e constantemente desrespeitada. Uma das limitações encontradas pelas empresas foi um mercado de força de trabalho assalariada constituído por pessoas não totalmente livre. Isso porque, mesmo com a desestruturação do sistema tradicional por parte do Estado na tentativa de desalojar o agricultor familiar e transformá-lo em trabalhador assalariado, o agricultor familiar resistia, pois este se encontrava ligado a um modo de produção autônomo, conforme encontrado em van der Ploeg (2008). Em outras palavras, o mercado de força de trabalho do Pólo Assu-Mossoró sempre foi formado por agricultores livres que conciliava sua prática em estilos de agricultura mais autônomos, com o trabalho assalariado em uma estratégia definida por Schneider (2003) de pluriatividade.

Para muitos defensores da modernização, a resistência dos agricultores familiares ao cumprimento de horários e ao caráter industrial determinado pela empresa agrícola significava

um mau onde o agricultor familiar passava a ser visto como um inimigo da modernidade e do progresso, por não abrir mão de sua liberdade para se ajustar e se submeter às empresas como força de trabalho contratada. E como o ambiente institucional se configurava frágil do lado do agricultor familiar, até mesmo os sindicatos de trabalhadores que surgiam valorizavam a ação das empresas, pelo simples fato destas repassarem mensalmente a contribuição sindical que os sustentava financeiramente. Entretanto, em áreas do Pólo Assu-Mossoró fora dos circuitos da modernização e mais afastadas da ação autoritária do Estado, alguns agricultores familiares livres e conduzidos por uma orientação diferente empreendiam experiências e construíam realidades mais adequadas às suas formas de vida, e entre algumas se destacava Serra do Mel. Depois de várias vitórias empreendidas pelos movimentos sociais, o Estado resolveu sair de cena depois de tentar sem êxito transformar Serra do Mel em uma grande empresa e os agricultores familiares em assalariados. Sem sucesso no seu propósito, o Estado deixou essa experiência à sua própria sorte, momento em que os movimentos sociais assumiram e contrataram um técnico suíço visando tornar viável a prática dos agricultores familiares em um ambiente hostil.

O trabalho do técnico europeu começou justamente pelo desmonte da estrutura centralizada herdada do Estado, e, em seguida, pela construção juntamente com os agricultores de uma estrutura social mais descentralizada com associações em todas as vilas rurais. Acreditando na capacidade do ator, respeitando suas expectativas, e buscando viabilizar Serra do Mel a partir dos recursos disponíveis localmente, o técnico suíço gradualmente passou a dotar os agricultores de capacidades e habilidades através do associativismo e do cooperativismo. Com isso, foi constituído um arranjo institucional local baseado na participação e na confiança, dando início a um processo de planejamento de longo prazo visando à execução de ações com continuidade no nível local. Nesta experiência não houve estímulos para implantar relações de capital *versus* trabalho, e os agricultores familiares seguiram livres na luta constante por autonomia. É importante destacar, como veremos na caracterização das trajetórias das dinâmicas regionais no capítulo 4, que os processos envolvidos na construção do desenvolvimento rural de Serra do Mel foram elaborados dentro de um planejamento realizado no nível local, e implantados de forma participativa resultando em uma mudança de mentalidade quanto à preservação do meio ambiente e da diversidade regional.

Com relação ao segundo momento, a partir da segunda metade dos anos 1990, o Pólo Assu-Mossoró tem sido palco de uma considerável transformação nas formas de organização do trabalho e da produção, o que vem alterando a realidade de parte da agricultura familiar. A

mobilidade de capital vem transformando as estruturas de produção e de trabalho, e reorganizando de forma intensa o espaço rural na forma de dinâmicas distintas, como dinâmicas definidas por Marsden (1998). E em um único ambiente institucional caracterizado pela globalização, a competição entre os atores tende a convergir para os interesses daqueles que possuem maior poder, ou que se organizam para acessar mais oportunidades e empreender com mais autonomia suas estratégias. Nesta arena de conflito encontram-se de um lado os atores globais, ou seja, grandes varejistas internacionais, as multinacionais e o Estado, e, de outro lado, os atores locais constituídos por algumas empresas produtoras, e os agricultores familiares como os que mesmo com dificuldades se inserem no circuito global. As multinacionais, os grandes varejistas e as empresas globalizadas são os que mais se beneficiam do ambiente de globalização, pois com a redução da intervenção do Estado eles assumiram a regulação dos espaços locais com o poder de determinar o padrão técnico, além de sinalizar e controlar mercados. Quanto aos agricultores familiares, os que se beneficiam são os que alcançam o nível tecnológico para a inclusão no circuito global, mesmo sob a dependência das empresas, e os que constroem uma base de recursos autocontrolada, como define van der Ploeg (2008), e que alcançam certa autonomia pela organização.

Nesse sentido, passaram a predominar no mesmo ambiente de globalização do Pólo Assu-Mossoró duas dinâmicas de desenvolvimento que lembram as dinâmicas estudadas por Marsden (2003) vinculadas ao circuito global: a da modernização agrícola e a de desenvolvimento rural sustentável. Na dinâmica de modernização as empresas globalizadas e os agricultores familiares integrados são os principais atores locais, e são encontrados especialmente no eixo Vale do Açu-Mossoró-Baraúna. Os principais produtos de exportação deste eixo são a banana, a qual está concentrada no Vale do Açu e tem multinacionais como principais produtores e exportadores, e o melão que saiu do Vale do Assu para se concentrar em Mossoró e Baraúna depois da falência de grandes empresas nacionais. Nesta dinâmica regional de caráter moderno-exportador, as relações com o global ocorrem a partir das multinacionais e das empresas vinculadas a grandes varejistas internacionais, sendo estes últimos os responsáveis tanto pelo monitoramento à distância das práticas locais, como define Marsden (1998), como da aquisição e distribuição da produção nos mercados.

Este vínculo com o circuito global é favorecido pelo uso intenso de tecnologias modernas, pelo alto consumo de insumos externos, e pelo enquadramento às normas globais, como o EUREP GAP, condições essenciais para a inclusão dos atores locais no modelo de modernização. Ali, os atores incluídos são os que se submetem a um processo altamente seletivo e excludente, o qual exige a capacidade de acesso e de atualização tecnológica, poder

financeiro, e de se enquadrar nas normas internacionais de controle de qualidade como o EUREP GAP. Os excluídos são tanto empresas como agricultores familiares que mesmo conseguindo entrar não tem a capacidade de se manter, como também aqueles que desenvolvem técnicas em sistemas tradicionais e que sequer são lembrados, passando a viver à margem do modelo. As relações de trabalho mais frequentes são a contratação de empregados pelas multinacionais, além da contratação de empregados e a integração com agricultores familiares pelas empresas globalizadas. Nesta dinâmica a lógica implacável da globalização não possibilita escolhas, especialmente para os agricultores familiares, nem a redução do uso de insumos externos. Ao contrário, os frágeis mecanismos sociais de regulação não tem sido suficientes para resistir, reagir, e reduzir a exploração do trabalho, os prejuízos ambientais, e a dependência por tecnologias e insumos externos, onde a ação das multinacionais passa a ser implacável nos níveis local e regional, pois concentra e submete tanto agricultores familiares como outras empresas.

Na dinâmica de desenvolvimento rural sustentável, os agricultores familiares e sua organização cooperativa representam os principais atores locais e são encontrados especialmente em Serra do Mel, e a sua dinâmica ocorre através do desenvolvimento endógeno baseado na agricultura familiar e no cooperativismo. A sua relação com o mercado global ocorre a partir da Cooperativa vinculada a compradores internacionais, os quais adquire o seu principal produto de exportação, a amêndoa da castanha de caju, destinada a *nichos* de mercado da Europa, entre eles o mercado justo (fair trade), e o orgânico. O vínculo com o circuito global é favorecido pela organização social e produtiva e pelo baixíssimo consumo de insumos externos, condição para a inclusão nos *nichos* de mercado europeu. Ali, os incluídos são os submetidos a um processo de organização e treinamento, o qual exige a capacidade de enquadramento a normas internacionais de controle de qualidade, e os excluídos são os agricultores familiares que não se organizam decidindo produzir de forma individual para o mercado local e regional. Nesta dinâmica, um grupo de agricultores familiares se insere com certo nível de autonomia demonstrando que, mesmo em um ambiente institucional de globalização onde predominam intervenções ditadas *top down* pelo Estado e pelo capital privado internacional é possível engendrar *bottom up* uma dinâmica de desenvolvimento rural através de uma mentalidade diferente. Para tanto, conforme aponta Ortega et. al. (2004), Serra do mel procura adotar um modelo construído ao longo do tempo, com continuidade e participação, tendo o Estado como um parceiro.

A ação dos atores e a influência do ambiente institucional sobre eles tornam o espaço rural mais heterogêneo e imprime o caráter desigual do desenvolvimento rural, como

destacado por Marsden (1995), especialmente através de dinâmicas não lineares com graus variados de mercantilização em que a agricultura através da ação dos atores locais vai se *metamorfoseando*. Esse movimento acontece a partir de impactos da globalização que vêm gerando transformações na organização da produção e do trabalho e reações por parte dos atores locais no interior das dinâmicas, fazendo emergir espaços de maior heterogeneidade e diversidade. Assim, se faz necessário um melhor entendimento dessa diversidade e dos descompassos internos às regiões gerados por uma agricultura de concepções semelhantes, mas que vem se moldando e construindo trajetórias distintas ao longo do tempo, como veremos nesta Tese com a comparação das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró a partir do capítulo 4.

Neste contexto, como em muitas outras realidades brasileiras, as reações locais muitas vezes não atendem de maneira uniforme às relações entre o nível local e o não local, nem estão necessariamente alinhadas com a modernização. Isso mostra uma limitação enfrentada por países e regiões menos favorecidas que, conforme van der Ploeg (2006), enfrentam desemprego e níveis reduzidos de renda no meio rural, e que sua trajetória de desenvolvimento agrícola se coloca geralmente como a dimensão principal. E, segundo van der Ploeg (2006), em sistemas agrícolas que vêm se confrontando com uma difícil e duradoura situação, a aproximação com o mercado com o aumento da dependência pode surgir como decisiva. São trajetórias de modernização em que dificilmente ocorre o gradual afastamento do mercado ou a *eventualidade* na utilização de recursos externos, o que torna a autonomia cada vez mais difícil ser alcançada. Nesse caso a escolha é influenciada pelo ambiente institucional e quase sempre forçada e determinada *de cima*, onde passa a ser a única possibilidade de inserção onde, concordando com Long & van der Ploeg (1995), não possibilita *espaço de manobra* para reações a partir de respostas coletivas por parte dos atores.

Nesse novo ambiente institucional, onde são estimuladas as relações de conflito e competição, as transformações na organização do trabalho e da produção agrícola passam a acontecer não de forma tão homogênea, e mesmo atores maiores como empresas são forçados a se ajustar e até mesmo encerrar suas atividades. As escolhas dos agricultores que se traduzem em estratégias individuais ou coletivas, muitas vezes resultam em processos que imprimem uma lógica de desenvolvimento desigual, a qual reside no que van der Ploeg (1994) chama de diferentes inter-relações entre agricultura e mercado, ou *estilos de agricultura*. Para essa nova realidade de dinâmicas regionais que se configura de forma desigual, foi empreendido um esforço no sentido de construir e fazer emergir um ambiente institucional de regulação em que o Estado pudesse participar juntamente com os demais

segmentos sociais e econômicos locais. Num plano estratégico, e que compreendia inclusive a reestruturação do Banco do Nordeste, a atuação recente do Estado foi a de buscar alcançar o nível local por meio de um arranjo institucional formado a partir de programas regionais criados pelo Banco do Nordeste e reunidos no em um fórum denominado Farol do Desenvolvimento. Este fórum teve como objetivo incentivar a criação de espaços de discussão e de concertação visando viabilizar soluções para o desenvolvimento local, criando um ambiente para ações inovadoras de capacitação através da aplicação de metodologias orientadas ao ator no âmbito do convênio Banco do Nordeste/PNUD.

Porém, algumas organizações que sempre atuaram no Pólo Assu-Mossoró e participaram ativamente da tentativa de construção do novo ambiente institucional estimulado pelo Farol do Desenvolvimento, foram das que não tiveram suas instituições renovadas e ainda se encontravam influenciadas pelo antigo ambiente institucional que predominava a concepção desenvolvimentista da modernização. Essas organizações mantiveram a difusão da *crença* na noção de progresso, e defendendo a concepção desenvolvimentista de integração dos anos 1970. Além disso, os programas regionais do Banco do Nordeste, entre eles o dos Pólos de Desenvolvimento Integrado, do qual faz parte o Pólo Assu-Mossoró, e mais o convênio Banco do Nordeste/PNUD deixaram de funcionar a partir de 2003. Assim, mesmo como principal coordenador do Pólo Assu-Mossoró e responsável pela difusão da nova concepção de desenvolvimento, onde seria adotada a perspectiva orientada ao ator e do desenvolvimento endógeno, deve-se reconhecer que o Banco do Nordeste através do Farol do Desenvolvimento não foi capaz de viabilizar uma regulação adequada para as relações que ocorre no espaço rural.

Dessa forma, o fim dos programas revelou mais uma vez a falta de continuidade das ações do Estado no nível regional, o que contribui para enfraquecer ainda mais a instituição que para Putnam (1993), é fundamental para o desenvolvimento: a confiança. Mesmo reconhecendo a herança positiva dos programas e das metodologias aplicadas pelo convênio Banco do Nordeste/PNUD, é de considerar que sua descontinuidade afeta o ambiente institucional e dificulta ainda mais a o resgate da confiança entre os atores. E com a regulação do ambiente institucional sendo atribuição das multinacionais e grandes empresas, a tendência é a diversificação da produção e as sinalizações de mercado serem direcionadas, em sua maioria, para dinâmicas de modernização agrícola.

Com o enfraquecimento das tentativas de implantar uma perspectiva orientada ao ator no nível local, e partindo da forma como o Estado sempre procedeu para implantar modelos de modernização, se torna cada vez mais necessário a defesa dos espaços heterogêneos e da



valorização da diversidade regional. Isso por perceber que quanto ao direcionamento das políticas públicas, a lógica imediatista da substituição do sistema tradicional pelo moderno tem mostrado a falta de competência do Estado em julgar o agricultor familiar como inadequado e decidir pelo empresário urbano como o ator ideal. Assim, ao invés de desalojar o agricultor familiar e desprezar o seu conhecimento adquirido em experiências de vida, as políticas poderiam identificar estas qualidades e reforçá-las numa associação com o conhecimento científico, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento rural de longo prazo. Assim, instituições como a cooperação desempenharia um papel fundamental na construção da confiança, e para o exercício das relações de proximidade e solidariedade que, do ponto de vista institucional contribuem para custos de transação cada vez mais baixos.

Colocar um ator externo em um meio natural em que ele não tem história, acreditando que este vai corresponder aos pressupostos da modernidade, não passa de uma escolha errada e um aposta de altíssimo risco para o Estado. Isso vem afirmando a modernização como uma lógica questionável, se configurando numa proposta cada vez menos convincente de política de desenvolvimento rural. Neste sentido, se torna cada vez mais necessário considerar a cultura dos atores no nível local, visando dinamizar mercados locais e manter regiões heterogêneas. Tudo isso como o resultado da ação dos atores locais a partir das escolhas de *fazer* internamente ou *comprar* de fora, as quais definem estratégias e constroem trajetórias com graus de mercantilização em estilos de agricultura mais diversificados ou mais especializados. E em um mesmo ambiente de globalização, como é o Pólo Assu-Mossoró, os agricultores familiares devem ser reconhecidos pela sua capacidade coletiva de empreender projetos, de dar sentido às suas vidas, e de lutar por mais autonomia em dinâmicas regionais menos desiguais.

#### 2.4.2 Agricultura familiar e os estilos de agricultura

Para van der Ploeg (1993), que parte de uma lógica chayanoviana, a mercantilização determina a diferenciação que acontece no nível micro, e diz respeito tanto a externalização dos processos de produção antes limitados ao interior unidade produtiva, como a entrada de membros do grupo familiar no mercado de trabalho não-agrícola, além de outras estratégias de diversificação, como a pluriatividade. Na relação entre mercados e tecnologia na agricultura familiar, para van der Ploeg (1994), a mercantilização é expressa em graus de aproximação com os mercados e explica os estilos de agricultura (*styles of farming*), se mais

endógenos e autônomos (os que escolhem *fazer* internamente), ou mais especializados e dependentes (aqueles que escolhem *comprar* de fora). O debate em torno da definição de estilos de agricultura é muitas vezes atribuído a um resultado analítico desenvolvido por Long & van der Ploeg (1989) direcionado para a perspectiva orientada ao ator. Para estes autores, os estilos de agricultura surgem como unidades analíticas devido às deficiências e a incapacidade das teorias da modernização em explicar os diversos padrões de desenvolvimento rural.

Na perspectiva nacional-desenvolvimentista a lógica determinista e *top down* das abordagens estruturalista e funcional da modernização ignorava a capacidade do ator no nível micro, e se limitaram a tratar o debate a partir do nível macro, utilizando termos como *integração e submissão e autonomia e dependência*. Dessa forma, para Long & van der Ploeg (1995) essas abordagens jamais possibilitaram *espaço de manobra* para reações dos atores a partir de respostas coletivas e com relativa autonomia. A partir disso, para definir estilos de agricultura van der Ploeg (1994) procura associá-los aos termos de autonomia e dependência no nível micro. Para van der Ploeg (1994), os estilos de agricultura podem ser definidos de vários pontos de vista, e sua definição original foi desenvolvida ainda em 1946 por Hofstee a partir de seu estudo *The Causes of Diversity in Dutch Agriculture*, tornando-se, depois disso, uma importante unidade analítica em vários estudos para compreender a diversidade da agricultura na Europa. Na noção de Hofstee, segundo van der Ploeg (1994), os estilos de agricultura estiveram sempre articulados ao seu caráter diversificado e tradicional pelas dimensões da cultura e da localidade. Neste sentido,

(...) o estilo de agricultura (*styles of farming*) é na verdade um complexo, ou seja, um conjunto integrado de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc., apreendido por um grupo de agricultores em uma região específica, e que descreve o modo com que a *práxis* da agricultura é levada adiante. [tradução nossa] (VAN DER PLOEG, 1994, p. 17).

Diante desta definição, percebe-se que a construção inicial faz referência às diferenças inter-regionais da agricultura européia. Mas em análise mais recente, van der Ploeg (2003) define estilos de agricultura como algumas das respostas, ou escolhas e estratégias, de caráter endógeno como alternativas de distanciamento da submissão e dependência de trajetórias exógenas, agora em um ambiente de globalização. Assim, existindo especificidades locais e regionais nota-se que determinado estilo de agricultura pode expressar tanto limitações como possibilidades para se ajustar diante das exigências da dinâmica de desenvolvimento rural. Percebido pela perspectiva institucional de Saccomandi (1998), sendo uma estratégia de

reação, a escolha do agricultor familiar é de aproximação do mercado preferindo de *comprar* de fora, o que levará a dinâmicas mais exógenas e dependentes. Mas, sendo uma estratégia de adaptação, onde ele se afasta gradualmente da dependência do mercado e escolhe *fazer* internamente, a tendência são dinâmicas regionais mais endógenas, e com mais autonomia relativa e diversificação. Para van der Ploeg (1994), os estilos de agricultura representam de um lado um parâmetro para definir tipos-ideais de agricultura familiar através da tecnologia e mercados e, por outro lado, para servir de unidade analítica na determinação dos graus de mercantilização dos processos de produção.

A noção de *estilos de agricultura* de van der Ploeg (1994) se sustenta em três dimensões. O primeiro se refere ao repertório cultural, o qual se traduz no marco normativo, sendo o conjunto de conhecimentos utilizados nas práticas e organização internas da unidade produtiva (produção e consumo), e representa a natureza do processo de trabalho desenvolvido. A diversidade que emerge das práticas agrícolas cotidianas revela o resultado das escolhas e estratégias das famílias dos agricultores, sua racionalidade e o acesso aos recursos internos e externos. A segunda dimensão se refere à natureza multifacetada da *mercantilização* e da inserção institucional, segundo van der Ploeg & Saccomandi (1995), para a análise das relações dos atores fora da unidade de produção com mercados, entidades, etc., em tempos de globalização. Esta dimensão é importante na moldagem das formas de organização da produção e do trabalho e das estratégias das famílias. E a terceira dimensão representa a capacidade da família para reordenar suas inserções e interações sociais e econômicas, sob um processo multifacetado de mercantilização da vida social, expressa através da combinação de possibilidades alocação dos recursos e da força de trabalho em atividades não-agrícolas.

De acordo com van der Ploeg (1994) os estilos de agricultura (*styles of farming*) representam diferentes práticas internas à propriedade que emergem como uma tentativa de *reconexão*, ou uma estratégia de localização como destaca Buttel (1994), em resposta ao avanço da lógica capitalista que gera *desconexões*, desajusta localidades e destrói (mais em regiões menos favorecidas) seus mecanismos sociais de regulação. Para van der Ploeg (1994), os estilos de agricultura reconstroem estes mecanismos de regulação e envolve um caminho específico de organização da unidade produtiva caracterizado pelo desenvolvimento endógeno em relações de produção reproduzidas no tempo. Assim,

O modelo de desenvolvimento endógeno é estabelecido principalmente, e não exclusivamente, sobre os recursos disponíveis localmente, tais como as potencialidades da ecologia local, força de trabalho, conhecimento e modelos locais de produção para o consumo. [tradução nossa] (VAN DER PLOEG et. al., 1994).

Esta perspectiva dá importância às interações entre os diversos agentes e instituições permitindo, conforme aponta Saccomandi (1998), uma compreensão das diferentes escolhas e respostas locais a uma determinada realidade, direcionando a uma análise das estratégias a partir *de baixo* que fazem com que o desenvolvimento da produção rural permaneça diversificado e heterogêneo. O fundamental é ter claro que a constituição de um estilo de agricultura é o resultado de articulações entre o núcleo familiar interno à unidade de produção e o externo (aos mercados agora globalizados), desconsiderando-se qualquer situação de total autonomia ou dependência de uma esfera em relação à outra. A ênfase no desenvolvimento endógeno, em um ambiente de globalização e onde é importante o papel da tecnologia e do mercado (os processos de *mercantilização* e os *estilos de agricultura*), faz com que van der Ploeg (1994) reflita o papel das instituições. E isso afirma a importância da análise institucional também para efeito desta Tese, na comparação das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró (ver capítulos 5 e 6). Numa crítica aos estudos que enxergam a organização da produção e do trabalho como uma variável dependente e determinada pelo mercado ou tecnologias, van der Ploeg & Saccomandi (1995) buscam a análise institucional para ir além do marxismo, e reforçar o argumento de que as estratégias dos agricultores não são mais organizadas apenas pelas combinações dentro da propriedade. Para estes autores, os agricultores familiares precisam estabelecer relações externas com mercados e outras entidades, numa demonstração de que a *mercantilização* e os estilos de agricultura são o resultado de um relacionamento mais intenso (de troca mercantil, poder, informações, etc.) entre o ambiente interno e externo da unidade produtiva numa era da globalização.

Combinando a perspectiva institucional, van der Ploeg & Saccomandi (1995) apontam que, caso não haja um arranjo institucional capaz de regular os processos intensos de *mercantilização*, o que se enquadra com a análise sobre o Pólo Assu-Mossoró nesta Tese, a tendência é a emergência de dinâmicas regionais distintas e diversificadas num espaço com desenvolvimento cada vez mais desigual. Por isso, a afirmação de que é através dos processos produtivos particulares que os diferentes estilos de agricultura são reproduzidos, e esses são estratégias de reação por parte dos atores locais às forças exógenas da globalização. E essas estratégias se fundamentam na defesa de um desenvolvimento rural norteado pela transição de caminhos exógenos e especializados, para outro capaz de valorizar mais a diversificação e a

heterogeneidade a partir de dinâmicas endógenas locais e regionais. Com isso sugerem-se mecanismos sociais de regulação eficientes que auxiliem os agricultores familiares nas suas estratégias quanto à escolha de *fazer* ou *comprar*, considerando suas articulações em um ambiente de conflito na construção do desenvolvimento rural menos desigual.

#### 2.4.3 Dinâmicas regionais e o desenvolvimento rural desigual

Para Marsden (1998), em termos de comparação é necessário identificar as esferas de desenvolvimento e suas posições relativas no tempo e no espaço, avaliando como cada uma conduz para mudanças e *status* nos diferentes espaços. E é por isso que em seu trabalho *The condition of rural sustainability*, Marsden, de 2003, explora parâmetros conceituais que ajudam a construir o que ele chama de *sustentabilidade rural*, e coloca como necessidade um entendimento mais refinado da regulação e, num sentido que lembra Williamson (2000), da formação de arranjos institucionais no espaço rural. Isso não é somente como um exame crítico das condições existentes, mas também mostrar como as coisas podem começar a mudar. Neste seu novo trabalho, Marsden (2003) aponta o avanço das mudanças e passa agora a dar ênfase a três *dinâmicas*, as quais passam a definir com maior clareza o caráter desigual do desenvolvimento no espaço rural. E esta passa a ser a sua nova estrutura analítica para entender as relações entre o sistema agroalimentar mundial e o desenvolvimento rural. As dinâmicas distintas apontadas por Marsden (2003) são: a) a agroindustrial; b) a pós-produtivista; e c) a do desenvolvimento rural sustentável. Estas dinâmicas, na defesa do autor, estão evoluindo entre si no espaço rural europeu e ao mesmo tempo competindo entre elas, além de se configurarem em *trajetórias* que mostram uma nova estrutura que pode justificar tipos particulares de desenvolvimento rural resultantes de políticas.

Na *dinâmica agroindustrial* o papel da agricultura e da alimentação repousa na lógica industrial e do *agribusiness*, e a tecnologia externa e o capital financeiro exercem uma influência determinante. Apesar das variações e tensões que existem no modelo industrial pode ser postulado que seus princípios permanecem intactos nessa dinâmica. Aqui, conforme Marsden (2003), a tecnologia e o capital financeiro estão promovendo a localização dos mercados com a presença dos varejistas na cadeia produtiva, submetendo e formatando sistemas produtivos de outros países e regiões, através de uma regulação à distância. Com relação à *dinâmica pós-produtivista*, esta tem sido reforçada pelo reconhecimento de que o problema do desenvolvimento rural, da pobreza e da exclusão não pode ser resolvido apenas

pelo foco da agricultura. Este controle por parte desta dinâmica tende a responsabilizar os produtores, enquanto protege e modela o meio rural visando mantê-lo atrativo para atividades econômicas não agrícolas. Assim, o modelo de desenvolvimento pós-produtivista está interessado na proteção ambiental mais “pela sua própria causa”. Já na *dinâmica do desenvolvimento rural sustentável*, o fato mais surpreendente, segundo Marsden (2003), é o de que nas regiões menos exploradas pelas outras dinâmicas é onde se tem obtido sucesso.

Esta análise remete às áreas menos favorecidas, como definidas por Long & van der Ploeg (1994), em que a introdução de estratégias exógenas de modernização em Pólos de Crescimento à luz de Perroux (1964) resultou em crescimento, mas também em subdesenvolvimento e marginalização. Em termos de comparação, esta unidade analítica de Marsden (2003) se aproxima dos propósitos desta Tese, claro, considerando as devidas proporções entre o ambiente europeu e o do Pólo Assu-Mossoró. Aqui são notadas algumas semelhanças, especialmente entre a dinâmica agroindustrial e as dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna, e a dinâmica de desenvolvimento sustentável com a de Serra do Mel. Em certa medida, acreditamos que a observação sobre estas dinâmicas destacadas por Marsden (2003) pode ser adequada em estudos e análises sobre o desenvolvimento de regiões como a Nordeste, o que propõe esta Tese.

O que mais diferencia a dinâmica de desenvolvimento rural sustentável das demais são as combinações locais que estão relacionadas a novos princípios, a exemplo do Projeto LEADER<sup>17</sup> e, quanto à inovação, os seus tipos estão mais ligados ao desenvolvimento endógeno do que ao padrão *exógeno*. Nesta dinâmica, as políticas nacionais são mediadas por arranjos institucionais desenvolvidos *de baixo*, o que estimula uma síntese que busca combinar estratégias *button up* e *top down* e dificulta cada vez mais a regulação no nível do ambiente institucional *de cima*. Para Marsden (2003), os arranjos institucionais encontram-se em construção, e, pelo lado da produção, visto da análise institucional quanto a escolha de *fazer* internamente ou *comprar* de fora destacada por Saccomandi (1998), isso significa um afastamento gradual de trajetórias exógenas e descontínuas, que busca aos poucos reverter para um desenvolvimento mais endógeno e sustentável. Ao mesmo tempo em que conseguem se afastar da dependência externa do mercado, como apontado por Saccomandi (1998), os agricultores familiares podem encontrar oportunidades via articulação institucional para se inserirem em mercados. Isso acontece através das cadeias agroalimentares curtas

---

<sup>17</sup> O Programa LEADER foi criado em 1991 na Europa. Parte da visão de que é no contexto local que podem surgir respostas viáveis para a dinamização dos territórios ou zonas desfavorecidas, onde é grande a concentração de agricultores que não atingiram o padrão tecnológico hegemônico na agricultura atual.

possibilitadas pelo cooperativismo, e ou pelo sistema de redes, uma vez que os preços relativos de *commodities* têm caído e o de insumos se elevado nas últimas décadas gerando o que Ploeg (2006) define como *squeeze* na agricultura. Nesse ambiente, para Marsden (2003) alguns produtos podem ser enraizados na tradição, no sentido de *embeddedness* da abordagem institucional de Hodgson (1994), mas só recentemente procura-se diferenciá-los via incorporação da identidade, qualidade e autenticidade.

Essas estratégias tendem para um desafio da agricultura familiar, tanto europeia como de outros países, em um processo de transição da agricultura que se dará com a *reconexão* da agricultura via construção e fortalecimento dos mercados locais. Isso ocorrerá quando do afastamento gradual da influência do grande capital, o que tem sido uma preocupação nas discussões da economia agrícola. Para Marsden (2003), isso se deve à necessidade dos agricultores familiares em promover estratégias de agregação de valor, como escolher *fazer* e integrar mais internamente, segundo Saccomandi (1998), tendo em vista que sistemas rurais mais diversificados de produção e consumo dependem fortemente da base agrícola. Além disso, pelo fato da dificuldade em resistir, reagir e se adaptar aos impactos externos do sistema agroalimentar global e sua lógica produtivista, cabendo aos agricultores construir arranjos institucionais específicos, no sentido de Williamson (2000), para a agricultura. Isso por se encontrarem diante de uma reestruturação que tem estimulado dinâmicas regionais distintas em um ambiente desigual, e elevado os níveis de dependência e submissão de parte dos atores locais.

Como visto, as contribuições acima buscam interpretar as transformações que a reestruturação capitaneada pelo sistema agroalimentar global tem gerado nas estruturas produtivas do meio rural. Este movimento, caracterizado pela lógica exógena e *top down*, vem nos últimos anos provocando reações e adaptações, conforme Ellis (2000), por parte de atores locais através de processos de localização e de diversificação, os quais estão alterando e reorganizando o espaço rural. Estas estratégias surgem de escolhas onde agricultores familiares buscam engendrar processos e, como veremos nesta Tese na comparação das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, construir trajetórias de variados graus de mercantilização em diferentes estilos de agricultura.

### **3 REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE DO BRASIL: o Pólo Assu/Mossoró (RN)**

A partir dos anos 1950 a região Nordeste do Brasil tem sido submetida a inúmeras ações por parte do Estado nacional, com destaque para a criação de uma estrutura organizacional e institucional com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais a partir da estratégia da integração nacional. Vista como região menos favorecida do país, o seu desenvolvimento se configurava urgente e a finalidade seria integrar a sua economia à dinâmica econômica em andamento, principalmente a da região Centro-Sul. Na região Nordeste, a intensificação das ações ocorreu de forma retardatária em relação às outras regiões e, além disso, sob o regime político da ditadura militar em um período de Estado onipresente, centralizador e autoritário. Nesse contexto, o determinismo e estruturalismo do debate nacional-desenvolvimentista exerceram, especialmente entre os anos 1960 e 1970, total influência no planejamento do seu dinamismo através de grandes programas estatais de modernização visando o desenvolvimento regional. A partir dos anos 1980, devido à crise fiscal do Estado, o planejamento regional perdeu força, sendo alterado nos anos 1990 pelo processo de reestruturação que se intensificou com a abertura de mercado. Essas transformações resultaram das forças da globalização que promoveram alterações no papel do Estado e suas políticas, sugerindo a superação da ênfase nacional sustentada pela noção espaço-região para a de espaço-território sob a regulação global, a qual está em construção.

O processo de reestruturação nos anos 1990 aprofundou a abertura de mercado na região Nordeste, sugerindo um ambiente de “competitividade”, com a finalidade de facilitar a entrada de multinacionais nas atividades mais competitivas antes dominadas por empresas nacionais com a ajuda do Estado. Daí, o Estado passou a retirar os incentivos financeiros concedidos às empresas nacionais, deixando-as sob as forças do livre mercado, além de utilizar suas organizações e instituições para ajustar as regras e construir um ambiente institucional favorável às multinacionais. E os pólos de crescimento criados durante o desenvolvimentismo, por serem áreas de maior dinamismo devido a sua estrutura herdada dos programas de modernização foram redefinidos pelo Estado nos anos 1990. Na verdade as mudanças nesse período estão intimamente relacionadas com a reestruturação do Banco do Nordeste, o qual teve de rever suas estratégias para sobreviver. Com isso, os pólos de crescimento, entre eles o Pólo Assu-Mossoró objeto desta Tese, passaram a ser atrativos para multinacionais, agora sob a denominação de pólos de desenvolvimento, e onde seria adotada a



abordagem territorial e endógena. Essa mudança não tem sido bem sucedida, e transformações provocadas pela reestruturação agrícola vêm estimulando ações “de baixo” por parte de atores locais. Isso tem criado um espaço valioso para a defesa da diversidade regional e para estratégias locais, onde agricultores familiares definem padrões de desenvolvimento regional em estilos de agricultura de variados graus de mercantilização.

Neste terceiro capítulo pretendemos demonstrar a influência do projeto nacional na região Nordeste do Brasil, e destacar a ação do Estado no planejamento e direcionamento das políticas para o desenvolvimento regional. A partir do desenvolvimento rural buscaremos destacar a construção pelo Estado da infraestrutura para a modernização agrícola do Rio Grande do Norte, e as estratégias no nível local e regional numa era de globalização. Finalizando, procuramos analisar o Pólo Assu-Mossoró de forma específica, destacando suas características e o caráter desigual gerado pela reestruturação agrícola. Além disso, evidenciamos o ambiente institucional e as formas de organização da produção e trabalho dos atores, o descontentamento com os modelos exógenos, e a necessidade das políticas públicas serem direcionadas considerando a diversidade regional, a capacidade coletiva e a cultura dos atores locais, especialmente os agricultores familiares.

### 3.1 O Nordeste: do planejamento nacional à regulação global do território

Dentro da questão regional, a partir dos anos 1950 a região Nordeste do Brasil ganhou forte destaque, pois o resultado dos esforços feitos pelo Estado para planejar o seu dinamismo, ao invés de ter diminuído aprofundou ainda mais a desigualdade econômica e social entre as regiões brasileiras. E, a partir do debate nacional-desenvolvimentista no nível macro, a preocupação regional direcionou para a busca de saídas urgentes para tornar a economia nordestina capaz de superar sua estagnação e se integrar ao desenvolvimento nacional. E o debate clássico desenvolvimentista dos anos 1950 foi colocado mais do que nunca como o principal norteador para o planejamento do desenvolvimento regional. Assim, as ações desenvolvidas pelo Estado nacional passaram a se concretizar, segundo Souza (1997), a partir da constituição de uma estrutura organizacional e institucional para planejar o desenvolvimento da região, com destaque para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, e o Banco do Nordeste, o BNB<sup>1</sup>. Mas, para elaborar o planejamento, era necessário um corpo técnico capaz de aplicar o ideal desenvolvimentista.

#### 3.1.1 A concepção desenvolvimentista da atuação do Estado no Nordeste

De acordo com Araújo (2000), no ano de 1959 é formado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, o GTDN. Sob a influência do debate clássico, este grupo apresentou a indústria como o setor e vetor central da estratégia, esta complementada com sugestões relacionadas a transformações na agricultura regional. Assim, a industrialização seguiu a estratégia em nível nacional e mundial, conforme Myrdal (1972), ou seja, como a única saída para resolver a questão da desigualdade e do atraso do Nordeste. O objetivo do GTDN, conforme Araújo (2000) tinha a indústria como vetor para transformar a região em um centro de modernização autônomo e capaz de se propagar, como defendia Perroux (1964). Além disso, deveria funcionar como centro dinâmico via incentivos estatais e sob um processo de substituição de importações, idéia dos autores clássicos que representou a grande defesa de Furtado (1968; 1971; e 1975) para o Nordeste, a qual influenciou toda a sua obra.

---

<sup>1</sup> A criação dessas duas organizações (SUDENE e o Banco do Nordeste) representa, a partir da construção pelo Estado nacional da estrutura organizacional e institucional e da concepção na formação do seu quadro técnico, a maior expressão e comprovação da influência do debate clássico nacional-desenvolvimentista no esforço do planejamento da dinâmica econômica da região Nordeste.

Somente assim aconteceria a integração com as demais regiões e o fim da desigualdade, acreditavam os técnicos do GTDN.

Entretanto, os resultados não aconteceram como o planejado. De acordo com Araújo (2000), a estrutura industrial da região passou a ser alterada da concepção inicial, e o crescimento a se caracterizar pela dependência e complementaridade. Pela dependência devido à uma concepção baseada em elementos exógenos, e pela complementaridade devido à tentativa de *integração* do Nordeste com a dinâmica das demais regiões do país e com o mercado externo o que, segundo Furtado (1971), ia de encontro com a expectativa de autonomia. O debate clássico no plano externo e o contexto nacional-desenvolvimentista influenciavam fortemente a concepção desta estratégia, revelando a tendência pela concentração através de oligopólios, o que sugeria para o Nordeste um Estado capaz de promover ações reformistas e modernizadoras das velhas estruturas, numa lógica definida por Myrdal (1972). Para tornar as coisas mais difíceis, as estratégias de desenvolvimento regional para o Nordeste se intensificaram de forma retardatária em relação às outras regiões brasileiras, e sua concepção teve forte influência do ambiente político autoritário da ditadura militar. E foi neste período de Estado centralizado, determinista e autoritário que as potencialidades econômicas da região foram mapeadas e se buscou a consolidação do projeto nacional com a aplicação de políticas regionais em espaços econômicos específicos. Para Araújo (2000), a estratégia do planejamento para o Nordeste passava pelo Estado em promover o avanço da lógica capitalista patrocinando a acumulação privada através de capitais exógenos. Dessa forma, buscava-se em 1975 a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, construir no Nordeste uma infraestrutura em *pólos de crescimento*, utilizando-se da perspectiva de Perroux (1964), os quais desempenhariam o papel de espaço econômico para atividades modernas de alto potencial, como sugeriu Hirschman (1961), em substituição às atividades tradicionais (ARAÚJO, 2000; p.170).

O argumento dos técnicos do GTDN era o de que a região Nordeste se configurava atrasada por não possuir um setor industrial forte, e por sua economia depender quase que totalmente de atividades agrícolas, e onde a agricultura era considerada, lembrando em Ploeg & Long (1994), um setor estagnado que necessitava ser modernizado. No entanto, para os técnicos, as áreas onde se encontrava alguma estrutura predominava grandes fazendeiros decadentes baseados em monoculturas como cana-de-açúcar e cacau na faixa úmida do litoral, e com o algodão e a pecuária no semi-árido. E estas grandes propriedades era a base de um poder de oligarquias de características feudais que ditavam, através de uma lógica vertical, a dinâmica regional que reproduzia os mecanismos do *status quo*, como os apontados por

Hirschman (1961) e Myrdal (1972). Por outro lado, como definiu Carvalho (1988), era notada a existência de pequenos proprietários rurais (camponeses) vulneráveis à irregularidade das chuvas, que produziam alimentos mais para o consumo da unidade produtiva, como milho, feijão, mandioca e arroz, praticavam algum artesanato, e criavam poucos animais. Estes camponeses eram caracterizados pelos técnicos do GTDN como atrasados e irracionais, incapazes de ser instrumento das políticas regionais e, por isso, deveriam ser eliminados ou substituídos por atores modernos e racionais. Além disso, os camponeses não eram compatíveis na concepção de progresso, pois os planejadores defendiam a intensificação das relações de trabalho capitalistas e, conforme Carvalho (1988; p. 149), as relações que envolviam os camponeses eram precárias e muitas vezes não monetárias, como a parceria, a meação, e a cota<sup>2</sup>. Este era um período em que correntes de pensamento, como as de orientação marxista, influenciavam e defendiam fortemente a modernização a partir da urbanização e das relações capital *versus* trabalho, pois acreditavam que assim se alcançaria o capitalismo e consolidaria o desenvolvimento. E como define van der Ploeg (2008; p18), especialmente onde projetos de modernização têm sido implementados, tanto funcionalistas como marxistas vêem nos camponeses algo estranho e indefinido no sistema capitalista. E para aqueles, os camponeses teriam apenas dois caminhos: se transformarem em capitalistas ou em trabalhadores proletários<sup>3</sup>.

Dessa forma, o esforço do planejamento para o meio rural da região Nordeste se intensificou nos anos 1960, conforme Souza (1997), inicialmente limitado às discussões dos problemas regionais (sendo a instabilidade da produção agrícola e a vulnerabilidade às secas os principais problemas), tendo em vista a elaboração das estratégias a partir da elaboração de Planos Diretores no nível regional. É apenas nos anos 1970 que surge um novo estilo de planejamento, o qual dar andamento à execução de estratégias em um estilo centralizado de política econômica. E no que diz respeito às políticas públicas para o meio rural da região Nordeste, foram colocadas em ação, segundo Souza (1997), um conjunto de iniciativas voltadas para a modernização da agricultura, esta integrada à indústria, saindo do nível regional dos planos diretores para o nível do Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND. Ali, surgiu a necessidade da *integração* nacional onde, ao invés dos planos diretores, foram

---

<sup>2</sup> Tipo comum de pagamento não monetário destacado por Ribeiro (1998) na pecuária do norte de Minas Gerais e da região Nordeste no final do século XIX a meados do século XX. Expressava a relação entre o vaqueiro e o fazendeiro, onde o vaqueiro começava a receber gado “na sorte” após anos de trabalho, sendo uma porcentagem dos bezerros nascidos que podia chegar a 25% dos nascimentos do ano.

<sup>3</sup> Isso remete à legitimação geral do capitalismo, onde autores de orientação marxista como Lênin e Kautsky haviam defendido que o avanço capitalista levaria a homogeneização. Assim, a tendência das formas não capitalistas de produção, a exemplo das atividades familiares na agricultura, no artesanato, etc. seria a sua eliminação tanto via *diferenciação*, segundo Lênin, como pela *decomposição/integração*, conforme Kautsky.

elaborados Planos de Desenvolvimento do Nordeste, PDN's, tentando compatibilizar os esforços e objetivos regionais com o planejamento no nível nacional. Durante o I PND em 1973, segundo Souza (1997), foram empreendidos esforços organizacionais e institucionais para criar infraestrutura e progresso tecnológico, a partir das ações de redistribuição de terras, pesquisa e assistência técnica do Programa de Redistribuição de Terras e estímulo a Agroindústria do Nordeste, o PROTERRA. O objetivo inicial deste programa era estimular a distribuição via compra de pequenas áreas de terras. Entretanto, o Estado desviou o propósito inicial e passou a direcionar os recursos no sentido da concentração em grandes áreas para favorecer a implantação de projetos de modernização agrícola a partir da expansão de grandes empresas no Nordeste. Segundo Souza (1997), devido a inúmeras discontinuidades, este programa não foi bem sucedido.

Insistindo na mesma lógica empresarial, mesmo sob o descrédito dos resultados negativos do PROTERRA, o Estado buscou empreender novos programas. A partir de 1974 dentro do II PND, conforme Souza (1997), foram lançados dois programas estatais voltados para a modernização da agricultura do Nordeste: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, o POLONORDESTE, e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento do Semi-Árido, o projeto SERTANEJO. Tanto o PROTERRA, como o POLONORDESTE e o Projeto SERTANEJO representavam, segundo Boneti (2003), uma mudança de estratégia que trazia certa esperança, pois privilegiavam o investimento público em pequenas propriedades visando, conforme Wilkinson (1986), reduzir o êxodo rural e viabilizar a permanência do agricultor familiar no campo. Porém, os recursos desses programas foram desviados pelo Estado autoritário e destinados para outra concepção: do incentivo às grandes empresas em projetos de modernização e na ótica desenvolvimentista dos Pólos de Crescimento de Perroux (1964). Para Boneti (2003), estes programas influenciaram com maior intensidade nas décadas de 1970 e 1980, inicialmente através da inserção e difusão da ideologia, ou *crença* voltada para a valorização da noção de progresso e moderno, em contraste com o atrasado e tradicional, utilizando a imagem do camponês, segundo define van der Ploeg (2008), o contraste do moderno.

Depois da *crença* ideológica veio a *teoria* predominando a perspectiva neoclássica de substituição de fatores (e dos atores) no planejamento de grandes programas estatais baseados na grande empresa, e em estratégias exógenas de modernização agrícola. Nessa dimensão, segundo Boneti (2003), o Estado promove o progresso tecnológico como uma estratégia do avanço capitalista, não considerando as expectativas das pessoas no nível micro. E por não considerar os atores no nível local, essa estratégia também ignorava quaisquer sistemas ou

mecanismos sociais de regulação, ou instituição, pois a noção de progresso se configurava um instrumento ideológico poderoso, devido a propagação pelo Estado de que o progresso trazido pela modernização traria o desenvolvimento e o bem-estar para o alcance de todos. E no caso do Nordeste, como em regiões menos favorecidas do mundo, o Estado ainda desempenha o papel de estimulador do desenvolvimento através da modernização, buscando a homogeneização dos diferentes em um processo altamente seletivo onde, segundo van der Ploeg (1995), poucos se mantêm. No caso dos agricultores familiares, ou camponeses como define van der Ploeg (2008), estes não interessavam ao projeto de modernização, pelo fato de utilizarem o conhecimento natural (irracional) em práticas endógenas e por serem considerados diferentes e incapazes. Assim, segundo Boneti (2003), o Estado promove uma distribuição desigual no acesso à tecnologia, e estimula a competição premiando aqueles que demonstrarem mais conhecimento científico (racional) e poder financeiro. E como ocorreu na implantação dos programas estatais para o Nordeste, e o que esta Tese revela na comparação de dinâmicas regionais, representa dizer que os atores já entram no circuito do progresso tecnológico em condições de desigualdade.

A concepção do POLONORDESTE foi, conforme Wilkinson (1986), inicialmente a de encarar pela primeira vez o desenvolvimento a partir das pequenas áreas agrícolas. Este programa, criado em 1974 dentro do Plano de Desenvolvimento Rural Integrado, PDRI, estendia suas estratégias para a colonização, irrigação, e desenvolvimento rural integrado, especialmente buscando integrar a agricultura à agroindústria, e esta ao mercado (POLONORDESTE, 1974). Quanto à concepção do Projeto SERTANEJO, esta centrava em áreas nos pólos de crescimento à implantação de projetos públicos de irrigação tendo a coordenação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, o DNOCS. Nos pólos de crescimento, segundo Wilkinson (1986), foi possível implantar uma infra-estrutura hídrica e obter certo êxito. São exemplos o Projeto Agroindustrial Petrolina (PE)-Juazeiro (BA) no Vale do Rio São Francisco, o núcleo de produção de feijão em Irecê (BA), e da produção de frutas frescas no Projeto Baixo-Açu no Vale do Açu, este último no Pólo Assu-Mossoró (RN) e objeto desta Tese. Cabe ressaltar que a presença do grande capital nestes espaços econômicos resultou de uma lógica bastante seletiva, tanto espacialmente como nas atividades de alto potencial e, como visto, foi para os pólos de crescimento criados a partir da concepção de Perroux (1964), que o grande capital foi atraído e se dirigiu.

O início dos anos 1980 é marcado por uma forte recessão e por descontinuidades econômicas no plano macroeconômico, a qual se estende por meio de uma *crise fiscal* pela economia e durante toda a década, levando a uma desaceleração dos programas estatais em

tudo país e a uma redefinição nas estratégias, entre elas as voltadas para a modernização da agricultura. Porém, para Maia Gomes (2001) transformações no meio rural continuaram acontecendo nos pólos de crescimento apesar da crise, com destaque para alguns setores de alto potencial, como a produção de frutas frescas para a exportação como melão, banana, manga, e castanha de caju. A *crença* na noção de moderno e na integração direcionou as políticas para o rural no Nordeste e foi à base para a construção de estratégias do Estado, baseadas no padrão de crescimento homogêneo e na dependência de fatores exógenos. Entretanto, de acordo com estudos do Banco do Nordeste, como visto em Tonedo Jr (2004), e o já definido por van der Ploeg (1995) de que, do ponto de vista do aumento do produto a modernização no Nordeste teve certo êxito, porém é questionável o seu retorno social por não ter contribuído, além de outros fatores, com o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da região. Por isso, a partir dos anos 1990 esta lógica exógena vem caindo em desuso e se transformando, também na região Nordeste do Brasil, numa proposta cada vez menos convincente de política de desenvolvimento rural.

### 3.1.2 O Estado e a construção recente do desenvolvimento no Nordeste

A partir dos anos 1990, as transformações mundiais sugerem uma nova agenda para o capitalismo, e impactos da globalização passaram a exigir uma ênfase diferente para o direcionamento das políticas regionais. Nessa nova agenda, forças liberais sugerem uma redefinição do papel do Estado em um novo ambiente institucional de regulação global em que são necessários processos de participação, tendo em vista um processo de descentralização econômica e social em construção. E para a região Nordeste, as novas estratégias de política regional, conforme Tonedo Jr (2004), tinham que ser construídos em formas descentralizadas, visando o estímulo ao surgimento de forças endógenas por meio da articulação entre os atores nos diversos níveis. O que marca esse período é o abandono do modelo desenvolvimentista de Estado, e o início da adoção das orientações neoliberais que sugerem uma maior participação do mercado e, mesmo que em um segundo plano, da sociedade civil no direcionamento das políticas regionais. Segundo Cardoso (2008), os atores (Estado, mercado e sociedade civil) deveriam atuar nos diversos níveis, diante do desafio de buscar a melhor estratégia frente à nova concepção de desenvolvimento ainda em construção. No entanto, o ambiente institucional da região Nordeste permaneceu sem alterações, pois suas instituições não foram renovadas visando colocar em prática a nova concepção de

desenvolvimento, ao contrário, a escolha foi a de reformular e utilizar as instituições *velhas* e precárias criadas ainda na efervescência Estado desenvolvimentista.

A compreensão da reestruturação capitalista dos anos 1990 na região Nordeste do Brasil, e no Pólo Assu-Mossoró, passa pela reestruturação das principais organizações com a manutenção das *velhas* instituições. Nesse contexto tem destaque um dos seus maiores símbolos: o Banco do Nordeste. A atuação do Banco do Nordeste no desenvolvimento regional desde 1952, ano de sua criação, até 1995, sempre esteve atrelada à concepção desenvolvimentista. Numa estratégia que o fazia atuar junto com a SUDENE, o Banco do Nordeste desempenhava o papel de agente financeiro regional, enquanto a SUDENE cabia o planejamento e a coordenação do desenvolvimento. A partir do fechamento desta última em 2001, o Banco do Nordeste foi colocado diante do desafio de se reestruturar para não sofrer o mesmo enfraquecimento político que levou à extinção da SUDENE. Para isso, ou se libertava da sua função constitucional, de executor das ações planejadas pela sua parceira e buscava estratégias viáveis, ou seria privatizado ou extinto. De acordo com Cardoso (2008), o Banco do Nordeste reagiu e definiu uma nova estratégia, onde passou a definir como cliente preferencial o agente produtivo formado por pequenos empreendedores, ao invés das grandes empresas. Porém, de todas as ações as que apresentaram maior visibilidade externa estavam relacionadas com a necessidade de uma maior presença na região, e para isso foram criados os seguintes programas no nível regional: Agentes de Desenvolvimento, Microcrédito, e Pólos de Desenvolvimento Integrado.

De acordo com Cardoso (2008), esses programas são resultados de um processo de criação de instrumentos inovadores de caráter operacional (ação), e representam estratégias no nível regional por ocasião do processo de reestruturação do Banco do Nordeste. O financiamento para a operacionalização desses programas se tornou possível devido ao novo posicionamento do Banco do Nordeste, e a busca de fontes externas de recursos financeiros. O microcrédito, por exemplo, foi financiado pelo Banco Mundial sendo atualmente o mais importante programa de microcrédito do país. Para Cardoso (2008), a garantia de sobrevivência do Banco do Nordeste e de seus programas passou a depender da sua capacidade em buscar recursos de fontes externas, a exemplo do Banco Mundial, no BID, de bancos da Alemanha (o KFW e do DEG), do Banco de Desenvolvimento do Japão, e fontes internas como do BNDES, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, entre outras.

A busca por novas fontes de financiamento, de acordo com Cardoso (2008), era uma precaução às orientações de forças liberais externas, para as quais os países não deveriam ter bancos públicos, sobretudo países e regiões subdesenvolvidas. Então, a estratégia para



garantir a atuação do Banco do Nordeste, mesmo em um cenário adverso, foi aprofundar o relacionamento com as organizações financeiras internacionais, diversificando e ampliando as possíveis fontes para financiar o desenvolvimento regional. Para isso, o Banco do Nordeste deveria estar presente na sua área de atuação, agindo como instrumento de aplicação de políticas do Estado, a partir de iniciativas inovadoras que foram viabilizadas apenas devido ao financiamento internacional. Mas, para a consolidação da sua reestruturação nos anos 1990, um dos aspectos mais importantes foi à realização de um convênio de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas, o PNUD.

Este convênio realizado no início da reestruturação do Banco do Nordeste ainda tentou uma estratégia no sentido de uma transição do padrão exógeno, com a inserção de uma nova concepção de desenvolvimento regional endógeno numa perspectiva orientada ao ator no nível local, no sentido de Long (2001) e de Arce *et al* (2002). Essa tentativa se deu inicialmente com uma oportunidade de mudança em parte do arranjo institucional do Banco do Nordeste, aqui lembrando Williamson (2000), o qual sempre teve forte influência no ambiente institucional de toda a região. Assim, um dos seus mais importantes departamentos, o de Crédito Rural, teve suas regras alteradas, e a sua operacionalização antes limitada ao crédito foi ampliada para uma dimensão maior de desenvolvimento se transformando no *Departamento de Desenvolvimento Rural* (DERUR). Para Cardoso (2008), a criação da DERUR abria a possibilidade de ampliar estratégias direcionadas aos agricultores familiares<sup>4</sup>, uma vez que esse segmento apresentava elevada inadimplência através das suas Associações e Cooperativas financiadas pelo banco.

A estratégia seria ajustar o arranjo institucional do Banco do Nordeste, este com influência no ambiente institucional no nível regional (macro) via Departamento de Desenvolvimento Rural, e conectá-lo aos arranjos institucionais dos agricultores familiares no nível local (micro), estes no sentido de Williamson (2000), através de suas organizações coletivas, a exemplo das Cooperativas e Associações. Entretanto, ao irem de encontro a estas organizações, os técnicos do Banco do Nordeste/PNUD se depararam com uma estrutura organizativa quase que totalmente falida, profundamente desestruturada e com agricultores familiares empobrecidos, além de se encontrar submetida a dirigentes centralizadores que se perpetuam no poder e as controlavam muitas vezes por meio de relações verticais rígidas. Da mesma forma dos técnicos do Banco do Nordeste/PNUD, a pesquisa de campo realizada para

---

<sup>4</sup> Na verdade, a equipe técnica do convênio já tinha experiência com agricultores familiares, pois vinha de outro convênio de cooperação técnica, o Projeto INCRA/PNUD, com início em 1987, voltado para a capacitação de assentados de reforma agrária.

analisar de forma comparada as dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, como veremos nos capítulos 5 e 6, também identificaram em cada dinâmica estruturas organizativas na mesma situação, confirmando esta constatação. Na verdade, resgatando as diferenças entre organizações e instituições de North (1990), existiam arranjos constituídos pelas *organizações* Cooperativas e Associativas, porém faltavam *instituições* a exemplo do cooperativismo, associativismo, entre outras que, na sua falta, as organizações coletivas não funcionam.

O Projeto Banco do Nordeste/PNUD começou suas atividades em 1993 como um programa de apoio às associações e Cooperativas rurais, pelo fato de ter encontrado na área rural a maior concentração das organizações que apresentavam dificuldades na gestão dos financiamentos. Isso por ter tido como demanda inicial por parte do Banco do Nordeste, a incumbência de acompanhar a aplicação das propostas de financiamento cujos recursos já haviam sido liberados ou estavam em vias de liberação. Segundo os técnicos do PNUD, os problemas dessas Associações e Cooperativas antecederam as propostas de crédito. Com esta estratégia acreditava-se que os recursos utilizados em um programa de capacitação para os produtores e suas organizações, que em um momento poderiam ser interpretados como despesa para o Banco do Nordeste, possibilitaria no longo prazo a redução dos riscos do não pagamento dos empréstimos contraídos na carteira de crédito associativo. Ou seja, essa capacitação poderia ser considerada um investimento, pois com os atores mais capacitados para a ação coletiva participariam mais, elevaria os níveis de confiança e de cooperação, e, conseqüentemente, haveria uma redução dos custos de transação nas suas relações de troca com o banco. Para Cardoso (2008), o instrumento do convênio Banco do Nordeste/PNUD utilizado para promover a mudança de comportamento e de mentalidade organizacional das Associações e das Cooperativas contempladas foi a metodologia de Gestão Participativa para o Desenvolvimento, GESPAR, a qual tinha como foco central a sustentabilidade das associações e cooperativas através do fortalecimento da participação e da gestão.

As atividades realizadas pelo convênio Banco do Nordeste/PNUD se baseavam na premissa de que o capital humano representava o elemento mais valioso estrategicamente, e seria o que determinava a inserção de dinâmicas econômicas locais e regionais na nova concepção de desenvolvimento. Portanto, para Cardoso (2008), a capacitação voltada para os atores envolvidos (governos, empresas e sociedade civil) constituía a estratégia básica de sua ação, considerada como necessária para um processo de desenvolvimento de longo prazo, sustentável, e com continuidade. A capacitação buscava fortalecer instituições no nível local, a exemplo da cooperação e da solidariedade, por meio da participação ativa da comunidade na formulação de escolhas e estratégias adequadas de planejamento sistêmico. Essa iniciativa,

aqui lembrando van der Ploeg (2008), visava despertar a comunidade para a atividade econômica e social, e a lutar por mais autonomia e liberdade, sendo estes aspectos fundamentais para o desenvolvimento no nível local.

O convênio Banco do Nordeste/PNUD vigorou de 1993 a 2000 e, nos primeiros dois anos, entre 1993 e 1995, suas ações ficaram restritas ao apoio às associações e cooperativas rurais, com a missão de apoiar a implantação de projetos associativos da região Nordeste. As associações e cooperativas rurais definidas previamente apresentavam estágios diferenciados de desenvolvimento, a exemplo das esferas analisadas por Marsden (1998), tendo sido a maioria delas constituída *de cima*, ou *top down*, sem qualquer envolvimento dos agricultores familiares, e controladas por um pequeno grupo de técnicos não comprometidos com a razão de ser de instituições como o cooperativismo e o associativismo. Em 1995 o convênio foi renovado e ampliado para ações na área urbana, e essa ampliação teve motivação de natureza econômica, neste caso pelo início das operações com recursos do FAT. O convênio Banco do Nordeste/PNUD pretendia com sua estratégia alcançar resultados capazes de gerar impactos nas formas de organização da produção familiar (ações orientadas ao ator), e que mantivesse o caráter de continuidade e de sustentabilidade, porém a atuação de forma isolada nas cooperativas e associações não corresponderia a essa expectativa. A estratégia consistia em dotar os atores de capacidades e habilidades suficientes para que pudessem pensar e construir um projeto coletivo de desenvolvimento nas suas dinâmicas econômicas, onde seria adotada a abordagem endógena. E a primeira experiência de apoio ao Desenvolvimento Local do convênio Banco do Nordeste/PNUD foi realizada nos anos de 1994 e 1995 no município de Serra do Mel, no Rio Grande do Norte. Essa experiência de agricultura familiar, conforme veremos com mais detalhe no capítulo 4 desta Tese onde as dinâmicas regionais são caracterizadas, não chegou a ser uma estratégia efetiva de desenvolvimento local, mas foi a primeira aproximação com a nova metodologia, onde foi construído *de baixo*, ou *bottom up*, um planejamento estratégico participativo, o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel, o PIDSSM.

### 3.1.3 Tendências recentes para o desenvolvimento rural no Nordeste

As experiências com agricultores familiares através de suas organizações serviram mais como um laboratório para uma intervenção em maior escala, o que aconteceria com os Pólos de Desenvolvimento Integrado, entre eles o Pólo Assu-Mossoró objeto desta Tese. Para

Cardoso (2008), a criação do programa Pólos de Desenvolvimento Integrado foi considerada um avanço da intervenção do Banco do Nordeste como uma estratégia no nível regional. Entretanto, por meio deste programa o Banco do Nordeste visava atuar no nível local, porém numa perspectiva regional, se configurando pioneiro no Nordeste nessa estratégia. Com o lançamento desse programa, foi percebido no convênio Banco do Nordeste/PNUD uma transição entre a intervenção nas experiências-piloto, a exemplo de Serra do Mel, e uma ação mais ampla na dimensão requerida pelo Banco do Nordeste de abranger toda a sua área de atuação, o que gerou início de conflito<sup>5</sup> entre o Banco do Nordeste e o PNUD. Entretanto, apesar desse conflito inicial, segundo Cardoso (2008), a experiência dos Pólos de Desenvolvimento Integrado demonstrou para o PNUD que do mesmo modo que o apoio às cooperativas e associações de forma isolada não possibilitava escala para resolver os problemas do agricultor familiar, os municípios também, tomados de forma isolada, não tinham escala para resolver os seus problemas de desenvolvimento.

Com isso, o convênio Banco do Nordeste/PNUD acabou tendo uma participação decisiva no delineamento de um novo arranjo institucional de intervenção estatal, o qual passou a influenciar tanto no ambiente institucional dos Pólos de Desenvolvimento (inclusive o Pólo Assu-Mossoró), como de toda a região Nordeste. E a construção desse arranjo institucional buscou, pela primeira vez, considerar a capacidade coletiva dos atores no nível local, e foi fundamentada nos princípios da sustentabilidade, da solidariedade e da participação social e coletiva. E como sinal mais contundente da mudança institucional por parte do Banco do Nordeste, foi o fato deste ter realmente realizado a escolha e adotado uma estratégia na perspectiva do desenvolvimento endógeno na sua forma de intervenção regional. E foi para dar vida a essa nova estratégia de intervenção que o Banco do Nordeste criou seus principais programas: Agentes de Desenvolvimento, Microcrédito e os Pólos de Desenvolvimento Integrado. Esses programas regionais foram integrados ao *Farol do Desenvolvimento*, este último um fórum criado em 1999 para servir como espaço de concertação onde os atores, ou seja, governos, mercado, e sociedade civil, discutiriam e definiriam escolhas e estratégias a partir de prioridades de atuação no nível local.

O programa Pólo de Desenvolvimento Integrado foi criado em 1997, em parceria com o Ministério do Planejamento e Orçamento, marcando a retomada da concepção de *pólos* para a promoção do desenvolvimento regional. Entretanto, estudos como o de Tonedo Jr (2004)

---

<sup>5</sup> Na verdade, o trabalho do PNUD representava uma experiência-piloto, um processo de aprendizagem, que se faz para aprender, para inovar. E é assim que normalmente funciona a cooperação técnica internacional. A cooperação técnica não é uma política pública, esta sim tem que ser uma ação massiva. A questão era que o Banco do Nordeste queria escala, e o PNUD queria qualidade para ter resultados e sistematizar a experiência.

direciona para uma nova forma de pensar o desenvolvimento para a região e expressa uma tendência para potencializar apenas setores *modernos*. Isso visando a partir de uma intervenção diferente, agora diante de um ambiente institucional influenciado por um processo de abertura de mercado e mobilidade de capital, consolidar naqueles pólos arranjos produtivos<sup>6</sup> especializados e de base exportadora que surgem pela ação da iniciativa privada nacional e internacional. O fato de serem estratégias empreendidas pelo capital privado surge arranjos específicos no nível local que constroem trajetórias tanto na *abordagem da globalização* como da *localização* de Buttel (1994), sendo em sua maioria as com alto grau de mercantilização, no sentido dado por Marsden (1991), em estilos de agricultura dependentes do mercado, conforme van der Ploeg (1994). Com isso, trajetórias de modernização construídas por capitais privados nacionais e multinacionais têm reestruturado espaços e formatado sistemas produtivos locais a partir da produção agrícola em áreas menores, pois o momento já não mais aceita os gigantismos que eram viáveis apenas com pesados incentivos da era desenvolvimentista.

Esses arranjos representam um aprofundamento da modernização ajustada para uma realidade de mercado, e mantêm acesa no ambiente institucional da região Nordeste as instituições da era desenvolvimentista, e, com elas, a rejeição pelas formas tradicionais de produção, a exemplo da agricultura familiar. A não renovação das *velhas* instituições da modernização tem feito com que ainda persista, e com forte influência no ambiente institucional, a principal instituição desenvolvimentista: a *crença* na noção de progresso via substituição do tradicional pelo moderno. Presente na ação de várias organizações (Universidades, órgãos de assistência técnica, de pesquisa, etc.), essa *crença* representa a defesa da antiga concepção desenvolvimentista, a qual ainda tem forte influência no ambiente institucional da região Nordeste. Um exemplo disso pode ser notado a partir de trabalhos como o de Maia Gomes (2001), que utiliza a análise do declínio das atividades tradicionais devido ao ambiente hostil de secas no Nordeste. Isso como forma de justificar a necessidade da diversificação no sentido de fortalecer os pólos e, de forma espantosa, apoiar o direcionamento de políticas do Estado exclusivamente para os setores modernos, e o abandono total da atividade econômica tradicional. Como defende o autor,

Mas tampouco constitui uma fatalidade dos pólos de irrigação empresarial no Nordeste produzirem apenas três frutas. A diversificação dos produtos constitui a saída natural para assegurar um horizonte de mercado praticamente ilimitado

---

<sup>6</sup> Os principais arranjos produtivos locais se concentram nos Pólos de Desenvolvimento da região Nordeste, a exemplo do agronegócio de grãos nos cerrados, da fruticultura irrigada nos vales do rio São Francisco, do rio Piranhas-Açu, entre outros, tendo sido estes os espaços os mais escolhidos para migração de agricultores, especialmente do Sul para os cerrados, e para a abertura de mercado e a mobilidade de capital.

para a fruticultura nordestina. Contrariamente ao que foi sempre a sua realidade, o Nordeste pode, hoje, escolher entre a miséria produzida pela economia agropecuária tradicional e a riqueza gerada pela agricultura irrigada empresarial. (MAIA GOMES, 2001, p226).

Por terem sido sempre técnicos do Estado, autores como Maia Gomes (2001) demonstram forte influência desenvolvimentista, o que os fazem acreditar no conhecimento científico desconectado do natural e, com isso, na incapacidade coletiva dos atores, ainda vistos por esses autores como atrasados e irracionais. Mas, justificar o declínio econômico de atividades tradicionais justamente pelo lado mais óbvio, que é o fato de se encontrar em um ambiente hostil como o das secas e ainda desprezadas pelas políticas públicas, creio não ter sido essa uma estratégia feliz do autor. Autores de influência desenvolvimentista que acreditam no desenvolvimento apenas pelo caminho da relação capital *versus* trabalho, do grande empresário urbano e da proteção do Estado, não se convencem de que o segmento tradicional, como o da agricultura familiar, tem seu papel e que, justamente pelo ambiente hostil das secas necessita de políticas, não de ser eliminado. Deve-se, na verdade, é acionar o conhecimento natural acumulado pelo aprendizado em práticas diárias, como definido em van der Ploeg (2003), e possibilitar condições onde, numa certa relação com o conhecimento científico, ele possa cumprir com mais dignidade seu papel. Papel este que é o de produzir alimentos e gerar a dinâmica de mercados locais, hoje empobrecidos justamente pela ausência ou ineficiência das políticas de desenvolvimento.

Os segmentos modernos e exportadores no conjunto da economia têm o seu papel, e, claro, necessitam de políticas. Porém, quem defende a modernização precisa ser mais convincente quanto ao retorno para a região do elevado custo social e econômico, aqui lembrando Coase (1960), que as escolhas pelas estratégias exógenas têm gerado, desalojando pessoas, desequilibrando sistemas locais de produção e destruindo seus mecanismos de regulação. Além das altas somas de dinheiro público em estrutura, incentivos, etc., muitas vezes em tentativas frustradas de substituir o tradicional pelo moderno. A tendência em priorizar apenas setores modernos e desprezar o tradicional é aprofundar cada vez mais a desigualdade de uma região já subdesenvolvida e desigual. Além disso, é um erro acreditar que a economia pode ser sustentada por um segmento que, como define van der Ploeg (2008), sua característica em países e regiões subdesenvolvidas é a de ser extremamente instável e vulnerável, por ser dependente de oscilações e fatores externos. Além disso, pode ser notado que em um mesmo ambiente institucional, e de globalização como o dos Pólos de Desenvolvimento do Nordeste, surgem iniciativas de trajetórias distintas, especialmente aquelas mais autônomas e endógenas, empreendidas por agricultores familiares, e que

merecem mais atenção. Um exemplo é a dinâmica de Serra do Mel, no Pólo Assu-Mossoró, a qual será analisada nesta Tese.

Em um ambiente de globalização onde surgem dinâmicas que constroem trajetórias distintas, as transformações nas estruturas locais se traduzem na luta constante por espaços colocando de um lado empresas globais e multinacionais e, de outro, agricultores familiares no nível local/regional. Ali, o arranjo institucional é alterado, e o Estado se apresenta com novos atores em uma arena de conflito e negociação onde uma matriz institucional é construída em um ambiente onde, de acordo com North (1990), os de maiores vantagens serão aqueles que alcançarem um nível maior de poder econômico e político. E é neste contexto de globalização que o Estado em um novo papel divide com o capital privado a regulação de estratégias exógenas construídas pelo segundo, em áreas de *dinamismo* agora responsáveis pelo desempenho regional. Isso faz lembrar Williamson (1993), quando define que a matriz institucional de uma sociedade em um determinado tempo é constituída de regras e normas formais e informais, bem como pelas instituições que garantem a aplicação (*enforcement*) dessas regras. Baseando-se na perspectiva de Williamson (1993), percebe-se, portanto, que a partir dos anos 1990 o Estado reduz sua intervenção e busca construir no Nordeste uma matriz institucional que tenta regular e influenciar nas escolhas e estratégias. Porém, o resultado tem sido o surgimento em várias direções de dinâmicas regionais com diferentes fases de desenvolvimento no tempo e no espaço, assim como as analisadas nesta Tese, as quais vão formando arranjos institucionais específicos no nível local e dificultam, lembrando Marsden (2003), a regulação no nível macro do ambiente institucional.

Na verdade, a mudança de posição estratégica do Banco do Nordeste se deve tanto a sua própria reestruturação como arranjo institucional da região Nordeste como à influência do PNUD, tendo sido essa a alternativa para se adaptar no nível do ambiente institucional ao processo de reestruturação capitalista e a estabilização macroeconômica do início dos anos 1990. Para não sucumbir como a SUDENE, coube ao Banco do Nordeste atuar numa lógica diferente de desenvolvimento endógeno, visando regular a economia regional e fortalecer arranjos produtivos considerando suas vocações no nível local, e com isso, estimular a interiorização do desenvolvimento regional. Assim, as áreas prioritárias da ação do Estado passaram a ser os antigos *pólos* criados nos anos 1970, para os quais foi formado um conjunto de estratégias no nível regional em mais uma tentativa de desenvolver o Nordeste. Entre estas estratégias foram definidos 12 Pólos de Desenvolvimento Integrado, entre eles o Pólo Assu-Mossoró, o qual veremos mais especificamente nesta Tese. Mas antes de estudarmos o Pólo

Assu-Mossoró, buscaremos destacar suas características considerando seus antecedentes na evolução da economia rural do Rio Grande do Norte.

### 3.2 O Estado e a modernização da economia rural do Rio Grande do Norte

A trajetória da economia rural do Rio Grande do Norte segue semelhante a da região Nordeste a partir da segunda metade do século XX, ou seja, a sua sustentação estava em atividades tradicionais que formavam o complexo rural, especialmente a cana-de-açúcar, o algodão e a pecuária, além de outras mais regionais como o agave, a mandioca e a carnaúba. Esse quadro permaneceu sem alteração significativa por vários anos, vindo à economia potiguar experimentar sinais de mudança no seu conjunto a partir dos anos 1970. Foi nos anos 1970 dentro do planejamento para a implantação dos grandes programas de modernização, o POLONORDESTE e o Projeto SERTANEJO, que o Rio Grande do Norte começou a alterar a sua estrutura de produção e a definir uma dinâmica diferente para a economia rural. Isso aconteceu com mais intensidade nas regiões Central e Oeste do estado, onde estão o Vale do Açu e a Chapada do Apodi, respectivamente, áreas que passaram a receber grandes projetos de irrigação e a constituir o Pólo Assu-Mossoró. A atividade da irrigação se intensificou na segunda metade dos anos 1980 e foi suficiente para caracterizar essas duas áreas do estado como as de maior desempenho agrícola, tendo o seu auge na década de 1990, quando são submetidos a uma abertura de mercado e mobilidade de capital. Com isso, inicia um intenso processo de reestruturação agrícola gerado por forças externas da globalização, o qual passa a redefinir a lógica dos modelos de modernização em novas bases: de um ambiente institucional antes determinado e organizado pelo Estado, para um novo de âmbito territorial e de regulação global. É o que veremos neste tópico.

#### 3.2.1 Antecedentes: o predomínio das atividades tradicionais

Para entender a evolução da economia rural do Rio Grande do Norte a partir dos anos 1950, temos que considerar a importância e a dinâmica da sua principal atividade da época: o algodão. De acordo com Clementino (1990), antes dos anos 1950 ainda prevaleciam em muitas regiões do Rio Grande do Norte os chamados vapores de algodão, e apenas a partir dos



anos de 1950 é que ocorreu a predominância das usinas de algodão. Para Santos (1994), dois outros aspectos foram determinantes para a generalização das usinas. O primeiro foi a utilização da torta de algodão como um importante alimento para o gado, e o segundo diz respeito ao processamento do caroço para obter o óleo e destinar ao consumo humano. Pode-se afirmar que a proliferação das usinas se deu, em grande parte, a partir da chegada da energia elétrica nos primeiros anos de 1960, e do instante em que o caroço de algodão passou a ser visto com a possibilidade de exploração comercial capaz de gerar lucros maiores para a atividade ligada ao algodão. O domínio da agroindústria do algodão no Rio Grande do Norte a partir das usinas se manteve no período de 1950 até o início dos anos de 1970. Naquele momento, em função das perspectivas econômicas geradas no setor algodoeiro ao longo do século XX, segundo Santos (1994), havia no estado indústrias pertencentes a grandes grupos econômicos estrangeiros, especialmente ingleses ligados a companhia Machine Cotton, produtora das Linhas Correntes. O grande destaque era a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, SANBRA, que nos anos de 1969 e 1970 foi líder na produção de algodão em pluma, responsável por 35% de toda produção.

Para Clementino (1990), o ingresso do Rio Grande do Norte no campo industrial mais complexo se deu em função da atividade do algodão. E apesar de estar incluído em um modelo de economia tradicional e agro-exportadora, este possibilitou tanto uma dinâmica econômica no interior através do binômio algodão-pecuária, como construiu as bases para o desenvolvimento industrial do estado. O binômio algodão-pecuária, mesmo insuficiente representava uma das mais importantes combinações realizadas especialmente pelos agricultores familiares, a partir da seguinte estratégia: além da torta de algodão adquirida das usinas e destinada especialmente às vacas em lactação, as plantações de algodão serviam de alimento para o restante do gado no período de seca. Depois de colher o algodão, o agricultor familiar soltava o gado para se alimentar da folhagem ainda verde, do capim, e de outras plantas comestíveis que cresciam após a última capina. Isto representava uma estratégia empreendida a partir de práticas endógenas, as quais resultavam na manutenção de uma importante base de recursos, no sentido definido por van der Ploeg (2008, p.25), a qual ajudava na sustentação da unidade de produção. E essa base de recursos era construída e autocontrolada e, numa relação entre tecnologia e mercados, ver van der Ploeg (1994), o agricultor familiar construía uma forma parcial de mercantilização em um estilo de agricultura mais integrado, diversificado e relativamente autônomo.

A relação do agricultor familiar com os mercados no nível externo se dava a partir do caráter comercial do algodão, e cada e todo o ciclo produtivo eram construídos no nível

interno através de recursos produzidos e reproduzidos durante ciclos anteriores. Partindo da perspectiva institucional de Saccomandi (1998), a disponibilidade de recursos locais e o ambiente social<sup>7</sup> representavam uma unidade orgânica, e estes recursos eram possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de produção e de trabalho. E as regras que governavam as relações entre os atores envolvidos eram, como em van der Ploeg (2008), tipicamente derivadas do repertório cultural local, de certa forma diferente do balanço interno de Chayanov, o qual também sempre desempenhava um importante papel. Dessa forma, o agricultor familiar expressava sua escolha, como em Saccomandi (1998), combinando o que plantava para comer com o que plantava para vender, e aproveitando os recursos disponíveis localmente preferindo *fazer* mais internamente a *comprar* de fora, isso baseado numa realidade econômica de custos de transação cada vez mais baixos.

Durante a década de 1960 a indústria no Rio Grande do Norte ainda se configurava de pouca expressão, e naquele momento existiam apenas umas pequenas fábricas locais pelo estado, mais artesanais, como as de mosaicos, curtumes, artefatos de ferro, de selas e arreios para cavalos, de cerâmica, entre outras (SANTOS, 1994, p.143). No entanto, foi durante os anos de 1960, e influenciado pelo Estado desenvolvimentista, que o Rio Grande do Norte planejou sua industrialização dentro da estratégia de modernização onde, através das ações da SUDENE, o setor industrial do Nordeste deveria ser estimulado. O ano de 1971 foi um marco no sentido da consolidação industrial no Rio Grande do Norte. Naquele ano várias empresas locais, conforme Santos (1994), alcançaram um crescimento expressivo, e o setor que mais se destacou no período foi o têxtil considerado prioritário no sentido de fortalecer e consolidar a cultura do algodão. Com isso surgiram indústrias com destaque para as Confecções Guararapes S.A., e a Confecções Soriedem. E foi a partir da política desenvolvimentista que, com fortes incentivos da SUDENE, diversos segmentos industriais do estado conseguiram criar certa dinâmica, e dando forma a estruturação de um parque industrial mais diversificado. A década de 1970, conforme Santos (1994), se caracterizou pela instabilidade da atividade do algodão, o que já era um demonstrativo dos problemas que viria a enfrentar nos anos subseqüentes, e no meio rural não eram notadas alternativas capazes de substituir a dinâmica econômica e o caráter comercial do algodão. As culturas tradicionais mais destacadas eram o agave em áreas das regiões Mato Grande e Agreste destinadas à indústria de fibras, a

---

<sup>7</sup> No final de cada ciclo, e geralmente com a coordenação da Igreja, produtores, trabalhadores, comerciantes, industriais, etc., reuniam suas famílias nas “festas do algodão” para agradecer a colheita e pedir um próximo ciclo melhor que o anterior. Isso representava um ambiente que servia, até certo ponto, para reforçar a troca de informações de mercado, identificar dificuldades e vantagens da atividade, preços, etc., revelando a capacidade do algodão em criar, mesmo com limitações, vida social e ir além do sistema de produção.

mandioca na região Agreste destinada a pequenas fábricas locais, as “casas de farinha”, e mais para o consumo local e regional<sup>8</sup>, e as matas ciliares de carnaúba nos principais rios do estado, especialmente no Vale do Rio Piranhas-Açu, das quais se retirava especialmente a cera para a indústria de cosméticos. Mas estas três culturas tradicionais, somadas às de milho, feijão e outras praticadas basicamente por agricultores familiares mais para o consumo, além de uma pecuária realizada por grandes fazendeiros e pequenos criadores enfraquecidos devido às secas e ao declínio do algodão, não eram vistas como capazes, por si só, de acionar e dinamizar a economia rural.

Mesmo diante desse quadro, dois outros segmentos do Rio Grande do Norte, os quais considerados como tradicionais, apresentaram novas perspectivas a partir da segunda metade da década de 1970: o projeto “vilas rurais”, e as usinas de açúcar e álcool. O projeto das “vilas rurais” visava à construção de um projeto estadual de colonização agrícola, sustentado na cultura do caju. Este projeto denominado “Serra do Mel”, que será estudado com mais detalhe nesta Tese, foi criado em 1974 e no ano de 1978 já produzira algo em torno de 560 toneladas de castanha de caju. Previa-se, portanto, que com uma organização da produção do caju que cresceria nos próximos anos e do beneficiamento da castanha, possibilitasse o surgimento de uma alternativa para o declínio do algodão e uma atividade nova e rentável para o meio rural potiguar. Quanto às usinas de açúcar, estas apresentaram uma expectativa e euforia a partir da segunda metade dos anos 1970 pelo fato da produção de açúcar ter atingido um milhão de sacas em 1978 e, principalmente, “pela possibilidade de ingressar no Programa Nacional do Álcool, o PROÁLCOOL<sup>9</sup>” (SANTOS, 1994, p. 220).

Entre os anos 1970 e 1980, conforme Clementino (1995: p.347-8) as estruturas produtivas do Rio Grande do Norte experimentaram transformações como jamais vistas na sua história econômica, além de afirmar uma forte transição para a sociedade urbana e mais industrial. Os sinais de mudança se faziam presentes em todos os setores. E no meio rural, segundo Clementino (1995), ressaltando a participação do setor primário na renda interna do

---

<sup>8</sup> Dessas três culturas, a mandioca é a que mais se assemelha ao algodão na sua associação e integração com a pecuária, a qual vem perdendo esse caráter nos últimos anos. Quando destinada ao processamento local nas “casas de farinha”, além de agregar valor, tanto a casca como outros subprodutos são ricas fontes de alimento para o gado, formando uma importante base de recursos autocontrolada, onde na relação tecnologia *versus* mercado (ver van der Ploeg, 1994), o agricultor familiar também constrói uma forma parcial de mercantilização em um estilo de agricultura mais integrado, diversificado e relativamente autônomo.

<sup>9</sup> O Pro-Álcool (Programa Nacional do Álcool) foi uma importante tentativa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados do petróleo pelo álcool. Criado em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto Federal nº 76.593, este programa teve financiamento do governo do Brasil que visava substituir o consumo da gasolina pelo álcool hidratado e produzir o álcool anidro para ser misturado a gasolina.

Rio Grande do Norte nos anos 1980<sup>10</sup>, tem destaque para um processo de reestruturação agrícola. Este, desempenhado por “manchas de modernidade” instaladas nas áreas de irrigação que não sofreram tanto com as secas na década de 1980, tais como a Chapada do Apodi e o Vale do Açu, que atualmente constituem o Pólo Assu-Mossoró. E nos anos 1980, mesmo com a crise econômica que atingiu o país, o Rio Grande do Norte através da ação do planejamento nacional e via SUDENE, passou também a modernizar sua agricultura e desenvolver, como veremos a seguir, a fruticultura irrigada voltada para o mercado externo a partir da implantação de grandes programas estatais de modernização agrícola.

### 3.2.2 A modernização da agricultura e o papel do Estado

As regiões da Chapada do Apodi e do Vale do Açu no estado do Rio Grande do Norte têm sido palco de significativas transformações nas suas estruturas rurais a partir do início da década de 1980, e pelos anos 1990 e 2000. Ali, o Estado passou a agir como responsável pelas transformações a partir do seu próprio papel institucional de agente de mudança, na tentativa de substituir um sistema tradicional pelo que considerava moderno. E o seu papel institucional foi bem específico: “o de construir uma infra-estrutura visando à expansão da produção econômica através da implantação de um modelo tecnológico” (BONETI, 2003, p.117). Isso representou uma interferência exógena em um ambiente construído a partir do conhecimento natural e de técnicas tradicionais ao longo dos anos, a qual passou, lembrando van der Ploeg (1994), a destruir mecanismos locais de regulação<sup>11</sup> de uma dinâmica que já existia, visando implantar o conhecimento científico e a tecnologia moderna. A ação estrutural mais evidente do Estado se concentrou na região do Vale do Açu, devido à implantação do Projeto de Irrigação Baixo-Açu<sup>12</sup>. Para Gomes da Silva (1992), a gênese do planejamento do Estado desenvolvimentista através da implantação de um grande projeto de irrigação no Vale do Açu, ocorreu quando uma empresa de consultoria, por encomenda da SUDENE, desenvolveu estudos de viabilidade da área de influência do Projeto Baixo-Açu. Foi a partir desses estudos

---

<sup>10</sup> Isso sem considerar o período de 1980 a 1985, o qual foi marcado por uma seqüência de secas e pela presença da praga do bicudo (*Anthonomus Grandis*), os quais juntos devastaram rebanhos e plantações, deixando ainda mais frágeis e vulneráveis as bases da agropecuária tradicional sustentada no algodão.

<sup>11</sup> Para van der Ploeg (1994) estes mecanismos sociais de regulação podem ser reconstruídos pelos *estilos de agricultura*, os quais envolve um caminho específico de organização da unidade produtiva caracterizado pelo desenvolvimento endógeno em relações de produção reproduzidas no tempo.

<sup>12</sup> Para implantar o Projeto de Irrigação do Baixo-Açu no Rio Grande do Norte, o Estado desapropriou através do decreto nº 74.794 de 1974 (POLONORDESTE) 160 mil hectares no Vale do rio Piranhas-Açu para instalar empresas na segunda metade dos anos 1980. A finalidade era produzir algodão irrigado no Vale do Açu e, com isso, promover a modernização de áreas prioritárias (pólos agrícolas) do Nordeste.

ainda no período de 1967 a 1971 que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS, decide encomendar outro estudo em 1972, onde este último concluiu a viabilidade para a irrigação de uma área estimada em 21.788 hectares no Vale do Açu (GOMES DA SILVA, 1992, p.23).

De acordo com Gomes da Silva (1992), o Projeto de Irrigação Baixo-Açu teve sua concepção inicial a partir de um conjunto constituído de três fases distintas: 1) a construção da grande barragem Armando Ribeiro Gonçalves no leito do rio Piranhas-Açu; 2) a construção de um assentamento à montante da barragem (área de inundação), para a população desalojada das terras inundadas; e 3) a instalação à jusante de um projeto público de produção agrícola em um assentamento para agricultores familiares irrigantes em uma área de 22.000 hectares<sup>13</sup>. Conforme coloca Gomes da Silva (1992), passados mais de 12 anos do início da implantação do Projeto Baixo-Açu, apenas a barragem tinha sido concluída. Com as outras duas fases, depois de várias ações descontínuas e desinformações por parte das organizações do Estado, segundo Boneti (2003), aconteceu uma “mudança de rota”. Como vimos acima, o propósito inicial do Projeto SERTANEJO era o de construir um perímetro público a partir de um grande assentamento destinado à agricultura familiar e com o controle do Estado. Entretanto, a escolha do Estado autoritário e desenvolvimentista foi estimular a modernização por meio da grande empresa, além de ceder o controle do Projeto Baixo-Açu ao capital privado de fora. Com isso se distanciou totalmente do Projeto e desperdiçou uma oportunidade histórica de iniciar um desenvolvimento a partir de dentro, criando talvez um custo futuro irrecuperável para a região. A barragem Armando Ribeiro Gonçalves, construída em 1983 foi a infra-estrutura mais significativa da ação planejada do Estado na modernização da agricultura no Rio Grande do Norte. E com a barragem foi desencadeado, segundo Boneti (2003), um intenso processo de compra de terras por parte de investidores externos à região e, a partir de 1985, grandes empresas se instalaram no Vale do Açu com o interesse em duas atividades: a cotonicultura e a fruticultura irrigada.

Neste ambiente, segundo Pinheiro (1991), encontravam-se outros atores que lutavam ou para se inserir ou resistir à instalação da modernização como estava se realizando. De um lado estavam os grandes fazendeiros que, na condição de oligarquias locais, tinham poder econômico e político e se sustentavam nas atividades do algodão e da pecuária. Em uma outra

---

<sup>13</sup> Para Boneti (2003), nas diretrizes do Projeto SERTANEJO o Projeto Baixo-Açu visava construir um perímetro público a agricultura familiar em um grande assentamento rural. Na verdade, a escolha do Estado sempre foi desviar para a iniciativa privada a partir de grandes empresas agrícolas. Isso leva a entender que as metas previstas inicialmente, e que davam um caráter social e de utilidade pública exerceram apenas a função de viabilizar o projeto oferecendo ao Estado maior credibilidade para negociar com a população.

esfera encontravam-se entidades como sindicatos e a Igreja, os quais com seus trabalhos representavam agricultores familiares e comunidades rurais. E de outro lado, estava o Estado determinado a integrar o Nordeste e substituir o tradicional e atrasado pelo moderno. Para a modernização, o Estado ignorou tanto as oligarquias locais como os agricultores familiares, e priorizou principalmente atores externos à região (empresários urbanos), os quais eram considerados modernos. Para Pinheiro (1991), os grandes fazendeiros locais e os agricultores familiares encontravam-se enfraquecidos devido ao declínio do algodão e da pecuária pelos anos de seca, e da suspensão do crédito agrícola via Decreto<sup>14</sup>, o que tornou a situação favorável à entrada na região de setores vistos como de alto potencial, predominando os ligados à indústria têxtil (Pinheiro, 1991, p.47). A entrada do capital do setor têxtil para produzir algodão irrigado ocorreu a partir de 1985, devido ao declínio da cultura do algodão não-irrigado e suas usinas, esta inviabilizada desde os anos 1970 pela praga do bicudo<sup>15</sup>. Além disso, as condições do Vale do Açu e a água represada da barragem Armando Ribeiro Gonçalves favoreciam a entrada das empresas, as quais passaram a cultivar o algodão irrigado destinado aos mercados nacional e internacional.

A justificativa dos planejadores da modernização na escolha pelo grande capital era a expectativa de que a sua capacidade financeira, e de domínio tecnológico e de mercados, fosse capaz de gerar economias externas (externalidades positivas), entre elas a de modernizar as relações de trabalho da região, consideradas por autores como Carvalho (1988), Maia Gomes (2001), e outros, como tradicionais e atrasadas. Entretanto, segundo Pinheiro (1991), o padrão de produção adotado passou a gerar alterações, e a prática da parceria constatada por Gomes da Silva (1992) passou a ser substituída gradualmente pelo trabalho assalariado. Essa substituição das relações de trabalho se deu com as grandes empresas deixando de praticar a parceria, com o aumento da mecanização. O sistema de parceria, de acordo com Gomes da Silva (1992), envolvia grandes e médias empresas na condição de fornecedoras de insumos externos a agricultores familiares, como sementes selecionadas de algodão, adubos, etc., além de inserir técnicas externas e controlar a atividade e os recursos dos agricultores através da assistência técnica. Neste caso, a base de recursos era construída e controlada externamente e,

---

<sup>14</sup> O decreto 76.046 considerou de utilidade pública e de interesse social a ação desapropriatória do Estado sobre 160 mil hectares no Vale do Baixo-Açu, área prevista de abrangência do Projeto de Irrigação e que seria de influência da barragem. Com isso, ocorre a suspensão do crédito agrícola em toda essa área a partir de 1974 e o bloqueio nos cartórios da alienação dos imóveis rurais até 1980.

<sup>15</sup> O bicudo (*Anthonomus Grandis*) é um pequeno inseto que possui um ferrão dianteiro em forma de bico, daí seu codinome “bicudo”, que utiliza para perfurar o casulo do algodoeiro que se forma antes da pluma para se reproduzir. Ele surgiu no Brasil por volta de 1973 nas proximidades do Aeroporto Viracopos em Campinas; em 1975-76 já dizimou a produção de algodão em alguns estados do Nordeste e, a partir dos anos 1980 passou a dizimar as plantações de algodão de todo país.

na relação tecnologia *versus* mercados, como vista em van der Ploeg (1994), o agricultor familiar praticava um estilo de agricultura mais exógeno e dependente, em um elevado grau de mercantilização. A relação com os mercados no nível externo se dava de forma dependente, e cada ciclo de produção era construído no nível interno mediante técnicas e práticas exógenas, e recursos adquiridos externamente.

Do ponto de vista institucional, conforme Saccomandi (1998), a disponibilidade de recursos locais e o ambiente social não se constituíam uma unidade orgânica, e os recursos eram controlados e as práticas monitoradas por atores externos não diretamente envolvidos no processo de produção. E as regras que modelavam as relações entre os atores envolvidos formavam uma assimetria de poder entre empresas e agricultores familiares, mais favoráveis às primeiras. Assim, esta se configurava uma situação que não ia além do sistema produtivo, e uma iniciativa em que o agricultor familiar expressava sua escolha, segundo análise dos custos de transação de Saccomandi (1998), combinando recursos de tal forma que tendia mais para *comprar* de fora a integrar e *fazer* internamente. Isso o fazia se submeter a uma realidade econômica de maior vulnerabilidade externa e custos de transação cada vez mais elevados.

Mas a situação da maioria dos agricultores familiares que realizavam a irrigação no Vale do Açu, mesmo depois da intensa incorporação de terras pelas grandes empresas agrícolas, e após a conclusão da barragem Armando Ribeiro Gonçalves era de resistência às transformações das relações de produção e de trabalho ditadas de fora pelo grande capital. Mesmo em um ambiente hostil e sem as políticas do Estado. E essa resistência por parte da agricultura familiar era considerada um mau pelos defensores do moderno, o qual deveria ser eliminado. A escolha pela grande empresa com a opção por um padrão intensivo nas relações capital *versus* trabalho apontava a prioridade do Estado na tentativa de estimular um modelo capitalista moderno no Vale do Açu. Para Pinheiro (1991), esta escolha concedeu facilidades para as empresas, e muitas dificuldades para a agricultura familiar e suas formas de organização da produção e do trabalho. As facilidades oferecidas pelo Estado nos anos 1980 e 1990, isso visando obter as economias externas, levaram as empresas a maximizar seus lucros sem a preocupação com custos de transação, em um contexto que as isentavam de contrapartidas, e de serem eficientes no âmbito econômico, social e ambiental.

Com isso, ao contrário do esperado pelos planejadores, as empresas instaladas no Vale do Açu apresentaram ao longo dos anos situações de extrema exploração do trabalho e de danos sérios ao meio ambiente. Isso promovendo externalidades negativas, ou o que Coase (1960, p.17) considera como “ações na busca de lucros que têm efeitos danosos na vida de pessoas”, no que diz respeito ao custo social e ambiental. Isso fez surgir conflitos com

sindicatos e agências de proteção ambiental, a problemas gerados por um elemento externo até então desconhecido no Vale do Açu: o agro-químico. Segundo Pinheiro (1991), a concessão do Estado para a ocupação das empresas permitia a expansão ou a realocação de cultivos na área de produção, caso houvesse contaminação (salinização) ou erosão, sendo fácil o abandono da área sem preocupações com custos de recomposição ambiental. As primeiras empresas instaladas na segunda metade dos anos 1980 produziam algodão às margens do rio, mas a crise do algodão, a facilidade de salinização do solo e a erosão da várzea levaram à falência algumas delas. Além disso, orientadas por uma tendência de demanda sinalizada pelo mercado internacional, algumas saíram das margens do rio para terras mais altas compradas para produzir frutas frescas para exportação. Nessas terras mais altas as empresas ajustaram tecnologias implantaram sistemas de irrigação, associados ao melhoramento genético para um melhor aproveitamento do solo. E a partir dos anos 1990, outras empresas, além do Vale do Açu, diversificaram sua produção para produzir frutas.

Antes da modernização, a fruticultura do Rio Grande do Norte se caracterizava pela dispersão e ausência da tecnologia, e a produção era destinada ao mercado interno. Esta realidade começou a mudar na década de 1970 com a criação dos projetos de fruticultura irrigada pioneiros na inserção de tecnologias externas. De acordo com Boneti (2003), um dos pontos que melhor expressa a dimensão da transformação na estrutura agrícola do Vale do Açu é a diversificação com a entrada de produtos de alto potencial, aqui lembrando Hirschman (1961). Nessa lógica de diversificação, no ano de 1981 foi incorporado um novo e externo produto no Vale do Açu: o melão. Como coloca Boneti (2003), essa nova cultura se manteve pouco expressiva até o ano de 1988. Porém, a partir de 1989 o melão se tornou dominante no Vale do Açu, e depois em projetos empresariais na região de Mossoró passando, a partir de então, a ser o principal produto de exportação e o responsável pela dinâmica e liderança da fruticultura irrigada no conjunto da economia estadual.

O caráter bem sucedido deste modelo de modernização encontra-se na combinação entre uso de tecnologias modernas, acesso a mercados, e no esforço do Estado em atrair a grande empresa garantindo três importantes elementos: água, infra-estrutura e crédito. A água utilizada vem gratuita de poços profundos na região de Mossoró, e do rio Piranhas no Vale do Açu; a infra-estrutura tem destaque para canais de irrigação, estradas, eletricidade, e especialmente para a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves em 1983, com objetivo de armazenar e garantir a oferta d'água para projetos de irrigação do Vale do Açu; e o crédito direcionado por fundos especiais através de políticas regionais do Estado através da SUDENE. Na região de Mossoró a atividade da grande empresa é iniciada em 1970 com a



Mossoró Agro-Industrial S.A. (MAISA) de 20.202 hectares. Na região de Assu, como vimos no início deste item, a irrigação pela grande empresa tem início em 1985, com destaque para a Fruticultura do Nordeste Ltda (FRUNORTE), de 10.920 hectares. Sob a influência das políticas regionais para implantar o Projeto Baixo-Açu, conforme Nunes et. al. (2007), a FRUNORTE e outras empresas que se instalaram no Vale do Baixo-Açu a partir de 1985 pretendiam produzir algodão irrigado. Mas com a sinalização de demanda do mercado internacional a FRUNORTE se dedica, assim como a MAISA e outras empresas, à produção de frutas frescas para exportação. Neste momento, o modelo de modernização se fortalece e a fruticultura irrigada assume a liderança da economia regional alcançando o seu “auge” no início dos anos 1990 através do seu principal produto de exportação: o melão.

Mas, na mesma direção do sucesso do modelo agrícola, o qual para Pinheiro (1991) possui *status* de moderno, percebe-se desde os anos 1980 a tendência desenvolvimentista para a concentração e a exclusão de parte dos agricultores familiares da região. Nesse contexto, grandes empresas acessavam altas somas de recursos de fundos públicos, a exemplo da SUDENE, e do Fundo Constitucional de Investimento do Nordeste, FINOR. E na relação com o Estado, este último não exigia contrapartidas na esperança das primeiras gerarem economias externas, desobrigando-as assim da preocupação com custos de transação, meio ambiente, e com o retorno social e econômico para região. Nesta realidade de facilidades, segundo Valêncio (1993), as empresas realizaram elevada exploração da força de trabalho em relações precárias, e utilizou tecnologias de irrigação em práticas inadequadas que contaminaram e salinizaram o solo. E as políticas do Estado, através dos serviços de assistência técnica e de crédito sugeriam, na lógica de encadeamentos para trás de Hirschman (1961), a introdução cada vez maior de técnicas modernas para dinamizar o mercado de insumos externos, inclusive com a determinação de excluir aqueles que não as utilizassem (Valêncio, 1993, p.192). O período de maior crescimento da fruticultura irrigada sob a influência deste modelo ocorreu entre 1994 e 1998, momento em que se intensificou o uso de tecnologias modernas e a exportação de frutas, dando início a sua inserção em um ambiente de globalização. O caso do Pólo Assu-Mossoró, o qual aponta semelhanças com o caso chileno estudado por Arce (1997), mostra que sua inserção no mercado global foi possível devido a combinação entre o uso intenso de tecnologias externas e a mercados sinalizados por grandes varejistas mundiais. Neste contexto, o melão se afirmou como principal produto do modelo exógeno, e o responsável pela entrada do Pólo Assu-Mossoró no mercado global. Esta inserção, especialmente depois de 1998, fez surgir outras culturas como a banana, a manga e a castanha de caju, as quais ajudam a diversificar a pauta de exportação de frutas frescas do Rio Grande

do Norte. A castanha de caju chama a atenção por ser responsável pela inserção de Serra do Mel no circuito global, numa estratégia da agricultura familiar não alinhada à modernização.

Entretanto, com impactos cada vez mais intensos da globalização a partir da segunda metade de 1990, o modelo exógeno de modernização passou a ser submetido a um processo de reestruturação agrícola, e tentou se reverter para um novo ambiente de regulação global. Depois de 1994, com o ajuste e estabilização macroeconômica do Plano Real no Brasil, o Estado iniciou o desmonte da sua estrutura organizacional e institucional (serviços de assistência técnica, pesquisa e crédito), e suas políticas regionais são orientadas para menos intervenção. Com o Estado enfraquecido e muitas vezes ausente, as empresas nacionais<sup>16</sup> da fruticultura foram submetidas a uma abertura de mercado e a ausência dos incentivos estatais e, aqui lembrando Bonanno et al. (1999), passaram a encontrar dificuldades para se manter. Somando ao desafio da abertura de mercado e a falta dos incentivos do Estado, no início dos anos 2000 chegou ao Pólo Assu-Mossoró um conjunto de normas internacionais de controle de qualidade, o EUREP GAP. Diante de mais esse desafio, as empresas nacionais, entre elas as maiores como a MAISA e a FRUNORTE, foram submetidas às exigências determinadas pelo EUREP GAP e tentaram se enquadrar para sobreviver. Entretanto, apesar de algumas estratégias elaboradas nos anos 1990, e da tentativa de enquadramento às normas globais no início dos anos 2000, as grandes empresas não foram capazes de se manter, e a MAISA e FRUNORTE anunciaram falência em 2002 e 2003, respectivamente.

Com isso, uma reestruturação agrícola com uma cada vez maior mobilidade de capital e de trabalho acelerou um processo de reorganização do espaço regional fragmentado com a falência das empresas nacionais, onde novos atores foram incluídos. Parte do espaço deixado pelas empresas nacionais foi ocupada por multinacionais, principalmente com a chegada no Vale do Açu em 1998 da DEL MONTE FRESH PRODUCE, gigante norte-americana produtora e exportadora de frutas frescas. A outra parte foi ocupada por pequenas e médias empresas globalizadas, e por agricultores familiares integrados à empresas na produção de frutas. Neste novo ambiente, aonde a mobilidade de capital e de trabalho transforma e define o caráter desigual, os agricultores familiares foram colocados diante do desafio de um novo estilo de agricultura exportador, comum em países em desenvolvimento, segundo Arce (1997). E neste cenário de livre mercado e sem regulação nem todos são incluídos no circuito global, dando lugar a processos internos de localização que constroem dinâmicas regionais de

---

<sup>16</sup> Para se reproduzir ao longo do tempo, conforme aponta van der Ploeg (2006), as unidades empresariais precisam de mercados mais ou menos estáveis e, acima de tudo, previsíveis, para tornar efetiva a manutenção de níveis satisfatórios de renda. Devido à liberalização e à globalização, isso é o que ocorre cada vez menos e, frequentemente, provoca uma desativação de empresas e da sua produção.

diferentes trajetórias e uma assimetria entre os atores. Assim, como veremos a seguir, diante dos antagonismos existentes se faz cada vez mais necessário um ambiente institucional capaz de criar espaços de concertação onde, segundo Arce & Fischer (2003), uma nova agenda exige uma concepção diferente para o Estado e para as instituições na definição de um desenvolvimento regional com menos desigualdade, e com condições para que forças endógenas possam surgir e se expandir.

### 3.2.3 A ação do Estado a partir de uma nova concepção de desenvolvimento

A partir dos anos 1990 as forças do livre mercado intensificadas pela globalização sugerem menos intervenção do Estado e a alteração na direção de suas ações. Com isso, o modelo nacional exógeno e vertical iniciou uma reestruturação buscando sobreviver em um contexto de mercado globalmente regulado. Neste caminho, surge a tendência que sinaliza para a defesa de uma nova ênfase baseada em estratégias endógenas, *de baixo*, tendo em vista a necessidade de se produzir em bases mais descentralizadas e horizontais, como define Saccomandi (1998), e no âmbito do *território*. E essa tendência reforça a necessidade da mudança institucional, como definido em Williamson (2000), e de considerar a capacidade dos atores no nível local, como na defesa de Arce (2002). Assim, a partir do nível macro, ou seja, do ambiente institucional, atores e instituições passam a moldar uma outra configuração a partir de uma nova direção para as políticas no plano regional. Esta forma de pensar o desenvolvimento foi, segundo Tonedo Jr. (2004), a base conceitual para a criação dos Pólos de Desenvolvimento do Nordeste no final dos anos 1990, e a tentativa da transição de uma perspectiva de desenvolvimento nacional e exógena, para uma outra de caráter endógeno e de regulação global. E como espaço submetido à regulação global, a economia rural do Rio Grande do Norte passou a se submeter a uma reestruturação, fazendo questionar qual deveria ser o papel dos espaços locais e regionais, e quais estratégias adotar em uma era de globalização. No plano dos espaços locais, coube às organizações ligadas aos movimentos sociais procurar realizar uma articulação no sentido de direcionar as políticas do Estado às expectativas de segmentos marginalizados pela modernização, sendo a agricultura familiar o principal deles. E no plano regional, como visto em Tonedo Jr. (2004), foi atribuição do Estado orientar o seu apoio organizacional e institucional na constituição do Pólo Assu-Mossoró, visando promover a articulação entre os atores a partir da abordagem endógena. Isso devido ao fato do Pólo ser uma área de *dinamismo* e conectada ao sistema global através de

um estilo exportador, o qual tem passado por uma reestruturação a partir de uma intensa mobilidade de capital e trabalho.

A estratégia no plano local consistia em fortalecer a agricultura familiar através do acesso ao crédito via PRONAF, além de intensificar o processo da reforma agrária em andamento. A idéia inicial era dotar os atores de capacidades, e construir uma estrutura organizacional e uma matriz institucional diferentes, aqui lembrando Williamson (1993), compatíveis com as expectativas e a cultura dos agricultores, além das exigências e determinações da descentralização da reforma agrária. Desde 1996 essa estratégia esteve apoiada numa ampla participação de ONGs, as quais tentaram ajustar o desenvolvimento para o nível local focando especialmente nos assentados da reforma agrária, objetivando consolidar no Rio Grande do Norte uma política de desenvolvimento rural e de segurança alimentar. Quanto ao desenvolvimento rural, este passou a ser pensado a partir da lógica histórica do *desenvolvimento agrícola* de Veiga (1991), trabalho que de certa forma influenciou a reforma agrária brasileira, e compatível com contribuições como a defesa de Marsden (2003) quando este autor trata de parâmetros conceituais para a construção da *sustentabilidade rural*. Nessa experiência, as combinações entre tecnologia e mercados foram realizadas a partir de um novo tipo de associação, onde as formas de organização da produção e do trabalho estavam relacionadas ao desenvolvimento endógeno. Ou seja, o desenvolvimento que visto por van der Ploeg (2006) se processa no interior de dinâmicas regionais e que, de um ponto de vista institucional leva o agricultor a escolher integrar e *fazer* internamente a *comprar* de fora, em um movimento que o afasta gradualmente da dependência do mercado e das estratégias de modernização, conforme Saccomandi (1998).

O desenvolvimento rural no contexto da agricultura familiar demonstrou no início uma preocupação com a recuperação dos assentamentos, apontando para a necessidade de construção de uma infra-estrutura adequada para a região do semi-árido nordestino. Baseando-se em algumas perspectivas, as quais identificam com a abordagem de Marsden (2003), a estratégia para a reforma agrária potiguar buscou estimular a diversificação de atividades rurais, procurando apostar na diversificação com vistas a sair do caráter setorial da agricultura. Além disso, a partir da tentativa de criar um caráter multidisciplinar na ação dos agentes e organizações envolvidos, procurou dar ênfase não somente ao caráter econômico como a renda, mas também a elementos não econômicos antes desconhecidos e/ou marginalizados no meio rural brasileiro, como a heterogeneidade dos espaços e a diversidade local constituída pela cultura, etnia, tradição, e cuidados com o meio ambiente. Dessa forma, as ações pretendiam direcionar no sentido de difundir uma *crença* diferente de

desenvolvimento, além de enfatizar a abordagem territorial e endógena. Quanto à segurança alimentar, a maioria das organizações envolvidas buscava incentivar ações com base na noção de sustentabilidade da *dinâmica de desenvolvimento rural sustentável* de Marsden (2003), a qual aponta combinações locais que estão relacionadas a princípios novos. E quanto a relação entre tecnologia e mercados os tipos de inovação sugerem uma transição estando mais ligados ao desenvolvimento endógeno do que ao *exógeno*.

Para colocar em prática a experiência com essa concepção de *desenvolvimento rural local e sustentável* foi necessária à ação de entidades que atuaram, de certa forma, regulando o relacionamento entre as organizações e os agricultores assentados, na tentativa de construir um arranjo institucional *de baixo*. A superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA-RN, juntamente com os Movimentos Sociais, estes capitaneados especialmente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), Movimento dos Sem Terra (MST), e pela Igreja, estimularam a formação e atuação de um número significativo de organizações, em sua maioria ONGs. Estas últimas já vinham preenchendo o espaço deixado pelo Estado, o qual desde o início dos anos 1990 estava submetido ao desmonte de parte da sua estrutura organizacional e institucional, principalmente de assistência técnica. Apesar do enfoque no âmbito local, o qual teoricamente era colocado como um processo independente e autônomo, de âmbito micro, este já se encontrava imbricado na noção do macro<sup>17</sup>. Entretanto, mesmo dando ênfase ao desenvolvimento endógeno este não fugia dos impactos da economia global, segundo a *abordagem da globalização* apontada por Buttel (1994), especialmente quando considerada a estratégia de estruturar os assentamentos para projetos produtivos.

Como a lógica global sugeria a descentralização, esta passou a ser vista no país como necessária para uma reforma agrária baseada no desenvolvimento local e na valorização das formas de produção familiar. No caso específico do Rio Grande do Norte, se acreditou na necessidade de realizar a descentralização institucional, para que houvesse maior envolvimento e integração entre as várias instâncias de poder e autoridade (federal, estadual e municipal), e a sociedade civil organizada. E para viabilizar os projetos produtivos dos assentamentos de reforma agrária, o crédito passou a ser o instrumento de política agrícola fundamental. O financiamento dos investimentos das áreas reformadas tinha no Programa de

---

<sup>17</sup> Essa relação local-global/micro-macro sugerida pelas instituições multilaterais reforça a constatação de autores como Marsden (2003) sobre “regulação à distância e espaço de ação”. Dessa forma são elaboradas estratégias com a finalidade de combinar processos produtivos locais e não locais e conduzir para interesses de grandes atacadistas distantes. Com isso é determinado que as grandes cadeias globalizadas de alimentos interfiram nos processos de produção a partir da alteração nas características dos bens produzidos.

Crédito Especial para a Reforma Agrária, o PROCERA, a sua fonte específica de recursos financeiros, o qual foi extinto ficando o PRONAF como fonte única da agricultura familiar. E para o agricultor assentado acessar os recursos do PRONAF, as agências de financiamento, como os bancos, passaram a utilizar regras e mecanismos para aumentar a elegibilidade das propostas. Uma dos mecanismos foi exigir organização social e produtiva, onde a participação em conselhos, cooperativas ou em associações, além da garantia de comercialização, representava requisitos importantes para a aprovação e rapidez na liberação dos recursos. E neste caso, se o assentamento não estivesse inserido no mercado e não utilizasse tecnologias e insumos modernos, este não era interessante do ponto de vista das agências bancárias, as quais dificultavam a liberação do financiamento.

Assim, a política de reforma agrária que inicialmente defendia uma inclusão via desenvolvimento endógeno, começou um processo de aproximação gradual com o mercado onde, no sentido institucional dos custos de transação de Saccomandi (1998) passou a reforçar a escolha por *comprar* de fora a integrar e *fazer* internamente. Com isso, foi aos pouco desviando e aprofundando sua trajetória para um padrão com graus mais elevados de mercantilização em estilos de agricultura especializados e dependentes. Já que os bancos utilizavam os mecanismos citados, e a orientação institucional das organizações envolvidas (Fetarn, Mst, Igreja, ONGs, etc.) era o de garantir o acesso incondicional ao crédito, estas últimas passaram a validar a orientação institucional dos bancos e do Estado via Incra. Com isso, a estratégia para projetos produtivos nas áreas de reforma agrária passou a ser construída a partir de uma combinação que estimulava a competição e seleção entre os agricultores familiares, aqui lembrando van der Ploeg (1995).

Como as organizações tinham como ação apoiar financeiramente os agricultores que possibilitassem a inserção de seus produtos no mercado, atendendo aos princípios da modernização, para aquelas estes agricultores seriam considerados incluídos. Porém, os agricultores que orientassem as ações para um padrão com grau parcial de mercantilização em estilos de agricultura mais autônomos, ou inserção parcial nos mercados, como define Abramovay (1992), estes seriam excluídos. Assim, tendo em vista incluir cada vez mais agricultores assentados, as organizações dos movimentos sociais atuaram na tentativa de incluir, mas sem levar em conta que por outro lado estavam promovendo a exclusão. Sob a coordenação do Incra, recursos do Estado foram utilizados para contratar serviços de assistência técnica, visando construir nos assentamentos uma estrutura para produção e de comercialização, além de introduzir tecnologias e estimular a organização, o que faz lembrar a legitimação geral presente em Hayami & Ruttan (1985). Com isso passou a haver uma

contradição entre o ambiente institucional no nível macro, o qual pregava a ênfase endógena sob a influência do PNUD, e o arranjo no nível micro, onde o Incra e os bancos, inclusive o Banco do Nordeste, forçavam a ênfase exógena, por meio de intervenções para introduzir na reforma agrária uma estratégia sob os princípios da modernização agrícola.

No Rio Grande do Norte, os serviços de assistência técnica a partir do Projeto LUMIAR<sup>18</sup> e sob a coordenação do Incra foram importantes na introdução da estratégia exógena na reforma agrária, a qual visava suprir as necessidades dos assentados tendo em vista a consolidação dos assentamentos, e a inserção e integração destes em mercados. A principal estratégia foi a inclusão em 1996 de algumas áreas de assentamento na produção de frutas irrigadas para a exportação, especialmente o melão, através da criação do arranjo institucional que integrava os assentados com grandes empresas agrícolas do eixo Vale do Assu-Mossoró-Baraúna. Objetivando atender o mercado regional, alguns projetos de assentamento foram aos poucos se mercantilizando, no sentido de Marsden (1991), e construindo *encadeamentos* com movimentos para trás, até atingir o padrão exigido pelo mercado externo, onde as empresas, especialmente a MAISA e a FRUNORTE, atuavam como âncoras. O arranjo institucional envolvia grandes empresas como fornecedoras de insumos externos aos agricultores assentados (sementes, equipamentos de irrigação, etc.), além da introdução de técnicas externas e do controle da atividade e dos recursos dos agricultores através da assistência técnica. Nesta estratégia, a base de recursos era construída e controlada externamente por meio de contratos, no sentido de Williamson (2000), e, na relação tecnologia *versus* mercados, como vista em van der Ploeg (1994), o agricultor assentado construía um elevado grau de mercantilização em um estilo de agricultura exógeno e dependente. Do ponto de vista institucional, segundo Saccomandi (1998), as organizações do Estado (bancos e Incra), e os movimentos sociais levaram o agricultor assentado a escolher *comprar* de fora a integrar e *fazer* internamente, em um movimento que o aproximava cada vez mais da dependência do mercado e das estratégias de modernização, condicionando a atividade a elevados custos de transação.

Na verdade, isso demonstrou que do ponto de vista institucional tanto o banco e o Incra, como os movimentos sociais, as ONGs e seus técnicos expressavam simpatia com a *crença* na modernização e aceitavam a noção de progresso como o marco institucional para a

---

<sup>18</sup> O Projeto LUMIAR foi implementado em 1996 a partir de uma ação conjunta do INCRA e do movimento sindical que decidiram realizar um projeto experimental de assistência técnica e capacitação para a reforma agrária. Este projeto, chamado de *Apoio à Capacitação para Gestão de Projetos Associativos*, ou CONTACAP, foi desenvolvido em assentamentos do Rio Grande do Norte e constituiu-se numa experiência-piloto na região Nordeste. Na prática, o INCRA transferiu para o MST e para a Fetarn, a responsabilidade da contratação de organizações e de técnicos para a realização dos serviços junto aos assentados.

reforma agrária. Isso revelou um comportamento comum, tanto dos órgãos do Estado como das organizações, das ONGs e dos movimentos sociais, no momento em que se limitaram à gestão de recursos vindos de fora, desperdiçando a oportunidade de empreender iniciativas endógenas considerando as expectativas e a cultura dos agricultores, como previsto inicialmente. Ao contrário, se ajustaram a uma situação de passividade e comodidade a movimentos e influências externas, contribuindo para aprofundar ainda mais o caráter desigual já em andamento pela ação das grandes empresas. Infelizmente, esse comportamento afirmou a tendência imediatista e acomodada de regiões subdesenvolvidas que, para Hirschman (1961, p.16), existe em virtude de um horizonte-tempo de curta perspectiva e mobilidade, ou imediatismo, e de conhecimentos e experiência insuficientes para agir no longo prazo. E a ligação com as empresas âncoras, mesmo se mostrando desvantajosa para o assentado, esta passou a ser referência de sucesso pela façanha de inserir a reforma agrária no seletivo grupo moderno que produzia para exportação. E especialmente para o INCRA, essa estratégia foi considerada no período de 1997 a 2000, como uma intervenção bem sucedida em um ambiente de globalização.

Entretanto, apesar de possuírem uma estrutura construída com recursos do Estado e formada por associações e cooperativas, os assentados irrigantes passaram a enfrentar dificuldades, especialmente com a falta de crédito e de assistência técnica, com a extinção do Projeto LUMIAR em 2000. E, com a falência das grandes empresas em 2002, a estratégia exógena para a reforma agrária foi encerrada deixando os assentados mais pobres e endividados, e uma estrutura construída pelo Estado sem funcionar. Outra experiência de integração surgiu também com a produção de frutas, especialmente o mamão para a exportação, sob o comando da empresa CALIMAN Agrícola, do Espírito Santo, que se instalou no Rio Grande do Norte em 2000. Essa iniciativa no nível local aconteceu de forma semelhante à da produção de melão associada às empresas no eixo Vale do Açu-Mossoró-Baraúna, inclusive nos resultados, pois foi encerrada em 2007 e deixou os assentados também pobres e endividados. Essas experiências vieram afirmar a inviabilidade da estratégia exógena, inclusive para a reforma agrária, devido o seu caráter de urgência, de curto prazo, e da capacidade de produzir discontinuidades e reproduzir desigualdade. O fato de terem sido no Vale do Açu e na Chapada do Apodi, estas experiências deram vida a dinâmicas em formação no nível regional no Pólo Assu-Mossoró.

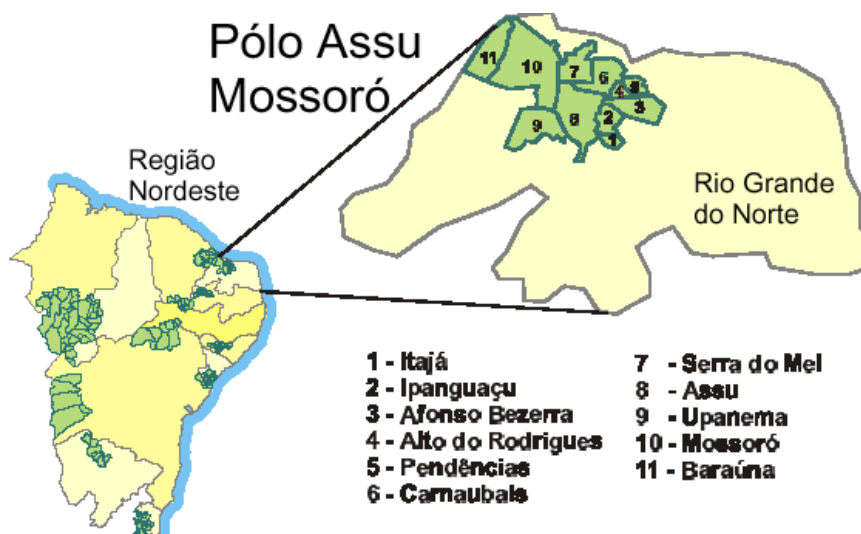


### 3.3 O Pólo Assu-Mossoró: reestruturação agrícola, instituições e os processos de desenvolvimento rural

O Pólo Assu-Mossoró foi implantado no ano de 1998 como uma ação do Estado brasileiro em resposta ao fracasso de estratégias anteriores que levaram a redefinir o papel da SUDENE e, posteriormente, à sua desativação. A partir da segunda metade dos anos 1990 é intensificado o debate sobre a escolha de estratégias no plano regional para o Nordeste, passando estas a serem delineadas no Plano Plurianual 1996-1999 do Brasil em Ação do Ministério do Planejamento. Com isso, mais uma tentativa de construir na região Nordeste uma nova configuração econômica, e, mais uma vez, a partir do estímulo às áreas mais dinâmicas no desempenho regional. Daí, através da coordenação do Banco do Nordeste foi criado institucionalmente um conjunto de empreendimentos estratégicos para o Nordeste, e o Pólo Assu-Mossoró representa mais um esforço e uma estratégia no plano regional visando dinamizar e desenvolver a economia rural do Rio Grande do Norte.

#### 3.3.1 Características gerais, população e indicadores

O Pólo Assu-Mossoró foi constituído geograficamente por 11 municípios: Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Assu, Baraúna, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Serra do Mel e Upanema, conforme mostra a figura 1. Quanto à concepção de pólos para sua formação, esta teve inspiração em Perroux (1964) e sendo os municípios de Mossoró e Assu os que se definem como pontos de atração e influência.



**FIGURA 1:** Rio Grande do Norte, o Pólo Assu-Mossoró e a região Nordeste.  
**FONTE:** Documento Pólos do Banco do Nordeste, 2003.

Estando situado no extremo oeste do Rio Grande do Norte, a área na qual está inserido, conforme Gomes da Silva (2004) se caracteriza pela sua dinâmica econômica e pelas potencialidades de desenvolvimento a partir do desempenho da principal atividade: a fruticultura irrigada. Embora seja reconhecido como uma das áreas de modernização e de globalização, atração de migrantes e inovação da região Nordeste, os principais indicadores sociais e econômicos dos municípios que constituem o Pólo Assu-Mossoró são baixos, sugerindo um contexto em que o desenvolvimento tem acontecido de forma incipiente e bastante desigual. Compreendendo uma área de 8.040 quilômetros quadrados e com uma população, segundo dados de 2007 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em torno de 394.110 habitantes, sendo 81.439, ou 20,66%, no meio rural, a maioria dos municípios apresenta indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da renda *per capita*, considerados baixos (ver tabela 2).

**TABELA 2: O Pólo Assu-Mossoró e seus principais indicadores sócio-econômicos**

| <b>Localidade</b>        | <b>IDH-M (2000)</b> | <b>População Total (ano 2007)</b> | <b>População Rural (2007)</b> | <b>Área (km<sup>2</sup>)</b> | <b>Densidade Demográfica (hab/km<sup>2</sup>) (2007)</b> | <b>Renda <i>per capita</i> (em R\$) (2007)</b> |
|--------------------------|---------------------|-----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|--|--|
| <b>Rio G. do Norte</b>   | <b>0,705</b>        | <b>3.013.740</b>                  | <b>694.523</b>                | <b>53.307,0</b>              | <b>56,54</b>   | <b>4.688,00</b>                                |
| <b>Pólo Assu-Mossoró</b> | <b>-</b>            | <b>394.110</b>                    | <b>81.439</b>                 | <b>8.040,5</b>               | <b>49,02</b>   | <b>6.706,29</b>                                |
| Açu                      | 0,677               | 51.262                            | 12.989                        | 1.291,9                      | 39,68  | 4.802,99                                       |
| Afonso Bezerra           | 0,629               | 10.339                            | 4.561                         | 558,4                        | 18,52  | 2.705,83                                       |
| Alto do Rodrigues        | 0,688               | 11.443                            | 3.972                         | 206,5                        | 55,41  | 16.135,01                                      |
| Baraúna                  | 0,600               | 23.098                            | 8.747                         | 889,1                        | 25,98  | 5.753,28                                       |
| Carnaubais               | 0,651               | 9.284                             | 4.741                         | 529,4                        | 17,54  | 7.198,69                                       |
| Ipanguaçu                | 0,613               | 13.444                            | 8.344                         | 366,0                        | 36,73  | 3.711,24                                       |
| Itajá                    | 0,635               | 6.410                             | 1.024                         | 203,5                        | 31,50  | 3.233,39                                       |
| Mossoró                  | 0,735               | 234.390                           | 20.152                        | 2.099,8                      | 111,62   | 9.256,73                                       |
| Pendências               | 0,631               | 12.505                            | 2.657                         | 440,6                        | 28,38  | 8.487,64                                       |
| Serra do Mel             | 0,619               | 9.216                             | 7.436                         | 601,7                        | 15,32  | 6.188,79                                       |
| Upanema                  | 0,589               | 12.719                            | 6.816                         | 853,6                        | 14,90  | 6.295,58                                       |

**Fonte: IBGE, IPEA, 2008. Elaboração do autor.**

Além disso, mesmo possuindo potencialidades para uma atividade agropecuária forte, as atividades encontram-se concentradas em alguns pontos de dinamismo. Isso mostra grande parte da região e de sua população sem atividades produtivas, constituindo um enorme vazio produtivo e definindo o que Maia Gomes (2001) classifica *economia sem produção*<sup>19</sup>. A realidade dos números revela um caráter desigual do desenvolvimento regional, o que de certa forma sugere a ineficiência das políticas regionais ao longo dos anos, tendo em vista diminuir desigualdades e promover níveis aceitáveis de qualidade de vida. E o que é considerado grave no Pólo Assu-Mossoró, como em outras regiões menos favorecidas, a desigualdade tende a atingir mais diretamente a parcela jovem da população. Caso o modelo adotado não ofereça possibilidades reais de inserção, como tem mostrado os modelos exógenos altamente seletivos e excludentes, a tendência da maioria dos jovens é a de permanecer desocupada e sem auto-estima, à margem do desenvolvimento. Isso vivendo muitas vezes sob a dependência de familiares de pouca renda e recursos, como pensões, aposentadorias, bolsa-família, etc., o que estimula no nível local escolhas individuais nem sempre adequadas, ou a migração para outras regiões. As parcelas da população mais jovem e vulnerável, as quais se encontram nas faixas de idade entre 15 e 24 anos (com potencial de inserção) e 25 e 39 anos (que tenta se manter e ainda se inserir) somadas representam em torno de 44,91% da população total (ver tabela 3).

---

<sup>19</sup> Lembrando o apogeu do império espanhol dos séculos XVI e XVII, quando os espanhóis viviam sem trabalhar, apenas consumindo o ouro pilhado das Américas em um estilo de muita renda e pouco produto, Maia Gomes (2001) procura comparar, com as devidas proporções, com a economia do Semi-Árido do Nordeste. Para o autor, a parte mais pobre desta região vem construindo um estilo de “(...) pouca renda e quase nenhum produto”, pois a *economia sem produção* revela além da fragilidade, um vazio produtivo aonde quase toda renda vem de apenas três fontes: das aposentadorias, funcionários públicos, e prefeituras.

**TABELA 3: Faixa etária e percentual da população total do Pólo Assu/Mossoró e dos municípios.**

| Localidade        | NÚMERO DE PESSOAS E PORCENTUAL DE RESIDENTES POR FAIXA DE IDADE (EM ANOS) |       |        |       |               |              |               |              |         |       |         |       |
|-------------------|---|-------|--------|-------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------|-------|---------|-------|
|                   | 0 a 6   | %     | 7 a 14 | %     | 15 a 24       | %            | 25 a 39       | %            | 40 a 59 | %     | + de 60 | %     |
| Pólo Assu-Mossoró | 48.944  | 13,67 | 61.380 | 17,14 | <b>75.204</b> | <b>21,01</b> | <b>85.570</b> | <b>23,90</b> | 57.699  | 16,12 | 29.235  | 8,17  |
| Açu               | 6.751   | 14,09 | 8.441  | 17,62 | 9.979         | 20,83        | 11.202        | 23,38        | 7.406   | 15,46 | 4.125   | 8,61  |
| Afonso Bezerra    | 1.513   | 13,92 | 1.945  | 17,90 | 2.130         | 19,60        | 2.372         | 21,83        | 1.655   | 15,23 | 1.253   | 11,53 |
| Alto do Rodrigues | 1.262   | 13,29 | 1.572  | 16,55 | 2.052         | 21,60        | 2.314         | 24,36        | 1.471   | 15,49 | 828     | 8,72  |
| Baraúna           | 3.187   | 16,84 | 3.486  | 18,42 | 4.1702        | 22,05        | 4.112         | 21,73        | 2.641   | 13,96 | 1.325   | 7,00  |
| Carnaubais        | 1.167   | 14,25 | 1.429  | 17,44 | 1.717         | 20,96        | 1.842         | 22,49        | 1.259   | 15,37 | 778     | 9,50  |
| Ipanguaçu         | 1.807   | 15,15 | 2.148  | 18,01 | 2.676         | 22,44        | 2.548         | 21,37        | 1.757   | 14,73 | 988     | 8,29  |
| Itajá             | 943   | 15,09 | 1.188  | 19,01 | 1.427         | 22,84        | 1.382         | 22,12        | 859     | 13,75 | 451     | 7,22  |
| Mossoró           | 27.959  | 13,07 | 35.708 | 16,70 | 44.572        | 20,84        | 53.049        | 24,81        | 36.043  | 16,86 | 16.510  | 7,72  |
| Pendências        | 1.565   | 13,73 | 1.893  | 16,60 | 2.214         | 19,42        | 2.631         | 23,08        | 1.811   | 15,88 | 1.288   | 11,30 |
| Serra do Mel      | 1.240   | 15,05 | 1.481  | 17,98 | 1.890         | 22,95        | 1.799         | 21,84        | 1.158   | 14,06 | 670     | 8,13  |
| Upanema           | 1.550   | 14,10 | 2.089  | 19,01 | 2.375         | 21,61        | 2.319         | 21,10        | 1.639   | 14,91 | 1.019   | 9,27  |

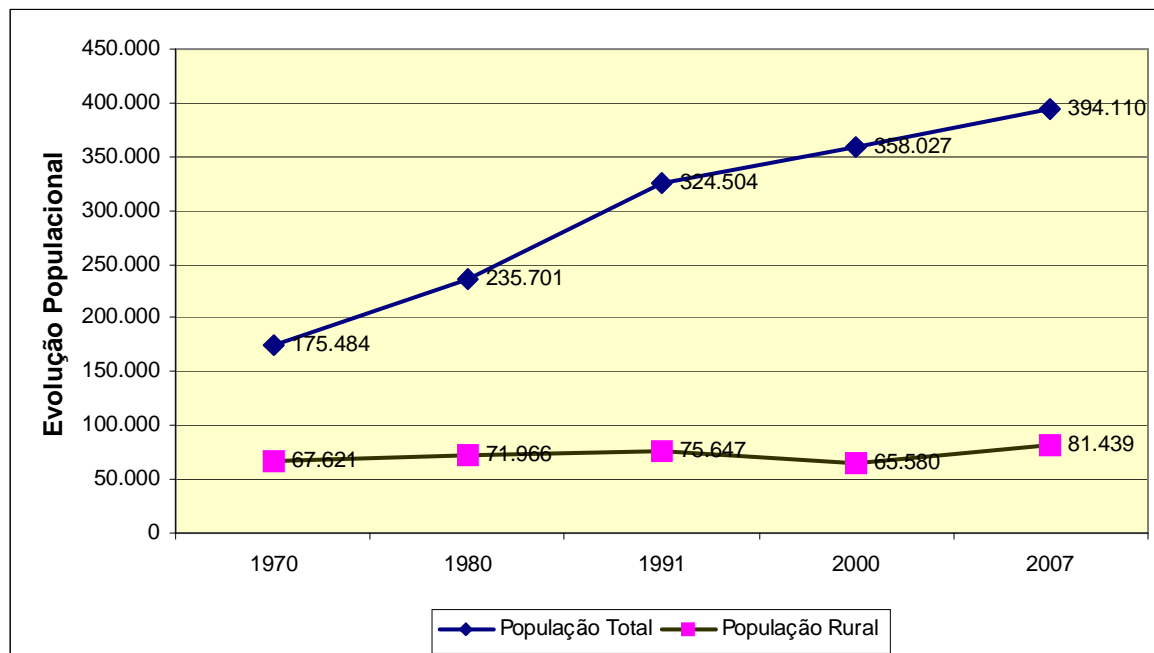
**Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.**

**NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.**

Mesmo sendo do censo do ano 2000, os números revelam um potencial significativo para políticas de desenvolvimento regional, tendo em vista estratégias de dinamismo social e econômico que busquem, a partir de uma perspectiva diferente, ir além do sistema produtivo, ir além da modernização, etc. Isso considerando as expectativas da população e valorizando a cultura, as habilidades, e os recursos locais, visando estimular condições para que forças endógenas e instituições possam emergir e possibilitar projetos privados viáveis capazes de reduzir o vazio produtivo regional. Para isso, deve-se partir de experiências locais de êxito, como coloca van der Ploeg (2008), e considerar as lições dos agricultores, ao invés de impor a experiência com os preconceitos de quem às impõe. E as políticas devem estimular pessoas livres que, através de suas organizações e instituições, possam decidir e imprimir com cada vez mais autonomia e dignidade seus destinos, e não mais serem submetidas e exploradas como força de trabalho barata, ou integradas a empresas na desvantagem que experiências recentes têm revelado. No entanto, se o modelo continuar de caráter exógeno, seletivo e excludente, como os que foram adotados ao longo dos anos pela *crença* na modernização, a tendência é a baixa oscilação da população rural, como visto no gráfico 1 para o Pólo Assu-

Mossoró nas últimas três décadas, além da região reproduzir *enclaves* e não utilizar em seu proveito sua riqueza de recursos naturais e população ativa.

**GRÁFICO 1: Pólo Assu-Mossoró: evolução da população TOTAL e RURAL (1970-2007).**



**FONTE: IBGE, 2008. Elaboração do autor.**

Como notado no gráfico 1 acima, o período de 1991 a 2000, auge do modelo de modernização, a população rural do Pólo Assu-Mossoró decresceu e passou a reagir apenas a partir dos anos 2000, momento em que se intensifica um processo, como definido por Arce (2008), de re-territorialização com destaque para a reforma agrária. Considerando a população rural, o seu movimento na década de 1990 dá uma demonstração do efeito do modelo de modernização quanto à exclusão e expulsão de pessoas do meio rural. Com isso, se adotado apenas o modelo de modernização, o mais provável será o subdesenvolvimento alinhado com o princípio do *círculo vicioso* de Myrdal (1972) onde *um fator negativo é, simultaneamente, causa e efeito de outros fatores negativos*, do que os “encadeamentos para trás e para frente” da defesa de Hirschman (1961). E a tendência é a região acumular um custo futuro que jamais poderá ser recuperado, em função da escolha errada e da oportunidade desperdiçada. A partir do início dos anos 2000, o modelo exógeno e do tipo *top down* concebido pelo Estado em anos anteriores no Pólo Assu-Mossoró, como veremos a seguir, intensifica uma reversão em um ambiente de globalização através de um processo de reestruturação agrícola que promove uma nova configuração do espaço rural.

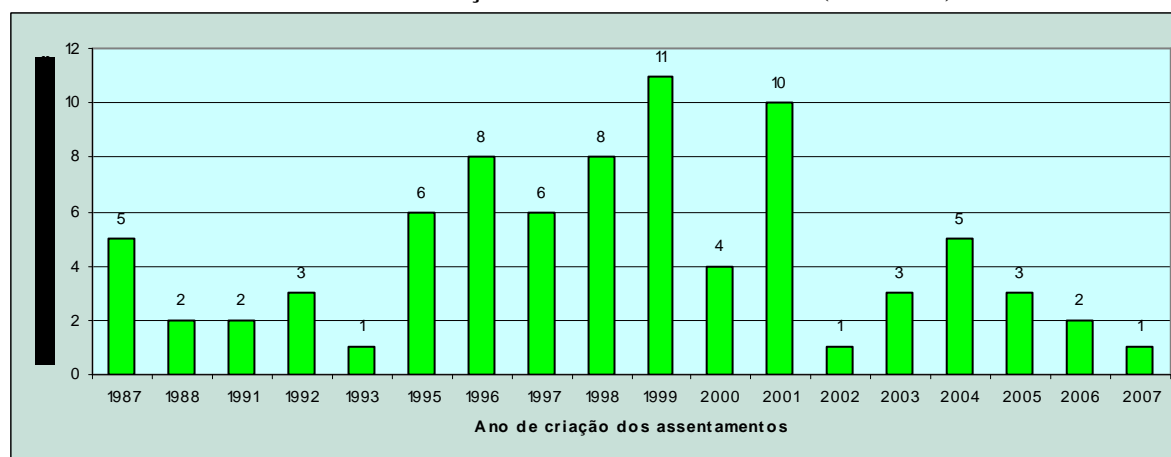
### 3.3.2 O processo de reestruturação agrícola e a reorganização do espaço

A partir dos programas governamentais dos anos 1970 para o Rio Grande do Norte, a exemplo do POLONORDESTE e do Projeto SERTANEJO, se percebe que o modelo exógeno de modernização organizado pelo Estado e baseado na grande empresa agrícola foi direcionado especialmente para as regiões do Vale do Açu e da Chapada do Apodi, atual Pólo Assu-Mossoró. Nessa realidade, conforme Boneti (2003), o Estado e as empresas se apresentaram com papéis diferentes, porém complementares, cabendo ao Estado a desestruturação do sistema tradicional existente, e a construção da estrutura necessária visando substituir o tradicional pelo sistema moderno. Às empresas foi dada a atribuição de estruturar um mercado de força de trabalho assalariada, com vistas a modernizar as relações de trabalho. Com isso foram criados e desenvolvidos mercados (de terras, de tecnologias, trabalho, etc.), numa prática que faz lembrar uma legitimação geral encontrada em Hayami e Ruttan (1985), em que essa criação de mercados se constitui no caráter maior dos programas de modernização agrícola. Isso representou o que van der Ploeg (1995) define como “desconexões”, as quais são geradas pelo avanço de modelos exógenos de modernização que estimula a homogeneização dos espaços, e promove a destruição de localidades e de seus mecanismos sociais de regulação.

Para atrair grandes empresas e colocar em prática um modelo altamente dependente de capital financeiro, como é o de modernização, o Estado passou, segundo Pinheiro (1991), a gerar condições sedutoras para despertar o interesse via mecanismos de incentivo. A partir de 1985, Mossoró, Assu, Ipanguassu e Carnaubais, foram os municípios aonde mais surgiram grandes projetos privados de irrigação, e onde mercados se desenvolveram com mais força provocando alterações na estrutura fundiária e nas formas de produção e de trabalho. Esse movimento ocorreu sob a influência de grandes grupos econômicos de capital nacional, com destaque para a MAISA na área de influência de Mossoró, e a FRUNORTE na área de influência do Vale do Açu. A MAISA iniciou suas atividades ainda em 1968 nos municípios de Mossoró, e o seu projeto inicial consistia em produzir frutíferas perenes como o cajueiro, a graviola e o maracujá para o mercado nacional. Apenas depois de 1985 no atendimento a uma sinalização do mercado externo a empresa, assim como a FRUNORTE e outras, passou a produzir frutas frescas de ciclo curto. Nesse momento, a fruticultura irrigada assumiu a liderança da economia exportadora estadual, e o modelo exógeno de crescimento agrícola estimulado por incentivos do Estado se fortaleceu no final da década de 1980 alcançando seu

auge na primeira metade da década de 1990, iniciando a partir daí um processo de reestruturação que passou a modelar uma nova configuração do espaço rural através de uma mobilidade de capital.

A falência da MAISA e da FRUNORTE e de outras empresas no início dos anos 2000 deu lugar ao processo de reestruturação, e a construção do novo cenário em um ambiente de globalização o qual definiu, assim como na época da implantação da modernização, papéis específicos e complementares para o Estado e para empresas, agora as multinacionais. Por um lado coube ao Estado a atribuição de sair do seu caráter nacional estruturante, e atuar no desmonte de sua estrutura organizacional e ajustar suas instituições visando, no nível regional, preparar o Pólo Assu-Mossoró para a competição externa em um ambiente de abertura de mercado. Por outro lado sugeriram menos intervenção do Estado (incentivos financeiros às empresas, regulação, etc.), e, conforme Tonedo Jr (2004), um maior direcionamento de suas ações para a descentralização no âmbito territorial, o qual deveria estimular condições para que forças endógenas pudessem surgir a partir do atendimento de demandas e do apoio a iniciativas dos atores no nível local, aqui lembrando Arce (2003). Foi a partir disso que surgiram iniciativas, como a dos movimentos sociais, tentando atender segmentos marginalizados via estímulo a projetos produtivos, a exemplo da associação entre assentados da reforma agrária e empresas para produzir frutas para exportação. A finalidade inicial era a de dotar atores locais de capacidades para que estes reforçassem sua base de recursos, como em van der Ploeg (2008), e os tornassem capazes de decidir sobre seus destinos, e de definir processos e trajetórias mais autônomas de desenvolvimento. Para isso, o Estado passou a redefinir o seu papel e tentou, de certa forma, direcionar suas políticas no sentido de apoiar estratégias no âmbito da reforma agrária, proporcionar o acesso do agricultor familiar ao crédito via PRONAF, e estimular a capacitação através de programas do Ministério do Trabalho. Quanto a reforma agrária, o gráfico 2 dá uma demonstração da ação do Estado na criação de assentamentos no Pólo Assu-Mossoró, especialmente entre 1995 e 2001, momento mais intenso da desestruturação do modelo nacional. E é nesse momento que a reorganização do espaço se intensifica e estimula uma reversão para uma perspectiva mais descentralizada e de atendimento à demandas no nível local, promovendo uma certa re-territorialização.

**GRÁFICO 2: Pólo Assu-Mossoró: evolução dos assentamentos criados (1987-2007).**

**FONTE:** INCRA-RN – SIPRA, Seção de Assentamentos, 2008. Elaboração do autor.

Nesse contexto, o crédito através do PRONAF associado a programas de capacitação se apresentou como um importante instrumento na sustentação da agricultura familiar, fazendo com que o Pólo Assu-Mossoró tivesse uma participação significativa na obtenção dos recursos, especialmente na categoria crédito para os anos de 2001, 2004 e 2007, conforme tabela 4. E os municípios de Mossoró, Baraúna e Serra do Mel foram os que mais se destacaram no ano de 2004. Mas Baraúna foi o que demonstrou a maior participação no ano de 2001, período considerado como auge do processo reestruturação e reorganização do espaço rural, alterando em 2007 com redução para Serra do Mel.

**TABELA 4: Recursos Liberados pelo PRONAF Crédito e Infra-Estrutura no Pólo Assu-Mossoró.**

| LOCALIDADE          | PRONAF CRÉDITO (em R\$) |           |            |           |             |           |
|---------------------|-------------------------|-----------|------------|-----------|-------------|-----------|
|                     | R\$ 2001                | Contratos | R\$ 2004   | Contratos | R\$ 2007    | Contratos |
| Rio Grande do Norte | 25.919.922              | 11.089    | 92.645.335 | 69.583    | 119.832.108 | 69.105    |
| Pólo Assu-Mossoró   | 4.567.110               | 1.266     | 17.380.865 | 11.237    | 18.703.536  | 9.563     |
| Açu                 | 72.714                  | 153       | 1.286.373  | 956       | 1.439.043   | 992       |
| Afonso Bezerra      | 818.803                 | 91        | 2.071.528  | 702       | 1.873.876   | 578       |
| Alto do Rodrigues   | -                       | -         | 369.527    | 313       | 715.718     | 316       |
| Baraúna             | 1.726.995               | 255       | 2.544.614  | 2.507     | 2.781.293   | 1.846     |
| Carnaubais          | 36.993                  | 65        | 1.072.656  | 745       | 1.667.544   | 724       |
| Ipanguaçu           | 41.398                  | 83        | 1.355.728  | 1.344     | 1.824.301   | 1.452     |
| Itajá               | -                       | -         | 968.147    | 900       | 739.984     | 632       |
| Mossoró             | 581.836                 | 101       | 3.277.751  | 1.062     | 4.031.233   | 834       |
| Pendências          | 85.144                  | 11        | 513.819    | 502       | 836.612     | 341       |
| Serra do Mel        | 705.092                 | 399       | 2.471.930  | 703       | 792.521     | 274       |
| Upanema             | 498.132                 | 108       | 1.448.788  | 1.503     | 2.001.411   | 1.574     |

**Fonte:** Questionário de pesquisa de campo, 2005.



Quanto à distribuição dos recursos do PRONAF por grupos, chama a atenção para a alta participação do público-alvo dos grupos B e C. Como podemos verificar a partir dos dados da tabela 4, quase todos os recursos do em 2007, ou seja, 95,19% foram destinados aos beneficiários dos grupos B e C<sup>20</sup>. Dessa forma, o PRONAF beneficiou neste ano tanto os agricultores familiares que possuem baixa renda anual, como os que possuem rendas superiores, em sua maioria agricultores tradicionais e menos produtores de frutas situados em dinâmicas rurais. Como visto acima, na reorganização do espaço rural, além da reforma agrária o Pólo Assu-Mossoró contou com as ações de cima por parte do Estado. Essa ação pode ser notada por meio do crescimento do número de assentamentos, da área e de famílias assentadas, conforme tabela 5, pois no Pólo Assu-Mossoró estão concentrados 26,90% dos assentamentos, 38,54% da área reformada, e 32,55% do total de famílias assentadas no estado. Além disso, chamam a atenção os municípios de Mossoró, antes sede da MAISA<sup>21</sup>, e Carnaubais, antes sede da FRUNORTE, com o maior número de áreas reformadas.

**TABELA 5: Assentamentos de Reforma Agrária do Pólo Assu-Mossoró e Famílias Assentadas**

| LOCALIDADE          | Nº DE Assentamentos | % do Estado | TOTAL (Em Hectares) | % do Estado | Nº FAMÍLIAS ASSENTADAS | % do Estado |
|---------------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|------------------------|-------------|
| Rio Grande do Norte | 275                 | 100,00      | 519.529             | 100,00      | 19.732                 | 100,00      |
| Pólo Assu-Mossoró   | 74                  | 26,90       | 200.232             | 38,54       | 6.423                  | 32,55       |
| Açu                 | 4                   | 1,25        | 8.551               | 3,53        | 250                    | 2,03        |
| Afonso Bezerra      | 2                   | 2,51        | 4.386               | 8,23        | 200                    | 2,05        |
| Alto do Rodrigues   | -                   | 0,00        | -                   | 0,00        | -                      | 0,00        |
| Baraúna             | 11                  | 3,76        | 10.467              | 2,07        | 515                    | 2,30        |
| Carnaubais          | 13                  | 5,44        | 24.564              | 6,01        | 809                    | 5,95        |
| Ipanguaçu           | 3                   | 0,42        | 21.860              | 0,23        | 799                    | 1,32        |
| Itajá               | -                   | 0,00        | -                   | 0,00        | -                      | 0,00        |
| Mossoró             | 33                  | 10,88       | 69.700              | 15,01       | 3.244                  | 22,70       |
| Pendências          | 2                   | 1,25        | 14.157              | 5,84        | 395                    | 2,19        |
| Serra do Mel        | -                   | 0,00        | -                   | 0,00        | -                      | 0,00        |
| Upanema             | 13                  | 5,44        | 32.052              | 6,01        | 1.135                  | 3,04        |

Fonte: INCRA-RN – SIPRA, Seção de Assentamentos, 2008. Elaboração do autor.

Quanto ao papel das grandes empresas, principalmente multinacionais, este consistiu em se apropriar de uma estrutura existente e construída anteriormente, reestruturar o sistema

<sup>20</sup> O Pronaf Grupo B é direcionado para agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 4 mil, e financia até R\$ 1,5 mil por operação. E o Pronaf Grupo C beneficia com crédito de custeio e de investimento agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil.

<sup>21</sup> Para se ter uma idéia da reorganização do espaço, a MAISA se transformou em assentamento de reforma agrária em 2004 elevando os números da reforma agrária do Rio Grande do Norte. Somente a MAISA, agora Projeto Agrícola Eldorado do Carajás absorveu 1.359 famílias em uma área de 20.202 hectares, se tornando o segundo maior assentamento do país (*Jornal Gazeta do Oeste*, 20/04/2004).

de produção e as relações de trabalho, e assumir o controle dos mecanismos de regulação de um ambiente institucional agora sob as forças do livre mercado regulado globalmente. E em um contexto em que o Estado encontrava-se enfraquecido, as forças externas do sistema agro alimentar ignoraram a presença do Estado e passaram a influenciar no sentido de facilitar a entrada de multinacionais e alterar a estrutura de produção de frutas frescas para exportação do Pólo Assu-Mossoró. E a primeira experiência nesse novo cenário, segundo Carvalho (2001) foi empreendida por um grupo de produtores de São Paulo, que se associou a multinacional DOLE FOODS,<sup>22</sup> em um projeto experimental para produzir bananas em 22 hectares em Assu. Conforme Carvalho,

No ano de 1994 aconteceu a primeira experiência de produção de banana do tipo exportação<sup>23</sup> no Rio Grande do Norte. Este fato significou que, pela primeira vez no Brasil foi construído um projeto para produção de banana dentro do esquema produção-consumo denominado mundialmente de “banana-dólar”<sup>24</sup> que tem como centros consumidores principais os Estados Unidos e a União Européia. (Carvalho; 2001p. 86).

Neste projeto, o grupo de produtores brasileiro seria o responsável pela produção, enquanto a multinacional forneceria a tecnologia de produção, como também a estrutura de armazenamento, transporte e comercialização. Porém, este projeto não se consolidou devido a saída da DOLE FOODS da associação e, com base em informações de um técnico da fazenda TEC FRUIT, empresa que coordenava o projeto experimental, a DOLE FOODS resolveu abandonar qualquer experiência no Brasil, o que incluía projetos em estados como Minas Gerais e São Paulo. Para Carvalho (2001), outro fato que contribuiu para a reestruturação da produção, especificamente de frutas frescas do Pólo Assu-Mossoró, aconteceu a partir da segunda metade dos anos 1990. À procura de um produto com poder de inserção no circuito global, o grupo DIRECTIVOS do estado de Pernambuco, busca negócios no contexto de competitividade nacional. Na análise, são avaliados a contradição do Brasil ser o terceiro produtor mundial e um exportador marginal de banana, e o fato de predominar a pequena e média escala na produção, além da produção não se encontrar inserida no esquema global do sistema agro alimentar dominante. Além disso, segundo Carvalho (2001), não foi encontrada nos centros de produção nacional a presença de multinacionais com domínio de mercado em nível mundial. Com base em estudos para a produção de bananas para exportação, o grupo

<sup>22</sup>A *Dole* é uma empresa norte-americana e a segunda maior empresa exportadora de bananas do mundo, além de estar entre as dez maiores distribuidoras e exportadoras do sistema agro alimentar mundial.

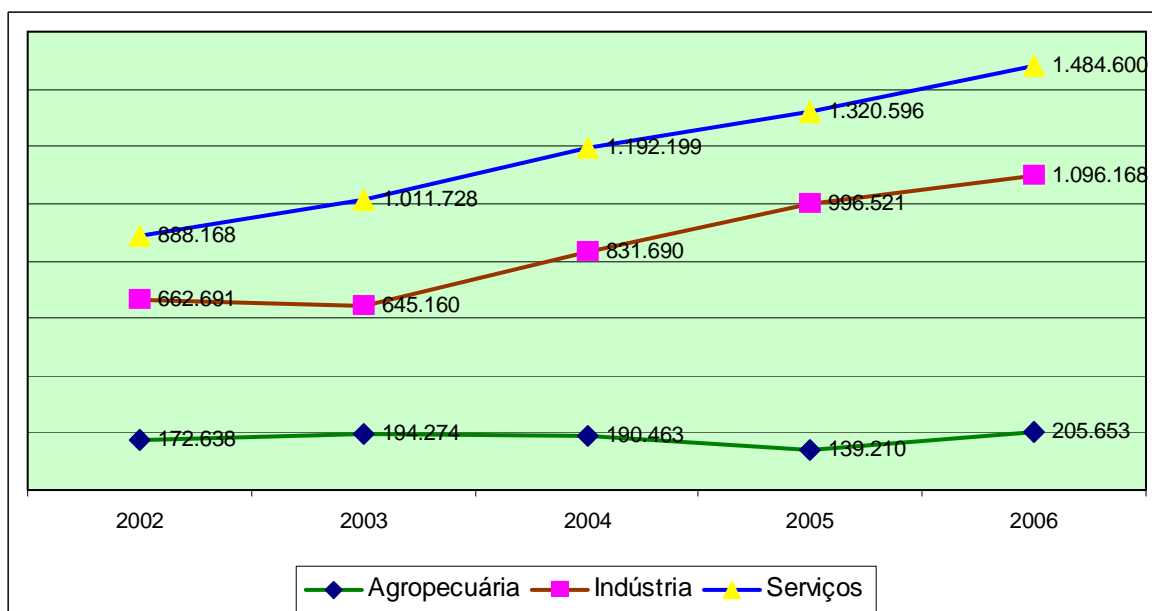
<sup>23</sup>A banana para exportação mais adequada às condições do semi-árido é a tipo *grand naine* pertencente à variedade *cavendish*, responsável por mais de 90% da exportação mundial.

<sup>24</sup>O chamado mercado banana-dólar é a designação dos vínculos entre o espaço produtivo Caribe/América Central/Norte da América do Sul com os mercados consumidores dos Estados Unidos e Europa, dominado por três multinacionais: *Chiquita*, *Dole Foods* e *Del Monte Fresh Produce*.

DIRECTIVOS analisou vários locais na região Nordeste, entre eles o Vale do São Francisco, mas a decisão foi a de produzir no Pólo Assu-Mossoró.

Isso desencadeou importantes transformações no interior do Pólo Assu-Mossoró a partir de 1998, entre elas a substituição da produção do melão e de outras frutas para a exportação, pela cultura da banana no Vale do Açu. Com isso, a cultura da banana se afirmou no Vale do Açu, e a cadeia do melão se transferiu principalmente para Baraúna, e intensificou em Mossoró, revelando a reorganização do espaço pelo sistema de produção por parte das grandes empresas. Além da banana e do melão, produzidos principalmente no Vale do Açu e em Baraúna, outros produtos se destacaram por caracterizar dinâmicas específicas, como a castanha de caju em Serra do Mel, e por reforçar a agropecuária estadual. Analisando a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Pólo Assu-Mossoró no período de 2002 a 2006, nota-se que o movimento do setor da agropecuária se relacionou com as transformações geradas pelo processo de reestruturação, entre elas a mudança recente da dinâmica de produção do melão, a qual se intensificou com maior força em Baraúna. Na demonstração de desempenho dos principais setores econômicos (ver gráfico 3), e pelo seu caráter exportador, a agropecuária do Pólo Assu-Mossoró mesmo com menor oscilação desempenha um papel importante no conjunto da economia.

**GRÁFICO 3: Pólo Assu-Mossoró: Evolução por SETOR do Produto Interno Bruto (PIB) 2002-2006**



**FONTE: IBGE, PIB dos municípios 2002-2006, arquivos do RN, 2008. Elaboração do autor.**

E devido ao seu caráter exportador, este setor tem buscado na fruticultura irrigada as maiores respostas para o crescimento do produto agrícola. Entretanto, mesmo sendo de um ambiente considerado dinâmico e de modernização, o Pólo Assu-Mossoró, o setor da

agropecuária apresentou pouca oscilação nos anos entre 2002 e 2006, inclusive com queda de 2003 para 2005, mostrando seu desempenho em um período de transformações intensas estimuladas pela reestruturação agrícola. O desempenho mais elevado da indústria e dos serviços diz respeito a outras atividades, a exemplo da indústria do petróleo (Alto do Rodrigues, Pendências, Carnaubais e Upanema) de cerâmica (Itajá e Assu), e de serviços. O setor de serviços se apresenta com expressiva importância, isso devido ao fato da maioria dos municípios ainda possuir uma precária infra-estrutura social e produtiva. Retirando as áreas onde são desenvolvidas estratégias de modernização, as quais se comportam como enclave, na maioria desses municípios existe pouco dinamismo econômico. Existe apenas uma iniciativa privada incipiente e dependente de recursos públicos, e uma população que, como na *economia sem produção* de Maia Gomes (2001), sobrevive mais da ação (educação, saúde, etc.) do poder público (prefeituras e estado), e de transferências (aposentadorias, bolsa família, etc.), do que de atividades produtivas.

E foi para o ambiente de modernização do Pólo Assu-Mossoró que, para Carvalho (2001), o grupo DIRECTIVOS seguiu sua estratégia na busca da associação com algum grupo dominante no sistema agro alimentar global para produzir banana *grand naine* para exportação. Na verdade, o objetivo era o de se integrar a uma multinacional líder capaz de realizar a comercialização, isto porque a garantia da inclusão no circuito de consumo global aconteceria através do enquadramento às normas internacionais de controle de qualidade, o EUREP GAP, numa tendência como a definida por Arce (1997) e Marsden (1998). O interesse da DIRECTIVOS chamou a atenção da DEL MONTE, cujo domínio e regulação à distância, aqui lembrando Marsden (1998), eram inquestionáveis. De acordo com Carvalho (2001), foi então fixado o “Projeto Brasil”, e no contrato a atribuição da DEL MONTE seria fornecer tecnologia, acompanhar a produção e, principalmente, comercializar a banana no mercado Europeu. Assim, a produção começou em 1994, e esteve limitada inicialmente a uma quantidade de 30 a 40 mil toneladas de banana para exportação em uma área experimental de 500 hectares no Vale do Açu. A partir da ampliação da escala, a produção foi atrelada a exigências de controle de qualidade mundial, o EUREP GAP, e, conforme Carvalho (2001), isso foi possível devido ao *know-how* da DEL MONTE. Dos passos iniciais até a consolidação do projeto se passaram três anos; e a partir de 1995 foi dado início ao plantio das primeiras mudas de banana. Porém, em 1998 a DEL MONTE rompeu com a DIRECTIVOS e iniciou um projeto próprio de produção no Vale do Açu.

Nos últimos anos a DEL MONTE vem adquirindo cada vez mais terras no Vale do Açu e acelerando um processo de *desconexão*, como o descrito por van der Ploeg (1995) e McMichael (2000). Segundo um técnico da DEL MONTE, a multinacional já investiu mais de US\$ 100 milhões, e a sua área se amplia pelo Vale do Açu dos 500 hectares de 1997 para cerca de 4.000 hectares em 2007; e a produção da banana para exportação emprega em torno de 3000 trabalhadores. Esta é uma característica da expansão da monocultura em regiões pobres, como um tipo de *móbilis maquiladora*, segundo McMichael (2000), onde a inovação é exógena, e as vantagens competitivas e endógenas para as multinacionais e outras empresas globais, se limitam muitas vezes a encontrar insumos locais como terra, sol, e força de trabalho barata. A presença da DEL MONTE representa a mais importante inclusão de atores globais no Pólo Assu-Mossoró, e revela como a globalização pode estimular uma mobilidade de capital que submete o Estado, altera as formas de organização de produção e trabalho e, como veremos a seguir, destrói mecanismos locais de regulação e coloca em risco a diversidade de regiões menos favorecidas, mas com certo dinamismo.

### 3.3.3 A diversidade regional, a mercantilização e os estilos de agricultura familiar

Como vimos no capítulo I, a diversidade regional representa o resultado da ação dos diversos atores que constroem, através de processos locais e endógenos ao longo do tempo, espaços heterogêneos em regiões consideradas menos favorecidas, regiões essas que ainda não foram penetradas e alteradas pela ação especializada dos modelos exógenos de modernização. Com base nessa definição, acreditamos que no espaço do Pólo Assu-Mossoró a diversidade pode ser observada a partir de três níveis: 1) o nível regional através de dinâmicas econômicas distintas, como as de Marsden (2003); 2) da perspectiva institucional em que o ambiente influencia nas escolhas dos atores, como visto em Saccomandi (1998); e 3) o nível local, onde processos internos às dinâmicas dão forma a variados graus de mercantilização em estilos de agricultura familiar específicos, conforme van der Ploeg (1994). No nível regional as dinâmicas constituem as economias regionais, as quais são caracterizadas principalmente pelo fato de construírem trajetórias distintas em um mesmo ambiente de globalização, o Pólo Assu-Mossoró e, como em van der Ploeg (2003), nem sempre alinhadas com os modelos de modernização. As dinâmicas regionais, as quais se apresentam em diferentes fases no tempo e no espaço, como em Marsden (2003), constituem o caráter heterogêneo e multifacetado do Pólo Assu-Mossoró. E as mais destacadas, e escolhidas para este estudo justamente pela forte presença da agricultura familiar, e por terem construído

trajetórias específicas são Alto do Rodrigues, Serra do Mel, e Baraúna, as quais serão caracterizadas com mais detalhes no capítulo 4.

As razões da heterogeneidade e da diversidade do Pólo Assu-Mossoró vêm, por um lado, de iniciativas que mostram que quando se considera a capacidade e a cultura das pessoas, e são desenvolvidas iniciativas no sentido de agregar valor e aproveitar os recursos disponíveis em benefício de sua população, a região tende a fortalecer sua base de recursos e diversificar sua matriz produtiva. Além disso, a região se torna capaz de oferecer à população melhores condições de reprodução no nível local/regional, e permitir o acesso a mercados e a fontes mais diversificadas de ingresso monetário. Como mostraremos neste estudo, algumas dinâmicas, a exemplo de Serra do Mel, já ensaiam essa tendência e mostram que através de estratégias engendradas localmente e controladas pelos agricultores familiares conseguem formar um ciclo de acumulação que tende a alocar os benefícios e resultados para a inserção dos indivíduos na divisão social do trabalho. Ali, a iniciativa coletiva e de caráter sustentável estimulada pelo cooperativismo fez se aproximar da dinâmica de desenvolvimento rural de Marsden (2003), a qual se apresenta mais endógena e relativamente autônoma. Por outro lado, em dinâmicas como Alto do Rodrigues e Baraúna, a necessidade de fortalecer as economias de escala imposta pelos modelos agrícolas exógenos que desenvolvem, tende a limitar a construção de um ambiente capaz de oferecer à população local condição suficiente de reprodução, submetendo-a muitas vezes a exclusão e a migração. Aqui, o movimento determinado pela modernização agrícola passou a se assemelhar com a dinâmica agroindustrial de Marsden (2003), a qual é exógena e altamente dependente do mercado e de capital financeiro. Dessa forma, percebe-se que a agricultura familiar do Pólo Assu-Mossoró encontra-se inserida em contextos distintos, respondendo de forma diferenciada aos desafios a que é submetida, e tornando a sua reprodução o resultado da combinação entre recursos, escolhas, e estratégias em dinâmicas que são construídas e se diferenciam no espaço e no tempo. Mas é importante comparar e analisar essas dinâmicas para entender o que explica a trajetória de uma em relação à outra, considerando que em cada uma delas existem especificidades locais e internas, quanto aos variados graus de mercantilização dos seus estilos de agricultura familiar.

Nessas dinâmicas, os variados graus da mercantilização significam o resultado das escolhas e estratégias dos agricultores na construção de um processo histórico de múltiplas faces, que se dá por um caminho específico de organização da unidade de produção. Nesse caso, concordando com Marsden (1991), a mercantilização acontece por meio de processos não lineares, ou seja, que se desenrolam em diferentes direções e caminhos, e tomando a

forma de encadeamentos para trás e para frente, como os definidos por Hirschman (1961). E, conseqüentemente, os seus resultados tendem historicamente a ser altamente diferenciados tanto internamente quanto entre as dinâmicas. Como temos visto, a penetração de uma agricultura moderna no Pólo Assu-Mossoró tem provocado uma reestruturação não apenas no âmbito econômico. A estrutura social e a ambiental foram profundamente alteradas no momento em que aconteceu o declínio do sistema agrícola formado pelo binômio algodão-pecuária, além da extração da cera de carnaúba e da produção de alimentos no Vale do Açu e na Chapada do Apodi. Com o declínio do sistema algodão-pecuária-carnaúba, uma parte importante da base de recursos do agricultor familiar foi destruída. E a escolha do Estado por empresas na tentativa de substituir o sistema tradicional por um moderno baseado na irrigação de culturas externas de alto potencial, tornou mais difícil a situação da agricultura familiar. Como a base de recursos autocontrolada e o ambiente social eram a principal plataforma na luta por autonomia, aqui concordando com van der Ploeg (1998), a sua destruição desagregou a dinâmica existente e destruiu seus sistemas de regulação, tornando ainda mais difícil a sua recomposição e deixando o agricultor familiar enfraquecido e vulnerável a interferências externas. Daí a tendência para o surgimento de processos não lineares de mercantilização, como em Marsden (1991), nas tentativas de encadeamentos à luz de Hirschman (1961) para introduzir modelos exógenos de modernização.

Antes da introdução dos modelos exógenos predominava no interior do Pólo Assu-Mossoró processos que buscavam combinar o meio natural e experiências de vida, estas últimas adquiridas através do aprendizado nas práticas diárias e da cultura local. Dessa forma, a conexão entre a cultura e o meio natural fazia com que o agricultor familiar construísse uma base de recursos autocontrolada, e um conjunto de conhecimentos que van der Ploeg (2008) define “repertório cultural”, necessário para adquirir habilidades no desenvolvimento de práticas endógenas em estilos de agricultura mais integrados e autônomos. Do ponto de vista institucional de Saccomandi (1998), este repertório cultural auxiliava na escolha do agricultor na relação entre tecnologia e mercado, em combinar a produção para comer, *fazer* internamente e garantir sua reprodução, com a produção para vender, e *comprar* parte do que necessitava de fora numa certa aproximação com o mercado. Com a introdução da modernização, a *crença* na noção de progresso passou a construir uma sobreposição do sistema moderno ao tradicional, especialmente com o direcionamento de políticas que priorizavam e enalteciam o primeiro, e desprezavam o último. A partir disso, processos internos e descontínuos passaram a ser construídos no interior do Pólo Assu-Mossoró, modelando o espaço rural e revelando cada vez mais diferenças inter-regionais da agricultura.

Essas diferenças, ou dinâmicas, davam um caráter mais heterogêneo do espaço rural, e era o resultado de algumas das respostas, ou estratégias dos atores locais às interferências externas, especialmente das forças da globalização.

A partir das especificidades locais e regionais notava-se que determinado estilo de agricultura familiar interno a cada dinâmica poderia expressar tanto limitações, sendo conforme van der Ploeg (2003) uma estratégia de reação, como possibilidades para se ajustar diante das influências externas, sendo uma estratégia de adaptação. De uma perspectiva institucional, como em Saccomandi (1998), sendo uma estratégia de reação, ou alinhada com a modernização, a escolha do agricultor familiar seria a de preferir *comprar* de fora, construindo dinâmicas mais exógenas e dependentes. Porém, sendo uma estratégia de adaptação, onde ele escolhe *fazer* internamente e integrar, a tendência é o surgimento de dinâmicas com padrões endógenos e com mais autonomia e diversificação. Assim, passaram a surgir no Pólo Assu-Mossoró tanto estilos de agricultura como uma resposta de reação, encontrados mais em Alto do Rodrigues e Baraúna, como estilos de agricultura em forma de adaptação, com destaque para Serra do Mel. Como exemplo de reação temos a iniciativa dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1990 com os assentados de reforma agrária do Vale do Açu, de Mossoró e de Baraúna. Para Gomes da Silva (2004), os assentados da reforma agrária inseridos na produção de frutas irrigadas em um modelo exógeno exportador passaram a formar no final dos anos 1990 o segmento mais *integrado*, e a serem vistos como a parte mais dinâmica do mercado agrícola do Rio Grande do Norte.

Conforme Gomes da Silva (2004), essa experiência deixou uma herança tecnológica significativa, a qual já se encontrava difundida e apropriada pelos assentados e pequenos e médios produtores privados da região, quando adotavam um padrão tecnológico semelhante ao desenvolvido pela grande empresa a quem estavam ligados. A relação entre agricultores familiares e empresas voltadas para o mercado externo gerou um ambiente propício para a competição e para a inovação tecnológica e criou uma necessidade constante de sua atualização. Neste caso, a produção de uma cultura comercial, o melão, tornou os agricultores familiares cada vez mais mercantilizados e, conseqüentemente, mais especializados e dependentes de insumos externos. Nessa estratégia, os recursos e o conhecimento técnico eram controlados de fora, apesar de algumas habilidades terem sido adquiridas na prática junto às empresas, se tornando importantes quando refletidas num processo contínuo de aprendizagem para os assentados. E, como vimos antes, isso foi possível em um estilo de agricultura que passou a adotar insumos externos, com a necessidade de atualização tecnológica que conduzia a alta competição e seleção em que, conforme van der Ploeg (2006),



poucos agricultores sobreviviam. Além disso, nas relações entre empresas e assentados havia uma assimetria e não existia relação de proximidade, pois se tratava de um monopólio que contribuía para altos custos de transação.

Por outro lado, em áreas de maior diversificação alguns agricultores familiares empreendiam iniciativas individuais e coletivas como forma de adaptação a partir de estilos de agricultura integrados, mais diversificados e relativamente autônomos, nem sempre alinhados à modernização. Mesmo enfraquecida e enfrentando dificuldades em um contexto que privilegiava a lógica moderna, além de serem considerados “diferentes” por desenvolverem técnicas locais em sistemas de cultivo tradicionais, os agricultores familiares resistiam e continuavam lutando por autonomia. Quanto às iniciativas individuais de adaptação, estas são constituídas tanto por pequenos irrigantes isolados às margens dos rios e reservatórios, como por pequenos criadores e agricultores nas terras mais altas, os quais produzem de forma integrada e com certa autonomia visando garantir os meios necessários para sua reprodução, além de comercializar o excedente em mercados locais. Mas nesse cenário merece destaque para os estilos de agricultura adotados em Serra do Mel. Enquanto os estilos mais mercantilizados reagem a influências de cima, numa lógica imediatista e de curto prazo, apenas se enquadrando a planejamentos determinados de fora, Serra do Mel buscou o caminho diferente. A partir de um planejamento discutido, elaborado e executado localmente, Serra do Mel procurou aplicar uma política reguladora direcionada para um desenvolvimento rural construído de dentro, com horizonte de longo prazo, e fortemente calcada na agricultura familiar e no cooperativismo. Ali passaram a ser desenvolvidos estilos de agricultura familiar com cada vez mais diversificação e autonomia, em um processo de integração em que as iniciativas locais se estendem além do sistema de produção, gerando com isso impactos positivos no âmbito social e ambiental.

Estes estilos devem ser interpretados como o resultado dos processos de diferenciação e diversificação da própria agricultura e das economias locais e regionais do Pólo Assu-Mossoró. Diferentes estilos de agricultura emergem e constroem dinâmicas econômicas de trajetórias distintas, onde as mais diversas atividades passam a exigir combinações entre tecnologia e mercados e, a partir das escolhas dos agricultores, promovem graus variados de mercantilização da agricultura familiar. Nesse ambiente surge, por um lado, trajetórias a partir da perspectiva do crescimento, e com uma elevada dependência de recursos externos e, por outro lado, as que tentam engendrar trajetórias a partir do desenvolvimento, e com um certo distanciamento da dependência do mercado. As primeiras tendem a levar os agricultores familiares para um grau maior de dependência, onde as estratégias de diversificação são cada

vez mais uma decisão de fora sinalizada pelas empresas capitalistas globalizadas. As segundas buscam obter uma relativa autonomia através de bases de recursos autocontroladas, como em van der Ploeg (2008), via distanciamento gradual do mercado, distanciamento este colocado por Saccomandi (1998) na perspectiva institucional como fundamental para um funcionamento econômico mais adequado para a agricultura familiar. Neste sentido, a emergência dos estilos de agricultura e dinâmicas econômicas distintas no Pólo Assu-Mossoró chama a atenção para o que Marsden (2003) aponta como necessidade de novas formas de regulação como um dos papéis a ser desempenhado pelo Estado. Isto tendo em vista que ao longo do tempo vêm surgindo diferentes estratégias, como veremos a seguir, como uma ação dos atores no nível local/regional em um mesmo ambiente institucional de regulação global, estratégias essas nem sempre alinhadas de modernização, constituindo um cenário de desenvolvimento desigual.

#### **4 DINÂMICAS REGIONAIS E A DIVERSIDADE ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: uma descrição dos estudos de caso**

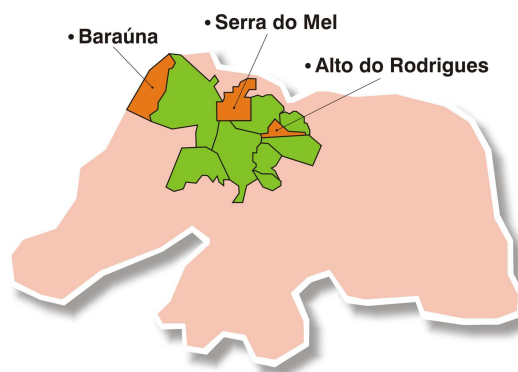
Como visto nos capítulos anteriores, dois caminhos têm se destacado ao longo dos anos como pontos de intensas discussões acerca das escolhas quando da elaboração de estratégias de desenvolvimento que visam a geração de riqueza com redução dos níveis de desigualdade, e condições mais dignas para pessoas de regiões fortemente rurais. O primeiro caminho direciona para uma diferenciação social e econômica causada pela expansão de setores de alto potencial que estimulam encadeamentos, os quais baseiam a mercantilização definida por Marsden (1991). As escolhas por este caminho definem trajetórias alinhadas com a modernização, as quais prevaleceram quase que exclusivamente na orientação das políticas regionais, especialmente para a região Nordeste até recentemente. Constante na concepção de programas como Plano de Integração Nacional, PIN, POLONORDESTE, etc., cabia ao Estado dotar instrumentos de política regional, visando o crescimento urgente e, conseqüentemente, economias externas que se traduzissem no bem-estar. A partir desta concepção, como define Boneti (2003), a existência de um modelo econômico tradicional, este considerado atrasado e de baixo potencial pelos defensores da modernização, consistia em sua substituição pelo considerado moderno. Entretanto, os resultados das escolhas pelo caminho da modernização têm se mostrado de certa forma tímidos e localizados, sendo questionado o seu retorno social e econômico para a região, além de causar danos ao meio ambiente com a destruição de parte da diversidade regional. Isso afirma a contradição de um padrão defendido como capaz de propiciar a modernização com o aumento de oportunidades, o qual não correspondeu, passando a se transformar, como define Long & van der Ploeg (1994), em uma estratégia pouco convincente de desenvolvimento.

O segundo caminho defende uma perspectiva de longa duração em que o desenvolvimento rural pode ocorrer por meio da transformação das atividades tradicionais. Por este caminho leva-se em consideração a história e a cultura dos atores no nível local, acreditando na sua capacidade de realizar escolhas e elaborar estratégias que lhes dêem poder de decidir com mais autonomia seus destinos, e de serem participantes ativos na construção do desenvolvimento. Para Abramovay (2002) neste caminho pode ser possível um crescimento econômico baseado em mudanças técnicas ao alcance de famílias, e que podem melhorar suas condições de sobrevivência, mesmo a partir de investimentos relativamente modestos. A escolha por este segundo caminho exige dos atores inovações sociais de longo

prazo nos diferentes níveis, tendo em vista a necessidade de mudanças no arranjo institucional que estimulem a alteração nas bases técnicas e econômicas da agricultura familiar. Esse é um movimento que tem afirmado o caráter desigual do desenvolvimento, o qual foi influenciado pelo debate clássico do velho desenvolvimento e que atualmente é interpretado por discussões que defendem uma nova perspectiva em uma era de globalização, e que buscam explicar as transformações na agricultura e no meio rural geradas pela reestruturação capitalista. As contribuições atuais são empreendidas neste capítulo especialmente pelos autores Marsden, van der Ploeg, e Saccomandi, onde, para o primeiro, estratégias surgem de *dinâmicas* distintas localizadas influenciadas de fora pelo sistema agro alimentar. E para o segundo e o terceiro a diferenciação parte de uma esfera micro, onde, de um ponto de vista institucional, analisam escolhas dos atores em processos que definem padrões com variados graus de mercantilização em estilos de agricultura.

Para Marsden, as dinâmicas resultam de novas faces do desenvolvimento em que a agricultura, através da reação dos atores locais às forças globais, vai se “metamorfosando”, ou se mercantilizando, criando espaços rurais com maior nível de diversidade. Para van der Ploeg, a dinâmica regional é resultado de escolhas na combinação entre tecnologia e mercado em que, partindo da perspectiva institucional de Saccomandi (1998) os atores se encontram diante do dilema: *fazer* internamente ou *comprar* de fora (*make or buy*), o que define os graus de mercantilização e os diferentes estilos de agricultura. As atividades desenvolvidas nas regiões do Vale do Assu e de Mossoró a partir da fruticultura irrigada vêm ao longo dos anos gerando processos e fazendo emergir dinâmicas de trajetórias distintas que muitas vezes nem se articulam entre si. As dinâmicas de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró onde a agricultura familiar tem um papel importante, e que buscaremos caracterizar neste capítulo são Alto do Rodrigues, Serra do Mel, e Baraúna, conforme figura 2.

**FIGURA 2: Dinâmicas de Desenvolvimento Rural: localização e áreas de estudo.**



**Fonte: Elaboração do autor, 2006.**

O surgimento das dinâmicas regionais está relacionado com a reestruturação agrícola do Polo Assu-Mossoró desde os anos 1990, e chama a atenção para a necessidade da definição do caminho pelo qual vem sendo moldado o desenvolvimento regional. Os impactos da globalização vêm transformando as formas de organização da produção e do trabalho, e gerando ações por parte dos atores no interior das dinâmicas fazendo, por meio de processos internos, surgir espaços de maior diversidade regional. Assim, se faz necessário entender essa diversidade e os descompassos internos às regiões gerados por uma agricultura que no início tem determinada concepção, mas que vai enfrentando desafios, se moldando, e construindo trajetórias distintas no tempo e no espaço alinhadas ou não com a modernização. Acredita-se, portanto, que buscar as razões desta heterogeneidade e da diversidade certamente contribuirá para esclarecer questões sobre o desenvolvimento.

Inserida em contextos sociais, econômicos e institucionais distintos, a agricultura familiar do Pólo Assu-Mossoró responde de maneira diferente aos desafios a que é submetida, tornando a sua reprodução o resultado de escolhas, como em Saccomandi (1998), e de um conjunto de ações e de estratégias que se diferencia no espaço e no tempo. Mas é importante comparar e analisar as dinâmicas para tentar entender o que explica a trajetória de desenvolvimento de uma *vis a vis* à outra. Considera-se que nas duas áreas de influência, o Vale do Assu representado por Alto do Rodrigues, e Mossoró por Baraúna e Serra do Mel, existem especificidades quanto a trajetórias e as dinâmicas, as quais nos permitem tratá-las de forma metodológica como estilos de agricultura. E com base nas noções de mercantilização e dos estilos de agricultura de van der Ploeg (1994), e das dinâmicas de Marsden (1995), os quais analisam a diferenciação social e a diversidade econômica, caracterizaremos neste capítulo as 3 dinâmicas regionais de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró.

#### 4.1 Alto do Rodrigues: o Estado e a externalização da agricultura irrigada do Vale do Açu

O município de Alto do Rodrigues está situado na microrregião do Vale do Açu, conforme figura 3, e abrange uma área de 207 km<sup>2</sup>. Alto do Rodrigues foi criado pela Lei n° 2.859, de 28/03/1963 e, segundo o Censo do IBGE realizado em 2007, possui uma população total de 11.443 habitantes, dos quais 7.471 vivem na área urbana (65,28%) e 3.972 na área rural (34,72%) distribuída em 11 comunidades rurais e no Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim. Da população total, 73,80% são alfabetizados representando um indicador satisfatório, considerando os demais municípios do Pólo Assu-Mossoró. As principais atividades econômicas são: agricultura, pecuária, petróleo, gás natural, comércio e extrativismo. Como a maioria dos municípios do Vale do Açu, Alto do Rodrigues é banhado pelo rio Piranhas-Açu, o que o torna relativamente heterogêneo e diversificado. O seu espaço rural é constituído basicamente de várzeas férteis onde é praticada a agricultura irrigada e ainda se extrai a cera de carnaúba, e por áreas mais elevadas onde são exploradas a pecuária extensiva e a produção de alimentos.

##### 4.1.1 Evolução e características gerais

Até os anos 1980 essas duas áreas eram responsáveis por essas explorações e ainda pela cultura do algodão, formando um conjunto de atividades rurais definidas como tradicionais, onde a agricultura familiar, mesmo de forma insuficiente, abastecia os mercados locais e afirmava a cultura e o cardápio regional. Nas várzeas, onde sempre se concentrou a maior parte da população rural, se desenvolvia uma agricultura voltada para a produção de frutas, hortaliças e de alimentos.

**FIGURA 3: Rio Grande do Norte e localização de ALTO DO RODRIGUES**



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Alto\\_do\\_Rodrigues](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alto_do_Rodrigues)

As frutas e hortaliças mais produzidas eram a banana, o mamão e a manga, o tomate, o pimentão, e a batata-doce, respectivamente, das quais uma menor parte era destinada ao consumo, e a maior parte era comercializada em feiras livres de cidades maiores da região como Assu, Macau, e Mossoró. Ao contrário das frutas e das hortaliças, a produção de alimentos na área da várzea, esta formada especialmente por milho, feijão e mandioca, era destinada a sua maior parte para o consumo, e o excedente que representava a menor parte era destinada aos mesmos mercados regionais das frutas e hortaliças. Nessa área ainda era praticado o extrativismo para obter a cera da carnaúba, que se constituía em uma importante atividade econômica explorada pelos agricultores familiares. Segundo Boneti (2003), a cera de carnaúba exerceu um papel histórico de ligação do agricultor familiar com o mercado, pois se configurava em um insumo industrial de expressivo valor comercial. Mas a utilidade da carnaúba não se limitava à extração da cera, pois se fazia útil para o agricultor como madeira usada na construção de casas, currais, pontes, etc., além das folhas servirem para o artesanato na confecção de bolsas, chapéus, peneiras, esteiras para secar grãos, etc. (BONETI, 2003, 37).

Nas áreas mais elevadas eram praticadas culturas tradicionais de sequeiro a partir do binômio algodão-pecuária, e da produção de alimentos como milho e feijão destinados ao consumo da unidade produtiva. O algodão representava a cultura comercial mais importante, sendo ainda o principal produto de uma base de recursos autocontrolada, como em van der Ploeg (2008, p.25), e responsável pelo relacionamento do agricultor familiar com o mercado e outras entidades. Quanto à pecuária, destacava-se a criação de bovinos e de pequenos animais como ovinos e caprinos, os quais cumpriam mais a função de reserva utilizada pelo agricultor em adversidades como doenças, ou para investimentos e manutenção da unidade de produção. Nas áreas de várzeas alguns agricultores familiares praticavam agricultura de vazante, além de uma irrigação realizada por pequenos moinhos movidos a vento instalados no leito do rio

Piranhas-Açu. Neste sistema de irrigação considerado artesanal, os moinhos bombeavam a água do rio para reservatórios com capacidade de 40 a 50 mil litros, onde a partir destes a água era distribuída por gravidade em sulcos do próprio solo, para produzir frutas, hortaliças e alimentos em áreas irrigadas de 1 a 1,5ha. Nas áreas mais elevadas as combinações fruto da relação entre tecnologia e mercados, como em van der Ploeg (1994), eram realizadas a partir do binômio algodão-pecuária. Dessa forma, as combinações tanto das áreas de várzea como das mais elevadas representavam um conjunto de estratégias a partir de práticas endógenas que mantinham uma base de recursos que ajudava a estruturar e a sustentar a propriedade.

Assim, mesmo utilizando tecnologias tradicionais existia um sistema de produção ativo e estruturado, onde o agricultor familiar combinava a produção para comer com o que produzia para vender desenvolvendo, desse modo, uma forma parcial de mercantilização em diferentes estilos de agricultura mais autônomos. Do ponto de vista institucional, isso conduzia o agricultor familiar a escolher integrar mais e *fazer* internamente a *comprar* de fora, em um movimento que o afastava da dependência do mercado, como visto em Saccomandi (1998). Isso significa dizer que um modo de produção baseado na agricultura familiar, como o do camponês definido por van der Ploeg (2008), se fazia presente e exercia um papel, tanto na construção e preservação da diversidade regional como na formação do conjunto da economia de Alto do Rodrigues e do Vale do Açu até a primeira metade dos anos 1980. E o agricultor familiar livre contribuía como um ator ativo na construção e estruturação desse modo de produção ao se especializar em culturas tradicionais que, mesmo insuficientes, contribuía para fortalecer a diversidade e o mercado interno regional.

Entretanto, a partir do final dos anos 1980 e nos anos 1990, o sistema agrícola de Alto do Rodrigues, assim como de todo o Vale do Açu, começou a receber impactos externos que resultou na transformação de suas estruturas, e na alteração das formas de organização da produção e do trabalho. As mudanças vêm ainda dos anos 1970 e inicia com um ambiente institucional instável devido às discussões em torno do Projeto Baixo-Açu, e aos efeitos causados pelo Decreto 76.046 de 1974 que suspendeu o crédito dos agricultores ao longo do Vale. Mas as mudanças mais significativas, as que alteraram profundamente a dinâmica e a estrutura do sistema agrícola tradicional ocorreram a partir da segunda metade dos anos 1980, através de anos de seca que fizeram declinar o binômio algodão-pecuária e, principalmente, de ações do Estado visando modernizar a agricultura. As transformações no sistema agrícola de Alto do Rodrigues, e de todo Vale do Açu, desenharam nas últimas décadas um ambiente social e econômico a partir de instituições e interesses específicos.



#### 4.1.2 O ambiente econômico e social, a organização produtiva e as instituições

Nas últimas décadas, várias organizações atuaram no processo de mudanças e participaram da construção de um contexto característico de desenvolvimento rural em Alto do Rodrigues. O fato de estar situado no Vale do Açú, Alto do Rodrigues passou a ser fortemente influenciado pela orientação do aparato organizacional e institucional do Estado, o qual pretendia colocar em marcha a modernização da agricultura a partir do Projeto Baixo-Açú. Especialmente a partir da segunda metade dos anos 1980, o arranjo institucional liderado pelo Estado orientou para a difusão da *crença* da noção de progresso, e a defesa da modernização a partir do estímulo a criação de mercados, como o de terras, o de insumos externos e, principalmente, o de força de trabalho. A finalidade era desestruturar o sistema agrícola tradicional, para que este liberasse o agricultor livre visando transformá-lo em empregado de grandes empresas agrícolas. Isso acontecia em um momento em que a defesa da modernização passava pela intensificação das relações de trabalho, e da substituição do modelo tradicional pelo que se considerava moderno. E coube às organizações do Estado por meio de seu corpo técnico, o papel de desestruturar o modelo agrícola tradicional e desalojar seus atores, para depois promover a sua substituição definindo *de cima* qual seria o padrão técnico a ser adotado, e quais atores seriam adequados para o processo de modernização agrícola. Para que essa estratégia fosse colocada em prática, as ações do Estado tanto em Alto do Rodrigues como no Vale do Açú ocorreram no sentido de desequilibrar o sistema agrícola tradicional, levando à destruição parte da cultura e dos já frágeis mecanismos sociais de regulação. Com isso, o relacionamento entre as organizações e os agricultores familiares tendia para um ambiente instável e de incerteza, destruindo a instituição que Putnam (1993) define como indispensável para o desenvolvimento: a confiança.

Isso passou a influenciar ao longo dos anos tanto nas formas de relacionamento entre os atores locais e as organizações, como na criação e desenvolvimento por parte dos atores de movimentos de organização social e produtiva. Quanto ao relacionamento com organizações públicas e privadas, de acordo com depoimentos de alguns atores locais, houve sempre uma falta de transparência que partia especialmente da ação centralizada e determinista do Estado. E as ações das organizações que têm atuado no meio rural desde os anos 1980, a maior parte estatais conforme quadro 1, tem sido muitas vezes a de não acreditar na capacidade coletiva dos atores locais, e afirmar a escolha do Estado pela modernização a partir do empresário agrícola de fora, das relações de trabalho, e do uso intensivo de fatores externos.

**QUADRO 1: Alto do Rodrigues: principais organizações de relacionamento no meio rural**

| Empresa / Instituição               | Ramo de Atividade      | Nível de Atuação | Período de Relacionamento |
|-------------------------------------|------------------------|------------------|---------------------------|
| EMATER                              | Assistência técnica    | Regional         | 1984...                   |
| EMPARN                              | Pesquisa Agropecuária  | Regional         | 1994...                   |
| DNOCS                               | Coordenação            | Nacional         | 1988...                   |
| PROJETEC                            | Manutenção             | Nacional         | 1994 a 2001               |
| SEBRAE                              | Assessoria Empresarial | Nacional         | 1994...                   |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais  | Sindical               | Local            | 1978...                   |
| Banco do Nordeste/PNUD              | Crédito/capacitação    | Regional         | 1997 a 2000               |
| Secretaria de Desenvolvimento Rural | Poder público          | Local            | 1996...                   |
| PETROBRÁS                           | Exploração de Petróleo | Nacional         | 1996...                   |

**FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2007. Elaboração do autor.**

Por atuar com mais proximidade do agricultor familiar, a EMATER passou a ser uma das que mais agiram no sentido de difundir a *crença* na noção de progresso e a escolha pelo caminho da modernização. Porém, foi o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS, quem agiu mais fortemente a partir de 1988 na desestruturação do sistema tradicional e desalojamento de pessoas, especialmente para a construção do distrito de irrigação. A Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária, EMPARN, sempre se limitou no distrito de irrigação ocupando um lote de 49,4 ha para a produção de sementes, não tendo qualquer ação direta com os agricultores locais. A empresa Projetos Técnicos Ltda., PROJETEC, também se limitou apenas ao distrito de irrigação entre 1994 e 2001, sendo contratada pelo Estado para realizar serviços de manutenção da estrutura física de uso comum (canais de irrigação, eletricidade, etc.). O SEBRAE vem atuando desde 1994, com serviços de capacitação para a organização. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais atuou sempre no contexto das relações de trabalho, especialmente na defesa de direitos dos trabalhadores contratados pelas empresas produtoras de frutas, além de ações reivindicatórias, a exemplo da reforma agrária e do crédito. O Banco do Nordeste, além da função de agente de crédito, coordenou entre 1996 e 2000 ações através do convênio com o PNUD na tentativa de implantar programas no nível regional, entre eles o dos *agentes de desenvolvimento*, e o do *Pólo de Desenvolvimento Integrado*. Por fim, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e a PETROBRÁS ajudam agricultores desde 1996 através do *Programa Terra Pronta*.

Quanto ao processo de organização, um dos aspectos relacionados com as mudanças no sistema agrícola de Alto do Rodrigues e do Vale do Açu nas últimas décadas diz respeito ao fato de não ter havido registro de movimentos de organização associativa ou cooperativa. A instabilidade do ambiente institucional funcionou no sentido de inibir o movimento associativo e/ou cooperativista, o qual não teve força suficiente para iniciar uma estrutura que

servisse de base aos interesses e estratégias coletivas dos agricultores familiares. Porém, devido às ações do convênio Banco do Nordeste/PNUD, e de outras exigências para que o município pudesse receber recursos externos, a exemplo do PRONAF, PAPP, etc., a partir de 1997 foram criadas 11 associações em comunidades rurais. Por recomendação do Estado, no mesmo ano foi iniciada a construção de uma estrutura organizativa com a Associação do Distrito de Irrigação do Baixo-Açu, DIBA. Ainda em 1997 foram criadas mais 8 associações para os setores que divide a Primeira Etapa, cuja finalidade tem sido a de vincular estes a DIBA e exercer uma função estritamente de gestão da estrutura física do distrito de irrigação. Como visto, as associações não surgiram de demandas dos agricultores para apoiar suas atividades agrícolas e, da forma como foram criadas caracteriza-se pela intervenção externa e direta do Estado. Atualmente, a estrutura de organização em Alto do Rodrigues, conforme Tabela 6, é composta de 19 associações e de 1 cooperativa.

**TABELA 6: Alto do Rodrigues: estrutura e formas de organização**

| DISCRIMINAÇÃO        | Quantidade | Data de Fundação | Em atividade | Evolução do n.º de sócios |      |      |
|----------------------|------------|------------------|--------------|---------------------------|------|------|
|                      |            |                  |              | 1997                      | 2000 | 2006 |
| Distrito Irrigação   | 1          | 1997             | 1            | -                         | 152  | 152  |
| Associação           | 19         | 1997             | 8            | 152                       | 398  | 398  |
| Cooperativa (COFIBA) | 1          | 1999             | 0            | -                         | 63   | 63   |

**FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2007. Elaboração do autor.**

Entretanto, percebendo a necessidade de uma organização para apoiar as atividades produtivas, um grupo de 63 agricultores familiares do distrito de irrigação resolveu criar no ano de 1999 a Cooperativa de Fruticultura dos Irrigantes do Baixo-Açu, a COFIBA. Porém, mesmo criada em 1999 a Cooperativa jamais funcionou encontrando-se sem a participação do seu quadro de cooperados, o qual permanece inalterado desde sua fundação. Para dificultar, a estrutura física para o seu funcionamento é de uso comum e sempre esteve sob o controle do Estado através da DIBA. E o fato de a DIBA se mostrar indiferente com os agricultores familiares do distrito, esta passou a se configurar numa ameaça constante, pois possui o controle da estrutura de uso comum (canais de irrigação, água, etc.), a qual foi planejada para funcionar em condomínio. Além disso, o Estado continuou centralizando as ações e inibindo a participação, além de insistir em uma estratégia que privilegia o que Muller (1989) define *empresariização*, o viés agrícola, e os assalariados.

Ao longo dos anos, a natureza instável do ambiente institucional favoreceu uma ação centralizada por parte do Estado, o qual pretendia direcionar políticas por meio de estratégias exógenas de modernização. As ações mais importantes em Alto do Rodrigues consistiram de alguns programas públicos de estímulo a pequena irrigação, quais sejam: KIT's de irrigação,

PROINE<sup>1</sup>, e PROVÁRZEAS em 1987; e a construção a partir de 1988 do Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim. A sua construção consistiu na definição de uma área de 6.000 hectares para o desenvolvimento da fruticultura irrigada, sendo metade desta, ou 3.000 hectares, em Alto do Rodrigues. As primeiras estratégias fracassaram ainda nos anos 1980, e o distrito de irrigação, o qual consumiu uma enorme quantia de recursos públicos na sua construção funciona desde 1994, e tem operado com dificuldades e abaixo da capacidade projetada. Nos últimos dez anos outras estratégias surgiram dos diversos níveis: do nível nacional veio o PRONAF como uma política de crédito, e a política de capacitação com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, executada pelo SINE-RN; do nível regional a capacitação realizada pelo convênio Banco do Nordeste/PNUD através dos agentes de desenvolvimento e do Pólo de Desenvolvimento Integrado, os quais visavam difundir metodologias para o desenvolvimento local orientado ao ator; e do nível local a parceria entre o município e a PETROBRÁS com o Programa Terra Pronta.

Atualmente, a mudança mais visível do cenário rural de Alto do Rodrigues é que, além das comunidades rurais ao longo das várzeas do rio e das áreas mais elevadas, o município possui metade do distrito de irrigação em seu território. E a presença desse distrito torna Alto do Rodrigues um dos potenciais mais expressivos do Vale do Açu quanto à inovação agrícola. Isso revela um desafio para o desenvolvimento rural de Alto do Rodrigues e do Vale do Açu, no momento em que se tem uma agricultura familiar em comunidades rurais que utiliza técnicas tradicionais de um lado e, de outro, uma agricultura altamente externalizada e dependente, em um ambiente seletivo que cada vez mais exige, como definiu van der Ploeg (2006), constante atualização tecnológica e elevado volume de capital financeiro em uma agricultura de precisão.

#### 4.1.3 Escolhas e estratégias: os processos e a trajetória de desenvolvimento rural

Desde os anos 1980, a situação da agricultura familiar em Alto do Rodrigues foi de resistência às mudanças nas formas de organização da produção e do trabalho impostas “de cima” pelo Estado e pela grande empresa. A escolha por um padrão intensivo em capital e força de trabalho, por influência do Projeto Baixo-Açu, apontava a prioridade do Estado à

---

<sup>1</sup> Conforme relatório do Banco Mundial (2004), o Programa de Irrigação do Nordeste, o PROINE, foi criado no ano de 1986, e tinha como finalidade promover mudanças institucionais nos estados, para que todos viessem a contar com infra-estrutura, equipes técnicas, e produtores rurais já familiarizados com práticas de irrigação.

implantação forçada do modelo exógeno no sistema agrícola de todo Vale, e esta escolha possibilitou facilidades para as grandes empresas, e dificuldades para a agricultura familiar.

#### 4.1.3.1 *Programas de irrigação para a agricultura familiar dos anos 1980*

No âmbito das comunidades rurais pouco foi feito pelo Estado e suas políticas para esse segmento. No entanto, uma importante estratégia para inserir a agricultura familiar no padrão moderno a partir da irrigação foi a implantação dos programas KIT's de irrigação, PROINE, e PROVÁRZEAS. Segundo Nunes et al (2007), essa estratégia contemplou a partir de 1986 um total de 235 agricultores familiares em 860ha irrigados no Vale do Açu, sendo 32 agricultores familiares em 80ha irrigados em Alto do Rodrigues. Essa estratégia foi motivada pelo Estado na concepção desenvolvimentista de crescimento e *integração*, a qual visava planejar estratégias exógenas no sentido encontrado em Hayami & Ruttan (1985), dentro do Plano Nacional de Irrigação, o PNI<sup>2</sup> de 1970, estas vinculadas a ganhos de produtividade, e ao uso intensivo de insumos externos modernos. Para isso, conforme relatório do Banco Mundial (2004), o Estado buscou ampliar suas ações através de programas de irrigação para a agricultura familiar, e tentou incentivar a iniciativa privada a participar dessa estratégia.

Dessa estratégia fazia parte o Plano Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas, o PROVÁRZEAS de 1981, o Programa de Financiamento de Equipamentos, ou KIT's de Irrigação, o PROFIR de 1982, e a concepção de *lotes empresariais* em projetos públicos de irrigação de 1984, a qual deu sustentação à construção a partir de 1988 do Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim. Porém, no contexto de Alto do Rodrigues e do Vale do Açu a motivação dessa estratégia passou, segundo Pinheiro (1991), a representar muito mais o atendimento aos interesses imediatos privados embutidos nesses programas, do que uma ação de longo prazo do Estado visando o desenvolvimento rural. Esses programas, segundo Nunes et al (2007), tiveram o caráter de distribuir insumos modernos produzidos na região Centro Sul, os quais podiam ser entregues pelo governo estadual, ou a sua aquisição ser vinculada a revendedoras credenciadas pelo governo federal. E no período de implantação, segundo Valêncio (1993), a orientação dos técnicos do Estado era a de forçar a introdução de técnicas modernas, visando romper à resistência dos agricultores familiares e estimular o mercado de

---

<sup>2</sup> Em 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) contemplou o financiamento da primeira fase do Plano Nacional de Irrigação, o PNI. Em 1972, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento, PND e, em 1979, o II PND. Em outubro de 1974, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Nordeste (POLONORDESTE). Para o Banco Mundial (2004), nenhuma dessas estratégias atingiu as metas planejadas.

insumos externos, inclusive com a determinação de excluir os que resistissem. Entretanto, a distribuição foi tão sem planejamento para o uso da tecnologia e sem definir contrapartidas, a ponto dos agricultores que receberam os equipamentos de irrigação não saberem o que fazer com estes equipamentos, resolvendo se desfazer e vender no comércio regional.

A forma da distribuição, o imediatismo nos interesses privados, e a ausência de planejamento e de orientação para o desenvolvimento levaram essa estratégia ao fracasso com rapidez. Além disso, para uma parte dos técnicos do Estado, a estratégia de contemplar agricultores familiares não se adequava ao arranjo institucional da modernização, o qual difundia a *crença* na incapacidade do pequeno e a defesa de que a modernização deveria priorizar a grande empresa e estimular as relações de trabalho no meio rural. Com isso, a agricultura familiar das comunidades rurais passou a não ser contemplada pelo Estado para irrigação ou para qualquer outra atividade, resultando em pouca expressão da agricultura familiar frente ao crescimento verificado no período de 1986 a 1990 pelas empresas na irrigação no Vale do Açu. E nesse período, a estratégia de irrigação do Estado com participação da agricultura familiar fora das comunidades rurais de Alto do Rodrigues foi realizada a partir de 1988 com a construção do Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim, também chamado Projeto Baixo-Açu<sup>3</sup>.

O Distrito de Irrigação “Oswaldo Amorim” foi planejado dentro da concepção de *lotes empresariais* em projetos públicos de irrigação de 1984, e toda sua estrutura construída tem sido destinada ao desenvolvimento de uma área específica de fruticultura irrigada. Sua área está situada no Vale do Baixo-Açu e abrange os municípios de Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra. A sua infra-estrutura foi iniciada no ano de 1988 e, através do Edital nº 1/92<sup>4</sup> da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Norte, SAAB, foi realizada em março de 1993 uma concorrência pública para selecionar os primeiros 75 agricultores irrigantes com área de 8,16ha cada em Alto do Rodrigues. Em novembro do mesmo ano uma associação foi criada com a finalidade de coordenar a gestão e a manutenção da estrutura física do distrito de irrigação. Conforme visto no ANEXO 2, esta é uma área planejada pelo Estado através da coordenação do DNOCS e da Secretaria Estadual de Agricultura, para comportar uma estrutura física de alto investimento financeiro em canais de irrigação, eletricidade, sistemas de bombeamento e distribuição, agrovilas, etc, a qual totaliza 6.000ha

---

<sup>3</sup> Este Distrito de Irrigação, também chamado de Projeto Baixo-Açu, não está claramente definido como parte integrante do antigo Projeto de Irrigação do Baixo-Açu, mas tem sido subentendido como se fosse. Na verdade, trata-se de outro projeto, elaborado na concepção de *lotes empresariais* e construído com recursos de outras fontes, cuja área é diferente daquela prevista anteriormente para o Projeto Baixo-Açu do POLONORDESTE.

<sup>4</sup> SAAB/RN. Edital nº 1/92 Cessão de áreas irrigáveis para a implantação de exploração agrícola e/ou agropecuária, no Projeto de Irrigação do Baixo-Açu. Outubro de 1992.

divididas em duas etapas. A Primeira Etapa, a qual possui 3.000ha, está localizada em Alto do Rodrigues, sendo concluída e entregue no ano de 1996<sup>5</sup>; e a Segunda Etapa em Afonso Bezerra, também com 3.000ha, foi concluída no ano de 2000. Na etapa situada em Alto do Rodrigues existem 186 lotes destinados a técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, a empresários, e a agricultores familiares denominados na seleção de microempresários<sup>6</sup>.

Enfrentando sérias descontinuidades nos anos 1980, o Projeto Baixo-Açu concebido pelo POLONORDESTE intensificou sua crise e, por receber denúncias de desvios de recursos públicos, a SUDENE resolveu não mais financiar as empresas do Vale do Baixo-Açu. Motivado pela defesa desenvolvimentista de crescimento, o Estado apresentou uma proposta para a construção de um distrito de irrigação na concepção dos *lotes empresariais*, onde empresas pudessem ocupar lotes juntamente com técnicos de ciências agrárias. Isso numa integração prevista onde a idéia seria a de que os lotes dos técnicos seriam unidades demonstrativas de interesse das empresas. A proposta inicial não constava lotes familiares, o que se enquadrava nos requisitos da SUDENE que resolveu financiar a construção. Para a Primeira Etapa, incluindo a infra-estrutura de uso comum e o sistema parcelar dos lotes, segundo a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, a SERHID, foi gasto U\$ 41,3 milhões. As de infra-estrutura de uso comum da Segunda Etapa foram estimadas em U\$ 16 milhões. O total chegou a mais de 57 milhões de dólares. Dotada de uma expressiva infra-estrutura hídrica, a área que constitui a estrutura de produção é dividida em duas etapas com lotes agrícolas distribuídos numa lógica de diferenciação e, conforme tabela 7, atende três tamanhos: micro-empresários e agricultores familiares com 8,16ha, técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos com 16,32ha, e empresários com 100ha, em média.

**TABELA 7: Planejamento Físico da 1ª etapa:**

| MÓDULO<br>(há) | NÚMERO<br>DE LOTES | ÁREA TOTAL<br>(ha) | CATEGORIA           |
|----------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| 8,16           | 75                 | 612,0              | Micro-empresário    |
| 8,16           | 86                 | 701,7              | Agricultor Familiar |
| 16,32          | 6                  | 97,9               | Técnico Agrícola    |
| 16,32          | 8                  | 130,6              | Engenheiro Agrônomo |
| 100 (EM MÉDIA) | 10                 | 1.037,4            | Empresário          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>186</b>         | <b>2.629</b>       | -                   |

**FONTE: SERHID, 1999. Elaboração do autor.**

<sup>5</sup> O Projeto, com previsão de término e entrega da Primeira Etapa em 1996 foi inaugurado em janeiro de 1994 ainda com a Primeira Etapa incompleta. Entre 1995 e 1997, o Projeto passou por uma crise aguda que quase o levou ao seu abandono total. A partir do ano de 1998 o Distrito de Irrigação é reativado, e a Segunda Etapa concluída mantendo-se até o ano de 2000 com sua estrutura produtiva em estado precário.

<sup>6</sup> Esta denominação "MICRO-EMPRESÁRIO" foi dada pelo SEBRAE aos primeiros 75 irrigantes na ocasião do processo de seleção, em 1993, na tentativa de eliminar o traço tradicional e inserir um caráter empresarial e capitalista, além de caracterizar esses agricultores familiares como empreendedores eficientes e racionais.

O planejamento físico proporcionou de início uma diferenciação na distribuição da Primeira Etapa entre as categorias, a qual estimulou discussões entre técnicos do Estado e as entidades que representavam os agricultores durante o planejamento e a implementação. Para as duas etapas<sup>7</sup>, além da infra-estrutura comum (adução, estações de bombeamento, canais de distribuição com 22,3 Km de extensão na Primeira Etapa e de 18,2 Km na Segunda Etapa, etc.) foram construídas três vilas habitacionais. No início do projeto, entre os anos de 1994 e 1995, o Estado orientou através da SERHID e do Banco do Nordeste para que os primeiros 75 irrigantes selecionados produzissem culturas irrigadas como algodão, milho e feijão. Para isso, receberiam como ajuda do Estado a isenção das tarifas referente ao consumo de água e energia. Quando da entrada do novo governo em 1995, este um adversário do anterior, a política do antecessor foi desconsiderada e as companhias de energia e de água foram autorizadas a cobrar as tarifas, inclusive os valores atrasados corrigidos. Diante dessa descontinuidade, os 75 irrigantes selecionados se depararam com uma situação de extrema vulnerabilidade e inviabilidade e, não conseguindo saldar as dívidas 73 deles abandonaram o Distrito de Irrigação ficando apenas dois. Isso quase levou o projeto à sua extinção.

De 1995 a 1998 o Distrito ficou praticamente abandonado, pois para o Estado não havia recursos públicos para investir e colocar para funcionar. Mesmo assim, através do Edital nº 03/96, SAAB-RN de 1996, o Estado realizou licitação pública para a concessão de uso dos lotes de 16,32ha destinados aos técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, e retomou o interesse para colocar todo o Distrito em operação, inclusive a segunda etapa. No ano de 1998 o Estado resolveu buscar recursos financeiros em fontes externas, e nomeou uma gerência executiva para o Distrito. Juntando-se ao Ministério da Agricultura e aos empresários com lotes no Distrito, o Estado preparou uma proposta e convidou quatro centrais sindicais para participar da sua viabilização<sup>8</sup>: a Central Única dos Trabalhadores, CUT, a Força Sindical, a

---

<sup>7</sup> A Segunda Etapa do Projeto foi concluída no final de 1999 e consta de uma área total de 3.000ha, sendo 2.977ha destinados à exploração. Deste total ainda inexplorado a distribuição dos lotes, já realizada e constante do planejamento físico, atende a mesma lógica e concepção da Primeira Etapa.

<sup>8</sup> Para isso, o Estado prometeu dividir as áreas ainda não exploradas da Segunda Etapa, 1.200 há, numa divisão de 300ha para cada uma das centrais realizarem o investimento necessário. Na proposta constava à integração entre agricultores familiares e empresários, onde os primeiros seriam selecionados pelo Estado, e passariam a produzir com financiamento das centrais com recursos do FAT; e às empresas, que se propuseram ser âncoras, caberia agroindustrializar e comercializar a produção. Percebendo que os requisitos exigidos deixariam os agricultores familiares de fora, além de submetê-los a uma situação de desvantagem por parte do Estado e das empresas, a representação dos agricultores exercida pela CONTAG propôs diferente. A contraproposta da CONTAG tinha os seguintes pontos: a) transformação do Distrito em área de reforma agrária para que os agricultores tivessem acesso ao crédito via PRONAF; b) seleção dos irrigantes aproveitando os agricultores familiares expulsos pelo Decreto quando do Projeto Baixo-Açu nos anos 1980; e c) construção de agrovilas e fundação de associações em cada uma delas, além de uma cooperativa independente para organizar e comercializar a produção. E a participação das empresas no processo aconteceria, segundo a CONTAG, quando da necessidade de exportar ou resolver problemas de gestão em escala empresarial.



Social Democracia Sindical, SDS, e a Central Geral dos Trabalhadores, CGT. A estratégia trazia como principal objetivo o acesso, através das centrais, aos recursos do FAT. A proposta não foi aceita e no período de 1998 a 2000 as discussões transcorreram sem sucesso, e o Distrito seguiu sem as centrais e sem os recursos públicos necessários para investir, mantendo-se ocupando apenas parte da área agrícola da primeira etapa em Alto do Rodrigues.

Mesmo com dificuldades devido à falta de investimento do Estado, a primeira etapa do Distrito foi sendo ocupada. Em 2001 os 86 lotes familiares de 8,16ha foram sendo entregues, e com uma significativa presença de produtores dos estados da Paraíba e de Pernambuco. A partir disso, segundo informações da pesquisa de campo, os agricultores passaram a investir recursos próprios ou de fontes não oficiais chegando a uma área ocupada com culturas de 2.600ha em 172 lotes na primeira etapa, os quais produziam em torno de 28 mil toneladas de banana por ano. Entretanto, além das dificuldades financeiras e de estrutura, cerca de 70% da produção de banana do Distrito foi perdida em 2003, devido a fortes ventos na região, gerando um enorme prejuízo e a busca de ajuda do Estado. Mas o maior desafio para os agricultores e o funcionamento do Distrito passou a ser a alta conta de energia que foi se acumulando e inviabilizando as atividades entre 2001 e 2004, o que levou a uma situação de crise aguda. Com isso, a principal reivindicação dos agricultores ao Estado passou a ser no sentido deste último negociar com a companhia de energia (que foi do Estado e agora é privada) a solução para a dívida, pois, conforme noticiário veiculado na imprensa regional,

(...) o principal problema enfrentado pelos 172 colonos do DIBA é uma conta de energia elétrica no valor de R\$ 3,8 milhões, que foi gerada há vários anos devido a um erro de cálculo, e uma multa aplicada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no valor de R\$ 739 mil<sup>9</sup>.

Com base em informações da pesquisa de campo, a área ocupada com culturas foi ao longo dos anos reduzida e chegando a 1.416ha em 2007, ou seja, uma redução de 45%, refletindo uma realidade que resultou na descapitalização, no endividamento dos agricultores, e no abandono de lotes. Essa situação se tornou ainda mais crítica a partir de 2004, devido ao fato da companhia ter cortado o fornecimento de energia para o Distrito de Irrigação por mais de um mês, colocando para os produtores o risco de eles perderem toda a área plantada, como também toda a produção.

---

<sup>9</sup> Jornal DE FATO, 19/09/2006.

#### 4.1.3.2 Os programas dos anos 1990: estratégias recentes

As estratégias mais recentes para a agricultura familiar de Alto do Rodrigues foram direcionadas a partir dos anos 1990 e contemplaram as seguintes ações: o crédito para a agricultura familiar via PRONAF, e a capacitação do FAT executada pelo SINE-RN; o convênio Banco do Nordeste/PNUD através dos agentes de desenvolvimento e do Pólo de Desenvolvimento Integrado; e a parceria entre o município e a PETROBRÁS com o Programa Terra Pronta. Quanto ao PRONAF, Alto do Rodrigues teve acesso essa política de crédito apenas a partir de 2000 e é o município do Pólo Assu-Mossoró contemplado com a menor fatia no período de 2000 a 2006. As ações de capacitação do FAT foram executadas pelo SINE-RN no período de 1997 a 2001 e, mesmo possuindo uma filosofia voltada para o trabalhador nas relações de trabalho, atuou no sentido de despertar vocações locais e treinar os atores para projetos produtivos locais voltados para o potencial da região. O convênio BNB/PNUD teve sua ação entre 1997 a 2001 e, como visava implementar uma metodologia para o desenvolvimento local, atuou na mobilização de atores nos diversos níveis. Essas ações, que não tiveram continuidade, estiveram relacionadas ao Farol do Desenvolvimento, o qual coordenava programas regionais, entre eles o Pólo de Desenvolvimento Integrado, do qual Alto do Rodrigues fazia parte. E sobre as ações do programa *Terra Pronta*, este tem sido uma parceria entre a Prefeitura e a PETROBRÁS para ajudar agricultores familiares pobres.

Essas estratégias, especialmente as de crédito e de capacitação, foram motivadas por mudanças fruto do processo de reestruturação que geram transformações nas formas de organização da produção e do trabalho desde os anos 1990, e enfatizam uma nova perspectiva de desenvolvimento nos diversos níveis, focada no ator em um ambiente de globalização. Quanto ao programa Terra Pronta, este ocorreu devido a PETROBRÁS explorar poços de petróleo em Alto do Rodrigues, um dos maiores produtores do Rio Grande do Norte, atendendo reivindicações locais imediatas como construir caixas d'água em comunidades rurais, e todo ano doar combustível para que a Secretaria de Desenvolvimento Rural contrate tratores para o preparo do solo de alguns agricultores.

#### 4.1.3.3 A mercantilização e os estilos de agricultura familiar

Antes das estratégias de modernização dos anos 1980, as atividades da agricultura familiar nas comunidades rurais de Alto do Rodrigues se limitavam ao binômio algodão-pecuária, ao estrativismo da carnaúba no leito do rio, e a produção de frutas, hortaliças e outros produtos tanto para o consumo como para a venda. Mesmo sendo insuficientes do ponto de vista econômico, devido à ausência e deficiência das políticas, essas atividades tradicionais constituíam um sistema agrícola relativamente autônomo, e mantinham a diversidade regional. As práticas diárias eram endógenas e desenvolvidas a partir de técnicas tradicionais, e na irrigação adotava moinhos de vento e algumas bombas a diesel distribuídas em 1983, pelo programa estadual *Terra Verde*. A partir dos programas KIT's de irrigação, PROINE, e PROVÁRZEAS, além das conseqüências do Projeto Baixo-Açu, o sistema tradicional foi desestruturado e sua base técnica alterada ao longo do tempo. Nessa estratégia, o agricultor contemplado não tinha escolha, pois o Estado o condicionava, inclusive sugerindo excluir os que resistissem utilizar os insumos externos modernos. A ação do Estado, a partir de recursos do Banco Mundial, visava iniciar um processo de diferenciação social e econômica no meio rural com atividades capazes de gerar encadeamentos com movimentos principalmente para trás, como na definição de mercantilização de Marsden (1991), em estilos de agricultura familiar, estes cada vez mais especializados e dependentes de fatores externos.

Entretanto, predominou uma perspectiva de curta duração onde se percebia mais a expressão de interesses privados na entrega dos equipamentos modernos de irrigação por parte de representantes comerciais de fora e a presença de políticos locais, do que uma preocupação com o desenvolvimento rural. Depois da entrega, os agricultores foram abandonados à própria sorte e, sem acompanhamento técnico, a maioria deles se desfez da tecnologia tornando essa estratégia sem a possibilidade de continuidade. Por outro lado, um ou outro agricultor conseguiu sobreviver a essa estratégia, justamente quem já desenvolvia a irrigação através dos moinhos de vento ou das bombas a diesel, e quem sobreviveu teve um nível satisfatório de aprendizagem e de apropriação da tecnologia moderna. No entanto, a consolidação da estratégia moderna pelas empresas no Vale do Açu foi ao longo dos anos reduzindo a diversificação da agricultura familiar, antes com banana, manga, hortaliças, milho e feijão verde, etc, esta também se especializando cada vez mais em uma única cultura, a qual no sistema tradicional já se configurava no principal produto regional: a banana.

Quanto ao Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim, este foi concebido e planejado para a modernização, porém, neste houve a ação de desapropriação de terras com o desalojamento de pessoas para a formação de uma área onde deveria uma estrutura pública ser construída, e atores locais substituídos por outros pelo Estado. Neste, a escolha do Estado consistiu de uma estratégia onde a infra-estrutura foi determinada *ex-ante*, com um planejamento mais preocupado com a concepção material de atender a ansiedade de interesses privados durante a construção, do que a de arquitetar um desenvolvimento de longa duração. Muito antes da seleção dos atores e sem nenhuma participação pública sobre como utilizar a estrutura do Distrito de Irrigação e do padrão técnico, o Estado construiu vilas habitacionais em três núcleos, estas dotadas de casas para técnicos, escola, postos de saúde e de polícia, Cooperativa, abrigo para máquinas, etc., e determinou qual seria a tecnologia adotada no projeto, esta fornecida por revendedoras de fora. A estrutura física jamais funcionou, e o sistema de irrigação implantado foi o de aspersão convencional, considerado obsoleto e inadequado para as culturas, pois passou a salinizar vários lotes, elevando o consumo d'água e de energia, e contribuindo para aumentar danos ao meio ambiente. Como na ação nas comunidades rurais, a finalidade do Estado era implantar no Distrito de Irrigação uma estratégia com atividades capazes de estimular a demanda local por insumos externos, e gerar encadeamentos para trás, segundo a mercantilização de Marsden (1991), em estilos de agricultura especializados e dependentes do mercado. Desde o início, os 75 lotes da Primeira Etapa formada por *microempresários* de 8,16ha foram orientados a produzir culturas comerciais irrigadas, como algodão, melão, e melancia, numa *parceria* com grandes empresas do Vale do Açu, numa integração parecida com a do melão em Baraúna. Estando presos ao inadequado sistema de irrigação e descapitalizados, nenhum dos lotes de 8,16ha dispunha de tecnologia e capital financeiro para essas culturas. No entanto, com a chegada da Directivos Agrícola em 1996, e da DEL MONTE em 1997 a partir da reestruturação no Pólo Assu-Mossoró, a tendência se confirmou ainda mais para a produção da banana, agora com mercado sinalizado pelas empresas, aprofundando ainda mais a especialização nessa cultura.

Quanto ao processo de aprendizado, existiram diferentes níveis de apropriação do conhecimento tecnológico e das formas de participação dos atores. As dificuldades iniciais, principalmente devido aos processos de participação e seleção<sup>10</sup>, assim como ao sistema inadequado de irrigação foram, em alguns casos, superadas com o tempo. Entretanto, isso tem

---

<sup>10</sup> O processo de seleção se mostrou muito difícil, pois, nos requisitos exigidos pelo Estado aos candidatos praticamente ninguém atendia. Considerando a dependência de fatores externos e de capital financeiro, típica de um modelo de modernização, eram exigidos dos agricultores familiares para os lotes de 8,16ha, o domínio do conhecimento de irrigação e a disponibilidade de recursos financeiros próprios suficientes para investir.

acontecido num ambiente hostil, e altamente seletivo e excludente como define van der Ploeg (1995), o qual a urgência de atualização tecnológica acirra a externalização dos processos em estilos de agricultura altamente mercantilizados onde, como em van der Ploeg (1994), poucos sobrevivem. Essa dinâmica típica da atividade de irrigação acontece em Alto do Rodrigues pela intensa substituição dos mutuários de lotes, o que chama a atenção para a chegada de produtores paraibanos e pernambucanos que, trazendo a experiência dos seus estados, começaram a adquirir lotes no Distrito a partir de 1998. Devido ao conhecimento que já traziam, esses produtores encontraram um ambiente favorável e de pouca competição, e passaram a ditar o ritmo e a influenciar nas formas de organização da produção e do trabalho. Aqui, a agricultura familiar se tornou empregadora de força de trabalho, porém as expectativas de que essa estratégia ajudaria a modernizar as relações de trabalho da região, em Alto do Rodrigues ocorreu o contrário. Na verdade, as relações de trabalho no Distrito passaram a se mostrar no tempo altamente precárias, inclusive com a constatação da presença de trabalho escravo por parte da Delegacia do Ministério do Trabalho<sup>11</sup> em 2003.

Na produção do Distrito predomina a banana para o mercado nacional e realizada pelos lotes familiares, porém, as maiores dificuldades estão relacionadas com o acesso ao crédito oficial, pois é necessário apresentar a posse do título da terra celebrado com o DNOCS. Sem os títulos, os agricultores têm se submetido às mais diversas formas de financiamento, sendo a mais comum a que Abramovay (1998) define *dependência com o capital comercial*. No Distrito ainda persiste a lógica setorial da produção agrícola, e a comercialização mostra-se deficiente e atende a oferta pulverizada do contato individual e da presença do intermediário, o que força os preços para baixo. Para os agricultores, os baixos preços são conseqüências da ausência da cooperação, e das deficiências nas relações entre comprador e produtor, além das despesas com insumos externos, energia e força de trabalho que crescem anualmente resultando cada vez mais no que van der Ploeg (2006) define *squeeze* na agricultura. Esse aperto atingiu o seu ponto mais crítico entre 1998 e 2004, pois, além das despesas individuais, a falta de recursos públicos para investir na manutenção da estrutura física inviabilizou as atividades provocando o endividamento dos agricultores e o abandono de lotes. A situação de inviabilidade se tornou insuportável, a ponto de em 2005 o Estado liberar uma quantia significativa de recursos financeiros no sentido de salvar o Distrito, conforme noticiário veiculado na imprensa regional:

---

<sup>11</sup> Uma das sérias deficiências do ambiente institucional é a forma de agir do Estado. Mesmo havendo ações oportunistas claras por parte dos mais poderosos de um arranjo, especialmente numa dinâmica em que o próprio Estado é quem mais influencia, a sua restrição ocorre apenas se o Estado for provocado.

Alto do Rodrigues – A Associação do Distrito Irrigado do Baixo Açu (DIBA) já recebeu R\$ 3,2 milhões dos R\$ 8 milhões prometidos pelo Ministério da Integração Nacional no dia 1º de abril de 2005. Também foram liberados algo em torno de 2 milhões através do Governo do Rio Grande do Norte, e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Esses já foram 100% liberados, e uma boa parte investida no projeto<sup>12</sup>.

A elevada dependência financeira, tanto da atividade agrícola dos lotes em estilos de agricultura mercantilizados, como para manter o Distrito através da ação salvadora do Estado revela uma estratégia insustentável e vulnerável, sem a possibilidade de continuidade. Com relação às estratégias dos anos 1990, a falta de continuidade é o que mais as caracteriza. Como visto, as ações de capacitação, tanto do FAT via SINE-RN, como do convênio BNB/PNUD tiveram presentes apenas de 1997 a 2001. E as ações do programa *Terra Pronta*, aonde a Prefeitura de Alto do Rodrigues há dez anos recebe da PETROBRÁS 10 mil litros/ano de diesel para 2h de trator por agricultor para preparo do solo, representa uma iniciativa mais assistencial que pode ser extinta em uma troca de poder municipal. E quanto ao PRONAF, a agricultura familiar de Alto do Rodrigues não mostra um bom desempenho, pois entre 2000 e 2006 realizou 846 contratos para apenas R\$ 1.155.581,89<sup>13</sup>, sendo o menor valor do Pólo Assu-Mossoró.

Por esse caminho o Estado não possibilitou escolha ao agricultor. Assim, a sua base de recursos passou a ser construída e controlada externamente e, na relação entre tecnologia e mercados, segundo van der Ploeg (2008), os estilos de agricultura passaram a exógenos e dependentes, e de alta mercantilização. Os encadeamentos ocorriam com movimentos para trás, pois a concepção era estimular o uso de insumos externos, sendo a produção destinada mais para o mercado interno. Nesse caso, a relação com os mercados no nível externo era de dependência, e cada ciclo de produção era construído no nível interno mediante técnicas e práticas exógenas, e recursos adquiridos externamente. Do ponto de vista institucional dos custos de transação, conforme Saccomandi (1998), os recursos locais e o ambiente social não formavam uma unidade orgânica, e as práticas monitoradas por atores de fora. Assim, estas se configuravam uma estratégia limitada ao sistema produtivo, e iniciativas em que o agricultor familiar é orientado para, conforme Saccomandi (1998), a se aproximar do mercado escolhendo *comprar* de fora a integrar e *fazer* internamente.

---

<sup>12</sup> Jornal DE FATO, 27/06/2007.

<sup>13</sup> Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, BASA, BB, BNB E BNDES.

#### 4.1.4 Impactos e resultados no contexto da economia local

As estratégias adotadas em Alto do Rodrigues não consideraram a cultura, a capacidade coletiva dos atores, nem foram compatíveis com o uso de fatores locais. Os mecanismos de estímulo, entre eles os incentivos do Estado, levaram mais a profundas distorções alocativas, do que a desejada contribuição para o desenvolvimento rural e regional. A forma como o Estado conduziu as tentativas de modernização da agricultura familiar, se caracterizou pela descontinuidade e por ambiente institucional instável. Em Alto do Rodrigues, assim como no Vale do Açu, o Estado atuou com urgência para cumprir prazos e metas e atender a interesses embutidos em programas elaborados fora, expressando com isso uma perspectiva de curta duração. E a forma como o aparato de organizações e instituições estatais conduziu as ações, desalojando e limitando a ação dos atores locais tanto na elaboração como na implantação, deixou efeitos negativos sérios nas relações entre atores e organizações, afetando profundamente as estruturas e as formas de organização da produção e do trabalho. A adoção do progresso técnico em Alto do Rodrigues sempre foi exógena, o que favoreceu cada vez mais a redução da diversificação da agricultura familiar e da economia regional, limitando a diversidade, a inovação, e o surgimento de novas atividades.

O ambiente institucional instável e a descontinuidade das ações do Estado representaram um incentivo para os agricultores familiares agirem de forma individual, buscando saídas isoladas para seus próprios problemas, criando com isso uma realidade de desordem. Assim, as chances de encontrarem preços melhores para seus produtos foram mínimas, além de se colocarem diante de uma desvantagem e aperto quando da necessidade de se inserir em mercados e de realizar a compra dos insumos com preços crescentes. A instabilidade do ambiente institucional impossibilitou a articulação entre as ações de desenvolvimento com pesquisa, treinamento, etc., não dotando os atores de capacidades para lutar por autonomia em um ambiente hostil, caro e dependente, como o da modernização. Dessa forma, o resultado apresentado em Alto do Rodrigues está relacionado a uma reduzida relação de confiança entre os agricultores familiares e as organizações públicas e privadas, e entre eles mesmos. Com isso, a experiência desenvolvida com a agricultura familiar contribuiu para tornar os agricultores familiares ainda mais vulneráveis, enfraquecer os laços de solidariedade, e dificultar ainda mais a busca de saídas e de esforços para superar crises e outros problemas comuns. Enfim, a experiência da agricultura familiar de Alto do Rodrigues não foi capaz de proporcionar mudança nos aspectos econômico, social e cultural, nem de

mentalidade em relação a sustentabilidade, e à preservação da diversidade regional. Percebe-se, portanto, que em um ambiente de intervenção como este, a influência do Estado representou uma limitação para a agricultura familiar submetendo-a a vulnerabilidade externa, a ausência de autonomia, e a custos de transação cada vez mais altos.

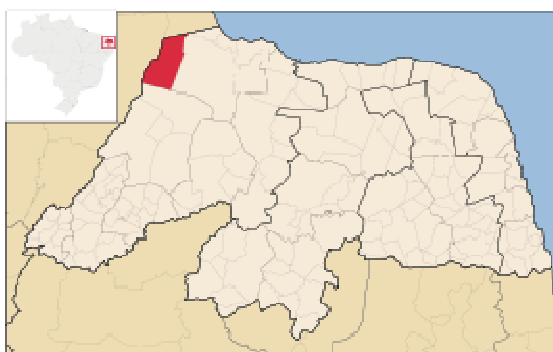
#### 4.2 Baraúna: modernização agrícola, iniciativa privada e reforma agrária

Antes de se tornar município, Baraúna foi um distrito rural vinculado ao município de Mossoró, e ainda na condição de distrito já demonstrava sua importância através dos seus principais produtos agrícolas: algodão, milho, feijão e caju. Estes produtos representavam as principais culturas tradicionais até o início dos anos 1990, vindo depois a produção de frutas se incorporar, a exemplo do melão, melancia, acerola, mamão e outros. Através de um plebiscito decidiu-se elevar o Distrito a Município, e, através da Lei de nº 5.107 de 1981 finalmente desmembrou-se de Mossoró. Sua área é de 893,11 km<sup>2</sup> com 18.922 habitantes, sendo 10.151 no meio rural, ou 53,64% da população, conforme dados do Censo IBGE (2007), distribuídos em e 51 comunidades, onde 11 são assentamentos de reforma agrária.

##### 4.2.1 Características Gerais do seu Desenvolvimento

Baraúna está localizada na microrregião de Mossoró, região Oeste do Rio Grande do Norte, ver Figura 4, distante 32 Km de Mossoró e 312 km da capital, Natal. A sua economia se baseia principalmente na agropecuária, sendo a fruticultura irrigada o principal segmento econômico.

**FIGURA 4: Rio Grande do Norte e localização de BARAÚNA.**



**FONTE:** <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bara%C3%Bana>

O fato de estar situada na Chapada do Apodi faz com que Baraúna tenha o seu espaço rural relativamente heterogêneo e diversificado, constituído basicamente de terras férteis onde



se pratica a agricultura irrigada, a pecuária extensiva, e a produção de alimentos. De acordo com informações do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o PMDRS de 2002, até o início dos anos 1990 a agricultura irrigada não fazia parte do meio rural de Baraúna, e as atividades eram formadas principalmente pelo binômio algodão-pecuária, a cultura do caju, e pela produção de milho, feijão e algumas hortaliças. Essas atividades tradicionais formavam um complexo onde a agricultura familiar, mesmo insuficiente, cumpria a função de abastecer mercados locais, e ainda comercializar em mercados regionais do Rio Grande do Norte e do Ceará. E nessa realidade, agricultores familiares plantavam a partir de práticas endógenas baseadas no seu repertório cultural, no sentido de van der Ploeg (2003), em um sistema de produção relativamente autônomo e diversificado. Mesmo utilizando técnicas tradicionais havia em Baraúna um sistema agrícola onde o agricultor familiar combinava a produção para comer com o que produzia para vender e construía, com isso, uma forma parcial de mercantilização em diferentes estilos de agricultura familiar. Do ponto de vista da análise institucional dos custos de transação, como definido em Saccomandi (1998), isso possibilitava se afastar gradualmente do mercado e escolher integrar mais e *fazer internamente*, a realizar encadeamentos e *comprar* tudo de fora, em um movimento que o afastava da dependência técnica e econômica de fora da propriedade. E esse modo de produção de agricultor familiar livre, a exemplo do camponês de van der Ploeg (2008), exercia um importante papel tanto na definição da dinâmica rural de Baraúna até o início dos anos 1990, como na construção e preservação da diversidade regional.

Entretanto, a partir dos anos 1990 o sistema agrícola de Baraúna começou a receber impactos externos que resultou na transformação de suas estruturas, e na alteração da base técnica e das formas de organização da produção e do trabalho. Mas o processo de mudança que alterou a dinâmica e a estrutura do sistema tradicional ocorreu a partir do início dos anos 1990, devido ao declínio do binômio algodão-pecuária e, especialmente, à ação da iniciativa privada de modernização agrícola, e do Estado com o avanço dos assentamentos de reforma agrária. Isso promoveu uma re-territorialização do espaço rural, como em Arce (2003), constituindo um desafio na construção de um ambiente institucional, a partir da articulação entre atores, empresas, organizações.

#### 4.2.2 O ambiente econômico e social, a organização produtiva e as instituições

Uma das características do desenvolvimento rural de Baraúna nos últimos doze anos tem sido a significativa participação de organizações públicas e privadas, com destaque para as ONG's. A partir de 1997 diversas organizações ampliaram suas ações em Baraúna, estimuladas basicamente pela disponibilidade de recursos do Estado destinados à consolidação das áreas de Reforma Agrária. No plano local, a articulação entre atores e organizações iniciou a formação de um arranjo institucional pelo qual seria conduzida a política de reforma agrária, para adaptar a estrutura fornecida pelo INCRA às determinações do processo de descentralização da reforma agrária, de 1997. A implantação dessa política em Baraúna se apoiou no enfoque ao desenvolvimento local que, com a valorização da agricultura familiar e da reforma agrária consolidariam a Política de Desenvolvimento Rural. No entanto, o desenvolvimento rural no contexto da reforma agrária de Baraúna mostrou uma preocupação urgente com a recuperação dos assentamentos, e a necessidade de uma infraestrutura adequada para o semi-árido, sendo elaborados estudos das potencialidades dos assentamentos, com vistas à implantar projetos econômicos focados basicamente na renda.

Em um primeiro momento a atuação das organizações ficou limitada a uma ONG, a AACCC, por meio do projeto CONTACAP. E em um segundo momento por meio do projeto LUMIAR de 1997, que através de um convênio entre o INCRA e outras organizações ampliou as ações em Baraúna. O CONTACAP abrangia a assistência técnica da implantação ao funcionamento de projetos financiados pelo FNE/PROCERA em assentamentos, e envolvia ações de planejamento e assistência técnica a projetos de irrigação. Com o LUMIAR, o arranjo institucional se expandiu ampliando o número de organizações atuantes, além de inserir temáticas de capacitação. Além das organizações locais mais antigas, a exemplo da EMATER, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e do próprio INCRA, várias outras foram atuar em Baraúna, conforme Quadro 2, com o predomínio de ONG's, estas tendo atuado em um curto período.

**QUADRO 2: Baraúna: Principais organizações parceiras e de relacionamento.**

| Empresa / Instituição                           | Ramo de Atividade      | Nível de Atuação | Período de Relacionamento |
|---|------------------------|------------------|---------------------------|
| AACC <sup>(*)</sup>                             | Assistência técnica    | Regional         | 1996 a 2000               |
| CACTUS <sup>(*)</sup>                           | Assistência técnica    | Local            | 2000 a 2003               |
| Banco do Nordeste/PNUD                          | Crédito/capacitação    | Regional         | 1997 a 2000               |
| Banco Nac. Agric. Familiar, BNAF <sup>(*)</sup> | Informação/tecnologia  | Nacional         | 1997 a 2000               |
| INCRA-RN  | Reforma Agrária        | Regional         | 1985...                   |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais              | Sindical               | Local            | 1985...                   |
| SENAR   | Capacitação            | Regional         | 1997 a 2001               |
| SEBRAE  | Assessoria empresarial | Nacional         | 2003...                   |
| COEX  | Organização produtiva  | Regional         | 1997...                   |
| Centro da Mulher 8 de março, CF8 <sup>(*)</sup> | Assessoria/Capacitação | Regional         | 1997 a 2002               |
| Banco Mundial/IICA/PAPP                         | Crédito                | Internacional    | 1997 a 2001               |
| EMATER  | Assistência técnica    | Regional         | 1985...                   |
| Centro PROELO <sup>(*)</sup>                    | Assistência técnica    | Local            | 2002 a 2008               |
| Terra Viva <sup>(*)</sup>                       | Assistência técnica    | Regional         | 1997 a 2001               |
| Terra Livre <sup>(*)</sup>                      | Assistência técnica    | Regional         | 2000...                   |
| Coopermix <sup>(*)</sup>                        | Assistência técnica    | Regional         | 2000...                   |
| Visão Mundial <sup>(*)</sup>                    | Comércio exterior      | Internacional    | 1998 a 2003               |

**FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2007. Elaborado pelo autor. <sup>(\*)</sup> ONG's.**

Quanto ao planejamento, a sua prática iniciou com a elaboração dos Planos Preliminares de Desenvolvimento Local, os PPDL's, dos quais merece destaque a tentativa de aplicação da metodologia voltada para o desenvolvimento local no âmbito municipal. Esta experiência desenvolvida em Baraúna teve início com o convênio INCRA-AACC no ano de 1996, cujo objetivo inicial era tornar os assentamentos produtivos, já que o INCRA tinha dotado estes de uma infra-estrutura que se encontrava ociosa. Neste sentido, as ações foram direcionadas para cada assentamento, onde com a participação dos agricultores eram identificados os problemas e as potencialidades locais, e depois elaborado um plano para implantar projetos produtivos na área coletiva. A metodologia utilizada nesse processo foi a Metodologia de Resolução de Problemas, a MRP, a qual deveria ocorrer de forma participativa e adaptada a cada localidade, objetivando identificar problemas, e definir soluções e responsabilidades a partir de um plano de ação. A ação seguinte consistia na aplicação da assistência técnica, da gestão descentralizada dos projetos produtivos, e dos bens coletivos (tratores, sistemas de irrigação, etc.). Assim, cada grupo de produtores assumia responsabilidades sendo considerado o perfil e sua experiência de vida, definindo ainda comportamentos e condutas, estes necessários ao bom funcionamento dos projetos produtivos, sendo estendidas ações de capacitação das diretorias das associações para a gestão destas.

Dessa forma tinham-se, por um lado, momentos de preocupação com o aspecto econômico, e focar ações na produção, níveis de produtividade, e na comercialização. E de

outro, para se preocupar com o aspecto social através da inserção de diferentes dimensões do desenvolvimento local, a exemplo de instituições coletivas como a confiança, a cooperação, além de outras, lembrando Putnam (1993), essenciais ao desenvolvimento. Entretanto, nesse momento predominava uma concepção urgente, imediata, e de ordem material, isso por parte do Estado através do INCRA-RN, a qual orientava as organizações no sentido de organizar os agricultores familiares para produzir visando ampliar a renda. Porém, devido ao Projeto LUMIAR, e a consolidação de programas como o de capacitação com recursos do FAT e execução do SINE-RN, a partir de 1997 as ações das organizações adquiriram uma conotação diferenciada. Além da assistência técnica junto aos grupos de agricultores familiares dos assentamentos, as organizações tentaram outras ações, como o assessoramento envolvendo práticas diárias de produção agrícola, e o planejamento visando o médio prazo.

Quanto à produção agrícola, a preocupação maior era construir uma estrutura com vistas a projetos econômicos para a ampliação da renda, o que levou em 1997 a uma estratégia de integração entre os assentados e grandes empresas, especialmente a MAISA e a FRUNORTE na produção de frutas. A relação entre as empresas e os integrados constituía uma estrutura de *governança*, ou arranjo institucional específico, como em Williamson (2000), onde as empresas maiores ditavam o padrão técnico, sinalizavam mercados, e, assim, controlavam o ritmo da dinâmica de Baraúna. Nessa relação era notada uma assimetria favorável às grandes empresas que reforçava a desigualdade de condições, e contribuía para reduzir a confiança e elevar os custos de transação. Nessas condições, não havia para os agricultores familiares a possibilidade do que Long & van der Ploeg (1994) definem *espaço de manobra*, pois o poder desigual das empresas sempre possibilitou *oportunistas*, como os vistos em Williamson (2000), limitando instituições como a cooperação e outras formas de participação. E, como em Alto do Rodrigues e no Vale do Açu, a escolha pela estratégia exógena em Baraúna tem conduzido ao estímulo das relações de trabalho. Porém, para Gomes da Silva (2002), a desintegração entre a riqueza e o potencial do município e a precariedade de suas condições sociais sempre foi agravada pelas precárias relações de trabalho, o que levou a representação dos trabalhadores rurais a criar o Pólo Sindical da Fruta. Esse Pólo se constituiu em um ambiente de concertação das relações de trabalho, onde as empresas representadas pela Federação da Agricultura do Estado, FAERN, e os assalariados pela FETARN, passaram a utilizar para definir condições de trabalho.

A relação de desvantagem da parte dos agricultores da reforma agrária na relação com as empresas despertou a preocupação para a construção de uma estrutura de organização que fosse capaz de comercializar a produção de forma conjunta. Isso para, de forma gradual, se

afastar da dependência do mercado, aqui lembrando Saccomandi (1998), adquirida na integração. A idéia de organização logo despertou a resistência das grandes empresas, como de agricultores familiares descrentes, porém prevaleceu a criação em 1997 da Cooperativa Agropecuária dos Produtores dos Assentamentos de Baraúna, a COOAPAB. Com isso, foi estabelecida uma parceria entre a AACC, a CACTUS, a Terra Viva, e a ONG americana Visão Mundial. Segundo o IICA (2002), a atribuição das duas primeiras foi a de assessorar o processo de produção, a terceira, acompanhar o financiamento da comercialização, e a quarta coordenar e responder juridicamente pela exportação do melão. Essa estratégia durou pouco e, no entanto, das cooperativas existentes em Baraúna, a Cooperativa Agropecuária de Baraúna, a COAMAB, foi fundada em 1980 e não funciona, e seu quadro se mantém inalterado desde então. E a COOAPAB, depois de um curto período de vida teve suas atividades encerradas em 2003, e se encontra sem funcionar e com o quadro inalterado a partir desta data. E o restante da estrutura que de 1998 a 2000 se mostrava com um número significativo de sócios, conforme tabela 8, teve uma redução entre 2000 e 2006 tanto do número de grupos de produtores e de associações, como do número de sócios.

**TABELA 8: Baraúna: estrutura e formas de organização:**

| DISCRIMINAÇÃO       | Quantidade | Data de Fundação | Em atividade | Evolução do n.º de sócios |      |      |
|---------------------|------------|------------------|--------------|---------------------------|------|------|
|                     |            |                  |              | 1998                      | 2000 | 2006 |
| Grupo de Produtores | 18         | 1996             | 2            | 56                        | 42   | 8    |
| Associação          | 50         | 1996             | 4            | 939                       | 636  | 56   |
| Cooperativa         | 2          | 1980/97          | 0            | 838                       | 880  | 880  |

**FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2007.**

Quanto ao planejamento, mesmo a maioria das ONG's acreditando que o médio prazo seria a perspectiva mais adequada, o Estado, através do INCRA que coordenava o LUMIAR, expressava urgência e estabelecia um prazo de noventa dias para elaboração dos planos de desenvolvimento dos assentamentos. Diante do curto espaço de tempo as ONG's, a partir da liderança da AACC, decidiram elaborar um Plano Preliminar de Desenvolvimento Local, o PPDL, no qual incluía uma metodologia que despertava a discussão sobre sustentabilidade, no sentido de Marsden (2003). Esses planos buscavam contemplar dimensões do desenvolvimento que iam além da esfera econômica. Um ponto importante é o de que essa metodologia estimulava a criação de espaços públicos de articulação dos atores locais. Nessa realidade, os assentamentos de reforma agrária eram considerados pelo poder público local como *enclaves*, ou ilhas que recebiam recursos federais e serviam para criar problemas, pois não estavam sob o controle do município, e apresentavam demandas de infra-estrutura social. Diante disso, a AACC criou um espaço de concertação chamado *Mesa de Solidariedade*.

Segundo Bezerra & Freitas (2006), este espaço deveria promover a abertura política, e estabelecer um arranjo institucional com regras novas, e possibilitasse o processo de mudança institucional. A primeira *Mesa de Solidariedade* aconteceu em 1997, e teve como finalidade afirmar a importância da agricultura familiar das áreas de reforma agrária para o desenvolvimento local. Nos anos de 1998 e 1999, considerando o aprendizado acumulado nas ações de capacitação e assessoria para o desenvolvimento local sustentável, as organizações ampliaram sua atuação visando atender não somente áreas de assentamento, mas as demais comunidades rurais. Isso ocorreu devido à defesa e busca pelo reconhecimento das capacidades das comunidades rurais, feitas por um grupo de técnicos da Equipe Técnica de Apoio Local, o PROELO. A assistência técnica continuou limitada aos grupos de agricultores da reforma agrária, os quais passaram a experimentar alterações nas suas formas de organização da produção e do trabalho.

Os assentamentos mais recentes começaram a pensar seus processos produtivos, e as ações passaram a ocorrer sob uma nova orientação<sup>14</sup>. Entretanto, as metodologias não se mostravam adequadas às áreas de assentamento e surgiu o desafio de sistematizar uma nova metodologia orientada ao ator, a partir da realizada pelo convênio Banco do Nordeste/PNUD em Serra do Mel. Assim, as ONG's se limitaram aos assentamentos, e o grupo PROELO passou a atuar com as comunidades rurais. Em 1999 a atuação das organizações foi intensificada, com destaque para a ação dos conselheiros do FUMAC o qual enfatizava a formação de competências locais visando possibilitar condições para que forças endógenas pudessem surgir através dos atores no nível local. Esperava-se, portanto, que as comunidades pudessem construir seus próprios caminhos com mais autonomia e sustentabilidade. A atuação das ONG's em Baraúna apresentou, pelo menos no início, elementos de inovação, como a aplicação de uma metodologia orientada ao ator e voltada para o desenvolvimento local. Primeiro por valorizar uma estratégia endógena que integrava ações na busca de condições mais dignas para a população. E segundo por expressar acreditar na capacidade coletiva do ator no nível local desde a concepção do planejamento. Porém, a natureza instável do ambiente institucional, adicionado a deficiências estruturais locais dificultou a consolidação de processos a partir de uma estratégia diferente de desenvolvimento rural.

---

<sup>14</sup> A nova orientação se constituiu com a atuação do Conselho do Fundo Municipal de Apoio Comunitário, o FUMAC, do Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), que no início financiava estrutura apenas para reforma agrária com recursos do Banco Mundial. Nesse novo arranjo, foram incorporadas também as comunidades, depois de reivindicações de um grupo de técnicos locais que formaram o grupo PROELO.

#### 4.2.3 Escolhas e estratégias: processos e a trajetória de desenvolvimento rural

Desde os anos 1981, período de emancipação municipal que a realidade da agricultura familiar em Baraúna vem recebendo impactos, os quais têm provocado mudanças nas formas de organização da produção e do trabalho. Primeiro pela ação do Estado que iniciou ainda em 1981 o processo de Reforma Agrária, tendo este o seu auge entre 1997 e 2001. E, segundo, pela ação da iniciativa privada que em 1991 deu os primeiros passos na construção de uma estratégia de modernização agrícola a partir da empresa agrícola, estratégia que, assim como a reforma agrária, teve o seu auge entre 1997 e 2001. Esses dois movimentos passaram a ser os principais responsáveis pela dinâmica de desenvolvimento rural de Baraúna, e pela definição de estratégias locais que conduziram para o surgimento de um padrão intensivo em capital e força de trabalho, ditado pela ação das empresas agrícolas.

##### 4.2.3.1 *Modernização agrícola e iniciativa privada*

Quem até o ano de 2007 passava pela rodovia RN-015 que liga Mossoró ao estado do Ceará, e que em Baraúna forma sua principal avenida, poderia ter a impressão como a definida pelo professor Ricardo Abramovay em seu trabalho *Diversificação das economias rurais do Nordeste*, de 2002, ano de intensa reestruturação do modelo agrícola do município:

O aspecto não permite em nada suspeitar que, apenas dois quilômetros da estrada, se encontram unidades produtivas responsáveis pela maior parte da exportação brasileira de melão. (...) e que o município pertence a um dos pólos mais dinâmicos da agricultura nacional. (Abramovay, 2002, 19).

A estratégia que levou à modernização de Baraúna ocorreu por meio da fruticultura irrigada, e passou a ser elaborada com a chegada do melão em 1991, dez anos depois de ter chegado no Vale do Açu. A atividade ficou pouco explorada no município até 1997, ano que iniciou seu crescimento, principalmente com o aumento do número de produtores privados vindos de fora, e que se instalaram em Baraúna para produzir melão irrigado. O que motivou esse movimento foram elementos como maior facilidade na captação de água do subsolo, a ausência de pragas, e a oferta de terras férteis a preço baixo. Na verdade, desde 1985 a produção de melão irrigado era concentrada em três grandes empresas: a MAISA e a Fazenda São João em Mossoró, e a FRUNORTE no Vale do Açu. Até 1994 as atividades dessas empresas se viabilizavam com incentivos de dinheiro dos fundos estatais, a exemplo da

SUDENE e do FINOR, o que tornava possível, especialmente para as de Mossoró, produzir irrigado prospectando a água de uma profundidade em torno de mil metros. Porém, com a estabilização macroeconômica com o Plano Real a partir de 1994, a retirada dos incentivos estatais tornaram cada vez mais difícil produzir com o custo da água tão elevado, além da crescente incidência de pragas nessa região, entre outros fatores. A tendência foi a inviabilidade, o que levou à desestruturação das grandes empresas entre 1994 e 1997, e a uma reestruturação agrícola com o movimento de produtores em direção à Baraúna motivados pela água mais fácil, a ausência de pragas, e por terras férteis baratas.

De acordo com informações do *Histórico da agricultura irrigada na região da UFERSA II*<sup>15</sup>, a Fazenda São João e a MAISA se encontravam instaladas numa região de solos de boa qualidade no município de Mossoró, porém, a água se encontrava em altas profundidades, ou seja, acima de 600m. Esta dificuldade de água se estendia numa faixa que se limitava com outros municípios potiguares no entorno de Mossoró, o que estimulou a queda do preço das terras nesta faixa, onde o hectare ficou abaixo de 100 dólares<sup>16</sup>. Além disso, em algumas áreas dessa faixa, os solos se apresentavam rasos e de péssima qualidade para o cultivo de culturas perenes, sendo este um dos motivos pelos quais no final dos anos 1980 e início de 1990, vários produtores venderam suas terras e se instalaram em Baraúna, mais precisamente nas imediações da comunidade rural de Sumidouro, a que atualmente mais concentra empresas agrícolas.

No final de 1980 pesquisadores da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, a ESAM, atual UFERSA, já desenvolviam estudos em Baraúna, tendo em vista descobrir áreas potenciais para expandir a fruticultura irrigada, e a partir desses estudos foram desenvolvidas técnicas que possibilitava a produção de melão em pequenas áreas, estas diferentes das áreas das grandes empresas. Com isso, segundo informações de um técnico da EMATER de Baraúna, a primeira plantação de melão irrigado foi realizada em 1991 por um produtor japonês, em uma área de 40ha na comunidade de Lagoa Vermelha da qual a meta era colher treze toneladas nessa área. No mesmo ano, e sob a orientação da EMATER, foram implantadas mais cinco áreas de melão irrigado de 4 a 5ha em média cada, nas comunidades de Primavera, Velame, e Juremal, sendo as técnicas para áreas menores intensamente difundidas pelos serviços locais de extensão. Isso atraiu investidores de fora, os quais

---

<sup>15</sup> Fonte: [http://seminaridobr.blogspot.com/2008/10/historico-da-agricultura-irrigada-na\\_18.html](http://seminaridobr.blogspot.com/2008/10/historico-da-agricultura-irrigada-na_18.html), de 18 de outubro de 2008. Último acesso em 12 de dezembro de 2008.

<sup>16</sup> Fonte: [http://seminaridobr.blogspot.com/2008/10/historico-da-agricultura-irrigada-na\\_18.html](http://seminaridobr.blogspot.com/2008/10/historico-da-agricultura-irrigada-na_18.html), de 18 de outubro de 2008. Último acesso em 12 de dezembro de 2008.



passaram a manter um comportamento de distância não se comprometendo ou se envolvendo com a dinâmica no nível local.

A tentativa de manter a estratégia da modernização em bases menores representa a essência da reestruturação agrícola de Baraúna e do Pólo Assu-Mossoró, e uma reação às forças da globalização onde o peso das atividades em grandes bases, como definiu Saccomandi (1998), por sua natureza as tornam inadequadas e propensas a desaparecer. Diferente do colocado por Long & van der Ploeg (1994), que a modernização sempre se apoiou em intervenções externas e centralizadas no Estado quando da introdução de pacotes tecnológicos, em Baraúna passou a ser construída em uma outra direção. Sem as políticas que concedia incentivos do Estado, e que viabilizava gigantismos<sup>17</sup> como a MAISA, a Fazenda São João, e a FRUNORTE, e o fato da estratégia da modernização ser cara por depender de conhecimento e tecnologia, e de capital financeiro, a tendência foi a iniciativa privada em Baraúna investir limitada à exploração de áreas menores.

Um elemento de competitividade dos produtores que se instalaram em Baraúna foi o nível de conhecimento que traziam sobre a atividade. Entretanto, isso não significa dizer que o modelo foi alterado pelo fato de produzirem em áreas menores, pois a produção do melão, como uma cultura de exportação, continuou exigindo uma estrutura de grande base, e expressando agressividade na busca da eficiência econômica para alcançar níveis cada vez mais altos de lucratividade. Com isso, a produção se baseou na intensa exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, trazendo para Baraúna fenômenos até então desconhecidos como a degradação social, descontrole de doenças e pragas, e sérios danos ambientais. Além disso, conforme Abramovay (2002), sempre houve uma limitação ao desenvolvimento local – talvez por isso a metodologia orientada ao ator no nível local aplicada pelas ONG's não tenha tido sucesso –, pelo fato de parte da força de trabalho da fruticultura ser temporária e de fora, e os empresários, inclusive os menores residirem fora e não terem ligação com o município. Esse quadro não contribuiu para fortalecer os mecanismos sociais de regulação no nível local, o que fez essa estratégia se caracterizar mais como um *enclave* de modernização.

Na verdade, o que torna esse modelo exportador operante em um ambiente de globalização como o Pólo Assu-Mossoró é a sua elevada exigência por encadeamentos, onde movimentos para trás tornam os produtores dependentes de insumos externos, e para frente os

---

<sup>17</sup> Para se reproduzir ao longo do tempo, conforme aponta van der Ploeg (2006), as grandes unidades empresariais precisam do Estado e de mercados mais ou menos estáveis e, acima de tudo, previsíveis, para tornar efetiva a manutenção de níveis satisfatórios de renda. Com a liberalização e a globalização isso ocorre cada vez menos e, freqüentemente, provoca a desativação da produção e a falência de grandes empresas.

fazem depender de uma estrutura pós-colheita de grande base, como na perspectiva de mercantilização de Marsden (1991). Diante desse desafio, os produtores menores passaram a formar grupos e a se associar a um maior, como foi com a MAISA e a Fazenda São João até 2000, e, depois da falência destas, com produtores maiores. Isso para garantir tanto a aquisição de tecnologias externas, como a logística necessária para a exportação. Com isso, conforme Gomes da Silva (2002), os produtores maiores que passaram a atuar depois das grandes empresas foram se especializando em comprar a produção dos menores em um processo que os faziam também agir como âncoras.

Entretanto, mesmo com a mudança para produzir em áreas menores, e integrar com assentados da reforma agrária e pequenos e médios produtores, além de empresas como a MAISA e a Fazenda São João, a estratégia de modernização de Baraúna tem enfrentado sérias dificuldades para se manter. A falta de políticas do Estado, a constante necessidade de atualização tecnológica, a queda do dólar, os custos crescentes da cultura do melão, o descontrole de doenças e pragas, o ajuste às normas internacionais do EUREP GAP, entre outros fatores tornaram urgente à elaboração de novas estratégias. Com isso, a partir de 2001, a integração passou para empresas como a Comercial Importadora e Exportadora S.A., NOLEM, a qual se configurou na maior exportadora de melão do Brasil. Além disso, houve um esforço de diversificação com a introdução de culturas como manga, melancia e mamão. A falta de crédito e a atualização tecnológica foram de alguma forma compensadas no mercado de insumos, o qual fornecia para os produtores pagarem no momento da venda dos produtos, devido ao alto endividamento acumulado que impede o acesso aos bancos. Mesmo com novas estratégias o modelo tem encontrado dificuldades, sendo estas agravadas com a crise internacional iniciada em 2008, e que já tem gerado sérios impactos.

#### *4.2.3.2 Reforma agrária e a agricultura familiar*

Como citado anteriormente, com a retirada das políticas de incentivos do Estado a partir de 1994 as empresas âncoras da fruticultura potiguar, como a MAISA e a Fazenda São João, na região de Mossoró, e a FRUNORTE, na região do Vale do Assu, foram submetidas a uma abertura de mercado. Diante do desafio de um novo ambiente, agora de globalização, as empresas começaram a enfrentar dificuldades e a mostrar a insustentabilidade do modelo no qual estavam inseridas. Com isso, iniciaram um processo de reestruturação, desempregando e forçando agricultores antes empregados ou integrados na produção irrigada de frutas, a

buscarem alternativas de sobrevivência. Com isso, as empresas buscaram se afastar da produção de frutas e repassar essa atribuição para agricultores familiares e médios produtores privados, na tentativa de reduzir seus custos para compensar a ausência dos incentivos outrora concedidos pelo do Estado. Nesse contexto, Baraúna se destacava no cenário estadual pelo avanço da reforma agrária, e os assentamentos passaram a ser vistos pelas empresas como unidades produtivas atraentes para uma estratégia de integração na produção de frutas visando amenizar suas dificuldades, isso devido ao acesso dos assentados a uma política específica e diferenciada de crédito. O interesse das empresas foi o que motivou a realização de um acordo entre o INCRA-RN e a FETARN no ano de 1997, resultando na estratégia de inserção de assentados da reforma agrária na produção frutas irrigadas, especialmente o melão.

Diferente dos produtores privados que se instalaram em Baraúna no início de 1990 para produzir em áreas menores, a maioria dos agricultores da reforma agrária não possuía conhecimento da atividade de irrigação, nem da cultura do melão, além de não serem dotados de capital financeiro para atuar em um modelo tão caro. Para superar a deficiência de conhecimento dos agricultores, o Estado através do INCRA-RN financiou serviços de assistência técnica com o Projeto LUMIAR e, por meio de um acordo com organizações públicas e privadas passou a contratar equipes de técnicos, a maior parte de ONG's, para a sua execução. O LUMIAR foi reforçado pela política de capacitação e aplicação de metodologias de desenvolvimento local com recursos financeiros do FAT/SINE-RN. Na verdade, o Estado pretendia construir uma estrutura capaz de resolver deficiências de produção, infraestrutura e comercialização, além de introduzir tecnologias, capacitar e estimular a organização. E para superar a deficiência de capital financeiro, a estratégia se tornou possível através da integração entre as empresas MAISA e Fazenda São João e os assentamentos de Baraúna, com o financiamento por parte do PROCERA e do PRONAF, e o investimento da estrutura (sistemas de irrigação, unidades de beneficiamento de milho, etc.) financiado a fundo perdido pelo Banco Mundial através das ações do PAPP/IICA.

Assim, passou a ser elaborada com a participação dos movimentos sociais e ONGs, uma estratégia urgente de emancipação focada basicamente na renda, e na introdução no ambiente da reforma agrária de uma estratégia exógena de modernização que visava integrar mercados e tecnologias. Mirando inicialmente no mercado interno, as atividades agrícolas foram assessoradas em sua maioria por técnicos de ONG's, as quais fizeram com que os assentados fossem gradualmente se especializando, *mercantilizando*, e a agricultura se *metamorfoseando*, como colocado por Marsden (1998), até atingir o padrão técnico e de

qualidade exigido pelo mercado externo. Em Baraúna, as áreas de produção exploradas de forma coletiva nos assentamentos a partir de 1997 podem ser observadas no quadro 3.

**QUADRO 3: Baraúna: áreas irrigadas com frutas nos Projetos de Assentamento**

| PROJETO DE ASSENTAMENTO  | MUNICÍPIO | ÁREA (hectares) IRRIGADA | CULTURAS EXPLORADAS            |
|--------------------------|-----------|--------------------------|--------------------------------|
| Catingueira              | Baraúna   | 26                       | Acerola, melancia e tomate     |
| Rancho do Pereiro        | Baraúna   | 23                       | Acerola, melancia e tomate     |
| Pico Estreito-Tiradentes | Baraúna   | 42                       | Acerola, melancia e tomate     |
| Poço de Baraúna I        | Baraúna   | 32                       | Melão, manga, melancia e mamão |
| Olho D'Água da Escada    | Baraúna   | 20                       | Melão e melancia               |
| <b>TOTAL</b>             | -         | <b>143</b>               | -                              |

Fonte: IICA, 2002. Elaboração do autor.

A inserção e expansão dos financiamentos bancários, principalmente dos recursos do PROCERA e do PRONAF representaram um dos mais importantes pilares da integração, como também na aceleração de mudanças estruturais. Significou no início o que Abramovay (1992) coloca como (...) *o rompimento de laços de dependência ao oneroso capital comercial* e, posteriormente, a base para as ações tendo em vista o papel da reforma agrária na reestruturação agrícola e na nova configuração do espaço rural. Em Baraúna essa estratégia se intensificou entre 1997 e 2000 sob o comando da MAISA e da Fazenda São João, e não exclusivamente com os assentamentos, pois incluía agricultores familiares e médios produtores, orientados para aquilo que van der Ploeg (2006) define (...) *a busca pela criação de valor agregado e de empregos produtivos*. Nessa estratégia, o conhecimento técnico e as habilidades na atividade de irrigação adquiridos na prática diária pelos agricultores, com o acompanhamento dos técnicos das ONG's através do projeto LUMIAR e transmitidos pelas empresas, se tornaram importantes quando refletidos em um processo contínuo de aprendizagem. E isso passou a acontecer a partir de um estilo de agricultura exportador que não apresentava o caráter de agricultura familiar, por adotar insumos externos de forma intensiva, e estar constantemente necessitando de atualização tecnológica. Neste modelo, as atividades de agregação de valor, como beneficiamento das frutas, e a exportação, eram atribuição das empresas maiores pelo fato destas possuírem estruturas de *packing houses*, o que, para Gomes da Silva (2004), fazia surgir uma demanda específica por força de trabalho não-agrícola, parte constituída por agricultores pobres da agricultura deficitária da região.

Porém, no início dos anos 2000 o projeto LUMIAR foi extinto, a fonte de recursos de capacitação do FAT/SINE-RN fechada, o crédito do PRONAF limitado devido à alta inadimplência dos assentados, e ainda chegou ao Pólo Assu-Mossoró o EUREP GAP. Esse

conjunto de fatores, entre outros, dificultou seriamente a situação para os assentados e para as empresas da fruticultura irrigada, os quais sob a liderança da MAISA e da Fazenda São João ainda tentaram alternativas para sobreviver. Entretanto, a situação tornou as grandes empresas incapazes de se manter, levando a MAISA, a Fazenda São João, e FRUNORTE à falência. Quanto aos agricultores assentados, segundo Costa et al (2002), estes ainda tentaram uma estratégia para produzir e comercializar o melão através da COOAPAB. Mas, mesmo com a intermediação da ONG americana Visão Mundial no apoio à exportação do melão, não foi alcançado o sucesso esperado e a COOAPAB foi à falência em 2003. O fim dessa estratégia representou a inviabilidade da agricultura familiar em uma estratégia de modernização, mesmo com os agricultores vinculados a grandes empresas, pois, estudos recentes revelaram que além da falência das empresas, os agricultores ficaram altamente endividados, sem acesso ao crédito, e bem mais empobrecidos do que antes da estratégia. No entanto, foi percebida a necessidade de soluções, o que passou a intensificar a reestruturação agrícola e a definir uma nova configuração do espaço rural a partir de 2001, sem a alteração do modelo. Parte do espaço das grandes empresas foi ocupada por produtores em áreas menores e pela agricultura familiar. Assim, outras estratégias foram elaboradas, como a diversificação com a introdução de novas culturas, porém mantendo os elevados graus de mercantilização em estilos de agricultura especializados e altamente dependentes do mercado de insumos externos.

#### 4.2.3.3 *A mercantilização e os estilos de agricultura familiar*

Antes da estratégia de modernização agrícola dos anos 1990, as atividades da agricultura familiar de Baraúna se limitavam ao binômio algodão-pecuária, ao estrativismo do caju, e a produção de outros produtos tanto para o consumo como para a venda, especialmente o milho do qual o município sempre teve uma expressiva produção. A pecuária era realizada de forma extensiva, especialmente com a criação de bovinos e caprinos, os quais muitas vezes tinha sua maior parte dizimada pela seca. Mesmo insuficientes economicamente devido às secas e a falta de políticas adequadas, essas atividades constituíam um sistema agrícola relativamente autônomo e estruturado, responsável por construir e manter a diversidade regional, além de formar um conjunto de práticas diárias endógenas desenvolvidas a partir de técnicas simples. Até metade dos anos 1990, esse quadro permaneceu praticamente inalterado. A partir da chegada dos produtores privados que passaram a produzir melão irrigado em áreas menores, o sistema tradicional de Baraúna começou a ser desestruturado e, ao longo do

tempo, um processo de diferenciação foi intensificado acompanhado da alteração da base técnica. No início dessa estratégia o agricultor familiar local ficou de fora, pois a agricultura irrigada que chegava exigia altos níveis de conhecimento, e de capital financeiro para comprar e utilizar tecnologias e insumos externos modernos.

Neste sentido, passou a predominar em Baraúna um modelo baseado numa perspectiva de curta duração, onde a agressividade da iniciativa privada expressava uma prática predatória com urgência em alcançar resultados econômicos cada vez mais altos e rápidos. Na verdade, os produtores passaram a desenvolver atividades com encadeamentos para trás e para frente, na definição de mercantilização de Marsden (1991), em um estilo de agricultura exportador cada vez mais especializado e dependente de fatores externos. Porém, o fato de desenvolver uma agricultura de precisão para uma cultura de exportação como o melão, mesmo em áreas menores, a estratégia se mantinha exigindo uma grande estrutura necessária para movimentos para trás com a aquisição de tecnologias modernas, e para frente com logística de exportação, a exemplo de *paching houses*, transporte, etc. E na relação de integração com empresas via contratos, o papel dos agricultores se limitava a disponibilizar a terra e a força de trabalho familiar, e realizar as práticas culturais desde o plantio até a colheita das frutas seguindo as orientações técnicas da empresa. Por sua vez, a empresa integradora fornecia os insumos externos, garantia à assistência técnica durante o ciclo, e realizava a exportação, momento em que determinava o preço, a qualidade, e a quantidade do melão dos agricultores, ficando muitas vezes apenas com a pequena porcentagem de melhor qualidade e não adquirindo o restante. Além disso, exigiam treinamento da força de trabalho para a fruticultura irrigada buscando adequar as práticas dos agricultores familiares às exigências do EUREP GAP.

O processo de aprendizado possibilitou níveis desiguais quanto ao grau de apropriação do conhecimento e de participação, pois poucos produtores sobreviveram a essa estratégia, isso por terem sido submetidos ao que van der Ploeg (2006) define como um processo altamente seletivo e excludente. E na integração com o circuito global, os produtores ainda tiveram que se enquadrar a normas internacionais, como a certificação do EUREP GAP, tendo seus produtos e práticas reguladas à distância por varejistas globais, aqui lembrando Marsden (2003). O resultado disso em Baraúna tem sido a alteração das estruturas produtivas e das relações de trabalho locais, e uma assimetria que favorece as maiores organizações econômicas. Assim, o poder determinado no ambiente institucional no nível regional, mas com influência do nível global, submete atores no nível local e afirma a desigualdade tornando essa estratégia, como em van der Ploeg (2008), altamente vulnerável, e sem garantia de continuidade. No entanto, a consolidação da estratégia de modernização em Baraúna ao

longo dos anos diminuiu o nível de diversificação agrícola, desprezou a presença da agricultura tradicional, e se especializou cada vez mais em uma única cultura: o melão.

A concentração em grandes e médios exportadores revelou um controle do arranjo institucional local por parte destes, devido a relação com produtores menores na produção e comercialização do melão, exercitada desde o início da integração nos anos 1990. Este relacionamento ocorreu entre produtores maiores possuindo em torno de 100ha, médios com áreas plantadas entre 30 e 50ha, e agricultores familiares com áreas em torno de 2 ha. Os assentados da reforma agrária que iniciaram a integração em 1997 produziam em áreas coletivas em torno de 10ha, e ficaram de fora depois da falência da MAISA e da Fazenda São João. No início, o melão dos assentados era introduzido no mercado pelos intermediários a preços muito baixos. Apoiadas pelas ONG's, as associações estabeleceram contratos com empresas, neste caso a MAISA e a Fazenda São João, onde estas através do comércio local forneciam insumos aos agricultores como adiantamentos e fixavam os preços, pagando a caixa de 12kg de melão a R\$2,50. Com alta produtividade e excelente qualidade do melão para a exportação, a atividade no início se mostrou lucrativa<sup>18</sup> para os assentados, tendo inclusive a orientação do Estado para reproduzir a estratégia em todo Pólo Assu-Mossoró.

Entretanto, fixar o preço no momento da compra pelas grandes empresas sempre representou um grande problema, o que levou à criação da COOPAB em 1998 visando introduzir o melão diretamente no mercado. Conforme IICA (2002) foi a partir do esforço entre as ONG's locais que a COOPAB começou a exportar parte de sua própria produção de melão, em torno de 50 mil caixas, a preços melhores. A COOPAB passou a pagar ao produtor o valor de R\$3,00 por caixa, recebendo R\$5,00 por cada caixa exportada e distribuindo os lucros entre os cooperados. Para aqueles cooperados que resolviam vender o melão fora da COOPAB, a sua presença no mercado servia como um mecanismo na obtenção de melhores preços, pois mesmo as empresas que antes pagavam R\$2,50 pela caixa de melão, começaram a pagar R\$3,00, e até R\$3,50 por caixa de 12kg. Com isso, a meta da COOPAB era exportar 300 mil caixas por ano, ou a 80% da produção. Porém, em razão da extinção do Projeto LUMIAR em 2000 e de outros programas de apoio do Estado, além das limitações econômicas em um modelo caro e exigente em encadeamentos para trás e para frente, isso se tornou impraticável e sem possibilidade de continuidade, deixando os assentados altamente endividados e ainda mais empobrecidos.

---

<sup>18</sup> Os assentamentos com área total irrigada que chegava a 143ha produziram de 1999 a 2002 frutas como melão, melancia, manga, goiaba, e, através da COOPAB processaram numa pequena agroindústria 43 toneladas de polpa de caju, além de 500 toneladas de outras frutas tropicais como acerola e graviola.

A partir de 2001 houve uma mudança significativa na direção de um novo ciclo econômico. E para participar desse novo ciclo se tornou ainda mais necessário o domínio de conhecimento técnico e de mercado, além de mais dinheiro. Nessa realidade o agricultor familiar, tanto o da reforma agrária como das comunidades, sem o domínio desses elementos, isolado, sem acesso ao crédito oficial devido à inadimplência com os bancos, buscou novamente a associação com uma média ou grande empresa. Com isso, a integração continuou com empresas como a NOLEM, além de se ter buscado a diversificação a partir de culturas como melancia, mamão, e hortaliças como pimentão e cebola. Segundo informações de um técnico da EMATER local, entre 2001 e 2006, a NOLEM manteve através da integração um grupo em torno de 30 produtores de melão, estes com área irrigada entre 3 e 5ha cada. Entretanto, nessa relação não existia cooperação entre os membros do grupo, muito menos entre a empresa integradora e os produtores integrados, ao contrário, esse arranjo institucional possibilitava uma assimetria favorável à empresa âncora a qual, com a fragilidade dos mecanismos locais de regulação, facilitava a prática do *oportunismo*, aqui lembrando Williamson (2000). Um exemplo disso foi relatado por um produtor:

O melão em Baraúna tem sido bom para a empresa e cada vez pior para os produtores menores. A empresa que eu estava integrado comprava da gente apenas o melão de melhor classificação, cerca de 10%. E sem a gente saber, ela passou a usar o nosso melhor melão para abrir mercado no exterior apenas para ela. Assim, ela exportava todo o melão de classificação inferior dela e o nosso não, deixando o restante da gente para ser vendido por nós mesmos. (J. F. da Silva, 42 anos, produtor rural com 5ha irrigados, Baraúna-RN).

Segundo um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baraúna, entre 2001 e 2006 existia cerca de 23 empresas agrícolas, sendo 3 delas, a NOLEM, a Agrícola Famosa, e a Fazenda Modelo, consideradas grandes e responsáveis pela exportação do melão para mercados como Holanda e Inglaterra. E todas essas empresas contrataram cerca de 2.500 empregados por ano nesse período em uma estrutura que, além das fazendas, era formada por intensa maquinaria, e 15 *paching houses* de acordo com as exigências do EUREP GAP. Entretanto, fatores conjunturais e estruturais têm gerado dificuldades para as empresas se manter, pois, quanto à conjuntura, a valorização do câmbio, os preços relativos das frutas em queda no mercado internacional, os custos crescentes com tecnologia externas, a ausência de incentivos do Estado, entre outros, têm limitando sua capacidade de investimento, tornando-as cada vez mais inviáveis, vulneráveis economicamente. E quanto à estrutura, segundo informou um técnico de ONG local, o endividamento alto, a deficiência de estradas, energia elétrica, têm aprofundado sua deficiência. E, além disso, o descontrole de pragas e de doenças já resistentes aos meios tradicionais e modernos de combate, a salinização do solo, a redução



do potencial hídrico com a alta exploração do aquífero com mais de 700 poços, etc., têm tornado a estratégia impraticável e insustentável.

Do lado da agricultura familiar, esta tem se mostrado pobre e deficitária no contexto rural de Baraúna. Suas estratégias, considerando a pluriatividade no sentido de Schneider (2003), têm acontecido mais na direção da integração nas condições vistas, ou na submissão de membros da família a empregos agrícolas temporários de baixa remuneração. De acordo com Maia & Costa (2008), em 2005 e 2006 cinco assentamentos produziram frutas irrigadas no município de Baraúna. Quanto aos produtos, todos se dedicaram ao cultivo da melancia, três ao cultivo do mamão, e um ao de melão. Porém, quanto às formas de organização da produção e do trabalho, a produção de frutas passou a ser realizada em lotes individuais, e apenas um grupo de produtores do assentamento Tiradentes cultivou melancia de forma coletiva. E no que diz respeito à comercialização, segundo um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a produção dos assentados voltou a ser feita por intermediários, e, nesse período, segundo Maia & Costa (2008), apenas dois deles tinham estabelecido contratos com empresas. E pela escolha de fazer parte da mesma estratégia com as empresas, se para aquelas as dificuldades já se apresentavam grandes, para a agricultura familiar se tornou ainda maiores. Este quadro mostra que o modelo agrícola de Baraúna encontra-se diante de um sério aperto, o que van der Ploeg (2006) define *squeeze*, e sem condições de continuidade. Isso afirma que do ponto de vista do crescimento, a modernização foi bem sucedida, porém se tornou questionável quanto à contrapartida do seu retorno econômico e social e ambiental, resultando na deterioração dos recursos naturais e das condições de vida no nível local.

Entretanto, impressiona saber que Baraúna foi um dos municípios do Rio Grande do Norte que mais recebeu recursos e combinou uma variedade de programas públicos voltados para a agricultura familiar, além de ter tido uma participação de organizações públicas, privadas, e ONG's com metodologias, inclusive algumas inovadoras orientadas ao ator no nível local. A estratégia da agricultura familiar tanto pelas áreas de reforma agrária como outras comunidades obtiveram valores expressivos, especialmente do INCRA para infraestrutura, custeio, assistência técnica, etc., do Banco Mundial, através do PAPP e do IICA para estrutura, e do PRONAF para o crédito. Quanto ao Banco Mundial, este atuou em Baraúna a partir de 1995 com a implantação de áreas irrigadas, financiadas através do PAPP (atual PCPR). Além dos sistemas de irrigação dos assentamentos, o PAPP financiou outros projetos, entre eles uma unidade de processamento de milho no assentamento Tiradentes, a qual jamais funcionou. Quanto ao PRONAF, apesar da limitação para financiar a produção, a agricultura familiar de Baraúna mostrou um acesso significativo ao PRONAF. Até 2006

foram realizados 6.559 contratos para R\$ 9.013.336,15<sup>19</sup>, sendo o terceiro maior valor dos municípios do Pólo Assu-Mossoró. A utilização de uma significativa soma dos recursos do PRONAF foi para a construção da COOAPAB, a qual incluiu a sede, um galpão para instalação de um *paching house*, uma unidade agroindustrial para o processamento de frutas, equipamentos, etc., essa estrutura encontrando-se sem funcionar. Outras fontes foram programas públicos como o do Banco do Nordeste/PNUD, e o do FAT/SINE-RN que ajudaram na definição de metodologias orientadas ao ator, à capacitação, entre outros.

Por esse caminho, o ambiente institucional favoreceu o desempenho da iniciativa privada, a qual influenciou o Estado na escolha da estratégia para a agricultura familiar de Baraúna. Isso aconteceu através do financiamento com recursos do Estado, de quem as ONG's, dependiam para sobreviver a partir dos convênios. Dessa forma, por esse caminho a base de recursos da agricultura familiar passou a ser construída e controlada por atores e por externos ao sistema agrícola. E quanto à relação entre tecnologia e mercados, como em van der Ploeg (1994), prevaleceu um estilo de agricultura exportador, exógeno, e vulnerável, e sem contrapartidas ou preocupação com o meio ambiente e custos de transação. Isso a partir dos altos graus de mercantilização devido aos encadeamentos complexos com movimentos tanto para trás como para frente. No contexto de Baraúna, a relação com os mercados no nível externo ocorreu com dependência elevada, e cada ciclo de produção, a exemplo do melão, era construído no nível interno mediante técnicas e práticas modernas com insumos de fora. Do ponto de vista institucional, como em Saccomandi (1998), a disponibilidade de recursos locais e o ambiente social não constituíam uma unidade orgânica, e os recursos eram controlados, e as práticas reguladas à distância, como em Marsden (2003), por atores não envolvidos diretamente na produção, como os varejistas globais com o EUREP GAP. Assim, estas se configuraram estratégias descontínuas, onde o agricultor familiar é orientado para, de acordo com a análise institucional dos custos de transação de Saccomandi (1998), se aproximar cada vez mais do mercado, escolhendo *comprar* de fora a integrar e *fazer* mais internamente.

#### 4.2.4 Impactos e resultados no contexto da economia local

Considerando as escolhas dos atores a partir dos recursos disponíveis e da elaboração de estratégias, foi percebido que especificidades locais e regionais da estratégia da agricultura familiar de Baraúna têm como resultados limitações para se ajustar diante das exigências da

---

<sup>19</sup> Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, BASA, BB, BN E BNDES.

dinâmica de desenvolvimento rural. Isso significa que respostas construídas pelos agricultores foram alinhadas com o projeto dominante de modernização, configurando situações de reação no sentido atribuído por Ellis (2000). Ou seja, a agricultura familiar de Baraúna se mostrou incapaz de encontrar alternativas e, devido a isso, se submeteu a reproduzir estilos de agricultura marcados pela relação vertical entre agricultores e mercados. O fato de prevalecer estratégias de reação em Baraúna, nota-se que a tendência foi para a tentativa de construção de encadeamentos, para trás e para frente, os quais caracterizaram altos graus de mercantilização em estilos de agricultura mais especializados e exógenos, e padrões mais frágeis de autonomia que tem ameaçado a diversidade da agricultura familiar.

A experiência da agricultura familiar de Baraúna demonstrou ser ao longo do tempo instável e sem a menor condição de continuidade, se apresentando altamente inviável nos âmbitos econômico, social, institucional e ambiental. O período em que essa experiência prevaleceu alinhada ao modelo moderno, a sua lógica contribuiu para reduzir drasticamente a diversificação da economia local e regional, não sendo capaz de criar outras atividades antes inexistentes. E por ter se situado em um ambiente de globalização vivendo à margem de uma dinâmica de modernização dominada por empresas, a agricultura familiar se submeteu a relações de desvantagem tanto na integração como na venda da força de trabalho às empresas. Isso lhe retirou a possibilidade de lutar por preços melhores, tanto de nos encadeamentos para trás como para frente, pois era papel das empresas realizar esses encadeamentos, reduzindo cada vez mais a *margem de manobra* da agricultura familiar e dificultando ainda mais sobreviver em um modelo tão caro e dependente do mercado.

Mesmo tendo havido uma ação incisiva de ONG's e outras organizações dos diversos níveis, inclusive com uma tentativa de integração horizontal na comercialização do melão criando uma cooperativa, as ações das organizações não foram suficientes para dotar os atores de capacidades capazes para reduzir sua vulnerabilidade externa, superar as crises, e melhorar a confiança e a solidariedade entre eles. Com isso, o caráter descontínuo da experiência e a instabilidade da relação entre agricultores familiares, organizações públicas e privadas, empresas, ONG's, etc, assim como aconteceu em Alto do Rodrigues, reduziu os níveis de confiança e estimulou a ação individual oportunista, diminuindo a possibilidade de esforços conjuntos para superar crises ou resolver problemas comuns. Partindo da realidade da experiência da agricultura familiar de Baraúna, as suas conseqüências se mostraram desastrosas no nível local.

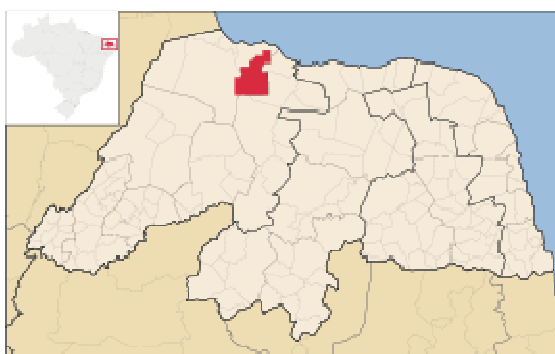
### 4.3 Serra do Mel: agricultura familiar, instituições e o cooperativismo

Serra do Mel está situada na microrregião de Mossoró, e se tornou município recentemente através da Lei nº 803, de 13 de maio de 1988. Com uma área de 602 km<sup>2</sup>, desmembrada dos municípios de Assu, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró. Conforme censo do IBGE realizado em 2007, Serra do Mel possui uma população total residente de 9.216 habitantes, dos quais 1.780 vivem na área urbana (19,31%), e 7.436 na área rural (80,69%). As principais atividades econômicas são: a agropecuária, extração de petróleo e gás natural, além de outros serviços (IDEMA, 2001). Antes de ser município Serra do Mel foi planejado a partir das diretrizes do PROTERRA no ano de 1972, para ser um Projeto de Colonização Agrícola numa época em que era expressivo o poder centralizado do Estado.

#### 4.3.1 Serra do Mel: Características Gerais e Desenvolvimento

O início da década de 1970 representava um período em que o Estado brasileiro estimulava a expansão da fronteira agrícola em todo o país. No caso específico de Serra do Mel, a colonização teve como principal finalidade absorver a força de trabalho excedente liberada por ocasião da incorporação de tecnologias nas salinas do Rio Grande do Norte.

**FIGURA 5: Rio Grande do Norte e localização de SERRA DO MEL.**



**FONTE:** [http://pt.wikipedia.org/wiki/Serra\\_do\\_Mel](http://pt.wikipedia.org/wiki/Serra_do_Mel)

O Projeto teve inspiração no modelo de assentamento *moshav* de Israel, e planejado para a formação de vilas rurais, onde cada uma leva o nome de um estado da federação brasileira (ver ANEXO 3). A colonização teve início em 1974, com a implantação de cinco vilas no eixo sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo), e de um centro administrativo na área central do projeto (a vila Brasília). O processo de seleção

aconteceu inicialmente alojando os trabalhadores trazidos para a construção da infra-estrutura local (demarcação, construção de casas, desmatamento, plantação do cajueiral, etc.). Os demais agricultores ocuparam os lotes a partir de critérios que passavam pelo âmbito político, por meio de agentes com capacidade de decisão e que atendiam as oligarquias locais.

No ano de 1975 toma posse no estado um novo governador. Este, por ser adversário do seu antecessor e idealizador de Serra do Mel, não demonstrou interesse no projeto e procurou transformá-lo numa empresa privada e os agricultores em assalariados, não obtendo êxito. Houve ainda a tentativa de venda da área a um grupo israelense, mas novamente fracassou. Sem conseguir transformar em empresa privada, nem repassar aos israelenses, o governador resolveu desprezar o projeto. Em 1979 uma parte dos agricultores familiares famintos devido a uma forte seca promoveu o arrombamento de um armazém do Estado controlado pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, CIDA, para levar alimentos. Um segundo conflito ocorreu logo após, quando outras vilas formaram-se por iniciativa dos próprios agricultores. Em 1980, ocorreram as ocupações das vilas Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovidas por filhos de antigos agricultores com lotes improdutivos, e trabalhadores rurais da região apoiados pelo Sindicato da Lavoura de Mossoró. Em 1981 novas vilas se formaram a partir de uma intervenção direta do Governo do Estado. Com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Vale do Açu, o governo deslocou para Serra do Mel parte da população expulsa pelas águas do reservatório. Formaram-se as vilas Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Entre 1983 e 1984 outras vilas foram formadas na área norte do projeto (Acre, Maranhão, Pará e Amazonas) e no centro. Em 1984 surgiu um movimento desencadeado por um grupo de engenheiros agrônomos recém formados da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, ESAM, que propôs ao Governo do estado que destinasse uma área de produção e formasse uma vila com a finalidade desta servir de unidade demonstrativa para o projeto. Apesar de o Estado não ter aceitado a proposta, a vila Amazonas foi ocupada pelos técnicos e, apesar desta proposta não ter obtido êxito, um grupo de agrônomos continuou nas atividades técnicas e de organização.

Em síntese, o processo de colonização de Serra do Mel se deu de duas formas: de um lado pela colonização oficial, constituindo 17 vilas, e, de outro, com uma ocupação realizada por agricultores apoiados pelo movimento sindical e a Igreja, que ocasionou na ocupação de cinco vilas. A última vila, a Tocantins, foi formada na década de 1990 a partir da incorporação de uma área de assentamento de reforma agrária ao município. No que diz respeito às questões organizacionais e econômicas, o desenvolvimento rural de Serra do Mel apresentou dois períodos: 1) de 1972 a 1983 e 2) de 1984 até os anos 2000. O primeiro de

criação e formação, e muito difícil, caracterizou-se pela realidade de submissão ao poder centralizado do Estado, e a visão de desenvolvimento exclusivamente agrícola, além da frequência de intempéries climáticas como a seca. O segundo período, do qual passaremos a nos referir daqui por diante, representou o início de um processo de desmonte do poder do Estado desencadeado pela organização do ambiente social e econômico, e da aplicação planejada do desenvolvimento local, o qual gerou importantes transformações.

#### 4.3.2 O ambiente econômico e social, a organização produtiva e as instituições

O início do processo de organização dos agricultores familiares da dinâmica regional de Serra do Mel é possuidor de particularidades relacionadas com a presença marcante do Estado. Era o Estado quem determinava a condução total do Projeto Serra do Mel e do destino dos agricultores familiares através da CIDA, principal órgão do arranjo institucional, e o responsável em nome do Estado pela organização das formas de produção e de trabalho, inclusive ditando o que as organizações e agricultores deveriam fazer. A concepção do Estado na época sugeria para a condução de uma estratégia exógena de modernização a partir da grande empresa, em uma estrutura que estimulasse as relações de trabalho com a intensa utilização de força de trabalho assalariada. A CIDA concentrava e controlava as ações locais, inclusive obrigando os agricultores familiares a entregar toda a colheita ao Estado, este muitas vezes pagando preços bem abaixo dos praticados no mercado. Nessa relação entre agricultores e o Estado através da CIDA, era construído um arranjo institucional de relações verticais, com elevada instabilidade, e assimetria que favorecia a CIDA, a qual conduzia para a crença no Estado onipresente, e na descrença da capacidade dos atores no nível local. Essa relação inibiu no início o surgimento de movimentos de participação coletiva limitando, dessa forma, a possibilidade dos agricultores assumirem responsabilidades, tanto no desenvolvimento como na condução da nova vida em comunidade.

Nesse contexto, era notada a tentativa de construção por parte do Estado de um sistema de produção onde os agricultores na relação entre tecnologia e mercados deveriam desenvolver atividades com altos graus de mercantilização em estilos de agricultura cada vez mais especializados e dependentes. Percebido do ponto de vista institucional, conforme Saccomandi (1998), isso quer dizer que os recursos locais e o ambiente social não deveriam formar uma unidade orgânica, os recursos e as práticas seriam controlados, e monitorados por atores não diretamente envolvidos na produção. Na verdade, o agricultor

familiar estava sendo conduzido pelo Estado a escolher *comprar* de fora a integrar e *fazer* internamente, em um movimento que o aproximaria cada vez mais do mercado, não sendo ainda a agricultura familiar capaz de valorizar e preservar a diversidade regional. Esse quadro começou a mudar a partir de 1983, e a iniciar um processo de reversão onde, desde então, várias organizações públicas e privadas, conforme Tabela 11, passaram a redefinir o arranjo institucional, e a contribuir na construção de uma nova estratégia de desenvolvimento rural.

**QUADRO 4: Serra do Mel: principais organizações parceiras e de relacionamento.**

| <b>Empresa / Instituição</b> | <b>Ramo de Atividade</b> | <b>Nível de Atuação</b> | <b>Período de Relacionamento</b> |
|------------------------------|--------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| AACC                         | Assistência técnica      | Local                   | 1987 a 2002                      |
| Banco do Nordeste/PNUD       | Crédito/capacitação      | Regional                | 1994 a 1996                      |
| Fundação Banco do Brasil     | Crédito                  | Nacional                | 06 anos                          |
| Banco Mundial/IICA/PAPP      | Crédito                  | Internacional           | 04 anos                          |
| Instituto Biodinâmico        | Certificação             | Nacional                | 1985...                          |
| Agro-Eco                     | Monitoração              | Internacional           | 1985 a 1988                      |
| EMATER                       | Assistência técnica      | Regional                | 12 anos                          |
| EMPARN                       | Pesquisa                 | Regional                | 04 anos                          |
| EMBRAPA                      | Pesquisa                 | Nacional                | 03 anos                          |
| CONAB                        | Abastecimento            | Nacional                | 2004...                          |
| SEBRAE                       | Assessoria empresarial   | Regional                | Desde 1996                       |
| FETARN                       | Sindical                 | Regional                | 07 anos                          |
| Visão Mundial                | Comércio exterior        | Internacional           | 02 anos                          |
| SIPARN                       | Comércio Exterior        | Internacional           | 12 anos                          |

**FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2007. Elaboração do autor.**

A mudança começou em 1983 com o início da construção da estrutura de organização através da ação coordenada por um técnico recém chegado da Suíça. Este técnico foi trazido pelos movimentos sociais com vistas a viabilizar e emancipar o Projeto Serra do Mel a município. A partir da realidade encontrada, a qual se caracterizava pela extrema pobreza, instabilidade, degradação social e desorganização, o técnico suíço percebeu a necessidade de buscar por meio de estudos técnicos e da gestão participativa, instrumentos capazes de viabilizar as atividades locais. A partir disso, deu-se início à criação de associações. Como resultado, cada vila das 22 existentes em 1985 se encontrava dotada de associação, cuja atribuição era a de receber os recursos e repassar para os agricultores promovendo, no sentido de Saccomandi (1998), o afastamento da dependência da CIDA, dando início a processos mais autônomos e descentralizados em relação às atividades econômicas e ao poder local. Atualmente a estrutura de organização de Serra do Mel, conforme tabela 9, é composta por 25 associações, sendo 22 com fundação no ano de 1985, 2 fundadas entre 1996 a 2002, e uma, a

Associação de Apicultura da Serra do Mel, a APISMEL, fundada em 2001. Conta ainda com dois grupos de produtores de produção de melancia orgânica, além de 02 cooperativas.

**TABELA 9: Serra do Mel: estrutura e formas de organização:**

| DISCRIMINAÇÃO       | Quantidade | Data de Fundação | Em atividade | Evolução do n.º de sócios |      |      |
|---------------------|------------|------------------|--------------|---------------------------|------|------|
|                     |            |                  |              | 1996                      | 2000 | 2006 |
| Grupo de produtores | 2          | 1998             | 2            | -                         | -    | 16   |
| Associação          | 25         | 1985/02          | 12           | 939                       | 636  | 832  |
| Cooperativa         | 02         | 1989/91          | 1            | 1.090                     | 727  | 783  |

**FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2007. Elaboração do autor.**

Das duas cooperativas existentes, uma delas, a COOPERMEL, foi criada no ano de 1975 e oficializada em 1989, passando a desenvolver uma gestão vertical vinculada às ações do Estado. A sua concepção contribuía para inibir as ações dos agricultores familiares, pois os seus representantes inspirados na trajetória exógena a partir da grande empresa visavam, a partir dela, uma estrutura industrial que utilizasse força de trabalho assalariada. Isso com vistas ao beneficiamento da castanha e do pedúnculo do caju, visando o corte mecânico na extração da amêndoa, e o esmagamento do pedúnculo na fabricação de suco. Conforme Ortega et al (2004), a gestão vertical e centralizada da COOPERMEL, além do Estado na sua condução promoveu uma situação de desconfiança, desarticulando a relação entre a diretoria e agricultores fazendo com que estes se desvinculassem da Cooperativa e das associações.

Em 1985 os agricultores familiares acreditaram numa reversão da situação e, com a ajuda de algumas entidades, entre elas a Igreja, a FETARN, e o Sindicato da Lavoura de Mossoró destituíram a diretoria da COOPERMEL e assumiram o seu comando. Porém, a da cooperativa e a sua situação se apresentaram difíceis a ponto de em 1986 os agricultores decidirem contratar um gerente de fora, na esperança de solucionar os problemas de gestão. Entretanto, este não conseguiu e se afastou juntamente com os agricultores familiares. Mesmo depois dessa experiência frustrada com a COOPERMEL, a crença na organização e no cooperativismo não foi totalmente abalada. No ano de 1991, um grupo de agricultores familiares, com a ajuda da FETARN e outras organizações, criou e fundou em Mossoró a Cooperativa dos Beneficiadores Artesanais de Castanha de Caju, a COOPERCAJU. Mesmo impedida pela prefeitura de funcionar em Serra do Mel<sup>20</sup>, a COOPERCAJU passou a atuar em Mossoró, priorizando a construção de uma estrutura descentralizada e baseada em unidades familiares para beneficiar a castanha. Para instalar as unidades de beneficiamento nas vilas e distribuir por algumas associações foi necessário ajustar uma tecnologia de porte artesanal

<sup>20</sup> A COOPERCAJU foi aberta e passou a funcionar inicialmente na cidade de Mossoró, pois o prefeito de Serra do Mel era vinculado a COOPERMEL e, por possuir e defender uma concepção diferente, passou a agir de forma contrária às iniciativas dos agricultores familiares, e das entidades que os apoiavam.



para o corte mecânico na extração da amêndoa da castanha. A gestão manteve a lógica vertical, mas a ação da diretoria não mais inibia a participação dos agricultores, o que gerou, inclusive, migração da COOPERMEL para a nova cooperativa, conforme Tabela 10.

**TABELA 10: Cooperativas existentes e número de sócios participantes:**

| NOME DA COOPERATIVA | Data de Fundação | Evolução do n.º de sócios |      |      |
|---------------------|------------------|---------------------------|------|------|
|                     |                  | 1996                      | 2000 | 2006 |
| COOPERMEL           | 05/1989          | 1000                      | 600  | 0    |
| COOPERCAJU          | 07/1991          | 90                        | 127  | 162  |

**FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2007. Elaboração do autor.**

As ações da COOPERCAJU passaram a se basear numa gestão que estimulava a participação através de tomadas de decisão em assembleias, como também na integração das atividades locais. Entretanto, a sua trajetória em seu pouco tempo de operação foi, conforme Ortega et al (2004), marcada por dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Além de se encontrar em um período crítico de intervenção estatal, a frustração anterior com a COOPERMEL por parte dos agricultores passou a ameaçar a instituição que, para Putnam (1993), é essencial para o desenvolvimento: a confiança. Isso dificultou a retomada do processo de elaboração de estratégias, atingindo a gestão da COOPERCAJU e o planejamento realizado para reestruturar o município de Serra do Mel. Entretanto, tendo em vista a existência de uma estrutura de organização, algumas políticas e programas públicos passaram a se adequar e serem conduzidos para estimular essa experiência da agricultura familiar. No nível regional foi o convênio Banco do Nordeste/PNUD, que entre 1994 e 1996 começou suas atividades como um programa de apoio às associações e cooperativas rurais do Nordeste, e escolheu Serra do Mel e a COOPERCAJU como a primeira experiência da região para testar sua metodologia; o programa de capacitação do SINE-RN com recursos do FAT entre 1997 a 2001; o acesso ao crédito via PRONAF a partir de 1997, sendo Serra do Mel um dos primeiros municípios do Rio Grande do Norte a ser contemplado por essa política; e os programas Agentes de Desenvolvimento e Pólos de Desenvolvimento Integrado, os quais visavam difundir metodologias orientadas ao ator entre 1998 e 2001.

Mas essas políticas não tiveram efeitos semelhantes aos das dinâmicas de Alto do Rodrigues e Baraúna. A natureza mais estável do arranjo institucional local favoreceu uma descentralização direcionando as políticas por meio de uma estratégia endógena, as quais foram mediadas *de baixo* por instituições locais, a exemplo do cooperativismo. Com isso, as políticas serviram para reforçar ações de longo prazo constantes do planejamento elaborado no nível local, as quais deram um caráter de continuidade a um conjunto de atividades que

formou um sistema de produção mais integrado. Mais recentemente, o programa mais importante em Serra do Mel tem sido um convênio que envolve organizações como a Fundação Banco do Brasil, a EMBRAPA e o SEBRAE, através do Projeto Minifábricas de Castanha de Caju. Essa iniciativa que iniciou em 2003, consiste em ampliar as atividades da COOPERCAJU, e conta com o apoio local da CONAB, EMPARN, EMATER-RN, além da Estratégia do Desenvolvimento Regional Sustentável, DRS, do Banco do Brasil.

#### 4.3.3 Escolhas e estratégias: processos e a trajetória de desenvolvimento rural

A realidade da agricultura familiar de Serra do Mel vem ao longo das últimas três décadas sendo transformada, especialmente por mudanças nas suas formas de organização da produção e do trabalho que remete a dois momentos específicos. Primeiro entre 1974 a 1985 pela ação centralizada do Estado através da CIDA, a qual se baseava nos pressupostos da modernização agrícola. E depois de 1985, com a ação coordenada de um técnico suíço que iniciou o desmonte de parte da concepção e estrutura criada pelo Estado, para em seguida construir uma trajetória diferente calcada na agricultura familiar e em instituições, entre elas o cooperativismo. Esses momentos passaram a moldar a dinâmica regional de Serra do Mel, e a influenciar as escolhas dos atores na elaboração de estratégias locais que fortalecia um padrão tradicional baseado na agricultura familiar livre e na ausência das relações de trabalho.

##### 4.3.3.1 *O Programa de Reestruturação e a Agricultura Familiar*

Até o início dos anos 1990 os agricultores familiares de Serra do Mel sobreviviam em condições muito difíceis, desenvolvendo culturas destinadas mais ao autoconsumo, como mandioca, feijão e milho. Caso decidissem comercializar o excedente, não poderiam levar aos mercados e feiras locais e regionais, pois teriam que se submeter ao Estado entregando tudo para o controle da CIDA. Nesse período, onde a principal cultura era o caju e tinha sido implantada recentemente, sua produção se ainda configurava desprezível e a concepção de desenvolvimento rural se limitava ao viés agrícola, não havendo uma preocupação com a diversificação da produção. A partir de 1986, um esforço importante foi feito no sentido de incentivar o desenvolvimento local e difundir esta nova perspectiva trazida pelo técnico suíço junto às organizações, aos agentes locais e às famílias dos agricultores. O fato de contar com

uma população razoavelmente organizada e com certo nível de participação, no ano de 1987 foi elaborado o primeiro planejamento, o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado, o PDCI, e iniciada a busca pela auto-sustentação do Projeto Serra do Mel, juntando-se a isso a aspiração pela emancipação a município, o que ocorreu em 1988.

Mas, na verdade, as preocupações no sentido de dar andamento à reestruturação local através do planejamento local deram-se sete anos depois por meio da elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel, PIDSSM, em 1994, o qual passou a promover transformações mais profundas no município. A idéia inicial desse novo Plano foi a de unir forças na busca do desenvolvimento sustentável, e, para isso, foi fundamental articular três organizações: a Prefeitura Municipal, a EMATER, e a AACC, esta última criada pelo suíço para coordenar o processo. Estudos de viabilidade para o aproveitamento do caju foram sugeridos inicialmente pelo técnico suíço, e realizados pelo Instituto Biodinâmico Botucatu, IBD, e pela ONG holandesa com sede na cidade de Benekon, a AGRO ECO. Os resultados desses estudos, os quais consideravam os atores e os recursos locais importantes, apontaram para um caminho, lembrando Long & van der Ploeg (1994), capaz de valorizar a diversidade a partir de um espaço mais descentralizado e diversificado.

Apesar do planejamento elaborado com a participação dos agricultores, e estes envolvidos diretamente no processo, havia um sério problema: o crédito<sup>21</sup>. Até 1987, antes de Serra do Mel se tornar município, os agricultores familiares não possuíam o título de seus lotes, e, sem oferecer garantias não acessavam os bancos. Para financiar a produção, muitos se submetiam ao capital comercial e a outros meios informais, como a agiotagem. Os comerciantes maiores de Mossoró, cidade pólo mais próxima, com sua rede formada por prepostos locais faziam a ligação entre os agricultores e o mercado, mantendo-se assim um vínculo onde não existia uma estrutura competitiva e, como define Abramovay (1998), a vinculação dos agricultores ao mercado se dava parcialmente. Outra forma de obtenção de recursos acontecia com a venda de produtos como leite e pequenos animais de “criação” (porcos, galinhas, etc.). Entretanto, o acesso às fontes oficiais de crédito, os bancos, se tornou realidade apenas em 1996, mas ainda sob restrições depois de um período de inadimplência. Os recursos para as atividades rurais foram sendo liberados gradualmente e submetidos a uma ação cautelosa dos bancos, principalmente do Banco do Brasil, os quais passaram a aumentar

---

<sup>21</sup> No ano de 1988, com Serra do Mel já na condição de município e os agricultores possuindo os títulos, foi realizado o primeiro custeio. O custeio tinha prazo de vencimento dos contratos de um ano. Quando chegou o momento de saldar as dívidas, os agricultores foram orientados por técnicos do Estado para o não pagamento, pois os técnicos justificavam a possibilidade de perdão por parte dos bancos. O perdão não aconteceu, e entre 1988 e 1995 os agricultores de Serra do Mel não tiveram acesso às fontes oficiais de financiamento.

de forma considerável as quantias e a demonstrar maior confiança somente nos anos de 1997 e 1998, auge do Programa de Reestruturação de Serra do Mel.

O aumento do dinheiro nas mãos dos agricultores entre 1997 e 1998 resultou da confiança na expansão e retorno econômico detectados na cultura do caju, como também ao trabalho realizado antes pelo convênio Banco do Nordeste/PNUD. E o motivo maior foi à intensidade do beneficiamento e da comercialização de castanha, principalmente orgânica, destinada à exportação. Porém, de acordo com Ortega et al (2004), em 1999 e 2000 houve uma redução dos recursos devido a uma crise na COOPERCAJU, no nível do arranjo local, e a uma mudança da política de crédito do PRONAF no nível do ambiente institucional. No Programa de Reestruturação chama a atenção para a distribuição na aplicação dos recursos ao longo da cadeia, a qual possibilitou determinada integração entre as fases da produção, do beneficiamento e da comercialização. A dinâmica a partir do processo de reestruturação levou a uma situação onde se tornava evidente a concentração e o predomínio dos investimentos em um único produto: o caju. Apesar da liderança do caju admitia-se, entretanto, que ela por si só seria insuficiente para garantir a condição de sustentabilidade, porém, a maior parte da estrutura rural existente foi constituída a partir do financiamento gerado com o excedente dessa cultura. E foi na estratégia de se afastar do mercado, à luz da análise institucional dos custos de transação de Saccomandi (1998), através do afastamento do mercado via agregação de valor pela agroindústria familiar, que foi construído um sistema de produção mais integrado e com relativa autonomia, como definido por van der Ploeg (2008), e se evidenciou a maior preocupação com a o processo de reestruturação de Serra do Mel.

Nesse processo, a expansão do crédito bancário viabilizou as transformações locais (produtiva, tecnológica, capacitação, etc), pois significou a base para as ações necessárias à reestruturação constantes no Plano, o que possibilitou o desenrolar e a sustentação do desenvolvimento rural. No entanto, foi com a criação da COOPERCAJU que se intensificou o processo de reestruturação. E essa reestruturação, estava prevista para viabilizar a integração a partir do beneficiamento artesanal da castanha de caju, utilizando um equipamento de corte de porte familiar para a extração da amêndoa. Entretanto, não existia um equipamento que se adaptasse à realidade de Serra do Mel, além das máquinas industriais da COOPERMEL que não interessavam à estratégia a que se pretendia. O suíço orientou buscar a EMBRAPA Agroindústria Tropical, de Fortaleza, a qual se integrou e passou a trabalhar na adaptação de um pacote que se adequasse à capacidade de produção de cada família.

#### 4.3.3.2 O Plano Integrado de Desenvolvimento Rural Sustentável

Durante as discussões do planejamento que se estenderam pelos anos de 1994 e 1995, a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel, PIDSSM, significou a primeira experiência do convênio Banco do Nordeste<sup>22</sup>/PNUD da região Nordeste, a qual teve participação da Associação Brasileira de Cooperação, ABC, e da AACCC. Essas organizações conduziram tecnicamente a elaboração do Plano e a aplicação da metodologia orientada ao ator, a qual propiciava na sua formulação a participação e a capacitação dos agricultores familiares e suas associações. Com isso, uma das principais conclusões do planejamento com relação à situação econômica do município naquele momento foi a de que, apesar da liderança da cultura do caju, deveria ser considerada a preocupação com a dependência em um único produto, além da insuficiência deste para engendrar sozinho um processo endógeno de desenvolvimento capaz de garantir um fluxo crescente e regular de renda para as famílias rurais envolvidas.

Na concepção do PIDSSM, em nível de *relacionamento interno* da unidade de produção a variável tecnológica encontrava-se associada à disponibilidade de recursos físicos e financeiros, com o processo de capacitação, de produção, e com a divisão interna do trabalho entre os membros da família ou trabalho eventualmente contratado. E no nível de *relacionamento externo* a partir de certa aproximação com o mercado, através da articulação com sistemas de comercialização e de financiamento. Dessa forma, a idéia do PIDSSM era a de conduzir o desenvolvimento rural numa relação entre tecnologia e mercados com certo nível de encadeamento, mas numa forma parcial de mercantilização no sentido de Marsden (1991), em estilos de agricultura mais integrados e autônomos, como na definição de van der Ploeg (1994). A concepção do PIDSSM se configurava na época diferente pelo fato de enfatizar a valorização do desenvolvimento endógeno<sup>23</sup>, o que pressupõe controle interno dos processos e das estratégias locais. Além disso, o foco visava um desenvolvimento construído desde sua base privilegiando a cooperação entre atores com relações nos níveis: local,

---

<sup>22</sup> A presença do Banco do Nordeste no período de elaboração do PIDSSM criou uma certa euforia por parte de vários produtores, os quais esperavam que os recursos fossem liberados de forma imediata. A ansiedade era tanta que muitos não tiveram paciência de esperar a finalização do Plano, pois, para alguns agricultores, o caráter imediatista no acesso ao dinheiro era o que mais interessava e não a 'conversa fiada' do processo de elaboração do PIDSSM.

<sup>23</sup> A característica da agricultura familiar para autores como Graziano da Silva (2000) e Abramovay (1998, p. 193), é de dependência e subordinação ao capital. Porém, a concepção do PIDSSM combina mais com o sentido de van der Ploeg (1994), apresentando-se diferente quando busca em suas diretrizes combinar as relações internas e externas, promovendo uma maior integração e autonomia da agricultura familiar.

regional, nacional e internacional. Assim, possibilitou o afastamento gradual da dependência do mercado e certa aproximação com a *dinâmica de desenvolvimento rural sustentável* de Marsden (2003). Na verdade, a estratégia do PIDSSM consistia em introduzir mudanças tecnológicas no longo prazo, capazes de fazer com que o excedente gerado localmente não fosse drenado para setores de fora, e que os resultados da atividade fossem convertidos na própria estrutura de produção e em rendas mais remuneradoras do trabalho das famílias.

Percebendo a importância da agroindústria familiar como processo contínuo da produção, o PIDSSM apontou para a necessidade da diversificação onde esta pudesse estar devidamente integrada na cadeia produtiva. Porém, constatadas as deficiências e os principais problemas do município, passou-se a apontar soluções a partir das potencialidades locais. Mesmo enfrentando dificuldades, a concepção do Plano fez com que os agricultores passassem a ver uns aos outros mais como parceiros e não como ameaça. E a partir do enfoque orientado ao ator, o PIDSSM, por sugestão do convênio Banco do Nordeste/PNUD, conforme Ortega et al (2004), foi orientado a fortalecer os laços de confiança, e construir o *capital social* através da rede de participação entre Estado, mercado e Sociedade Civil. Nesse sentido, o PIDSSM foi constituído preocupado com a criação de oportunidades de ocupação mais remuneradoras a partir de agricultores familiares livres, ancorado na integração dos três principais eixos: a *agropecuária*, a *agroindústria familiar*, e as *ocupações não-agrícolas*.

As estratégias para a agropecuária foram direcionadas para as vertentes agrícola, pecuária e silvícola, consorciadas de forma a garantir um padrão tecnológico com viabilidade social e econômica, e sustentável ambientalmente. Em relação ao padrão tecnológico, além da articulação entre as atividades, que previa a intervenção da pesquisa, pretendia-se reverter o cultivo tradicional para o orgânico. Este padrão tecnológico encontrava-se dentro dos estudos do IBD e da ONG Agro-Eco holandesa, os quais recomendaram a produção de castanha orgânica, tendo em vista a possibilidade de atingir *nichos* de mercado externo. A Sociedade para Incentivo ao Pequeno Artesão do Rio Grande do Norte, SIPARN, agente exportador, se responsabilizou pela operação das exportações no Porto de Natal-RN. Em 1996, numa das ações mais importantes do eixo agropecuário contido no PIDSSM, a EMBRAPA Agroindústria Tropical e a EMPARN passaram a desenvolver, com financiamento do Banco do Nordeste, uma variedade de cajueiro mais resistente e produtivo: o cajueiro anão precoce.

Para a agroindústria familiar, o beneficiamento da castanha do caju foi a principal estratégia. Ainda se tentou implementar, a partir de esforços conjuntos com a EMATER, um processo caseiro de derivados do pseudofruto (rapadura, doce, mel, licor, etc.) em algumas vilas. O SEBRAE se inseriu depois apoiando nas estratégias de inserção (embalagem, rótulo,

identificação do produtor, etc.) dos produtos no mercado. Diante de algumas deficiências de regulação, muitas geradas pelo *oportunismo* entre organizações, como na definição de Williamson (2000), entre outros fatores, não houve registro de sucesso. Quanto às oportunidades não-agrícolas, as formas de inserção de membros da família no mercado de trabalho ocorreram com a transformação artesanal da castanha realizada pela agroindústria familiar, a qual gera mais da metade das ocupações fora da propriedade. Esta estratégia possibilitou membros da família combinações entre o trabalho agrícola com atividades não-agrícolas fora da propriedade, estratégia definida por Schneider (2003) como *pluriatividade*. O fato de ser um município de estrutura fundiária homogênea, e de não possuir indústrias ou grandes propriedades, onde nem sindicato de trabalhadores existe, a atividade rural por meio do cooperativismo tem se desenvolvido em forma parcial de mercantilização, no sentido de Marsden (1991) e Saccomandi (1998), em estilos de agricultura, como em van der Ploeg (1994), mais integrados e relativamente autônomos através da COOPERCAJU.

#### 4.3.3.3 A mercantilização e os estilos de agricultura familiar

No processo de transformação da agricultura de Serra do Mel, a organização e a tecnologia foram elementos que afetaram diretamente o funcionamento da economia local, tendo sido responsáveis por mudanças estruturais profundas tanto em nível interno da unidade produtiva como em nível de suas relações com o mercado. Segundo Graziano da Silva (1999), a política tecnológica no ambiente da unidade familiar emerge como um elemento chave no contexto da transformação dinâmica de uma produção mais artesanal, no sentido de elevar esse segmento para um patamar mais alto de integração com a economia global, o que a faria de alta relevância no direcionamento dos processos de integração da unidade de produção.

Entretanto, para a EMBRAPA, naquele momento o setor agroindustrial não tinha tecnologia adequada para o aproveitamento integral do caju, se apresentando os processos de extração da amêndoa como os mais viáveis. O eixo da agroindústria contido no PIDSSM fazia parte de um conjunto de atividades integradas e trazia, na sua concepção, um determinado grau de complexidade para sua implantação, pois no Plano estava prevista a produção orgânica. Isso tornou difícil a obtenção dos recursos financeiros, e para sua aprovação chegou a ser necessária uma negociação diretamente com a sede do Banco do Nordeste, em Fortaleza, pois o Plano não se enquadrava nos parâmetros convencionais de projetos agrícolas. A apresentação de uma proposta que unia três fases (produção, agroindústria e comercialização),

além da inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico, tornava o Plano um caso particular nas regras e rotinas das agências locais de crédito, impossibilitando-as de realizar a operação. O valor total estimado era de R\$12.000.000,00 (Doze milhões de reais).

Diante da dificuldade com relação à tecnologia apontada pela EMBRAPA no PIDSSM para o pseudofruto, a reestruturação da COOPERCAJU foi direcionada para o beneficiamento artesanal da castanha do caju. Surgiu, então, a necessidade de ajustar a tecnologia para o corte artesanal e inseri-la de maneira descentralizada, de tal forma que as famílias pudessem operar em suas casas. Numa parceria entre os agricultores familiares, a AACC, e a EMATER, foram realizadas discussões que resultaram numa mini-indústria familiar com características rústicas e, a partir disso, foram necessárias adaptações às dimensões pretendidas. Com a necessidade de ajuste, a EMBRAPA desenvolveu um equipamento de corte artesanal que incluía, além do equipamento de corte da castanha, uma estufa pequena consumidora de gás em substituição as de alvenaria que queimava lenha; baldes para cozimento em vez de autoclaves; *layout* apropriado para a instalação, etc. Com a inserção e utilização da nova estrutura de corte artesanal e de porte familiar foi constatado aumento na rentabilidade<sup>24</sup> dessa agroindústria.

Na realidade da COOPERCAJU apenas 10%, entre 45 a 50 toneladas de toda a castanha de caju produzida, cerca de 580 toneladas por ano, eram beneficiadas pelas famílias através das unidades de beneficiamento, e apenas 1/3 dos 10% se destinavam ao mercado internacional. Isso demonstrou que ainda havia um potencial local para a castanha de caju, e uma capacidade de expansão da agroindústria familiar e da exportação. No beneficiamento da castanha para exportação usando equipamentos de porte industrial, segundo técnicos da COOPERMEL, eram aproveitados em torno de 50% de amêndoas inteiras, e os 50% restantes (quebradiças e esmagadas). Isso revela qualidade inferior à equivalente de corte artesanal da COOPERCAJU, a qual chega a alcançar em torno de 80% de aproveitamento de amêndoas inteiras. E como os agricultores familiares participaram juntamente com os técnicos da EMBRAPA e da AACC na adaptação do equipamento de corte artesanal, a tecnologia se apresentou simples e proporcionou um fácil aprendizado com rápida apropriação. Alguns problemas que surgiram no beneficiamento artesanal foram, por sua vez, decorrentes do ajuste da tecnologia. Um deles tem sido a dificuldade em atingir um nível mais padronizado das amêndoas, no momento em que as unidades de beneficiamento se encontram dispersas pelas

---

<sup>24</sup> Segundo explicação de um técnico da COOPERCAJU, a amêndoa beneficiada representa, em média, 20% do total de frutos processados, ou seja, são necessários 5 kg de frutos para gerar 1 kg de amêndoa. E no processo de seleção para a exportação, que se submete a um maior rigor, o índice de aproveitamento de amêndoas inteiras chega a superar 80% de toda a castanha beneficiada, e o restante de 15 a 20% em formas quebradiças, é totalmente absorvido pelo mercado interno.



vilas do município, o que exige mais trabalho da COOPERCAJU na uniformização e no controle da qualidade. Outro problema se relacionou com a questão ambiental, onde a emissão do gás oriundo da queima da castanha, o Líquido da Castanha do Caju, LCC, gerava poluição.

No entanto, o maior problema que se apresentou no decorrer dos esforços da agroindústria familiar, bem como na implantação do PIDSSM, foi a deficiência gerencial dos dirigentes da COOPERCAJU. Sem qualificação adequada para coordenar a integração de atividades e a gestão em escala empresarial, a diretoria contratou um gerente que passou a cometer uma série de equívocos, chegando inclusive a comprometer a estratégia inicial de estruturação da Cooperativa. Não aceitando a condição de liderança do beneficiamento da castanha como principal atividade econômica e capitalização da COOPERCAJU, o gerente, contrariando os apontamentos da EMBRAPA com relação às limitações tecnológicas para o pseudofruto do caju, decidiu criar e desenvolver um produto novo a partir do pseudofruto. Ignorando advertências de pessoas experientes, e de especialistas em ciência de alimentos, além de contrariar o PIDSSM, o gerente desviou recursos destinados ao beneficiamento da castanha criou uma rapadura de caju. A rapadura foi encaminhada ao mercado consumidor sem passar por um teste necessário, o de prateleira, tendo em vista suas características de produto natural por não possuir conservantes químicos. Vista no início como novidade, toda a rapadura produzida foi comercializada, porém, não resistiu ao tempo de espera (ou validade) recomendado pelo mercado e apodreceu. Os compradores devolveram o produto levando a cooperativa a um sério prejuízo e a inadimplência da COOPERCAJU frente ao Banco do Nordeste causada por erros de estratégia de mercado e de gestão.

Com uma dívida crescente, sem capital de giro, e com uma crise para administrar, a COOPERCAJU precisou rever suas estratégias para sobreviver. E a crise de gestão afetou uma das conquistas mais importantes: a garantia de comercialização para o exterior. Quando da elaboração do PIDSSM foram realizados contatos com compradores de países da Europa e Estados Unidos. Estes firmaram interesse na aquisição da produção, principalmente da castanha com Selo Orgânico. O fato de não cumprir o contrato de compra e venda desperdiçou este mercado potencial, necessitando de um maior esforço para reconquistá-lo. Além disso, como em Ortega et al (2004), o Certificado Orgânico teve sua última inspeção do IBD em novembro de 1998 ficando suspenso por algum tempo. Como a idéia do PIDSSM era a de engendrar uma estratégia endógena a partir de uma estrutura de funcionamento integrada no nível local, a efetivação incompleta deste eixo comprometeu outras atividades previstas. A diversificação também não ocorreu como o previsto no início, e o beneficiamento da castanha

continuou como único processo local, liderando as atividades econômicas, mesmo reduzindo as unidades de máquinas de corte da castanha.

Os problemas identificados em Serra do Mel se apresentam típicos de experiências como as dinâmicas de desenvolvimento rural de Marsden (2003), que se relacionam integradas do nível local com o não local. São embriões, decorrentes de um novo padrão de produção representados pela possibilidade de flexibilização das formas de organização da produção e do trabalho que, no decorrer do tempo, vem exercitando sua entrada ao esquema global capitalista. No Rio Grande do Norte, Serra do Mel se configura como um dos maiores produtores de castanha de caju, sendo possuidor de uma área explorada de 23.000ha de cajueiro que produz um total estimado entre 8.000 e 10.000 toneladas por ano. Entretanto, desse total apenas cerca de 580 toneladas ao ano de castanha *in natura* eram produzidas por agricultores familiares ligados a COOPERCAJU, e o restante vendido diretamente a grandes empresas ou através de intermediários. Isso motivou as ações de reestruturação de Serra do Mel a serem desenvolvidas em torno do eixo agroindústria do PIDSSM a partir de 1994, conduzindo para as unidades artesanais de beneficiamento da castanha com vistas a atingir o mercado externo. As relações comerciais através da COOPERCAJU passaram a se realizar diretamente pelos produtores por uma central sem a presença de intermediários.

De toda a produção de Serra do Mel apenas a castanha de caju tem sido vendida para o mercado internacional, tendo como principal destino a Suíça. As relações de intermediação entre os agricultores e o mercado internacional eram realizadas por uma organização da Suíça que desenvolvia trabalhos em países pobres, a OS3. Esta organização operava como uma espécie de EUREP GAP do mercado orgânico, e seus técnicos monitoravam e regulavam à distância as práticas produtivas locais, como em Marsden (1998), verificando se o processo produtivo atendia às exigências do mercado orgânico, e se não utilizava trabalho infantil e sistemas de escravidão. As diretrizes do PIDSSM previram, a partir de 1994, o destino dos investimentos para a inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico para atingir *nichos* do mercado externo. Assim, em 1995 Serra do Mel exportou a primeira remessa de castanha orgânica para a Suíça, e em 1996 e 1997, com o aumento das liberações de recursos do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, foi intensificado o processo de inversão do sistema tradicional para o orgânico, a ponto de inverter as quantidades exportadas. Pelos números da tabela 11 percebe-se que caem bruscamente as quantidades exportadas de castanha não orgânica e se elevam em proporções maiores as orgânicas. A partir dessa constatação é de se considerar ainda a elevação do número de unidades familiares de beneficiamento, de 8

unidades em 1991 para 85 em 1996 e 1997, além da entrada de mercados compradores interessados como a Alemanha e os EUA.

**TABELA 11: Exportação de amêndoas de castanha de caju e mercados de destino.**

| ANO  | QUANTIDADE     |           | UNIDADES DE BENEFICIAMENTO | MERCADO DESTINO |
|------|----------------|-----------|----------------------------|-----------------|
|      | NÃO - ORGÂNICA | ORGÂNICA  |                            |                 |
| 1991 | 3.000 Kg       | -         | 8                          | Suíça           |
| 1992 | 4.500 Kg       | -         | 12                         | Suíça           |
| 1993 | 4.500 Kg       | -         | 26                         | Suíça           |
| 1994 | 7.000 Kg       | -         | 30                         | Suíça           |
| 1995 | 15.000 Kg      | 4.700 Kg  | 70                         | Suíça           |
| 1996 | 5.400 Kg       | 10.500 Kg | 85                         | Suíça           |
| 1997 | 3.600 Kg       | 14.800 Kg | 85                         | Alemanha        |
| 1998 | 10.500 Kg      | -         | 85                         | EUA             |
| 1999 | -              | -         | -                          | -               |
| 2000 | 20.300Kg       | -         | 53                         | Suíça           |

**FONTE: Coopercaju 2000. Questionário de pesquisa de campo 2007.**

Com a crise de gestão instalada na COOPERCAJU, esta se juntou as conseqüências como o não acesso ao crédito em 1998, a suspensão do Certificado Orgânico, entre outros, os compromissos especialmente da entrega de castanha orgânica foram descumpridos trazendo sérios prejuízos para a COOPERCAJU, além de desperdiçar canais abertos com os mais importantes mercados compradores potenciais. Em 1999 não houve exportação de castanha de caju, retomando com muito esforço a partir de 2000 com apenas 53 unidades corte que funcionara através da ajuda não mais ampla e dedicada como no início, dos compradores da Suíça. Grande parte da castanha beneficiada de Serra do Mel, em torno de 63,97%, ainda é comercializada via intermediários no mercado interno juntamente com a parte *in natura*.

Apesar disso, segundo informação de um técnico da COOPERCAJU ainda era mais fácil exportar que comercializar no mercado interno, pois havia um grande problema quanto à burocracia do Estado. Para o mercado externo, necessitava apenas enviar uma amostra do produto que seria submetida a uma análise adequada aos padrões de classificação exigidos e, uma vez conseguida, recebia-se o Certificado de Origem e o produto seria enviado ao exterior. A vantagem estratégica na relação com o mercado externo era a exigência deste com as condições de produção: exigia-se o ISO 14.000<sup>25</sup> para produtos produzidos sem agressão

<sup>25</sup> O ISO 14000 representa um conjunto de normas destinado a sistemas de gestão de qualidade que leva em consideração o aspecto ambiental no processo produtivo. O objetivo destas normas é facilitar para as empresas, a implementação de metodologias que ajustem a produção ao respeito ao meio ambiente.

ao meio ambiente. Outra era a garantia do recebimento devido ao rigor na relação de compra e venda, pois tanto os compradores europeus como os americanos adiantavam 50% do total em dólar, e o restante era depositado na conta corrente logo após a entrega pela COOPERCAJU. Isso determinava uma alta responsabilidade da COOPERCAJU a ponto do não cumprimento dos contratos e ter seus custos de transação elevados por desperdiçar mercado, e ainda serem eliminados de relacionamentos futuros. No mercado interno, além de lutar com a burocracia estatal e com monopólios, como a MAISA e a Usina Brasileira de Óleos Vegetais, USIBRÁS, de Mossoró, para a COOPERCAJU havia certa fragilidade na relação de confiança com os compradores no Brasil devido a grandes possibilidades de calote.

Entretanto, apesar da crise e dos problemas na sua trajetória, a experiência de Serra do Mel teve possibilidades de continuidade e ampliação, além da diversificação a partir de 2002. Com a ajuda do SEBRAE, os agricultores familiares fundaram em 2001 a APISMEL, e hoje comercializam diversos produtos como sabonetes em barras e líquido, sais de banho, velas, além do mel em sachets e embalagens fracionadas. Além do Sebrae estão envolvidas a CONAB, a Visão Mundial, e a Universidade Federal Rural do Semi Árido, através do Curso de Agronomia, onde o papel dessa última é dispor de laboratórios para análises da qualidade do mel. Parte da produção da APISMEL é destinada a merenda escolar, e os demais itens são vendidos pelas mulheres dos associados na sede da APISMEL durante visita de compradores, interessados em conhecer o produtivo. Conforme constatação da pesquisa de campo, o sucesso da APISMEL, que iniciou com 25 apicultores e em 2006 era mais de 90 sócios, se deu com a proximidade com a COOPERCAJU. Isso levou a aprovar projetos de sua ampliação com recursos do Banco Mundial através do Programa de Desenvolvimento Solidário. Outra iniciativa de diversificação tem sido a criação de grupos de agricultores familiares que a partir de 2006 passaram a produzir melancia orgânica, com uma área de 250ha em algumas vilas, especialmente na Vila Amazonas.

A condução do planejamento considerando a cultura e a capacidade dos atores no nível local, e a construção de estratégias de longo prazo focadas na sustentabilidade dotaram os atores de habilidades que serviram para reforçar a atividade tradicional com continuidade sem gerar o *squeeze*, conforme van der Ploeg (2006). Uma constatação disso é o convênio entre a COOPERCAJU e organizações como a Fundação Banco do Brasil, a EMBRAPA e o SEBRAE, que visa ampliar a produção e a exportação através do Projeto Minifábricas de Castanha de Caju. Em 2006 foi inaugurada uma unidade em Serra do Mel, e nesse convênio a COOPERCAJU recebeu R\$ 762 mil da FBB. Quanto ao PRONAF, a agricultura familiar de

Serra do Mel teve um acesso maior que Alto do Rodrigues e bem menor que Baraúna, onde até 2006 foram realizados em Serra do Mel 2.916 contratos para R\$ 7.567.155,30<sup>26</sup>

Por esse caminho, ao contrário das experiências de Alto do Rodrigues e de Baraúna, foram as instituições que influenciaram as escolhas dos agricultores de Serra do Mel. Assim, a base de recursos da agricultura familiar passou a ser construída e controlada internamente e, na relação tecnologia e mercados, conforme van der Ploeg (1995), os estilos de agricultura se caracterizaram endógenos, integrados e relativamente autônomos. Os encadeamentos gerados pela agroindústria familiar definiram uma forma parcial de mercantilização, na definição de Marsden (1991), com movimentos apenas para frente, pois a concepção era estimular especialmente a produção de castanha orgânica. Nesse caso, a relação com os mercados no nível externo ocorreu com certa autonomia, e cada ciclo de produção foi construído e ajustado no nível interno mediante técnicas tradicionais. Os recursos utilizados correspondiam à estratégia endógena definido por Long & van der Ploeg (1994), onde recursos locais são combinados a partir de um *eventual* uso de elementos externos. Analisando do ponto de vista institucional dos custos de transação de Saccomandi (1998), os recursos locais e o ambiente social formavam uma unidade orgânica, eram controlados e as práticas monitoradas por atores diretamente envolvidos na produção. Assim, esta se configurou uma estratégia que vai além do sistema produtivo, e uma iniciativa em que o agricultor familiar passou a ser orientado para, conforme Saccomandi (1998), reduzir os custos de transação afastando-se cada vez mais do mercado e escolhendo integrar e *fazer* mais internamente e *comprar* menos de fora.

#### 4.3.4 Impactos e resultados no contexto da economia local

É importante destacar que todos os processos na construção da experiência de Serra do Mel foram pensados, elaborados e implantados a partir do nível local e de forma participativa, resultando em uma mudança significativa nos aspectos econômico, social e cultural para as famílias envolvidas, além da mudança de mentalidade quando da necessidade de preservação do meio ambiente. Isso proporcionou aos produtores de Serra do Mel a possibilidade de deixar certa condição de pobreza, para se integrar ao esquema global através do associativismo e do cooperativismo. Para isso foi necessário, além de uma concepção diferente de planejamento, a disponibilidade de recursos financeiros, e uma eficiente

---

<sup>26</sup> Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, BASA, BB, BN E BNDES.

articulação institucional que uniu o desenvolvimento local às ações da pesquisa, do treinamento, etc., perseguindo sempre o longo prazo.

Mas, o maior legado dessa experiência foi o fato dela ter sido diferente por exercitar o planejamento a partir do nível local, e não apenas receber determinações de grandes programas estatais de cima, como as duas anteriores. E mesmo se encontrando em um ambiente de globalização, como o Pólo Assu-Mossoró, as respostas construídas pelos agricultores em Serra do Mel foram capazes de criar alternativas, estas não alinhadas com o projeto da modernização, o que configura situações de adaptação no sentido dado por Ellis (2000). O resultado passou a ser uma realidade de maior prosperidade local, a qual possibilitou a continuidade, com a capacidade de manter mercados com melhores preços, e de fazer surgir atividades novas que antes não existiam. Isso significou uma melhoria nas condições de vida das famílias, e criou um ambiente institucional mais estável em Serra do Mel. E nesse ambiente, a relação entre organizações públicas e privadas e os agricultores familiares passou a ocorrer com relativa autonomia. O fato de ter considerado a cultura e a capacidade coletiva dos atores, as ações desenvolvidas no nível local serviram para dotar os agricultores familiares de habilidades capazes de reduzir sua vulnerabilidade externa, superar as crises e, apesar delas, melhorar a confiança e a solidariedade entre eles.

## **5 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL NUMA PERSPECTIVA COMPARADA: recursos, escolhas, e estratégias**

Este capítulo consiste na apresentação dos resultados da pesquisa de campo realizada nas três dinâmicas regionais de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró (RN), quais sejam Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel, a utilização dos recursos disponíveis a partir das escolhas e estratégias de produção e reprodução elaboradas pelos agricultores familiares. Como mencionado anteriormente, a análise das dinâmicas regionais a partir dos dados primários consistirá na comparação com base na análise institucional dos custos de transação, tendo em vista a reflexão sobre as transformações na agricultura familiar e no meio rural. Com isso, a finalidade é interpretar e explicar por meio dos dados da pesquisa de campo, o desempenho das formas de organização da produção e do trabalho como um resultado das escolhas e estratégias dos agricultores familiares no nível local, e destacar a influência do ambiente institucional no nível regional. As transformações na agricultura familiar e no meio rural são decorrentes da reestruturação agrícola que ocorre como uma (re) ação dos atores no nível local, e as suas relações com as organizações no ambiente institucional têm reorganizado o espaço, onde a agricultura familiar tem presença marcante e influencia o desenvolvimento rural e regional.

Marsden & van der Ploeg (2008) definem o desenvolvimento rural como um conjunto de inter-relações geradas internamente e externamente, tornando os espaços rurais relativamente atrativos no âmbito econômico, social, cultural, e ambiental, sendo a sua origem um dos pontos mais discutidos. Para Marsden & van der Ploeg (2008), o desenvolvimento rural surge da combinação de uma variedade ampla de recursos naturais e sociais, responsável por moldar novos caminhos que muitas vezes trazem consigo a possibilidade do surgimento de outras atividades, interações e transações. Ambos, recursos naturais e sociais são constantemente moldados e remodelados pela prática na atividade e pelo aprendizado diário, possibilitando continuamente a inovação em novos níveis de produção e reprodução, o que van der Ploeg (2008), define co-produção<sup>1</sup>. Nesse contexto, os agricultores familiares constroem a sua base de recursos, a qual servirá de plataforma para as combinações realizadas na relação tecnologia e mercados no sentido dado por van der Ploeg (1995), definindo padrões e caminhos distintos por meio de graus variados de mercantilização em diferentes estilos de agricultura. E como

---

<sup>1</sup> De acordo com van der Ploeg (2008, p. 26), a co-produção se refere sempre a dois processos ordenadamente entrelaçados: um de produção econômica e material, e outro de reprodução social.

percebido ao longo dos capítulos anteriores, a mercantilização, no sentido definido por Marsden (1991), ocorre por múltiplos níveis e variadas formas e intensidades, em geral implicando em mais autonomia para aqueles que realizam suas atividades resguardando-se em relação aos atores dominantes de mercados nocivos à agricultura familiar, a exemplo das estruturas formadas por monopólios ou oligopólios.

Do ponto de vista institucional, conforme Saccomandi (1998), esse é o ambiente em que os agricultores familiares definem escolhas, isso em função da análise dos custos de transação, e elaboram estratégias decidindo pelo afastamento gradual do mercado e *fazer* mais internamente, ou se aproximar do mercado preferindo *comprar* de fora. Na verdade, o afastamento do mercado é analisado pelo fato da autonomia pela escolha e decisão por *fazer* mais internamente a *comprar* de fora, produz um afastamento de certos tipos de mercados nocivos aos atores, neste caso os agricultores familiares. Entretanto, isso não significa dizer que os atores não devam se relacionar com estes mercados, apenas que reünam habilidades para que possam se relacionar com mais liberdade e não aprofundem tanto a dependência na relação com ele. Quanto à análise das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, a qual discutiremos neste capítulo, será no sentido de identificar e comparar o funcionamento das formas de organização da produção e do trabalho nas três dinâmicas regionais. A finalidade aqui é demonstrar minimamente como os agricultores familiares obtêm, constroem, e utilizam os recursos disponíveis, e elaboram estratégias a partir de escolhas, as quais são influenciadas no nível regional pelo ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró.



## 5.1 A disponibilidade, a construção e a utilização dos recursos

A análise comparativa dos recursos e das estratégias desenvolvida a partir deste ponto consiste da utilização da abordagem institucional, tendo em vista a necessidade de explicar a mercantilização e os estilos de agricultura familiar a partir das escolhas dos agricultores familiares no ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró. A partir disso, serão utilizados os resultados da pesquisa de campo realizada com 271 famílias de agricultores familiares de 63 comunidades rurais das dinâmicas regionais de Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel. Isso se baseando no princípio de que as dinâmicas que construíram mecanismos sociais de regulação, ou arranjos institucionais mais consistentes no nível local valorizando a diversidade regional e a prática da agricultura por agricultores familiares livres, foram as que alcançaram mais autonomia relativa e diversificação das formas de inserção das famílias em mercados. Além disso, se revelaram as menos vulneráveis no ambiente institucional diante das forças externas da globalização que promove um processo de reestruturação agrícola, tornando suas chances de produção e reprodução mais promissoras. Buscaremos analisar ainda as impressões dos agricultores familiares sobre o meio rural e a atividade agrícola, em uma definição sobre a ruralidade no interior do Pólo Assu-Mossoró. Para a análise comparativa das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, buscar-se-á interpretar e explicar os seus níveis de desenvolvimento rural pela lógica de encadeamentos da mercantilização, e da condição dos estilos de agricultura: se mais ou menos autônomos, especializados ou diversificados. Dessa forma, procuramos utilizar as informações obtidas na pesquisa de campo nas três dinâmicas considerando o ano agrícola de 2006.

### 5.1.1 Estrutura e as formas de aquisição e exploração das terras

As informações da pesquisa de campo revelaram que a formação e a reorganização do espaço rural das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró têm apresentado ao longo do tempo semelhanças e diferenças entre elas. E as características específicas de cada uma são muitas vezes decorrentes da forma de ocupação da área e do tipo de exploração da agricultura familiar que historicamente predominou. Foram justamente os diferentes tipos de ocupação e

de exploração que moldaram e reorganizaram ao longo do tempo o mosaico do espaço rural e definiram, a partir de então, o tamanho, a estrutura, e a dinâmica do funcionamento das propriedades. Como resultado, durante processos internos a cada dinâmica, os atores foram responsáveis pela construção, reconstrução e desenvolvimento de uma combinação de recursos em estilos de agricultura que se conectam a caminhos específicos direcionados ao ambiente externo da propriedade. Assim, a tendência passou a ser a construção de um processo de diferenciação social e da diversidade econômica regional. No que diz respeito à estrutura disponível de terras e sua utilização, como mostra a tabela 12, a pesquisa revelou que as dinâmicas de Alto do Rodrigues e Baraúna se mostraram de certa forma semelhantes, tanto no cálculo da média da área total como da superfície agrícola útil, SAU, e se apresentando diferentes da estrutura de Serra do Mel.

**TABELA 12: Área Total e Superfície Agrícola Útil (em ha) por município.**

| <u>Município</u>         | <u>Área Total</u> | <u>Superfície Agrícola Útil – SAL</u> |
|--------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| <b>ALTO DO RODRIGUES</b> |                   |                                       |
| <b>Média</b>             | <b>21,58</b>      | <b>8,57</b>                           |
| Mínimo                   | 2,00              | 0,10                                  |
| Máximo                   | 88,00             | 45,00                                 |
| <b>BARAÚNA</b>           |                   |                                       |
| <b>Média</b>             | <b>22,17</b>      | <b>9,32</b>                           |
| Mínimo                   | 2,00              | 0,10                                  |
| Máximo                   | 117,00            | 70,00                                 |
| <b>SERRA DO MEL</b>      |                   |                                       |
| <b>Média</b>             | <b>55,82</b>      | <b>33,63</b>                          |
| Mínimo                   | 25,00             | 0,10                                  |
| Máximo                   | 250,00            | 216,00                                |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Quanto às formas de ocupação, a pesquisa de campo identificou tipos variados de obtenção das terras em cada dinâmica revelando assim semelhanças e diferenças entre elas. Com relação às semelhanças, nota-se nas três dinâmicas a presença significativa da ação do Estado, especialmente na forma de obtenção por atribuição ou colonização. Isso mostra a importância do Estado na organização e reorganização do espaço ao longo da trajetória de cada uma, a exemplo do planejamento dos lotes no distrito público de irrigação em Alto do Rodrigues, das áreas de reforma agrária em Baraúna, e da condição de projeto público de colonização agrícola planejado que deu origem a Serra do Mel. Depois da obtenção por atribuição, que significa receber terras a partir de algum programa do Estado, outra forma relativamente comum entre as dinâmicas é a aquisição via compra, especialmente de terceiros.

Essa é uma prática que, além da relação comum de compra e venda entre agricultores privados, ocorre com quem as adquiriu através do Estado.

Nesse sentido, lotes do distrito de irrigação em Alto do Rodrigues, de assentamentos de reforma agrária de Baraúna, e lotes de Serra do Mel têm sido muitas vezes comercializados, principalmente entre os contemplados, indo de encontro a defesa pela reforma agrária e do acesso à terra. Sem um controle interno, essa prática acontece a partir de um processo de seleção e substituição, com mais frequência no ambiente da agricultura irrigada e da reforma agrária, onde um agricultor mais capitalizado passa a comprar lotes de outros menos estruturados ou endividados, excluindo estes últimos e promovendo cada vez mais a concentração e a diferenciação entre eles. Já os pontos que se mostram diferentes entre as dinâmicas são as formas de obtenção através de herança, e de posse provisória.

Quanto à aquisição por herança, por possuírem uma estrutura rural mais antiga e de certa forma consolidada antes mesmo de se tornar município, as dinâmicas de Alto do Rodrigues e Baraúna aparecem semelhantes. Porém, o fato de ter sido obra do planejamento do Estado, e ter construído sua estrutura de produção e se tornado município recentemente, a dinâmica de Serra do Mel aparece na pesquisa apenas com um único caso de herança. E com relação à posse provisória da terra, Baraúna se destacou devido ao fato de haver comunidades muito pobres, especialmente no sul do município, onde agricultores familiares ainda ocupam terras públicas, áreas de estrada, e praticam uma agricultura altamente deficitária sustentada basicamente por aposentadorias e por bolsas família. Em suma, como mostra a Tabela 13, esses foram os tipos mais comuns de obtenção do recurso essencial para o agricultor familiar que é a terra, o que, de certa forma, revela pistas de como se deu a ocupação e a reorganização do espaço rural de cada dinâmica.

**TABELA 13: Forma de obtenção das terras**

| DESCRIÇÃO                              | TOTAL      | ALTO DO RODRIGUES | %          | BARAÚNA   | %          | SERRA DO MEL | %          |
|--|------------|-------------------|------------|-----------|------------|--------------|------------|
| Houve herança (a)                      | 32         | 15                | 18,75      | 16        | 17,78      | 1            | 0,99       |
| Total compra (b)                       | 94         | 35                | 43,75      | 16        | 17,78      | 43           | 42,57      |
| <i>compra de parentes</i>              | 7          | 4                 | 5,00       | 2         | 2,22       | 1            | 0,99       |
| <i>compra de terceiros</i>             | 87         | 31                | 38,75      | 14        | 15,56      | 42           | 41,58      |
| Através de doação (c)                  | 8          | 1                 | 1,25       | 2         | 2,22       | 5            | 4,95       |
| Terras de posse provisória (d)         | 15         | 5                 | 6,25       | 9         | 10,00      | 1            | 0,99       |
| Por atribuição (colonização...) (e)    | 120        | 22                | 27,50      | 47        | 52,22      | 51           | 50,50      |
| Outra (f)                              | 2          | 2                 | 2,50       | -         | -          | -            | -          |
| <b>Total = (a + b + c + d + e + f)</b> | <b>271</b> | <b>80</b>         | <b>100</b> | <b>90</b> | <b>100</b> | <b>101</b>   | <b>100</b> |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Tomando por base o processo de diferenciação a partir do tamanho das propriedades, os dados da pesquisa de campo mostram estratos de área variados os quais sugerem a natureza variada de ocupação de cada uma das dinâmicas. Como podemos observar na tabela 14, talvez o fato da exploração ter sido mais intensiva no leito do rio, e possuir metade do Distrito de Irrigação em seu território com lotes onde a maior parte tem 8,16ha, fez com que a maioria das unidades familiares de Alto do Rodrigues se concentrasse nos estratos entre 5 e 10ha, revelando a existência de pequenas áreas. No caso de Baraúna, a maior concentração é encontrada nos estratos entre 10 e 15ha e entre 15 e 20ha, além de uma oscilação geral entre os estratos de 5 e 30ha. A isso sugere que é resultado da forma de ocupação recente a partir dos anos 1980 decorrente da emancipação à condição de município, e do avanço das áreas de assentamento de reforma agrária, o que tem possibilitado no meio rural do Pólo Assu-Mossoró um movimento característico definido por Arce (2008) como *um processo de re-territorialização* pela reforma agrária. No caso da dinâmica de Serra do Mel já era esperada uma concentração predominando nos estratos entre 30 e 50ha, isso pelo fato do desta dinâmica ter sido, antes de se transformar em município, planejado para ser um projeto de colonização agrícola, o que lhe conferiu uma estrutura física de caráter homogêneo de 1.196 lotes de 50ha cada. Mesmo assim, foi encontrada na pesquisa apenas uma propriedade menor, de 30ha, e uma maior, de 250ha, esta última tendo sido formada a partir de um lote adquirido por atribuição na época da colonização, e os outros dois lotes comprados depois. Esta propriedade de 250ha chama a atenção para um movimento de concentração de lotes em Serra do Mel, onde sem a presença de regulação aqueles que conseguem maior capacidade de acumulação compram os lotes dos agricultores mais endividados e alteram o mosaico homogêneo construído inicialmente.

**TABELA 14: Estratos de área total dos estabelecimentos (%)**

| Estratos de área em hectares | Total | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|------------------------------|-------|-------------------|---------|--------------|
| 0 a 5                        | 4,06  | 6,25              | 6,67    | -            |
| 5,01 a 10                    | 15,87 | 40,00             | 12,22   | -            |
| 10,01 a 15                   | 11,07 | 6,25              | 27,78   | -            |
| 15,01 a 20                   | 10,70 | 12,50             | 21,11   | -            |
| 20,01 a 30                   | 9,96  | 12,50             | 16,67   | 1,98         |
| 30,01 a 50                   | 38,38 | 10,00             | 7,78    | 88,12        |
| > 50                         | 9,96  | 12,50             | 7,78    | 9,90         |
| Total                        | 100   | 100,00            | 100,00  | 100,00       |

**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.

Quanto à utilização da estrutura formada pelas terras nota-se tanto em Alto do Rodrigues como em Baraúna a presença de pequenas áreas. E o fato de Serra do Mel

apresentar estratos de área maiores, diz respeito à formação homogênea de sua estrutura planejada com lotes de 50ha. O motivo pelas quais as duas primeiras dinâmicas apresentam áreas utilizadas menores deve-se ao desenvolvimento da irrigação, sendo esta prática mais forte e consolidada na primeira do que na segunda, diferente de Serra do Mel que tem sua exploração agrícola sem a presença de irrigação. As semelhanças e as diferenças entre as dinâmicas econômicas regionais deixam pistas acerca do tipo de escolha dos agricultores familiares no nível local, quando decidiram empreender projetos produtivos, sejam de forma coletiva ou individual. Como podemos ver na Tabela 15, os estratos de superfície agrícola útil mostram uma concentração considerável da área de até 10ha em Alto do Rodrigues e Baraúna, enquanto que em Serra do Mel há uma maior distribuição, mas se concentrando nos estratos entre 20 e 40ha afirmando a tendência da tabela anterior.

**TABELA 15: Estratos de Superfície Agrícola Útil (SAU) (%)**

| <b>Estratos de SAU em hectares</b> | <b>TOTAL</b> | <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | <b>BARAÚNA</b> | <b>SERRA DO MEL</b> |
|------------------------------------|--------------|--------------------------|----------------|---------------------|
| 0 a 10                             | 51,29        | 75,00                    | 74,44          | 11,88               |
| mais de 10 a 20                    | 15,50        | 18,75                    | 15,56          | 12,87               |
| mais de 20 a 30                    | 12,55        | 5,00                     | 6,67           | 23,76               |
| mais de 30 a 40                    | 11,07        | -                        | 1,11           | 28,71               |
| mais de 40 a 50                    | 5,90         | 1,25                     | -              | 14,85               |
| Mais de 50                         | 3,69         | -                        | 2,22           | 7,92                |
| <b>Total</b>                       | <b>100</b>   | <b>100,0</b>             | <b>100,0</b>   | <b>100,0</b>        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaborado pelo autor.**

O uso da área representa muitas vezes uma demonstração de como os agricultores familiares exploram suas atividades e realizam as combinações se ajustando diante da estrutura existente e dos recursos disponíveis. No entanto, isso mostra a necessidade da utilização do conhecimento nas práticas diárias, seja através de técnicas tradicionais, modernas, ou ambas. Nas três dinâmicas a pesquisa de campo constatou a presença de uma diversidade econômica resultado do acesso a determinadas fontes de recursos, assim como do uso de técnicas específicas a cada dinâmica. Nesse contexto, as dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna mostraram possuir entre elas algumas semelhanças especialmente por praticarem um padrão técnico com o desenvolvimento de estratégias mais especializadas e exógenas, onde predomina os fundamentos da modernização agrícola e as relações capital  $\times$  trabalho. Por outro lado, a dinâmica de Serra do Mel se diferencia das demais por ter demonstrado o desenvolvimento ao longo do tempo uma estratégia mais endógena e não alinhada com a modernização, onde o agricultor familiar com maior liberdade agenda seus projetos sem a presença das relações de trabalho.

### 5.1.2 Principais formas e fontes de financiamento agrícola

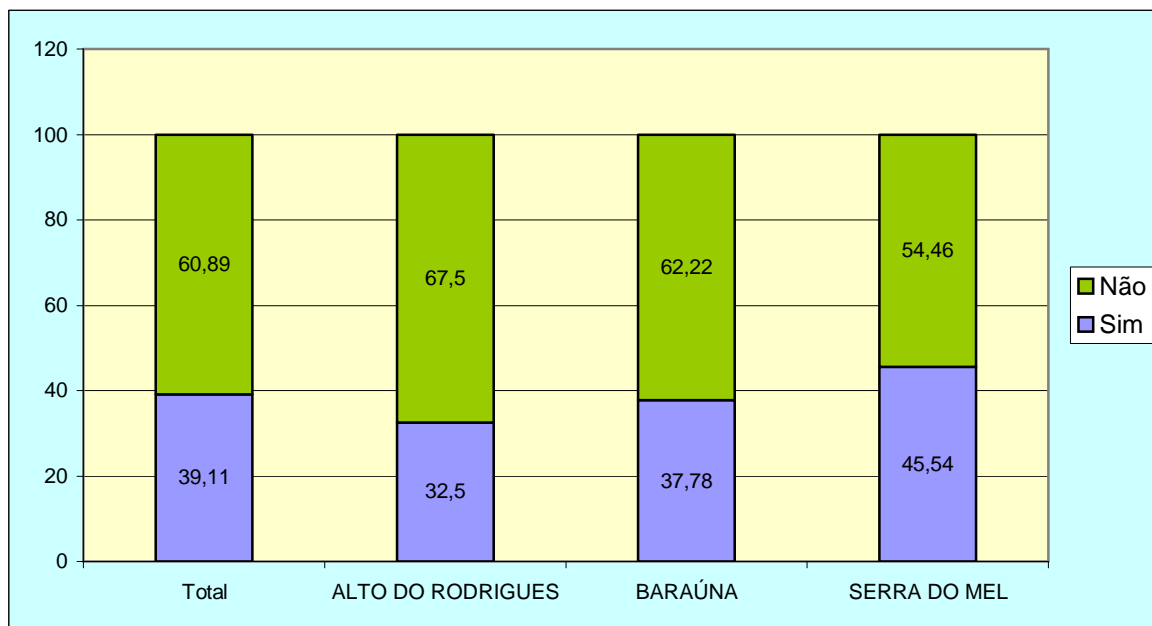
Por terem construído uma trajetória de padrão técnico alinhado com a modernização agrícola, tendo sido Alto do Rodrigues a partir dos anos 1980 e Baraúna por volta de 1990, estas dinâmicas desenvolveram estratégias onde a tecnologia utilizada e as formas de financiamento se tornaram características do modelo adotado. Com isso, se caracterizaram pela modernização especialmente por terem estimulado uma combinação de fatores que possibilitaram encadeamentos, como forma de consolidar a fruticultura irrigada. Em Alto do Rodrigues os encadeamentos tiveram movimentos mais para trás devido ao uso de insumos externos para produzir apenas para o mercado interno. Já Baraúna procurou desenvolver encadeamentos com movimentos tanto para trás como para frente, em função do seu elevado consumo de insumos externos para produzir, e da necessidade de uma significativa logística para realizar a exportação. No sentido contrário, Serra do Mel buscou se afastar dos encadeamentos com movimento para trás, escolhendo trilhar um caminho menos dependente de recursos externos, porém com parte da sua produção voltada para o mercado externo.

A definição pelas estratégias, alinhadas ou não com a modernização, acabaram influenciando na capacidade de cada dinâmica em realizar financiamento com a finalidade de produção. Como vimos no capítulo anterior, Alto do Rodrigues foi o município do Pólo Assu-Mossoró que menos recebeu recursos financeiros do PRONAF até 2006, onde foram realizados 846 contratos para a liberação de R\$ 1.155.581,89. Por outro lado, Baraúna foi um dos mais contemplados, com 6.559 contratos e uma soma de recursos financeiros da ordem de R\$ 9.013.336,15. Enquanto isso, na dinâmica de Serra do Mel foi realizada a quantia de 2.916 contratos para R\$ 7.567.155,30, um resultado acima de Alto do Rodrigues e abaixo do alcançado por Baraúna. No entanto, quando questionado se os agricultores familiares tinham obtido financiamento para a produção no ano agrícola de 2006, os resultados se apresentaram diferentes. Como mostra o gráfico 4, Alto do Rodrigues teve 32,5% dos que responderam positivamente, confirmando o fato de ter sido o que menos obteve recursos, aqui considerando os números do PRONAF.

Contrariando a lógica dos números, Baraúna foi das três dinâmicas a que mais obteve recursos do PRONAF no período analisado, entretanto, apenas 37,78% dos agricultores familiares entrevistados responderam ter obtido crédito para a produção agrícola. Enquanto isso, mesmo tendo alcançado números menores que Baraúna, tanto em contratos realizados como em recursos liberados pelo PRONAF, a dinâmica de Serra do Mel com 45,54 % dos

agricultores familiares que responderam positivamente, mostrou o melhor desempenho entre as dinâmicas no acesso aos recursos, considerando a destinação destes para a produção agrícola. Essa relação entre os valores do PRONAF e os números da pesquisa de campo faz notar que Baraúna, mesmo tendo recebido uma soma elevada de recursos financeiros deste programa em um período de quase dez anos, mostrou no ano em que a pesquisa de campo foi realizada, o ano agrícola de 2006, como a trajetória de modernização agrícola agiu no sentido de concentrar o acesso de mais recursos a um número menor de agricultores familiares.

Essa constatação pode despertar a curiosidade de saber como esse recurso financeiro é utilizado na dinâmica de Baraúna, e talvez um estudo mais elaborado sobre a aplicação do PRONAF nessa dinâmica pudesse revelar quem está tendo acesso, e quais são os impactos que o crédito via PRONAF tem possibilitado para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Como comentado no capítulo 2, acredita-se que não basta reivindicar mais e mais dinheiro e facilitar o acesso desburocratizando. Esse exemplo da dinâmica de Baraúna chama a atenção para a necessidade de arranjos institucionais (regras formais e informais) que operem no nível local em sintonia com o ambiente institucional, no nível da política nacional, e facilite o acesso aos recursos mediados por instituições de incentivo e punição. A aplicação dessa política sem que haja objetivos claros por parte de quem empresta e contrapartidas claras para quem acessa, a tendência é o uso do recurso para prioridades pessoais e não de uma estratégia de Estado. E isso pode, inclusive, conduzir para resultados particulares e nem sempre os esperados para a agricultura familiar e para as políticas de desenvolvimento rural, pois este último não acontecerá de forma automática ou espontânea. De outro ponto de vista, isso revelou como a o arranjo institucional que dá sustentação à agricultura familiar dessa dinâmica, não foi capaz o suficiente para garantir no ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró o acesso aos recursos financeiros do PRONAF e destiná-los à atividade econômica agrícola de forma que atingisse o maior número de contemplados.

**GRÁFICO 4: Obteve financiamento ou empréstimos para a produção no ano agrícola de 2006 (%)?**

FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.

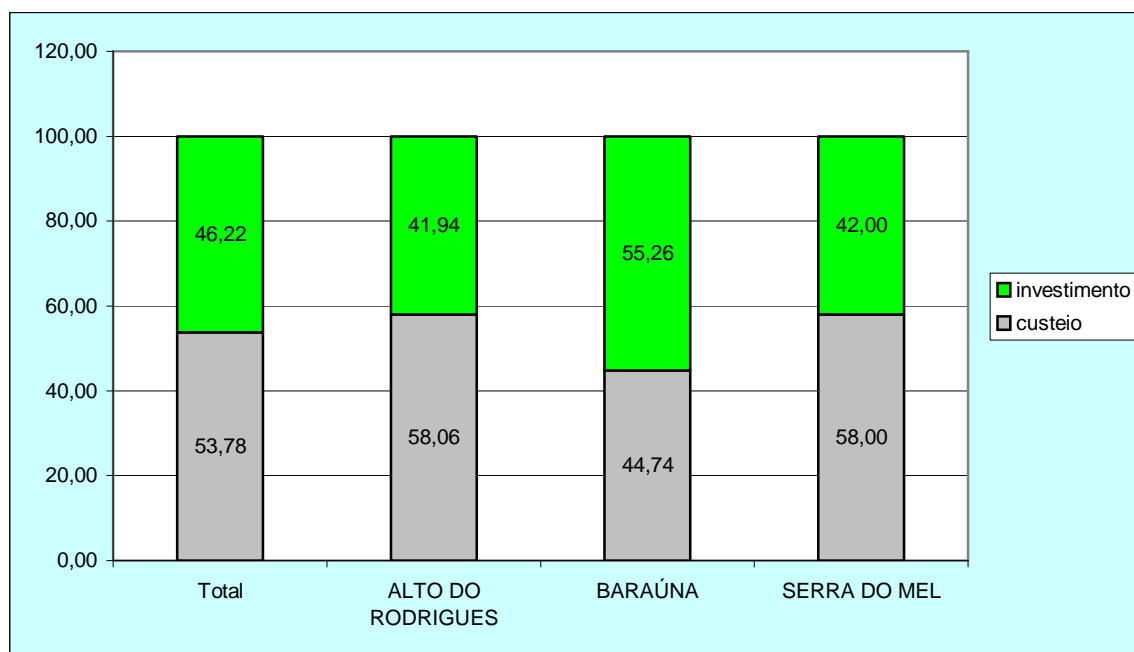
Por outro lado, Serra do Mel mostrou uma participação mais significativa do seu arranjo institucional no acesso por parte dos agricultores familiares, a partir de uma estratégia que persegue uma menor concentração baseada em uma atividade rural mais descentralizada e ativa. O fato de Serra do Mel ter construído um caminho se afastando gradualmente da dependência do mercado, este defendido na análise institucional dos custos de transação de Saccomandi (1998) como mais adequado economicamente para a agricultura familiar, possibilitou uma estratégia mais participativa e eficiente no nível do ambiente institucional, quanto ao acesso aos recursos para a agricultura familiar. Ao contrário de Alto do Rodrigues e Baraúna, onde as principais combinações locais têm levado mais para o caminho do uso intensivo de tecnologias e insumos externos, o que sugere a existência de uma lógica exógena e concentradora, onde a agricultura familiar opera sob elevados graus elevados mercantilização, no sentido dado por Marsden (1991), em estilos de agricultura, como em van der Ploeg (1994), cada vez mais especializados e dependentes do mercado.

Desde os anos 1980 Serra do Mel vem tentando se afastar da lógica dominante da modernização empreendendo práticas endógenas a partir de técnicas tradicionais que têm resultado na manutenção de uma importante base de recursos, esta na definição de van der Ploeg (2008). A base de recursos, formada especialmente por tecnologias artesanais em um processo de integração de atividades para agregar valor à castanha de caju, e impulsionada pelo acesso a recursos financeiros, tem ajudado a sustentar parte das unidades de produção



familiares e a definir um ambiente com possibilidades de estabilidade e continuidade. Essa base de recursos tem sido construída e autocontrolada de certa forma que, numa relação tecnologia e mercados como definido por van der Ploeg (1995), o agricultor familiar constrói uma forma parcial de mercantilização em estilos de agricultura mais integrados e relativamente autônomos.

Quanto à finalidade da utilização do financiamento, os resultados da pesquisa de campo revelaram certa semelhança entre as dinâmicas de Alto do Rodrigues e Serra do Mel, talvez pela maturidade da economia rural de Alto do Rodrigues, e da capacidade coletiva e da existência de uma importante base de recursos em Serra do Mel, como em de van der Ploeg (2008). Esses pontos podem sugerir a demonstração de determinado *espaço de manobra* dos agricultores familiares dessas duas dinâmicas, onde houve a possibilidade de utilização dos recursos financeiros para a produção no sentido de financiar atividades de custeio. Como mostra o gráfico 5, em Alto do Rodrigues e em Serra do Mel os recursos destinados ao custeio representaram 58,06% e 58%, respectivamente, superando os destinados ao investimento. No caso de Baraúna, esta seguiu outra direção, talvez pela falta das duas coisas. Como visto na descrição das dinâmicas no capítulo anterior, além da pouca maturidade econômica do município, a agricultura familiar de Baraúna carrega uma herança de desastre devido a experiência frustrada com a exportação de frutas. Os elevados níveis de inadimplência de parte dos agricultores familiares junto aos bancos, a capacidade declinante de organização coletiva, os sérios danos ambientais, entre outros fatores, têm gerado uma instabilidade do arranjo institucional limitando tanto o acesso às fontes oficiais de crédito como a outros tipos de políticas de desenvolvimento. Entretanto, apesar da instabilidade instalada no arranjo institucional, o que torna as estruturas locais de governança cada vez mais frágeis, Baraúna se configura um município em reconstrução, onde a reforma agrária e o relacionamento assimétrico entre agricultores e empresas na produção de frutas irrigadas para a exportação têm absorvido recursos mais para fins de investimento.

**GRÁFICO 5: Finalidade do financiamento para a agricultura familiar em 2006 (%)**

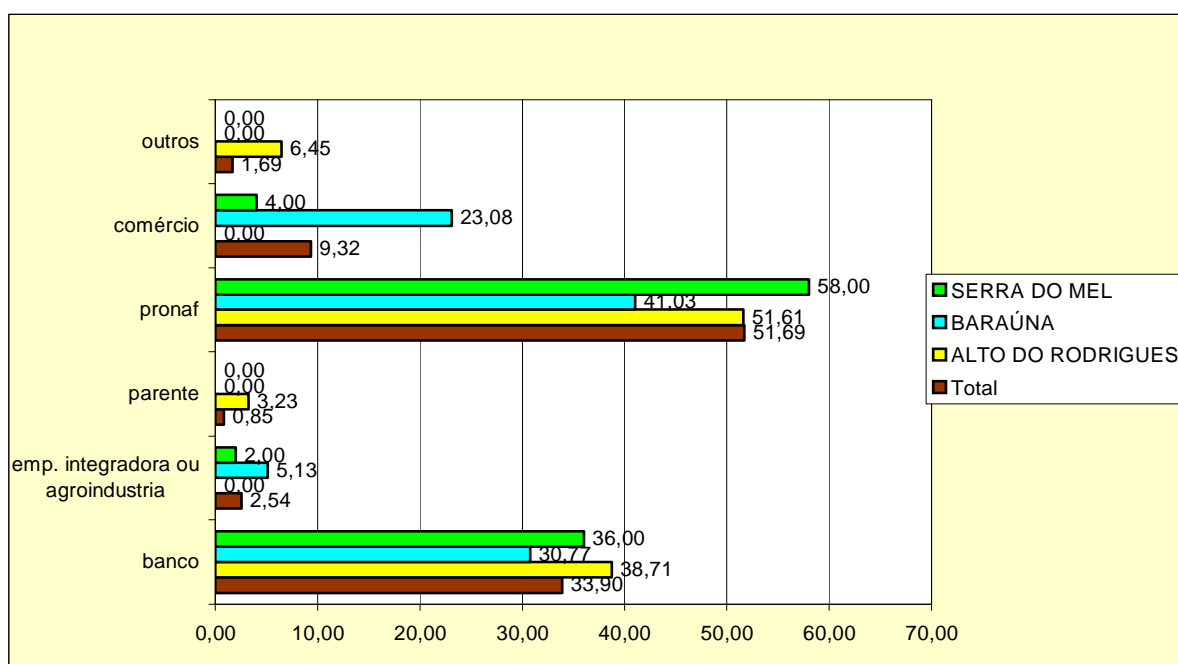
**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaborado pelo autor.**

Um outro ponto diz respeito aos principais tipos de fontes acessadas e formas de financiar a produção no ano agrícola de 2006. Como a pesquisa foi realizada apenas com agricultores familiares, havia uma tendência e uma expectativa natural no sentido de que parte dos acessos fosse no PRONAF, o que se revelou verdadeiro, tendo sido este seguido de outras fontes oficiais ou não. E Serra do Mel, por possuir elementos mais favoráveis, como a organização coletiva, foi a que mais acessou os recursos financeiros desta fonte, vindo Alto do Rodrigues em seguida, conforme gráfico 6 abaixo. Devido à instabilidade do ambiente institucional e a inadimplência de parte significativa dos agricultores familiares, o acesso ao PRONAF em Baraúna no ano de 2006 foi o menor na comparação entre as dinâmicas. Porém, um dos pontos que chama a atenção é a existência de outras fontes e formas de financiamento, especialmente o uso do comércio e de empréstimos realizados por empresas integradoras. Essas duas formas de financiamento foram encontradas com mais frequência em Baraúna, principalmente devido a sua condição de agricultura familiar mais pobre e deficitária, e pelo fato de grande parte dos agricultores familiares se encontrarem impedidos de acessar as fontes oficiais de crédito. Isso contribuiu para a busca de fontes alternativas por parte dos agricultores familiares, forçando-os muitas vezes a buscar recursos a preços mais elevados e a manter o que Abramovay (1992) classifica, numa definição de influência marxista, como *laços de dependência com o capital comercial usurário*, diante da necessidade de cumprir

acordos com as empresas, a exemplo do relacionamento da integração<sup>2</sup> tendo em vista produzir frutas irrigadas para a exportação.

De forma semelhante à Baraúna na busca de alternativas, mas diferente no que diz respeito a sua economia rural, Alto do Rodrigues acessou outras fontes de crédito com destaque para as oferecidas pelos bancos além do PRONAF. Porém, a diversidade de acesso a recursos financeiros por parte da dinâmica de Alto do Rodrigues, diferentemente de Baraúna, está relacionada com a sua condição de uma agricultura familiar mais economicamente mais definida devido às suas escolhas, estratégias, e a construção das suas trajetórias. Como parte dos agricultores que tem lotes no distrito de irrigação ainda não possui o título de posse da terra, há uma limitação no acesso ao crédito oficial. Entretanto, como grande parte dos produtores se encontra de certa forma capitalizada, isso possibilita o acesso a outras formas de financiamento, mesmo com a desvantagem a que a agricultura familiar de Baraúna foi submetida para obter recursos financeiros mais caros e, conforme Abramovay (1992), manter laços de dependência com o capital comercial.

**GRÁFICO 6: Principais fontes de financiamento da agricultura familiar.**



**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

<sup>2</sup> Esta tem sido uma prática que ganhou destaque em Baraúna, especialmente a partir de 1997, onde numa estratégia coordenada pelo INCRA-RN, assentados de reforma agrária passaram a produzir frutas para a exportação (basicamente o melão), a partir da associação com grandes empresas agrícolas, especialmente a MAISA e a FRUNORTE. Essa associação foi encerrada deixando os assentados ainda mais pobres e com alto endividamento. Para maiores detalhes ver Gomes da Silva (2002), Nunes et al (2006), entre outros.

Ao contrário do modelo desenvolvido por Serra do Mel, tanto Alto do Rodrigues como Baraúna vem ao longo do tempo desenvolvendo processos que se aproximam cada vez mais do mercado, através da intensa utilização de técnicas e insumos modernos em modelos de crescimento exógeno. O resultado tem sido o avanço da especialização das atividades em ambientes com cada vez mais características de *enclaves*, como no sentido dado por Abramovay (2002), os quais exigem níveis crescentes de eficiência econômica e necessidades constantes de atualização tecnológica para manter modelos de modernização. Assim, a base de recursos da agricultura familiar, esta no sentido de van der Ploeg (2008), passa a ser construída a partir de recursos adquiridos de fora do sistema de produção, sendo formada basicamente por tecnologias modernas em processos impulsionados pela alta necessidade de recursos financeiros. E a forma como ela é construída, tende a tornar muito vulnerável a base de sustentação das unidades produtivas, de gerar sérios danos ao meio ambiente, e de definir um ambiente com maiores possibilidades de descontinuidades, exclusão social e instabilidade, devido ao fato da base de recursos não ser autocontrolada. Nessa realidade, a tendência do agricultor familiar é a de conduzir a atividade econômica por meio de combinações em que, na relação entre a tecnologia e mercados, como define van der Ploeg (1994), opera formando encadeamentos, como no sentido dado por Marsden (1991). Isso devido ao desenvolvimento de culturas de alto potencial econômico e tecnológico que possibilitam processos de diferenciação com o surgimento de elevados graus de mercantilização em estilos de agricultura mais especializados e dependentes.

Analisando do ponto de vista dos custos de transação, o qual sustenta a perspectiva institucional de van der Ploeg & Saccomandi (1995), e de Saccomandi (1998), no nível local a disponibilidade de recursos e o ambiente social não se constituem uma unidade orgânica, e os recursos são controlados e as práticas monitoradas por atores externos não diretamente envolvidos na produção. E as regras que modelam e remodelam as relações entre os atores envolvidos no arranjo institucional tendem a formar uma assimetria de poder, como visto para o caso de Baraúna onde a estrutura de *governança*, no sentido definido por Williamson (2000), construído a partir das empresas e agricultores familiares se mostrou mais favorável às primeiras. Assim, a tendência do ambiente de Alto do Rodrigues e de Baraúna é para a condução de uma realidade onde o ambiente institucional influencia no sentido da busca de resultados mais urgentes e imediatos, como a lucratividade, onde as relações entre o ambiente interno da unidade produtiva e o externo do mercado e outras entidades se limitam à técnica e a produção, e não ultrapassam as fronteiras do sistema produtivo. Uma realidade em que, do ponto de vista institucional a escolha do agricultor familiar, como visto em Saccomandi

(1998), tem a tendência de cada vez mais se aproximar do mercado e combinar recursos baseado na escolha e decisão de *comprar* de fora a integrar e *fazer* internamente. Com essa decisão, o agricultor familiar se submete a uma realidade econômica de dependência de estruturas de mercado desiguais, como monopólios ou monopsonios, lhe atribuindo maior vulnerabilidade externa, e custos de transação cada vez mais elevados.

### 5.1.3 A tecnologia, o trabalho familiar e os serviços de assistência técnica

As formas de obtenção e utilização da terra por parte dos agricultores familiares, assim como dos recursos financeiros, tende a refletir diretamente no desempenho das atividades de cada dinâmica e definir, sobretudo, as combinações realizadas considerando a relação entre tecnologias e mercados, como em van der Ploeg (1994), no desenvolvimento dos processos de desenvolvimento rural. E o que determina as principais combinações em cada uma das dinâmicas regionais é a relação entre o conhecimento e a natureza no nível local, e a forma como são mediadas pelos arranjos institucionais no nível local as intervenções externas em outros níveis, a exemplo das ações do Estado e/ou do capital privada<sup>3</sup> nacional e internacional em uma era de globalização. Essas combinações são as responsáveis pelos registros e eventos que acontecem ao longo do tempo, e que, como define Marsden (1995), e contribuem para que a agricultura se transforme, se *metamorfoseando* e dando vida e sentido à trajetória de cada dinâmica. Analisando a diferenciação entre agricultores familiares, van der Ploeg (2008) coloca que os elementos utilizados para definir a agricultura familiar conduzem para a natureza de sua complexidade e variabilidade. Processos de produção agrícola revelam graus diferenciados de co-produção, ou seja, em posições particulares da relação tempo-espaço a produção agrícola torna-se artificial, enquanto em outras posições ela é baseada principalmente, se não exclusivamente, no capital natural. Assim, a base de recursos pode ser extensiva ou limitada, sendo controlada por atores diretamente envolvidos ou submetida ao controle externo. E nesse contexto, os movimentos de aproximação ou distanciamento com os mercados variam em proporção semelhante (van der Ploeg, 2008, p. 38).

Numa tentativa de caracterizar a condição camponesa, ou da agricultura familiar para efeito deste estudo, van der Ploeg (2008) coloca que o agricultor familiar está apto a produzir

---

<sup>3</sup> No desenvolvimento mundial, segundo van der Ploeg & Marsden (2008), mercados agrícolas e de alimentos não são regulados por uma *mão invisível* que surge fora do ponto de intersecção das curvas anônimas da oferta e da demanda, mas por regulação e intervenções políticas, bem como pelas operações estratégicas de poderosos grupos econômicos ligados ao agribusiness.

níveis crescentes de valor adicionado, ou de valor agregado. E é o foco no valor adicionado, segundo aquele autor, o que distingue o modo familiar de produção de outros modos<sup>4</sup>. No modo familiar, segundo van der Ploeg (2008), a base do recurso não se separa de elementos opostos, a exemplo do capital e do trabalho, ou do trabalho mental e manual. Os recursos materiais e sociais disponíveis representam uma unidade orgânica e são controlados pelos atores diretamente envolvidos no processo de trabalho. E quanto ao ambiente institucional, a regulação das relações entre os atores é derivada do *repertório cultural*. Nesse ambiente é destacada a importância da centralidade no trabalho familiar, onde sua intensidade deverá considerar elementos como a quantidade e a qualidade (van der Ploeg, 2008, p. 43).

Uma forte defesa de van der Ploeg (2008) é a de que a essa centralidade no trabalho familiar deverá associar três elementos essenciais: 1) a natureza das tecnologias aplicadas, as quais deverão ser orientadas no sentido contrário às de caráter produtivista; 2) uma importância especial à intensificação e investimento no trabalho familiar, este visando níveis crescentes de qualidade; e 3) a produção de novidades tecnológicas que surgem com as necessidades de ajuste no processo de produção, onde é atribuído papel importante ao acompanhamento técnico. Considerando a tecnologia na associação entre os três pontos citados por van der Ploeg (2008), no processo de mudança ela se apresenta como um elemento importante que afeta o funcionamento da economia local, seja esta alinhada ou não com a modernização, sendo responsável pela alteração nas estruturas tanto no âmbito interno da unidade de produção como nas relações com o ambiente externo. Quanto ao uso de tecnologias por parte das três dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, os números da pesquisa de campo revelaram algumas semelhanças com relação a presença de modelos, porém com diferenças no desenvolvimento dos processos. Considerando os modelos, apenas Alto do Rodrigues e Baraúna possuem pontos em comum no que diz respeito à presença da tecnologia de irrigação. Entretanto, os números se mostram invertidos se analisados pelo lado das respostas dos agricultores quando perguntados se possuíam ou utilizavam práticas de irrigação. Como mostra a tabela 16, com 77,50% dos que responderam positivamente, Alto do Rodrigues se configura a dinâmica com maior nível de agricultores familiares que utilizam a irrigação. Por outro lado, a agricultura familiar de Baraúna revelou utilizar esse padrão

---

<sup>4</sup> Para van der Ploeg (2008), o modo de produção empresarial, por exemplo, está orientado mais para a tomar recursos dos outros e drenar para fora da região o valor adicionado produzido por outros, do que para produzir valor adicionado com os recursos disponíveis. Dessa forma, o modo de produção capitalista se concentra única e exclusivamente na geração de lucro, através da busca constante pela eficiência econômica, implicando numa redução do valor adicionado total.

técnico em apenas 28,89% dos casos. Em Serra do Mel, ao contrário dessas duas primeiras, não foi encontrada a presença de atividades em áreas irrigadas.

**TABELA 16: Possui ou utiliza a tecnologia de irrigação (%)?**

|       | <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | <b>BARAÚNA</b> | <b>SERRA DO MEL</b> |
|-------|--------------------------|----------------|---------------------|
| Sim   | 77,50                    | 28,89          | -                   |
| Não   | 22,50                    | 71,11          | 100,00              |
| Total | 100,00                   | 100,00         | 100,00              |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaborado pelo autor.**

A presença da irrigação nas dinâmicas regionais de Alto do Rodrigues e de Baraúna revela a existência e o funcionamento de estratégias exógenas de desenvolvimento rural alinhadas com a modernização, as quais se desenvolvem a partir de encadeamentos no sentido de Hirschman (1961) e da mercantilização de Marsden (1991), através do uso intensivo de tecnologias de caráter produtivista em estilos de agricultura especializados e dependentes do mercado. O desenvolvimento da tecnologia da irrigação em modelos exógenos nessas duas dinâmicas reflete nas suas trajetórias tanto a importância dos recursos naturais e sociais disponíveis, o que possibilitou uma tecnologia específica em cada uma delas, como das intervenções externas, especialmente do Estado e da iniciativa privada, as quais na maioria das vezes determinaram de cima o padrão tecnológico. Considerando a descrição de cada dinâmica no capítulo anterior, percebe-se que há certa diferença nos elementos que definem a diversidade do espaço rural e as intervenções externas ao longo da história de Alto do Rodrigues e de Baraúna, o que pode sugerir uma explicação para o padrão tecnológico e para o desempenho da irrigação.

Como visto, talvez pela disponibilidade e certa facilidade no acesso a recursos naturais, como a água do rio e às terras férteis do Vale do Assu, Alto do Rodrigues já praticava antes mesmo da chegada da modernização algumas técnicas de irrigação, mesmo estas tendo características artesanais, a exemplo dos moinhos de vento. Além disso, essa dinâmica começou a receber intervenções externas ainda nos anos 1980. Como mostrado no capítulo anterior, Alto do Rodrigues foi o município do Vale do Assu que teve instalado em seu espaço rural o maior número de programas públicos destinados a modernizar a agricultura familiar, o que nos motivou escolhê-lo como dinâmica para análise nesta tese. Além de fazer parte do grandioso Projeto Baixo-Açu construído pelo DNOCS e concebido nas diretrizes do POLONORDESTE, foram instalados programas estatais menores, a exemplo do PROINE, PROVÁRZEAS, KIT's de Irrigação e, mais recentemente, o Distrito de Irrigação Oswaldo Amorim, este dentro da concepção dos *lotes empresariais*.

Por outro lado, além do desenvolvimento da tecnologia de irrigação ter acontecido mais tardiamente, a partir dos anos 1990, a forma de intervenção externa em Baraúna teve outra concepção, e a disponibilidade de recursos naturais não se apresentava com o nível de facilidade encontrado em Alto do Rodrigues. Ao contrário da intensa intervenção que trazia a concepção de Estado desenvolvimentista em Alto do Rodrigues, em Baraúna aconteceu a partir da iniciativa privada e em um ambiente de globalização, esta estimulada por uma abertura de mercado e mobilidade de capital. E os recursos naturais em Baraúna, apesar da oferta de terras de excelente qualidade, a obtenção d'água para a irrigação se fazia possível apenas por meio da perfuração de poços artesianos para acessar o aquífero subterrâneo. Nestes dois casos, a disponibilidade de recursos naturais e as intervenções externas, do Estado e da iniciativa privada influenciaram na definição da base técnica e na moldagem de um padrão exógeno. Trilhando um caminho de sentido diferente, até mesmo por não dispor de recursos naturais abundantes e por ter tido intervenções com concepções diferentes de desenvolvimento, Serra do Mel buscou desenvolver um outro tipo de tecnologia.

Como vimos no capítulo anterior, ao contrário de Alto do Rodrigues e de Baraúna, Serra do Mel procurou desenvolver uma concepção de desenvolvimento a partir do planejamento no nível local. Com isso, nas diretrizes do PIDSSM as combinações no ambiente interno da unidade de produção previam a variável tecnológica associada com a disponibilidade de recursos naturais, com o processo de aprendizado de produção, e com a divisão interna do trabalho entre os membros da família, no sentido do papel do balanço interno de Chayanov colocado por van der Ploeg (2008), ou a força de trabalho eventualmente contratada. Para o ambiente externo, as combinações previam uma certa aproximação com o mercado. Dessa forma, a idéia seria a de conduzir o desenvolvimento rural numa relação entre tecnologia e mercados com certo nível de encadeamento, mas numa forma parcial de mercantilização no sentido de Marsden (1991), em estilos de agricultura mais integrados e autônomos, como na definição de van der Ploeg (1994). A concepção do planejamento se configurou diferente pelo fato de enfatizar a valorização do desenvolvimento endógeno, como em van der Ploeg & Long (1994), o que previa maior controle da dinâmica no âmbito territorial e a manutenção da diversidade regional.

Na verdade, o planejamento consistiu na introdução de mudanças tecnológicas no longo prazo, capazes de fazer com que o excedente gerado localmente não fosse totalmente drenado para setores de fora, como no modo empresarial de produção definido por van der Ploeg (2008). Além disso, possibilitou que os resultados da atividade se convertessem endogenamente em investimentos na própria estrutura de produção, e reforçasse a base



produtiva na busca de maiores rendimentos para os agricultores familiares. Como visto no capítulo anterior, a tecnologia desenvolvida surgiu no sentido do beneficiamento artesanal da castanha do caju, tendo sido necessário ajustá-la para o corte artesanal de forma que as famílias pudessem desenvolver suas atividades em casa mesmo. A partir de um esforço conjunto entre os agricultores familiares e algumas organizações, como a EMBRAPA, o IBD de Botucatu, entre outras, surgiu uma tecnologia construída endogenamente, sendo esta uma mini-indústria de características rústicas e porte familiar para o beneficiamento da castanha de caju. A combinação entre vários fatores e a disponibilidade de recursos no nível local contribuiu para que Serra do Mel desenvolvesse um padrão tecnológico específico e ajustado às suas necessidades, sendo isso refletido nos números da pesquisa de campo. Como mostra a tabela 17, Serra do Mel com 33,7% dos agricultores familiares que responderam positivamente foi a dinâmica com o maior número de casos de participação em atividades de agroindústria familiar. As outras duas dinâmicas, talvez por ter desenvolvido outro tipo de modelo, não apresentaram o mesmo desempenho.

**TABELA 17: Existência de agroindústria familiar com produção para a venda (%)**

|       | Total | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|-------|-------|-------------------|---------|--------------|
| Sim   | 17,3  | 10,0              | 5,6     | 33,7         |
| Não   | 82,7  | 90,0              | 94,4    | 66,3         |
| Total | 100,0 | 100,0             | 100,0   | 100,0        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Nas formas de utilização dos recursos, os movimentos de aproximação com os mercados tendem a variar na mesma proporção dos graus diferenciados de produção material e reprodução social, a co-produção. Considerando a variabilidade nas dinâmicas econômicas do Pólo Assu-Mossoró, é de se considerar nesses movimentos de aproximação ou distanciamento dos mercados o importante papel da utilização do trabalho familiar. De acordo com van der Ploeg (2008), o qual defende a intensificação do trabalho familiar (*labour-driven intensification*), essa intensificação implica em um constante acréscimo na produção, devido a um maior rendimento por objeto de trabalho. Do ponto de vista técnico, esse rendimento aumenta em função do uso crescente de insumos e fatores de produção por objeto de trabalho, ou pela eficiência técnica melhorada<sup>5</sup>. Neste sentido, *a chave para rendimentos crescentes é a quantidade e a qualidade de trabalho* (van der Ploeg, 2008, p. 45).

<sup>5</sup> De acordo com van der Ploeg (2008), seria através do investimento no trabalho familiar (a exemplo da construção de sistemas de irrigação), e o tempo gasto muitas vezes no melhoramento dos recursos (criando animais mais produtivos através de seleção, ou obtendo melhores variedades de plantas), ambos a base de recursos e o processo de produção tendem a ser cada vez mais melhorados. Dessa forma, mais rendimentos resultarão em maiores ganhos, os quais, por sua vez, irão compensar a quantidade de trabalho acrescentado.

Uma característica da agricultura familiar é o seu desenvolvimento ocorrer com intensificação do trabalho. No entanto, isso a partir das ações no nível micro baseadas na organização coletiva e no acesso a mercados, porém levando em conta a necessidade de preservar a liberdade e a autonomia dos agricultores, conforme a contribuição de Chayanov (1974)<sup>6</sup>. A perspectiva de uma agricultura familiar relativamente contrária, mas por outro lado compatível com o mercado e a acumulação capitalista definida por Chayanov (1974), possui uma contribuição expressiva. O principal ponto de incompatibilidade encontra-se especialmente no fato de que em algumas dinâmicas econômicas a modernização tem sido difundida de tal maneira que a combinação do que é produzido para comer com o que se produz para vender, pouco depende do número de membros nas famílias ou da sua capacidade de trabalho. No entanto, de acordo com van der Ploeg (2008), é a condição de liberdade do agricultor familiar que se coloca como elemento indispensável para a realização da intensificação do trabalho e, conseqüentemente, do desenvolvimento. É claro que uma defesa neste sentido não se encontra alinhada com aqueles que defendem o desenvolvimento na agricultura à luz da modernização e da intensificação do trabalho assalariado, pois a maioria deles sempre desprezou a cultura do agricultor e a agricultura familiar.

Os defensores da modernização sempre acreditaram e defenderam que as formas familiares de produção eram incapazes, atrasadas, pobres e irracionais características que, na visão deles, não eram compatíveis com o crescimento econômico possibilitado pela eficiência econômica e a maximização do lucro, sendo um fator limitante à acumulação capitalista e um elemento o qual deveria ser removido, substituído, ou extinto. Atualmente ainda persiste e é significativa entre intelectuais de várias partes do mundo a defesa pela modernização baseada em modelos exógenos e pela intensificação das relações de trabalho, especialmente autores de orientação marxista<sup>7</sup>. É como segundo van der Ploeg (2008): *atualmente, a maioria dos "leninistas" ainda continua a rejeitar essa alternativa que relaciona o desenvolvimento na agricultura à intensificação do trabalho familiar* (p. 47).

Nesse sentido, numa comparação entre as dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, nota-se que a diferenciação entre elas acontece quase que exclusivamente pelas combinações em

---

<sup>6</sup> Com base na clássica contribuição do economista russo Alexander Chayanov, o ciclo demográfico no cotidiano do agricultor é o principal responsável pela regulação de uma considerável parte das dinâmicas das unidades de produção familiar. Segundo ele, é através do balanço interno entre produção e consumo que é atribuído à variável demográfica o papel central sobre a reprodução individual e familiar no meio rural.

<sup>7</sup> Das perspectivas teóricas, a marxista clássica se apresenta como a mais ortodoxa em relação a esta discussão, onde se destacam além do próprio Karl Marx, os pensadores Lênin e Kautsky. A principal linha de discussão destes autores se baseia nos pressupostos do desenvolvimento agrário, onde a condição familiar das formas de produção as levaria à sua extinção, isso como o resultado de uma luta constante entre o avanço da capitalista com a diferenciação (Lênin) e/ou decomposição (Kautsky) e a persistência das formas familiares.

modelos de desenvolvimento que escolheram a aproximação ou afastamento do mercado, como nos movimentos destacados por van der Ploeg & Saccomandi (1995), e Saccomandi (1998). E esses movimentos acontecem ou através do processo de intensificação do uso de tecnologias externas e das relações de trabalho em modelos mais exógenos alinhados com a modernização, ou da intensificação do trabalho familiar em modelos mais endógenos. Para analisar as características de cada dinâmica regional buscaremos, a partir de dados da pesquisa de campo, mostrar as principais formas de utilização do trabalho familiar nas atividades internas da unidade de produção no ano de 2006. Para isso, será considerado o cálculo da UTH<sup>8</sup>. A avaliação do trabalho familiar disponível e da força de trabalho empregada é muito importante para que seja compreendido: a) o tipo de ocupação; b) o tempo de trabalho; e c) a origem da força de trabalho. O primeiro será fundamental para definir o tipo de renda, o segundo fornece uma idéia da dedicação ao tipo de ocupação e à disponibilidade potencial da força de trabalho para subsidiar qualquer proposta que busque sua otimização e, por fim, o último é importante para definir quanto do trabalho tem origem na família ou na força de trabalho contratada.

Baseando-se nas principais formas de organização do trabalho das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, pode até ser possível a partir da análise da UTH perceber quais das dinâmicas se caracterizaram pela sua trajetória como a que mais utiliza força de trabalho contratada. Além desta, qual a que mais intensificou trabalho familiar no interior da unidade produtiva, e, finalmente, qual delas teve menos capacidade como empregadora ou de utilização da força de trabalho familiar, forçando membros da família a buscar emprego fora da propriedade. Analisando os dados da pesquisa de campo foi constatado que sobre a estratégia relacionada a capacidade de atuar no mercado de trabalho rural cada dinâmica definiu uma trajetória particular. Conforme mostra a tabela 18, a dinâmica de Alto do Rodrigues foi a que mais se apresentou com capacidade de utilizar força de trabalho contratada, conseguindo empregar uma média e um máximo maiores de UTH's, o que corresponde a 2,11 e 10,60 UTH's no ano agrícola, respectivamente. Enquanto isso, a dinâmica de Baraúna foi a que teve o pior desempenho como empregadora, ou seja, utilizou uma média de apenas 0,67 UTH's, se revelando a partir do outro extremo como a dinâmica em que seus agricultores mais procuraram oportunidades de trabalho fora da propriedade, ou

---

<sup>8</sup> A Unidade Trabalho Homem, ou UTH, segundo Lima et al. (1995, p.79), constitui uma unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho, sendo que uma UTH corresponde a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta com idade entre 18 e 59 anos. Para calcular a UTH considera-se que crianças de 7 a 13 anos correspondem a 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 a 0,65 UTH; adultos entre 18 a 59 valem 1 UTH cheia, e agricultores familiares com mais de 60 anos correspondem a 0,75 UTH.

seja, uma média de 0,29 UTH's. Em um sentido diferente, foi a dinâmica de Serra do Mel a que mais utilizou sua força de trabalho familiar no interior da unidade de produção, atingindo uma média de 3,21 UTH's por ano, ao contrário de Alto do Rodrigues que obteve a menor média de 2,47 UTH's no ano.

**TABELA 18: Características e formas de utilização da força de trabalho na propriedade**

|                                | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA     | SERRA DO MEL |
|--------------------------------|-------------------|-------------|--------------|
| <b>UTH Contratada</b>          |                   |             |              |
| <b>Média</b>                   | <b>2,11</b>       | <b>0,63</b> | <b>0,67</b>  |
| Mínimo                         | 0,00              | 0,00        | 0,00         |
| Máximo                         | 10,60             | 4,80        | 8,00         |
| <b>UTH agrícola fora da UP</b> |                   |             |              |
| <b>Média</b>                   | <b>0,07</b>       | <b>0,29</b> | <b>0,02</b>  |
| Mínimo                         | 0,00              | 0,00        | 0,00         |
| Máximo                         | 1,00              | 3,00        | 0,60         |
| <b>UTH Agrícola Familiar</b>   |                   |             |              |
| <b>Média</b>                   | <b>2,47</b>       | <b>2,94</b> | <b>3,21</b>  |
| Mínimo                         | 0,30              | 0,50        | 0,40         |
| Máximo                         | 7,65              | 9,80        | 8,30         |
| <b>UTH TOTAL</b>               |                   |             |              |
| <b>Média</b>                   | <b>5,35</b>       | <b>4,21</b> | <b>4,48</b>  |
| Mínimo                         | 0,90              | 0,78        | 1,50         |
| Máximo                         | 11,75             | 12,50       | 11,00        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Na verdade, o que a tabela acima revela é uma diferença quanto às estratégias de utilização da força de trabalho, onde as dinâmicas regionais que mais alinhadas com a modernização e com a intensificação da força de trabalho assalariada ocupem os extremos, seja com uma agricultura familiar superavitária e empregadora, ou deficitária forçando os agricultores a buscar emprego fora. Por outro lado, uma dinâmica não alinhada com os fundamentos da modernização que em sua trajetória escolheu não utilizar a intensificação das relações de trabalho, inclusive no seu arranjo institucional não existe sindicatos, foi a que apresentou os números intermediários. Essa dinâmica definiu no tempo um modelo de desenvolvimento de caráter mais endógeno a partir de agricultores familiares livres, os quais têm lutado constantemente por mais autonomia e liberdade. A estratégia escolhida pela dinâmica de Serra do Mel é a que mais se aproxima da utilizada pela dinâmica de desenvolvimento rural de Marsden (2003), e se mostra relativamente compatível com a estratégia de intensificação de força de trabalho familiar definida por van der Ploeg (2008) de *labour-driven intensification*.

Para tentar interpretar e explicar ainda mais as diferenças entre as dinâmicas regionais foi utilizado o cálculo da relação entre a média da área agrícola explorada no ano, a SAL, e a média da Unidade Trabalho Homem, UTH total e UTH agrícola familiar, o qual fornece uma

imagem que revela qual a dinâmica que mais utilizou o trabalho familiar considerando a área explorada da unidade de produção. De acordo com a tabela 19, mesmo com uma média de área agrícola útil elevada, de 33,63ha, Serra do Mel apresentou a melhor média de utilização do trabalho familiar entre as dinâmicas, ou 13,31ha por trabalhador<sup>9</sup>, na intensificação definida por van der Ploeg (2008) como *labour-driven intensification*, especialmente na relação SAU/ UTH agrícola familiar.

**TABELA 19: Superfície agrícola explorada por trabalhador agrícola total e somente trabalho familiar (ha)**

| Referência de cálculo | Total         |               | ALTO DO RODRIGUES |               | BARAÚNA       |               | SERRA DO MEL  |               |
|-----------------------|---------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                       | Sau/ Uthagtot | Sau/ uthagfam | Sau/ Uthagtot     | Sau/ Uthagfam | Sau/ uthagtot | Sau/ Uthagfam | Sau/ uthagtot | Sau/ Uthagfam |
| Média                 | <b>5,00</b>   | <b>7,84</b>   | <b>2,17</b>       | <b>4,96</b>   | <b>2,79</b>   | <b>4,24</b>   | <b>9,20</b>   | <b>13,31</b>  |
| Mínimo                | 0,02          | 0,02          | 0,02              | 0,02          | 0,02          | 0,02          | 0,03          | 0,06          |
| Máximo                | 51,72         | 72,00         | 10,80             | 33,87         | 19,44         | 46,67         | 51,72         | 72,00         |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

A trajetória de desenvolvimento de Serra do Mel baseado no agricultor livre e no cooperativismo, e num ambiente sem intensas relações de trabalho possibilitou certo afastamento do mercado, no sentido de van der Ploeg & Saccomandi (1995), e Saccomandi (1998), e uma maior intensificação do trabalho familiar nas suas atividades. Com isso, conforme veremos na análise dos resultados no próximo capítulo, em Serra do Mel ocorreu um aumento nos rendimentos em função do uso crescente de insumos e fatores de produção por objeto de trabalho, e pela melhora gradual da eficiência técnica, como em van der Ploeg (2008). Isso ajudado pelo crescimento nessa dinâmica de uma agricultura orgânica, a qual a partir de seu caráter multifuncional e de um estilo de agricultura que aponta para atividades com baixo consumo intermediário, implicou no acréscimo de trabalho familiar e numa maior qualidade deste trabalho, ambos no nível das unidades de produção e no setor agrícola como um todo. No sentido contrário, alto do Rodrigues e Baraúna, por terem desenvolvido modelos mais alinhados com a modernização escolheram uma maior aproximação com o mercado, em um ambiente que valorizava mais as relações de trabalho. No caso de Alto do Rodrigues, a sua agricultura familiar se configurou na pesquisa de campo como a mais rica, caracterizando-a superavitária e a que mais emprega força de trabalho. No outro extremo, Baraúna se revelou a dinâmica que possui a economia rural mais frágil, deficitária e instável, onde a condição de

<sup>9</sup> Mesmo possuindo uma média da SAU mais elevada, de 33,63ha, a relação SAU/UTHagfam em Serra do Mel ficou em 13,31ha por agricultor familiar, ou 39,58% da média da SAU. Essas médias para Alto do Rodrigues e Baraúna foram de 57,87% e 45,49% da média da SAU (8,57ha e 9,32ha), respectivamente, apresentando uma média de SAU por agricultor familiar bem superior ao alcançado por Serra do Mel.

pobreza da sua agricultura familiar tem forçado grande parte dos membros da família a buscar trabalho fora da propriedade, em outras unidades de produção.

Esse processo dá forma a um ciclo onde a qualidade do trabalho familiar é aprimorada, se constituindo um ambiente em que se faz necessário a presença dos serviços de acompanhamento técnico aos agricultores. No Brasil, ao longo dos anos este importante tipo de serviço se caracterizou historicamente pelo apoio preferencial dado àquelas dinâmicas mais alinhadas com a modernização, especialmente assumindo o papel de difusão da *crença* na noção de progresso quando da defesa da modernização. Com relação à comparação das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, isso está refletido nos dados da pesquisa de campo. Quando questionados se tinham recebido algum serviço de acompanhamento ou assistência técnica no ano de 2006, os entrevistados das dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna obtiveram os valores mais expressivos, conforme tabela 20, tendo obtido respostas positivas em 62,50% e 61,11 dos casos, respectivamente. Serra do Mel, como visto, teve o menor desempenho com apenas 40,59% de respostas positivas.

**TABELA 20: Recebeu assistência técnica no ano agrícola de 2006? (%)**

|       | TOTAL | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|-------|-------|-------------------|---------|--------------|
| Sim   | 53,87 | 62,5              | 61,11   | 40,59        |
| Não   | 46,13 | 37,5              | 38,89   | 59,41        |
| Total | 100,0 | 100,0             | 100,0   | 100,0        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

A influência desenvolvimentista, aqui lembrando da defesa de Myrdal (1972) e de Hirschman (1961), de que a condição de estagnação de determinada região não lhe daria inicialmente condições de competir, sendo necessário o Estado para garantir à reprodução do capital a proteção necessária, influenciou a ação de organizações e de instituições no direcionamento de políticas regionais para modernizar a agricultura. E para justificar esta proteção, acreditava-se particularmente na capacidade do capital de fora (e não no ator no nível local) de gerar economias externas, e possibilitar o retorno social e econômico para a região. Os resultados, os quais se acreditavam que iriam surgir de forma espontânea e natural, seriam conquistas de mercados, especialmente o externo, o aprendizado com a inserção de uma tecnologia exógena, e a elevação dos níveis de renda e, em particular, dos níveis sociais como educação, saúde, cultura, etc. Acreditando mais na capacidade do capital que na intensificação do trabalho para desenvolver a agricultura familiar, o aparato institucional foi orientado para a difusão de uma *crença* tendo em vista dar apoio preferencial a modelos exógenos, o que gerou descontinuidades, exclusão, e a instabilidade devido à redução da

confiança e da capacidade de organização dos agricultores das dinâmicas que escolheram esse caminho. De uma perspectiva econômica, instituições funcionando deficientemente significam que atores e organizações vêm altos custos de transação e riscos para seus investimentos, a ponto de reduzir a certeza de obter as recompensas esperadas.

Com níveis de incerteza elevados, estes altos custos de transação e riscos tendem a limitar os investimentos o que resulta em menos inovação, caso se trate do melhoramento ou da aplicação de tecnologia, e em menos produtividade e conhecimento, quando se trata de aperfeiçoar as formas de organização da produção e do trabalho. Neste sentido, como definiu Williamson (2000), os arranjos institucionais, os quais incluem diferentes formas organizacionais, constituem a estrutura normativa das relações entre os atores, necessária para conduzir atividades econômicas, e são construídos “de baixo” para reduzir a incerteza. Conforme apontado por Eaton & Meijerink (2007), atores a exemplo dos agricultores familiares desejam se inserir em mercados baseados em oportunidades econômicas e bem apoiados por elementos do ambiente institucional que lhes dêem o máximo de segurança e de certeza, geralmente adotando escolhas construídas por meio de modelos mentais (percepções subjetivas) que propiciam uma representação da realidade. Tais modelos, como visto em Williamson (1993), são elaborados partindo de estruturas dadas que se alteram à medida que são confrontadas com a experiência em práticas diárias e com o aprendizado. É neste contexto que são realizadas combinações no interior das unidades de produção familiar considerando a interação entre tecnologia e mercado, como em van der Ploeg (1995). Assim, percebido do ponto de vista da análise institucional dos custos de transação, conforme Saccomandi (1998), o agricultor familiar escolhe *fazer* internamente preferindo uma maior intensificação do trabalho familiar e do conhecimento natural do aprendizado diário, ou *comprar* de fora tecnologias externas e conhecimento científico. E a partir disso determinar um processo de diferenciação social e econômica, através de graus de variados mercantilização em estilos de agricultura, e estes últimos cada vez mais especializados e dependentes ou relativamente autônomos e diversificados.

Considerando a comparação entre as dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró no processo de construção do conhecimento e do aprendizado dos agricultores familiares é notado, conforme informações da pesquisa de campo da tabela 21, uma correspondência entre os serviços de assistência técnica e seu apoio preferencial às dinâmicas mais exógenas. Como podemos perceber, quando perguntados quais as principais atividades de extensão realizadas pelos serviços de assistência técnica em que participaram em 2006, a maior parte das respostas positivas dos agricultores familiares se constituiu nas dinâmicas mais alinhadas com

a modernização. Exceto no item *participação em palestras ou apresentação de temas agropecuários*, Serra do Mel ficou acima de Baraúna apenas. O restante dos itens, os quais representam atividades de troca de experiências, a exemplo de dias de campo, exposições agropecuárias, palestras, etc., tão importantes na construção do conhecimento e do aprendizado em um processo contínuo de melhoria da qualidade do trabalho familiar, como em van der Ploeg (2008), foi direcionado mais para a capacitação na aplicação de tecnologias da modernização. Com isso, de acordo com a pesquisa de campo, considerando a participação dos agricultores familiares em atividades de extensão no ano de 2006, Serra do Mel teve o menor desempenho comparando com o de Alto do Rodrigues e de Baraúna. Esses números revelam para o recente ano de 2006, que a *crença* na noção de progresso persiste e continua forte na concepção do aparato institucional Estado, quando da sua preferência na capacitação para a introdução de pacotes de tecnologias externas, tanto no fornecimento como no financiamento da assistência técnica aos agricultores.

**TABELA 21 Atividades de extensão rural e/ou informação técnica de que participou em 2006 (%)**

| DESCRIÇÃO   | TOTAL | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|---|-------|-------------------|---------|--------------|
| Programa de rádios e TV sobre técnicas agrícolas      | 74,91 | 82,50             | 72,22   | 71,29        |
| Demonstrações de novos produtos/dias de campo         | 29,15 | 50,00             | 26,67   | 14,85        |
| Feiras e exposições agropecuárias                     | 32,10 | 47,50             | 27,78   | 23,76        |
| Palestras ou apresentação de temas agropecuários      | 54,98 | 58,75             | 52,22   | 54,46        |
| Livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais | 25,09 | 43,75             | 20,00   | 14,85        |

\* não soma 100%

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Os serviços de assistência técnica têm influenciado fortemente nas combinações realizadas a partir dos recursos da agricultura familiar das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, seja nas formas de utilização como de obtenção desses recursos. Ao longo dos anos, um aparato de organizações e de instituições tem desempenhado uma variedade de papéis (assessoria, capacitação, organização, gestão, financiamento, etc.) e de concepção, predominando os serviços de assistência técnica e a difusão de determinado padrão de desenvolvimento. Como vimos no capítulo anterior, mesmo tendo uma presença e participação expressiva do Estado através da EMATER nas três dinâmicas, cada uma delas teve sua trajetória influenciada por um grupo específico de organização, sendo a maioria de natureza estatal, privada, e ONG. Confirmando as informações da caracterização das dinâmicas do capítulo anterior, os números da pesquisa de campo revelam o predomínio da participação das organizações estatais em Alto do Rodrigues, das ONG's em Baraúna, e uma maior distribuição de todas elas em Serra do Mel.



Conforme mostra a tabela 21, em Alto do Rodrigues, em função da experiência da agricultura familiar desde os anos 1980, onde o Estado teve forte presença com programas de irrigação que visavam a modernização agrícola, a maioria das respostas positivas dos agricultores foi para a participação da EMATER, com 55%, assistência de particulares com 10%, e da Secretaria Municipal da Agricultura, com 7,5% dos casos. Em Baraúna, devido à migração de produtores privados, e ao avanço da reforma agrária com a experiência que tentou inserir modelos de modernização na agricultura familiar por meio da integração com empresas na produção de frutas nos anos 1990, se confirma a maior participação das ONG's com 40%, seguido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com 15,56%, da EMATER com 30%, e de particulares com 8,89% dos casos. E em Serra do Mel, por ter desenvolvido uma experiência de agricultura familiar baseada no cooperativismo a partir de um modelo planejado no nível local e de forma participativa, mesmo tendo o predomínio da presença da EMATER, é notada uma participação mais equilibrada de outras organizações, as quais fazem parte estatais, assistência privada, e ONG's, ver tabela 22.

**TABELA 22: Organizações que realizaram serviços de assistência técnica no ano agrícola de 2006 (%)**

| ORGANIZAÇÕES                | TOTAL |       | ALTO DO RODRIGUES |        | BARAÚNA |        | SERRA DO MEL |       |
|-----------------------------|-------|-------|-------------------|--------|---------|--------|--------------|-------|
|                             | Sim   | Não   | Sim               | não    | Sim     | não    | Sim          | Não   |
| EMATER                      | 40,22 | 59,78 | 55,00             | 45,00  | 30,00   | 70,00  | 37,62        | 62,38 |
| Cooperativa de produção     | 3,32  | 96,68 | 0,00              | 100,00 | 5,56    | 94,44  | 3,96         | 96,04 |
| Sindicato/FETAG             | 6,27  | 93,73 | 1,25              | 98,75  | 15,56   | 84,44  | 1,98         | 98,02 |
| Secretaria Est. Agricultura | 1,85  | 98,15 | 2,50              | 97,50  | 1,11    | 98,89  | 1,98         | 98,02 |
| Secretaria Mun. Agricultura | 3,69  | 96,31 | 7,50              | 92,50  | 0,00    | 100,00 | 3,96         | 96,04 |
| ONG's                       | 14,39 | 85,61 | 0,00              | 100,00 | 40,00   | 60,00  | 2,97         | 97,03 |
| Assistência particular      | 7,01  | 92,99 | 10,00             | 90,00  | 8,89    | 91,11  | 2,97         | 97,03 |

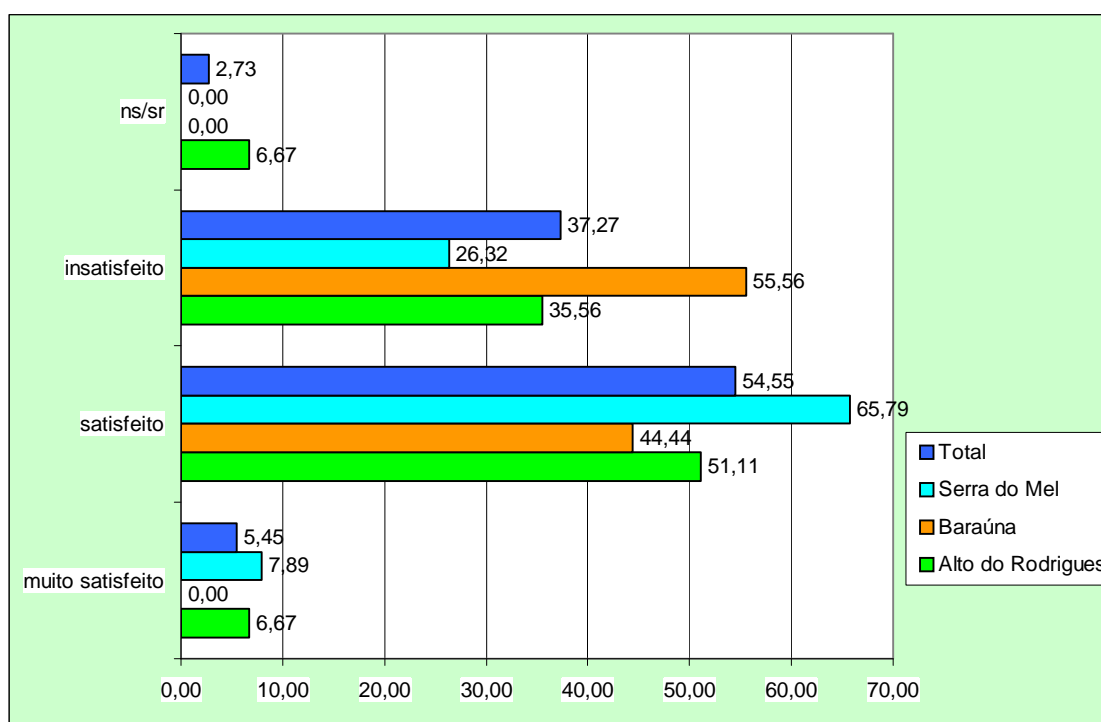
**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Como visto na tabela acima, o destaque para a presença da EMATER na trajetória das três dinâmicas sugere uma presença ainda marcante do aparato organizacional e institucional do Estado na agricultura familiar do Pólo Assu-Mossoró. A sua presença sempre foi, mais do que qualquer outra organização fornecedora de assistência técnica, decisiva na construção e adaptação do conhecimento nas três dinâmicas. Tanto na aplicação e ajuste de pacotes tecnológicos exógenos visando via programas públicos modernizar a agricultura de Alto do Rodrigues e de Baraúna, como na construção e ajuste de forma participativa de uma tecnologia endógena destinada à agroindústria familiar de Serra do Mel, a EMATER esteve presente nestes momentos. Isso tende para a construção de um relacionamento mais longo e consolidado com os agricultores familiares, onde sua atuação muitas vezes define a qualidade

e revela níveis de satisfação quanto aos serviços de assistência técnica, especialmente os fornecidos pela estrutura do Estado.

Comparando os níveis de satisfação quanto à atuação da EMATER, as informações da pesquisa de campo revelaram uma especificidade a cada dinâmica, porém mantendo, apenas para Baraúna, a lógica descrita na tabela analisada acima. Como notado no gráfico 7, as respostas dos agricultores familiares quando questionados quanto ao nível de satisfação com relação aos serviços fornecidos pela EMATER foram positivas especialmente para os itens *satisfeito* e *insatisfeito*. Com base nisso, como já era de se esperar, em Baraúna foi declarado o maior nível de insatisfação com a atuação da EMATER, ou 55,56% das respostas dos agricultores familiares. Entretanto, chama a atenção para o maior nível ser justamente dos agricultores familiares de Serra do Mel, com 65,79% de satisfação e o menor de insatisfação, ou seja, 26,32%. Ainda se mostrando curioso, também chama a atenção os níveis revelados pelos agricultores familiares de Alto do Rodrigues, sendo baixo o de satisfação, de 51,11%, e alto de insatisfação, de 35,56%, considerando ter sido essa dinâmica a mais contemplada pelos serviços da EMATER.

**GRÁFICO 7: Nível de satisfação em relação à assistência técnica recebida da EMATER ? (em %)**



**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

No caso específico de Baraúna, isso é o resultado talvez da ação dos movimentos sociais, onde foi construída uma relação mais próxima com o movimento sindical, especialmente com a FETARN, devido às lutas pelo avanço da reforma agrária e pelas negociações salariais com as empresas através do Pólo Sindical da Fruta. Além disso, houve

uma atuação intensa de ONG's principalmente entre 1997 e 2003, as quais, por meio de convênios financiados pelo Estado passaram a fornecer uma variedade de serviços. Dos serviços, predominou a experiência com a agricultura familiar através da assistência técnica a assentamentos de reforma agrária com o LUMIAR, durante a tentativa fracassada de implantar um modelo exógeno de modernização através do estímulo à integração entre assentados da reforma agrária e as empresas agrícolas. Por outro lado, a EMATER de Baraúna sempre esteve mais ligada com a dinâmica da modernização, tendo atuado no estímulo à instalação da iniciativa privada para produzir melão, e ao desenvolvimento e organização de mercados de terra, insumos, força de trabalho, etc., elementos de interesse basicamente das empresas agrícolas. No sentido inverso, Serra do Mel se revelou a mais satisfeita das dinâmicas, mesmo tendo sido a que mais realizou a intensificação do trabalho familiar, como em van der Ploeg (2008), e a que não desenvolveu um modelo alinhado com a modernização, o qual seria mais compatível com a concepção institucional da EMATER. Porém, o envolvimento em um modelo construído ao longo do tempo de forma planejada e participativa com relações mais horizontais, tornou o relacionamento entre os agricultores de Serra do Mel e a EMATER um caso à parte entre as dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró.

O melhor nível de satisfação em Serra do Mel, e os piores demonstrados pelos agricultores de Baraúna e Alto do Rodrigues revelam para as duas últimas uma relação inversamente proporcional. Essa relação se dá entre a busca elevada de resposta por parte do modelo de modernização em um ambiente de relações verticais, e a incapacidade histórica da EMATER de fazer esse modelo responder no nível desejado. O fato de Serra do Mel ter revelado uma relação contrária faz lembrar a defesa de van der Ploeg (2006) acerca do sério aperto (*squeeze*) que atualmente passam os modelos de modernização, mostrando que do ponto de vista do crescimento os modelos exógenos tem sido bem sucedidos. Porém por não responder ao aumento dos níveis de emprego, da renda e das condições de vida dos agricultores tem se transformado em uma proposta cada vez menos convincente de desenvolvimento rural (Long & van der Ploeg; 1994, p3). Isso mostra como as formas de utilização dos recursos podem determinar o desempenho de cada dinâmica e definir escolhas dos agricultores na elaboração de suas estratégias de produção e reprodução. Essas estratégias podem determinar a relação entre dependência e autonomia, modelar a agricultura, e construir a heterogeneidade do espaço preservando a diversidade regional.

## 5.2 A elaboração das estratégias: organização e tipos de inserção no mercado

De acordo com van der Ploeg (2008), a principal característica do agricultor familiar é a sua luta constante por autonomia e pela condição de permanecer livre. Particularmente, isso representa o caráter de persistência diante dos desafios do avanço capitalista (o qual para autores de orientação marxista clássica extinguiria as formas familiares de produção) e diz respeito à possibilidade do agricultor criar e manter, conforme Long (1985), uma *margem de manobra* nos níveis local e regional. Em um ambiente de globalização, como o Pólo Assu-Mossoró, essa luta tende a ir muito além das decisões dentro da unidade de produção, além do sistema produtivo. E quando da necessidade de enfrentar ambientes hostis comuns para o segmento da agricultura familiar, e bem diferentes da visão poética de alguns estudiosos, instituições a exemplo da cooperação e da confiança, e das relações de solidariedade são fundamentais para dotar os agricultores de mais habilidades tornando-os menos vulneráveis. Conforme define Saccomandi (1998), a luta por autonomia e pela liberdade se estende além do nível individual. Elas são muitas vezes construídas no nível mais alto de agregação, no nível do ambiente institucional, a exemplo de como aconteceu o surgimento das primeiras cooperativas na Europa do século XIX, o que passou a se consolidar e a se espalhar logo depois pelas regiões mais desenvolvidas do mundo. E nesse caso, a autonomia e a base de recursos do agricultor como define Ploeg (2008), sempre representaram o sustentáculo maior do sistema econômico e social da agricultura familiar, se apresentando instrumentos capazes de manter a liberdade, mesmo que em um ambiente hostil, como é o ambiente natural no sistema capitalista. E são escolhas dos atores, considerando suas habilidades e sua cultura, que desenvolvem estratégias onde as formas de organização coletiva e de inserção nos mercados são quem define a relação entre o sistema de produção e o ambiente social, construindo trajetórias específicas com posições distintas no tempo e no espaço.

### 5.2.1 Formas de organização

Como definem Saccomandi (1998) e Van der Ploeg (2008), a instituição cooperação significa um dos elementos fundamentais na luta persistente do agricultor familiar pela sua liberdade e relativa autonomia, especialmente no ambiente hostil do sistema capitalista. Isso

reforça a crença nos fundamentos da cooperação, a exemplo da confiança, da solidariedade, das relações de reciprocidade, etc., como os elementos responsáveis por uma estruturação mais eficiente das formas de organização da produção e do trabalho na agricultura familiar. Esses fundamentos possibilitam ainda uma maior consistência nos estilos de agricultura mais integrados e autônomos, onde, para van der Ploeg (1994), estes últimos podem reconstruir mecanismos sociais de regulação antes destruídos por estratégias de modernização no nível local, envolvendo-os em um caminho específico de organização da unidade de produção caracterizado pelo desenvolvimento endógeno em relações reproduzidas no tempo. Como vimos nos capítulos anteriores, é muito comum em regiões que predominam trajetórias de modernização, o desalojamento de famílias e a substituição de culturas e de uma dinâmica já existente. E isso ocorre mais em localidades onde o Estado estimula a entrada de grandes empresas para explorar atividades agrícolas e força de trabalho, e que não encontram resistência à altura. Com isso, os atores externos entram destruindo os frágeis mecanismos sociais de regulação no nível local, desarticulando o ambiente, e tornando a instabilidade desse ambiente e do arranjo institucional um elemento favorável aos mais poderosos. Um ambiente instável e de tamanha fragilidade não possibilita a articulação institucional, e a capacidade de inserção dos atores locais se torna cada vez mais limitada diante de estratégias exógenas de modernização. Assim, a destruição dos seus mecanismos sociais de regulação somados à condição de pobreza os torna extremamente vulneráveis aos atores externos, onde estes últimos passam muitas vezes a submetê-los em seu próprio ambiente a situações de exclusão (com a venda da propriedade) e a elevada exploração em relações de trabalho<sup>10</sup> precárias não adequadas com sua cultura característica de agricultor livre de antes.

Essa é uma situação expressa uma forte relação de dependência e autonomia, a qual Hirschman (1961) e Myrdal (1972) já chamavam a atenção nos anos 1950 no nível macro quanto à assimetria de poder que colocava países pobres em extrema desvantagem nas negociações com os países mais ricos e dominantes. E como vimos no capítulo I, já se acreditava nos anos 1950 que a falta ou elevada deficiência de cooperação entre os pobres se configurava no principal fator limitante do alcance de mais poder de negociação com os ricos, o que contribuía para manter estruturas de relações verticais que reproduziam a pobreza e a desigualdade. O que se percebe é que no setor agropecuário brasileiro esse tipo de relação foi

---

<sup>10</sup> Para efeito deste estudo, deve-se esclarecer que a ênfase na agricultura familiar não se fundamenta na oposição às estratégias baseadas em relações de trabalho. A principal defesa aqui é a de que as políticas de desenvolvimento deveriam elaborar e aplicar estratégias que considerem a capacidade e a cultura do agricultor familiar no nível local, como as *labour-driven intensification* defendida por van der Ploeg (2008), dotando-o de habilidades para que, com mais autonomia e liberdade, ele possa se inserir no mercado de trabalho com mais dignidade, e que sua decisão seja mais uma escolha do que uma submissão.

o que sempre serviu de base para as políticas regionais que apontavam para a modernização da agricultura por meio de modelos exógenos. Essa lógica persiste e continua se reproduzindo no nível micro, alterando as relações, excluindo, e danificando o meio ambiente de sistemas produtivos de áreas dinâmicas de regiões, como a Nordeste do Brasil, através de uma mobilidade de capital estimulada pela globalização, no sentido dado por Bonanno et al (1999). E para fazer frente às influências externas e se afastar desse tipo muitas vezes nocivo de relação para a agricultura familiar, se faz presente o desafio de (re) construir e desenvolver no nível local, formas específicas de organização da produção e do trabalho, onde a cooperação passa a ser uma das instituições essenciais nesse processo.

No Pólo Assu-Mossoró, o qual para Gomes da Silva (2004) constitui um ambiente dinâmico de globalização do Nordeste do Brasil, a estrutura de organização existente e a capacidade de inserção estão relacionadas com a sua principal atividade econômica: a fruticultura irrigada para exportação. E no seu interior as formas de organização da produção e do trabalho variam a cada dinâmica regional, devido às suas próprias escolhas e especificidades que definiram suas trajetórias no tempo. De acordo com as informações da pesquisa de campo na tabela 23, na estrutura organizacional predominam associações, cooperativas e sindicato rural. A maior estrutura é a das associações, porém grande parte não funciona e o seu surgimento, bem mais em Alto do Rodrigues e Baraúna, se deu a partir da segunda metade dos anos 1990 muito mais por interferência externa do que pela iniciativa local para resolver problemas coletivos. Devido a requisitos exigidos pelo Estado, estabelecidos em convênios com entidades como o Banco Mundial que previam o estímulo à organização no meio rural, as comunidades foram obrigadas a criar associações. Porém, apesar dos técnicos do Estado, de ONG's, entre outros acreditarem que o simples ato de criar a estrutura o associativismo funcionaria espontaneamente, isso não aconteceu e o papel da maioria das associações se limitou apenas a receber recursos de alguns programas públicos, a exemplo do PAPP, atual PCPR, do PRONAF, entre outros. Quanto às cooperativas, a pesquisa identificou cinco delas nas três dinâmicas, mas apenas uma criada pelos agricultores familiares funciona<sup>11</sup>, o que sugere uma maior participação do cooperativismo em Serra do Mel. E o sindicalismo rural, este mais forte em Baraúna, revela o resultado de lutas pela reforma agrária no município, e por melhores salários nas relações de trabalho com as empresas produtoras de frutas irrigadas.

---

<sup>11</sup> Considerando a diferença entre *organização* e *instituição* em North (1990), podemos dizer que existem cinco organizações cooperativas, porém em apenas uma existe a presença da instituição cooperação. Isso explica que não basta criar apenas a organização, deve-se estimular juntamente e fazer existir a instituição.

**TABELA 23: Participação econômica e social da família na comunidade local e no município (%)\***

| DESCRIÇÃO                            | TOTAL | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|--------------------------------------|-------|-------------------|---------|--------------|
| Associação comunitária de produtores | 54,24 | 42,50             | 57,78   | 60,40        |
| Cooperativas                         | 32,47 | 36,25             | 18,89   | 41,58        |
| Sindicato de Trabalhadores           | 50,18 | 26,25             | 68,89   | 52,48        |
| Associação de Mulheres/clube de mães | 10,33 | 3,75              | 18,89   | 7,92         |
| Associação vinculada à igreja        | 29,52 | 18,75             | 30,00   | 37,62        |
| Clube ligado ao lazer                | 10,70 | 16,25             | 11,11   | 5,94         |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

\* não soma 100%

Além das organizações mais ligadas à esfera econômica, como as associações de produtores, cooperativas e sindicatos, foram identificadas outras formas de organização social com destaque para as vinculadas à Igreja, ao lazer, e a questões de gênero como a associação de mulheres. Principalmente as vinculadas à Igreja e a associação de mulheres tem uma presença significativa em Baraúna devido a atuação de ONG's que, pela variedade de papéis que tentaram desempenhar com os agricultores familiares entre 1997 e 2003, buscaram ensaiar atividades além do sistema produtivo. Nesse contexto, além das ONG's preocupadas com atividades produtivas, outras ligadas à Diocese de Mossoró, e no caso específico das questões de gênero o Centro Feminista 8 de Março, o CF8 de Mossoró, atuaram através de convênios financiados pelo Estado tentando criar no meio rural de Baraúna estruturas e espaço para suas temáticas. Entretanto, como todas as outras, suas ações duraram enquanto durou o financiamento estatal. Considerando o lado da estrutura, a capacidade instalada para a organização social e produtiva construída entre 1997 a 2003 nas três dinâmicas se apresenta bastante significativa. Porém, foi alimentada apenas enquanto o recurso financeiro do Estado a manteve em funcionamento a partir de programas públicos que não tiveram a possibilidade de continuidade.

A falta de continuidade dos programas do Estado e das ações desenvolvidas pelas organizações, especialmente em Alto do Rodrigues e Baraúna, não possibilitou um modelo que oferecesse condições reais de inserção, pois atuou no sentido de alimentar modelos exógenos onde sua natureza seletiva e excludente limitou o acesso a oportunidades para grande parte da força de trabalho local. E como é notado especialmente no meio rural do Nordeste, tendo sido encontrado também pela pesquisa de campo nas dinâmicas regionais, as políticas estatais de inclusão que possuem continuidade se limitam à esfera social. E o seu alcance tem se limitado de um lado na inclusão da criança através de programas como a Bolsa-Família, e por outro lado na inclusão dos mais velhos com as aposentadorias, e

deixando uma significativa parcela entre as crianças e os velhos vivendo muitas vezes sob a dependência da pouca renda destes últimos, renda que vem de transferências do Estado.

Os efeitos disso no nível local podem conduzir muitas vezes a escolhas nem sempre dignas ou desejadas por parte dos excluídos, a exemplo da acomodação parasitária e da migração para outras regiões. Na faixa etária de 18 a 59 anos são significativos, como mostra a tabela 24, os quais representam um patrimônio latente para políticas com possibilidades de continuidade na esfera econômica e de natureza privada, que estimulem a inserção por meio de estratégias de desenvolvimento numa perspectiva diferente da modernização. A isso sugere políticas que considerem a diversidade regional e a capacidade coletiva do ator no nível local, e que sejam capazes de estimular condições para o surgimento de oportunidades viáveis a ponto de incentivar e conseguir despertar na região o gatilho da mentalidade para a ação produtiva contínua. Assim, a tendência seria a redução do vazio produtivo regional que tanto caracteriza o que Maia Gomes (2001) define *economia sem produção*. E uma estratégia, acredita-se, poderia surgir da combinação eficiente da variedade de recursos físicos, financeiros, e de conhecimento e tecnologias, como os analisados acima, em um processo de intensificação do trabalho familiar, no sentido *labour-driven intensification* definido por van der Ploeg (2008), utilizando a estrutura de organização existente. Para isso as dinâmicas disporiam de uma parcela significativa de mais da metade da população que se encontra nas faixas mais produtivas, entre 18 e 59 anos (com potencial de inserção), as quais somadas representam 57,18% em Alto do Rodrigues, 56,01% em Baraúna, e 55,65% em Serra do Mel, como na Tabela 24.

**TABELA 24: Faixa Etária (em %) dos três estudos de caso**

| ESTRATOS DE IDADE | TOTAL | MUNICÍPIO         |         |              |
|-------------------|-------|-------------------|---------|--------------|
|                   |       | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
| 0 a 9 anos        | 11,48 | 13,47             | 11,30   | 10,25        |
| 10 a 17 anos      | 14,27 | 9,88              | 19,66   | 12,76        |
| 18 a 24 anos      | 15,18 | 12,57             | 17,44   | 15,06        |
| 25 a 39 anos      | 19,93 | 25,45             | 13,51   | 21,55        |
| 40 a 59 anos      | 21,08 | 19,16             | 25,06   | 19,04        |
| mais de 60 anos   | 18,05 | 19,46             | 13,02   | 21,34        |
| Total             | 100,0 | 100,0             | 100,0   | 100,0        |

N= 1.218 pessoas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Com isso, antes de se pensar e elaborar qualquer estratégia para o meio rural, a exemplo das que defende a intensificação das relações de trabalho em estratégias de modernização, a inserção no mercado de trabalho através de oportunidades não-agrícolas, a



pluriatividade, etc., acredita-se, especialmente para regiões como a Nordeste do Brasil, ser necessário primeiro dotar a agricultura familiar de capacidades, estrutura, habilidades, etc. E esses fatores devem ser suficientes para que ela possa se inserir baseada em três elementos: qualidade do trabalho familiar, autonomia, e liberdade. E para isso, as formas de organização da produção e do trabalho deverão sinalizar o relacionamento entre atores e organizações sobre arranjos institucionais, no sentido de Williamson (2000), a partir da instituição a qual Putnam (1993) define essencial para a cooperação e o desenvolvimento: a confiança. Porém, conforme Putnam (1993), para haver a cooperação é preciso não apenas confiar nos outros, mas também acreditar que goza da confiança dos outros.

O desenvolvimento de instituições como a confiança e a credibilidade, como definem Eaton & Meijerink (2007) em estudo sobre o funcionamento de mercados agrícolas, tende a conduzir os atores ao acesso às informações e estratégias que incluem a criação de mecanismos coletivos, como as associações, cooperativas, etc. E essas organizações, as quais operam como arranjos institucionais como em Williamson (2000), deverão ser utilizados, o que é comum nas economias mais avançadas do mundo, para elevar os níveis de relacionamento e aumentar o fluxo de informações para um melhor desempenho das atividades. Como visto em Saccomandi (1998), isso aumenta a autonomia e melhora as relações entre os agricultores e os mercados agrícolas, contribuindo para fortalecer mercados locais e regionais, e reduzir os custos de transação. Isso quando diante da relação entre tecnologia e mercados, como a definida por van der Ploeg (1994), onde o agricultor tende a produzir o que comer combinando com o que produz para vender. E em um ambiente institucional construído que possibilita reduzir custos de transação, este se torna cada vez mais favorável para que o agricultor familiar tenha maior liberdade e capacidade de escolha, na decisão de *fazer* internamente em um sistema de produção mais integrado e autônomo, ou *comprar* de fora e se especializar em sistema mais dependente.

Entretanto, numa comparação do nível de confiança entre atores e organizações de relacionamento no nível local, os dados da pesquisa de campo revelaram uma realidade ainda muito frágil para as dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró no que diz respeito a articulação institucional tão necessária para o processo de desenvolvimento regional. Quando questionados durante a pesquisa de campo, os agricultores familiares responderam seguindo a mesma lógica da maioria das análises anteriores, mas mantendo suas especificidades. Conforme mostra a tabela 25, os níveis de confiança mais expressivos e comuns às três dinâmicas foram apontados para as entidades religiosas, e a relação com os vizinhos. Quanto às especificidades, Alto do Rodrigues manteve o nível elevado de confiança na EMATER, de

16,25%, entretanto, o nível mais alto ficou com a falta de resposta, 26,25%. Baraúna manteve o maior nível de credibilidade com o sindicato, 12,22%, e baixo com relação a EMATER, apenas 6,67%. E Serra do Mel manteve os níveis mais equilibrados, além da EMATER, com 14,85%, e dos religiosos e dos vizinhos.

**TABELA 25: Maior nível de confiança e credibilidade entre atores e organizações.**

| DESCRIÇÃO                                 | TOTAL | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|---|-------|-------------------|---------|--------------|
| Técnicos da Emater                        | 12,55 | 16,25             | 6,67    | 14,85        |
| Pessoal da prefeitura                     | 5,17  | 6,25              | 4,44    | 4,95         |
| Vereadores do município                   | 3,32  | 1,25              | 1,11    | 6,93         |
| Dirigentes do sindicato                   | 5,17  | 0,00              | 12,22   | 2,97         |
| Pastor e/ou padre da igreja que freqüenta | 25,83 | 13,75             | 31,11   | 30,69        |
| Técnicos de agroindústria e cooperativas  | 4,06  | 5,00              | 1,11    | 5,94         |
| Compradores da produção agrícola          | 2,95  | 5,00              | 3,33    | 0,99         |
| Vizinhos                                  | 24,35 | 26,25             | 21,11   | 25,74        |
| Não sabe/sem resposta                     | 16,61 | 26,25             | 18,89   | 6,93         |
| Total                                     | 100,0 | 100,0             | 100,0   | 100,0        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Enquanto os resultados acerca do maior nível de confiança e de credibilidade da tabela 27 acima foram mais para representantes de entidades religiosas e para os vizinhos, quando questionados em quem eles menos confiavam e depositavam a menor credibilidade, as respostas tomaram um sentido diferente e ainda mais preocupante. Um bom nível de confiança entre entidades religiosas e vizinhos pode até sugerir um certo nível de confiança, com a possibilidade de redes de solidariedade e reciprocidade apenas entre eles, pois entre os atores e organizações vinculadas às atividades de produção no nível local não acontece o mesmo. Acreditando que é no relacionamento com as organizações que se forma o ambiente econômico e social tão fundamental para a eficiência das formas de organização da produção e do trabalho, parte-se do princípio que é deste ambiente que muitas vezes emerge o comportamento competitivo e ao mesmo tempo cooperativo no desenvolvimento e difusão do conhecimento e da inovação. Porém, os baixos níveis de confiança entre atores e a maioria das organizações que formam o arranjo institucional (ver Williamson, 2000) no nível local tende a dificultar a articulação institucional e tornar os mecanismos sociais de regulação de uma região pobre já enfraquecidos ainda mais frágeis. Com isso, a região se torna vulnerável à influências externas que, com a sua penetração (a exemplo da entrada de empresas nacionais poderosas e multinacionais em áreas de modernização), podem desestruturar as formas de organizar a produção e o trabalho forçando muitas vezes os atores locais se enquadrar a uma dinâmica não adequada com a cultura existente.

Acontece que a representação dessas organizações e entidades tão essenciais quando da necessidade de atuarem como entes da ação coletiva apoiando os agricultores familiares na sua luta persistente pela qualidade do trabalho, autonomia e liberdade, não se mostram muito confiáveis no nível local das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró. Conforme mostras os dados da pesquisa de campo, quando perguntados em quem menos confiam ou depositam menor credibilidade, as respostas dos agricultores familiares predominaram quase que absolutamente para a representação política dos vereadores, sendo seguido mais de perto pelos representantes da prefeitura. A rejeição por parte dos agricultores familiares para os vereadores, os quais representam o poder legislativo municipal foi de 32,50% em Alto do Rodrigues, de 57,78% em Baraúna, e de 64,36% em Serra do Mel. E com relação aos representantes da prefeitura, que integram o poder executivo, foi de 10% em Alto do Rodrigues, de 7,78% em Baraúna, e de 10,89% em Serra do Mel, como mostra a tabela 26.

**TABELA 26: Menor nível de confiança e credibilidade entre atores e organizações.**

| DESCRIÇÃO                                 | TOTAL | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|---|-------|-------------------|---------|--------------|
| Técnicos da Emater                        | 2,58  | 2,50              | 2,22    | 2,97         |
| Pessoal da prefeitura                     | 9,59  | 10,00             | 7,78    | 10,89        |
| Vereadores do município                   | 52,77 | 32,50             | 57,78   | 64,36        |
| Dirigentes do sindicato                   | 1,11  | 2,50              | 1,11    | 0,00         |
| Pastor e/ou padre da igreja que frequenta | 2,21  | 3,75              | 0,00    | 2,97         |
| Técnicos de agroindústria e cooperativas  | 2,58  | 6,25              | 0,00    | 1,98         |
| Compradores da produção agrícola          | 7,75  | 10,00             | 5,56    | 7,92         |
| Vizinhos                                  | 4,06  | 6,25              | 4,44    | 1,98         |
| Não sabe/sem resposta                     | 17,34 | 26,25             | 21,11   | 6,93         |
| Total                                     | 100,0 | 100,0             | 100,0   | 100,0        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Pelo fato de a maioria das instâncias locais de decisão coletiva foi formada por conselhos municipais que se proliferaram a partir da segunda metade dos anos 1990 através do estímulo de políticas financiadas pelo Banco Mundial, PRONAF, ou por ações como a do Banco do Nordeste/PNUD, tem se notado séria limitação institucional por parte das representações políticas, como visto em Abramovay (2003). E esses conselhos, os quais tiveram na sua criação a concepção democrática da participação coletiva, possui sua coordenação muitas vezes atrelada aos prefeitos e vereadores. Neste sentido, a tendência passa a ser um processo de mudança institucional ainda mais lento e difícil, no sentido dado por Williamson (1993), principalmente por predominar na região uma relação de poder *dominância x subserviência*, e não de participação, a partir de uma lógica hierárquica de poder vertical. Nesse ambiente, a estratégia política dos representantes locais, prefeitos e vereadores, encontra-se cada vez mais atrelada aos interesses de oligarquias regionais, o que muitas vezes não coadunam com as

reais necessidades dos atores no nível local. Comparando o efeito nas dinâmicas, pode-se perceber como essa lógica vertical começa a encontrar resistência e maior rejeição nas dinâmicas mais endógenas que conseguiram desenvolver formas de organização a partir de instituições de participação coletiva, como a cooperação, ocorrendo o contrário naquelas mais exógenas que não foram capazes de desenvolver ou onde suas instituições encontram-se precárias e deficientes. Como visto na tabela 28 acima, o maior nível de rejeição e de menor credibilidade e confiança tanto para vereadores como para o pessoal da prefeitura foi encontrado em Serra do Mel, ocorrendo o inverso em Alto do Rodrigues e Baraúna.

No processo de desenvolvimento, segundo Putnam (1993), a confiança representa uma instituição essencial, pois ela é fundamental no sentido de estimular comportamentos de cooperação, de solidariedade, etc. Esses são ingredientes necessários para uma melhor utilização dos recursos, e para tornar os agricultores familiares mais fortes e confiantes na sua luta persistente pela autonomia e liberdade, diante do ambiente hostil gerado tanto pela dureza do trabalho em processos internos como por influências e fatores externos. Essas influências podem ser crises econômicas, projetos de modernização que venham desalojar e destruir seus mecanismos sociais de regulação, como em van der Ploeg (1994), a entrada de estranhos para explorar sua força de trabalho e seus recursos, entre outras. É na relação de confiança que se baseia uma articulação institucional eficiente e fortalece o agricultor familiar livre, criando mecanismos suficientes para que membros da família sejam dotados de mais capacidades e possam escolher se inserir no mercado de trabalho com mais dignidade, e não em condição submissa comum em regiões pobres e desarticuladas.

### 5.2.2 Oportunidades de trabalho

As formas de inserção de membros da família no mercado de trabalho é muitas vezes o resultado de dois fenômenos: 1) da articulação institucional que possibilita atividades novas capazes de aproveitar a força de trabalho local na transformação do seu excente, ou conforme van der Ploeg (2000); e 2) da transformação da agricultura mundial por modelos exógenos da modernização<sup>12</sup>. Com relação ao primeiro, dentro das intensas discussões sobre ruralidade no

---

<sup>12</sup> Diferentemente do caso brasileiro, nos países ricos como Estados Unidos e Europa trata-se de uma situação onde foi a elevação do custo de oportunidade do trabalho a variável-chave no processo de transformação da agricultura. E a expansão das ocupações não-agrícolas representou uma estratégia visando aumentar a renda do agricultor familiar, à medida que o progresso técnico dispensava naturalmente o trabalho no campo de parte dos membros da família. Daí a estratégia de se inserir no mercado de trabalho, que fazia aumentar a renda média no meio rural, uma vez que as remunerações não-agrícolas eram maiores que as agrícolas.

Brasil, especialmente a partir dos anos 1990 tem destaque uma perspectiva que defende uma realidade rural onde, mesmo inseridos em um ambiente exposto a influências externas do nível macro, como a globalização, não se deve subestimar a capacidade dos atores no nível local, mesmo considerando o poder das forças externas. Esta é uma defesa encontrada com muita firmeza em trabalhos de Wanderley (2000), trazendo um alerta de que aqueles que acreditam mais na influência das forças do nível macro não deveriam ver o mundo rural tão vulnerável a ponto do avanço das forças padronizantes levar ao extremo o rural como uma continuidade do urbano, tornando homogêneo por completo espaços heterogêneos.

De certa forma, a defesa de Wanderley (2000) está relacionada com os movimentos da perspectiva de localização encontrada em contribuições européias como as de Terry Marsden, Alberto Arce, Jan Douwe van der Ploeg, especialmente sobre a defesa deste último pela estratégia *labour-driven intensification*. Esta estratégia, conforme van der Ploeg (2008), ocorre quando a dinâmica regional, mesmo diante de influências externas, consegue construir um estilo de agricultura que dependa das suas próprias capacidades na utilização e aproveitamento de seus recursos e potencialidades locais a partir da ampliação de economias de escopo. É quando o seu desempenho está relacionado com estratégias de integração intersetorial que possibilitam a criação de oportunidades rurais tanto agrícolas como não-agrícolas, capazes de absorver o seu excedente a ponto de dinamizá-lo por meio da inovação endógena e da constante diferenciação. Esta é uma estratégia que se enquadra no que Oostinide et al (2008) definem *a endogeneidade de economias rurais*, onde duas noções estão interrelacionadas ao desenvolvimento endógeno: recursos locais e controle local<sup>13</sup>.

Quanto ao segundo fenômeno, este encontra eco especialmente em contribuições de autores como Graziano da Silva (1999), os quais defendem que a distinção entre o rural e o urbano está a cada dia se tornando invisível e que, numa perspectiva do avanço da homogeneização do espaço rural pelos processos urbanos (predominando os da indústria), o meio rural deixaria de existir se tornando um completo *continuum* da lógica urbana. Essa representa uma crença atribuída a rápida transformação que os espaços rurais vêm se submetendo às forças exógenas do nível macro, como se essas fossem as únicas com poder suficiente para submeter e homogeneizar por completo espaços ainda heterogêneos e diversificados. Essa crença no

---

<sup>13</sup> Esta definição também se encontra em Long & van derPloeg (1994), e van der Ploeg & Saccomandi (1995), onde para estes o caráter endógeno das economias rurais se refere ao grau pelo qual determinada dinâmica econômica se encontra, considerando os seguintes elementos: 1) sua base econômica ter sido construída através de recursos locais; 2) ter sido organizada de acordo com modelos locais para a combinação de recursos de recursos, os quais também implicam controle local sobre o uso dos recursos; e 3) ter sido fortalecida a partir da distribuição e a riqueza produzida reinvestida no âmbito regional ou local.

Brasil está relacionada basicamente a partes do ambiente do estado de São Paulo, tomando por base fenômenos que tem estimulado a intensificação do progresso técnico e que tem feito áreas do meio rural daquele estado testemunhar uma crescente mecanização de todas as fases da produção. Isso devido ao fato da mecanização antes atingir apenas o preparo do solo e a capina, estando mais recentemente se completando atingindo também a fase da colheita, e tornando as práticas agrícolas cada vez mais especializadas e com redução da força de trabalho nas lavouras. Para essa perspectiva, como consequência da elevação dos custos de produção e da alta dependência de tecnologias externas, a atividade econômica no meio rural passou a se caracterizar pelo aumento da produção e dos níveis de produtividade quando realizada a combinação de fatores, o que passou a forçar a busca constante da ampliação das economias de escala.

No entanto, o acréscimo tecnológico acabou não resultando em maior rentabilidade devido a perda de controle por parte dos agricultores sobre os custos de produção, pois ficaram submetidos às oscilações dos preços relativos dos mercados internacionais. Como resultado, tem-se um declínio constante da renda agrícola e a intensificação de fluxos migratórios na direção campo-cidade ou em outras direções passou a ser cada vez maior, originando especialmente de regiões dinâmicas que escolheu pela intensa adoção de tecnologias externas poupadoras de força de trabalho, a exemplo das áreas produtoras de *commodities*. Nessas regiões, a migração tem acontecido muitas vezes de forma intimamente relacionada com processos exógenos de modernização agrícola que orientam processos produtivos que combinem atividades agrícolas e não-agrícolas. No Brasil, como aponta Graziano da Silva (1999), especialmente nos períodos de grave crise agrícola a População Economicamente Ativa, a PEA, migrava para as regiões mais dinâmicas e desenvolvidas do país em busca de oportunidades, contribuindo para reduzir a população rural, o característico *êxodo rural*, e inchar as cidades. Para Graziano da Silva (1999), esse quadro vem ao longo do tempo apresentando modificações. No Rio Grande do Norte, Gomes da Silva (2002) identificou três fatores que contribuiriam para o surgimento das ocupações rurais não-agrícolas: a) o turismo rural na faixa litorânea; b) a interiorização de serviços produtivos patrocinados por secretarias municipais e instituições; e c) a agricultura empresarial desenvolvida a partir de agroindústrias no Pólo Assu-Mossoró. Particularmente no Nordeste, segundo Gomes da Silva (2002), o desenvolvimento dessa estratégia pelas famílias se dava bem mais com a finalidade de diversificar e elevar o orçamento familiar, uma vez que os rendimentos gerados nas

atividades não-agrícolas se apresentam, na maioria dos casos, superiores aos rendimentos meramente agrícolas.

No Pólo Assu-Mossoró, a estratégia de membros da família se inserir no mercado de trabalho na busca de oportunidades agrícolas e rurais não-agrícolas fora da unidade de produção varia a cada dinâmica estudada. Além disso, o fator estimulante e de diferenciação, se pelo fenômeno endógeno ou exógeno colocado no início deste item, também varia a cada uma delas. Comparando as dinâmicas, a pesquisa de campo identificou uma situação em que essa estratégia em Alto do Rodrigues partia de uma economia rural predominantemente exógena, porém mais rica e superavitária, onde a inserção em ocupações fora da propriedade aconteceu mais pelo interesse em diversificar as fontes monetárias. Assim como em Alto do Rodrigues, em Baraúna a mesma estratégia partiu de em uma economia rural predominantemente exógena, porém mais pobre e deficitária, onde a busca de oportunidades fora da unidade de produção aconteceu mais pela pressão em buscar meios de sobrevivência da família. Já em Serra do Mel, ao contrário das duas anteriores, a estratégia da busca de oportunidades fora da propriedade partiu de uma economia rural mais endógena, e relativamente mais equilibrada, apresentando algumas semelhanças às características definidas por Oostinide et al (2008), em que a busca de oportunidades fora da propriedade aconteceu mais pelo absorver da força de trabalho em atividades novas criadas pelo excedente gerado e reinvestido localmente.

Como mostra a Tabela 27, quanto às primeiras dinâmicas, a diversidade intersetorial apresenta semelhanças quanto a participação nos setores do comércio, em que Alto do Rodrigues teve 21,88%, e Baraúna com 25% dos casos, e de serviços públicos com 31,25% e 27,78%, respectivamente. Mas são nos serviços pessoais, constituídos basicamente por atividades de baixa remuneração, como trabalho doméstico, trabalho agrícola, etc., que Baraúna tem maior participação entre as dinâmicas, ou seja, 27,78% dos casos. Quanto em Serra do Mel, apenas a participação do setor serviços públicos com 22,89% se assemelha às demais. Porém, é a transformação artesanal da castanha do caju realizada por uma agroindústria de caráter familiar a responsável por mais da metade, ou 51,81%, das ocupações agrícolas e não-agrícolas fora da propriedade.

**TABELA 27: Principais setores das atividades rurais não-agrícolas (%)**

| <b>SETOR</b>           | <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | <b>BARAÚNA</b> | <b>SERRA DO MEL</b> | <b>TOTAL</b> |
|------------------------|--------------------------|----------------|---------------------|--------------|
| Indústria              | 6,25                     | 5,56           | 0,00                | 3,28         |
| Comércio               | 21,88                    | 25,00          | 8,43                | 16,39        |
| Serviços auxiliares    | 15,63                    | 5,56           | 1,20                | 7,10         |
| Construção civil       | 14,06                    | 8,33           | 2,41                | 7,65         |
| Transporte             | 3,13                     | 0,00           | 7,23                | 4,37         |
| Comunicação            | 0,00                     | 0,00           | 1,20                | 0,55         |
| Serviço Público        | 31,25                    | 27,78          | 22,89               | 26,78        |
| Serviços Pessoais      | 7,81                     | 27,78          | 4,82                | 10,38        |
| Agroindústria familiar | 0,00                     | 0,00           | 51,81               | 23,50        |
| <b>TOTAIS</b>          | 100,00                   | 100,00         | 100,00              | 100,00       |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

O fato de se constituir numa dinâmica de desenvolvimento de estrutura fundiária homogênea (formada por 1.196 lotes, a maioria de 50ha cada), e não possuir indústrias ou grandes propriedades, a atividade econômica principal coordenada pelo cooperativismo tem se desenvolvido com pouca intensidade das relações de trabalho, e de certa forma integrada, endógena e mais horizontal. Essa estratégia escolheu trilhar pela integração de atividades tendo como finalidade a agregação de valor ao seu principal produto, a castanha do caju, a partir das três fases: produção agrícola, agroindústria familiar, e comercialização. Esta estratégia, como veremos na análise dos resultados no capítulo V, têm resultado em ganhos significativos para os agricultores familiares. Aqui, a inserção de membros da família em atividades rurais não-agrícolas sugere para uma situação de maior autonomia, sem partir de uma base vertical mais superavitária, a exemplo de Alto do Rodrigues, nem ser por meio de uma condição mais submissa e imposta pela busca da sobrevivência, como em Baraúna.

### 5.2.3 A pluriatividade

A maior parte dos estudiosos que analisam as transformações da agricultura e do meio rural no interior do capitalismo contemporâneo tem presenciado nesse ambiente uma capacidade única da agricultura em persistir a mercados cada vez mais mercantilizados. Essa persistência, conforme defende Abramovay (1992), revela um poder surpreendente de adaptação, o que torna a agricultura, se não a única, mas uma das principais formas de produção econômica e reprodução social no meio rural capitalista desenvolvido. E em um contexto de reconhecimento dessa persistência, a qual se dá em um ambiente hostil e nada bucólico, se destaca a importância da agricultura familiar nas estratégias de desenvolvimento



que visam fortalecer mercados locais, onde a pluriatividade, conforme Schneider (2003), surge como uma das mais importantes estratégias para o processo de reprodução e de adaptação. Analisando mais especificamente o contexto da região Sul do Brasil, as contribuições de Schneider (1999; 2003) apontam a expansão da pluriatividade como consequência da dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola fruto de processos de descentralização industrial em áreas não urbanas, o que possibilita o surgimento de atividades não agrícolas e sua combinação com as agrícolas no ambiente rural.

Muito mais conhecida e discutida a partir do meio rural dos países europeus, a pluriatividade tem sido tanto na Europa como no Brasil, vista na maioria das vezes como uma estratégia de caráter exógeno, onde as famílias de agricultores buscam reagir às consequências do avanço das formas homogêneas do nível macro no meio rural, a exemplo da defesa de *continuum* colocada por Graziano da Silva (1999). Por outro lado, como em Wanderley (2000) e especialmente como definiu van der Ploeg (2008), essa estratégia pode também ser utilizada pelos agricultores familiares como um ajuste, ou adaptação, tanto no complemento da renda visando garantir suas condições de sobrevivência, como para obter fundos que possibilitem a eles investir na propriedade e na atividade agrícola<sup>14</sup>. Seguindo nesta mesma lógica Schneider et al (2007) define que a pluriatividade pode ser vista também como uma estratégia de diversificação da agricultura familiar. E essa diversificação é resultado da combinação de várias fontes monetárias, considerando que as famílias rurais com renda não-agrícolas tenham, no total, a soma das suas rendas mais elevada do que as famílias dependentes exclusivamente da renda agrícola.

Comparando as dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, quando questionados durante a pesquisa de campo em que era aplicada a maior parte da renda obtida em atividades não agrícolas, as respostas dos agricultores familiares mostraram semelhanças e especificidades. Como mostra a Tabela 28, o principal destino das rendas não agrícolas foi especialmente para o complemento da renda no sustento da família, para investimentos na propriedade, além de despesas de todo tipo, confirmando a colocação feita por Van der Ploeg (2008). E como podemos observar, os maiores percentuais destinados pelos agricultores familiares aos investimentos na propriedade foram justamente para as duas dinâmicas mais exógenas, onde Alto do Rodrigues obteve 35,48%, Baraúna com 9,68%, e Serra do Mel com

---

<sup>14</sup> Percebida do ponto de vista institucional de Saccomandi (1998), sugere-se que esta estratégia atende a uma lógica, sendo muitas vezes o uso da renda não-agrícola influenciada pelos movimentos de afastamento do mercado em uma perspectiva de desenvolvimento endógeno, que busca complementar a renda e garantir a subsistência, como também da aproximação do mercado, onde a renda não-agrícola passa a ser importante no financiamento de parte dos onerosos investimentos na propriedade em um modelo exógeno.

apenas 1,40% dos casos. Já para o complemento da renda e sustento da família os números se invertem com a mais endógena obtendo o maior porcentual. Dessa forma os dados ficaram da seguinte forma: Alto do Rodrigues obteve 25,81%, Baraúna com 64,52%, e Serra do Mel com o maior índice, ou seja, 71,43% dos casos.

**TABELA 28: Em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas? (%)**

| DESCRIÇÃO DO DESTINO  | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL | TOTAL  |
|---|-------------------|---------|--------------|--------|
| Para investimentos na propriedade   | 35,48             | 9,68    | 1,40         | 16,52  |
| Para o sustento (subsistência) da família                                     | 25,81             | 64,52   | 71,43        | 53,33  |
| Para aumentar o conforto da casa (bens de consumo para a família)             | 3,23              | 0,00    | 3,57         | 2,75   |
| Tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto da casa | 12,90             | 3,23    | 3,57         | 6,67   |
| Nas despesas pessoais de todo o tipo  | 22,58             | 22,58   | 20,03        | 20,73  |
| Totais  | 100,00            | 100,00  | 100,00       | 100,00 |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Um das características importantes dessa estratégia é a sua distinção entre pluriatividade de base não-agrícola e de base agrária. No Brasil, com destaque para a região Sul estudos como os de Schneider (1999, e 2003), Conterato (2008), entre outros, buscam mostrar que a origem das combinações que levam agricultores familiares a essa estratégia parte de uma tendência recente de depreciação do padrão de acumulação capitalista que se difunde nos mercados de trabalho. E numa definição de Schneider (2003), a pluriatividade representa o rompimento com o caráter monoativo do modelo familiar agrícola, isso devido ao fato da atividade agrícola não mais se caracterizar como a unidade principal. Nesse caso, a pluriatividade estaria provocando uma mudança na estrutura familiar na medida em que a unidade de produção que antes representava residência e palco da atividade produtiva do agricultor, passa a cumprir um outro papel muitas vezes de moradia apenas, pois tanto o trabalho como a produção passa a dissociar-se no espaço. (SCHNEIDER, 2003, p.101).

Numa comparação entre as dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, a pesquisa de campo identificou a presença formas específicas desse fenômeno, pois, conforme os tipos de atividade laboral, apenas as famílias exclusivamente agrícolas (as monoativas) mostraram valores aproximados em todas as dinâmicas. Considerando a combinação por parte de membros de uma mesma família de uma ou mais atividades não-agrícolas, ou atividade ligada ao setor agrícola fora da propriedade, temos uma aproximação dos níveis. Porém, quanto às atividades de base agrária e de base não-agrícolas os resultados mostram-se diferentes a cada dinâmica. Analisando os números da tabela 29, percebe-se que dos pluriativos de base agrária, chama a atenção o nível mais elevado de Baraúna, 27,78%, vindo Serra do Mel logo depois

com 19,80%, e Alto do Rodrigues com o menor percentual, ou seja, 6,25% dos casos. O caso específico de Baraúna afirma análises anteriores de que em uma economia rural exógena e deficitária, a condição de vulnerabilidade e de pobreza da agricultura familiar leva membros da família a buscar oportunidades a sobrevivência em outras propriedades. A situação da dinâmica de Baraúna aponta principalmente para a precariedade das condições de contratação temporária de agricultores familiares livres por parte de empresas agrícolas, as quais alimentam um deficiente mercado de trabalho para produzir frutas tropicais irrigadas em uma estratégia dinâmica de exportação.

No sentido inverso do contexto identificado em Baraúna, Alto do Rodrigues tem nas atividades de base não-agrícolas o seu maior nível, ou seja, 50% dos casos, sendo seguido por Serra do Mel que obteve 31,68%, e por último a dinâmica de Baraúna com 31,11% dos casos. Ao contrário do contexto apresentado por Baraúna, Alto do Rodrigues vem também confirmar análises anteriores que lhe apontam como uma economia rural mais dinâmica e superavitária, onde a pluriatividade tende a ser uma estratégia de diversificação das fontes monetárias e não de sobrevivência. E, finalmente, de uma forma mais equilibrada, Serra do Mel se apresenta como uma dinâmica regional de natureza mais intermediária quando da elaboração de estratégias como a pluriatividade.

**TABELA 29: Indicador de pluriatividade (%) dos três estudos de caso**

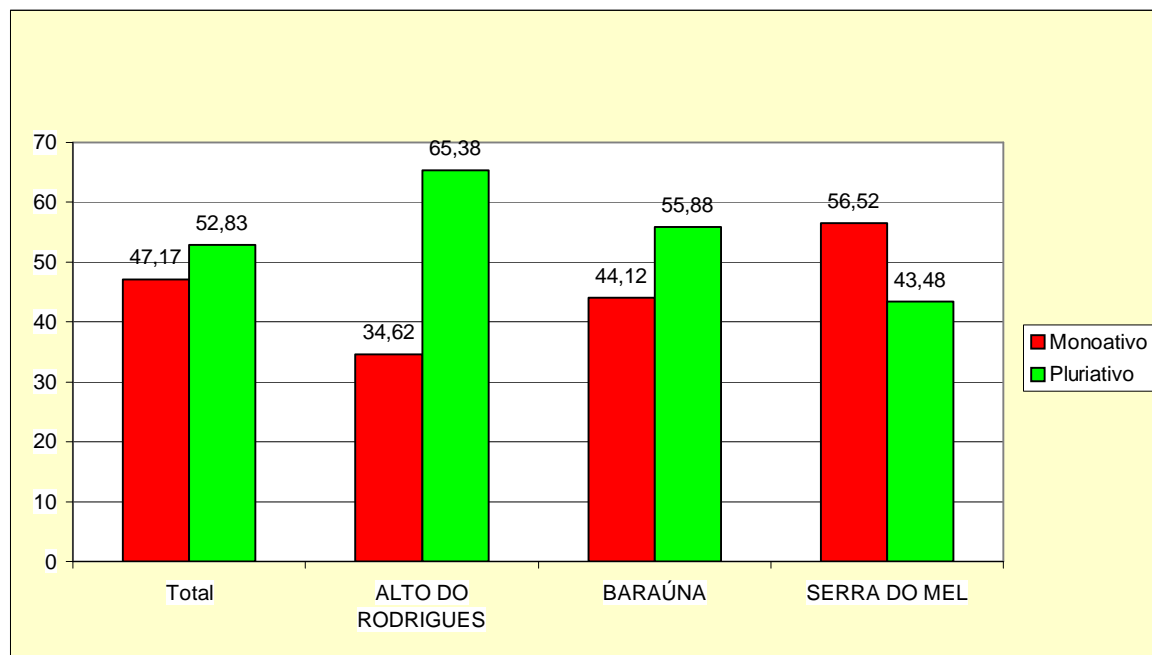
| DESCRIÇÃO                     | TOTAL         | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA       | SERRA DO MEL  |
|-------------------------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|
| <b>Agrícola Exclusivo (A)</b> | <b>44,65</b>  | <b>43,75</b>      | <b>41,11</b>  | <b>48,51</b>  |
| Monoativo                     | 44,65         | 43,75             | 41,11         | 48,51         |
| <b>Pluriativo (B)</b>         | <b>55,35</b>  | <b>56,25</b>      | <b>58,89</b>  | <b>51,49</b>  |
| Base agrária                  | 18,45         | 6,25              | 27,78         | 19,80         |
| Base Não-Agrícola             | 36,90         | 50,00             | 31,11         | 31,68         |
| <b>Total (A + B)</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b>     | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

A comparação das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró revela que em dinâmicas de agricultura familiar pobre como Baraúna a pluriatividade, como estratégia de reprodução, segundo Schneider (2003), não é suficientemente capaz de romper o caráter monoativo do modelo de família agrícola. O fato da pluriatividade ser caracterizada como uma estratégia que surge como resultado de um processo exógeno pós-modernização, ou a partir de processos endógenos de diversificação que surgem por meio de atividades novas, sugere que o contexto de Baraúna deve ser relativizado. Isso devido a um modelo em construção que, apesar de se configurar na dinâmica regional de maior mercantilização no sentido de Marsden (1991) e com encadeamentos para trás e para frente, como em Hirschman (1961), pois tem sua base

produtiva voltada para a exportação, o seu modelo familiar ainda se caracteriza por ter na atividade agrícola sua unidade de referência. Além do caráter monoativo da agricultura familiar de Baraúna, as atividades não-agrícolas fora da propriedade se mostraram precárias e de baixa remuneração. As mais comuns identificadas pela pesquisa de campo estavam relacionadas com o pequeno comércio de porta em porta na própria comunidade, especialmente com a venda de perfumes, roupas, calçados, etc., pequenos serviços como de manicure, lavagem de roupa pra fora, etc., e a participação em feiras locais e regionais para comercializar objetos de baixo valor.

O contexto limitante de Baraúna com relação à pluriatividade é ainda refletido em outras situações. Entre vários exemplos que poderiam ser mostrados utilizando o indicador de pluriatividade, analisaremos aqui apenas este acerca do financiamento agrícola, para demonstrar a obtenção de recursos financeiros considerando a base laboral. Neste exemplo, a pesquisa de campo mais uma vez confirmou a característica monoativa de Baraúna em relação às outras dinâmicas regionais. Quando perguntado aos agricultores familiares sobre a obtenção de financiamento para a produção no ano de 2006, as respostas foram agrupadas no acesso por monoativos e pluriativos, não havendo semelhanças em nenhum dos casos. Como mostra o gráfico 8, em Alto do Rodrigues, pela própria natureza exógena de sua economia rural, a qual teve o mais alto porcentual de membros na pluriatividade de base não-agrícola, as famílias pluriativas lideraram na obtenção de financiamentos com 65,38% dos casos. No outro extremo, também considerando a natureza de sua economia rural mais endógena, temos Serra do Mel que mostra o inverso, onde 56,52% dos casos de obtenção de financiamento foram de monoativos. E entre as duas encontra-se Baraúna com 55,88% de obtenção de financiamento para pluriativos, e 44,12% dos casos para os monoativos.

**GRÁFICO 8: Obteve financiamento no ano agrícola de 2006? [e indicador de pluriatividade (%)]**

**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.

A explicação desse quadro acima diz respeito às características de cada dinâmica regional. Como vimos as informações referentes a utilização dos recursos de financiamento no gráfico 4 acima, das três dinâmicas estudadas Alto do Rodrigues foi a que menos obteve recursos financeiros do PRONAF, tendo sido liberados até 2006 a quantia de apenas R\$ 1.155.581,89. Por outro lado, no mesmo período Baraúna foi a que mais obteve, ou seja, recebeu uma soma de recursos financeiros da ordem de R\$ 9.013.336,15. Enquanto isso, Serra do Mel acessou um valor de R\$ 7.567.155,30, sendo este um resultado acima de Alto do Rodrigues e abaixo do alcançado por Baraúna. Tomando como hipótese o acesso ao recurso do PRONAF, sugere-se que o fato de Alto do Rodrigues possuir a maior parcela de famílias pluriativas de base não-agrícola, a tendência do indicador de pluriatividade para a obtenção de financiamento do gráfico 8 seria um percentual maior, como na realidade se confirmou. Já considerando Baraúna e Serra do Mel, as duas mostram resultados curiosos numa realidade lógica, porém diferente da tendência dos números do PRONAF.

Em Serra do Mel, o fato do indicador de pluriatividade ter revelado uma participação maior na obtenção de recursos por monoativos, afirma o dinamismo de uma economia rural relativamente integrada, onde a integração das atividades, aqui lembrando Oostinide et al (2008) onde o conceito central de desenvolvimento endógeno encontra-se interrelacionado a duas noções: recursos locais e controle local. E como há um equilíbrio entre monoativos (48,51%) e pluriativos (51,49%), e a base estrutural das atividades rurais é formada

basicamente por produtos agrícolas que são utilizados como insumos para outras atividades em encadeamentos para frente, o acesso ao financiamento em Serra do Mel seria naturalmente realizado em sua maioria por monoativos. Por outro lado, o caso de Baraúna chama a atenção. Apesar de possuir o maior índice de pluriativos de base agrária (27,78%) e 41,11% de monoativos (ver Tabela 28 acima), e ter obtido para financiamento a maior quantia de recursos, Baraúna revela no indicador de pluriatividade no gráfico 8 acima uma participação maior de pluriativos do que monoativos. Ou seja, isso sugere que não foi a agricultura familiar o segmento da economia municipal o responsável pela tamanha obtenção de recursos para produção no meio rural, o que revela, sobretudo, uma fragilidade e vulnerabilidade da agricultura familiar de Baraúna quanto à sua capacidade de elaborar estratégias de produção econômica e reprodução social, a exemplo da pluriatividade.

### **5.3 A influência do ambiente institucional na definição dos recursos e das estratégias**

A análise dos dados da pesquisa de campo sobre os recursos disponíveis, suas formas de obtenção e utilização, as escolhas e estratégias de produção e reprodução elaboradas pelos agricultores familiares mostrou que o ambiente institucional influencia no nível regional, o que estimula a formação de arranjos e o seu desempenho no nível local. E na falta de sintonia entre ambiente e arranjo institucional, para cada dinâmica regional se inserir nos mercados de bens e serviços ou no mercado de trabalho, se faz necessário muitas vezes construir estratégias particulares a cada dinâmica. A formação desses arranjos representa estratégias de reação ou de adaptação ao ambiente, pois este último representa uma arena de conflito onde às escolhas e decisões dos atores determinam no tempo o ritmo da mudança e da evolução institucional, e promove transformações e uma diferenciação a partir de processos internos às dinâmicas. Para interpretar as transformações na agricultura e no meio rural no ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró a partir da análise dos recursos e estratégias dos atores nas dinâmicas regionais separadamente, optou-se pela abordagem institucional dos custos de transação. Dessa forma, tenta-se interpretar e explicar as escolhas que dão vida a estratégias e utilizam recursos locais ou não, considerando a mudança e a evolução institucional a partir da noção de trajetória, ou *path dependent*, onde um processo de diferenciação gera padrões distintos através dos graus de mercantilização em tipos diferentes de estilos de agricultura.

Na verdade, os dados da pesquisa acima revelaram uma diversidade econômica da agricultura familiar nas três dinâmicas, e os resultados mostraram o desempenho de arranjos institucionais específicos e com direções diferentes a cada dinâmica e influenciados, nem sempre com harmonia entre o nível micro e o macro, pelo mesmo ambiente institucional. A principal característica percebida na análise acima é a formação de três estruturas distintas de arranjos locais, onde cada um deles possui formas de regulação ditadas em uma direção específica. Na dinâmica de Alto do Rodrigues o arranjo sempre operou influenciado e em sintonia com o ambiente institucional, e a regulação deste arranjo vem desde os anos 1980 sendo ditada *de cima* pelo Estado a partir da implantação de estratégias de modernização da agricultura. E como descrito no capítulo anterior, a trajetória dessa dinâmica regional foi marcada por descontinuidades provocadas pela instabilidade do ambiente institucional a partir da forte intervenção do Estado. No entanto, quando se trata de conceituar minimamente o desenvolvimento, nos remete a noção de continuidade, de objetividade, ou seja, aquilo que define a trajetória e que constrói a história. Entretanto, foram tantas as ações descontínuas nessa dinâmica que suas conseqüências influenciaram nas escolhas, e nas estratégias dos agricultores familiares inibindo a participação, e limitando o processo de mudança institucional a ponto dos agricultores não construírem sua organização coletiva, ou seja, construírem sua própria história. A fragilidade dos mecanismos sociais de regulação fez com que suas escolhas fossem ignoradas, e outorgassem a outros a definição de regras e normas imprescindíveis na construção da trajetória. Com isso, suas decisões passaram a ser determinadas por políticas regionais no nível do ambiente institucional, e ditadas pelo arranjo no nível local, a ponto de desenvolverem formas de organização da produção e do trabalho no sentido da estratégia de modernização agrícola. Percebido do ponto de vista institucional, nesta dinâmica o Estado influenciou fortemente no nível do ambiente e determinou *de cima* movimentos de aproximação da dependência do mercado com a adoção de estratégias exógenas com encadeamentos apenas para trás (compra tecnologias externas), onde as decisões são mais as por *comprar* de fora do que integrar e *fazer* internamente.

Na dinâmica de Baraúna, o fato dos arranjos institucionais terem sido formados a partir de produtores privados que se instalaram no município numa era de globalização, a formação do arranjo institucional é recente (da segunda metade dos anos 1990 e cerca de dez anos em relação a Alto do Rodrigues) e a regulação tem sido diferente da dinâmica anterior. E semelhante a Alto do Rodrigues, esta dinâmica tem sido submetida a fortes descontinuidades do ambiente institucional, provocadas especialmente pela ação de empresas privadas e ONG's. A análise dos dados acima mostra nesta dinâmica um processo ainda em construção,

porém seus frágeis mecanismos sociais de regulação não tem sido capazes de mediar às ações entre o arranjo local e o ambiente institucional. Assim como na dinâmica de Alto do Rodrigues, as ações descontínuas influenciam nas escolhas, e nas estratégias limitando a participação e o processo de mudança e evolução institucional, afastando cada vez mais os agricultores familiares da possibilidade de construir sua organização coletiva, e de escrever a sua própria história. A fragilidade dos mecanismos sociais de regulação, semelhante a Alto do Rodrigues, também fez com que os agricultores decidam outorgar a outros a definição do caminho, e das regras e normas fundamentais para a construção da trajetória. Com isso, suas decisões são definidas em relações ainda mais complexas, no nível global do ambiente institucional, e ditadas localmente por arranjo especializado o qual desenvolve um estilo exportador que gera formas de organização da produção e do trabalho com sérias dificuldades de articulação local. Nessa dinâmica a agricultura familiar foi submetida, e passou a ver nos *projetos* de irrigação espalhados pela dinâmica uma saída imediata de inserção, participando do processo mais associada às empresas do que tentando construir sua trajetória de desenvolvimento. Com isso, desenvolve padrões com altos graus de mercantilização em estilos de agricultura altamente dependentes e quase nada diversificados. Partindo da análise institucional, a determinação *de cima* por parte da iniciativa privada influencia as escolhas dos agricultores familiares no sentido da adoção de estratégias exógenas e mais complexas, onde acontecem encadeamentos para trás (compra de tecnologias modernas) e para frente (produz para exportar), preferindo por *comprar* mais de fora a *fazer* internamente.

Enquanto isso, na dinâmica de Serra do Mel o arranjo institucional foi sendo construído por meio da mobilização dos atores e das potencialidades locais, com planejamento *de baixo*, direcionando as políticas para uma estratégia calcada na agricultura familiar e no cooperativismo. Entretanto, cabe ressaltar que o arranjo institucional dessa dinâmica foi construído no nível local, porém com a influência no nível do ambiente institucional de concepções externas de desenvolvimento, estas representadas inicialmente pela ação do técnico suíço, e depois pela metodologia do convênio Banco do Nordeste/PNUD. No entanto, a diferença entre esta dinâmica e as de Alto do Rodrigues e de Baraúna reside no tipo e na direção da influência externa. Ao invés de praticar o *oportunismo* se aproveitando da fragilidade dos mecanismos sociais de regulação, submeter e forçar os agricultores familiares a outorgar sua história a atores de fora, tanto o técnico suíço como o convênio Banco do Nordeste/PNUD passaram a dotar os atores de capacidades e de habilidades, além de se envolverem na construção do arranjo local. Ou seja, o processo de criação do arranjo institucional coordenado pelo suíço e reforçado logo depois pela metodologia do PNUD



possibilitou, através da participação, o processo de mudança e evolução institucional na dinâmica de Serra do Mel. Os números da análise acima revelam a influência externa e seu sentido de unir esforços na luta por autonomia relativa e liberdade por parte dos agricultores familiares contribuindo, dessa forma, para a possibilidade destes construírem sua trajetória, a sua própria história, mesmo partindo de um ambiente hostil castigado por intervenções do Estado, de monopólios, e pela deficiência de chuvas. A partir disso, mesmo ainda apresentando limitações e deficiências, essa dinâmica adotou a estratégia de desenvolvimento endógeno em estilos de agricultura familiar que combinam recursos locais com o uso *eventual* de insumos externos. E com isso alcançou relativa autonomia em unidades produtivas mais diversificadas. Do ponto de vista institucional, nesta dinâmica as instituições influenciam e mediam as escolhas do agricultor familiar nas relações macro/micro por meio da participação, e conduzem de estratégias mais endógenas com encadeamentos parciais para frente (produz para exportar), preferindo *fazer* mais internamente a *comprar* de fora.

## **6 DESENVOLVIMENTO RURAL E A DIVERSIDADE ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise comparativa dos resultados**

Neste capítulo dar-se-á continuidade aos resultados da pesquisa de campo através da comparação das dinâmicas regionais de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró (RN), ou seja, Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel. Aqui será dado a ênfase aos resultados das escolhas e estratégias de produção e reprodução dos agricultores familiares, quando das suas combinações na utilização dos recursos disponíveis, as quais revelam as transformações e o desempenho das principais formas de organização da produção e do trabalho. No capítulo anterior analisamos de forma comparada como os agricultores familiares das três dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró utilizaram os recursos disponíveis, e quais escolhas e estratégias elaboraram, tendo em vista a produção econômica e sua reprodução social. Diante disso, sugere-se que os resultados dessas escolhas e estratégias sejam padrões de desenvolvimento rural que, a partir da influência do ambiente institucional e do direcionamento de políticas, definem caminhos específicos de desenvolvimento regional. Com isso, o espaço regional é modelado e se torna cada vez mais heterogêneo e diversificado, devido ao surgimento de graus de mercantilização em diferentes estilos de agricultura. De forma concreta, os resultados podem ser traduzidos tanto pelo lado econômico, a exemplo da formação dos tipos de renda, da produtividade e da remuneração do trabalho familiar, etc., como pelo seu lado social e institucional, como níveis de autonomia e dependência, e uma certa definição sobre ruralidade e futuro.

## 6.1 A renda rural e a sua composição

A renda rural representa um dos resultados do desempenho de um conjunto variado de atividades econômicas, e de outras receitas que o meio rural de uma determinada região, ou território, tem a capacidade de adquirir. No entanto, um grande desafio que se apresenta para a região, especialmente para os seus segmentos mais frágeis economicamente e vulneráveis social e ambientalmente, é o de conseguir reunir mecanismos capazes de evitar que a renda e o excedente produzido sejam drenados para fora, numa lógica que faz lembrar de como opera o modelo *mill-marshalliano*<sup>1</sup>, como definido por Abramovay (1992). No sistema de acumulação capitalista, devido à disponibilidade e a qualidade dos recursos, o volume do excedente depende, fundamentalmente, da relação entre o valor do produto gerado e o consumo dos produtores, ou valor adicionado. Concordando com van der Ploeg (2006), é a apropriação do valor adicionado por parte de quem produz que determina o nível de excedente de uma região e, conseqüentemente, seu poder e autonomia de reinvestir seu excedente, crescer, e se desenvolver. Em um estudo comparativo entre a abordagem familiar e a empresarial na produção de leite na Holanda, van der Ploeg (2008) demonstra a vantagem da abordagem familiar tanto na capacidade de gerar excedente, como na de reter a riqueza gerada localmente e, partindo de um caráter endógeno, transformá-la em insumo para a geração de mais riqueza e de desenvolvimento regional. E como sugere Saccomandi (1998), do ponto de vista da análise institucional dos custos de transação, a agricultura familiar se configura no segmento mais adequado economicamente quando da necessidade de fortalecer e consolidar mercados locais de dinâmicas regionais. Isso no momento em que os agricultores familiares se afastam gradualmente da dependência técnica e econômica do mercado e escolhem por integrar mais e *fazer* internamente a *comprar* de fora.

A renda rural é composta, sobretudo, pela soma das atividades produtivas, que constitui a renda agrícola e a não-agrícola, e de outras fontes monetárias não diretamente ligadas a esfera produtiva, especialmente as aposentadorias, os programas sociais, e outras receitas diversas. Para efeito deste estudo, o conjunto das rendas agrícola e não-agrícola significa o resultado das combinações realizadas pelas famílias dos agricultores do Pólo Assu-Mossoró, tendo em vista a definição de escolhas de *fazer* internamente ou *comprar* de fora, as quais deram vida a

---

<sup>1</sup> Principalmente a partir dos anos 1970, segundo Abramovay (1992), passou a operar nas economias capitalistas ocidentais mais desenvolvidas um modelo denominado *mill-marshalliano*, que fazia do mercado um agente de uma transferência intersetorial em detrimento da agricultura. Nesse modelo, os agricultores produzem um excedente econômico que é canalizado para atividades de investimento no setor não-agrícola, sem exigir em troca uma transferência de valor produtivo equivalente para o setor agrícola.

diferentes estratégias e caminhos de desenvolvimento rural e regional. As estratégias dos agricultores, como vimos no capítulo anterior, foram elaboradas tendo em vista a disponibilidade e qualidade dos recursos, tanto para estimular combinações no interior das propriedades como fora delas, especialmente por meio da inserção de membros da família no mercado de trabalho. Isso levou a definição de padrões tecnológicos e de mercado em dinâmicas regionais que tomaram muitas vezes caminhos distintos de desenvolvimento no espaço e no tempo. Nesse sentido, quanto à formação da renda rural cada uma das dinâmicas analisadas apresentou um desempenho e um resultado específico, estes relacionados à própria natureza de suas escolhas e estratégias no tempo.

#### 6.1.1 Renda agrícola e não-agrícola, transferências sociais, e outras rendas

No capítulo anterior procuramos mostrar numa perspectiva comparada, como a agricultura familiar de dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró foi capaz de realizar escolhas, e elaborar estratégias de produção econômica e de reprodução social a partir da combinação dos recursos disponíveis. Os recursos utilizados destacados na análise foram basicamente a terra, os recursos financeiros, o trabalho familiar, e a tecnologia associada com o acompanhamento técnico. Assim, a partir das estratégias, sejam pelo caminho da organização coletiva ou das empresas globalizadas, da intensificação do trabalho familiar, no sentido *labour-driven intensification* definido por van der Ploeg (2008), ou por maior contratação de força de trabalho, do uso intenso de tecnologias externas ou através do repertório cultural local, etc., acredita-se que cada dinâmica apresentou resultados diferenciados. Aqui, os principais resultados que buscaremos analisar são, especialmente, relacionados às formas de organização da produção e do trabalho, os quais tornam-se importantes destacar a exemplo da renda rural, do trabalho familiar, da alteração das relações de dependência e autonomia, e, por fim, da perspectiva acerca do desenvolvimento rural e da construção de uma nova ruralidade.

A análise sobre rendas no meio rural sempre foi uma tarefa complexa para os pesquisadores. Entretanto, a sua demonstração se faz importante por representar um resultado econômico que de certa forma ajuda a compreender como os agricultores familiares de cada dinâmica fizeram suas escolhas, e elaboraram estratégias a partir dos recursos disponíveis. Na composição da renda total, como mostrado na tabela 30, podemos notar um ponto relativamente comum a cada dinâmica, quanto a maior participação das rendas agrícolas, não-agrícolas e das transferências sociais. Por outro lado, chama a atenção para os 8,53% da *renda de outras*

*fontes* para Alto do Rodrigues, e 10,56% de *outras rendas do trabalho* para Baraúna. Quanto a primeira dinâmica, a pesquisa identificou uma certa diversificação das fontes monetárias através de rendas mais elevadas, provenientes em sua maioria de aluguéis de imóveis, estes últimos localizados especialmente na sede do município. Outra fonte monetária importante diz respeito a receita obtida dos royalties pagos pela Petrobrás a alguns agricultores familiares que tiveram petróleo encontrado na sua propriedade, e que possuem poços em produção. E quanto a Baraúna, a porcentagem significativa de *outras rendas do trabalho* se refere a rendas obtidas por membros da família em atividades rurais de baixa remuneração, mas importantes para a sobrevivência.

**TABELA 30: Participação das rendas na composição da renda total (%)**

| Descrição                | Renda Agrícola | Renda Não-agrícola | Renda de Outras Fontes | Transferências Sociais | Outras Rendas do Trabalho | Renda Total |
|--------------------------|----------------|--------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|-------------|
| <b>Total</b>             | 46,97          | 18,21              | 6,21                   | 24,04                  | 4,56                      | 100,0       |
| <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | 50,47          | 20,38              | 8,53                   | 18,45                  | 2,18                      | 100,0       |
| <b>BARAÚNA</b>           | 36,62          | 18,68              | 4,87                   | 28,87                  | 10,96                     | 100,0       |
| <b>SERRA DO MEL</b>      | 46,82          | 13,81              | 2,68                   | 31,61                  | 5,08                      | 100,0       |

**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2007. **Elaboração do autor.**

Nessa observação inicial dá para perceber que há diferenças na formação da renda rural, considerando que tende para uma variação da relação entre a participação da atividade agrícola com o trabalho agrícola e não-agrícola e as outras fontes. Tomando por base a *renda agrícola*, a qual entre os demais tipos se apresenta maior quando da análise individual, Alto do Rodrigues possui a maior participação da renda da atividade agrícola e Baraúna a menor. Por outro lado, Baraúna possui a maior participação do item que representa as rendas do trabalho agrícola e Alto do Rodrigues a menor participação. Isso sugere a afirmação de que essas duas dinâmicas se caracterizaram ao longo de suas trajetórias como modelos baseados na intensificação das relações de trabalho assalariado. Com isso, nota-se uma agricultura familiar de maior intensidade da atividade agrícola (que mais emprega) e com menor dependência do mercado de trabalho agrícola em Alto do Rodrigues, e uma menor intensidade da atividade agrícola (onde mais se busca emprego) e maior dependência do mercado de trabalho agrícola por parte de Baraúna. Por outro lado, os números de Serra do Mel seguem mais equilibrados na maioria dos itens. Com exceção da menor participação de sua agricultura familiar na renda não-agrícola e de maior nas transferências sociais, a participação de Serra do Mel vem oscilando sempre no nível intermediário entre Alto do Rodrigues e Baraúna.

Quando comparamos a contribuição por município para o volume total das rendas, com exceção da renda oriunda do mercado de trabalho agrícola, fica evidente o predomínio da

participação de Alto do Rodrigues nos demais tipos de renda. Por outro lado, Baraúna se destaca pela menor participação, com exceção da *renda de outras fontes* e da renda do mercado agrícola, superando apenas Serra do Mel na participação da primeira, e Alto do Rodrigues e Serra do Mel na participação da segunda, como mostra a Tabela 31. Na contribuição de cada município se afirma a distância entre Alto do Rodrigues e as demais dinâmicas pela *renda de outras fontes*, onde esta chega a ser responsável por 73,83% de todos os recursos que constituem este tipo de renda, além de apresentar um percentual acima de 50% na participação das rendas agrícolas e não-agrícolas. No sentido inverso, na contribuição por município Baraúna apresenta a menor participação na renda agrícola, ou seja, 13,81%, além de possuir o menor percentual da renda de outras fontes, da renda não agrícola e das transferências sociais, com 13,88%, 18,18%, e 21,27%, respectivamente. Analisando do ponto de vista da contribuição por município, a única participação em que Baraúna se mostra superior, inclusive com certa distância das demais dinâmicas, é no tipo *outras rendas do trabalho*, onde chega a ser responsável por 42,56%. Seguindo a mesma lógica, os números referentes à contribuição de Serra do Mel se mostram relativamente equilibrados na maioria dos itens, oscilando sempre entre Alto do Rodrigues e Baraúna.

**TABELA 31: Contribuição de cada município para o volume total de rendas (%)**

| Descrição                | Renda Agrícola | Renda Não-agrícola | Renda de Outras Fontes | Transferências Sociais | Outras Rendas do Trabalho | Renda Total |
|--------------------------|----------------|--------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|-------------|
| <b>Total</b>             | 100,0          | 100,0              | 100,0                  | 100,0                  | 100,0                     | 100,0       |
| <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | 57,78          | 60,21              | 73,83                  | 41,26                  | 25,68                     | 53,79       |
| <b>BARAÚNA</b>           | 13,81          | 18,18              | 13,88                  | 21,27                  | 42,56                     | 17,72       |
| <b>SERRA DO MEL</b>      | 28,40          | 21,61              | 12,29                  | 37,47                  | 31,76                     | 28,50       |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Tratando-se das medidas descritivas dos principais tipos de renda rural encontrados pela pesquisa de campo, visto através das médias das rendas das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, se afirma o predomínio econômico de Alto do Rodrigues, o caráter frágil de Baraúna, e a posição intermediária apresentada por Serra do Mel. Como mostram os dados da pesquisa de campo da tabela 32, da média da renda total do conjunto das dinâmicas, a qual se apresenta R\$ 73.194,52, a dinâmica regional de Alto do Rodrigues contribui com R\$ 42.741,88, sendo responsável sozinha por mais da metade, ou seja, 53,79%. Enquanto isso, Baraúna com a média de sua renda total de R\$ 12.514,10, a menor das dinâmicas, e Serra do Mel com R\$ 17.938,54, são responsáveis por 17,72% e 28,50%, respectivamente. No entanto, um dos pontos que merece destaque na análise dos tipos de renda diz respeito à relação entre a renda total e a gerada especificamente pela atividade agrícola, ou a renda agrícola, quanto à

distância dos valores a partir das médias apresentadas. Como se pode notar, a média da renda agrícola de Alto do Rodrigues, a maior de R\$ 21.570,36, representa mais ou menos a metade, ou 50,47% da média da renda total, enquanto que Baraúna com a menor média da renda agrícola de R\$ 4.582,57, quase um terço da média da renda total, e Serra do Mel com R\$ 8.398,38 representam 36,62% e 46,82%, respectivamente.

**TABELA 32: Medidas descritivas dos cinco tipos de renda nos três estudos de caso (em R\$)**

| Descrição                | Renda Agrícola | Renda Não-agrícola | Renda de outras fontes | Transferências Sociais | Outras Rendas do Trabalho | Renda Total |
|--------------------------|----------------|--------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|-------------|
|                          | Média          | Média              | Média                  | Média                  | Média                     | Média       |
| <b>Total</b>             | 34.551,31      | 13.526,20          | 4.734,28               | 17.167,57              | 3.215,15                  | 73.194,52   |
| <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | 21.570,36      | 8.711,56           | 3.644,50               | 7.884,21               | 931,25                    | 42.741,88   |
| <b>BARAÚNA</b>           | 4.582,57       | 2.338,11           | 609,28                 | 3.612,31               | 1.371,83                  | 12.514,10   |
| <b>SERRA DO MEL</b>      | 8.398,38       | 2.476,53           | 480,50                 | 5.671,05               | 912,07                    | 17.938,54   |

**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2007. **Elaboração do autor.**

A análise das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, pelo menos neste caso específico, vai de encontro com o que Graziano da Silva (1999) definiu sobre o comportamento das receitas do meio rural. Para aquele autor, que utilizou na sua análise o período de 1985 a 1993, as receitas de maior capacidade de crescimento no meio rural brasileiro eram as relacionadas com a prestação de serviços para terceiros. Isso atendendo a um movimento relacionado com a transformação da agricultura que gera mudanças nas formas de organização da produção e do trabalho, em que atividades urbanas passariam a migrar trazendo consigo a possibilidade da aproximação do rural com o urbano, através da diminuição da distância entre eles com a entrada de rendas urbanas mais elevadas no meio rural. Com isso, segundo Graziano da Silva (1999), aconteceria uma redução do nível de importância das receitas provenientes das atividades agrícolas, e um crescimento das receitas geradas por serviços prestados fora da propriedade.

No entanto, como foi notado na análise das medidas descritivas dos tipos de renda nas dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, a redução da atividade agrícola relacionada com a saída de membros da família em busca de ocupações fora da propriedade se apresentou mais acentuada em Baraúna. Pelo menos neste caso, a análise mostrou que quando se trata de uma estratégia baseada nas relações de trabalho, os resultados quanto à formação da renda rural não tendem a ser animadores do ponto de vista do que van der Ploeg (2008) define co-produção, ou seja, da produção econômica e da reprodução social. A importância da renda agrícola na formação da renda total para o ambiente do Pólo Assu-Mossoró é refletida bem mais nas dinâmicas regionais que na sua trajetória escolheram por uma maior intensificação da atividade agrícola e não pela busca de oportunidades no mercado de trabalho fora da propriedade, especialmente

no mercado de trabalho agrícola. Isso sugere que a renda agrícola se mostrou mais importante naquelas dinâmicas que tiveram uma capacidade de desenvolver estratégias onde as combinações internas à propriedade foram realizadas a partir de uma utilização relativamente eficiente da relação tecnologia e mercados, como definido em van der Ploeg (1994).

Na verdade, considerados como resultados relacionados às escolhas e estratégias da agricultura familiar, a constituição dos tipos de renda rural para o ambiente do Pólo Assu-Mossoró mostrou que os maiores níveis apareceram nas dinâmicas que escolheram e foram capazes de reunir mecanismos suficientes para intensificar o trabalho familiar. Além disso, o caráter mais superavitário e de certa forma mais integrado e dinâmico, ao invés de liberar o potencial local de força de trabalho familiar, conseguiu empregar força de trabalho mesmo que de forma eventual e sazonal, numa lógica que faz lembrar a estratégia *labour-driven intensification* defendida por van der Ploeg (2008). Considerando o somatório das rendas totais para o ano de 2006, os dados da pesquisa de campo mostraram que a maior importância da renda agrícola no conjunto dos demais tipos está nas dinâmicas de Alto do Rodrigues e Serra do Mel, enquanto que a menor encontra-se em Baraúna. Conforme mostra a tabela 33, na análise do somatório das rendas rurais, o que também pode ser considerado como o produto rural total, a dinâmica de Alto do Rodrigues encontra-se com a mais elevada soma da renda agrícola em relação à renda total, ou seja, de R\$ 1.725.629,00, seguida pela de Serra do Mel com R\$ 848.236,68. Enquanto isso, a dinâmica de Baraúna, a qual utilizou como principal estratégia uma maior intensificação das relações de trabalho no meio rural, se apresentou com a menor soma da renda agrícola, ou seja, R\$ 412.431,36, em relação ao somatório da sua renda total.

**TABELA 33: Somatório das rendas totais nos três estudos de caso (R\$)**

| Descrição                | Renda Agrícola | Renda Não-agrícola | Renda de Outras Fontes | Transferências Sociais | Outras Rendas do Trabalho | Renda Total  |
|--------------------------|----------------|--------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|--------------|
| <b>Total</b>             | 2.986.297,04   | 1.157.485,00       | 394.925,00             | 1.528.621,25           | 290.084,00                | 6.357.412,29 |
| <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | 1.725.629,00   | 696.925,00         | 291.560,00             | 630.736,75             | 74.500,00                 | 3.419.350,75 |
| <b>BARAÚNA</b>           | 412.431,36     | 210.430,00         | 54.835,00              | 325.108,00             | 123.465,00                | 1.126.269,36 |
| <b>SERRA DO MEL</b>      | 848.236,68     | 250.130,00         | 48.530,00              | 572.776,50             | 92.119,00                 | 1.811.792,18 |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

A partir do somatório das rendas totais analisadas acima, pode ser possível avaliar a capacidade de cada dinâmica regional quanto a sua distribuição. É uma das formas de demonstrar o perfil desta distribuição na agricultura familiar e qual a renda média por agricultor, é através das medidas descritivas da renda total anual e mensal *per capita*. De acordo com os dados da pesquisa de campo da Tabela 33, os quais são referentes ao ano agrícola de 2006, o perfil de cada dinâmica atende a uma lógica relativamente semelhante das



tabelas anteriores. Como mostraram os números da pesquisa de campo, a maior renda *per capita* tanto anual como mensal foi encontrada na dinâmica de Alto do Rodrigues, seguida por Serra do Mel e por Baraúna. Comparando com os números do Censo realizado pelo IBGE no ano de 2007, os quais também tiveram como referência o ano de 2006 e estão na Tabela 1 do Capítulo 3, os números da pesquisa com agricultores familiares se mostraram bem aproximados dos encontrados para o conjunto dos municípios.

Para o Censo do IBGE, o qual expressa valores anuais e reúne o conjunto de todos os setores econômicos, o município de Alto do Rodrigues apresentou uma renda *per capita* de R\$ 16.135,01, Serra do Mel R\$ 6.188,79, e Baraúna R\$ 5.753,28. E para a pesquisa de campo, a qual analisou valores apenas relacionados com o segmento da agricultura familiar, Alto do Rodrigues apresentou uma renda *per capita* de R\$ 11.669,06, ou 72,32% da encontrada pelo IBGE, a de Serra do Mel com R\$ 4.023,65, ou 65,01% da renda do Censo, e a de Baraúna com R\$ 3.303,59, sendo 57,41% da do Censo 2007. Considerando a relação entre os valores da pesquisa de campo para a agricultura familiar e os do Censo 2007 para o conjunto dos municípios, percebe-se uma aproximação maior para os valores de Alto do Rodrigues, uma maior distância para os encontrados para Baraúna, e uma situação intermediária entre os valores de Serra do Mel.

**TABELA 34: Medidas descritivas da renda total anual e mensal per capita (R\$)**

| Descrição    | TOTAL           |               | ALTO DO RODRIGUES |               | BARAÚNA         |               | SERRA DO MEL    |               |
|--------------|-----------------|---------------|-------------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|
|              | Anual           | Mensal        | Anual             | Mensal        | Anual           | Mensal        | anual           | mensal        |
| <b>Média</b> | <b>6.041,46</b> | <b>503,45</b> | <b>11.669,06</b>  | <b>972,42</b> | <b>3.303,59</b> | <b>275,30</b> | <b>4.023,65</b> | <b>335,30</b> |
| Mínimo       | -29.582,62      | -2.465,22     | -9.355,80         | -779,65       | -29.582,62      | -2465,22      | -1.320,44       | -110,04       |
| Máximo       | 82.260,38       | 6.855,03      | 82.260,38         | 6.855,03      | 42.211,27       | 3.517,61      | 21.122,12       | 1.760,18      |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Esta análise das medidas descritivas da renda total anual e mensal *per capita* veio afirmar mais uma vez o potencial econômico de Alto do Rodrigues, e a fragilidade da agricultura familiar de Baraúna. Das dinâmicas analisadas, conforme descrições ao longo desta tese, estas duas se caracterizam pelo fato de terem desenvolvido modelos agrícolas exógenos, com elevado consumo de insumos externos, e, no sentido de Williamson (2000), com arranjos institucionais que apresentam uma forte influência ou do Estado ou de empresas globalizadas tanto na definição do padrão técnico como na sinalização de mercados. Ao contrário de Serra do Mel que construiu uma trajetória de desenvolvimento rural diferente baseada em um modelo mais endógeno, com baixo consumo de insumos externos, e com um arranjo institucional onde a influência maior é de instituições coletivas, a exemplo do cooperativismo, as quais ditam o padrão técnico local e sinalizam mercados. Pode até ter sido as diferenças de

trajetórias, fruto de escolhas e de estratégias anteriores dos agricultores familiares, possam explicar os níveis de concentração e de distribuição da renda rural a partir da agricultura familiar de cada dinâmica regional.

Talvez tenha sido as características dos arranjos institucionais específicos a cada dinâmica regional os responsáveis pela forma como tem sido construída a diversidade econômica, e como tem se constituído no segmento da agricultura familiar tanto o processo de diferenciação como o de distribuição da renda rural. Os percentuais de estratos de renda total revelam certas especificidades dos diversos níveis de concentração e de distribuição da renda em faixas crescentes de renda anual. Mesmo tendo se apresentado em análises anteriores como a dinâmica regional mais pujante economicamente, e até mesmo parecendo ser a mais igual quando comparados os dados da pesquisa de campo para efeito desta tese, com os dados do Censo realizado pelo IBGE em 2007, a dinâmica de Alto do Rodrigues começa a mostrar algumas fragilidades. Analisando a tabela 35 pode-se notar nesta dinâmica a presença de fragilidades, como o elevado grau de endividamento apresentado no estrato de renda negativa representada pela faixa *menos de zero*, a qual corresponde a 12,50% dos casos, e uma maior concentração da renda total com destaque para as rendas acima de R\$ 50.000,00, as quais constituem 30% dos casos. Ainda considerando os estratos de renda total Baraúna continua expressando sua fragilidade econômica. Assim como a dinâmica de Alto do Rodrigues, a de Baraúna revelou um certo grau de endividamento, de 4,44%, além de sua renda rural total se encontrar concentrada nas faixas de 0 a R\$ 5.000,00, com o maior percentual de 23,33% dos casos, seguido das faixas de renda entre R\$ 5.000,00 até R\$ 20.000,00, com percentuais de 22,22%, 21,11%, e 13,33% dos casos, respectivamente. Enquanto isso, a dinâmica de Serra do Mel se revelou com o mais baixo grau de endividamento, apenas 1,98% dos casos, e uma maior distribuição especialmente nas faixas intermediárias entre R\$ 5.000,00 e R\$ 50.000,00, conforme mostra a Tabela 35.

**TABELA 35: Estratos de Renda total (% ano)**

| <b>Estratos de renda<br/>(em R\$)</b> | <b>Total</b> | <b>ALTO DO<br/>RODRIGUES</b> | <b>BARAÚNA</b> | <b>SERRA DO MEL</b> |
|---------------------------------------|--------------|------------------------------|----------------|---------------------|
| Menos de 0                            | 5,90         | 12,50                        | 4,44           | 1,98                |
| 0 a 5.000                             | 12,18        | 3,75                         | 23,33          | 8,91                |
| 5.001 a 10.000                        | 15,87        | 5,00                         | 22,22          | 18,81               |
| 10.001 a 15.000                       | 19,56        | 12,50                        | 21,11          | 23,76               |
| 15.001 a 20.000                       | 15,50        | 16,25                        | 13,33          | 16,83               |
| 20.001 a 30.000                       | 13,28        | 15,00                        | 8,89           | 15,84               |
| 30.001 a 50.000                       | 6,27         | 5,00                         | 2,22           | 10,89               |
| Mais de 50.000                        | 11,44        | 30,00                        | 4,44           | 2,97                |
| <b>Total</b>                          | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>                 | <b>100,0</b>   | <b>100,0</b>        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Porém, quando os estratos são analisados a partir da renda agrícola a realidade da agricultura familiar das dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna se revelam ainda mais grave, especialmente quanto ao nível de endividamento da atividade agrícola e o de concentração da renda. Como se pode notar a partir dos dados da tabela 36, o maior percentual de Alto do Rodrigues, neste caso de 30,00%, se encontra justamente na faixa *menos de zero* onde a renda agrícola encontrada se apresenta negativa. E os estratos de renda agrícola positiva estão principalmente nas faixas entre 0 e R\$ 5.000,00 e mais de R\$ 50.000,00, o que afirma uma concentração entre as menores e as maiores faixas de renda.

Apresentando-se de certa forma semelhante no nível de endividamento, este de 22,22%, a dinâmica de Baraúna se mostra também com a renda agrícola concentrada, porém numa lógica contrária a de Alto do Rodrigues, pois mais da metade da renda agrícola de Baraúna encontra-se na faixa mais baixa, de 0 a R\$ 5.000,00, a qual corresponde a 53,33% dos casos. Como se pode notar, juntando o nível de endividamento com a concentração na faixa de menor renda agrícola, a dinâmica de Baraúna som 75,55%, sobrando muito pouco para as outras faixas e revelando uma agricultura familiar de atividade agrícola ainda bastante frágil.

Por outro lado, a dinâmica de Serra do Mel continua revelando uma posição intermediária, com um relativamente baixo endividamento agrícola, e uma maior distribuição da renda agrícola especialmente entre as faixas de R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00.

**TABELA 36: Estratos de renda agrícola (% ano)**

| <b>Estratos de renda<br/>(em R\$)</b> | <b>Total</b> | <b>ALTO DO<br/>RODRIGUES</b> | <b>BARAÚNA</b> | <b>SERRA DO MEL</b> |
|---------------------------------------|--------------|------------------------------|----------------|---------------------|
| Menos de 0                            | 20,30        | 30,00                        | 22,22          | 10,89               |
| 0 a 5.000                             | 37,64        | 18,75                        | 53,33          | 38,61               |
| 5.001 a 10.000                        | 14,76        | 10,00                        | 15,56          | 17,82               |
| 10.001 a 15.000                       | 6,64         | 3,75                         | 1,11           | 13,86               |
| 15.001 a 20.000                       | 6,27         | 8,75                         | 1,11           | 8,91                |
| 20.001 a 30.000                       | 4,43         | 7,50                         | 1,11           | 4,95                |
| 30.001 a 50.000                       | 3,32         | 3,75                         | 2,22           | 3,96                |
| Mais de 50.000                        | 6,64         | 17,50                        | 3,33           | 0,99                |
| <b>Total</b>                          | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>                 | <b>100,0</b>   | <b>100,0</b>        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

O desenho da realidade mostrado acima pelas dinâmicas, especialmente a partir da análise dos estratos de renda agrícola, revela resultados provenientes do desempenho da atividade na agricultura, além da capacidade da agricultura familiar das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró de reter e distribuir de forma mais igualitária o excedente gerado. Para efeito desta tese acredita-se que é a partir da atividade agrícola que os agricultores familiares definem escolhas, elaboram estratégias e, por meio da eficiente utilização dos recursos disponíveis, realizam suas combinações na relação entre tecnologia e mercados, como definido por van der Ploeg (1994), e promovem processos de diversificação. Dessa forma, passam a definir padrões de desenvolvimento por meio de modelos que muitas vezes possibilitam encadeamentos com movimentos para trás e para frente, como em Hirschman (1961) se aproximando ou se afastando gradualmente da dependência do mercado, como do ponto de vista institucional de Saccomandi (1998). E é a partir dessa lógica que são construídos diferentes caminhos com graus variados de mercantilização, no sentido de Marsden (1991), em estilos de agricultura que podem se apresentar mais especializados ou diversificados, ou mais dependentes ou autônomos em relação ao mercado.

Essa aproximação ou afastamento da dependência do mercado além da participação no mercado de produtos agrícolas, como visto na contribuição de Eaton & Meijerink (2007) quanto a necessidade de reforçar o processo de criação e manutenção de mercados locais, passa a influenciar, inclusive, a inserção de membros da família no mercado de trabalho. E dependendo do estágio de desenvolvimento da dinâmica, a inserção pode acontecer por meio de estratégias, como a pluriatividade no sentido dado por Schneider (2003), onde a base de recursos da propriedade tende a definir o nível de autonomia ou dependência, possibilitando aos membros da família diversificar buscando alcançar cada vez mais oportunidades de maiores rendas. Considerando a análise dos dados da pesquisa de campo, quanto aos estratos

da renda rural total e dos da renda agrícola mais especificamente, demonstraram uma variedade dos estabelecimentos familiares de produção, onde a escolha do padrão técnico e das formas de inserção nos mercados contribuiu para definir a diversidade econômica e a diferenciação social da agricultura familiar. Com isso, cada dinâmica passou a construir formas particulares de organização da produção (cooperativas, associações, etc.) e do trabalho (oportunidades de trabalho agrícola e não-agrícola, pluriatividade, etc.), afirmando essa diversidade e diferenciação entre elas.

Com relação a renda rural na comparação entre as dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, a análise dos estratos de rendas não-agrícolas mostrou um resultado que sugere o alcance de rendas maiores para a dinâmica que alcançou no tempo um maior grau de diferenciação, este fruto da construção de padrões de desenvolvimento estimulados pela transformação exógena da agricultura. Como se pode perceber nos dados da tabela 37, foi a dinâmica regional de Alto do Rodrigues a que mais alcançou as maiores porcentagens de agricultores familiares com níveis de renda não-agrícola mais elevados, inclusive alcançando significativos 6,25% de participação na faixa de renda acima de R\$ 50.000,00. Essa situação é seguida por Baraúna que, mesmo apresentando uma elevada concentração na faixa de renda até R\$ 5.000,00, com 82,22% das famílias, alcançou participação até na faixa de renda não agrícola de 2,22% entre R\$ 20.000,00 e R\$ 30.000,00. Enquanto isso, a dinâmica de Serra do Mel, a qual teve uma diferenciação social através da transformação mais endógena de sua agricultura, apresentou uma maior concentração da participação das famílias em atividades rurais não-agrícolas, ou seja, 83,17%, na faixa de menor renda que vai até R\$ 5.000,00.

**TABELA 37: Estratos de renda não-agrícola (% ano)**

| <b>Estratos de renda (R\$)</b> | <b>Total</b> | <b>ALTO DO RODRIGUES</b> | <b>BARAÚNA</b> | <b>SERRA DO MEL</b> |
|--------------------------------|--------------|--------------------------|----------------|---------------------|
| 0 a 5.000                      | 77,49        | 65,00                    | 82,22          | 83,17               |
| 5.001 a 10.000                 | 11,81        | 13,75                    | 11,11          | 10,89               |
| 10.001 a 15.000                | 4,43         | 6,25                     | 3,33           | 3,96                |
| 15.001 a 20.000                | 1,85         | 5,00                     | 1,11           | -                   |
| 20.001 a 30.000                | 1,85         | 2,50                     | 2,22           | 0,99                |
| 30.001 a 50.000                | 0,37         | 1,25                     | -              | -                   |
| Mais de 50.000                 | 2,21         | 6,25                     | -              | 0,99                |
| <b>Total</b>                   | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>             | <b>100,0</b>   | <b>100,0</b>        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Como notado nas análises anteriores sobre o produto e a renda rural das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, considerando a composição da renda total os cálculos da média dos números apontam sempre para Alto do Rodrigues como a economia rural mais madura e pujante, e Baraúna como a que apresenta maior fragilidade da economia rural. O

padrão de modernização predominante em Alto do Rodrigues, somado à presença do Estado<sup>2</sup> e de organizações como a Petrobrás, tem contribuído para a elevação do produto e dos níveis de renda no meio rural. Já em Baraúna, mesmo predominando o mesmo padrão técnico de modernização, a realidade se apresentou diferente. A pesquisa de campo mostrou que tanto a renda total quanto a renda agrícola se apresenta em Alto do Rodrigues muito superiores às de Baraúna e de Serra do Mel. Entretanto, mesmo possuindo uma média de área total e com praticamente a mesma área útil, SAU, considerando especialmente a relação entre o consumo intermediário e a renda agrícola, a realidade dos números de Alto do Rodrigues e de Baraúna mostra o reflexo da escolha pelo caminho construído através de modelos exógenos alinhados com a modernização agrícola.

Como revelam os números, considerando o cálculo da média entre cinco variáveis, quais sejam: área total, área agrícola útil, renda total, renda agrícola, e consumo intermediário, a dinâmica de Alto do Rodrigues é a que apresenta as maiores rendas, porém, o mais elevado nível de consumo intermediário das três dinâmicas. De acordo com dados da pesquisa de campo da tabela 38, para uma renda total média de R\$ 42.741,88 a agricultura familiar da dinâmica de Alto do Rodrigues foi capaz de retirar de uma área útil de 8,57ha uma renda agrícola média de R\$ 21.570,36, cerca de metade da total. Entretanto, com um elevado consumo intermediário médio de R\$ 21.018,71, nota-se que se tornou necessário gastar praticamente o mesmo valor para obter a renda agrícola. Essa mesma relação se apresenta na dinâmica de Baraúna, onde a situação é ainda mais grave. Para uma renda total média de R\$12.514,10, a agricultura familiar da dinâmica de Baraúna obteve de uma área útil de 9,32ha uma renda agrícola média de apenas R\$ 4.582,57, ou seja, pouco mais de um terço da renda total. Porém, seu consumo intermediário médio se apresentou altíssimo, de R\$ 8.277,94, mostrando ter sido necessário os agricultores familiares gastar quase duas vezes o valor da renda agrícola em CI. Com resultados diferentes dos apresentados pelas dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna, a dinâmica de Serra do Mel expressou uma realidade mais favorável do que as duas anteriores. Como mostraram os números, com uma renda total média de R\$ 17.938,54 a agricultura familiar foi capaz de gerar uma renda agrícola média de R\$ 8.398,38, menos da metade da total, a qual foi adquirida em uma área útil de 33,63ha. No entanto, para alcançar essa renda agrícola os agricultores familiares de Serra do Mel tiveram que gastar

---

<sup>2</sup> Além de outros investimentos realizados pelo Estado, a pesquisa de campo identificou a participação em 2006 de um número significativo de membros das famílias de agricultores de Alto do Rodrigues no mercado de trabalho da construção civil, devido ao investimento do estado do Rio Grande do Norte na construção da Termoelétrica do Vale do Açu, a TERMOAÇU. Esse empreendimento, erguido próximo de comunidades rurais de Alto do Rodrigues, absorveu durante sua construção parte da força de trabalho local e alimentou a inserção de agricultores familiares em atividades não-agrícolas.

apenas R\$ 4.950,33 em consumo intermediário, pouco mais da metade da renda agrícola. Talvez por ter desenvolvido um modelo diferente e não alinhado com a modernização, Serra do Mel apresentou resultados mais favoráveis quanto à formação da renda rural, mantendo-se sempre numa situação intermediária entre as dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna.

Outros dois pontos que chama a atenção na análise dizem respeito à distância entre os valores médios e os máximos das rendas total e agrícola, e os níveis de endividamento da agricultura familiar representados pelos valores negativos, os quais constituem as rendas mínimas encontradas na pesquisa. Como mostram os números da tabela 38, as rendas máximas, tanto as totais como agrícolas, foram encontradas na dinâmica de Alto do Rodrigues e há uma enorme distância entre elas e as rendas médias. Mas a maior distância entre as rendas totais e agrícolas máximas e a renda média (inclusive o maior CI máximo) foi encontrada na dinâmica de Baraúna. Enquanto isso, a menor distância entre as rendas totais e agrícolas máximas (e também o menor CI máximo) foi identificada pela pesquisa na dinâmica de Serra do Mel. No mesmo sentido, as rendas mínimas e negativas, as quais representam o nível de endividamento da agricultura familiar tiveram seus maiores níveis encontrados na dinâmica de Baraúna, esta seguida de valores elevados pela dinâmica de Alto do Rodrigues e, muito menor e distante destas últimas, a dinâmica de Serra do Mel.

**TABELA 38: Média, Mínimo e Máximo da área total e SAU (em ha), e renda total, agrícola e CI (em R\$)**

| Município                | Área Total | SAU    | Renda Total | Renda Agrícola | Consumo Intermediário |
|--------------------------|------------|--------|-------------|----------------|-----------------------|
| <b>ALTO DO RODRIGUES</b> |            |        |             |                |                       |
| Média                    | 21,58      | 8,57   | 42.741,88   | 21.570,36      | 21.018,71             |
| Mínimo                   | 2,00       | 0,10   | -18.711,60  | -54.746,74     | 14,77                 |
| Máximo                   | 88,00      | 45,00  | 329.041,51  | 269.041,51     | 135.780,51            |
| <b>BARAÚNA</b>           |            |        |             |                |                       |
| Média                    | 22,17      | 9,32   | 12.514,10   | 4.582,57       | 8.277,94              |
| Mínimo                   | 2,00       | 0,10   | -118.330,48 | -118.860,48    | 11,24                 |
| Máximo                   | 117,00     | 70,00  | 168.845,07  | 143.045,07     | 150.477,73            |
| <b>SERRA DO MEL</b>      |            |        |             |                |                       |
| Média                    | 55,82      | 33,63  | 17.938,54   | 8.398,38       | 4.950,33              |
| Mínimo                   | 25,00      | 0,10   | -2.640,88   | -13.540,88     | 42,88                 |
| Máximo                   | 250,00     | 216,00 | 89.906,45   | 66.488,46      | 47.351,88             |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

A análise acima revelou, através da renda da atividade no meio rural, resultados distintos frutos de trajetórias específicas a cada dinâmica, construídas por meio de processos internos desenvolvidos pela agricultura familiar. Esses resultados, na verdade, representam uma demonstração da iniciativa e (re)ação dos agricultores familiares a partir de suas escolhas e estratégias, sejam elas baseadas na *crença* difundida acerca da noção de progresso e de

moderno, ou no repertório cultural local, como o definido por van der Ploeg (1994). Nesse sentido, aquelas dinâmicas em que a maior parte dos agricultores familiares se inseriram e passaram a desenvolver modelos alinhados com a *crença* na modernização, como as de Alto do Rodrigues e de Baraúna, apresentaram altos graus de mercantilização em estilos de agricultura cada vez mais especializados e dependentes do mercado. Isso levou parte da agricultura familiar dessas duas dinâmicas a uma corrida frenética, ou seja, a uma submissão a um ambiente altamente competitivo e seletivo que busca a ampliação das economias de escala, devido a necessidade sempre urgente de seus modelos exógenos para atualizar sua base tecnológica e conseguir se manter nos mercados, especialmente o externo.

As dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna se inserem na análise de um ambiente de globalização em que, conforme apontado por van der Ploeg (1995) e McMichael (2000), o caráter exógeno dos seus modelos de modernização faz com que a entrada dos atores locais nos mercados ocorra por meio da integração a impérios globais de forma altamente seletiva, dependente e excludente, onde apenas poucos sobrevivem. E nessa integração com o circuito global, os produtores locais se submetem a arranjos institucionais, como os programas de certificação a exemplo do europeu EUREP GAP, os quais passam a ditar o padrão técnico e a sinalizar mercados. Com isso, grandes impérios alimentares, como visto em van der Ploeg (2008) passam a assumir a regulação do ambiente institucional local, e a controlar à distância a qualidade dos produtos e a formatar sistemas locais de produção, conforme visto em Marsden (2003).

Nessa realidade de dependência a fatores e influências externas, essas dinâmicas passam a desenvolver suas atividades em modelos que se assemelham ao modo de produção empresarial definido por van der Ploeg (2008), onde, por estarem situados em países subdesenvolvidos e/ou regiões menos favorecidas, se caracterizam pela sua elevada mercantilização e extrema fragilidade e vulnerabilidade. E como mostraram os números da tabela acima, por terem escolhido o caminho da modernização agrícola as dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna revelaram constituir um estilo de agricultura emblemático com o que van der Ploeg (2006) define de *squeeze* da agricultura. Para van der Ploeg (2006), o *squeeze* acontece no momento em que o aumento dos custos de produção chega a ser em proporção maior do que o aumento do valor bruto da produção, forçando muitas vezes os agricultores a buscarem mercados alternativos e/ou a diversificar sua produção. Representa um quadro semelhante ao quadro desenhado por van der Ploeg (2006) quando reflete o meio rural europeu, onde a agricultura que opera com modelos alinhados com a modernização



encontra-se diante de um sério aperto, ou *squeeze*. Isso mostra que do ponto de vista do aumento do produto a modernização agrícola tem sido bem sucedida, entretanto, os modelos exógenos da modernização têm enfrentado limites quanto ao custo crescente de produção, como também com o seu retorno econômico e social para a região. E por não conseguir corresponder às expectativas de economias externas e ao retorno esperado pelos seus defensores, o modelo baseado nos fundamentos da modernização agrícola tem se tornado cada vez mais questionado por não resultar em melhorias nas condições de vida dos agricultores, nem no desenvolvimento regional.

Por outro lado, os números sobre a dinâmica regional de Serra do Mel mostraram-se bem diferentes dos de Alto do Rodrigues e de Baraúna. A situação de Serra do Mel se apresenta mais favorável em vários aspectos, talvez devido a sua escolha por um caminho diferente das outras dinâmicas não alinhado com os fundamentos da modernização. Enquanto Alto do Rodrigues e Baraúna escolheram a aproximação do mercado e adotaram um modelo de modernização com uso elevado de insumos externos, daí o alto consumo intermediário, a dinâmica de Serra do Mel escolheu desenvolver uma estratégia mais endógena de desenvolvimento, inclusive com alteração do sistema de cultivo tradicional para o orgânico. Do ponto de vista da análise institucional dos custos de transação de Saccomandi (1998), a escolha dos agricultores familiares de Serra do Mel pelo afastamento gradual da dependência do mercado, e o fato de utilizar minimamente insumos externos possibilitado pela expansão da produção em sistemas orgânicos, resultou em um menor consumo intermediário. E a estratégia de combinar eficientemente os recursos disponíveis e prospectar mercados utilizando formas de organização coletiva, deu a Serra do Mel a possibilidade de operar um modelo com graus menores de mercantilização em um estilo de agricultura mais integrado e relativamente autônomo. Considerando as formas de organização da produção e do trabalho nas dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, esses foram os resultados provenientes da remuneração do conjunto de atividades produtivas do meio rural, cabendo agora realizar uma breve análise das formas e dos resultados provenientes da remuneração do trabalho.

#### 6.1.2 O trabalho familiar rural: a produtividade e as formas de remuneração

No item anterior buscou-se demonstrar a formação dos tipos específicos de renda de cada dinâmica, com a finalidade de expressar a remuneração do conjunto de atividades do meio rural do Pólo Assu-Mossoró, a qual revela os resultados econômicos relacionados à

capacidade e ao desempenho da agricultura familiar no ano de 2006. Concordando com van der Ploeg (2008), o aumento dos rendimentos no meio rural é decorrente da intensificação sejam de tecnologias ou de trabalho, onde é a relação desses fatores que aumenta os ganhos físicos por objeto de trabalho, a qual representa a produção por hectare de terra, por tecnologia utilizada, etc. Ainda segundo van der Ploeg (2008), tais rendimentos aumentam devido ao aumento crescente do uso desses fatores, e/ou pelo aumento da eficiência técnica. Com relação à análise das dinâmicas do Pólo Assu-Mossoró, a hipótese é a de que a partir de escolhas influenciadas por um arranjo institucional, este no sentido de Williamson (2000), e específico a cada dinâmica, onde os resultados de produtividade e de remuneração do trabalho familiar dizem respeito aos tipos de estratégias elaboradas. Baseando-se no referencial teórico aplicado nesta tese, a tendência é o surgimento de graus variados de mercantilização em estilos de agricultura mais ou menos intensos no uso de trabalho assalariado em modelos mais especializados de modernização, ou de trabalho familiar em modelos mais integrados e não alinhados com a modernização. E neste caso, aquelas que escolheram a primeira estratégia nem sempre alcançaram os melhores resultados.

#### 6.1.2.1 *A produtividade do trabalho familiar*

Neste sentido, buscaremos desempenhar a tarefa de mostrar quais os resultados obtidos pela pesquisa de campo quanto aos níveis de produtividade e de remuneração do trabalho familiar de cada dinâmica regional do Polo Assu-Mossoró, a partir das estratégias utilizadas na combinação dos recursos disponíveis. Para a produtividade do trabalho foi utilizado o cálculo a partir da relação entre o Valor Agregado Líquido, VAL<sup>3</sup>, por UTH, e para obter a remuneração do trabalho familiar fizemos uso do cálculo da relação entre a renda rural (total, agrícola e não-agrícola) e as principais formas utilizadas de UTH's. A UTH, neste caso, constitui a unidade principal para captar tanto a produtividade como a remuneração do trabalho familiar na comparação com as rendas. E a partir da relação entre o VAL e a UTH os resultados da produtividade do trabalho agrícola confirmam a hipótese de que nem sempre os melhores resultados são os da dinâmica regional que escolheu pela intensificação da força de trabalho assalariada em estilos de agricultura mais alinhados com a modernização.

---

<sup>3</sup> O Valor Agregado Líquido (VAL) é uma unidade de valor que corresponde ao Valor Agregado Bruto (que representa o Produto Bruto subtraído do Consumo Intermediário, CI) menos os valores relacionados à Depreciação de máquinas, equipamentos e instalações da propriedade familiar no período de referência.

Como mostram os dados da tabela 39, considerando os valores médios, mínimos e máximos da relação VAL por UTH agrícola total, os números revelam uma especificidade de produtividade do trabalho agrícola a cada dinâmica regional. Considerando os valores médios a dinâmica de Alto do Rodrigues, talvez a mais alinhada com a modernização, se mostrou na dianteira apresentando um valor médio de R\$ 5.265,40, mas não muito distante da dinâmica de Serra do Mel, talvez a menos alinhada com a modernização, que apresentou um valor médio de R\$ 2.075,90. No entanto, a dinâmica que apresentou o pior dos resultados quanto à produtividade do trabalho agrícola foi a de Baraúna com um valor médio de R\$ 1.401,26. Esse resultado de Baraúna chama a atenção devido ao fato de que esta dinâmica foi a que se caracterizou por ter escolhido a estratégia de maior intensificação da força de trabalho contratada, e onde sua agricultura familiar se mostrou com elevada dependência do mercado de trabalho agrícola. Além da mais baixa produtividade do trabalho agrícola mostrada pelos valores das médias, a dinâmica de Baraúna apresenta os maiores valores mínimos e máximos, o que sugere a condição de endividamento da agricultura familiar já citada anteriormente e o elevado nível de concentração econômica.

**TABELA 39: VAL por uthagt - produtividade do trabalho agrícola (R\$)**

|        | Total      | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA    | SERRA DO MEL |
|--------|------------|-------------------|------------|--------------|
| Média  | 2.793,40   | 5.265,40          | 1.401,26   | 2.075,90     |
| Mínimo | -36.798,91 | -5.556,70         | -36.798,91 | -4.998,19    |
| Máximo | 43.762,52  | 43.289,34         | 43.762,52  | 13.120,83    |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Analisando a produtividade do trabalho agrícola familiar a partir da relação VAL por UTH agrícola familiar, os dados da pesquisa de campo revelaram uma disparidade maior entre as dinâmicas quando considerados os valores médios, mínimos e máximos, conforme mostra a tabela 40. Nesta relação, que considera a produtividade do trabalho de certa forma semelhante a definida por van der Ploeg (2008) quanto aos ganhos de produtividade, os quais representam a produção por hectare de terra, animal, tecnologia, etc., os valores médios e máximos se apresentaram bem mais altos na dinâmica de Alto do Rodrigues, ou seja, R\$ 17.198,84 e 178.330,61, respectivamente. Além de uma elevada produtividade do trabalho agrícola familiar nota-se ainda o mais alto nível de concentração em Alto do Rodrigues, o que sugere que escolhas dos agricultores foram influenciadas por um arranjo institucional que as direcionou para um caminho alinhado com a modernização através do uso intenso de tecnologias em estilos de agricultura que praticam a irrigação. No outro extremo e tendo

escolhido desenvolver o mesmo modelo de modernização como estratégia, os números de Baraúna mostram e afirmam a realidade frágil e vulnerável da agricultura familiar.

Enquanto a dinâmica de Alto do Rodrigues mostrou a maior produtividade e a maior concentração, a de Baraúna apresentou o menor valor médio de produtividade, de R\$ 2.508,47, e o maior valor mínimo, de R\$ -47.544,19. Isso significa dizer que os resultados encontrados pela pesquisa para a agricultura familiar desta dinâmica foram os de menor produtividade do trabalho agrícola familiar e os de maior endividamento. Por outro lado, se mantendo numa posição intermediária, a posição mais comum encontrada na maioria das análises, os números de Serra do Mel se apresentaram mais equilibrados considerando os valores médios, mínimos e máximos. Enquanto as dinâmicas que escolheram desenvolver estratégias alinhadas com a modernização e tiveram a maior e menor média de produtividade, além de sugerirem uma condição de maior concentração e endividamento, os resultados da dinâmica de Serra do Mel se mostraram diferentes. Quanto a produtividade do trabalho agrícola familiar sua média de produtividade, ou seja, R\$ 3.379,73, se apresentou menor do que a de Alto do Rodrigues, porém maior que a de Baraúna. Entretanto, quando considerados os valores mínimos e máximos os dados da pesquisa mostraram para esta dinâmica o menor valor mínimo, de apenas -9.013,92, e o menor valor máximo, de R\$ 48.566,14, o que sugere uma agricultura familiar mais sólida e equilibrada.

**TABELA 40: VAL por uthagrif - produtividade do trabalho agrícola familiar (R\$)**

|        | Total      | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA    | SERRA DO MEL |
|--------|------------|-------------------|------------|--------------|
| Média  | 7.169,83   | 17.198,84         | 2.508,47   | 3.379,73     |
| Mínimo | -47.544,19 | -14.739,02        | -47.544,19 | -9.013,92    |
| Máximo | 178.330,61 | 178.330,61        | 105.030,04 | 48.566,14    |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Talvez por ter escolhido desenvolver um modelo mais endógeno e não alinhado com a modernização, na relação entre as dinâmicas a pesquisa de campo mostrou que na dinâmica de Serra do Mel os resultados se apresentaram mais satisfatórios do que nas outras duas. Como é notado na análise acima, foram encontrados nesta dinâmica os níveis intermediários de produtividade do trabalho agrícola familiar, porém satisfatórios considerando que sua agricultura familiar opera em uma realidade com ausência de tecnologias modernas. Além disso, os números sugerem que o modelo desenvolvido por serra do Mel foi o que possibilitou o menor endividamento de sua agricultura familiar, e o menor nível de concentração econômica entre as dinâmicas.

### 6.1.2.2 A remuneração do trabalho familiar

Um dos pontos altos das discussões sobre o mercado de trabalho no meio rural diz respeito às estratégias de inserção de membros da família que tenham como resultados tanto rendas mais elevadas como uma maior diversificação de suas fontes monetárias. A preocupação com as rendas mais altas, onde entre as diversas contribuições nacionais consideramos as relacionadas ao Projeto RURBANO<sup>4</sup>, com destaque para Graziano da Silva (1999), tem origem na defesa pela necessidade de estimular atividades de maior remuneração no meio rural, onde estas poderiam ser não necessariamente agrícolas. E essas atividades, de preferência não-agrícolas, deveriam ser capazes de possibilitar a inserção de parte da força de trabalho rural em um mercado de trabalho específico que tenha a capacidade de diminuir o abismo existente entre as baixas rendas agrícolas do meio rural e as mais elevadas rendas do meio urbano. Já a preocupação por uma maior diversificação das fontes monetárias no meio rural, entre as contribuições nacionais desponta as relacionadas com a pluriatividade<sup>5</sup>, com destaque para Schneider (1999; 2003), em que a defesa é para a necessidade de estratégias que estimulem a inserção de parte dos membros da família no mercado de trabalho a partir da integração intersetorial.

Em trabalho mais recente Schneider (2006) acredita que economias regionais tornam-se mais consolidadas quando sua agricultura familiar alcança um certo nível de pluriatividade *intersetorial*, sendo esta uma estratégia decorrente de encadeamentos e da articulação da agricultura com os demais setores da economia, especialmente a indústria e o comércio. Considerando as contribuições que destacam Graziano da Silva (1999) e Schneider (1999; 2003; 2006), acredita-se que as dinâmicas, ou economias regionais do Pólo Assu-Mossoró que mais se apresentam consolidadas são as que a partir de suas escolhas e estratégias alcançaram como resultados para o seu trabalho familiar, tanto remunerações mais elevadas como a diversificação intersetorial. Neste sentido, para obter a remuneração do trabalho familiar das dinâmicas regionais utilizamos o cálculo da relação entre a renda rural (especialmente a renda total, a agrícola e a não-agrícola) e a UTH.

---

<sup>4</sup> O PROJETO RURBANO foi um projeto temático nacional multidisciplinar e coordenado pela Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP, cujo objetivo principal era o de analisar a partir de domicílios rurais, o comportamento do emprego agrícola e do mercado de trabalho rural no Brasil.

<sup>5</sup> Segundo Schneider (2003), o membro da família de agricultores torna-se pluriativo intersetorial no momento em que parte significativa da sua renda tem origem em outros setores da economia, inclusive do meio urbano, a exemplo da indústria, serviços, comércio, etc.

Partindo da relação renda total por UTH, que neste caso representa a remuneração da força de trabalho disponível na propriedade, os números da pesquisa de campo constantes da tabela 41 mostram uma média de certa forma aproximada entre as dinâmicas, mesmo apresentando um nível maior de remuneração em Alto do Rodrigues e a menor em Baraúna. Nessa relação, é notada uma distância considerável entre a média e os valores mínimos e máximos da dinâmica de Baraúna, com destaque para o distanciamento entre o mínimo, o qual apresenta o maior valor negativo de R\$ -36.634,82, e a menor média de remuneração que alcançou apenas o valor de R\$ 3.219,09. Essa realidade dos números afirma a fragilidade da dinâmica de Baraúna, através do seu baixo nível de remuneração e do elevado grau de endividamento da força de trabalho familiar local. Na mesma relação, o endividamento da força de trabalho familiar se apresenta menor em Serra do Mel, de apenas R\$ -643,51, se mantendo esta dinâmica numa posição intermediária em relação às demais considerando o valor da média de remuneração a qual se apresenta de R\$ 4.150,27, menor apenas do que a de Alto do Rodrigues que é de R\$ 7.620,90. E quanto aos valores máximos, os números encontrados se apresentam maiores nas dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna, e menor na de Serra do Mel, ou seja, R\$ 37.820,86, R\$ 36.705,45, e R\$ 16.199,36, respectivamente, o que sugere uma maior concentração econômica nas primeiras e menor em Serra do Mel.

**TABELA 41: Renda total por UTH - remuneração da mão-de-obra disponível no estabelecimento (R\$)**

| Descrição | Total      | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA    | SERRA DO MEL |
|-----------|------------|-------------------|------------|--------------|
| Média     | 4.865,56   | 7.620,90          | 3.219,09   | 4.150,27     |
| Mínimo    | -36.634,82 | -4.255,11         | -36.634,82 | -643,51      |
| Máximo    | 37.820,86  | 37.820,86         | 36.705,45  | 16.199,36    |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Tratando-se da remuneração da força de trabalho familiar, a qual é obtida pela relação entre a renda total e a UTH familiar, os resultados se apresentaram variados e específicos a cada dinâmica regional, ao mesmo tempo em que mais uma vez revela a força econômica da dinâmica de Alto do Rodrigues e a fragilidade da dinâmica de Baraúna, conforme mostra os dados da Tabela 42. Como a relação se dá a partir da renda total, e considerando que a dinâmica de Alto do Rodrigues possui a maior, considerando o valor médio encontrado o nível de remuneração do trabalho familiar se apresenta maior nesta dinâmica, de R\$ 15.415,33, e bem distante das demais. Porém, apresentando valor máximo de R\$ 124.166,61, esse resultado sugere uma maior concentração da remuneração maior em Alto do Rodrigues, ao contrário da dinâmica de Serra do Mel que apresentou o menor valor máximo, de R\$

28.162,82, o que sugere a menor concentração entre as dinâmicas regionais. Enquanto isso, a realidade da dinâmica de Baraúna mais uma vez se mostra delicada. Além da mais baixa remuneração do trabalho familiar, representada pela média de R\$ 4.162,27, Baraúna apresentou o maior valor mínimo, de R\$ -47.332,19, e muito distante dos valores mínimos das outras dinâmicas, afirmando o alto endividamento de sua agricultura familiar. Apresentando uma situação diferente da de Baraúna quanto ao nível de endividamento, a dinâmica de Serra do Mel apresentou o menor valor mínimo, de R\$ -1.760,58, ao mesmo tempo em que possui um valor médio de R\$ 4.984,60, valor próximo do daquela dinâmica.

**TABELA 42: Renda total por UTHf - remuneração da mão-de-obra familiar (R\$)**

| Descrição | Total      | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA    | SERRA DO MEL |
|-----------|------------|-------------------|------------|--------------|
| Média     | 7.790,69   | 15.415,33         | 4.162,27   | 4.984,60     |
| Mínimo    | -47.332,19 | -9.355,80         | -47.332,19 | -1.760,58    |
| Máximo    | 124.166,61 | 124.166,61        | 67.538,03  | 28.162,82    |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Na comparação entre as dinâmicas a partir da remuneração da força de trabalho familiar, a situação mais favorável apresentada pela pesquisa foi para a dinâmica de Serra do Mel. Isso por ter conseguido como resultado os menores níveis de endividamento e de concentração econômica, mesmo tendo obtido um valor médio da remuneração bem menor do que o encontrado para Alto do Rodrigues e um pouco maior do que o de Baraúna. Assim como foi analisado para o cálculo da produtividade, a remuneração do trabalho familiar pode até ter se apresentado maior em alguma dinâmica que escolheu pelo caminho da modernização, porém foram nestas que os níveis de desigualdade econômica e de endividamento da agricultura familiar se mostraram mais evidentes.

Quando analisada a remuneração da força de trabalho agrícola, esta obtida a partir da relação entre a renda agrícola e a UTH agrícola total, a ordem das dinâmicas se inverte. Considerando a análise anterior, a dinâmica de Alto do Rodrigues por ter apresentado nos dados da pesquisa de campo uma renda total maior que a das demais dinâmicas conseguiu uma maior remuneração média para o sua força de trabalho familiar. Enquanto isso, o fato da dinâmica de Baraúna ter apresentado a menor renda agrícola na comparação com as outras dinâmicas tende, naturalmente, a obter uma menor remuneração para a sua força de trabalho agrícola. É o que revela os dados da tabela 43 onde a dinâmica de Baraúna obteve o menor valor médio, e proporcionalmente distante do valor apresentado pelas demais dinâmicas, ou seja, apenas R\$ 1.239,50 de remuneração da força de trabalho agrícola. E para piorar a realidade da dinâmica de Baraúna, esta ainda apresentou o maior valor mínimo de remuneração, de R\$ -36.798,91, afirmando o elevado endividamento de sua força de trabalho

agrícola, o que a torna extremamente frágil por ser esta força de trabalho a mais importante no conjunto do mercado de trabalho da agricultura familiar local.

Mas, um ponto que chamou a atenção nesta análise foi o nível de proximidade dos valores mínimos das dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Serra do Mel, de -6.486,58 e -5.126,27, respectivamente, revelando um relativamente baixo e de certa forma semelhante endividamento da força de trabalho agrícola. Por outro lado, quando analisados os valores máximos, os números revelam uma realidade oposta onde a primeira apresenta o maior valor máximo, de R\$ 42.004,93, e a segunda o menor, de R\$ 13.116,83, em que sugere uma maior concentração da remuneração da força de trabalho agrícola na primeira, e a menor na segunda dinâmica regional. Com isso, nesta análise as similaridades encontradas pela pesquisa de campo entre as dinâmicas quanto a remuneração de sua força de trabalho agrícola foram: os níveis de endividamento relativamente baixos mas próximos entre Alto do Rodrigues e Serra do Mel (a primeira alinhada e a segunda não com a modernização), e concentração de certa forma alta e também aproximada entre Alto do Rodrigues e Baraúna (sendo as duas dinâmicas as mais alinhadas com a modernização agrícola).

**TABELA 43: Renda agrícola por UTHagt - remuneração da mão-de-obra agrícola (R\$)**

| Descrição | Total      | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA    | SERRA DO MEL |
|-----------|------------|-------------------|------------|--------------|
| Média     | 2.409,68   | 4.200,45          | 1.239,50   | 2.033,97     |
| Mínimo    | -36.798,91 | -6.486,58         | -36.798,91 | -5.126,27    |
| Máximo    | 42.004,93  | 42.004,93         | 39.734,74  | 13.116,83    |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Considerando a análise acima, o fato da dinâmica de Baraúna ter definido como estratégia principal de inserção no mercado de trabalho uma pluriatividade de base agrária a partir da prestação de serviços por parte de membros da família fora da propriedade em atividades meramente agrícolas tem apresentado nas análises da pesquisa de campo resultados pouco satisfatórios para o conjunto da sua agricultura familiar. Mesmo tendo sido a dinâmica com a maior intensidade do trabalho assalariado, e se tornando inclusive um dos fóruns sindicais mais atuantes do Pólo Sindical da Fruta do Rio Grande do Norte, as atividades relacionadas aos serviços agrícolas prestados fora por membros da família, se mostraram pouco qualificadas e de baixa remuneração.

No entanto, quando comparada a remuneração por trabalhador agrícola familiar tendo como base a renda da atividade agrícola, a qual é obtida através da relação entre a renda agrícola e a UTH agrícola familiar, os valores médios, mínimos e máximos de todas as dinâmicas aumentam, aumentando também entre elas os níveis de endividamento e de



concentração. Como mostram os números da tabela 44, o fato de possuir a maior renda agrícola, a dinâmica de Alto do Rodrigues aparece naturalmente com o maior valor médio da remuneração agrícola por trabalhador agrícola familiar, de R\$ 13.004,80, revelando ainda sua concentração a partir do maior valor máximo de R\$ 163.055,50, e um endividamento em torno de R\$ -24.884,90. Quanto à dinâmica de Baraúna, os números referentes à remuneração do trabalhador agrícola familiar se mostraram maiores, porém evidenciando um aumento pequeno da média em relação à remuneração da mão-de-obra agrícola, de R\$ 2.206,27, e aumentos mais significativos dos mínimos e máximos, de R\$ -47.544,20, e de R\$ 95.363,38, respectivamente. Enquanto isso, a dinâmica de Serra do Mel mantém sua posição intermediária com valor médio de R\$ 3.298,84, menor apenas de Alto do Rodrigues, um relativamente baixo endividamento de R\$ -9.027,25, o menor entre as dinâmicas, e um valor máximo que mostra uma menor concentração econômica entre as dinâmicas pesquisadas, em torno de R\$ 48.516,14.

**TABELA 44: Renda agrícola por UTHagf - renda agrícola por trabalhador agrícola familiar (R\$)**

| Descrição | Total      | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA    | SERRA DO MEL |
|-----------|------------|-------------------|------------|--------------|
| Média     | 5.801,22   | 13.004,80         | 2.206,27   | 3.298,84     |
| Mínimo    | -47.544,20 | -24.884,90        | -47.544,20 | -9.027,25    |
| Máximo    | 163.055,50 | 163.055,50        | 95.363,38  | 48.516,14    |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Um dos pontos observados acima, tanto da produtividade como da remuneração do trabalho, diz respeito à frequência na proximidade dos valores máximos entre a dinâmica de Alto do Rodrigues e a de Baraúna, sempre que são analisados os números referentes aos resultados da agricultura familiar acerca da produtividade do trabalho agrícola e da remuneração do trabalho agrícola. Nesse mesmo sentido, uma outra demonstração frequente dos números está relacionada com o valor médio apenas da dinâmica de Baraúna, onde este valor cai a ponto de em algumas análises chegar a menos da metade do valor médio da dinâmica de Serra do Mel. E essa frequência ocorre ainda com a distância dos números devido ao aumento dos valores médios e máximos apenas da dinâmica de Alto do Rodrigues, quando são analisadas a produtividade do trabalho agrícola familiar e a remuneração da força de trabalho familiar em relação às outras dinâmicas. Por fim, devido a condição de endividamento dos agricultores familiares da dinâmica de Baraúna percebe-se a presença constante dos maiores valores mínimos desta dinâmica em todas as análises, tanto de produtividade como de remuneração do trabalho agrícola e familiar.

As análises acima buscaram obter a remuneração da força de trabalho agrícola e da força de trabalho familiar, como um dos resultados das estratégias elaboradas pelos agricultores familiares das dinâmicas regionais, utilizando como referência o cálculo da UTH numa relação com a renda agrícola e com a renda rural total. E para finalizar as análises sobre a remuneração do trabalho familiar buscaremos interpretar os dados da tabela 45, a qual demonstra a remuneração da força de trabalho não-agrícola familiar numa comparação entre as dinâmicas regionais a partir da relação entre a renda não-agrícola e a UTH não-agrícola. E como visto, os valores encontrados pela pesquisa de campo revelaram uma realidade diferente daquela analisada para a remuneração do trabalho agrícola e familiar, salvo a posição da dinâmica de Alto do Rodrigues que continua apresentando o maior valor médio, de R\$ 12.592,93, e o máximo, de R\$ 120.000,00. No entanto, essa é a única análise em que a dinâmica de Baraúna revela o seu melhor desempenho, inclusive superando a de Serra do Mel em todos os valores. Mesmo tendo desenvolvido estratégias de inserção no mercado não-agrícola em atividades de baixa remuneração, e na comparação das rendas tendo apresentado uma renda não-agrícola menor do que a de Serra do Mel, a remuneração da força de trabalho não-agrícola familiar de Baraúna obteve um valor médio de R\$ 7.266,77, e um máximo de R\$ 36.333,33. Enquanto isso, a dinâmica de Serra do Mel obteve o valor médio de R\$ 6.962,87, e o máximo de R\$ 48.700,00, revelando pela primeira vez resultados menos favoráveis do que os apresentados por Baraúna.

**TABELA 45: Renda não-agrícola/UTH/ano-remuneração da mão-de-obra não-agrícola familiar\* (R\$)**

| Descrição | Total      | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA   | SERRA DO MEL |
|-----------|------------|-------------------|-----------|--------------|
| Média     | 9.383,66   | 12.592,93         | 7.266,77  | 6.962,87     |
| Mínimo    | 0,00       | 0,00              | 0,00      | 0,00         |
| Máximo    | 120.000,00 | 120.000,00        | 36.333,33 | 48.700,00    |

\* Somente para os casos onde há renda não-agrícola

FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.

Como ficou demonstrado na análise acima, os melhores desempenhos quanto aos resultados da remuneração da força de trabalho não-agrícola familiar encontrados pela pesquisa de campo foram justamente os das dinâmicas regionais mais alinhadas com os fundamentos da modernização da agricultura. Por outro lado, a dinâmica menos alinhada com a modernização e que mostrou os resultados mais satisfatórios tanto com relação à produtividade como à remuneração do trabalho agrícola e familiar, foi a que apresentou o pior desempenho nesta análise. A partir disso, a nosso ver, essa análise tende a ir, de certa forma, de encontro com a afirmação feita por Graziano da Silva (2001) onde, segundo este autor, (...) *convém chamar a*

*atenção para o fato de que não adianta ficar buscando cegamente as vantagens da agricultura familiar olhando apenas para dentro dessas unidades de produção à la Chayanov.* A partir dessa afirmação Graziano da Silva (2001) defende que as razões que determinam a performance da agricultura familiar no Brasil, como em qualquer parte do mundo, encontram-se da *porteira para fora* e nos mercados de produtos e serviços, especialmente no mercado de trabalho não-agrícola.

Talvez essas simples análises da comparação dos resultados entre as dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró possam mostrar que o fato de dinâmicas como Alto do Rodrigues e Baraúna apresentarem um melhor desempenho da remuneração da força de trabalho não-agrícola familiar (como em alguns outros poucos pontos), não seja suficiente para dizer que este é o caminho do desenvolvimento rural. Isso pelo fato de que não se deve ignorar as deficiências e desvantagens quando olhamos para dentro das unidades de produção dessas dinâmicas que operam a partir de elevados graus de mercantilização em estilos de agricultura que se apresentam frágeis devido à alta especialização, dependência exógena, e a altos níveis de concentração econômica e de endividamento da agricultura familiar. Acredita-se ser necessário primeiro consolidar estratégias de base local, estas alavancadas pela atividade agrícola, o que aqui caberia destacar o exemplo de Serra do Mel, capazes de gerar encadeamentos mais horizontais em uma agricultura familiar cada vez mais forte, para depois realizar a integração com outros setores da economia. E que isso possa acontecer a partir de agricultores livres, organizados e cada vez mais capazes, de forma que a inserção de membros das famílias rurais nos mercados de trabalho ocorra com mais autonomia e dignidade. E que essa inserção, especialmente se tratando de ambientes de globalização e de modernização agrícola, a exemplo do Pólo Assu-Mossoró, aconteça mais como uma escolha para a diversificação das fontes monetárias e rendas mais elevadas, conforme Schneider (2003), do que uma inserção condicionada pela submissão e estimulada pela pobreza para oportunidades de pouca qualificação e baixa remuneração.

## **6.2 A relação autonomia x dependência**

Como visto nos primeiros capítulos desta tese, temas relacionados com a autonomia e a dependência estão presentes em antigas discussões sobre o desenvolvimento, tendo sido intensificados com o debate clássico a partir dos anos 1950 devido a preocupação com as conseqüências, entre elas a desigualdade e a dependência gerada por encadeamentos, ou

processos de mercantilização, possibilitados pelas transformações do capitalismo. Com relação à agricultura o papel da mercantilização no processo de transformação da sociedade deve ser, conforme Long (2001), interpretado como uma escolha individual tanto à perspectiva leninista de diferenciação<sup>6</sup> e de estrutura, como à chayanoviana baseada na autonomia. Não é intenção desta tese resgatar e aprofundar esse debate, mas sim reforçar a perspectiva de que processos de diferenciação, assim como de mais autonomia ou de dependência não necessariamente devam ser tomados como de total afastamento dos mercados, e tampouco que esses mercados possam ser sinônimos de fragilidade e/ou de vulnerabilidade. Sobre autonomia e dependência trataremos aqui a partir da contribuição de van der Ploeg (2008), a qual considera que elevados graus de integração e de dependência ocorrem a partir de diferenças entre tipos de situação que conduzem a elevados níveis de relativa autonomia, onde tais diferenças estão relacionadas com a possibilidade de criação de um *raio de manobra* nos níveis micro e meso, conforme definido por Long (1985).

Neste sentido, para analisar os resultados relacionados às dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró será utilizada a análise institucional dos mercados agrícolas de Saccomandi (1998), por acreditar que os processos internos a cada dinâmica e suas relações com o ambiente externo, aqui também de acordo com van der Ploeg & Saccomandi (1995), são resultados de escolhas individuais ou coletivas dos atores. E essas escolhas são as responsáveis, a partir da influência de um determinado arranjo institucional, pela constituição de estratégias, estas elaboradas muitas vezes em contextos particulares e que constroem resultados particulares. Considerando escolhas e estratégias de produção e reprodução dos agricultores familiares, no item anterior foram analisados os resultados econômicos da atividade rural através da sua remuneração, como dos níveis de produtividade e de remuneração do trabalho, estes frutos da eficiência e desempenho das formas de organização da produção e do trabalho.

Da mesma forma, buscar-se-á neste item analisar os resultados de caráter não-econômicos e que se encontram relacionados a capacidade de organização social e produtiva construída pelos agricultores familiares ao longo da trajetória das dinâmicas regionais com vistas, como em Long (1985), à construção nos níveis micro e meso do *espaço de manobra*. E esses resultados podem ser traduzidos como a conquista de níveis maiores ou menores de liberdade e autonomia, ou uma situação de submissão e dependência por parte dos

---

<sup>6</sup> Para alguns autores de influência leninista, a exemplo de Graziano da Silva (1999; 2001), a *diferenciação* é resultado de um processo de transformação das unidades familiares de produção em sentido ascendente ou descendente, tornando-as *mais ricas* ou *mais pobres*, porém mantendo os traços típicos da produção familiar, a exemplo do uso da força de trabalho familiar como base de produção.

agricultores familiares, os quais passaram a formatar diferentes caminhos e de forma específica a cada dinâmica. Acreditamos, portanto, que os resultados alcançados a partir desses elementos tenham surgido da maior ou menor capacidade coletiva dos atores locais (especialmente agricultores familiares) em realizar combinações a partir da relação tecnologia e mercados, as quais construíram no tempo trajetórias distintas se aproximando ou se afastando do mercado, como em Saccomandi (1998). E a partir disso definiram padrões de desenvolvimento por meio de encadeamentos, no sentido de mercantilização de Marsden (1991), em estilos de agricultura mais ou menos especializados e dependentes, e/ou diversificados e autônomos, no sentido dado por van der Ploeg (1994).

A partir desses movimentos deve-se reconhecer que a agricultura familiar do Pólo Assu-Mossoró apresenta uma diversidade territorial independente do seu papel para a dinâmica do desenvolvimento rural tanto através das mudanças nas condições de vida das famílias como no fortalecimento e consolidação de mercados locais e regionais. Dessa forma, o desenvolvimento rural poderia ser interpretado como um movimento contínuo e sustentável, baseado numa perspectiva de longa duração e alimentado pela construção e consolidação de práticas agrícolas integradas com atividades não-agrícolas, considerando de forma evidente os recursos disponíveis e as habilidades presentes na família e na unidade de produção. Além disso, por se tratar de um ambiente característico de modernização e de regulação global, como é o ambiente do Pólo Assu-Mossoró, deve-se considerar ainda a necessidade de relacionamento com o ambiente externo, seja através do mercado de produtos e serviços ou por meio do mercado de trabalho.

É através dessa integração entre o ambiente interno e o externo à unidade de produção que os estilos locais e regionais de agricultura são construídos, sendo estes os reais resultados de como os agricultores fazem escolhas, elaboram estratégias e utilizam os recursos disponíveis. Isso por meio das relações com agentes, instituições e outras entidades externas que passam a determinar os níveis de liberdade, autonomia, submissão, e de dependência, ou de maior ou menor diversificação das práticas agrícolas e não-agrícolas. Neste caso, mudanças na quantidade, qualidade e formas de utilização dos recursos (como a terra, os recursos financeiros, a tecnologia, a força de trabalho familiar, etc.) tendem a reorientar a intensidade de como são estabelecidas as relações com os agentes externos, como também o ambiente externo pode determinar arranjos institucionais internos. Isso significa que o estilo de agricultura familiar é algo dinâmico e que, além de possibilitar uma realidade de continuidade e de constante mudança, constrói e/ou resgata os mecanismos sociais de regulação tão necessários para fortalecer as teias de articulação no nível micro, e mediar (no

nível meso) o desenvolvimento com relativa autonomia. Assim, poderíamos questionar em que medida os estilos de agricultura refletem as dinâmicas regionais quanto à autonomia e a dependência considerando os resultados das estratégias, tenham sido estas de reação ou de adaptação aos condicionantes endógenos e exógenos?

Diante da apresentação das estratégias no capítulo anterior, e dos resultados mostrados neste capítulo, pode-se afirmar que o reflexo dos estilos de agricultura quanto aos níveis de autonomia e de dependência da agricultura familiar das dinâmicas regionais vem da relação entre a evolução do ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró e a construção de arranjos específicos a cada dinâmica. Deve-se reconhecer que na região do Vale do Açu, onde está situada a dinâmica de Alto do Rodrigues houve uma forte influência do Estado, o qual numa ação planejada e centralizada imprimiu um caráter vertical nas relações com os atores, especialmente com agricultores familiares, onde a instabilidade e a desconfiança foram historicamente estimuladas. Da mesma forma, na dinâmica de Baraúna foi a iniciativa privada por meio de atores de fora que passou a ditar a dinâmica local, além da ação de ONG's que ajudou a aprofundar a lógica vertical das relações com os agricultores familiares, e ainda levar estes a um sério endividamento e a uma situação de degradação econômica e social. Por um caminho diferente, a dinâmica de Serra do Mel buscou se apoiar na possibilidade da construir de forma mais participativa e a partir do nível local, uma estrutura mais descentralizada, a ponto de surgir e fazer funcionar instituições coletivas sustentadas pela agricultura familiar.

Na verdade foram as influências do ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró o que mais favoreceu a construção ao longo do tempo, de arranjos locais que passaram a definir e a serem os responsáveis pela eficiência e desempenho das principais formas de organização da produção e do trabalho das dinâmicas regionais. E foi o desempenho da agricultura familiar, através de suas formas de organização da produção e do trabalho, o que tornou as dinâmicas regionais cada vez mais distintas entre si, especialmente quanto aos níveis de autonomia e de dependência do mercado. Como vimos a partir de tabelas no capítulo anterior, as formas de organização da produção e do trabalho variaram a cada dinâmica, principalmente em função das suas estratégias de organização econômica e social. E como podemos constatar, as dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna formaram seus arranjos buscando intensificar e modernizar as relações de trabalho, onde a ação determinista e *top down* do Estado na primeira e da iniciativa privada na segunda favoreceu a ação da grande empresa e limitou fortemente a organização coletiva, especialmente a dos agricultores familiares. Enquanto isso, a dinâmica de Serra do Mel iniciou e perseguiu um processo baseado na ação participativa e *bottom up*, buscando dotar os atores locais de capacidades e habilidades para

estimular e desenvolver a organização coletiva baseada na agricultura familiar sem a presença das relações de trabalho. O resultado disso foi, por um lado, a limitação institucional nas dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna onde a instabilidade das relações não possibilitou a prática da cooperação. Isso mostrou, inclusive, que mesmo com a ação das ONG's e tendo sido criadas três organizações cooperativas, sendo uma na primeira e duas na segunda dinâmica, todas as três cooperativas encontram-se desativadas principalmente por insuficiência de cooperação. E, por outro lado, a dinâmica de Serra do Mel conseguiu formar uma estrutura de instituições e ampliou o exercício da cooperação. E apesar de possuir duas organizações cooperativas no seu interior foi capaz de rejeitar uma delas, esta justamente criada de forma centralizada pelo Estado ainda no início de sua trajetória, e criar uma outra mais participativa e descentralizada controlada e conduzida pelos agricultores familiares.

Essas particularidades construídas, especialmente a partir de arranjos institucionais que levaram à limitação ou ao estímulo da cooperação fizeram com que as dinâmicas com limitação à cooperação, ou seja, Alto do Rodrigues e Baraúna, passassem a constituir altos graus de mercantilização em estilos de agricultura com natureza de reação, os quais refletem dinâmicas cada vez mais externalizadas e dependentes. Essa externalização tornou a agricultura familiar dessas duas dinâmicas cada vez mais vulnerável ao longo do tempo, e os seus mecanismos sociais de regulação, quando não destruídos, bastante enfraquecidos e insuficientes nos processos de mediação e de articulação local. Um exemplo disso foi a ação do Estado e das grandes empresas em todo o Vale do Açu e em Baraúna no sentido de desalojar, destruir e substituir culturas e dinâmicas de um sistema agrícola já existente (o tradicional) para substituir por outro (o moderno). Depois ditar um padrão técnico altamente danoso ao meio ambiente e com elevada exploração e submissão de parte dos agricultores familiares como assalariados em relações de trabalho caducas, além de sinalizar mercados, drenar a riqueza para fora, e influenciar as escolhas dos demais produtores da região. Isso vem acontecendo na região do Vale do Açu, onde está situada a dinâmica de Alto do Rodrigues, e na região de Mossoró, onde está situada a de Baraúna.

Na região do Vale do Açu a entrada de grandes multinacionais favorecida pelo estímulo à uma mobilidade de capital em um processo de reestruturação agrícola, tem acontecido sem a resistência da população local. Além da acumulação de terras, essas grandes empresas têm desalojado agricultores familiares, explorado a força de trabalho local em relações de trabalho frágeis e desrespeitosas, inclusive descumprindo as normas do EUREP GAP, contaminando e salinizando as terras, e poluindo o rio Piranhas-Açu com resíduos químicos a ponto de comprometer a saúde da população que consome a água do rio. Inúmeras

denúncias tanto na justiça como na imprensa tem sido feitas por entidades sindicais, ambientais, legislativas, etc., na tentativa de frear essas ações danosas por parte das multinacionais. Porém, as denúncias têm sido insuficientes para deter, e a população não tem demonstrado seus mecanismos sociais de regulação incapazes de resistir, reagir, e limitar as ações de cima das multinacionais. Da mesma forma na região de Mossoró, especialmente em Baraúna, a intensidade da exploração agrícola por parte de médias e de grandes empresas vem ao longo do tempo destruindo o sistema agrícola local, e explorando e submetendo parte dos agricultores familiares locais como assalariados em relações de trabalho frágeis e deficientes. Além disso, as ações predatórias e imediatistas de empresários de fora da região favorecem a drenagem da riqueza local, vem contaminando as terras e o aquífero subterrâneo, e desequilibrando profundamente o meio ambiente com pragas de controle desconhecido dos agricultores familiares. E da mesma forma que ocorre na região do Vale do Açu, a população não possui mecanismos sociais suficientes para resistir, reagir, e limitar as ações danosas do capital privado de fora, onde este acaba avançando com facilidades e destruindo os mecanismos sociais de regulação da agricultura familiar.

Já a dinâmica com estímulo à cooperação, ou seja, a de Serra do Mel, conseguiu constituir uma forma parcial de mercantilização em estilos de agricultura com natureza mais de adaptação, refletindo uma dinâmica com atividades mais integradas internamente e com relativa autonomia. A ação voltada para uma agricultura familiar mais organizada no ambiente interno tornou essa dinâmica cada vez mais forte ao longo do tempo, e os seus mecanismos sociais de regulação com maior capacidade de resistência, mediação e de articulação local. Como exemplo disso pode ser citado o processo inicial de saída do Estado como, onde este era o principal organizador da produção e do trabalho, e do afastamento gradual e desmonte por parte dos agricultores familiares da antiga estrutura centralizada e vertical. Depois, ainda nos primeiros quinze anos de atividade econômica de Serra do Mel, uma grande agroindústria de processamento de castanha de caju sediada na cidade de Mossoró foi o principal comprador da castanha de caju *in natura*, e condicionava a maioria dos agricultores familiares a uma submissão no momento de vender a produção anual de castanha. Essa grande empresa, um monopólio local, ditava os preços da castanha de caju, comprando inclusive ainda *na folha*, e não possibilitava alternativas para os agricultores familiares, isso até o momento em que os agricultores resolveram se organizar e fundar a Cooperativa, a COOPERCAJU, e iniciar um processo de libertação com o afastamento gradual da dependência do monopólio, ou monopólio da agroindústria.



Mais recentemente, pelos anos de 2002 e 2003, essa mesma agroindústria processadora de castanha de caju resolveu fechar uma de suas seções de produção por ser esta altamente intensiva em força de trabalho. Esta seção era responsável por todo o trabalho de retirada da película da amêndoa, o qual era manual e exigia muita atenção e sobretrabalho<sup>7</sup>, sendo a totalidade dos trabalhadores formada por mulheres. Buscando aplicar uma estratégia de redução dos custos de produção, a agroindústria decidiu então terceirizar e transferir para Serra do Mel, mais especificamente para a Vila Santa Catarina, onde propôs para a associação de mulheres desta vila assumir essa tarefa.

A agroindústria fez uma proposta e procurou negociar com a associação durante dias, e, após analisar e discutir de forma coletiva a proposta da agroindústria, a associação fez uma contra-proposta. Na negociação as condições colocadas pela agroindústria não se adequavam aos interesses da associação, da mesma forma que a contraproposta da associação não interessou à agroindústria prevalecendo, enfim, a decisão da comunidade de não aceitar a tarefa e da agroindústria respeitar e se afastar. Da mesma forma, desde o início de suas atividades todo o processo de exportação da castanha de caju da COOPERCAJU era atribuição de um órgão denominado SIPARN, o qual abocanhava uma porcentagem significativa de toda movimentação financeira das exportações. Sempre foi um custo muito alto e isso preocupava a COOPERCAJU, a qual se preparou durante anos buscando uma saída da dependência deste órgão, conseguindo sua libertação total em 2004. A ONG americana Visão Mundial<sup>8</sup> através da AACC ainda tentou assumir essa tarefa operando junto com a SIPARN entre 2001 e 2004, porém conseguiu operar sozinha apenas no ano de 2005. A partir de 2006 a COOPERCAJU conseguiu a liberdade total se afastando de intermediários nas exportações, e atualmente realiza a exportação de castanha de caju para o comércio justo (*fair trade*) diretamente e com relativa autonomia.

Esses exemplos servem para demonstrar em que medida os estilos de agricultura familiar refletem as dinâmicas regionais quanto à autonomia relativa e a dependência considerando os resultados das estratégias. Como vimos ao longo desta tese, o ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró se caracteriza pelo caráter vertical e hierárquico das relações e por ser um ambiente de conflito onde a ação dos mais poderosos muitas vezes não

---

<sup>7</sup> Segundo informações de um técnico da COOPERCAJU, a retirada da película da castanha de caju se torna muito mais trabalhosa quando o seu cozimento ocorre através do processo industrial. Daí a necessidade de mais força de trabalho na indústria, o que conseqüentemente se traduz em maiores custos de produção, justamente o que a agroindústria pretendia se livrar repassando essa tarefa para as mulheres de Serra do Mel.

<sup>8</sup> Isso mostra Visão Mundial não encontrou em Serra do Mel com a COOPERCAJU a mesma facilidade de operação encontrada com a COOPAPAB no processo de exportação do melão de Baraúna. A isso se sugere que a fragilidade dos mecanismos sociais de regulação em Baraúna favoreceu uma ação mais vertical e até de submissão dessa ONG, não admitida pelos mecanismos sociais de regulação de Serra do Mel.

se coaduna com as reais aspirações dos atores no nível local do território. Comparando as dinâmicas regionais quanto à relação entre autonomia e dependência, os resultados mostraram como a fragilidade dos mecanismos sociais de regulação nas mais exógenas favoreceu em um primeiro momento a dependência e submissão da agricultura familiar ao Estado e ao grande capital privado nacional, e aprofundado em um segundo momento ao capital internacional. Nas dinâmicas exógenas, neste caso Alto do Rodrigues e Baraúna, o processo de dependência foi intensificado ao longo do tempo, iniciando com a intervenção do Estado e a ação predatória do capital privado, tendo como consequência a perda da liberdade do agricultor familiar, a quebra do equilíbrio e a desestruturação do sistema agrícola tradicional, e sua exclusão das políticas regionais. Nestas, os estilos de agricultura familiar refletem as dinâmicas regionais de alta dependência por não demonstrarem capacidade de escolher e definir estratégias controladas no nível local, isso por não terem sido capazes o suficiente para desenvolver seus mecanismos sociais de regulação.

Entretanto, essa lógica vertical encontra maiores níveis de resistência e rejeição nas dinâmicas mais endógenas e mais autônomas pelo fato destas terem desenvolvido com mais eficiência suas formas de organização da produção e do trabalho a partir de instituições de participação coletiva, como a cooperação. Nas dinâmicas de caráter endógeno, a exemplo da de Serra do Mel, o processo de autonomia relativa foi intensificado ao longo do tempo, iniciando primeiro com o afastamento gradual do Estado e da ação predatória do capital privado, tendo como consequência a manutenção do caráter tradicional do sistema agrícola, uma maior liberdade do agricultor familiar, e sua inclusão em políticas de desenvolvimento. Nestas, os estilos de agricultura refletem dinâmicas regionais de relativa autonomia, por terem mostrado certa capacidade de poder escolher e definir seu próprio destino a partir da elaboração de estratégias controladas pelos agricultores familiares no nível local, e de terem sido capazes de construir e fortalecer seus mecanismos sociais de regulação. No entanto, a pesquisa de campo identificou que, mesmo havendo uma maior autonomia na dinâmica de Serra do Mel, as ações e os interesses da política partidária local têm sido historicamente incompatíveis com as aspirações da agricultura familiar. Segundo uma liderança local ligada aos agricultores familiares, essa autonomia relativa conquistada com muito esforço ao longo do tempo tem sido vista como um problema presente e um alvo a ser eliminado ou controlado pelas lideranças políticas que assumem o poder desde 1988.

O fato de receberem influência do ambiente institucional, não se envolverem no arranjo local, e estarem fortemente ligados a uma rede de interesses externos montada pelo capital privado e por oligarquias regionais (deputados estaduais, federais, etc.), o esforço

desses políticos (prefeito, vereadores, etc.) tem sido o de elaborar estratégias para controlar e submeter as associações e a Cooperativa. Isso como forma de tornar essas organizações e os agricultores familiares dependentes dos interesses do poder público local, e com isso resgatar a centralização e o controle do poder que antes se encontrava nas mãos do Estado. Esse se configura em mais um motivo para reforçar ainda mais a noção de estilos de agricultura familiar, para que possa refletir dinâmicas regionais cada vez mais autônomas considerando suas estratégias mais como uma adaptação aos condicionantes exógenos.

Partindo da análise das trajetórias das dinâmicas quanto à relação entre a autonomia relativa  $\times$  dependência, os dados apresentados nos dois últimos capítulos revelaram as escolhas dos agricultores familiares que os levou aos movimentos de afastamento ou aproximação dos mercados. Os números mostraram que maior renda ou remuneração do trabalho não significa mais autonomia ou mais liberdade e desenvolvimento, pois, como mostrado no desempenho das dinâmicas, a que apresentou maior renda e remuneração do trabalho não é necessariamente a que apresentou agricultores familiares mais livres ou possibilitou uma maior autonomia relativa da agricultura familiar. Do ponto de vista institucional dos custos de transação, os resultados mostraram que a escolha pelo caminho da aproximação do mercado, como as dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna, a decisão por preferir *comprar* de fora passou a caracterizá-las pelo elevado uso de insumos externos, alta dependência e, naturalmente, altos custos de transação e vulnerabilidade. E a escolha pelo caminho do afastamento do mercado, por decidir integrar mais e *fazer* internamente com baixo uso de insumos externos, como defendido por Saccomandi (1998), se tornou mais adequada para a agricultura familiar e revelou a dinâmica de Serra do Mel como a de maior autonomia relativa e de desenvolvimento rural, além de menores custos de transação e vulnerabilidade. E essa relação entre autonomia e dependência, ou de maior ou menor vulnerabilidade, além de explicar os níveis de encadeamentos da mercantilização, como em Marsden (1991), ajudam a explicar, de certa forma, como se manifestam nas dinâmicas as representações sobre ruralidade e futuro quanto ao meio rural e à atividade da agricultura.

### **6.3 Representações sociais sobre ruralidade e futuro**

Mesmo revelando diferentes caminhos por meio das distintas formas de organização da produção e do trabalho, isso quanto à eficiência na utilização dos recursos, na elaboração das estratégias e obtenção dos resultados, os agricultores familiares das dinâmicas regionais

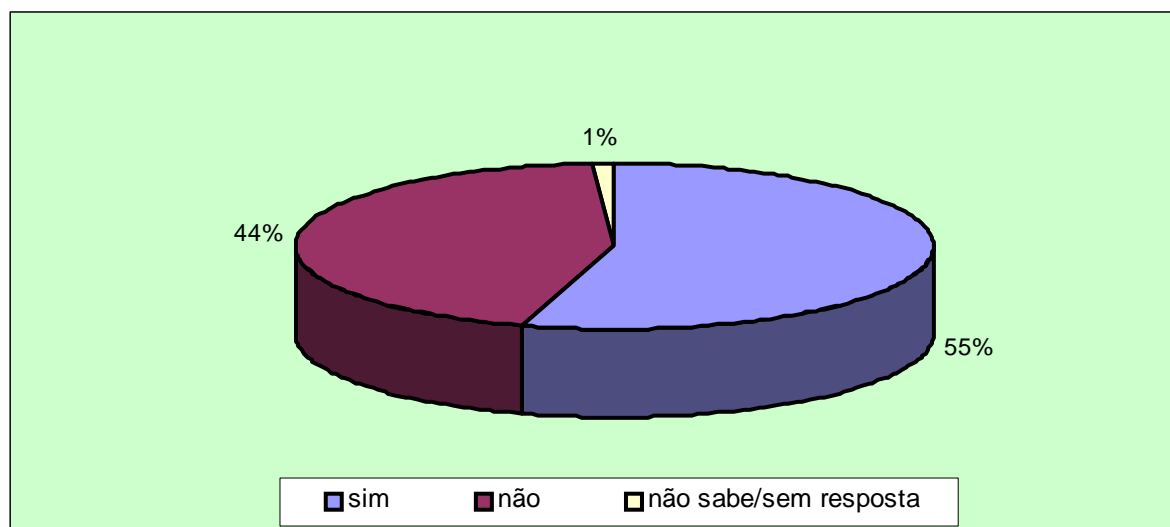
do Pólo Assu-Mossoró quando perguntados sobre perspectivas e futuro da família quanto à atividade agrícola, se mostraram relativamente confiantes e esperançosos. Os resultados da pesquisa de campo mostraram que a maior parte dos agricultores familiares encontra-se fortemente ligada à agricultura e ao meio rural, e que sistemas de valores no interior das dinâmicas exercem uma significativa influência nas atividades cotidianas, e se apresentam imersos ou enraizados (*embedded*) a partir de crenças e orientados basicamente por costumes e condutas tradicionais. O caráter de enraizamento da identidade com o meio rural e com a atividade da agricultura, aqui considerando o sentido de *embeddedness* da abordagem institucional de Hodgson (1994), se apresentou nos três casos estudados maior do que as dificuldades e limitações reveladas pelos agricultores familiares. Estas características, como vistas anteriormente, estão presentes em um ambiente de globalização, como é o do Pólo Assu-Mossoró, onde transformações têm sido estimuladas pela reestruturação capitalista, possibilitando a construção de um espaço rural mais diversificado e multifacetado. Neste espaço, processos produtivos particulares surgem e se desenvolvem em dinâmicas de ritmos diferentes e definem um desenvolvimento cada vez mais desigual. De acordo com Marsden (1998), em termos de comparação é necessário identificar suas posições relativas no tempo e no espaço, avaliando como cada uma conduz para mudanças e *status* nos diferentes espaços, onde se faz necessário entender o novo padrão de diversificação e o papel dos atores e das instituições, já que essa nova realidade também expressa uma nova ruralidade.

E é a partir dessa nova ruralidade que para van der Ploeg & Saccomandi (1995) os novos programas de desenvolvimento deveriam considerar as aspirações, as perspectivas, e as necessidades dos atores no nível local e comparar dinâmicas, destacando as que suas trajetórias tenham sido construídas através da cooperação e sobre as bases da confiança. É o que van der Ploeg & Saccomandi (1995) atentam sobre áreas agrícolas onde estilos de agricultura são mais viáveis do ponto de vista do desenvolvimento rural. E esta é uma preocupação da análise institucional, segundo Williamson (2000), no momento em que esta também considerar que as características formais do ambiente institucional são cruciais no exame do desenvolvimento para a comparação intertemporal entre regiões.

Para efeito desta tese, a análise comparativa das estratégias e dos resultados da utilização dos recursos disponíveis pelas formas de organização da produção e do trabalho dos agricultores familiares revelou particularidades em diferentes dinâmicas regionais e destacou se no processo de construção de suas trajetórias alcançaram a condição de relativamente autônomas ou dependentes. Nas que se apresentaram mais exógenas e dependentes, as de Alto

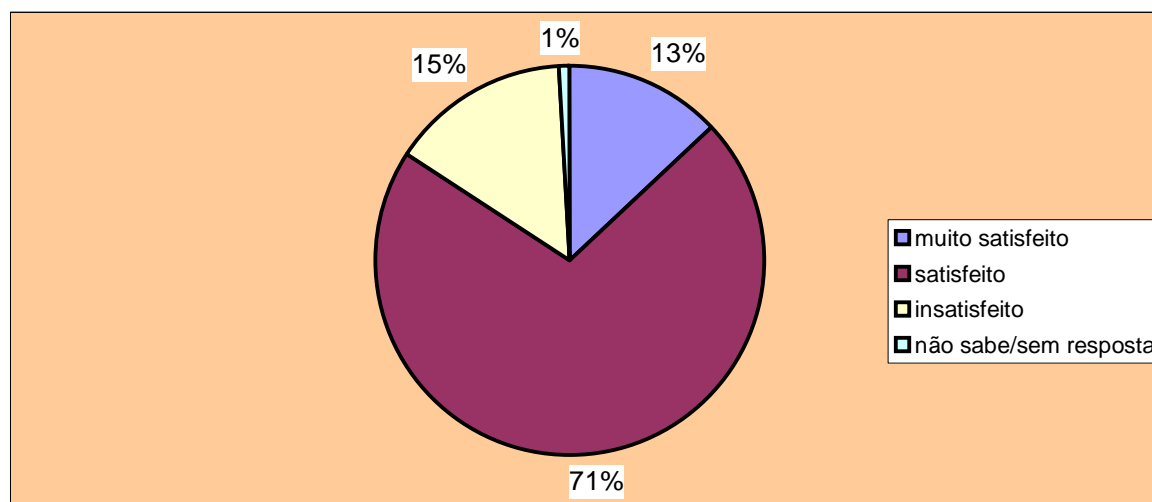
do Rodrigues e de Baraúna, não foram considerados no nível local ou regional elementos importantes como a história, a cultura, ou a capacidade dos atores, assim como as expectativas ou aspirações tão importantes no momento da realização das escolhas e elaboração das estratégias individuais e coletivas. No entanto, a que mostrou mais endógena e ter alcançado uma autonomia relativa, a de Serra do Mel, foi a única que na construção da sua trajetória considerou os elementos citados acima. É uma realidade como a desta dinâmica mais endógena, de acordo com Veiga (2000), existe apenas em espaços rurais em movimento em que as mudanças acontecem provocadas por uma agricultura familiar mais estruturada, consolidada, e que preserva a diversidade regional. É característica de uma dinâmica possuidora de uma população relativamente jovem que na condução dos processos, combina organização, agroindústria familiar endógena e (ambiente externo) mercado. Essas realidades são, em sua maioria, as que mais possibilitam oportunidades locais e estão entre as mais promissoras. Foi por perceber o desenvolvimento e a competitividade de realidades rurais possuidoras de uma determinada densidade de unidades familiares de produção, e estas integradas com o ambiente externo, que a OCDE (1996) resolveu assumir o conceito de *ruralidade* não mais como sinônimo de atraso.

É com base neste conceito de ruralidade, que não vê o rural como sinônimo de atraso, que se fundamenta a análise das informações da pesquisa de campo acerca das impressões dos agricultores familiares das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró. Como mostra o gráfico 9, quando questionados sobre as perspectivas na agricultura e no futuro para a família no desenvolvimento desta atividade, 55% dos entrevistados responderam positivamente justificando, inclusive, que foi a agricultura a atividade responsável pelo sustento das famílias dos seus antepassados e, atravessando gerações, a deles sempre viveu da agricultura, e que as próximas gerações também viverão. Essa convicção se sustenta no fato dos agricultores familiares operarem um modo de produção específico em que parte significativa é livre e pratica a atividade agrícola baseada mais numa relação parcial com o mercado a partir da combinação produção econômica e reprodução social, do que numa relação intensa de dependência total com o mercado. A porcentagem de 44% dos agricultores familiares que demonstrou falta de perspectiva expressou fortemente o descontentamento com a deficiente articulação institucional que tem limitado a chegada do Estado através de suas políticas de apoio à atividade agrícola.

**GRÁFICO 9: Perspectivas na agricultura e futuro para a família nesta atividade (%)**

**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.

Porém, os resultados da pesquisa se mostram mais animadores quando os agricultores se manifestam acerca do grau de satisfação da família em relação à atividade agrícola. Como mostra o Gráfico 10, quando questionados 71% dos agricultores familiares se mostraram satisfeitos com a agricultura, e ainda uma parcela significativa, ou seja, 13% das famílias responderam estar muito satisfeitas, somando um total de 84% de satisfeitas e muito satisfeitas. Esses resultados revelaram uma impressão bastante positiva acerca do meio rural e da atividade agrícola, demonstrando que no contexto da agricultura familiar as pessoas expressam seus desejos e expectativas com base na valorização do que possuem e que foi responsável pela formação do conhecimento acumulado, o que van der Ploeg (2003) define como *repertório cultural*. Isso representa uma forma de valorização do local a partir do caráter de enraizamento da identidade com o meio rural e com a atividade da agricultura, no sentido de *embeddedness* da análise institucional de Hodgson (1994). Além disso, essa posição dos agricultores expressa a afirmação de que em dinâmicas de desenvolvimento rural como as do Pólo Assu-Mossoró, mesmo com as adversidades oriundas das diferenças de modelo e de padrões de desenvolvimento, a atividade agrícola e a vida das pessoas encontram-se acima e vai muito além do modelo, muito além do sistema produtivo em si.

**GRÁFICO 10: Satisfação da família em relação à atividade agrícola (%)**

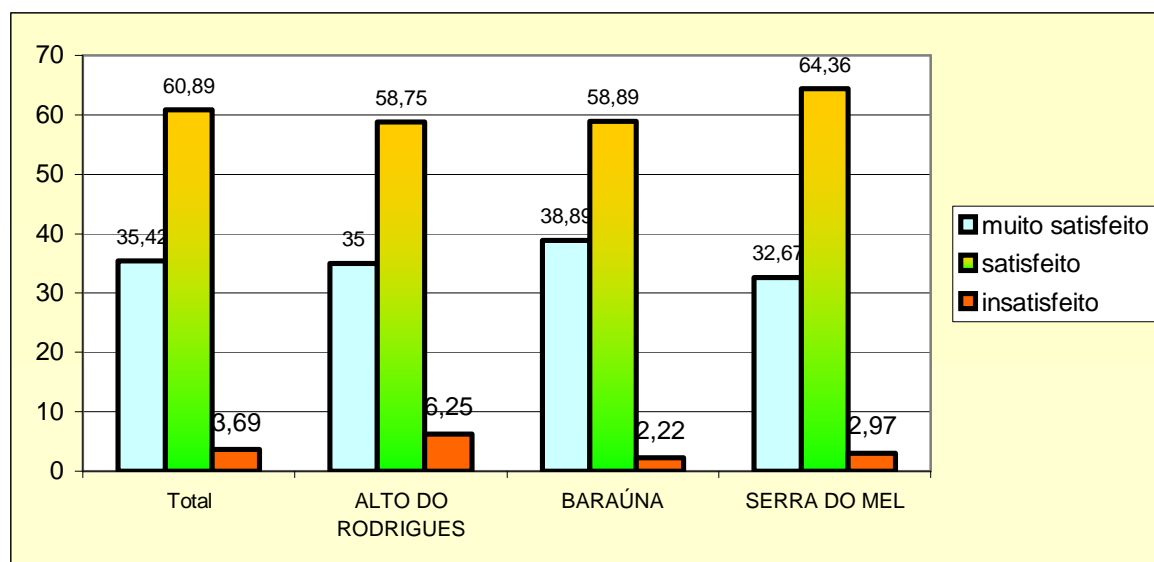
**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.

As impressões e opiniões acerca da prática da agricultura por parte dos agricultores familiares, tomando por base aqui a análise a partir do conjunto das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, expressam um significado diferente de ruralidade, ao contrário do sentido de atrasado, hostil, e inviável, como tem sido ao longo do tempo muitas vezes visto e colocado para a sociedade. Dessa forma, com os resultados da pesquisa acredita-se que para o conjunto dos agricultores familiares de Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel, independentemente dos caminhos escolhidos e dos modelos desenvolvidos, o sentido maior do meio rural e da prática da agricultura representa mais do que uma mera preocupação com o mercado. Na verdade, representa muito daquilo que Wanderley (2000) define como um *espaço de vida*, ou seja, o ambiente no nível local pelo qual os agricultores familiares livres e relativamente autônomos são identificados e reconhecidos, e onde pretendem produzir economicamente e se reproduzir socialmente por gerações.

Considerando os resultados através da análise por cada dinâmica, nas impressões sobre o meio rural os dados da pesquisa de campo apresentaram uma impressão muito positiva por parte dos agricultores familiares, porém com algumas particularidades entre as dinâmicas. De acordo com as informações do gráfico 11, quando perguntados sobre o nível de satisfação em relação ao meio rural os agricultores familiares da dinâmica de Serra do Mel com 64,36% dos casos foram os que mais se mostraram *satisfeitos*, seguidos por um certo empate entre os das dinâmicas de Baraúna com 58,89% dos casos, e de Alto do Rodrigues com 58,75% dos casos. Quanto às respostas de que se encontram *muito satisfeitos*, foram os da dinâmica de Baraúna com 38,89% dos casos, os que mais se posicionaram positivamente quanto a satisfação com o meio rural, seguidos pelos da dinâmica de Alto do Rodrigues com 35% dos casos, e depois

pelos de Serra do Mel com 32,67% dos casos. E, finalmente, considerando os mais *insatisfeitos* em relação ao meio rural estão os agricultores da dinâmica de Alto do Rodrigues com 6,25% dos casos, seguidos pelos de Serra do Mel com 2,97% dos casos, e, finalmente, pelos da dinâmica de Baraúna que apresentou 2,22% dos mais insatisfeitos.

**GRÁFICO 11: Qual o nível de satisfação em relação ao MEIO RURAL? (%)**



**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

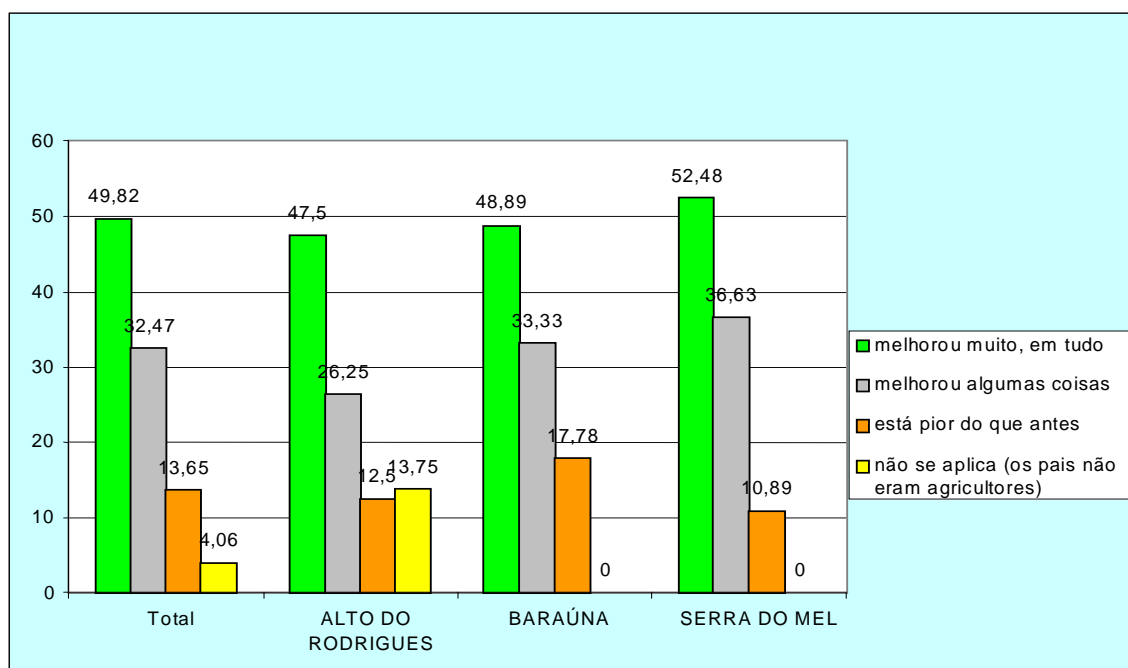
De acordo com as informações acima, mesmo tendo apresentado os melhores resultados econômicos nas análises realizadas, especialmente com relação à renda da atividade agrícola, os agricultores familiares da dinâmica de Alto do Rodrigues têm sido os mais insatisfeitos com relação à agricultura e ao meio rural. No outro extremo, os de muito satisfeitos, estão os da dinâmica de Baraúna que nas análises feitas obtiveram os piores resultados econômicos. Entretanto, os da dinâmica de Serra do Mel seguem, inclusive nas impressões sobre a ruralidade, numa posição intermediária que expressa, de certa forma, uma maior confiança das impressões tanto sobre a agricultura como do meio rural.

No caso da opinião dos agricultores familiares quando questionados sobre as transformações da agricultura, e como vêem a situação atual em relação com a agricultura praticada na época dos seus pais. Como mostra o gráfico 12 foram os agricultores familiares da dinâmica de Serra do Mel os que mais afirmaram acreditar que a agricultura *melhorou muito*, e em todos os aspectos em relação à época de seus pais, atingindo mais da metade dos casos, ou seja, 52,48%. Logo depois vem a dinâmica de Baraúna seguida pela de Alto do Rodrigues, com 48,89% e 47,50%, respectivamente. Com relação à opinião de que *melhorou*



*algumas coisas* os resultados seguiram a mesma lógica com 30,03% de casos para a dinâmica de Serra do Mel, 33,33% para a de Baraúna, e 26,25% para a de Alto do Rodrigues. Porém, essa seqüência lógica é quebrada quando se trata da opinião de que *está pior do que antes*. Quanto a esta, foram os agricultores da dinâmica de Baraúna que mais afirmaram o fato da agricultura ter piorado em relação à época dos seus pais, chegando a 17,78% dos casos, sendo seguido pelas dinâmicas de Alto do Rodrigues com 12,50%, e a de Serra do Mel com 10,89%. Nesta análise, um ponto que chamou a atenção foi uma parcela significativa de 13,75% dos casos da dinâmica de Alto do Rodrigues ser constituída por agricultores de origem não agrícola, ou seja, os pais não foram agricultores.

**GRÁFICO 12: Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o período atual: (%)**



**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

Observando o gráfico acima se percebe um movimento descendente das opiniões de que *melhorou muito* e a de que *melhorou algumas coisas* que vem diminuindo da dinâmica de Serra do Mel seguida pela de Baraúna e depois pela de Alto do Rodrigues. Depois o caminho é invertido quanto à opinião dos agricultores familiares de que a agricultura *está pior do que antes* diminuindo da dinâmica de Baraúna seguida pela de Alto do Rodrigues e por último a de Serra do Mel. Com relação ao primeiro movimento as informações sugerem maior confiança dos agricultores familiares de Serra do Mel, pois eles participaram da construção da trajetória, o que lhes atribui controle e um caráter de continuidade. Quanto ao segundo movimento, os resultados apontam para a influência de um ambiente institucional instável e de pouca confiança por parte dos agricultores das dinâmicas de Baraúna e de Alto do

Rodrigues. Isso pelo fato das suas trajetórias terem sido construídas sob a intervenção de atores externos, o que sugere a falta de controle no desenvolvimento de modelos exógenos, frágeis e insustentáveis, e seqüenciados por descontinuidades. Entretanto, mesmo sendo os que mais afirmaram que a agricultura está pior do que na época dos seus pais, quando questionados se gostariam que os seus filhos seguissem a profissão de agricultor, conforme mostra a tabela 46, os agricultores familiares da dinâmica de Baraúna com 48,89% dos casos SIM e com 48,89% dos casos NÃO, se mostraram muito divididos. Mesmo assim foram os que mais responderam que gostariam que os filhos seguissem a mesma profissão deles, sendo seguidos pelos agricultores familiares de Serra do Mel com 38,61% dos casos SIM e 59,41% dos casos NÃO, e, por último, pelos agricultores da dinâmica de Alto do Rodrigues com apenas 28,75% dos casos SIM, e com 61,25% dos que responderam NÃO.

**TABELA 46: O senhor gostaria que os seus filhos seguissem a profissão de agricultor?**

|                       | Total | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|-----------------------|-------|-------------------|---------|--------------|
| Sim                   | 39,11 | 28,75             | 48,89   | 38,61        |
| Não                   | 56,46 | 61,25             | 48,89   | 59,41        |
| Não sabe/sem resposta | 3,69  | 7,5               | 2,22    | 1,98         |
| Não se aplica         | 0,74  | 2,5               | -       | -            |
| Total                 | 100,0 | 100,0             | 100,0   | 100,0        |

**FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.**

No entanto, os resultados refletiram as características das trajetórias das dinâmicas regionais, no momento em que a de Baraúna foi a que mais se revelou na pesquisa com a maior parte dos agricultores familiares envolvidos tanto na agricultura como no mercado agrícola. No sentido inverso estão os resultados para a dinâmica de Alto do Rodrigues com a menor parcela, pois mesmo tendo sido a dinâmica que apresentou a maior renda agrícola, foi desta os agricultores familiares que mais revelaram estratégias de contratação de força de trabalho e a maior participação no mercado não-agrícola. Além disso, uma parte significativa revelou não possuir origem na agricultura, o que ajuda a reforçar ainda mais os números. De forma intermediária estão os valores elevados da dinâmica de Serra do Mel, os quais também expressam um nível significativo de participação dos seus agricultores na atividade agrícola, mesmo tendo elaborado estratégias que diminuí a participação da agricultura com a ampliação da agroindústria familiar e das atividades não-agrícolas. Um estudo realizado por Nunes *et al* (2006) que comparou a renda rural de duas vilas de Serra do Mel, a vila Piauí e a vila Amazonas, mostrou que na vila Piauí, que é a mais rica e a que iniciou a agroindústria de corte da castanha, as famílias têm abandonado os cajueiros e se concentrado mais na agroindústria. Com isso, os agricultores resolveram repassar seu cajueiro para a exploração de

terceiros, e comprar a castanha *in natura* de produtores de outras vilas, numa estratégia de aproveitar mais o tempo com a agregação de valor.

Talvez essas particularidades das dinâmicas citadas acima ajudem a interpretar os dados da pesquisa de campo, resultado dos questionamentos aos agricultores familiares sobre que decisão tomaria caso houvesse uma crise geral com a piora na renda e na agricultura. Conforme mostra a tabela 47, os agricultores familiares da dinâmica de Serra do Mel, com 64,36% dos casos, foram os que mais afirmaram *continuar fazendo o mesmo e esperar a crise passar*, seguidos pelos da dinâmica de Baraúna com 54,44% dos casos, e, por último, pelos agricultores de Alto do Rodrigues com 46,25% dos casos. A segunda resposta mais significativa, a de *buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção*, mostrou que as dinâmicas de maior influência da modernização foram as dos agricultores que mais responderam buscar tecnologias, isso talvez pela própria *crença* na noção de moderno e de progresso de que esses agricultores têm sido alvos durante décadas. Como mostram os dados, 31,11% dos agricultores da dinâmica de Baraúna responderam positivamente a esse ponto, sendo seguida pelos de Alto do Rodrigues, com 30% dos casos, vindo por último os da dinâmica de Serra do Mel com 20,79% dos casos. Com relação às outras respostas chama um pouco a atenção para os resultados de *deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra* e os de *procurar emprego em uma atividade não-agrícola, sem vender a terra*. Quanto a primeira resposta, os agricultores da dinâmica de Alto do Rodrigues com 12,50% dos casos foram os que mais responderam neste sentido, seguidos pelos de Serra do Mel com 7,92% dos casos, e por fim, os de Baraúna com 2,22% dos casos. E quanto a segunda resposta foram os agricultores da dinâmica de Baraúna os que mais responderam procurar emprego não-agrícola sem se desfazer da terra, com 11,11% dos casos, afirmando uma certa valorização deste recurso e da agricultura mesmo sob o advento de uma crise. Nessa resposta os agricultores da dinâmica de Baraúna foram seguidos pelos de Alto do Rodrigues com 8,75% dos casos, e, por último, de Serra do Mel com 6,93% dos casos.

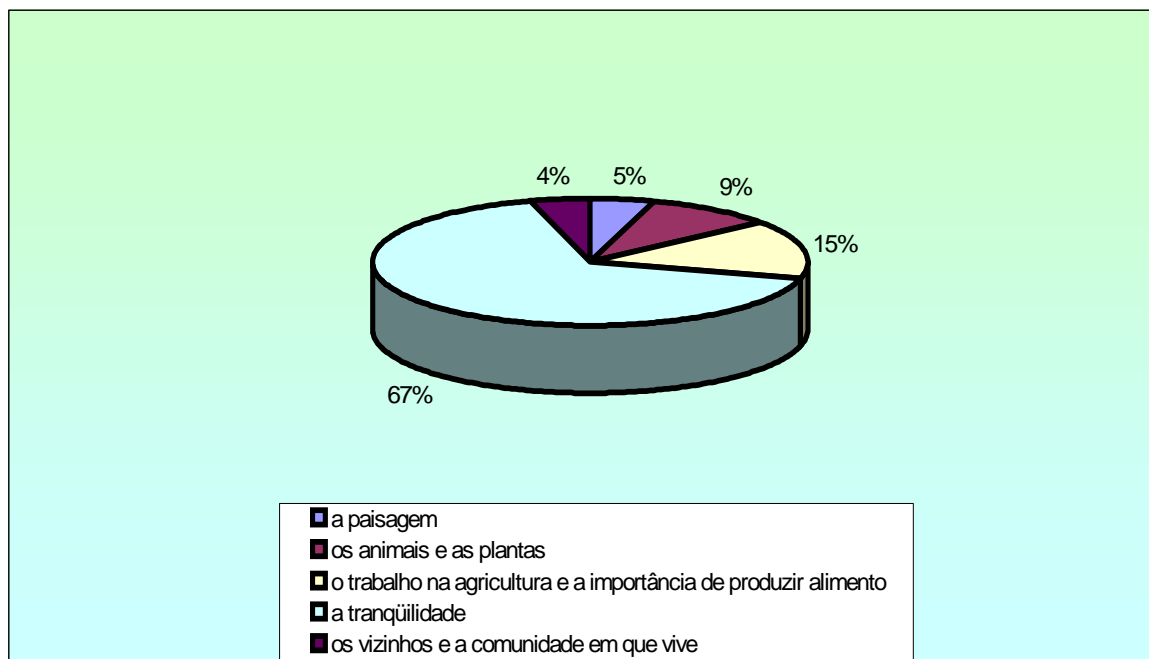
**TABELA 47: Com uma piora na renda e na agricultura (crise), o que pensa em fazer? (%)**

|  | Total | ALTO DO RODRIGUES | BARAÚNA | SERRA DO MEL |
|--|-------|-------------------|---------|--------------|
| Continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe | 55,72 | 46,25             | 54,44   | 64,36        |
| Deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra                  | 7,38  | 12,50             | 2,22    | 7,92         |
| Buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção        | 26,94 | 30,00             | 31,11   | 20,79        |
| Procurar emprego em uma atividade não-agrícola, sem vender a terra   | 8,86  | 8,75              | 11,11   | 6,93         |
| Não sabe/sem resposta  | 1,11  | 2,50              | 1,11    | 0,00         |
| Total  | 100,0 | 100,0             | 100,0   | 100,0        |

FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração do autor.

Analisando a partir do conjunto das dinâmicas regionais, ficou clara a valorização do espaço rural por parte dos agricultores familiares quando considerados os diferentes aspectos. De acordo com o gráfico 13, os resultados da pesquisa revelaram que, quando questionados sobre *o que mais valoriza quando pensa no espaço rural*, a maioria dos agricultores familiares das três dinâmicas, ou seja, 67% deles, responderam que o melhor aspecto quanto a viver no espaço rural é o fato deste possibilitar uma maior *tranqüilidade*. Depois da tranqüilidade, o que expressa a busca por uma maior qualidade de vida, a resposta mais significativa, com 15% dos casos, foi para a valorização do *trabalho na agricultura, por este possuir a importância da produção de alimentos*, seguida pela importância dos *animais e plantas* com 9% dos casos. Esses três principais aspectos identificados pela pesquisa revelam a importância para os agricultores familiares da combinação entre viver no meio rural, praticar a agricultura, e criar animais, ao mesmo tempo em que, em uma importância menor, valorizam a paisagem com 5% dos casos, e a convivência com os vizinhos com 4% dos casos. Tudo isso expressa uma impressão dos agricultores familiares das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró sobre a ruralidade, o que sugere o meio rural como um *espaço de vida*, aqui na definição de Wanderley (2000).

**GRÁFICO 13: Quando pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza?**



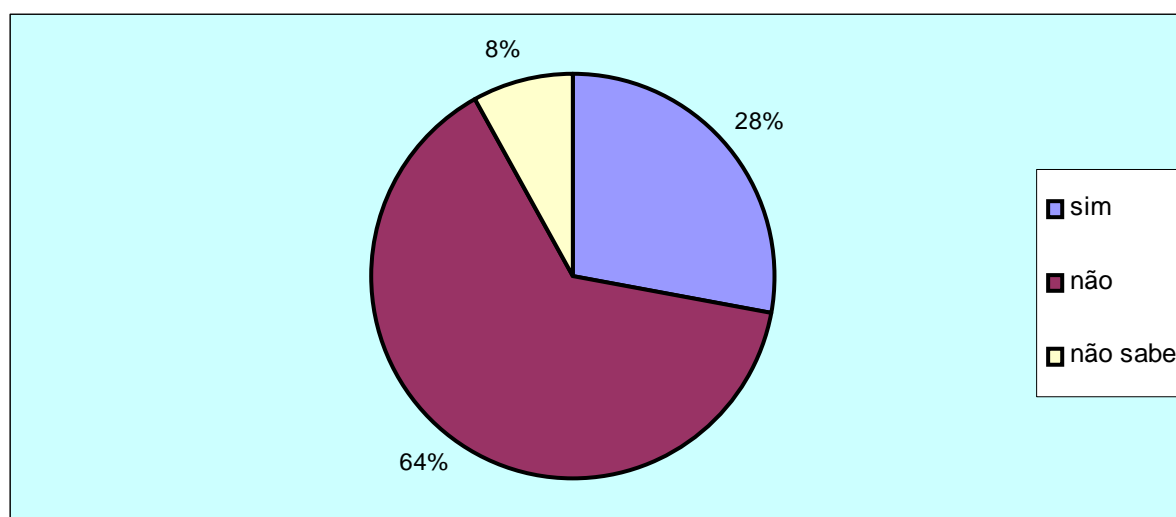
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

É neste espaço, onde vivem pessoas, as estratégias de desenvolvimento não deveriam ser implementadas deixando de considerar suas aspirações e expectativas, além de respeitar sua cultura buscando mais potencializar os seus recursos, físicos e humanos, como na defesa de Hirschman (1961), do que a sua substituição, submissão, ou extinção, como tem ocorrido com a implantação de modelos de modernização. Isso devido ao fato desses modelos operarem a partir da necessidade de fortalecer economias de escala impostas de forma exógena, com a tendência muito mais de limitar a construção de um ambiente capaz de possibilitar a essas pessoas condições dignas de produção econômica e de reprodução social, submetendo-a muitas vezes a exclusão e forçando à migração. No entanto, apesar de duas das três dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró, Alto do Rodrigues e Baraúna, terem sido caracterizadas pelas suas trajetórias baseadas em modelos exógenos, os resultados da pesquisa de campo sobre a disposição dos agricultores familiares de migrar afirmaram o seu apego e enraizamento com a agricultura e com o meio rural, ou o *embeddedness* no sentido de Hodgson (1994), e uma não disposição a sair do meio rural.

Conforme mostra o gráfico 14, quando questionados se *alguém da família gostaria de mudar para a cidade*, uma maioria de 64% dos agricultores familiares respondeu que NÃO, 28% deles responderam que SIM, e 8% não souberam responder. Dos que responderam que alguém da família gostaria de mudar, segundo informações da pesquisa de campo, a maioria revelou que o motivo era a falta de interesse na agricultura, especialmente pela falta de

políticas e de outros tipos de apoio, estes vindo especialmente do Estado. Muitos colocaram que o próprio Estado atua muitas vezes mais no sentido de prejudicar as estratégias e os projetos dos agricultores familiares, a ponto de muitos agricultores preferir sua ausência dos arranjos institucionais locais. E uma das formas do Estado prejudicar, segundo alguns agricultores familiares, é desprezando os atores e potencialidades locais e ajudando atores externos a desestruturarem seus sistemas agrícolas locais e destruírem seus mecanismos sociais de regulação em defesa de um estilo de agricultura nem sempre compatível com suas práticas diárias. E essa ação do Estado, vista como nociva por parte dos agricultores familiares, limita o surgimento de oportunidades no meio rural e é um dos principais pontos que estimula o desinteresse na atividade agrícola e no meio rural, especialmente da população mais jovem, e o interesse desta em migrar.

**GRÁFICO 14: Alguém da sua família gostaria de mudar para cidade?**



**Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração do Autor.**

E com relação a esse processo de migração a parte da população que tende mais a migrar é formada pelos mais jovens e capazes, justamente a que representa um recurso humano valioso quando da necessidade da implantação de estratégias de desenvolvimento, a exemplo da labour-driven intensification defendida por van der Ploeg (2008). Com isso, os efeitos da migração para o ambiente rural é o de aprofundamento da pobreza e da desigualdade, no momento em que a sua força de trabalho mais habilitada e capaz por falta de oportunidades no nível local resolve mudar para um centro mais dinâmico, esse na concepção de pólo de desenvolvimento de Perroux (1964), deixando a região mais pobre e com mais dificuldades ainda de ativar um processo endógeno de desenvolvimento. E esse processo representa a reprodução e realimentação do ciclo vicioso definido por Myrdal (1971), o qual

deve ser insistentemente quebrado pela ação de políticas mais igualitárias de desenvolvimento através da eliminação dos efeitos propulsores de escolhas e estratégias negativas que tendem a reproduzir sempre resultados negativos.

#### **6.4 Semelhanças e diferenças: a diversidade econômica a partir da mercantilização e dos estilos de agricultura familiar**

É importante destacar que a finalidade deste capítulo foi a de analisar de forma comparativa os resultados fruto do desempenho das formas de organização da produção e do trabalho das três dinâmicas de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró: Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel. A partir da definição de mercantilização e dos estilos de agricultura foi desenvolvida uma análise para identificar quais escolhas foram feitas ao longo do tempo, quais as estratégias foram elaboradas, e que resultados foram alcançados a partir da utilização dos recursos disponíveis. Constatou-se, portanto, que as que escolheram o caminho da modernização, da perspectiva institucional *comprar* de fora a *fazer* internamente, e tentaram desenvolver os encadeamentos da mercantilização, neste caso Alto do Rodrigues e Baraúna, passaram a se caracterizar pelo elevado uso de insumos externos em modelos exógenos, se aproximando do mercado. Com isso, suas estratégias levaram a resultados como elevada dependência, a um maior (aperto) *squeeze* da agricultura no sentido da definição de van der Ploeg (2006), e de vulnerabilidade a fatores e influência externos. Por outro lado, a que escolheu trilhar outro caminho e se afastar gradualmente do mercado, ou seja, preferir integrar e *fazer* internamente, o caso de Serra do Mel elaborou estratégias com base em um modelo mais endógeno que levou a um resultado de relativa autonomia e mais liberdade dos agricultores familiares com relação ao mercado e outras entidades. Com isso, a análise constatou ainda que independente do caminho ou dos resultados alcançados a partir das estratégias, a impressão sobre a ruralidade é positiva mostrando que a maior parte dos agricultores acredita na atividade agrícola como base de produção econômica e reprodução social. Isso expressa uma identidade característica do segmento da agricultura familiar que, mesmo não sendo alcançada pelas políticas do Estado da forma que deseja, se mantém ligada ao meio rural e a agricultura e faz disso a sua arte da localidade, a arte da agricultura, como define van der Ploeg *et al.* (2000).

A análise comparativa dos resultados do desempenho da agricultura familiar das dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró revelou diversos pontos comuns e distintos no que

diz respeito à mercantilização e as características dos estilos de agricultura familiar. Dessa forma, a iniciativa de valorização e resgate da análise sobre os graus diferenciados de desenvolvimento no tempo e no espaço, e a intensidade dos encadeamentos na agricultura decorrentes dos processos de mercantilização, representa um aspecto importante na conformação da heterogeneidade e da diversidade regional. Como visto durante a análise dos resultados, as dinâmicas regionais relativamente autônomas de produção econômica e de reprodução social, com maior aproximação para a dinâmica de Serra do Mel, conseguem responder a um processo que se estrutura em torno de um nível significativo de técnicas *artesaniais*, apresentando como resultado uma intensificação crescente da produção e do trabalho familiar. Enquanto que as dinâmicas que elaboraram estratégias de produção econômica e de reprodução social a partir de uma maior dependência do mercado, mais aproximadas para as dinâmicas de Alto do Rodrigues e Baraúna, conduzem suas trajetórias para a intensificação da ação *empresarial*, e das relações no mercado de trabalho. O resultado das estratégias, como se pode perceber nas análises deste capítulo, tem sido um padrão de ampliação das economias de escala e formas mais intensivas de produção. Na verdade, essa diferenciação não representa uma contradição entre um modo de produção mais artesanal e sua inserção nos mercados, pois o modo de produção mais artesanal apenas adota um controle mais efetivo dos processos de produção que são desenvolvidos no sentido de levar aos mercados apenas o excedente da produção.

Isso significa dizer que as estratégias de caráter econômico e social voltadas para a construção de uma autonomia relativa, e sua interação com a mercantilização e com os processos de externalização da produção, podem levar, entre outros resultados, a uma intensificação do uso da força de trabalho familiar, no sentido *labour-driven intensification* definido por van der Ploeg (2008). Assim, a tendência é a possibilidade do alcance de uma maior rentabilidade das atividades econômicas, e não necessariamente as maiores rendas, sem se submeter às pressões da necessidade constante de atualização de tecnologias externas típicas das estratégias exógenas de modernização. Nestes termos, a necessidade que surge é a de constante renovação e aperfeiçoamento das instituições sociais e econômicas, e dos arranjos institucionais com a finalidade de perseguir níveis crescentes de rentabilidade econômica e de maior consistência dos mecanismos sociais de regulação. Dessa forma, os processos de diferenciação por meio da mercantilização, mais do que um *incentivo* à padronização e a homogeneidade dos espaços rurais pode, na verdade, reforçar e criar a diversidade e a heterogeneidade desses espaços. Isso devido a mercantilização se encontrar fundamentada na construção e na reprodução de um conjunto altamente diferenciado de



encadeamentos com movimentos para trás e para frente, como definido por Marsden (1991), e por conexões que acontecem em sentidos diferenciados entre os níveis micro e macro. E esses encadeamentos e conexões, concordando com Williamson (2000), tornam necessário um arranjo institucional capaz de mediar as ações entre os níveis, evitando que regularidades que emergem no nível macro possam ser desvirtuadas ao se passar para o nível micro onde contrastes podem ser encontrados. (Hebinck; van der Ploeg, 1997 *apud* Norder, 2006, p. 62).

Seguindo este caminho, interessa aqui destacar a existência de diferenças entre as dinâmicas regionais do Pólo Assu-Mossoró quanto ao entendimento das escolhas dos agricultores familiares, suas estratégias de desenvolvimento rural, e os resultados, além de sua relação com o processo de diversificação. Enquanto os agricultores das dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna resolveram escolher o caminho da modernização exógena e da intensificação das relações de trabalho se aproximando cada vez mais do mercado, a dinâmica de Serra do Mel teve a capacidade de escolher um caminho não alinhado com a modernização. Isso sugere que os agricultores familiares da dinâmica de Serra do Mel se escolheram por se afastar gradualmente da dependência técnica e econômica do mercado e desenvolver estratégias elaboradas internamente, sendo capaz de possibilitar uma maior diversificação endógena, a qual ocorre dentro da unidade de produção. E a diversificação se torna compatível e se associa a característica do ambiente social e econômico no nível local, possibilitando um estilo de agricultura com a diminuição da externalização e à reconstrução e fortalecendo dos mecanismos sociais de regulação e da autonomia relativa.

Entretanto, as *semelhanças* existentes entre as dinâmicas regionais considerando a diversidade a partir da mercantilização e dos estilos de agricultura atendem basicamente a aspectos como a concepção de desenvolvimento nas três dinâmicas, onde a finalidade inicial seria a intensificação de tecnologias externas e das relações de trabalho capitalistas, além da participação do Estado com suas políticas regionais. Além destas são encontradas algumas estratégias comuns elaboradas ao longo do tempo por agricultores familiares presentes em cada dinâmica, os quais não estão inseridos em modelos de modernização, e que desenvolvem processos a partir de sistemas mais integrados e relativamente autônomos. Quanto à inserção de membros da família no mercado de trabalho também são encontrados casos semelhantes de estratégias, a exemplo das atividades não-agrícolas a partir das funções de funcionário público, além de outras estratégias com maior ou menor grau de semelhança. Por fim existem outras semelhanças especialmente nos resultados de caráter econômico, onde nas análises da renda são encontrados estratos com faixas iguais de renda em todas as dinâmicas, assim como da produtividade e remuneração do trabalho.

Quanto às *diferenças*, estas se revelaram como particularidades de cada dinâmica regional em todos os aspectos analisados, especialmente quanto aos de caráter não econômicos que se manifestam durante a construção das trajetórias, a exemplo da formação dos seus arranjos institucionais internos e da relação entre autonomia e dependência. No entanto, as principais diferenças se expressam a partir das escolhas e estratégias dos agricultores familiares quanto à produção econômica e a reprodução social as quais, em função da eficiência das formas de organização da produção e do trabalho, determinam resultados específicos a cada dinâmica regional. As escolhas e estratégias levam a distintos caminhos, onde de um lado são construídas trajetórias a partir de modelos exógenos e concentrados, onde as estruturas de organizações e instituições são deficientes, o que sugere uma agricultura familiar com níveis cada vez mais elevados de dependência e submissão a influências ditadas de fora. E, por outro lado, pode-se constatar o prenúncio de uma agricultura de transição baseada em um modelo mais endógeno, onde a estrutura de organizações e instituições foi construída gradualmente e que funciona como um vetor de dinamização da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

Essas escolhas e estratégias conduzem a resultados particulares a cada dinâmica, especialmente quanto aos agregados macroeconômicos como a renda e o emprego rural, onde a que demonstrou possuir o maior nível de renda não necessariamente foi a que se firmou como a dinâmica mais característica de desenvolvimento rural. Além disso, a dinâmica de maior renda não foi a que determinou a melhor impressão para o conceito de ruralidade, pelo contrário, foi a que menos demonstrou valorizar a atividade da agricultura e o meio rural. Ou seja, foi a dinâmica de maior pujança apenas econômica que menos revelou perceber o espaço rural como um *espaço de vida*, aqui no sentido de Wanderley (2000), nem os agricultores familiares como atores ligados ao meio rural e a atividade agrícola, e fazendo disso a sua arte da localidade, a arte da agricultura, como definiu van der Ploeg *et al.* (2000). As semelhanças e diferenças aqui explicitadas representam o resultado da ação dos atores econômicos, sociais e institucionais a partir do nível local de cada dinâmica regional, sendo estes atores os responsáveis pela reorganização do espaço que nas suas práticas diárias engendram processos internos que se desenrolam em diferentes direções e que determinam padrões distintos de desenvolvimento. E esses padrões surgem com a diferenciação econômica e social construída por meio de encadeamentos que constituem variados graus de mercantilização no tempo e no espaço, em estilos de agricultura mais ou menos autônomos e dependentes, definindo, enfim, a heterogeneidade do espaço e a diversidade econômica do Pólo Assu-Mossoró.

Dessa forma, acredita-se que os processos econômicos, sociais e institucionais que estruturam determinados modos de produção, além das formas de relacionamento a partir da cultura, tradição, etc, influenciam e conduzem as escolhas e estratégias de produção e reprodução das famílias e dos indivíduos. Por isso deve considerar que a definição e o conjunto destas estratégias não são compreendidos apenas como efeitos refratários dos processos macroeconômicos que afetam e alteram as estruturas locais de fora para dentro ou de forma *top down*. Compreende-se, portanto, que as estratégias de produção e reprodução são resultantes das escolhas e iniciativas dos próprios agricultores familiares, ainda que muitas vezes por conta dos processos mais gerais. É por isso que a análise dos resultados das dinâmicas regionais e territoriais da agricultura familiar do Pólo assu-Mossoró a partir da sua diversificação econômica e diferenciação social implica, sobretudo, em um estudo e caracterização de suas estratégias, sejam elas de adaptação ou de reação às realidades em que estão inseridos os seus atores, especialmente os agricultores familiares. E essas escolhas, estratégias e resultados devem ser fortemente considerados quando da necessidade de renovação da estrutura institucional, bem como no momento da implantação de políticas regionais de desenvolvimento, particularmente o voltado para a agricultura e para o meio rural.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, pode-se enfatizar um simples comentário acerca do lugar que um esforço da natureza deste estudo ocupa no processo de reflexão e construção do conhecimento. Obviamente, a finalização da Tese não implica na satisfação plena quanto à solução das inquietações, dúvidas e incertezas sobre um determinado objeto. Contudo, deve ser mencionado que a execução deste trabalho constituiu-se em verdadeiro aprendizado, que se iniciou buscando compreender as transformações na agricultura e no meio rural, e como é construída a diversidade econômica e social que emerge das práticas agrícolas cotidianas. Além disso, buscou-se compreender qual a capacidade que tem uma agricultura familiar inserida em um ambiente institucional de globalização onde predominam estratégias de modernização de resistir, mediar, e reagir às forças externas do Estado e do capital privado. Isso foi o que motivou analisar numa perspectiva comparada, as trajetórias de desenvolvimento rural das dinâmicas regionais de Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel, no Pólo Assu-Mossoró, as quais têm suas realidades institucionais e organizacionais mantidas, construídas e modificadas por processos e práticas, sejam culturais ou modernas, a partir das escolhas e estratégias dos agricultores familiares. Constatou-se, portanto, que tanto a temática desenvolvida como a metodologia aplicada ainda tem sido pouco explorada, especialmente para uma realidade da agricultura familiar de uma região como a Nordeste do Brasil, cujas possibilidades de enfoque implicaram em delimitação e recorte analítico, o que foi sendo alcançado gradualmente, e, como esperado, com muitas dificuldades.

Nesse processo, a preocupação com o referencial teórico utilizado, e com o seu alcance quanto à interpretação e explicação da realidade investigada, sempre ocupou papel de destaque, por ser este o norteador das inúmeras incursões que foram feitas às perspectivas teóricas, abordagens e contribuições de diferentes matrizes analíticas e conceituais. Durante o processo de elaboração da Tese, ficou decidido seguir por esse caminho, por acreditar que este seria o mais adequado e capaz de permitir uma análise fundamentada para construir certa lógica na relação com o tema. Algumas possibilidades de resolução do problema passaram a ser vislumbrada a partir do momento em que ficou esclarecido, por meio da bibliografia, que a diversidade econômica e social que emerge das práticas agrícolas cotidianas é resultado da

ação dos atores, especialmente dos agricultores familiares, a partir das suas escolhas e estratégias de produção econômica e reprodução social. E que essas escolhas e estratégias são muitas vezes influenciadas a partir da relação nem sempre harmônica entre o ambiente institucional, no nível macro, com arranjos institucionais específicos que operam no nível micro na construção de trajetórias que definem padrões de desenvolvimento e revelam graus variados de mercantilização em estilos de agricultura mais autônomos ou mais dependentes.

Essa foi uma sugestão para realizar este trabalho, pois conduziu à idéia de que seria necessário concentrar a análise não apenas no ambiente institucional por si só, mas estudá-lo considerando sua contribuição ao desenvolvimento rural, especialmente para entender a capacidade da agricultura familiar de dinâmicas regionais distintas em um ambiente de globalização, e sob um processo de reestruturação agrícola. Neste sentido, o objeto de análise deslocou-se para o estudo dos processos internos às dinâmicas regionais no nível local engendrados pelos agricultores familiares, com particular atenção para as formas de organização da produção e do trabalho, onde se verifica a emergência de dinâmicas regionais de desenvolvimento rural. Isso por perceber que do ponto de vista institucional da análise dos custos de transação, o processo de diferenciação ocorre a partir dos graus de mercantilização em estilos de agricultura mais especializados ou autônomos, os quais resultam de um gradiente de escolhas que se polarizam em movimentos de aproximação ou afastamento da dependência do mercado. Neste caso, parte-se do pressuposto que a escolha de aproximação do mercado conduz para a adoção de estratégias cada vez mais exógenas e de curto prazo, e sujeitas a construção de trajetórias dependentes, descontínuas, e insustentáveis, onde os atores no nível local são influenciados pelo ambiente institucional a *comprar* mais de fora. Enquanto a escolha pelo afastamento do mercado conduz a uma situação econômica mais adequada para a agricultura familiar, a partir de estratégias cada vez mais endógenas e de longo prazo que possibilitam trajetórias relativamente autônomas, com continuidade e sustentabilidade, onde os atores decidem por *fazer* mais internamente combinando recursos disponíveis localmente com o uso *eventual* de recursos externos.

Desse modo, foi possível retomar a hipótese central, qual seja, de que as dinâmicas regionais que construíram mecanismos sociais de regulação mais consistentes, e que desenvolveram seus arranjos institucionais a partir da valorização da diversidade regional e da prática da agricultura por meio de agricultores livres, foram as que conseguiram os melhores resultados devido ao gradual afastamento do mercado, e por possibilitar menores custos de transação. E tendo sido dotadas de maior autonomia relativa e com a possibilidade de maior diversificação das formas de inserção das famílias rurais em mercados, ditaram a dinâmica de

desenvolvimento rural e se tornaram menos vulneráveis frente ao processo de reestruturação agrícola, fazendo suas chances de produção e reprodução mais promissoras.

Este é o ponto norteador da análise das dinâmicas regionais de desenvolvimento rural do Pólo Assu-Mossoró, estado do Rio Grande do Norte, estudadas de forma comparada nesta Tese, ou seja, Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel. Nestas foi observado um movimento de diferenciação construído a partir de processos de desenvolvimento rural, onde as duas primeiras se apresentaram estratégias exógenas mais caracterizadas pela aproximação com o mercado, resultando em trajetórias mais especializadas e dependentes do mercado. Enquanto a dinâmica de Serra do Mel apresentou uma diferenciação patrocinada pelo esforço em construir uma estratégia mais endógena capaz de integrar e diversificar as atividades, fazendo disso uma estratégia de reprodução local e ditando a dinâmica de desenvolvimento rural. Diante desse recorte teórico e empírico, passou-se a buscar maneiras de operacionalizar dentro do alcance possível, a realização de um trabalho de natureza multidisciplinar onde se tornou necessário envolver além da economia, conhecimentos relacionados à sociologia, ciência política, geografia, e à antropologia. Neste sentido, passou-se a estudar e a reavaliar os avanços que o debate acadêmico brasileiro sobre a agricultura familiar e desenvolvimento rural realizou nas últimas décadas. A primeira verificação foi a de que no Brasil os estudos sobre esta temática, saindo do interesse relacionado às perspectivas de orientação funcionalista e/ou marxista, ainda são relativamente embrionários e pouco sistemáticos.

No capítulo 2 desta Tese foram analisadas três abordagens teóricas centrais, estas consideradas previamente como as mais adequadas para dar conta da interpretação e explicar as mudanças no capitalismo contemporâneo, a partir dos fenômenos que modelaram ao longo do tempo as diferentes formas de pensar o desenvolvimento. Aqui foram utilizadas as contribuições da economia institucional para o desenvolvimento rural, visando interpretar e explicar as mudanças econômicas e sociais, considerando a importância dos incentivos e das restrições nas relações entre os atores e as organizações, tendo em vista os resultados dessas relações. Com isso, mostrou-se a necessidade de se entender as instituições, e de expressar sua importância no processo de mudança, evolução, e sua imersão (*embedded*) no ambiente institucional, associando sua influência no nível meso (mediação do desenvolvimento regional) quanto ao processo de diferenciação social e econômica na análise da mercantilização e dos estilos de agricultura. A partir disso, foi destacada a abordagem que interpreta a ação dos atores no nível micro de análise, por acreditar que são estes os que realizam (ou são forçados a) escolhas e desenvolvem estratégias que constroem caminhos específicos e provocam as mudanças no meio rural, possibilitando ainda um processo de

reorganização do espaço. Por fim, e associando com a abordagem institucional, foram analisadas as transformações capitalistas da agricultura de forma mais específica, buscando entender as mudanças nas estruturas da agricultura e do meio rural, especialmente quanto ao processo de diferenciação construído pela noção de mercantilização e estilos de agricultura, e que impactos são possíveis nos diversos níveis.

Este referencial teórico se revelou o mais adequado por conseguir uma maior aproximação para a análise de dinâmicas regionais específicas, tendo em vista que estas dinâmicas emergiram a partir da construção e operação de arranjos institucionais no nível local, e se encontrarem inseridas em um ambiente institucional marcado por uma reestruturação agrícola e pela regulação global do território. E quando considerada a contribuição institucional para o desenvolvimento rural, constatou-se que sua interpretação a partir da análise da mercantilização e dos estilos de agricultura familiar mostra que, do ponto de vista dos custos de transação, as dinâmicas regionais constroem arranjos locais a ponto de em um mesmo ambiente institucional conseguirem reduzir seus custos de transação e umas se tornarem mais competitivas do que outras. Porém algumas limitações foram identificadas, especialmente quanto ao fato de aplicação de uma teoria geralmente desenvolvida em países ricos, na interpretação de realidades e contextos de países e regiões menos desenvolvidas.

Quanto ao capítulo 3, neste foi dado início ao confronto das abordagens teóricas da análise das transformações no desenvolvimento regional e nas estruturas institucionais e produtivas relacionadas com a atividade da agricultura e o meio rural dos ambientes de investigação que são a região Nordeste, o estado do Rio Grande do Norte, e, especialmente, o Pólo Assu-Mossoró. Aqui foi constatado um ambiente institucional que evoluiu marcado pela instabilidade e pela descontinuidade, mas que grande parte ainda encontra-se em construção, influenciado pelo debate clássico desenvolvimentista dos anos 1950 por ocasião da aplicação de políticas regionais de modernização agrícola. Além disso, constatou-se a influência externa para viabilizar as duas experiências diferentes desenvolvidas no Pólo Assu-Mossoró, neste caso a metodologia participativa dirigida ao ator aplicada pelo convênio Banco do Nordeste/PNUD em toda a região, e a experiência de Serra do Mel com a ação coordenada pelo técnico suíço. Isso reforça a importância e a necessidade do processo de aprendizagem considerando experiências, conhecimentos, e instituições externas que possibilitem a mudança de estruturas e de mentalidade, dotando os atores, no nível local, capacidades para lutar por mais autonomia e liberdade, ao invés de submetê-los e conduzir *de cima* os seus destinos.

Essas intervenções externas foram, inclusive, motivos da ação contraditória entre o ambiente institucional do Pólo Assu/Mossoró no nível regional e o arranjo institucional no

nível local, a partir da experiência de modernização com a reforma agrária onde a filosofia do ambiente era a da defesa defendida pela lógica endógena, e o arranjo agia com a estratégia exógena. Isso revela a dificuldade do processo de mudança e de evolução institucional, o qual mesmo com as intervenções externas não avançou muito no ambiente institucional, pois este último não conseguiu fazer com que suas instituições fossem renovadas nas últimas décadas. É o que favorece a sua forte influência na persistente defesa da concepção desenvolvimentista na formação de arranjos no nível local e nas escolhas e estratégias dos atores não apenas do Pólo Assu-Mossoró, mas de toda a região Nordeste do Brasil. E ainda, a influência do ambiente institucional, especialmente no Pólo Assu-Mossoró tem, em sua maioria, gerado a formatação de trajetórias exógenas de modernização, a exemplo das dinâmicas regionais de Alto do Rodrigues e de Baraúna, dentro de uma reestruturação agrícola que avança em contraste com trajetórias tradicionais, e não alinhadas como a de Serra do Mel. E o resultado disso é um desenvolvimento desigual que torna mais heterogêneo e mais diversificado o espaço rural do Pólo Assu-Mossoró, a partir de dinâmicas regionais distintas que surgem de processos internos e que possuem caráter tanto exógeno como endógeno.

No capítulo 4 as dinâmicas regionais de Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel foram caracterizadas separadamente, sendo empreendido um esforço para descrever suas trajetórias de desenvolvimento. Constatou-se, com isso, que o ambiente institucional do Pólo Assu-Mossoró influenciou os processos internos às dinâmicas no tempo, onde a ação dos atores, especialmente dos agricultores familiares, e das suas relações com organizações formaram arranjos institucionais particulares a cada uma delas, conduzindo a um processo específico de diferenciação. E que essa diferenciação foi construída numa relação com a reestruturação agrícola do Pólo Assu-Mossoró, muitas vezes forçando as escolhas dos atores no nível local desenvolvendo estratégias localizadas com graus variados de mercantilização em diferentes tipos de estilos de agricultura. Entretanto, na construção da história das dinâmicas foi percebida, infelizmente, uma pobreza e fragilidade cultural da maior parte das famílias rurais, constatando que as realidades sejam elas institucionais ou organizacionais, passam a ser construídas, mantidas e modificadas não por processos e práticas culturais, quando analisadas a mercantilização e estilos de agricultura. Deixa claro que essa fragilidade cultural tem raízes históricas nas relações verticais, típicas da região Nordeste, e é o que reflete sua pouca consistência institucional no nível local, o que tem favorecido ao longo do tempo ações *top down*, a exemplo das antigas ações do Estado desenvolvimentista e das atuais do capital privado internacional numa era de globalização. Assim, constatou-se que escolhas e estratégias nesse ambiente institucional, as quais deveriam ser manifestações de atores livres,



passam a ser definidas e muitas vezes forçadas de cima a partir de uma relação vertical que submete a comunidade e não possibilita opções para os atores no nível local. É o que tornam diferentes dinâmicas como Serra do Mel, onde houve a possibilidade de construção de uma trajetória onde a atividade agrícola começou a reverter, e iniciar um processo de transição sendo cada vez mais ditada pela dinâmica de desenvolvimento rural.

Nos capítulos 5 e 6 foram realizadas as análises dos dados da pesquisa de campo, visando constatar empiricamente o instrumental teórico a partir da comparação das dinâmicas regionais (Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel). O objetivo consistiu em observar o desempenho das formas de organização da produção e do trabalho, considerando de um lado os recursos e as estratégias, e, de outro, os resultados das combinações entre os dois, e avaliar qual a influência do ambiente institucional no desempenho das dinâmicas, além de esboçar minimamente a diversidade econômica da agricultura familiar do Pólo Assu-Mossoró. As variáveis analisadas foram divididas em dois blocos: a) *recursos e estratégias*, como terra, recursos financeiros, tecnologia e conhecimento, formas de organização, e força de trabalho; e b) *resultados*, como renda, produto, remuneração, níveis de autonomia e dependência, e ruralidade. Tanto no primeiro bloco como no segundo, os dados analisados constataram o caráter exógeno das dinâmicas de Alto do Rodrigues e de Baraúna, e o relativamente endógeno da dinâmica de Serra do Mel, já descrito nas descrições do capítulo anterior.

Uma das constatações mais significativas foi a de que durante toda a análise a dinâmica de Serra do Mel se posicionou, na maioria das vezes, numa situação intermediária quanto ao caráter econômico, polarizada pela de Alto do Rodrigues como a mais rica, e a de Baraúna como a mais frágil e vulnerável. Entretanto, quando analisados os resultados não econômicos, a exemplo da autonomia relativa e da ruralidade, a dinâmica de Serra do Mel assumia a principal posição seguida pelas dinâmicas de Alto do Rodrigues e Baraúna. Esse ponto chama a atenção para a presença de instituições coletivas, a exemplo da cooperação. Como mostrou a análise, foram identificadas cinco estruturas de organizações cooperativas (1 em Alto do Rodrigues, 2 em Baraúna, e 2 em Serra do Mel) onde dessas cinco, quatro delas encontram-se sem funcionar, e a única que funciona é a COOPERCAJU em Serra do Mel. Isso revela, por exemplo, que a organização cooperativa funciona apenas se houver a presença da instituição cooperação, e que a presença desta última só aparece nas realidades que promovam a participação coletiva com mudança e evolução institucional. Além disso, das cinco cooperativas, as quatro fechadas foram criadas numa concepção centralizadora e autoritária, enquanto a COOPERCAJU teve sua criação e desenvolvimento pelos próprios

agricultores familiares, o que possibilitou a presença da instituição cooperativismo e sua relativa continuidade.

Esse resultado da comparação válida, portanto, a hipótese central de que a dinâmica regional que construiu mecanismos sociais de regulação mais consistentes, e que desenvolveu seus arranjos institucionais valorizando a diversidade regional e a prática da agricultura a partir de agricultores familiares livres conseguiu os melhores resultados devido ao gradual afastamento do mercado, e a menores custos de transação. E tendo sido dotadas de maior autonomia relativa e com a possibilidade de maior diversificação das formas de inserção das famílias rurais em mercados (de bens e serviços e de trabalho), se tornou menos vulnerável frente ao processo de reestruturação agrícola, e fazendo suas chances de produção econômica e reprodução social serem mais promissoras. A dinâmica que mostrou ter ditado mais o desenvolvimento rural, e a que mais se aproximou dessa hipótese foi a de Serra do Mel, justamente por ter construído uma trajetória mais endógena, mesmo estando inserida em um mesmo ambiente institucional que sempre influenciou estratégias exógenas de modernização agrícola. E a grande diferença foi, ao invés de apenas ser alvo de estratégias elaboradas de fora, e implantadas *de cima*, como fizeram as dinâmicas de Alto do Rodrigues e Baraúna, Serra do Mel construiu sua própria estratégia *de baixo*, possibilitando maior controle da construção e do desenrolar do desenvolvimento com continuidade e autonomia relativa.

Em uma apreciação mais geral pode-se afirmar que a revisão da bibliografia, bem como a proposição de alguns deslocamentos para a interpretação da temática estudada não respondem totalmente apenas às necessidades específicas desta Tese. Ou seja, os capítulos 2, 3, e 4 não foram construídos apenas com a intenção de servir como arcabouço teórico e descrição das trajetórias para compreender e explicar as situações concretas, descritas nos capítulos 5 e 6. E foi partindo desse raciocínio que os capítulos 5 e 6 foram construídos, onde se teve a pretensão de demonstrar, utilizando-se do método comparativo, os resultados deste trabalho realizado nas três dinâmicas regionais de desenvolvimento rural. A comparação demonstrou-se em instrumento de grande valor, pois revelou os principais traços que caracterizam a evolução do desenvolvimento rural de três experiências nordestinas de agricultura familiar que foi submetida, ainda desde o início dos anos 1970, a concepções e finalidades com certas semelhanças, mas que construíram trajetórias distintas. Vale a pena lembrar que tanto Alto do Rodrigues, como Baraúna e Serra do Mel estiveram desde o início de suas trajetórias nas discussões que tinham como centro a modernização agrícola.

Dessa forma, pode-se constatar que a agricultura familiar das dinâmicas regionais, no nível dos arranjos locais, assim como a do Pólo Assu-Mossoró, no nível do ambiente

institucional, apresenta uma determinada diversidade, independente do seu papel para a dinâmica do desenvolvimento rural, tanto através das alterações nas condições de vida das famílias como no fortalecimento e consolidação de mercados locais e regionais. Dessa forma, defende-se o desenvolvimento rural a partir de agricultores familiares livres e que, do ponto de sua complexidade, seja visto como um movimento contínuo e sustentável baseado em instituições e princípios que valorizem a diversidade regional numa perspectiva de longa duração, a exemplo da cooperação, da reciprocidade, e das redes de solidariedade. E que possa ser constantemente alimentado pela construção e consolidação de práticas agrícolas integradas com atividades não-agrícolas, considerando os recursos disponíveis e as habilidades presentes na família (trabalho familiar, conhecimento, etc.) e na unidade de produção (recursos naturais, animais, etc.). Além disso, por se tratar de um ambiente característico de modernização e de regulação global, como é o ambiente do Pólo Assu-Mossoró, deve-se considerar ainda a necessidade de relacionamento com o ambiente externo, seja através da atividade econômica rural ou por meio do mercado de trabalho.

Não cabe aqui mais retornar à descrição das principais variáveis utilizadas. As conclusões apuradas através da análise dos dados da pesquisa de campo em relação às hipóteses iniciais encontram-se no decorrer dos próprios capítulos 5 e 6. Na verdade, a análise comparativa empreendida nesta Tese acerca das dinâmicas regionais, assim como a necessidade de sua contribuição para o debate sobre o desenvolvimento rural não pretendem ser conclusivas, no sentido de encerrar uma agenda de investigações. Ao contrário, acredita-se que o ponto de explicação proposto nesta Tese poderá colaborar na abertura de novas *portas* e estimular outras iniciativas de interpretação para questões sobre o desenvolvimento e meio rural da região Nordeste e do Brasil. A sua importância em debater o desenvolvimento rural em uma visão diferente, significa apenas um dos vários caminhos a serem perseguidos em pesquisas futuras sobre o desenvolvimento, tendo em vista a forte tendência para reprodução e o aprofundamento das desigualdades no Nordeste, conforme foi apontado durante toda esta Tese, sobre a qual ainda há ilimitadas dimensões a serem exploradas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo. Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Diversificação das economias rurais no Nordeste. *Balanço da Ação Governamental no Brasil* PCT IICA/NEAD. São Paulo, Brasília, julho de 2002.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- APPENDINI, K. & NUIJTEN, M. *El papel de las instituciones en contextos locales*. Revista de la Cepal, 76, México, abril de 2002.
- ARAÚJO, Tania Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- ARCE, A. (1997). Globalization and food objects. *International Journal of sociology of Agriculture and Food* 6:77:107.
- ARCE, A.; BRADBEAR, N.; FISHER, E.; JACKSON, H. (2002) An actor-oriented approach to beekeeping knowledge and contested livelihoods In: *Strengthening livelihoods: Exploring the role of beekeeping in development* / Bradbear, N., E. Fisher and H. Jackson. - Monmouth : Monmouth, 2002.
- ARCE, A.; FISHER, E. (2003). Institutionalising rights and local claim-making processes. *Ontrac*, p. 7 - 8.
- BANCO MUNDIAL. *Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-Árido Brasileiro*. 1ª Edição, Brasília, 2004.
- BEZERRA, A. G. C. & FREITAS, D. M. Gestão local do desenvolvimento sustentável – socializando o apreendido – AACC – 1985-2003. Natal, 2006. (mimeo).
- BONANO, A.; MARSDEN, T; GRAZIANO DA SILVA, J. Globalização e Localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, S. (org), *Globalização, Trabalho e Meio Ambiente*. Recife, Editora UFPE, 1999.
- BONANNO, A. L.; BUSC, W.; FRIEDLAND, L; GOUVEIA and E. MINGIONE (eds) From Columbus to ConAgra: the globalization on agriculture an food. Lawrence: *University Press of Kansas*. 1994.
- BONETI, L. W. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- BUTTEL, F. H. *Agricultural change, rural society and state in the late twentieth century: some theoretical observations*. Editores David Synres and Anton J. Jansen. Wageningen: Agricultural University Netherlands, 1994.

CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, H. P. *Los metodos de la historia: introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*. São José: Universidad de Costa Rica, 1975.

CARDOSO, G. C. C. *A atuação do Estado no desenvolvimento recente do Nordeste*. Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste: seca, irrigação, e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.

CARVALHO, A. C. A. T. de. *Centralização de capital e espaço local: a produção de bananas no Pólo de Fruticultura Potiguar*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-UFRN. Natal, 2001.

CHAYANOV, A. *Las organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Editora: Nueva Vision, 1974.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1987.

CLEMENTINO, M. L. M. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 1970*. Natal: UFRN-CCHLA, 1995.

COASE, R. (1937). The Nature of the Firm. In: *The firm, the market and the law*. Chicago, London, University of the Chicago Press, 1988.

COASE, R. The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, October, 1960.

COASE, R. (1998). The New Institution Economics. *The American Economic Review*, sept, vol. 88, nº 2, may. P 72-74.

EATON, D. & G. MEIJERINK. 2007. *Markets, institutional change and the new agenda for agriculture*. Markets, Chains and Sustainable Development Strategy and Pocy Paper, no. 4. Stichting DLO: Wageningen. Available at: <http://www.boci.wur.nl/UK/Publications/>

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford, Oxford University Press, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2005.

FURTADO C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

FURTADO C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1971.

FURTADO C. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 1991. 159p.

GOMES DA SILVA, A. Do rural ao local: os reflexos das políticas públicas nos municípios rurais do Nordeste. In: *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste*. Wanderley, M. N. B. (Org.) Campinas: Editora Ceres, 2004.

GOMES DA SILVA, A. Meio rural: o espaço da exclusão? In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita (Org.). *Globalização e desigualdade*. Natal: A.S. Editores, 2002. p. 162-176.

GOMES DA SILVA, A. *A parceria na agricultura irrigada no Baixo-Açu*. Natal, CCHLA, 1992. (Humanas Letras 6).

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia & Agricultura Familiar*. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Agricultural Development: an international perspective*. Baltimore and London, 1985.

HIRSCHMAN, A. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HODGSON, Geoffrey M. (1994). *Economia e Instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Oeiras, Editora Celta, 1994.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). *A Experiência do PCPR no Rio Grande do Norte – Relatório de Implementação (1997 – 2002)*. Natal, 2002.

LONG, N. (1985) Creating space for change: a perspective on the sociology of development, *Sociologia Ruralis*, vol XXIV, no 3/4., p.168-184.

LONG, N. & PLOEG, J.D. van der.; Heterogeneity, actos and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. England: Longman, 1994. p. 62-90.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. & VAN DIJK, G. (eds.) *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Netherlands, Assen, Van Gorcun, 1995.

LONG, N. Exploring local/global transformations: a view from anthropology. In: ARCE, A; LONG, N. (eds.) *Anthropology, development and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence*, Routledge, London, 232p., 1999.

LONG, N. (2001) *Development Sociology: actor perspectives*, Routledge, London, UK.

MAIA GOMES, G. *Velhas Secas em Novos Sertões*. Brasília: IPEA, 2001.

MARSDEN, T. Theoretical issues in the continuity of petty commodity production. In: S. WHATMORE, P. LOWE and T. MARSDEN (eds) *Rural Enterprise: shifting perspectives on small-scale production*. David Fulton Publishers, London, UK.

MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*. The Netherlands, Van Gorcun, 2003.

MARSDEN, T. New Rural Territories: regulating the differential rural spaces. *Journal of Rural Studies*. V.14, Nº 1, p. 107-117, 1998.

MARSDEN, T. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v.11, n.03, p.285-296, 1995;

MARSDEN, T. *Between the Local and the Global: confronting complexity in the contemporary agri-food sector*. 2006.

MAY, T. *Pesquisa social. Questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2004.

MINISTERIO DA AGRICULTURA (1975-1977). *Diretrizes gerais para o POLONORDESTE*. Mimeo.

MOYANO, Eduardo y Fernando Garrido (2003), Capital social y desarrollo en zonas rurales. Una aplicación a los programas Leader y Proder en Andalucía. *Revista Internacional de Sociología*, CSIC, Córdoba, nº 33, pp. 67-96

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

NORDER, L. A. C. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.107-120, set. 2006.

NORTH, Douglass C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 152 p.

NORTH, Douglass C. (1994) *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Millenium. (Mimeo).

NUNES, Emanuel Márcio; ORTEGA, A. C.; GODEIRO, K. F. Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do Projeto de Irrigação Baixo-Açu (RN). *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, p. 446-465, 2007.

NUNES, Emanuel Márcio; SOUSA, A. C. ; RODRIGUES, J. F. ; COSTA, G. C. . Renda Rural e Desenvolvimento em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso de Serra do Mel/RN. *Teoria e Evidência Econômica*, v. 14, p. 125-143, 2006.

OCDE: Organisation de Coopération et de Développement Économiques (1996) *Compétitivité régionale et qualifications*. Paris, OCDE.

ORTEGA, A. C.; NUNES, Emanuel Márcio.; GODEIRO, K. F.. Características e Limites de Uma Experiência de Desenvolvimento rural: o caso de Serra do Mel. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 35, n. 4, p. 445-464, 2004.

OOSTINDIE, Henk; BROEKHUIZEN, van R.; BRUNORI, G. & PLOEG, J. D. Van der. *The endogeneity of rural economics*. In: van der PLOEG J. D. & MARSDEN, T. K. (Org.) *Unfolding webs: the dynamics of regional development*. Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 2008.

PERROUX, F. *L'économie du XXème siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

PINHEIRO, M. A. (1991). *As intervenções do Estado no Vale do Baixo-Açu no RN*. Natal, RN. (Mimeo).

PLOEG J.D. van der. *Labor, Markets and Agricultural Production*. Boulder, San Francisco & Oxford, Westview Press, 1990;

PLOEG, J. D. van der.; LONG, Ann. (eds.) *Born From Within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Netherlands, Assen, Van Gorcum, 1994.

PLOEG, J.D. van der.; VAN DIJK, G. (eds.) *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Netherlands, Assen, Van Gorcum, 1995.

PLOEG, J.D. & SACCOMANDI, V. On impact of endogenous development in agriculture. In: van der PLOEG, J.D. & van DIJK, G. (eds.) 1995 *Beyond modernization. The impact of endogenous development*. Assen: Van Gorcum, 1995.

PLOEG J.D. van der. and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 2000.

PLOEG, J. D. et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. van der. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. The Netherlands, Van Gorcum/Assen, 2003.

PLOEG, J.D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: Ploeg, J.D.V. e LONG, N. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. The Netherlands, Van Gorcum/Assen, 1994.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre. Editora da Universidade, UFRGS, 2006.

PLOEG J. D. van der. & MARSDEN, T. K. *Unfolding webs: the dynamics of regional development*. Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 2008.

PLOEG, J. D. van der. *The New Penseantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. Earthscan, Sterling VA, London, 2008.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2ª edição, 2000.

POSSE de Terra. *Jornal Gazeta do Oeste*, Mossoró, RN, 20/04/2004.

PUTNAM, Robert. D. (1993) *Making Democracy Work. Civic traditions in modern Italy*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.10, abril 1998: 135-164.

SACCOMANDI, Vitto. Neo-Institutionalism and the Agrarian Economy. In: PLOEG, J.D. van der.; VAN DIJK, G. (eds.) *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Netherlands, Assen, Van Gorcum, 1995.



SACCOMANDI, Vitto. *Agricultural Market Economics: a neo-institutional analysis of the exchange, circulation and distribution of agricultural products*. Netherlands, Assen, Van Gorcum, 1998.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)*. Natal: Clima, 1994. Acessado em 28/10/2008. Disponível em: [http://www.cerescaico.ufrn.br/rnnaweb/historia/republica/industrias\\_rn\\_70.htm](http://www.cerescaico.ufrn.br/rnnaweb/historia/republica/industrias_rn_70.htm).

SCHNEIDER, S & SCHMITT, C. J. O Uso do Método Comparativo em Ciências Sociais. Porto Alegre, *Cadernos de Sociologia*, v.9, p.49 - 87, 1995.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. et al. *Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais – Brasil*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, IICA, 2007.

SOUZA, H. R. Agricultura e Política Agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 449-518, out/dez. 1997.

TARGA, L. R. P. (1991) Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 12(1): 265-271.

TONEDO Jr. R. *Proposta para a Avaliação dos Pólos de Desenvolvimento Integrado*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004. 272p.

VALÊNCIO, N. F. L. da Silva. *Impactos sócio-econômicos e ambientais decorrentes de grandes projetos hídricos no Nordeste: o caso do Projeto Baixo-Açu/RN*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UNICAMP. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e 3Ciência. Campinas, 1993.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

VEIGA, J. E. et. alii. *A Face Rural do Desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e o ator coletivo. *Estudos Sociedades e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, p.87-146, 2000.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria, e a pequena produção*. São Paulo-Salvador: Hucitec, 1986.

WILLIAMSON, Oliver E. (1993). Transaction cost economics and organization theory. *Industrial and Corporate Change*, vol. 2, nº 2, p. 107-156.

WILLIAMSON, Oliver E. (2000). The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. *Journal of Economic Literature*. Vol. XXXVIII, pp. 595-613, Sept.

## ANEXO I

### Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: o Pólo Assú/Mossoró (RN)

#### QUESTIONÁRIO

TEMPO: Início da Entrevista: \_\_\_\_\_

Término: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2007

|  |  |  |
|--|--|--|
|  |  |  |
|--|--|--|

*Município**Localidade**Nº Questionário*

#### FAMÍLIA E TRABALHO

##### 1) Composição da família (**Informar todos os membros/componentes da família**)

| Nome      | Relação com o chefe (A) | Idade | Sexo | Tipo de Trabalho (B) | Estado civil (C) | Escolaridade (D) |
|-----------|-------------------------|-------|------|----------------------|------------------|------------------|
| <b>1</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>2</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>3</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>4</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>5</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>6</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>7</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>8</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>9</b>  |                         |       |      |                      |                  |                  |
| <b>10</b> |                         |       |      |                      |                  |                  |
|           |                         |       |      |                      |                  |                  |
|           |                         |       |      |                      |                  |                  |
|           |                         |       |      |                      |                  |                  |
|           |                         |       |      |                      |                  |                  |
|           |                         |       |      |                      |                  |                  |
|           |                         |       |      |                      |                  |                  |
|           |                         |       |      |                      |                  |                  |

|     |     |     |     |
|-----|-----|-----|-----|
| (A) | (B) | (C) | (D) |
|-----|-----|-----|-----|

|   |  |                                |                                     |
|---|--|--------------------------------|-------------------------------------|
| 1<br><b>Resp/Chefe</b>  | 1 <b>Tempo integral na UP (*)</b>                      | 1 <b>Casado</b>                | 1 <b>analfabeto – nunca estudou</b> |
| 2 <b>Cônjuge</b>  | 2 <b>Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP</b>   | 2 <b>Solteiro</b>              | 2 <b>apenas lê e escreve</b>        |
| 3 <b>Filho</b>  | 3 <b>Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico</b>         | 3 <b>Viúvo</b>                 | 3 <b>1ª a 4ª série completo</b>     |
| 4 <b>Filha</b>  | 4 <b>Tempo-parcial na UP + Estuda</b>                  | 4                              | 4 <b>1ª a 4ª série incompleto</b>   |
| 5 <b>Genro</b>  | 5 <b>Tempo integral fora UP (*)</b>                    | <b>Divorciado / Desquitado</b> | 5 <b>5ª a 8ª série completo</b>     |
| 6 <b>Nora</b>   | 6 <b>Somente trabalho doméstico</b>                    | 99<br><b>Outros</b>            | 6 <b>5ª a 8ª série incompleto</b>   |
| 7 <b>Netos</b>  | 7 <b>Somente estuda</b>                                |                                | 7 <b>2º grau completo</b>           |
| 8 <b>Avô</b>  | 8 <b>Criança menor de 7 anos</b>                       |                                | 8 <b>2º grau incompleto</b>         |
| 9 <b>Avó</b>  | 9 <b>Idoso: apenas tempo-parcial na UP</b>             |                                | 9 <b>nível técnico</b>              |
| 10 <b>Irmão</b>   | 10 <b>Desempregado</b>                                 |                                | 10 <b>superior completo</b>         |
| 11 <b>Irmã</b>  | 11 <b>Não trabalha porque é deficiente ou inválido</b> |                                | 11 <b>superior incompleto</b>       |
| 99 <b>Outros</b>  |  |                                | 12 <b>sem idade escolar</b>         |
| <b>(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano</b> |  |                                |                                     |

**ATENÇÃO:** Entrevistador, quando nesta legenda B não tiver as alternativas informadas pelo agricultor **VOCÊ** deve fazer anotações paralelas.

---



---



---



---



---



---

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIAATIVIDADE

**[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]**

2) Número de dias trabalhados em atividades agrícolas, não-agrícolas e em atividades fora da UP **[Ano Agrícola 2006]**

| Nome do indivíduo que trabalha: | Sexo | Em atividades agrícolas FORA da UP (*) |                 | Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**) |                 | Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***) |                 |           | Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês] |
|---------------------------------|------|--|-----------------|-----------------------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------|-----------|---|
|                                 |      | Nº dias                                | Localização (A) | Nº dias                           | Localização (A) | Nº dias                           | Localização (B) | Setor (C) |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |
|                                 |      |  |                 |                                   |                 |                                   |                 |           |   |

**(\*) Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal/ vegetal.

**(\*\*) Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP (Ex: beneficiamento de castanha de caju, doces, etc.).

**(\*\*\*) Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades.

| (A) Local de exercício das atividades para- agrícolas | (B) Localização das atividades não-agrícolas | (C) Setor atividades não-agrícolas |
|---|--|------------------------------------|
| 1. No domicílio ou na UP                              | 1. No domicílio                              | 1. Indústria                       |

|  |                                |                                   |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|
| <b>2. Na casa de vizinhos/parentes</b> | 2. No domicílio ou na UP       | <b>2. Comércio</b>                |
| <b>3. Na unidade de processamento</b>  | 3. Na unidade de processamento | <b>3. Serviços Auxiliares(*)</b>  |
| <b>4. Em outras UPs</b>                | 4. Em outras Ups               | <b>4. Construção Civil</b>        |
|  |                                | <b>5. Transformação Artesanal</b> |
|  |                                | <b>6. Transporte</b>              |
|  |                                | <b>7. Comunicação</b>             |
|  |                                | <b>8. Serviço Público</b>         |
|  |                                | <b>9. Serviços Pessoais(**)</b>   |
|  |                                | <b>10. Outros</b>                 |

(\*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Economista, Agrônomo, Técnico, etc.

(\*\*) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, mecânico, Jardineiro, Barbeiro, pedreiro, carpinteiro, etc.

### ESTRUTURA FUNDIÁRIA, CAPITAL E PRODUÇÃO

#### 3) Estrutura Fundiária

| Área Total (ha) | Área (ha) |             |               |              |               |             |
|-----------------|-----------|-------------|---------------|--------------|---------------|-------------|
|                 | Própria   | Em Parceria |               | Arrendamento |               | Outra forma |
|                 |           | De Terceiro | Para Terceiro | De Terceiro  | Para Terceiro |             |
|                 |           |             |               |              |               |             |
|                 |           |             |               |              |               |             |
|                 |           |             |               |              |               |             |
|                 |           |             |               |              |               |             |

3.1) Quanto **paga** pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

3.2) Quanto **ganha** com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

3.3) Quanto **paga** na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

3.4) Quanto **ganha** na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

#### 4) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)



|                          |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Extraç. p/Carvão         |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Extração p/Lenha         |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Extração p/Cerca         |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| (A) Principal Comprador: | 1 – Venda Direta (feiras-livres e/ou mercados)      2 – Venda Institucional (CONAB, PM, Escola)<br>3 – Intermediário      4 – Cooperativa      5 – Agroindústria / Beneficiamento      98 – Outro |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

| Especificação                                | Superfície Área Plan-tada (ha) | Quantidade Total Colhida  | Destino da Produção (quantidades e preço obtido) |                     |                         |                       |
|--|--------------------------------|---|--|---------------------|-------------------------|-----------------------|
|  |                                |   | Venda e/ou Comércio                              |                     | Para o Consumo Familiar | Para o Consumo Animal |
|  |                                |   | Quantidade                                       | Valor/Unidade (R\$) |                         |                       |
| <b>Reflorestamento e extração de madeira</b> |                                |   |  |                     |                         |                       |
| <b>Eucalipto</b>                             |                                |   |  |                     |                         |                       |
|  |                                |   |  |                     |                         |                       |
| <b>S A U Total</b>                           |                                |   |  |                     |                         |                       |
| Terras Inaproveitáveis                       |                                | OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.               |  |                     |                         |                       |
| Benfeitorias (casa, estábulo, etc)           |                                | OBS. II – Solicite PRIMEIRO a informação sobre a área em terras inaproveitáveis (banhados, penhascos, etc.), DEPOIS sobre benfeitorias e o restante da área incluir em matas e florestas. |  |                     |                         |                       |
| <b>Matas e Florestas Naturais</b>            |                                |   |  |                     |                         |                       |
| <b>Área Total</b>                            |                                |   |  |                     |                         |                       |

## LEGUMES E VERDURAS

6) Possui HORTA?      Sim ( )      Não ( )

6.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família?      Sim ( )      Não ( )

6.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$? \_\_\_\_\_

6.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta:







|                            |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|----------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| <i>Cajá</i>                |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Caju (pseudo-fruto)</i> |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Castanha de caju</i>    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Cajarana</i>            |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Coco</i>                |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Goiaba</i>              |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Graviola</i>            |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Limão</i>               |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Laranja</i>             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Mangaba</i>             |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Manga</i>               |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Maracujá</i>            |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Mamão</i>               |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Melancia                   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Melão                      |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <i>Pinha</i>               |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <b>TOTAL</b>               |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**(A)** 1 – Venda Direta (feiras-livres e/ou mercados) 2 – Venda Institucional (CONAB, PM, Escola)  
**Principal** 3 – Intermediário/Atravessador 4 – Cooperativa 5 – Agroindústria e/ou empresa privada/Benefic  
**Comprador:** 6 - Não vende 99 – Outro \_\_\_\_\_

**8) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola 2006]**

| Especificação   | Quantidade/<br>Unidade | Valor Pago<br>por Unidade | Especificação   | Quantidade/<br>unidade | Valor Pago<br>por Unidade |
|-----------------|------------------------|---------------------------|-----------------|------------------------|---------------------------|
| <b>Sementes</b> |                        |                           | Farinha de Osso |                        |                           |
|                 |                        |                           | Melaço de Cana  |                        |                           |

|   |  |  |                     |  |  |
|---|--|--|---------------------|--|--|
|   |  |  | Sal Marinho         |  |  |
| <b>Mudas</b>  |  |  | Palma               |  |  |
|   |  |  | Restos Culturais    |  |  |
|   |  |  | Torta de Mamona     |  |  |
|   |  |  |                     |  |  |
| <b>Aubos</b>  |  |  | <b>Agrotóxicos:</b> |  |  |
|   |  |  | Fungicida           |  |  |
| <b>Adubo químico (NPK, etc.)</b>                        |  |  | Inseticida          |  |  |
|   |  |  |                     |  |  |
|   |  |  | Formicida           |  |  |
| <b>Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)</b>          |  |  | Herbicida           |  |  |
| <b>Uréia</b>  |  |  |                     |  |  |
| <b>Calcário</b>   |  |  |                     |  |  |
| <b>Óleo diesel utilizado na propriedade (produção)*</b> |  |  |                     |  |  |
| Gasolina utilizada na propriedade (produção)*           |  |  |                     |  |  |

(\*) Gastos em serviços externos irão para o item 19 adiante (Pg.09)

9) Do que vende para quem o Senhor entrega a maior parte da produção vegetal? **assinalar apenas 1 alternativa)**

- ( ) venda direta p/ consumidores – nas casas ou em feiras livres  
 ( ) para cooperativa  
 ( ) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado

( ) **para poder público – município, etc.**

( ) para o intermediário – atravessador

( ) não vende ( ) outro \_\_\_\_\_

10) Efetivos animais disponíveis **[Ano agrícola 2006]**

| Inventário das Criações<br>Raças – categorias | Efetivo | Valor/<br>Unidade | Animais Vendidos<br>nº | Preço Animais<br>Vendidos | Consumo<br>Familiar |
|---|---------|-------------------|------------------------|---------------------------|---------------------|
|---|---------|-------------------|------------------------|---------------------------|---------------------|

|                              |  |  |  |  |  |
|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Bovinos                      |  |  |  |  |  |
| <b>Touros</b>                |  |  |  |  |  |
| <b>Vacas</b>                 |  |  |  |  |  |
| <b>Novilhas</b>              |  |  |  |  |  |
| <i>Bezerros</i>              |  |  |  |  |  |
| <i>Garrotes</i>              |  |  |  |  |  |
| <i>Bois para trabalho</i>    |  |  |  |  |  |
| <b>Aves</b>                  |  |  |  |  |  |
| Frango de corte              |  |  |  |  |  |
| Galinha caipira              |  |  |  |  |  |
| Guiné                        |  |  |  |  |  |
| Peru                         |  |  |  |  |  |
| <b>Abelhas (nº Colméias)</b> |  |  |  |  |  |
| Suínos                       |  |  |  |  |  |
| Ovinos                       |  |  |  |  |  |
| Caprinos                     |  |  |  |  |  |
| Eqüinos / Muares             |  |  |  |  |  |
| Asininos (Jumento)           |  |  |  |  |  |
| Pescados                     |  |  |  |  |  |

11) Produção de origem animal **(Ano agrícola 2006)** [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

| Especificação       | Unid.     | Quant. Prod. | Quant. Vend. | Preço de Venda | Consumo Familiar |
|---------------------|-----------|--------------|--------------|----------------|------------------|
| Leite de vaca       | Litro/ano |              |              |                |                  |
| Ovos                | Dúzia/ano |              |              |                |                  |
| Mel de abelha       | Litro/ano |              |              |                |                  |
| Peixes              | Kg/ano    |              |              |                |                  |
| Leite de Cabra      | Litro/ano |              |              |                |                  |
| Carne bovina        | Kg/ano    |              |              |                |                  |
| Carne suína         | Kg/ano    |              |              |                |                  |
| Carne Caprino/Ovino | Kg/ano    |              |              |                |                  |

|          |        |  |  |  |  |
|----------|--------|--|--|--|--|
| Lingüiça | Kg/ano |  |  |  |  |
|----------|--------|--|--|--|--|

12) Insumos das atividades de produção animal **[Ano agrícola 2006]**

| Especificação                        | Quantidade/<br>unidade | Valor Pago<br>por Unidade | Especificação                  | Quantid/<br>unidade | Valor Pago<br>/Unidade |
|--------------------------------------|------------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------|------------------------|
| Rações                               |                        |                           | <b>Componentes para rações</b> |                     |                        |
| <b>Sal mineral (em kg)</b>           |                        |                           | Milho (em sacos)               |                     |                        |
| <b>Ração para bovinos (em sacos)</b> |                        |                           |                                |                     |                        |
| <b>Ração para frangos (em sacos)</b> |                        |                           | Sorgo (em sacos)               |                     |                        |
| <b>Ração para suínos (em sacos)</b>  |                        |                           |                                |                     |                        |
| Produtos veterinários                |                        |                           | Resíduo (em sacos)             |                     |                        |
| <b>Antibióticos</b>                  |                        |                           |                                |                     |                        |
| <b>Vacinas (em doses)</b>            |                        |                           | Farelos (em sacos)             |                     |                        |
| <b>Carrapaticidas (em unidade)</b>   |                        |                           | Vitaminas (purina, etc.)       |                     |                        |
| <b>Vermífugos (em unidade)</b>       |                        |                           |                                |                     |                        |
| <b>Desinfetantes (em unidade)</b>    |                        |                           | Outros insumos animais         |                     |                        |
|                                      |                        |                           |                                |                     |                        |
|                                      |                        |                           |                                |                     |                        |
|                                      |                        |                           |                                |                     |                        |

13) Do que vende para quem o Senhor entrega a maior parte da produção animal? **assinalar apenas 1 alternativa)**

- venda direta p/ consumidores – nas casas ou em feiras livres       para poder público – município, etc.  
 para cooperativa       para o intermediário – atravessador  
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado       não vende  
 outro \_\_\_\_\_

**AGROINDÚSTRIA FAMILIAR / PROCESSAMENTO**

**14) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola 2006]**

| Produto produzido           | Quantidade Produzida | Unidade | Preço Médio de Venda por Unidade | Quantidade Vendida | Quantidade Consumida pela Família |
|-----------------------------|----------------------|---------|----------------------------------|--------------------|-----------------------------------|
| Queijo                      |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Amêndoa de castanha de caju |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Farinha de mandioca         |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Polpa de fruta              |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Conservas                   |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Doce                        |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Rapadura                    |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Melado                      |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Manteiga                    |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Massa caseira               |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Sabão                       |                      |         |                                  |                    |                                   |
| Ervas e produtos medicinais |                      |         |                                  |                    |                                   |
|                             |                      |         |                                  |                    |                                   |
|                             |                      |         |                                  |                    |                                   |
|                             |                      |         |                                  |                    |                                   |
|                             |                      |         |                                  |                    |                                   |
|                             |                      |         |                                  |                    |                                   |

**15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola 2006]**

| Especificação                | Quantidade | Unidade | Valor Pago/Unidade | Observações sobre quantidades, etc |
|------------------------------|------------|---------|--------------------|------------------------------------|
| Açúcar                       |            |         |                    |                                    |
| Álcool                       |            |         |                    |                                    |
| Coalho                       |            |         |                    |                                    |
| Castanha de caju para cortar |            |         |                    |                                    |
| Gordura vegetal hidrogenada  |            |         |                    |                                    |
| Embalagens/Potes             |            |         |                    |                                    |
| Óleo                         |            |         |                    |                                    |

|                    |  |  |  |  |
|--------------------|--|--|--|--|
| Compra de castanha |  |  |  |  |
| Sal                |  |  |  |  |
| Gás/Lenha          |  |  |  |  |
|                    |  |  |  |  |

**16) Do que vende para quem o Senhor entrega a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiado e/ou processado no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? **assinalar apenas 1 alternativa****

- venda direta p/ consumidores – nas casa ou em feiras livres       para poder público – município, etc.  
 para cooperativa       para o intermediário – atravessador  
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado       não vende  
 Outro \_\_\_\_\_





**18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola 2006] (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)**

| <b>Especificação</b>  | <b>Quant.</b> | <b>Idade</b> | <b>Especificação</b>  | <b>Quant.</b> | <b>Idade</b> |
|---|---------------|--------------|---|---------------|--------------|
| <b>Caminhão/Veículo utilitário (menos menos de 20 anos)</b>   |               |              | <b>Trator (com menos de 20 anos) [indicar a marca e a potência em HP]</b> |               |              |
| Caminhão Chevrolet/Mercedes 1113...   |               |              | Trator > 80 Hp  |               |              |
| Caminhão F4000/GM D-40/Mercedes 600...  |               |              | Trator < 80 Hp  |               |              |
| Caminhonete D-10/D-20/L-200/F-1000...   |               |              | Microtrator   |               |              |
| Pampa/ Saveiro/Strada/Montana/Fiorino...  |               |              |   |               |              |
|   |               |              |   |               |              |
| <b>Equipamentos (com menos de 15 anos)</b>  |               |              | <b>Equipamentos ( menos de 15 anos)</b>                                   |               |              |
| Arado de tração animal  |               |              | Ensiladeira   |               |              |
| Arado de tração mecânica  |               |              | Roçadeira   |               |              |
| Capinadeira de tração animal  |               |              | Carreta agrícola  |               |              |
| Grade aradora de tração animal  |               |              | Pulverizador tracionado   |               |              |
| Grade de tração mecânica  |               |              | Pulverizador costal motorizado  |               |              |
| Semeadora de tração mecânica  |               |              | Pulverizador costal manual  |               |              |
| Semeadora de tração animal  |               |              | Ordenhadeira  |               |              |
| Resfriador de leite   |               |              | Unidades de beneficiamento de castanha (Nº máquinas de corte por UP)      |               |              |
| Motor elétrico  |               |              | <b>Outros (especificar)**</b>   |               |              |
| Bomba de água   |               |              |   |               |              |
| Carroça de boi  |               |              |   |               |              |
| Triturador de cereais   |               |              |   |               |              |
| Carroça   |               |              |   |               |              |
| Moto-forageira (tritador de forragens)  |               |              |   |               |              |
| (**) Saber quantidade e valor de: ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá. |               |              |   |               |              |

DESPESAS

19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? **[Ano agrícola 2006]**

| Formas de contratação pessoal   | Nº de pessoas  | Nº dias trabalhados ano/mês       | Valor total pago (R\$) (*) |
|---|----------------|-----------------------------------|----------------------------|
| <b>01 Assalariado permanente agrícola (**)</b>  |                |                                   |                            |
| <b>02 Trabalho agrícola temporário (**)</b>   |                |                                   |                            |
| <b>03 Empreitada agrícola (**)</b>  |                |                                   |                            |
| Formas de contratação máquinas  | Nº de máquinas | Nº dias/horas trabalhados ano/mês | Valor total pago (R\$) (*) |
| <b>04 Trator, etc. para plantio, colheita, etc</b>  |                |                                   |                            |
| (*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.  |                |                                   |                            |
| (**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal/ vegetal. |                |                                   |                            |

20) Outros gastos (valores anuais) **[Ano agrícola 2006]** (Indicar se é por mês ou por ano)

| Discriminação                           | Valor R\$ (mês ou/ ano) | Discriminação                  | Valor R\$ (mês ou/ ano) |
|---|-------------------------|--------------------------------|-------------------------|
| <b>ITR – Imposto da Terra</b>           |                         | <b>Contribuição Sindical</b>   |                         |
| <b>Água encanada (taxa, etc)</b>        |                         | <b>Contribuição Associação</b> |                         |
| <b>Luz elétrica p/ UP</b>               |                         |                                |                         |
| <b>Lenha</b>                            |                         |                                |                         |
| <b>Gás (GLP) somente p/ propriedade</b> |                         |                                |                         |
| <b>Outro:</b>                           |                         |                                |                         |

**21) Quais são as práticas de CONSERVAÇÃO DE SOLO praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? [Ano agrícola 2006]**

- adubação verde                       adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos  
 Bozó (para cultura do cajueiro)       recuperação de áreas degradadas (contaminadas, salinizadas, etc.)  
 plantio direto                               controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças  
 rotação de culturas                       Não realiza nenhuma prática conservacionista  
 consorciamento de culturas               outro especificar: \_\_\_\_\_

**22) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da UP) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas UP?**  Sim     Não     Não sabe/não respondeu

**22.1) Se sim** indique com que frequência:  Regularmente     Às vezes     Quando sobra tempo  
 Quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)  
 outra situação \_\_\_\_\_

**23) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?**

- dificuldades financeiras     baixa remuneração agrícola     tamanho da propriedade insuficiente  
 para aumentar a renda familiar     para diversificar atividades e rendas     Outra: \_\_\_\_\_

**24) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?**

- Sim     Não     Não sabe/ não respondeu

**25) Se sim** em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas. **Assinale apenas 1 alternativa:**

- investimentos na propriedade                       sustento (subsistência) da família     aumentar o conforto da casa  
 nas despesas pessoais de todo tipo               não sabe/não respondeu  
 tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico     Outro: \_\_\_\_\_

**26) SE HOUVE**, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Ano agrícola 2006]

| Tipos de investimentos                       | Valor total gasto R\$ | Tipos de investimentos                                | Valor total gasto R\$ |
|--|-----------------------|---|-----------------------|
| <input type="checkbox"/> Aquisição de terras |                       | <input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos ou |                       |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
|  |  | <b>máquinas</b>   |  |
| <input type="checkbox"/> <b>Aquisição de veículos(utilitários)</b> |  | <input type="checkbox"/> <b>Construção e reforma da casa</b>              |  |
| <input type="checkbox"/> <b>Aquisição de terreno na cidade</b>     |  | <input type="checkbox"/> <b>Construção/reforma das benfeitorias da UP</b> |  |
| <input type="checkbox"/> <b>Outros investimentos (especificar)</b> |  |   |  |

27) **SE HOUVE**, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola 2006.

| Tipos de rendas  | Valor (R\$) total recebido |
|--|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> <b>Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais</b>          |                            |
| <input type="checkbox"/> <b>Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos</b>                  |                            |
| <input type="checkbox"/> <b>Pensões judiciais</b>  |                            |
| <input type="checkbox"/> <b>Juros recebidos de empréstimos para terceiros</b>                  |                            |
| <input type="checkbox"/> <b>Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica</b> |                            |
| <input type="checkbox"/> <b>Juros de aplicações financeiras ou poupança</b>                    |                            |
| <input type="checkbox"/> <b>Outras rendas (especificar)</b>                                    |                            |

POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ESTADO

28) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos) **Ano agrícola 2006**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Não recebeu assistência técnica          | <input type="checkbox"/> ONGs                                      |
| <input type="checkbox"/> Cooperativa (de produção ou de trabalho) | <input type="checkbox"/> Empresas integradoras                     |
| <input type="checkbox"/> Sindicato                                | <input type="checkbox"/> Assistência técnica particular (liberais) |
| <input type="checkbox"/> Secretaria Estadual de Agricultura       | <input type="checkbox"/> EMATER                                    |
| <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Agricultura      | <input type="checkbox"/> Outro                                     |

29) **SOMENTE para assistidos da EMATER]** Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

- ( ) Muito Satisfeito ( ) Insatisfeito  
 ( ) Satisfeito ( ) Não sabe/não respondeu

30) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

**Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas** Sim ( ) Não ( )  
**Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo** Sim ( ) Não ( )  
**Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias** Sim ( ) Não ( )  
**Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários** Sim ( ) Não ( )  
**Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais** Sim ( ) Não ( )

31) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola **2006)?** Sim ( ) Não ( )  
 ( ) Não sabe/não respondeu

**31.1) Em caso afirmativo** informar (responder utilizando códigos):

| Finalidade (A) | Fonte (B) | Indicar produto ou finalidade do financiamento | Valor financiado (R\$) | Taxa de juros (mês/ano) | Valor da prestação (R\$) [Indicar se Mês/ ano] |
|----------------|-----------|--|------------------------|-------------------------|--|
|                |           |  |                        |                         |  |
|                |           |  |                        |                         |  |
|                |           |  |                        |                         |  |
|                |           |  |                        |                         |  |

| (A)       | (B)      |                             |          |
|-----------|----------|-----------------------------|----------|
| 1 Custeio | 1 Bancos | 4 Emp. Integradora/Agroind. | 7 Pronaf |

|                             |                          |                   |                      |
|-----------------------------|--------------------------|-------------------|----------------------|
| 2<br><b>Comercialização</b> | 2 <b>Cooperativas</b>    | 5 <b>Vizinhos</b> | 8<br><b>Comércio</b> |
| 3<br><b>Investimento</b>    | 3 <b>Fundo Municipal</b> | 6 <b>Parentes</b> | 9 <b>Outros</b>      |

32) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim ( )

Não ( )

( ) Não sabe/ não respondeu

32.1) **Em caso afirmativo**, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola **2006**?

| Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício | Tipo de benefício<br><b>(A)</b> | Número de meses em que recebeu o benefício | Valor mensal recebido (R\$)<br>(* ) |
|---|---------------------------------|--|-------------------------------------|
|   |                                 |  |                                     |
|   |                                 |  |                                     |
|   |                                 |  |                                     |
|   |                                 |  |                                     |
| Códigos: <b>(A)</b>                             |                                 |  |                                     |
| <b>1</b><br><b>Aposentadoria</b>                | <b>2</b> <b>Pensão</b>          | <b>3</b> <b>Ambos</b>                      |                                     |

33) No último ano agrícola **2006** o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola? Sim ( )

Não ( )

( ) Não sabe/ não respondeu

33.1) **Se sim** indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

( ) Custeio da atividade produtiva da família ( ) Compra de máquinas e/ou equipamentos

( ) Outro. Especificar qual? \_\_\_\_\_

33.2) A família recebe algum outro tipo de benefício/ajuda em dinheiro? **(Anotar o N° de meses e o Valor Total/Ano)**

Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe/ não respondeu

**33.3) Se sim, Qual?**

- 1( ) Bolsa família R\$\_\_\_\_\_ 2( ) Programa estadual R\$\_\_\_\_\_ 3( ) Bolsa Escola R\$\_\_\_\_\_
- 4( ) PETI R\$\_\_\_\_\_ 5( ) Aux.Port.deficiê./Idoso R\$\_\_\_\_\_ 6( )Vale gás R\$ \_\_\_\_\_
- 7( ) Seguro Safra R\$\_\_\_\_\_ 8( ) Outro: \_\_\_\_\_

- 34) Qual sua religião?** ( ) Católica ( ) Protestante/evangélica - IECLB  
( ) Pentecostal – “Crentes” ( ) Outra \_\_\_\_\_

**INFRAESTRUTURA BÁSICA Assinalar apenas uma opção)**

**35) Composição da moradia**

**35.1) Instalações sanitárias**



| Especificação                            | Número de peças |
|--|-----------------|
| <b>35.6) Destino dos dejetos humanos</b> |                 |
| Fossas simples (seca)                    | ( )             |
| Queso séptica/poço absorvente            | ( )             |
| Daruto no solo                           | ( )             |
| Diáctoda dos cursos d'água               | ( )             |
| Não tem                                  | ( )             |
| <b>35.2) Tipo de piso predominante</b>   |                 |
| <b>Especificação</b>                     |                 |
| Concreto/cimento                         | ( )             |
| Chão batido                              | ( )             |
| Cerâmica                                 | ( )             |
| Tijolo aparente                          | ( )             |
| Outro                                    | ( )             |

| <b>35.4) Tipo de parede externa predominante</b> |     |
|--|-----|
| <b>Especificação</b>                             |     |
| Tijolo com revestimento                          | ( ) |
| Tijolo sem revestimento                          | ( ) |
| Tábuas   | ( ) |
| Folha de zinco                                   | ( ) |
| Barro ou adobe                                   | ( ) |
| Outra  | ( ) |

| Especificação               | Quant. |
|-----------------------------|--------|
| <b>01</b> Aparelho de som   |        |
| <b>02</b> Automóvel passeio |        |
| <b>03</b> Batedeira de bolo |        |
| <b>04</b> Bicicleta         |        |
| <b>05</b> Ferro elétrico    |        |
| <b>06</b> Fogão a gás       |        |
| <b>07</b> Fogão à lenha     |        |

| Especificação                 | Quant. |
|-------------------------------|--------|
| <b>08</b> Freezer             |        |
| <b>09</b> Geladeira           |        |
| <b>10</b> Rádio               |        |
| <b>11</b> Liquidificador      |        |
| <b>12</b> Máquina lavar roupa |        |
| <b>13</b> Moto                |        |
| <b>14</b> Parabólica          |        |

| <b>Especificação</b>  |         |
|---|---------|
| <b>35.7) Principal tipo de abastecimento de energia elétrica.</b> |         |
| Rede geral completa (**)  | ( ) ( ) |
| Casinha ou laboratório próprio                                    | ( ) ( ) |
| Não possui  | ( ) ( ) |
| Outro completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)             | ( )     |
| (**) Incompleto: Vaso ou chuveiro                                 | ( )     |
| <b>35.3) Tipo de cobertura predominante</b>                       |         |
| <b>Especificação</b>  |         |
| Telha de barro  | ( )     |
| Telha de amianto (Brasilit)                                       | ( )     |
| Capim ou palha  | ( )     |
| Zinco ou outro metal  | ( )     |
| Outra   | ( )     |

| <b>35.5) Abastecimento de água</b> |     |
|------------------------------------|-----|
| <b>Especificação</b>               |     |
| Poço artesiano                     | ( ) |
| Nascente ou vertente com poço      | ( ) |
| Córrego/Açude                      | ( ) |
| Água do vizinho                    | ( ) |
| Rede geral                         | ( ) |
| Cisterna                           | ( ) |

| Especificação                       | Quant. |
|-------------------------------------|--------|
| <b>15</b> Forno elétrico/microondas |        |
| <b>16</b> Televisor                 |        |
| <b>17</b> Aparelho de DVD           |        |
| <b>18</b> Linha de Telefone fixo    |        |
| <b>19</b> Celular                   |        |
| <b>20</b> Computador                |        |
| Outro                               |        |

36) Bens de Consumo que existem no domicílio assinalar a quantidade

### AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

**37) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

| Especificação  | Participa |         |
|--|-----------|---------|
| <b>01</b> Associação comunitária de produtores e/ou agricultores | Sim ( )   | Não ( ) |
| <b>02</b> Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.) | Sim ( )   | Não ( ) |
| <b>03</b> Sindicato de trabalhadores                             | Sim ( )   | Não ( ) |
| <b>04</b> Associação de mulheres/clube de mães                   | Sim ( )   | Não ( ) |
| <b>05</b> Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)  | Sim ( )   | Não ( ) |
| <b>06</b> Clube de futebol, etc ligado ao lazer                  | Sim ( )   | Não ( ) |
| <b>99</b> Outros tipos de entidade (especificar)                 | Sim ( )   | Não ( ) |

**38) Em que LOCAL o Senhor/a e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:**

- ( ) na própria comunidade onde residem      ( ) centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito (residem)  
 ( ) na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)  
 ( ) outra localidade \_\_\_\_\_

**39) Em quem o Senhor/a deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE [assinalar apenas uma alternativa]:**

- ( ) nos técnicos da Emater      ( ) na administração municipal (funcionários, agentes de saúde, etc)  
 ( ) nos vereadores do município      ( ) nos dirigentes do seu sindicato  
 ( ) nos vizinhos      ( ) no pastor e/ou padre da Igreja que freqüenta  
 ( ) nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha  
 ( ) nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola  
 ( ) Não sabe/não respondeu      ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**40) Em quem o Senhor/a NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE [assinalar apenas 1 alternativa]:**

- ( ) nos técnicos da Emater      ( ) na administração municipal (funcionários, agentes de saúde, etc)  
 ( ) nos vereadores do município      ( ) nos dirigentes do seu sindicato  
 ( ) nos vizinhos      ( ) no pastor e/ou padre da Igreja que freqüenta  
 ( ) nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha  
 ( ) nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola  
 ( ) Não sabe/não respondeu      ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**41) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:**

- ( ) Muito satisfeito      ( ) Insatisfeito      ( ) Satisfeito      ( ) Não sabe/não respondeu

42) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores **(assinalar apenas uma alternativa):**

- uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas  
 uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura  
 uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral  
 Não sabe/ não respondeu

### **REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO**

43) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual **(assinalar apenas uma alternativa):**

- melhorou muito, em todos os aspectos                       está pior do que antes, nada melhorou  
 melhorou, em algumas coisas                                       não se aplica (os pais não eram agricultores)  
 não sabe/ não respondeu

44) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

- Sim             Não             Não sabe/ não respondeu

**Justificar:** \_\_\_\_\_

45) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

- Sim             Não             Não sabe/ não respondeu

**Justificar:** \_\_\_\_\_

46) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim             Não             Não sabe/ não respondeu

47) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê **(assinalar apenas uma alternativa)**

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;  
 deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;  
 buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;  
 procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;

Não sabe/ não respondeu

48) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

**Muito satisfeito**     **Satisfeito**     **Insatisfeito**     **Não sabe/não respondeu**

49) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

**Muito satisfeito**     **Satisfeito**     **Insatisfeito**     **Não sabe/não respondeu**

50) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa **(assinalar apenas uma alternativa ?**

**a paisagem**     **os animais e as plantas**     **a tranquilidade**     **vizinhos/comunidade em que vive**  
 **o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos**     **Não sabe/não respondeu**

### PROPENSÃO A MIGRAR

51) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

1  Sim    2  Não    3  Não sabe/ não respondeu

**51.1) Se sim,** apontar os motivos (Assinale uma ou mais opções):

- 1  Acredita que o salário da cidade será maior;
- 2  Pouco trabalho no campo;
- 3  Não tem interesse na atividade rural;
- 4  Por não ter acesso a terra;
- 5  A renda atual não é suficiente para o sustento da família;
- 6  É possível trabalhar no estabelecimento mesmo morando na cidade;
- 7  Para estudar;
- 8  Para tratamento de saúde;

9 ( ) Para gozar a aposentadoria;

10 ( ) Outro motivo (especificar) \_\_\_\_\_

52) Alguém de sua família gostaria de mudar para outro lugar no campo?

1 ( ) Sim      2 ( ) Não      3 ( ) Não sabe/ não respondeu

**52.1) Se sim,** apontar os motivos (Assinale uma ou mais opções):

1 ( ) Melhores condições de produção/comercialização;

2 ( ) Acesso à terra;

3 ( ) Melhores oportunidades de renda externa;

4 ( ) Porque casou;

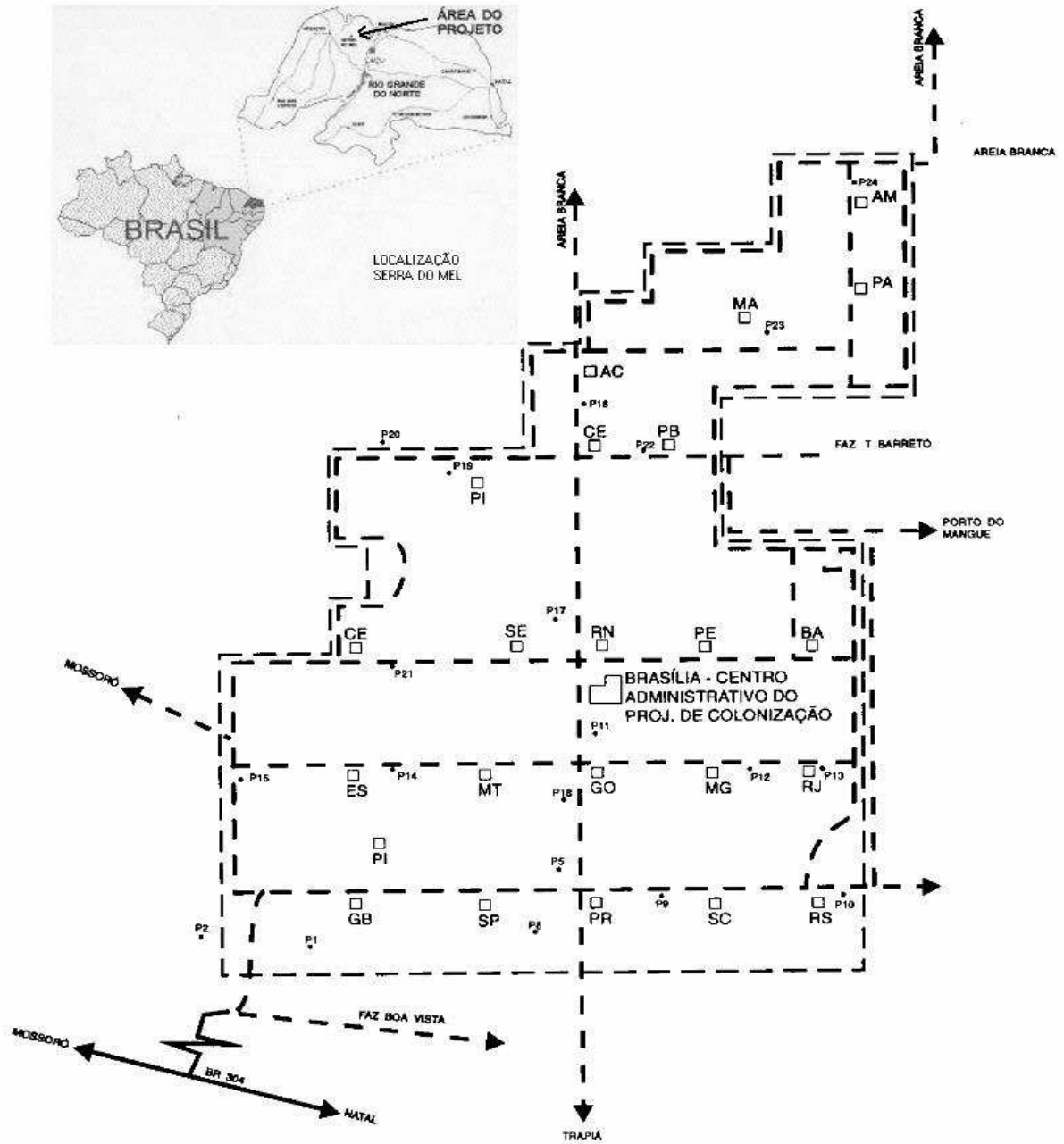
**5 ( ) Outros motivos (especificar)**\_\_\_\_\_.

**F I M**



## ANEXO III

Mapa Serra do Mel e a distribuição espacial das vilas



FONTE: Charity, 1995.